
TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 1517-4549

jul. a dez. | 2021

Nº 39

Dossiê:

**Ciências Sociais e Saúde: Crises,
Emergências e Debates Contemporâneos**



Editora UFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

vice-REITOR

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADORA DO PROGRAMA EDITORIAL

Profa. Maira Bittencourt

COORDENADOR GRÁFICO

Prof. Luís Américo Bomfim

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Débora Santos Santana

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes



UFS



Editora UFS

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

Telefone: 3194-6922/6544. e-mail: editora.ufs@gmail.com

www.editora.ufs.br

TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Editora UFS

São Cristóvão | 2021

CONSELHO EDITORIAL

Irllys Alencar Firmo Barreira, Universidade Federal Do Ceará, Brasil

Roberto Grün, Universidade Federal Dde São Carlos, Brasil
Clarissa Eckert Baeta Neves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Ana Maria F. Almeida, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Antônio Sérgio Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil
Benjamin Junge, State University Of New York, Estados Unidos da América do Norte

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra, Portugal
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Claudino Ferreira, Universidade de Coimbra, Portugal

Franz J. Brüseke, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Joanildo Burity, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Miguel Pablo Serna Forchari, Universidad de La República, Uruguai

Miguel Vale De Almeida, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Nádia Araújo Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil

Paulo Sérgio Da C. Neves, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Renato Monseff Perissinotto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasil

Sílvia Helena Borelli, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

COORDENADOR DO PPGS

Marcelo Alario Ennes

EDITOR

Frank Nilton Marcon

ORGANIZADORES

Anaxsuell Fernando da Silva
Asher Grochowalski Brum Pereira

COMISSÃO EDITORIAL

Carles Feixa Pàmpons
Julio Cesar Cossio Rodriguez
Marcelo Alario Ennes
Marco Aurélio Dias de Souza
Marina de Souza Sartore
Paulo Sérgio da Costa Neves
Tânia Elias Magno Silva

REVISÃO

Danielle de Noronha

Ficha Catalográfica

Tomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. – n. 39 (jul./dez. 2021) – São Cristóvão : Editora UFS, 1998-

Semestral

ISSN 1517-4549

1. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CDU 316

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do PPGS.

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/index>) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Sumário

Dossiê	
Introdução	9
Ciências Sociais e Saúde: Crises, Emergências e Debates Contemporâneos	
Anaxsuell Fernando da Silva Asher Grochowalski Brum Pereira	
“Coronacrise”: Reflexões Sobre Alguns Efeitos Necropolíticos de/em uma Pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde	19
Esmael Alves de Oliveira Catia Paranhos Martins Marcos Aurélio da Silva	
Políticas Sexuais, Saúde e Violência em Tempos de Pandemia da Covid-19	45
Marcelo Tavares Natividade Bruno Alves de Sousa Rômulo do Nascimento Rocha	
“Um Bicho de Sete Cabeças”: HIV-Aids e Homens Jovens que Fazem Sexo Com Homens em Campo Grande (MS)	85
Tiago Duque	
A Constituição dos Sujeitos Políticos por Meio da Experiência de Tratamento de Adictos em Recuperação em Comunidades Terapêuticas	125
Priscila Farfan Barroso	
Uso de Substâncias Psicoativas e Controle Social do Uso do Alcool: Mestres Beberões na Casa de Jurema Mestre Carlos – RN	153
Janaina Alexandra Capistrano da Costa	

Artigos	
A Degradação e a Autenticidade do Trabalho: Experiências e Significados Desiguais nas Classes Populares e Médias	179
Alyson Thiago Fernandes Freire Carlos Eduardo Freitas	
Ressignificando Bandeiras e Narrativas: Política, Performance e Estética Sob a Ótica dos Movimentos Culturais da Juventude na Cidade de Maceió/AL	223
João Batista de Menezes Bittencourt	
A Elite Cultural do Folclore Alemão “Autêntico” no Brasil: Perfil Social, Mediação Cultural e Estratégias de Legitimação	255
Lucas Voigt	
Avanços, Contradições e Desafios da Política de Cotas na Educação Básica: o Caso do Ensino Médio Profissionalizante do IFF Campus Campos Centro (2016-2018)	299
Marcos Abraão Fernandes Ribeiro Luciana Machado da Costa Sérgio Rangel Risso	
Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre Trajetórias dos Ministros e Crenças Econômicas Estatais Vigentes	329
Maria Chaves Jardim Tiago Rosa	
Conflitos Belicosos e seus Impactos sobre as Expectativas de Desenvolvimento Humano nos Rdhs/Pnud/Onu: Uma Leitura a partir de Norbert Elias	369
Maria José de Rezende	
Sucessos Escolares Improváveis e Teorias Disposicionalistas da Ação: Trabalhando com Pierre Bourdieu e Bernard Lahire	407
Francisco Érick de Oliveira Carlos Henrique Lopes Pinheiro	
“Guerra às Drogas” e Populismo Autoritário no Sul Global	445
Ygor Diego Delgado Alves Pedro Paulo Gomes Pereira	

Dossiê

Ciências Sociais e Saúde: Crises, Emergências e Debates Contemporâneos

*Anaxsuell Fernando da Silva**

*Asher Grochowalski Brum Pereira***

O coronavírus teve seu primeiro registro em Wuhan, na China, no final de 2019. Os primeiros infectados apresentaram os seguintes sintomas: febre, dores no corpo, cansaço, tosse seca e dificuldade respiratória (Liu et al., 2020). O que parecia ser uma infecção viral circunscrita a um espaço geográfico espalhou-se, em poucos meses, por todo o globo. Os governos, pegos desprevenidos, sem vacinas ou medicamentos eficazes no combate à SARS-CoV-2, quase que de maneira imediata optaram pelo fechamento de suas fronteiras nacionais e aumento do controle sanitário fronteiriço. A percepção que norteava essa prática era a representação do outro, do migrante, como vetor de contaminação, como ameaça. Outras nações optaram por decretar *lockdown* ou recomendaram isolamento social, além do estabelecimento de normas de segurança: o uso de máscaras e a higienização das mãos com álcool 70%.

Ao passo em que o vírus se espalhava do interior da China para o mundo, chegaram também as primeiras vítimas. Pessoas idosas ou com comorbidades começaram a sucumbir diante das dificuldades respiratórias causadas pela doença, o direito universal à respiração estava em xeque (Mbembe, 2020). Ao mesmo tempo, os hospitais e os sistemas de saúde dos diferentes países começaram a entrar em colapso, uma vez que não tinham respiradores e leitos de tratamento intensivo para a massa de infectados que surgia. A fila de espera foi aumentando gradativamente e as pessoas começaram a morrer enquanto aguardavam. Hoje, em

* Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: anaxsfernando@yahoo.com.br

** Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: asherbrum@gmail.com

2021, já foram contabilizados 172 milhões de casos de infecção pelo coronavírus ao redor do mundo. Desses 172 milhões, 3,7 milhões morreram.

Embora reconheçamos que a Covid-19 se configure como uma ameaça humanitária global, as pesquisas empreendidas até o momento nos permitem asseverar que a possibilidade de sua propagação afeta de maneira diferenciada determinados segmentos sociais (Noronha et al., 2020). Em artigo publicado na revista *Lancet* no qual se avaliava o Sistema Brasileiro de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe, Baqui et al. (2020) sugeriram maior risco de morte por Covid-19 entre pardos e pretos.

Assim, os impactos dessa crise sanitária têm sido sentidos com maior intensidade nos segmentos sociais mais vulnerabilizados e empobrecidos, notadamente entre aqueles designados como trabalhadores essenciais: mulheres e homens negros e moradores das periferias urbanas, os quais encontram nos modos de viver nas cidades estratégias de resistência e criam oportunidades para a subsistência familiar (Sassen, 2003). Nessa direção é possível afirmar que esta pandemia – ainda com todo fôlego no momento em que fechamos este texto – é um evento histórico que visibiliza e potencializa as desigualdades construídas socialmente em nosso cotidiano ao longo das últimas décadas, como já foi apontado por Sônia Maluf (2021) em artigo publicado nesta mesma revista.

No Brasil, o primeiro caso de infecção pela Covid-19 foi registrado na cidade de São Paulo no início de 2020. Tratava-se de um homem, com 61 anos, que retornava de uma viagem para o Norte da Itália. Ele foi atendido em um hospital privado, na zona sul da cidade, considerado um dos melhores do mundo³, o Hospital

3 A revista americana *Newsweek*, em uma pesquisa feita em 21 países, mencionou o Hospital Israelita Albert Einstein entre os 50 primeiros no ranking “Os melhores hospitais do mundo”. Esse levantamento foi feito em parceria com a Statista Inc., empresa global de pesquisa de mercado e dados de consumidores. A relação está disponível em: <https://www.newsweek.com/best-hospitals-2020>

Albert Einstein. Em nota, o hospital afirmou que o paciente estava em bom estado clínico e sem necessidade de internação, esse permaneceu em isolamento respiratório domiciliar por 14 dias, com um monitoramento ativo da equipe médica do hospital⁴.

Por outro lado, o primeiro caso de morte por Covid-19 se deu no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma empregada doméstica de 63 anos infectada na casa da patroa, no alto-leblon, bairro que tem o metro quadrado mais valorizado do país e distante cerca de 120 km da sua casa, que ficava em Miguel Pereira – um pequeno município no centro-sul fluminense. A patroa, para quem ela trabalhava nos últimos dez anos, tinha voltado de viagem da Itália. Até junho de 2021, haviam ocorrido cerca de 17 milhões de casos de infecção e aproximadamente 470 mil mortes. E esses dois exemplos seguem como emblemáticos para ilustrar as desigualdades brasileiras e sua expressão na saúde pública. Urge pensarmos na redistribuição desigual dos processos de vulnerabilização vigentes em nossa sociedade.

O vírus, a essa altura, ultrapassou as barreiras dos alvéolos pulmonares e se infiltrou na circulação sanguínea. Em seguida, atacou os órgãos e outros tecidos, e começou sua saga de destruição pelos mais expostos. A isso se seguiu uma inflamação sistêmica. Condição biosanitária que nos impôs refletir a respeito da relação com o ambiente e retomar as discussões em torno da questão da (im)possibilidade real/atual e prospectada para o futuro da perpetuação dos padrões de produção e consumo vigentes. Repentinamente tomamos consciência da nossa própria “putrescibilidade, e ter de viver na vizinhança da própria morte, a contemplá-la como uma possibilidade real” (Mbembe, 2020, p. 6). Isso, porque aqueles que apresentavam anteriormente problemas cardiovasculares, neurológicos e/ou metabólicos, ou ainda que sofriam de patologias ligadas à poluição, sofreram,

4 Disponível em :<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-02/ministerio-da-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil>

nesse primeiro momento, os ataques mais furiosos. Depois de estar sem fôlego e privados de aparelhos respiratórios, os adoecidos pelo vírus partiram subitamente, como se às escondidas, sem qualquer possibilidade de se despedir.

Em um ano e meio de infecção em solo brasileiro, temos experimentado os mais diversos desdobramentos sociais da pandemia. O negacionismo com relação à vacina e ao vírus, antes difuso na sociedade, tornou-se posição hegemônica no governo brasileiro. O descaso dos gestores públicos com as normas de biossegurança tornou-se notório. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro resolveu promover a propaganda de um “tratamento precoce” à base de cloroquina e hidroxicloroquina, profilaxia com nenhuma eficácia comprovada em se tratando da Covid-19⁵. As manifestações e ações polêmicas do governo brasileiro fizeram deslançar a chamada “CPI da COVID”, comissão instaurada para investigar os impactos das ações do governo brasileiro no combate à pandemia. A CPI teve sua instauração demandada pelo Superior Tribunal Federal.

Neste momento, a pandemia da Covid-19 no Brasil expõe e exacerba questões históricas que extrapolam qualquer tentativa de compreensão de formas de adoecimento que se restrinjam ao âmbito biomédico e nos impõe a busca da compreensão dos aspectos econômicos, políticos e estruturais. Nossa forma de ser e existir em sociedade foi radicalmente modificada. Os desdobramentos dessa nova dinâmica social verificam-se tanto nas grandes metrópoles ao redor do mundo quanto nas pequenas cidades do interior do país. Provavelmente não há nenhuma localidade em que não se verifique o uso de máscaras ou que se tenha experienciado a morte pela ação do coronavírus. Desse modo, a pandemia tem um

5 Fonte: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/21/nao-ha-evidencias-que-cloroquina-seja-eficaz-em-prevencao-ou-tratamento-da>. Acesso em: 14 de jun. 2021.

impacto gigantesco nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências Sociais.

Mas esse não é um campo propriamente novo. No contexto latino-americano, a profusão de pesquisas das Ciências Sociais no campo biomédico e sanitário se deu, principalmente, na primeira metade dos anos de 1960. Naquele momento, a orientação epistemológica dominante estava marcada pelos enfoques culturalista e comportamental, sob notável influência norte-americana. Nos anos que se seguiram, mais precisamente como desdobramento da Reforma Universitária de 1968, em razão das exigências impostas pelo currículo mínimo de Medicina, houve incorporação de conteúdos relacionados à organização da prática médica e à administração dos serviços de saúde. Esse cenário viabilizou uma expansão no ensino e pesquisa nas Ciências Sociais e Saúde. Nos últimos anos, as Ciências Sociais trouxeram significativas contribuições à formação de profissionais em saúde. E, como resultado, cresceu o interesse especializado das instituições acadêmicas de Ciências Sociais e Humanas no desenvolvimento de pesquisa e, mais descontinuamente, no ensino relacionado à área da Saúde – sobretudo na Saúde Coletiva.

Nos últimos anos, pesquisadoras e pesquisadores das Ciências Sociais começaram a concentrar esforços na intersecção dessa área com o campo da saúde e se puseram a pensar a partir de diferentes perspectivas e buscando lançar abordagens teórico-metodológicas inovadoras para as relações de cuidado. Tais esforços ganharam materialidade em trabalhos sobre práticas locais e políticas públicas de saúde (Porto, 2020; Bourguignon, Grisotti, 2018); Saúde Indígena (Macedo, 2021; Guimarães, 2017; Ferreira, 2015; Souza, 2012); Experiências de adoecimento (Neves, 2020; Fleischer, 2018; Fleischer, Franch, 2015; Canesqui, 2013); na interlocução com outros campos (Quinaglia Silva, Brandi, 2014; Segata, 2020); nas questões que relacionam racismo e saúde (Batista, Werneck; Lopes, 2012; Willian, Priest, 2015); desigualdade de gênero (Matos, Rodrigues, 2020; Wer-

neck, 2016); impactos políticos e epistêmicos (Basile, 2020; Pimenta, 2021; Fiorotti, 2021; Diniz, 2016; Knauth, Meinerz, 2015); criação de redes de cuidado (Calvo, 2021; Oliveira, 2020), apenas para mencionar alguns desses esforços que nos ajudam a pensar a crise e apontar saídas dela.

Na tentativa de compreender esse cenário de crise, acentuar o papel crítico-propositivo das Ciências Sociais em sua interface com a saúde e aplicar o escopo das discussões dessa área, este dossiê trouxe um conjunto de textos para sua leitura.

Os dois primeiros textos do dossiê afinam-se ao discutirem os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil e, sobretudo, as estratégias necropolíticas que apontam para quais vidas importam e quais não. Com efeito, os autores observam etnograficamente vários níveis: desde pessoas, passando pelas mídias e avançando até as políticas do Estado que regulam tais estratégias.

Esmael Oliveira, Carla Martins e Marcos Aurélio da Silva refletem sobre os efeitos necropolíticos associados com a crise pandêmica do coronavírus. Por meio do diálogo transdisciplinar com autores das Ciências Sociais e de diversas áreas que problematizam sobre as biopolíticas contemporâneas, além de notícias, os autores concluem que os efeitos mais nefastos da pandemia incidem sobre aqueles grupos e populações perpassados pelos marcadores sociais da diferença. Desse modo, os autores demonstram que esses efeitos ganham propulsão com o negacionismo, *fake news*, negligência com a saúde pública, dentre outros fatores, de modo que grande parte dos impactos da pandemia recai sobre aqueles grupos perpassados por raça, classe e gênero. Percorrendo discursos oficiais veiculados pela mídia, os autores demonstram que há uma seleção sobre quem vive e quem morre, seja por indiferença governamental, por passividade, seja por privilégio.

Marcelo Natividade, Bruno Sousa e Rômulo Rocha fazem um mapeamento e análise das políticas sexuais LGBT no Brasil para de-

monstrar a ressonância que grupos fundamentalistas têm sobre posicionamentos técnicos na área da saúde. Segundo esses autores, estes grupos são responsáveis pela circulação e perpetuação de preconceitos em se tratando das políticas sexuais envolvendo as populações LGBT. Lançando um olhar sobre o Estado, a autora analisa três instâncias sobre as quais impacta a ação estatal: o Observatório Nacional das Políticas LGBT; a política de HIV-AIDS; políticas sexuais e violência. Todos esses níveis de intervenção estatal são observados levando-se em conta a pandemia da Covid-19 no Brasil. Ao olhar para as políticas de Estado em relação à pandemia, eles refletem sobre as formas estatais para decidir quem vive e quem morre no contexto da pandemia. Conclui que racismo, LGBTfobia e machismo são elementos fundamentais para se refletir sobre essa questão.

O texto de Tiago Duque também trabalha na chave das populações LGBT e sua relação com o HIV-AIDS. Mais especificamente, o autor observa homens que fazem sexo com homens. O texto também discute a relação entre saúde e doença, bem como os estigmas associados ao HIV-AIDS e a uma suposta epidemia associada com a doença.

Tiago Duque analisa as experiências com o HIV-AIDS de dez homens jovens da cidade de Campo Grande que se enquadram na categoria “HSH” (homens que fazem sexo com homens). As entrevistas realizadas pelo autor com esses homens na faixa dos 19 aos 25 anos permitiu estabelecer conexões com construções identitárias e percepções sobre corpos, vulnerabilidades, medicalização e estigmas em torno da homossexualidade e do HIV-AIDS. Duque permite a reflexão sobre a relação entre saúde e doença por meio do caráter estigmatizador que ainda está presente no âmbito da medicalização de prevenção. Desse modo, o autor demonstra que essa questão vai muito além da saúde propriamente dita, pois a chamada epidemia do HIV-AIDS espalhou-se para os mais diversos campos sociais produzindo estigmas e as mais diversas formas de sociabilidade.

Os trabalhos de Janaína Costa e Priscila Farfan aproximam-se pela discussão em torno das drogas e das suas implicações. Em um dos textos, a adicção associa-se com a produção de sujeitos políticos, no outro, é discutida na chave da religiosidade e do ritual.

Priscila Farfan estuda a produção de sujeitos políticos em Comunidades Terapêuticas dedicadas ao tratamento da adicção em drogas no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, as pessoas que passaram pelo tratamento nessas comunidades e que possuem uma narrativa de superação do vício surgem na arena pública como promotores dessas instituições. A autora demonstra que atores que, em um primeiro momento, se relacionavam entre si como “usuários de crack”, após o tratamento, apresentam-se como representantes políticos das comunidades terapêuticas e relacionam-se com outros atores sociais. Ao se tornarem representantes dessas comunidades diante do Estado e na esfera pública, a autora conclui que essas pessoas também servem como modelos de superação a serem seguidos pelas pessoas em tratamento nessas comunidades. Os ex-adictos surgem como exemplos a serem seguidos por demonstrar que o tratamento funciona e, ao mesmo tempo, fomentam o debate na esfera pública em torno de questões relacionadas a drogas, tratamento e adicção.

Janaína Capistrano discute as diferentes modalidades de Culto da Jurema, o que nos permite pensar nas associações possíveis entre religiosidade, saúde e o consumo de álcool e drogas. Por meio da observação do ritual que envolve os Mestres Beberrões da Jurema na Casa de Jurema Mestre Carlos, na área rural de Extremoz (RN), a autora reflete sobre o consumo de álcool em contextos rituais e sua regulação. A autora demonstra que o consumo do álcool e da própria Jurema, uma substância psicoativa, em contextos rituais associa-se com símbolos que evocam a ideia da cura e restauração da saúde. Desse modo, a ideia da saúde para as pessoas que participam desses rituais vai muito além de normatizações legais.

Esperamos que este dossiê contribua para a ampliação das discussões recentes sobre saúde e que faça avançar o debate em torno da pandemia da Covid-19. Os artigos reunidos aqui certamente serão elementos motivadores nesse sentido.

Referências

Baqui P, Bica I, Marra V, Ercole A, van der Schaar M. Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. **Lancet Glob Health**, 8(8), 2020.

Basile, G. **La triada de cuarentenas, neohigienismo y securitización en el SARS-CoV-2**: matriz genética de la doctrina del panamericanismo sanitario. Edición Especial Observatorio Social de la Pandemia: CLACSO, 2020.

Batista, Luís Eduardo; Werneck, Jurema; Lopes, Fernanda (Orgs). **Saúde da população negra**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

Calvo, D. Redes de cuidado: enfrentamento da Covid-19 nas religiões afro-brasileiras. **PLURA, Revista de Estudos de Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 12, n. 1, 2021, p. 121-135.

Canesqui, Ana Maria. **Adoecimentos e sofrimentos de longa duração**. São Paulo: Hucitec, 2013.

Diniz, Débora. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2016.

Ferreira, L. O. Interculturalidade e saúde indígena no contexto das políticas públicas brasileiras. In: Esther Jean Langdon; Marina D. Cardoso. (Org.). **Saúde Indígena – Políticas comparadas na América Latina**. 1ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, v. 1, p. 217-246.

Fiorotti, S. Economias morais evangélicas e governo Bolsonaro em tempos de pandemia. **PLURA, Revista de Estudos de Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 12, n. 1, 2021, p. 198-217.

Fleischer, S; Franch, M. UMA DOR QUE NÃO PASSA: Aportes teórico-metodológicos de uma Antropologia das doenças compridas. **POLÍTICA & TRABALHO**. Revista de Ciências Sociais, nº 42, Janeiro/Junho de 2015, p. 13-28.

Guimarães, S. Povos Indígenas e a Legislação sobre ética em pesquisa no Brasil: relatos de uma pesquisa em saúde indígena. **Revista Mundaú**, v. 2, p. 80, 2017.

- Knauth, D. R.; Meinerz, N. E. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** (Online), v. 20, 2015, p. 2659-2666.
- Langdon, E. Jean. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção socio-cultural da doença. **Etnográfica**, Vol. V (2), 2001, p. 241-260.
- Liu, Yen-Chin et al. COVID-19: The first documented coronavirus pandemic in history. **Biomedical Journal**. Volume 43, Issue 4, August 2020, p. 328-333.
- Macedo, Valéria. O CUIDADO E SUAS REDES doença e diferença em instituições de saúde indígena em São Paulo. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)**, v. 36, 2021 ,p. 1-22.
- Matos, S. S.; Rodrigues, Ana C. Quando duas epidemias se encontram: a vida das mulheres que têm filhos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na pandemia da COVID-19. **CADERNOS DE CAMPO (USP)**, v. 29, 2020, p. 329-340.
- Maluf, Sônia W. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **TOMO**. n. 38 JAN./JUN., 2021
- Mbembe, Achille. **O direito universal à respiração**. Trad. Ana Luiza Braga. 2020.
- Neves, Ednalva Maciel. (Des)continuidades entre sociedade e genômica desigualdades, políticas e experiências de vida com a doença falciforme. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 1, 2020, p. 190-214.
- Noronha K, Guedes G, Turra C, Andrade M, Botega L, Nogueira D, Calazans JA, Carvalho L, Servo L, Ferreira MF. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cad Saúde Pública**; 36(6), 2020.
- Oliveira, Amurabi. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais - REALis**. v.10, n. 01, Jan-Jun. 2020.
- Pimenta, Melissa de Mattos; Oliveira, Régia Cristina. A Contribuição da Sociologia para o Ensino em Saúde. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 45, jan./abr. 2020, p. 260-284.
- Porto, R. M.. Zika Vírus e Itinerários Terapêuticos: os impactos da pós-epidemia no Estado do Rio Grande do Norte. **ILHA - Revista de Antropologia**, v. 22, 2020, p. 169-199.
- Quinaglia Silva, E.; Brandi, C. Q. A. C. S. 'Essa medida de segurança é infinita ou tem prazo de vencimento?' - interlocuções e desafios entre o Direito e a Psicologia no contexto judiciário. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, 2014, p. 3947-3954.
- Sassen, Saskia. **Contra geografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.
- Segata, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO)**, v. 26, 2020, p. 275-313.
- Souza, MLP. Da prevenção de doenças à promoção da saúde: reflexões a partir da questão do uso de bebidas alcoólicas por populações indígenas. In: Luíza Garnelo e Ana Lúcia Pontes (Org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. 1ed. Brasília: MEC-SECADI, 2012, p. 108-126.

“Coronacrise”*: Reflexões Sobre Alguns Efeitos Necropolíticos de/em uma Pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde

*Esmael Alves de Oliveira***

*Catia Paranhos Martins****

*Marcos Aurélio da Silva*****

Resumo

Ao sermos interpelados/as pelo atual cenário político-pandêmico e diante de um quadro tão incerto quanto o que vivemos, somos desafiados/as a refletir não apenas sobre os “limites”, mas também sobre as “possibilidades” inauguradas em tempos de crise. Assim, num movimento de disputa crítica e analítica frente aos inúmeros eventos do presente, buscamos, a partir de uma perspectiva transdisciplinar e em diálogo com autores e autoras que versam sobre as (bio)políticas contemporâneas, tecer breves considerações sobre os efeitos necropolíticos da crise da Covid-19 no Brasil. A partir de um levantamento bibliográfico e da análise de algumas notícias, concluímos que, se a pandemia é um problema de todos/as, a lógica necropolítica em curso no Brasil faz com que ela incida, principalmente, sobre sujeitos e coletivos atravessados por marcadores sociais de diferença, colocando-se como desafio para as ciências humanas e sociais que têm acionado toda uma expertise na área da saúde para refletir e contribuir diante desse contexto.

Palavras-chave: Covid-19. Necropolítica. Saúde. Marcadores sociais de diferença. Ciências humanas em saúde.

* Inspiramo-nos no artigo “A cor/raça dos trabalhadores mais afetados na coronacrise” de autoria da pesquisadora Ana Luíza Matos de Oliveira (2020).

** Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da FCH/UFMG e do PPGAS/UFMS. E-mail: esmael_oliveira@live.com

*** Professora da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: catiaparanhos@hotmail.com

**** Professor Adjunto do Instituto de Saúde Coletiva, na área de Ciências Humanas e Saúde. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: marcoauréliosc@hotmail.com

"Coronacrisis": Reflections On Some Necropolitical Effects Of/In A Pandemic and the Challenges For Human And Social Sciences In Health

Abstract

As we are challenged by the current political-pandemic scenario and faced with a situation as uncertain as the one we live in, we are challenged to reflect not only on the "limits", but also on the "possibilities" inaugurated in times of crisis. Thus, in a movement of critical and analytical dispute in the face of the countless events of the present, we seek, from a transdisciplinary perspective and in dialogue with authors dealing with contemporary (bio) policies, to make brief considerations about the necropolitical effects of the crisis of Covid-19 in Brazil. Based on a bibliographic survey and the analysis of some news, we conclude that if the pandemic is a problem for everyone, the necropolitical logic underway in Brazil causes it to focus mainly on subjects and collectives crossed by social markers of difference, posing itself as a challenge for the human and social sciences that have triggered a whole expertise in the health area to reflect and contribute to this context.

Keywords: Covid-19. Necropolitics. Health. Social markers of difference. Humanities in health.

"Coronacrise": Reflexiones Sobre Algunos Efectos Necropolíticos de/en una Pandemia Y Los Desafíos Para Las Ciencias Humanas Y Sociales En Salud

Resumen

Ante el desafío del actual escenario político-pandémico y ante una situación tan incierta como la que vivimos, tenemos el desafío de reflexionar no solo sobre los "límites", sino también sobre las "posibilidades" inauguradas en tiempos de crisis. Así, en un movimiento de disputa crítica y analítica frente a los innumerables acontecimientos del presente, buscamos, desde una perspectiva transdisciplinar y en diálogo con autores que se ocupan de (bio) políticas contemporáneas,

as, hacer breves consideraciones sobre los efectos necropolíticos de la crisis de Covid-19 en Brasil. A partir de un relevamiento bibliográfico y el análisis de algunas noticias, concluimos que, si la pandemia es un problema para todos, la lógica necropolítica en marcha en Brasil hace que se concentre principalmente en sujetos y colectivos atravesados por marcadores sociales de la diferencia, planteándose como un desafío para las ciencias humanas y sociales que han utilizado toda una experiencia en el área de la salud para reflexionar y contribuir a ese contexto.

Palabras clave: Covid-19. Necropolítica. Salud. Marcadores sociales de la diferencia. Humanidades en salud.

Um pequeno balanço

Ao sermos interpelados/as pelo atual cenário político-pandêmico, não pudemos deixar de pensar que, diante de um quadro tão incerto quanto o que vivemos, mais uma vez somos desafiados/as a refletir não apenas sobre os “limites”, mas também sobre as “possibilidades” inauguradas em tempos de crise. Como asseveram Castro, Engel e Martins (2018, p. 12), a “ideia de crise, tragédia, ruptura não é autoevidente, unívoca ou indisputável”. Assim, foi num movimento de disputa crítica e analítica frente a alguns eventos do presente que buscamos, a partir de uma perspectiva transdisciplinar e em diálogo com autores e autoras que versam sobre as (bio)políticas contemporâneas, tecer breves considerações sobre os efeitos necropolíticos da crise da Covid-19 no Brasil. Problematizar o atual cenário e o que nos acontece é tanto estratégia de sobrevivência quanto a busca por uma construção coletiva de uma “vacina política”, como nos diz Mussi (2020), para as necessárias mudanças nos modos de gerir a vida num momento em que chegamos ao estarrecedor número de mais de 175 mil óbitos.

Nesse cenário, almejamos problematizar as “possibilidades” inauguradas em tempos de crise para o campo das Ciências Sociais e

Humanas em Saúde, o que consiste na desnaturalização e enfrentamento dos processos de violências simbólicas e institucionais que são produtoras de adoecimento e morte. Assim, não por acaso, no contexto pandêmico, ganha força o equívoco e as limitações em tomar a doença como exclusivamente da seara das ciências biomédicas invisibilizando, a partir da acusação de "ideologizar a pandemia", questões de fundo político e sociocultural que incidem diretamente sobre a saúde e a vida da população mais precarizada. Certamente, não há benefícios numa tragédia humana como uma pandemia que, até a finalização deste artigo, já matou mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o planeta. Mas, de alguma forma, esse cenário desvelou um quadro em que o Estado e as forças econômicas que lhe dão sustentação podem produzir políticas de morte ou tornar-se a força motriz de uma "máquina de moer gente" que tem como alvo privilegiado sujeitos e coletivos atravessados por gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, dentre outros marcadores.

Da mesma forma que o termo necropolítica entrou no vocabulário público, as Ciências Humanas e Sociais em Saúde são cada vez mais convocadas a pensar sobre questões como vulnerabilidades e vulnerabilizações, sobre as desconfianças de setores conservadores em relação à biomedicina, sobre o avanço deletério do negacionismo e das *fake news*, sobre a diversidade sociocultural dos processos de saúde e adoecimento, sobre a saúde do/a trabalhador/a, sobre as questões ambientais e a medicalização da vida, abrindo novas perspectivas e ampliando algumas já consolidadas. Conforme Carrara (2020, p. 1):

Nessa reverberação de vozes, opiniões, análises e denúncias em torno da eclosão da Covid-19, alguém disse que o Brasil vive uma pandemia em meio a um pandemônio. Trata-se de um pandemônio ético-político que teve início bem antes da constatação dos primeiros casos da doença entre nós. Em seu âmbito, colocou-se em questão, entre múltiplos alvos, a relevância das ciências humanas e sociais, às quais se acusa de ser espécie de saber suntuário, um luxo descartável em tempos de escassez econômica.

Pois foi desse campo que, ao lado das publicações biomédicas, surgiram algumas das primeiras reflexões, antes da pandemia tornar-se global, demonstrando a resposta rápida das Ciências Humanas e Sociais para questões de caráter emergencial, como as que vimos em decorrência da pandemia da Covid-19 – o que demonstra o protagonismo e a importância desses campos de conhecimento, ao contrário da acusação de balbúrdia feita pelo atual desgoverno.

Numa pesquisa à base de artigos científicos Scielo, dos 498 artigos resultantes para a palavra de busca “Covid”, em torno de 130 artigos são do campo das Ciências Humanas e Sociais em Saúde, sendo que ao menos cinco revistas lançaram dossiês sobre o assunto, como a *Physis*¹ (IMS/UERJ), a *Estudos Avançados*² (USP), a *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*³ (Fundacentro), a *Ciência e Saúde Coletiva*⁴ (ABRASCO) e a *Ambiente e Sociedade*⁵ (ANPPAS). Acrescentamos também os dossiês, em fase de editoração, da revista *Horizontes Antropológicos* (UFRGS) e da *Cultura e Sociedade* (UFG).

É preciso também mencionar a importante proliferação de publicações de livros sobre a temática, tanto por parte de editoras já consolidadas quanto de editoras novas, facilitada pela recente indústria dos e-books. Da filosofia, o já clássico “Sopa de Wuhan” nos trouxe a reflexão de primeira hora de nomes importantes como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Paul Preciado e Judith Butler, que nos pergunta:

¿Cuáles son las consecuencias de esta pandemia al pensar en la igualdad, la interdependencia global y nuestras

1 *Physis*: Revista de Saúde Coletiva, vol. 30, n. 2, Rio de Janeiro, 2020.

2 *Estudos Avançados*, vol. 34, n. 99, São Paulo, maio/ago. 2020.

3 *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, vol. 45, São Paulo, 2020.

4 *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 25, supl. 2, Rio de Janeiro, out. 2020. Praticamente todas as edições da revista em 2020 trouxeram inúmeros artigos sobre a pandemia.

5 *Ambiente & Sociedade*, vol. 23, São Paulo, 2020.

obligaciones mutuas? El virus no discrimina. Podríamos decir que nos trata por igual, nos pone igualmente en riesgo de enfermar, perder a alguien cercano y vivir en un mundo de inminente amenaza. Por cierto, se mueve y ataca, el virus demuestra que la comunidad humana es igualmente frágil. Al mismo tiempo, sin embargo, la incapacidad de algunos estados o regiones para prepararse con anticipación (Estados Unidos es quizás el miembro más notorio de ese club), el refuerzo de las políticas nacionales y el cierre de las fronteras (a menudo acompañado de racismo temeroso) y la llegada de empresarios ansiosos por capitalizar el sufrimiento global, todos dan testimonio de la rapidez con la que la desigualdad radical, que incluye el nacionalismo, la supremacía blanca, la violencia contra las mujeres, las personas queer y trans, y la explotación capitalista encuentran formas de reproducir y fortalecer su poderes dentro de las zonas pandémicas. Esto no debería sorprendernos (Butler, 2020, p. 60).

No Brasil, duas coletâneas merecem destaque. A primeira organizada por Oliveira e Souza (2020) e intitulada "A sociedade em tempos de covid-19"⁶. A publicação ancorada numa proposta interdisciplinar contemplou a análise dos impactos da pandemia a partir de diferentes campos disciplinares como Biotecnologia, Ciência da Informação, Construção Civil, Direito, Educação, Filosofia, História, Interdisciplinar, Meio Ambiente, Psicologia, Saúde, Serviço Social, Sociologia e Tecnologias. A outra, intitulada "Cientistas Sociais e o Coronavírus"⁷, organizada por Grossi e Toniol (2020), conta com nada menos que 148 artigos que se debruçaram sobre eixos como políticas públicas, economia, trabalho, história, desigualdades, gênero, raça, populações tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas e ciganas), saúde mental, arte e comunicação, deficiências, velhice, gestação, religião e morte.

6 Disponível para download no link: https://editorainovar.com.br/_files/200000646-0e8910e896/Livro-A%20SOCIEDADE%20EM%20TEMPOS%20DE%20COVID-19.pdf

7 Disponível para download no link: <https://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>

Falar da Covid-19 é falar de desigualdade social e política?

Meses depois de instaurada, a pandemia continua a nos mostrar cada vez mais que nem só de vírus se faz uma doença. A diversidade sociocultural dos processos de saúde e adoecimento, campo que se perfaz da Saúde Coletiva às Ciências Humanas e Sociais, tem sido acionada, principalmente para se pensar na variabilidade dos conceitos de saúde, doença e corpo, vistos não apenas como entidades biológicas, mas, sobretudo, políticas e sociais. Tampouco o acesso a serviços de saúde pode ser reduzido a uma questão de hospital e/ou a medicamentos (vale lembrar a corrida por parte do atual desgoverno para a aquisição milionária e consequente distribuição de cloroquina). Pelo contrário, trata-se de reconhecer os impactos que as desigualdades sociais têm não apenas sobre os sistemas de saúde, no caso do Brasil o SUS, mas na própria vida da população.

À semelhança de muitos países de renda baixa e média, 13,5 milhões de brasileiros se encontram em situação de extrema pobreza. Nas favelas das grandes cidades vivem 13,6 milhões de pessoas espremidas em casas e barracos ligados por vielas, sem saneamento e acesso à água limpa. Somente no Nordeste do Brasil, 12 milhões de moradores não tiveram acesso diário à água encanada em 2018; 72% das famílias nessas comunidades não têm economias nem para resistir uma semana. O país tem 38,3 milhões de brasileiros com empregos precários, e a renda básica emergencial (RBE) de R\$ 600 a trabalhadores informais, autônomos e em contrato intermitente, a ser paga por três meses durante a pandemia do novo coronavírus, é insuficiente. Em tais circunstâncias, análogas às de muitos países do Sul Global, distanciamento social, lavagem das mãos e outras medidas de saúde pública não são viáveis e podem até ser prejudiciais, ao aumentar as desigualdades sociais em saúde (Ortega e Behague, 2020, p. 7).

O que nos leva ao campo de estudos das populações vulneráveis, ou melhor, grupos e populações vulnerabilizadas, tema caro às

pesquisas em saúde. No campo da Saúde Coletiva as iniquidades em saúde, considerada "a mais grave doença brasileira", são caracterizadas pelas desigualdades sociais sistemáticas, relevantes, injustas e que poderiam ser evitadas (Buss e Pellegrini Filho, 2006). No escopo desse debate, colocamos ênfase aos processos sociais que constroem essas vulnerabilidades, de onde a nossa preferência pelo termo populações vulnerabilizadas. Ou seja, nos recusamos a adjetivar os sujeitos como vulneráveis como se fosse algo dado, mas, sim, buscamos os processos sociais dessa vulnerabilização, que é o resultado de um projeto necropolítico historicamente sustentado:

A história que narro a seguir considero uma das expressões mais claras da colonialidade. Em meio à atual conjuntura da pandemia da Covid-19, assistimos, através de nossos televisores de 56 polegadas e aconchegados em nossos sofás retráteis, ao primeiro caso de morte por Covid-19 notificado no estado do Rio de Janeiro. Uma mulher, negra, empregada doméstica que estava trabalhando na casa dos patrões no Alto Leblon (Zona Sul do Rio de Janeiro) e contraiu o vírus da patroa que acabara de chegar de uma viagem à Europa. A patroa não fez o isolamento social de 14 dias recomendado por especialistas, para que se evitasse a transmissão da doença. Ela continuou com os empregados em casa, servindo-a enquanto transmitia o vírus. O problema é que a empregada, além de ter 63 anos, possuía comorbidades importantes, o que fez com que a doença se agravasse ainda mais rápido. Após alguns dias ela foi internada em um hospital público na cidade onde morava, Miguel Pereira, a 120 km do seu local de trabalho. [...] A história de transmissão da doença que matou a dona Cleonice demonstra de maneira cabal quais são e onde estão localizados os corpos que são mais suscetíveis a morrer. Em outras palavras, a colonialidade tem tido seus desdobramentos (Souza, 2020, p. 2-3).

Não só esse colonialismo renovado, num poder soberano de matar, nos coloca perto da Idade Média, como também ficou evidente que a inabalável confiança na ciência, um preceito caro à vida moderna (Freire Costa, 2004), não é comungada por boa

parte de nossa elite racista, de nossa mesquinha classe política e seus séquitos de seguidores que colocam ainda mais em risco a saúde pública. Num contexto em que opiniões pessoais se arrogam o mesmo peso do discurso científico, ao mesmo tempo que os deslegitimam, drogas, medicamentos e substâncias passaram a ter seus *status* tanto valorizados quanto questionados, colocando ainda mais em risco uma população que, historicamente privada de inúmeros acessos, não sabe mais em quem confiar:

O contexto peculiar da pandemia nos provoca a refletir sobre formas de uso, classificações e regulações no mundo das DMS [drogas, medicamentos e substâncias]. Há um aspecto singular com o qual concluímos o texto: nosso momento político coloca em relevo como o estatuto de certas drogas é frágil e pode mudar rapidamente. No caso da cloroquina e da nitazoxadina, uma divulgação pouco cuidadosa por membros do Governo Federal gerou corridas às farmácias, por sujeitos ávidos a se precaver individualmente contra o coronavírus. [...]. Sem dúvida, o cenário da pandemia nos leva e nos levará a reflexões sobre formas de uso de DMS, sejam eles terapêuticos, rituais ou sociais/recreativos. Mas, sem dúvida, são os usos políticos que hoje nos geram particular preocupação (Silva e Azize, 2020, p. 5-6).

Além da insistência em medicamentos sem eficácia comprovada, o mesmo governo federal decide atacar a produção de vacinas que sejam de nacionalidade *non-grata*, como a chinesa que está sendo produzida no estado de São Paulo, cujo governador é desafeto do presidente. Os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais em Saúde e da Saúde Coletiva, acostumados a lidar com os saberes leigos, certamente não imaginavam esses pensamentos emanando justamente daqueles que deveriam ter como interesse a melhor resposta aos problemas que assolam a população. O que nos leva a afirmar que não se trata de uma questão de “pouco” conhecimento, mas de uma indisfarçável estratégia que define a vida de uns em detrimento de muitos, um projeto de Estado sustentado numa política de morte não iniciada agora:

Outro aspecto que nos parece importante nessa estratégia é que o foco na CQ [cloroquina] esconde a nossa insuficiência referente aos testes diagnósticos. Testamos pouco, o que limita a percepção da extensão da epidemia no território nacional. E isso ocorre pela falta de capacidade de produção de reagentes, já que o Brasil optou por um modelo político e econômico, no início dos anos 90, de desmonte da indústria de produtos químicos e farmoquímicos, levando à intensificação da dependência internacional nesses setores. Em um estudo realizado por Rodrigues et al. (2018), foi possível observar a escolha do Brasil, desde os anos 90, por apostar na produção e exportação de commodities e importar insumos químicos, farmacêuticos e farmoquímicos, o que tornou o país altamente dependente do mercado internacional. Dependência essa que atrapalha, inclusive, a capacidade do país de produzir a CQ, já que o insumo farmacêutico ativo é importado da Índia. Essas escolhas políticas incidem hoje sobre nós, em um momento no qual as diversas nações do mundo buscam os mesmos insumos, princípios ativos e equipamentos (Silva e Gonçalves, 2020, p. 6).

Outro campo caro às Ciências Humanas e Sociais em Saúde, que é acionado com força nesse contexto pandêmico, é o das relações entre ambiente e saúde, em que podemos apontar a reversa dupla face da necropolítica. O fato de agropecuaristas, com incentivo do governo federal – em que o ministro do meio ambiente afirma em uma reunião ministerial que é o momento de aproveitar a pandemia “para passar a boiada”, se referindo à necessidade de flexibilização da legislação ambiental para atender aos interesses do empresariado do agronegócio –, se aproveitarem da situação para queimar vastas áreas da Amazônia e do Pantanal soma-se à “incapacidade” (embora não tenhamos dúvida que trata-se de um ato deliberado) de políticos e empresários de relacionarem a pandemia à destruição das florestas:

Se as mudanças climáticas e o desmatamento ainda não convenciam a opinião pública, a pandemia de Covid-19 tem sido bastante tangível em evidenciar que impactos na natureza podem retornar rapidamente em severos prejuízos

aos seres humanos. Em poucas semanas o novo coronavírus Sars-CoV-2 se espalhou pelo planeta, usando nossos corpos como meio de dispersão. A pandemia expôs desvantagens da moderna hiper mobilidade, evidenciou fragilidades dos sistemas econômicos, dos serviços públicos e privados de saúde e, sobretudo, gerou severos impactos emocionais e psicológicos, além de incontáveis mortos. (...) A forma como lidamos com a biodiversidade e os ecossistemas, em conjunto com as mudanças climáticas, viabiliza interfaces e corredores por onde ocorrem diversificação e circulação de vírus. Por esses meios, o Sars-CoV-2 poderá invadir biomas brasileiros, transformando florestas como a Amazônia em imensos reservatórios, de onde o coronavírus poderá retornar ainda mais agressivo à saúde (Acosta et al., 2020, p. 191).

A abertura de tantos campos e o fortalecimento de outros, propiciados pelo contexto pandêmico, no entanto, acontecem no momento de maior ofensiva sofrida pelas Ciências Humanas. Maluf (2020) nos fala em “urgências etnográficas” que se produziram em torno da pandemia e mobilizou grande parte das Ciências Humanas e Sociais em Saúde com a “criação de espaços para textos, testemunhos, debates, *webinars* promovidos pelos mais diversos organismos, como associações mundiais e nacionais de antropologia e ciências sociais, programas de pós-graduação e grupos e redes de pesquisa” (2020, n.p.). Como dissemos, não por acaso as Ciências Humanas e Sociais são alvos frequentes e reiterados de ataques de desqualificação. Ataques esses não apenas discursivos, mas que também passam pela suspensão ou diminuição de recursos destinados à ciência e à tecnologia e que impactam diretamente pesquisas em andamento, importantes centros de pesquisa ou mesmo a formação de uma nova geração de pesquisadores e pesquisadoras:

Hoje vivemos um momento de exclusão e silenciamento das Humanas – um dos desfechos mais perversos disso foi o novo edital de Iniciação Científica do CNPq, que simplesmente retirou da possibilidade de iniciação à pesquisa milhares de estudantes de cursos ligados às ciências humanas. Penso que essa

exclusão reflete tanto um desprezo pela ciência, como uma visão muito limitada e precária do que seja ciência, reduzida às questões de inovação tecnológica. Essa briga é antiga. A gente sabe que o campo científico de um país é composto pelas diferentes áreas e disciplinas – que se sustentam umas às outras. E de diversos níveis de pesquisa, da iniciação e os vários graus de formação, às pesquisas avançadas; da ciência básica às ciências aplicadas. Cortar ou destruir uma dessas áreas esgarça o campo científico, rompe um elo fundamental que constitui esse campo. Um elo que não é apenas formal ou burocrático, mas epistêmico. Sem a complexidade das áreas de conhecimento, não se entende a complexidade do mundo – nem a complexidade desta pandemia (Maluf, 2020, n.p.).

Entendemos, assim, as muitas lições que a pandemia de 2020 poderá deixar como legado às Ciências Humanas e Sociais em Saúde, seja pelos novos temas que se tornam imprescindíveis de serem estudados – negacionismo, *fake news* e teorias da conspiração na saúde, movimentos antivacina e anti-isolamento, a ausência de uma infraestrutura de saúde pública nacional e internacional e a banalização da morte dos “outros” – seja pela precarização das condições de saúde, pela deliberada vulnerabilização de camadas da população atravessadas por gênero, raça e classe, pelo negacionismo histórico-científico e pela expansão predatória do “agro” sobre ambientes e populações tradicionais.

A necropolítica “tem voz”

A seguir, tomando como gatilho quatro “discursos-cenas”, amplamente divulgados na mídia brasileira acerca do cenário da pandemia no país, analisamos alguns elementos de ordem político-ideológica presentes no discurso do atual presidente Jair Bolsonaro e compartilhados por alguns segmentos vinculados à sua proposta de governo. Tais elementos nos permitem evidenciar a existência de uma perversa e cínica tática necropolítica ancorada na ignorância e no descaso e que tem sido responsável por determinar seletivamente “quem vai morrer”.

Discurso-cena 1: Quando a estratégia é a indiferença

No dia em que o país registrava o número de 5.017 mortes, em decorrência do coronavírus, o que naquele momento já superava os números da China, o presidente, ao ser interpelado por uma jornalista em relação aos números de óbitos, em frente ao palácio do Planalto, responde: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (Garcia, Gomes e Viana, 2020)⁸.

Discurso-cena 2: Quando “viver protegido” é privilégio de alguns poucos

Em matéria veiculada pela BBC News Brasil, no dia 18 de março de 2020, a notícia diz: “Favelas serão as grandes vítimas do coronavírus no Brasil, diz líder de Paraisópolis”. No interior da reportagem, somos informados de que:

Com pouca informação, vivendo em ambientes superlotados e sem condições de seguir recomendações como comprar álcool em gel, estocar comida ou trabalhar de casa, os moradores das favelas serão as principais vítimas do novo coronavírus, no Brasil (Guimarães, 2020)⁹.

Discurso-cena 3: A “banalização do mal”

Em movimento contrário às medidas de isolamento social, empresários se mobilizam em diferentes cidades do país para protestar contra “a paralisação da economia”. Em 30 de abril de 2020, o site de notícias UOL traz como matéria “Sem responsabilização por mortes, dizem empresários contra quarentena”.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>

9 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51954958>

Na reportagem, um dos empresários participantes da ação afirmava:

Vivemos em um país livre e cada um deve defender o que acha justo, sem responsabilização. Isso não existe em um ambiente democrático. Estamos defendendo a volta ao trabalho. Alguém está se responsabilizando pelos empregos perdidos? Pelos pais que não conseguem levar comida para casa? (Sobrinho, 2020)¹⁰.

Discurso-cena 4: Vidas não passíveis de luto

No dia 28 de abril de 2020, a matéria de capa do Jornal de Brasília: "Brasil – Com aumento de mortes por coronavírus, corpos são enterrados em valas comuns em Manaus". No interior da notícia, temos acesso à informação de que:

O enterro em trincheiras tem afetado familiares de mortos na capital. É o caso da estudante universitária Lene Freire, 30 anos, cuja mãe, Sila Freire de Oliveira, faleceu em casa vítima de ataque cardíaco no último domingo, 26. Ela afirmou que só soube do sepultamento em cova comum quando chegou ao Cemitério Nossa Senhora Aparecida, no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus. "Achei aquilo um absurdo, não aceitamos esta forma. É o coveiro quem informa a gente e a administração (do cemitério) disse que seria um em cima do outro. Seriam cinco pessoas enterradas em camadas. Quando soubemos disto, juntamos com outros familiares e resolvemos sepultar o corpo em um cemitério particular. Foi o único jeito", afirmou (Jornal de Brasília, 2020)¹¹.

O que esses discursos-cena nos ajudam a pensar com relação

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/30/sem-responsabilizacao-por-mortes-dizem-empresarios-contr-quarentena.htm>

¹¹ Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/com-aumento-de-mortes-por-coronavirus-corpos-sao-enterrados-em-valas-comuns-em-manaus/>

aos contornos e efeitos da pandemia no Brasil?

Em primeiro lugar, tais discursos-cena precisam ser assumidos como o que são: dispositivos necropolíticos. Ao pensar o presente, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 6) indaga-se: “essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objeto primeiro e absoluto?” Vivemos a naturalização das políticas de morte em que as políticas de governo neoliberais emergem como estratégias necropolíticas contra corpos e vidas precárias. “Formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (Mbembe, 2018, p. 71), que definem quais corpos são matáveis e, de forma concomitante, embaralham as fronteiras de resistência, sacrifício e liberdade.

Nesse sentido, o mal-estar e a sensação de insegurança, causados pelos desdobramentos da pandemia no país, não podem ser devidamente compreendidos sem levarmos em consideração as condições sociais de desigualdade. Nesse aspecto, quando consideramos que os principais personagens que compõem as notícias anteriormente descritas estão inseridos em contextos de vulnerabilização social, atravessados por marcadores como classe, raça e gênero, há a constatação de que a compreensão da pandemia extrapola o campo biomédico (e precisa extrapolar!).

Assim, se a Covid-19, em termos clínicos, tem a possibilidade de infectar a todos, as políticas/medidas de saúde e quaisquer outras criadas para seu enfrentamento ao serem atravessadas por classe, raça, gênero, deficiência, região/localidade tendem a ser seletivas quanto aos seus efeitos sociais (Oliveira et al., 2020). Como dissemos, como ignorar a importante discussão na Saúde Coletiva dos determinantes sociais em saúde? À medida que governos e gestores se mostram indispostos ou incapazes de gestar e produzir apoio/suporte a grupos e populações vulnerabilizadas, não se revela aí apenas uma incompetência, mas, sim, o

lado perverso de um Estado que mira, com suas táticas seletivas de morte, para alguns e não outros.

O SUS já tem acúmulos significativos, seja na legislação, na capacidade técnica, seja no compromisso ético dos e das trabalhadoras e trabalhadores da saúde. Entretanto, “os desafios do SUS são políticos e não técnicos”, como sintetiza o editorial da revista inglesa *The Lancet* (2011). Não por acaso o subfinanciamento e a precarização do SUS tornam-se a principal tática utilizada por segmentos ligados ao mercado neoliberal e que entendem a saúde não como direito, mas como bem de consumo.

É consenso no movimento sanitário que as “desigualdades sociais fazem mal à saúde” (Barata, 2009, p. 24). Acesso à alimentação, água, educação, trabalho, dentre outros aspectos, produz mais vida ou vulnerabilidades e adoecimentos. A “pandemia exacerba desigualdades na Saúde”, sendo a desigualdade social em nosso país um “terreno fértil para a disseminação da COVID-19, dificultando o isolamento social, restringindo acesso a insumos básicos para higiene e proteção, e dificultando a própria assistência aos serviços de Saúde” (Minayo e Freire, 2020, p. 3556.)¹².

A partir disso é possível retomar os discursos-cenas e indagar: “quem são os corpos enterrados nas valas comuns”? Quem são aqueles e aquelas que “não podem deixar a economia parar” e que estão na linha de frente dos postos de trabalho precarizados e a serviço do empresariado “de bem”? Quais os bairros e zonas das cidades brasileiras onde os índices de infecção e morte são altos? Para nós, as respostas a tais interpelações desvelam a face perversa e sádica do racismo estrutural da sociedade brasileira.

Não por acaso as recorrentes imagens midiaticamente produzidas

12 Disponível em: <http://dssbr.org/site/2020/05/pandemia-exacerba-desigualdades-na-saude/>

sobre moradores das periferias, morros e quebradas deste grande país, como “irresponsáveis” e “inconsequentes” em decorrência de “desobedecerem” às regras de isolamento e distanciamento social, deslocando o foco do debate das responsabilidades éticas e políticas do governo para a dimensão de responsabilização individual. Abandonados à própria sorte, sem o direito de condições de existência mínimas, sem o direito de sepultar seus mortos com dignidade, homens e mulheres periféricos continuam a ser os alvos privilegiados das zonas de abandono (Biehl, 2008). Trata-se, portanto, de responsabilizar as camadas pauperizadas por suas mazelas, ao mesmo tempo que se desresponsabiliza cinicamente pelas tragédias que resultam de suas omissões (Souza, 2018).

E o cinismo necropolítico não tem limites. É assim, negando a responsabilidade do Estado, que se cobra que pessoas que vivem em condições precárias e aglomeradas em pequenos barracos improvisados, possam manter o distanciamento social. Que se exige que as pessoas redobrem os cuidados com práticas de higiene, ao mesmo tempo em que se desconsidera que parte significativa da população brasileira não possui acesso à água tratada e encanada e redes de esgoto.

Compreendendo que discutir saúde é discutir política, cabe a pergunta: Quem tem o direito de ficar em casa? Ao nosso senso de “segurança” atrelam-se condições precárias de vida e de trabalho. Para que não falte nada em nossas “bolhas de segurança”, alguém precisa fazer o trabalho pesado (coleta de lixo, entregas, limpeza). E num país atravessado por um racismo estrutural, esses inúmeros anônimos e anônimas não gozam do mesmo reconhecimento e das mesmas homenagens que são dirigidas aos profissionais da saúde (diga-se, médicos/as e enfermeiras/os). Nesse enquadre, enquanto profissionais de nível superior recebem algum reconhecimento, de que cor são e onde moram maqueiros, motoristas de ambulância, equipe de limpeza e demais profissionais de apoio?

O que dizer das subnotificações dos casos de infecção relacionadas à população parda, preta e indígena? Em artigo recente, Muniz (2020) problematiza as nuances que cercam o caráter seletivo das subnotificações durante a pandemia e que revela uma tática de apagamento especificamente em relação à população preta e parda. Nas palavras da pesquisadora,

Ao lado das desigualdades de classe, as assimetrias de raça, no contexto da pandemia, logo ficaram evidentes quando se começou a verificar que, proporcionalmente, morrem mais negros do que brancos no enfrentamento à doença, tendo em vista as vulnerabilidades socioeconômicas e de acesso à saúde às quais a população pobre e, majoritariamente negra, já está historicamente exposta, em função do racismo estrutural e institucional sobre o qual se organiza a sociedade brasileira (Muniz, 2020, p. 84).

O mesmo se verifica em relação à população indígena. Segundo dados fornecidos pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), até o momento foram registrados oficialmente 877 óbitos de indígenas em decorrência da Covid-19 e chegam a 40 mil os casos confirmados¹³. Ainda de acordo com a Ong Socioambiental,

O acompanhamento da evolução do novo coronavírus entre as populações indígenas representa um grande desafio. Embora os números oficiais informem sobre a dinâmica de notificação, eles não refletem necessariamente a extensão da pandemia. Ademais, a falta de desagregação dos dados dificulta o reconhecimento das regiões e dos povos mais afetados. Outro problema grave é a ausência de dados sobre indígenas que vivem fora de Terras Indígenas homologadas (Socioambiental, 2020)¹⁴.

13 Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/

14 Disponível em: https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQiAhs79B-RD0ARIsAC6XpaUPHDIqTExkW4nz04ZH08DG8q2mIK0RYCBCNe2lweq5RqQ0FSUnYI4aAuOqEALw_wcB

Diante desses dados, que “têm raça/etnia e classe”, impera o cinismo como estratégia de governo. Não por acaso a emblemática expressão utilizada pelo presidente como resposta à interpeção da jornalista: “E daí?” É evidente que tal expressão não é apenas a manifestação de indiferença diante da dor dos outros, mas antes de tudo a expressão de um sadismo perverso que (re) produz a objetificação do outro como sintoma de um estado suicidário como aponta Safatle (2020, p. 2):

Você é parte de um experimento. Talvez sem perceber, mas você é parte de um experimento. O destino do seu corpo, sua morte são partes de um experimento de tecnologia social, de nova forma de gestão. Nada do que está acontecendo nesse país que se confunde com nossa história é fruto de imprevisto ou de voluntarismo dos agentes de saúde.

É quando o Estado deliberadamente assiste às mortes e não constrói soluções efetivas, ao transformar a população pobre e trabalhadora em inimiga do desenvolvimento nacional, que se estabelece o morticínio como política de Estado. O cinismo está expresso em frases-sintomas, como: “Temos que salvar a economia”, “quantas mortes de CNPJ teremos?”, “as empresas não vão aguentar”. Enquanto isso, assistimos o presidente convocar o Brasil a deixar de ser “um país de maricas”¹⁵. O Estado, de forma estratégica, mata de fome, mata por omissão e apela para a sexualidade patriarcal-heteronormativa.

Por fim, não podemos deixar de tecer algumas considerações sobre o lugar da saúde mental nesse cenário pandêmico. Sem dúvida, um estado necropolítico-suicidário tem impactos importantes em nossas subjetividades. O caos da pandemia é somado ao gozo sádico dos governantes e do discurso midiático hegemônico com-

15 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

pondo o jogo mórbido. Temos acesso a inúmeros relatos e narrativas de colegas de trabalho, estudantes orientandos/as, amigos/as e familiares que, para além de lidar com o confinamento (quem tem condições existenciais para fazê-lo!), são afetados e afetadas pelos “números”, eventos, notícias e descasos. Relatos de ansiedade, dificuldades para dormir, tristeza, medo, irritabilidade, uso e abuso de álcool, dentre outras estratégias de sobrevivência. Ao se buscar evitar uma leitura pela via dos sintomas (possível, mas no nosso entender insuficiente), pode-se ter acesso a diferentes formas de ser afetado e de diferentes estratégias para lidar com os atuais atravessamentos. Afinal, todo sofrimento é social (Kleinman, Lock e Das, 1997; Víctora, 2011; Dunker, 2020).

Quantos pais e mães de família desempregados e que precisam contar com um “auxílio” financeiro para alimentar os filhos, mas que nunca chega? Quantas pessoas e famílias foram impedidas de sepultar dignamente seus mortos? Quantos estudantes universitários e secundaristas pobres tiveram que se deparar com a continuidade das aulas pelas plataformas digitais, ao mesmo tempo que em suas precárias condições de vida não permitem a estrutura necessária (computador, *tablet*, internet)? Quantos profissionais da saúde, após saírem de plantões exaustivos, têm que lidar com violência (física e simbólica) de estranhos e vizinhos que os acusam de serem “vetores de contágio”? E o que dizer do sofrimento em nós causado diante da impossibilidade de beijar, abraçar e tocar a quem nos importa? Enfim, cenas que talvez sejam próximas de nós e que produzam algum nível de identificação e que requerem atenção. Como dar conta de uma “normalidade” que está longe de seguir um curso “normal” – como apontou recentemente Segata (2020)?

Em tempos de medicalização da vida, o perigo é que esses relatos e dramas sejam reduzidos à chave restrita dos sintomas, do DSM (Oliveira e Martins, 2020). Em tal chave compreensiva, a prescrição de psicotrópicos seria suficiente para “resolver” os problemas “orgânicos”, ao mesmo tempo que embota e entor-

pece as (bio)políticas que são sua razão de ser. Medicalizadas, entorpecidas, deslocadas dos contextos que produzem adoecimento, o sujeito em sofrimento torna-se um mero diagnóstico. Privados do direito de experimentar seus incômodos e de buscar por meio de suas redes de afeto e de apoio modos/estratégias para ressignificá-los, inaugura-se o espaço apropriado para a captura pela lógica neoliberal individualista (Caponi e Daré, 2020). Esse é um horizonte sempre possível e talvez o mais atrativo em tempos de individualização do sofrimento, de prevalência de um discurso negacionista e de banalização da morte do Outro.

Algumas (in)conclusões

Em diálogo com as perspectivas teóricas que entendem que todo sofrimento é social, portanto, político, acreditamos que a crise inaugurada pelo coronavírus e seus impactos em nossas vidas também têm oportunizado que pensemos e repensemos nossas relações com o mundo que construímos ao viver. Afinal, “o sofrimento [talvez] seja uma daquelas condições que resistem à separação entre as dimensões física, psicológica, mental e espiritual” (Víctora, 2011, n.p.).

Há sim muita dor sendo narrada – principalmente daqueles e daquelas que perderam seus entes queridos. Mas, apesar disso, também há produção de muitos afetos: basta olhar as inúmeras redes de solidariedade, as criativas estratégias para estar junto de quem nos importa, as capacidades de superação e reinvenção de todos aqueles e aquelas que passaram pelo processo de hospitalização, o engajamento de pesquisadores, pesquisadoras e cientistas em torno da busca de uma vacina, medicação e compreensão do cenário, trabalhadores e trabalhadoras do SUS que continuam em suas tarefas mesmo com as precárias condições de trabalho, além dos milhares de anônimos e anônimas, movimentos sociais e comunidades que se organizaram cientes de que não contam com o Estado.

Se tais tempos são incertos e desafiadores, mais do que nunca a necessidade de repensarmos o outro lado da moeda: o que a experiência da Covid-19 vem nos oportunizar em termos de relação humano e humano, humanos e meio ambiente, humanos e não humanos? O que nos permitiremos quanto às reinvenções e aprendizados? Nesses termos, estamos de acordo com a interpeleção de Preciado (2020, p. 14):

Porém, tudo isso pode ser uma má notícia ou uma grande oportunidade. É precisamente porque nossos corpos são os novos enclaves do biopoder e nossos apartamentos as novas células de biovigilância que se torna mais urgente do que nunca inventar novas estratégias de emancipação cognitiva e de resistência e colocar em marcha novos processos antagonistas.

Por conta disso, se faz cada vez mais necessário o aporte das humanidades e seu olhar científico, filosófico ou artístico para os sujeitos que pensam, sentem e são atravessados pelas consequências perversas de contextos e táticas de morte. Nunca, nos parece, foi tão importante pensar num "Estado visto de baixo" (Maluf, 2018, p. 25), em que nossas subjetividades estão em relação criativa com as políticas de saúde, nas práticas que vão do mais banal cotidiano à política dos movimentos sociais. Ouvir os sujeitos e levá-los a sério (Ingold, 2019), mais do que uma questão de ética torna-se uma necessidade epistemológica. E assim apostamos numa "vacina política" que amplie coletivamente a nossa capacidade de sonhar, se indignar e recusar o cenário que está posto, em oposição ético-política radical à postura presidencial de que "quando acabar a saliva, tem que ter pólvora"¹⁶.

16 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/10/quando-acabar-a-saliva-tem-que-ter-polvora-diz-bolsonaro-sobre-amazonia.htm>

Referências

- Acosta, André Luís et al. Interfaces à transmissão e *spillover* do coronavírus entre florestas e cidades. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020, p. 191-208.
- Barata, Rita Barradas. A posição social e seus reflexos sobre a saúde. In: Barata, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, p. 23-39.
- Biehl, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 51, n. 2, 2008, p. 413-449. DOI: 10.1590/S0034-77012008000200002
- Buss, Paulo M.; Pellegrini Filho, Alberto. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, 2006, p. 2005-2008.
- Butler, Judith. El capitalismo tiene sus límites. In: Agamben, Giorgio; et al. **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo em tempos de pandemias**. Madrid: ASPO, 2020, p. 59-66.
- Caponi, Sandra; Daré, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: A psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, 2020, p. 302-320.
- Carrara, Sérgio. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300201, 2020, p. 1-6.
- Castro, Rosana; Engel, Cíntia; Martins, Raysa. Crise Por quê? Crise Para Quem? In: Castro, Rosana; Engel, Cíntia; Martins, Raysa (Orgs.). **Antropologias, saúde e contextos de crise**. Brasília: Sobrescrita, 2018, p. 12-23.
- Dunker, Christian. **A arte da quarentena para principiantes** [Epub]. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Freire Costa, Jurandir. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- Garcia, Gustavo; Gomes, Pedro Henrique; Viana, Hamanda. ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’. **G1-Brasília**. Política. 28 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>
- Grossi, Miriam P.; Toniol, Rodrigo (Orgs.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. 718 p.

Guimarães, Lígia. Favelas serão as grandes vítimas do coronavírus no Brasil, diz líder de Paraisópolis. **BBC News Brasil**. 18 mar. 2020. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51954958>

Ingold, Tim. **Antropologia**: para que serve. Petrópolis: Vozes, 2019.

Jornal de Brasília. **Com aumento de mortes por coronavírus, corpos são enterrados em valas comuns em Manaus**. 28 abr. 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/com-aumento-de-mortes-por-coronavirus-corpos-sao-enterrados-em-valas-comuns-em-manaus/>

Kleinman, Arthur; Lock, Margaret; Das, Veena. **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

Maluf, Sônia W. Antropologias e políticas em contextos de crise: saudades do futuro. In: Castro, Rosana; Engel, Cíntia; Martins, Raysa. **Antropologias, saúde e contextos de crise**. Brasília: Sobrescrita, 2018, p. 24-36.

Maluf, Sônia W. **Antropologia em tempo real**: urgências etnográficas na pandemia. Aula Inaugural – Mestrado em Antropologia Social (PPGAS/ICS/UFAL). Realizada em 8 de maio de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DWQLXa8Uwfl>

Mbembe, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de Morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Minayo, Maria Cecília de Souza; Freire, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 9, 2020, p. 3555-6). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.13742020>

Muniz, Tatiane Pereira. Covid-19 e os números: o quesito raça/cor e as controvérsias das notificações. *Áltera*, v. 2, n. 10, 2020, p. 81-88.

Mussi, Daniela. **Entender o mundo hoje: Pandemia e Periferias**. Curso online. Universidade Emancipa, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y7WMYytIWDg>

Oliveira, Ana Luíza Matos de. A cor/raça dos trabalhadores mais afetados na coronacrise. In: CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras). **Covid 19**. s/l: CONEN, 2020. p. 6-17.

Oliveira, Esmael Alves de. et al. "Salve-se quem puder": dilemas de estudantes das universidades federais do Mato Grosso do Sul em tempo de pandemia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, 29 (supl.), 2020, p. 65-74. DOI: doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp65-74.

Oliveira, Esmael Alves de; Martins, Catia Paranhos. Sobre Práticas de Medicalização e "Loucura": Algumas Reflexões (In)disciplinadas. **Revista psicologia**

e saúde, Campo Grande, v. 12, n. 1, 2020, p. 101-113. DOI: 10.20435/pssa.v12i1.747.

Oliveira, Guilherme Antonio Lopes de; Souza, Liliane Pereira de (Orgs.). **A sociedade em tempos de covid-19**. Campo Grande: Inovar, 2020.

Ortega, Francisco; Behague, Dominique P. O que a medicina social latino-americana pode contribuir para os debates globais sobre as políticas da Covid-19: lições do Brasil. **Physis**, v. 30, n. 2, 2020, p. 1-13.

Preciado, Paul Beatriz. **Aprendendo do vírus**. São Paulo: Edições n-1. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/007>. Acesso em: 23 mai. 2020.

Safatle, Vladimir. **Bem-vindo ao estado suicidário**. Edições n-1. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>. Acesso em: 23 mai. 2020.

Santos, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

Segata, Jean. Há um grande pesadelo por trás da ideia de um 'novo normal', diz antropólogo. **Sul21 online**. 03 out. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/10/ha-um-grande-pesadelo-por-tras-da-ideia-de-um-novo-normal-diz-antropologo/>

Silva, Martinho; Azize, Rogerio Lopes. Substâncias sob suspeita: regulações e incitações suscitadas pelo coronavírus. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300204, 2020.

Silva, Roberta D. F. C.; Gonçalves, Leandro A. P. As pílulas do Messias: salvação, negação e política de morte em tempos de pandemia. **Physis**, v. 30, n. 2, e300208, 2020, p. 1-9.

Sobrinho, Wanderley Preite. "Sem responsabilização por mortes, dizem empresários contra quarentena". **UOL**. 30 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/30/sem-responsabilizacao-por-mortes-dizem-empresarios-contr-quarentena.htm>

Souza, Flávia. O dia em que a vida parou. Expressões da colonialidade em tempos de pandemia. **Physis**, vol. 30, n. 2, e300210, 2020, p. 1-5.

Souza, Jéssé. (Org.). **A ralé brasileira**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

The Lancet. **COVID-19 in Brazil: "So what?"**. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31095-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31095-3/fulltext). Acesso em: 05 jun. 2020.

The Lancet. **Saúde no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-574.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Víctora, Ceres Gomes. Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo. **RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2011, p. 3-13. DOI:10.3395/reciis.v5i4.552pt.

Recebido em 05/12/2020

Aceito em 31/05/2021

Políticas Sexuais, Saúde e Violência em Tempos de Pandemia da Covid-19

*Marcelo Tavares Natividade**

*Bruno Alves de Sousa***

*Rômulo do Nascimento Rocha****

Resumo

O artigo aborda a política sexual no Brasil contemporâneo, com foco na saúde sexual e na política direcionada às populações LGBT. Identifica desmontes que ocorreram nos últimos anos ao analisar atos governamentais, linhas de força, conteúdos e mensagens. A pandemia da Covid-19 surge como drama social que evidencia a vulnerabilidade das minorias e a negligência do Estado, articulando marcadores sociais da diferença e política pública. O artigo problematiza a progressiva moralização da agenda estatal com a ocupação de lugares de poder por atores conservadores e fundamentalistas. Argumenta que mudanças na gestão operam o reforço do preconceito e o apagamento das identidades coletivas, bem como impactam o acesso a serviços e políticas de saúde e proteção social. O texto inova ao oferecer diagnóstico da política pública através de abordagem etnográfica que avalia as ações do Estado e as respostas da sociedade, evidenciando enlances entre violência, sexualidade e saúde.

Palavras-chave: Políticas sexuais e de gênero. Saúde. Violência. HIV-AIDS. COVID-19.

* Docente, Universidade Federal do Ceará. E-mail: natividademarcelo@gmail.com

** Pós-graduando em Antropologia UFC-UNILAB.

*** Graduando em Ciências Sociais, UFC.

Sexual Politics, Health and Violence in Pandemic Times of Covid-19

Abstract

The article discusses sexual politics in contemporary Brazil, with a focus on sexual health and politics directed at LGBT populations. It identifies dismantling that has occurred in recent years, analyzing governmental acts. The Covid-19 pandemic emerges as a social drama that highlights the vulnerability of minorities and the neglect of the State, articulating social markers of difference and public policy. The article problematizes the moralization of the state agenda, the conservative and fundamentalist influence. I argue that changes in management reinforce prejudice and promote the erasure of collective identities, as well as impacting access to health services and policies. The text innovates by offering an analysis of public policy through ethnography that connects the State, violence, sexuality.

Keywords: Sexual and gender policies. Health. Violence. HIV/AIDS. COVID-19.

Políticas Sexuales, Salud y Violencia en Tiempos de Pandemia de la Covid-19

Resumen:

El artículo trata sobre la política sexual en el Brasil contemporáneo, con un enfoque en la salud sexual y la política dirigida a las poblaciones LGBT. Identifica los desmontajes que se han producido en los últimos años al analizar actos gubernamentales, contenidos y mensajes. La pandemia Covid-19 surge como un drama social que resalta la vulnerabilidad de las minorías y el descuido del Estado, articulando marcadores sociales de diferencia y política pública. El artículo problematiza la progresiva moralización de la agenda estatal con la ocupación de lugares de poder por parte de actores conservadores y fundamentalistas. Sostiene que los cambios en la gestión refuerzan los prejuicios y borran las identidades colectivas, así como impactan el acceso a los

servicios y políticas de salud y protección social. El texto innova al ofrecer un diagnóstico de política pública a través de un enfoque etnográfico que evalúa las acciones del Estado y las respuestas de la sociedad, mostrando vínculos entre violencia, sexualidad y salud.

Palabras clave: Políticas sexuales y de género. Salud. Violencia. VIH-SIDA. COVID-19.

Introdução

O campo das Ciências Sociais se volta para a compreensão de sexo e gênero e suas intersecções aos processos saúde-doença há quatro décadas no Brasil, incrivelmente impulsionado pelo debate público sobre a epidemia de HIV/AIDS (Vance, 1995) e seus posteriores enlaces ao tema dos direitos sexuais e reprodutivos (Carrara e Vianna, 2008; Vianna e Lacerda, 2004). Este artigo se alinha ao debate, com foco nas ditas políticas sexuais, colocando em discussão os enlaces entre Estado e direitos sexuais enquanto objeto de reflexão científica que busca, com o olhar das Ciências Sociais, produzir diagnóstico técnico ao campo da política pública brasileira e sua relação com lutas sociais contemporâneas.

A noção de políticas sexuais tem vantagens em muitos sentidos, visto que “possibilita a abordagem conjunta de diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado ou promovidos em seu âmbito ou sob sua chancela: legislações, campanhas sanitárias, programas educativos, normativas ministeriais, decisões judiciais, diferentes ativismos e movimentos sociais, etc.” (Carrara, 2015, p. 325). Possibilita olhar para a relação do Estado com organismos internacionais e compromissos assumidos que organizam as agendas de direitos humanos e políticas no campo do gênero e sexualidade.

Por um lado, revela modos de regulação da sexualidade pela ciência, pelas religiões, pelo direito e pelo Estado. Por outro,

inspira a etnografia das controvérsias sobre sexo e gênero que acentuam embates entre atores com diferentes visões de mundo, implicadas no reconhecimento público de novos sujeitos de direitos e identidades coletivas, incluindo tensionamentos, disputas e relações de poder nas demandas específicas. Esse conjunto de questões serve de mote a uma análise das configurações de políticas sexuais no contexto de ameaça aos direitos e de narrativas hostis às minorias. O artigo avançará no conhecimento das ações do Estado durante a pandemia da Covid-19. Primeiramente, apresentamos o escopo maior da investigação que fornece as informações aqui examinadas. Em seguida, o foco estará na saúde sexual, considerando ser essa uma das áreas da governança pública mais controversas e objeto de múltiplas interferências. Por fim, apresentará uma reflexão sobre a pandemia e a atuação em relação às minorias sexuais. No artigo, abrimos mão de análise mais particularizada em eventos da gestão de Michel Temer para focar nas ações que transcorrem na passagem ao bolsonarismo, quando Jair Messias Bolsonaro chega ao poder, nas eleições de 2018. A ocupação de lugares de poder em ministérios estratégicos pôs em curso práticas que reforçam visões de mundo conservadoras e políticas que, ao invés de proteção social, desamparam e fragilizam ainda mais as minorias sexuais e demais populações socialmente vulneráveis. A hipótese a seguir ampara-se em reflexão proposta pela filósofa Judith Butler (2018), para quem a construção de redes de apoio e proteção social propicia a certas populações as condições para que vidas possam ser vividas, enquanto outras, relegadas ao desaparecimento, são postas às margens do Estado, transformadas em não-vidas, experiências de precariedade numa avassaladora insegurança objetiva e subjetiva, com pouco ou nenhum acesso a políticas de saúde, moradia, educação, segurança pública, previdência e assistência social. Certas vidas são socialmente feitas para serem precárias, tendo sua dignidade e direitos básicos violados constantemente pelo Estado e suas redes e sistemas de governança (Natividade, 2016). Essas questões anunciam a intenção de levar a sério a análise das relações entre vulnerabili-

dades sociais e as respostas/decisões/atos do Estado, as instabilidades e os inacabamentos da política pública (Birman, 2016). Pretende-se aprofundar o olhar para o campo da saúde pública e abordar atos oficiais de governos, campanhas sanitárias, dados sobre o acesso a tais políticas e sobre a violência que afeta algumas minorias sexuais, o reconhecimento e proteção social de algumas identidades coletivas ou a desconsideração delas pelo Estado. Interessa focalizar em ações e reações de entidades da sociedade civil a formas de atuação política no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Em suma, a análise da política sexual brasileira na atualidade, incluindo os impactos da pandemia da Covid-19. Vejamos o contexto da produção dos dados e a sua ancoragem institucional.

1. O Observatório Nacional da Política LGBT e o mapeamento das ações do Estado

Os materiais discutidos foram obtidos em ampla pesquisa no Laboratório de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (LAMAS) e no Observatório Nacional da Política LGBT¹, projeto de extensão do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, que realiza: intervenção, diálogos com gestores, ativistas e pesquisadores de outras universidades, organização de Grupos de Trabalho em congressos científicos nacionais e internacionais, produção de diagnósticos e dossiês de avaliação da política pública.

O trabalho foi fruto do diálogo com parlamentares de distintas Casas Legislativas brasileiras que compartilham conosco a preocupação com os desmontes da política para minorias na cena

1 A preocupação com as populações LGBT foi o mote da criação desse núcleo de pesquisa LGBT na Universidade. Agradecemos à Deputada Federal Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores) pelo apoio em ações de ensino, pesquisa e extensão, através das emendas parlamentares nº 37100013 EIND e 37100014 EIND.

contemporânea. Teve como pergunta de partida: qual a situação das políticas específicas para LGBT após o golpe que afastou a Presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016? O cenário de crise política, culminando na eleição do Presidente Jair Bolsonaro, seria coincidente com a fragilização da proteção social dessas populações, implicando em retrocessos e rupturas na relação com os movimentos sociais? Entre 2018 e 2020, o núcleo dedicou-se a três frentes de ação. Primeira frente: monitoramento de mídias nos principais veículos de comunicação (jornais, revistas, portais de imprensa nacionais ou locais e alternativos), capturando o que foi noticiado sobre políticas LGBT e áreas correlatas. Os materiais foram sistematizados em base de dados própria do projeto, organizando-se em dossiês temáticos: Saúde (com destaque para Covid-19), Ciência, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública, Cultura e Arte, Participação Social e Assistência Social. Segunda frente: investigação documental, com catalogação de atos oficiais do Poder Público, como leis, decretos, portarias, notas técnicas, diários oficiais, decisões judiciais, conformando um vasto *corpus* de pesquisa. Terceira frente: entrevistas com ativistas e gestores públicos de Ceará, Bahia e Rio de Janeiro, como fase exploratória. Essa pluralidade de técnicas possibilita a construção de análises em profundidade, de modo a elucidar o contexto e as relações entre políticas LGBT e as ações do Estado, na interseção com distintas áreas da governança pública².

Apesar de um *corpus* de pesquisa extenso, o recorte aqui corresponde ao inventário parcial de políticas sexuais, incorporando reflexão sobre ações do Estado brasileiro na pandemia da Covid-19, identificando violações de direitos humanos. Amparamo-nos em uma concepção performativa da política, baseada em teorias da performatividade

2 A pesquisa documental procedeu ao arquivamento total de 1.010 documentos ao todo. Constatam 784 textos de mídia, sendo 499 deles na primeira fase de sistematização e mais 285 da segunda fase de sistematização. Incluem também 100 atos oficiais do Poder Público.

como as de Austin (1976) e Butler (2018), para quem dizer é fazer. Então, observamos discursos públicos, falas oficiais, destaques na mídia, decretos, portarias, legislações, votos e pareceres, declarações à imprensa e notas públicas para que se cumpram os propósitos do artigo.

Vejam como se desenvolvem controvérsias e atuações específicas no campo da saúde sexual e, em especial, a política de HIV/AIDS. Argumentamos que mudanças estruturais nessa área afetaram conteúdos, formas de agir e diálogos com a sociedade civil, produzindo políticas e mensagens específicas que nos cabe compreender.

2. A política de HIV/AIDS: tensionamentos, ocultações, atos do Estado e acesso a serviços

Ao investigar a política sexual e, em especial, LGBT, foram imediatas as descobertas de alterações no campo da saúde. Isso se anunciou no exame de dados que sustentam essa análise: materiais de mídias, campanhas de saúde, decretos, portarias, notas técnicas e outros atos oficiais. Assim, foram mapeadas mudanças técnicas, de modo a levantar suas linhas de ação, as mensagens, os estereótipos que as permeiam. Que conteúdos, construções textuais e imagéticas evocam e aparecem como linha discursiva da política pública em saúde sexual no Brasil contemporâneo e como elas conformam ou não uma política sexual ou política LGBT?

No tocante às políticas de saúde são manifestas alterações estruturais. O Presidente Bolsonaro já manifestava, durante a campanha eleitoral, críticas moralizadoras à política de HIV/AIDS, declarando ser “injusto” o Estado Brasileiro arcar com custos de prevenção e tratamento de “pessoas promíscuas”, indicando a intenção de restringir tecnologias de prevenção e tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse fato nos serviu de alerta.

Logo nos primeiros meses da atual gestão, foi renomeado o Departamento que atua na formulação de políticas públicas de controle e redução da transmissão do HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A área do Ministério da Saúde que oferece esses serviços para população a partir do SUS já teve *status* de programa, coordenadoria e antes da denominação atual se chamava Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais (DIAVH).

A nomenclatura foi modificada em 2019, através do Decreto Nº 9.795, de 17 de maio, que aprovou nova estrutura regimental no Ministério da Saúde³. A mudança de nome é destacada pela retirada da palavra AIDS, passando o setor a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI). A modificação aconteceu alguns meses depois do então Ministro da Saúde Henrique Mandetta⁴ declarar em entrevista que o governo eleito iria promover políticas de prevenção “sem ofender às famílias” (Folha de S. Paulo, 2018). Além de externar a percepção de que o Estado não deveria “banalizar” o que ele entende como “comportamentos de risco”, distribuindo remédios gratuitos no SUS. O fato foi uma crítica explícita à política de distribuição da PrEP (Profilaxia Pré-exposição) e PEP (Profilaxia pós-exposição) que fazem parte da Política Nacional de Prevenção Combinada do HIV. O modo como se nomeia, classifica e rotula unidades, departamentos, setores dos sistemas públicos, pensamos, é indicativo das linhas de pensamento e ação que orientam a política pública e isso é o que se

3 O referido decreto “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE”.

4 Médico, Luiz Henrique Mandetta foi Ministro da Saúde no governo Bolsonaro durante 1º de janeiro de 2019 até 16 de abril de 2020.

pretende explorar nas próximas páginas. Nesse caso, a ocultação do termo AIDS no setor é acompanhada de esforços para o apagamento de certas identidades coletivas, para a moralização da política pública e para obstruções no acesso a serviços em saúde sexual. Vejamos outros aspectos dessa complexa relação entre Estado, direito à saúde e minorias sexuais.

Na composição dos quadros gestores, merece destaque a notícia de que Adele Benzaken, diretora do então Departamento de HIV/AIDS e Hepatites Virais (antigo DIAVH), responsável pela política de prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis, fora exonerada e substituída pelo médico epidemiologista Gerson Fernando Mendes Pereira, em 11 de janeiro de 2019 (G1, 2019). A decisão foi tomada sob a justificativa de que haveria novos direcionamentos na pasta e seus quadros técnicos. Em face do ocorrido, diversas entidades, ONGs e associações comunitárias emitiram notas de repúdio sobre a demissão da diretora daquele Departamento. Para os movimentos e ONG-AIDS, a exoneração impactava o acesso a novas tecnologias em prevenção como a PrEP e PEP, muito eficazes na prevenção da infecção pelo HIV e responsável pela diminuição nos números de infecção no país. Representava grave perda técnica no quadro da política de combate à epidemia e da política em saúde sexual.

Outro fato significativo para análise foi a restrição da circulação de informação sobre HIV/AIDS e outras IST nas redes sociais oficiais do DCCI (Carta Capital, 2019). A página oficial continha materiais diversos sobre HIV e outras IST, configurando uma ferramenta de promoção de saúde sexual e democratização de conhecimento. O encerramento das páginas restringia a difusão e o acesso a informações sobre tratamento e sobre programas de saúde disponíveis. A desativação dos perfis com esse serviço foi oficializada através de comunicados nas redes sociais oficiais do Departamento (Twitter, Facebook e Instagram), entre os dias 23 e 24 de julho de 2019. Na chamada, um post foi publicado com a seguinte mensagem: “ATENÇÃO – A partir de hoje, esta

página não será mais atualizada. Os novos conteúdos serão postados nas redes oficiais do Ministério da Saúde. Contudo, para garantir o histórico de postagens, a página não será apagada e poderá ser usada para consultas”. Do mesmo modo, foi retirada de circulação uma cartilha voltada à saúde dos homens trans (O Estado de S. Paulo, 2019), sob a justificativa hesitante de que haveria correções no documento que foi divulgado em 2 de janeiro de 2019. Os movimentos interpretaram esses fatos como grave retrocesso, que prejudicaria o acesso da população a informações básicas sobre o HIV/AIDS (prevenção, testagem, acesso a tratamentos pelo SUS), pois a disponibilização dos conteúdos fazia parte das estratégias para controle e prevenção ao HIV e outras IST. A Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) lançou, em 25 de julho de 2019, uma nota em que reprovou a desativação: “Repudiamos com veemência o plano em curso de migrar os diversos sites com serviços e informações (...) para uma única plataforma governamental (...) A medida põe em risco o acesso a dados com transparência e o acesso aos direitos pela população (...)”.

Também campanhas de prevenção do HIV e IST do Ministério da Saúde merecem atenção. Em 31 de outubro de 2019, foi lançada uma campanha que repercutiu negativamente entre profissionais, movimentos sociais e ONGs. O material espalhado pelo espaço público (*outdoor*, cartazes no trem e no metrô, aeroportos, escolas públicas e hospitais) apresentava uma imagem em sequência de três pessoas observando no celular imagens de indivíduos acometidos por sífilis, gonorreia e herpes genital. A revelação das supostas descobertas mostrava reações de nojo,

5 A cartilha “Homens Trans: vamos falar sobre prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis?” informa sobre prevenção, cuidados pessoais e direitos dos homens trans no SUS. Elaborada pelo Ministério da Saúde, DIAVH, com a colaboração de membros da RedeTrans Brasil e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), tem conteúdo voltado especificamente para homens trans, através de textos, gravuras, informações técnicas, tendo sido formulada em linguagem visual com as cores da bandeira trans (branco, rosa e azul).

repulsa e susto, seguindo-se à imagem o texto: “Se ver já é desagradável, imagine pegar. Sem camisinha você assume o risco de pegar uma IST”.

Um vídeo da campanha, disponível no YouTube e publicado na mesma data, tem a participação de sete jovens, sendo duas mulheres negras e uma branca, um homem negro e três brancos, na faixa etária de 20 e 29 anos. Eles são convidados a sentar em uma cadeira, sendo indagados por um narrador: “Você já viu os sintomas de algumas infecções sexualmente transmissíveis?”. Ocorrem algumas negativas. Uma mulher responde que viu “em aula de Biologia”. Uma legenda explica: “Convidamos alguns jovens a pesquisar os sintomas de infecções sexualmente transmissíveis – IST”. Uma pausa é seguida do ato da pesquisa em celulares e das respectivas reações que expressam incômodo, nojo e estranhamento. As palavras completam a mensagem da campanha: “Nossa! Assusta hein?”; “Cancro mole me assustou bastante”; “A cara da gonorreia é bem feia”. Ao fim do vídeo a mesma frase da divulgação impressa: “Se ver já é desagradável, imagine pegar. Sem camisinha você assume o risco de pegar uma IST”. O audiovisual finaliza com atores mostrando preservativos ao espectador. Em 2020, outra campanha foi lançada, dessa vez com a chamada “Usar camisinha é uma *respon*sa de todos”. Apesar de trazer um vídeo com personagens também jovens, com fins de dialogar com esse público de 15 a 29 anos, mais uma vez tem abordagem controversa e generalista. A mensagem inicia com um alerta: “eu já sei, mas você já sabe que além de evitar a gravidez, ela protege do HPV, HIV e outras IST?”, “Sífilis, gonorreia, hepatites B, C”. Junto ao áudio, são exibidas imagens dos sintomas manifestados no corpo em decorrência de algumas IST. Na sequência das imagens, uma jovem aparece no banheiro explicando: “se põe em risco a minha saúde, põe em risco a sua também”. “A *respon*sa é minha, mas também é sua”, diz uma garota, no ambiente de uma festa, completando: “ou vai tentar me dar desculpas para arriscar só por este momento?” Os atores do vídeo dizem em uníssono: “para que ainda ficar em dúvida se precisa ou não usar e arriscar sua saúde nessa perigosa

loteria?” Na continuidade das cenas, os sons de portas e grades se fechando em alto volume e com ruídos estranhos completam o clima de suspense, construído propositalmente no alerta persuasivo: ser infectado pelo HIV ou outra IST é terrível e temível. A narração ao espectador em tom sério, intimidatório, os olhares atentos e desconfiados dos atores completam a mensagem: cuidado com quem não usa o preservativo. A campanha audiovisual, assim como a mencionada anteriormente, não apresenta outras formas de prevenção ao HIV/AIDS e outras IST, além do uso do preservativo, evidenciando a invisibilização de novas tecnologias preventivas em uso no Brasil, como PrEP e PEP. Também merece destaque a linguagem de medo e pânico performada, caracterizando um tipo de mensagem que não elimina os estereótipos e preconceitos. Pelo contrário, até os alimenta.

O uso de tecnologias de prevenção está, então, articulado menos ao cuidado que ao medo do outro. Com efeito, verifica-se ainda o apagamento de certas identidades sexuais e de gênero do comercial, pois não estão presentes de modo explícito pessoas LGBT na campanha. A linguagem é generalista e direcionada exclusivamente a um método: o preservativo externo⁶.

O monitoramento da pesquisa no campo das ações em saúde pública mostrou que o mês de dezembro, por ocasião do Dia Internacional da Luta contra a AIDS, comemorado no primeiro dia, compreende a intensificação de ações e mobilizações. Apesar disso, o ano de 2020 foi marcado por atos do Estado que evidenciam a fragilização da política de HIV/AIDS.

No dia 2 de dezembro, o DCCI lançou uma nota informativa sobre a “suspensão da coleta das amostras para os exames de

6 Os movimentos trans têm utilizado recentemente a expressão “preservativo externo” para se referir aos métodos vulgarmente conhecidos como “camisinhas masculinas”, haja vista o incômodo de mulheres trans e travestis (do gênero feminino) também fazerem uso desse recurso.

genotipagem do HIV e da genotipagem do HCV”. O exame de genotipagem é realizado para que sejam detectadas mutações no genoma viral que causam resistência aos medicamentos utilizados no tratamento, normalmente composto pela combinação de fármacos de algumas classes, resultando na Terapia Antirretroviral (TARV). É somente a partir dos resultados desse exame que é realizada uma nova combinação de medicamentos para adesão e continuidade ao tratamento. O anúncio do governo acabou por introduzir novas tensões com setores da sociedade civil, quando a imprensa, movimentos e ONGs AIDS denunciaram a suspensão de tais testes e a conseqüente oferta de tratamentos adequados como um grave prejuízo aos usuários do SUS e ao “direito à saúde”. O fato é informado em inúmeras reportagens em veículos de amplo acesso⁷. As notícias informam sobre falhas na renovação de contratos responsáveis pelos insumos desse serviço (“vencido” ou “não renovado”), devido a supostos entraves burocráticos: pregão eletrônico fracassado, não entrega de documentos exigidos em edital pela empresa vencedora, etc., conforme informa também a Agência AIDS, em 7 de dezembro de 2020.

Na sequência dos acontecimentos, a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+Brasil) lançou uma nota de repúdio (2019) à falta de exames de genotipagem e de remédios no SUS, denunciando que o fato era recorrente e demonstrava a intenção do governo em prejudicar a mundialmente reconhecida política brasileira de prevenção e tratamento da AIDS. Merece destaque na nota a queixa dos movimentos sobre a ausência de diálogo com o Departamento: “Em tempos passados éramos

7 São alguns títulos: Isto É (“Governo suspende exames de HIV, aids e hepatites virais no SUS”, 7 de dezembro de 2020), Revista Veja (“Descaso com a saúde pública: Bolsonaro está cada vez mais convicto de que a saúde pública não lhe diz respeito”, 9 de dezembro de 2020), Portal G1 (“Atraso em licitação suspende exame que define tratamento para HIV e hepatite C”, 8 de dezembro de 2020), Jornal Estadão (“Governo deixa contrato vencer e suspende exames de HIV/AIDS e hepatites virais no SUS”, 7 de dezembro de 2020) e Jornal Nexo (“A suspensão de exames de genotipagem de HIV via SUS”, 8 de dezembro de 2020).

vistos e tratados como parceiros e agora somos despesas”, diz o fragmento da nota assinada pela Rede.

Para além da política nacional, a pesquisa evidenciou também os impactos locais da falta de transparência da atual política em HIV/AIDS em sua nova gestão. Por exemplo, ainda na primeira quinzena de dezembro de 2020, notícias da imprensa informaram a falta de medicamentos para tratamento na rede SUS do Ceará, além de informar o estoque baixo de outros medicamentos⁸. Segundo reportagem publicada no Portal G1-CE, em 15 de dezembro de 2020, a suspensão do uso de tais fármacos, em plena pandemia da Covid-19, impactava a efetividade do tratamento, levando ao enfraquecimento do sistema imunológico da pessoa e possíveis infecções oportunistas. Segundo as críticas, o problema de fornecimento, decorrente da falta de repasses do Ministério da Saúde, prejudicou o atendimento nas Unidades de Referência que não conseguiram seguir normatizações da política nacional de HIV/AIDS de fornecer estoques para 90 dias, ao invés do usual, de apenas para 30 dias. Tal medida fora estabelecida de modo a impedir aglomerações nos serviços de saúde durante a pandemia, evitando visitas frequentes aos postos de retirada e minimizando o risco de contaminação pela Covid-19 em pessoas que vivem com HIV/AIDS. Diante disso, uma mobilização da Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV e AIDS-Ceará (RNP+CE) enviou ofício ao Ministério da Saúde solicitando a normalização dos estoques, sendo informada posteriormente sobre a suposta previsão de normalização para janeiro de 2021. A controvérsia é mais um indicativo das movimentações relacionadas aos quadros técnicos e alterações que afetam a política nacional em saúde sexual desde o golpe, conforme vimos. Vejamos outros fatos, sob a luz dessa análise.

8 Dentre as medicações mencionadas estão o Lamivudina, Raltegravir e Etravirina com baixo estoque. O Kaletra, usado para infecções ao HIV em crianças, segue “em falta” na rede cearense.

No Brasil, o último mês do ano ganhou mobilização regulamentada pela Lei nº 13.504, de 7 de novembro de 2017, que veio a instituir a Campanha Nacional de Prevenção ao HIV/AIDS e outras IST, o Dezembro Vermelho. Esse mês foi escolhido pelo Ministério da Saúde em virtude do Dia Mundial de Combate à AIDS (1º de dezembro), data decidida na Assembleia Mundial de Saúde, em 1987, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante todo o mês, são realizados eventos, discussões, lançamentos de dados oficiais e boletins, com atualizações sobre novas tecnologias de prevenção e tratamento.

Apesar das mobilizações importantíssimas que dão visibilidade pública ao controle da epidemia, segundo a ONU, o Brasil não cumpriu a meta 90-90-90, estabelecida pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), no qual é signatário. A iniciativa foi lançada na Conferência Internacional de AIDS em Melbourne, em 2014. Essa meta mundial definia que no período de 2015 até 2020, 90% das pessoas deveriam saber seu estado sorológico, 90% dos que vivem com HIV deveriam ter adesão ao tratamento de forma ininterrupta e, por último, 90% delas deveriam ter carga viral indetectável, pois resultaria em qualidade de vida e inviabilizaria a transmissão do vírus via contato sexual. Esse compromisso da política brasileira com o pacto internacional para a redução das infecções pelo HIV, adoecimento e óbitos decorrentes da AIDS, por um lado, mostra a importância de tais pactuações para avanços locais. Por outro lado, o descumprimento de tais metas evidencia fragilidades técnicas e sugere a importância da investigação científica dos entraves, seja políticos, culturais, econômicos, seja religiosos, a conformar e impactar a política pública brasileira, como o esforço que fazemos neste texto.

O último Boletim Epidemiológico de número especial, do DCCI, alocado na Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, publicado em 1º de dezembro de 2020, mostra que atualmente cerca de 920 mil pessoas vivem com HIV no Brasil.

Levando em consideração a meta, 89% foram diagnosticadas, 77% estão em tratamento com antirretroviral e 94% delas tiveram carga viral indetectável. Segundo notícia publicada no Portal Viva Bem⁹, em 8 de dezembro de 2020, “para especialistas ouvidos (...) o não cumprimento da meta pelo Brasil se deve, principalmente, ao teor das campanhas informativas que, em geral, ainda estão mais focadas no uso da camisinha que na propagação de informações relativas à prevenção combinada (...)”. Por fim, os eventos destacados nesta seção lançam luzes na análise de quadros gestores, no contexto político atual, nas linhas ideológicas que perpassam a política pública voltada para HIV/AIDS, nos seus conteúdos e mensagens, além das fragilidades técnicas no acesso aos serviços de saúde sexual. Na seção seguinte, alargamos o foco, abordando saúde sexual no contexto da pandemia da Covid-19, mas também observando as relações do Estado com outros grupos sociais, em especial mulheres e LGBT.

3. Política sexual, violência e pandemia de COVID-19 no Brasil

Depois da discussão acima sobre os impactos das alterações técnicas nas políticas de AIDS e seus efeitos sobre populações vulneráveis, o intento é aprofundar um pouco mais acerca da fragilização na atual política de proteção social às minorias sexuais. Em razão do contexto em que este artigo é construído, é condição que o tema da pandemia da Covid-19 faça parte das reflexões, ainda que de modo preliminar. Nesse sentido, não se pretende fazer uma pormenorizada reflexão sobre as políticas de saúde no combate ao novo coronavírus no país, mas provocar uma problematização de formas de esfacelamento das redes de apoio do Estado às minorias sexuais em certo sentido; em outro, as formas de violência que perpassam essa relação

9 Canal de saúde e bem-estar do site UOL que possui informações confiáveis e embasadas cientificamente, dicas de saúde testadas e orientações de especialistas.

e a intensificação dessas vulnerabilidades. A pandemia acaba por configurar uma espécie de drama social (Turner, 1982), que evidencia muitas contradições e, em outro aspecto, se converte em um problema das ações, decisões, das assinaturas do Estado (Das, 2014; Natividade e Oliveira, 2016) na produção de centros e margens da política (Natividade, 2016). A seção vai explorar os nexos entre pandemia, saúde pública e marcadores sociais da diferença, implicados nos atos do Estado de reconhecimento e proteção de populações específicas ou ausência destes. Abordará decisões que evidenciam a violação de direitos e violência do Estado, amparadas em fundamentalismos políticos e/ou religiosos, em hostilidades às minorias sexuais, performadas por agentes públicos (Nagamine e Natividade, 2016). Interessa aqui, o inventário dessas formas de hostilidade e perpetuação de desigualdades estruturais nos sistemas de governança pública.

A pandemia da Covid-19 trouxe profundas mudanças no cotidiano das pessoas em todo o mundo. Contudo, a divulgação de informação científica e o debate na mídia revelam as determinantes sociais do processo saúde-doença em níveis locais. Grupos sociais específicos são afetados de modo distinto pela pandemia, em diferentes contextos nacionais. Por essa razão, achamos oportuno mencionar uma reflexão científica mais recente sobre o contexto atual e a perspectiva de uma sindemia.

O conceito de sindemia foi formulado pelo antropólogo estadunidense Merrill Singer no início dos anos 1990, no contexto das pesquisas sobre o HIV/AIDS em comunidades pobres e negras nos EUA. Professor de Antropologia na Universidade de Connecticut, ele destaca-se na área da antropologia médica. Segundo Singer (1996), as comunidades mais impactadas por novas epidemias são aquelas que já enfrentavam outras ameaças à sua saúde. No caso específico, tratava-se de endemias como outras IST, hepatites, cirrose, mortalidade infantil, abuso de drogas, sui-

cídio, homicídio, entre outras. Essas ocorrências se relacionam com um cenário mais amplo de fatores político-econômicos e sociais. Não apenas coocorreram. A sinergia entre as epidemias é cada vez pior (Singer, 1996). Por sua vez, o professor do Departamento de Antropologia da Universidade da Flórida, Clarence Gravlee (2020), faz uso do “racismo sistêmico” para compreender como o novo coronavírus afeta em demasia as pessoas negras e pobres. A teoria da sindemia consiste na sobreposição de epidemias a outras situações de agravos em saúde em dados grupos sociais. Dessa forma, a junção dessas variáveis agudiza a situação ainda mais do que se elas fossem consideradas isoladamente. As interações biológicas somadas aos fatores biossociais entre as epidemias pioram um cenário que já era de extrema vulnerabilidade.

No caso da Covid-19, segundo Gravlee, a distribuição desigual de recursos sociais como moradias dignas, transportes públicos de qualidade e relações de trabalho mais seguras acarreta uma maior notificação do vírus entre jovens negros e latinos, que moram em péssimas condições, são alvos preferenciais da violência policial, têm nível educacional mais precário e relações trabalhistas igualmente precárias. Mesmo a noção de comorbidades, como diabetes e hipertensão, se refere a doenças crônicas de nível individual, mas com profunda repercussão a nível populacional. A interação entre esses elementos é muito danosa e exige esforços interdisciplinares. Nesse sentido, parece-nos referir justamente ao que Butler (2018) nomeou de “precariedade”, constituindo a pandemia em fonte de intensificação delas, em face da ausência das redes de apoio em saúde, em experiências de abandono pelo Estado.

Longe de equalizar situações, a Covid-19 serviu para acentuar as tensões e diferenciações sociais ao distinguir quais trabalhos são passíveis de *home office* e quais não são, evidenciando uma racialização do trabalho, ainda consoante a Gravlee. A migração da educação para os meios digitais não

foi acompanhada da popularização de acesso à internet de qualidade, então mais diferenças afloram, prejudicando comunidades negras e pobres em maioria. Por fim, a tese da síndrome observa não só os corpos adoecidos, mas os contextos sociais mais amplos, que demandam políticas públicas que não se restrinjam à saúde.

Malgrado tais contribuições sejam bastante relevantes, vamos nos ater a denominação como “pandemia”, haja vista ser a perspectiva hegemônica entre a comunidade científica internacional, adotada pela Organização Mundial de Saúde até o presente momento. Mas vamos operar com a reflexão acerca da agudização das precariedades (Butler, 2018) que afetam a vida de comunidades específicas, tendo o Estado, dentre outros atores, um papel de protagonismo nesse abandono e esfacelamento de redes de apoio. A seção discutirá a seguir como a pandemia acentua desigualdades sociais e revela o *modus operandi* do Estado. Ao mesmo tempo que aumenta o número de casos e mortes na população brasileira, simultaneamente observa-se como o Estado lida com as diferenças sociais, através de suas políticas públicas em saúde, inclusive para minorias sexuais. A etnografia das ações do Estado na pandemia tornou-se uma espécie de laboratório para indagar: quais populações devem ser reconhecidas como merecedoras de proteção e políticas de saúde e para quem são vedadas tais políticas de reconhecimento? Quais delas são objeto de atenção em saúde e a quais segmentos ela é negada ou até mesmo impedida, obstaculizada? Por quais meios isso ocorre, evidenciando exclusões e produção de margens da política?

3.1 Violência, marcadores sociais da diferença e precariedades

No intento de compreender essas vulnerabilidades, começamos por dados sobre violências, produzidos no âmbito do sistema de informação do Estado, objeto de registros e denúncias

feitas no período, que incluem, dentre outras populações, as pessoas LGBT, mas também as mulheres, os idosos, as crianças e adolescentes, conforme mostra o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, disponibilizado nos canais oficiais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). As denúncias são feitas através dos canais oficiais do Governo para registros de ocorrências de violações, como o Disque 100, o Ligue 180 e o aplicativo Direitos Humanos Brasil.

O Disque 100 foi criado em 1997, como Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, através da coordenação da Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia), em convênio com o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça. Em 2003, ele foi operacionalizado institucionalmente, se tornando responsabilidade direta do Governo Federal, de forma interministerial, envolvendo a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Saúde e do Turismo. Inicialmente criado para receber denúncias de violência relacionadas a crianças e adolescentes, em 2010, foi ampliado e passou a receber denúncias sobre outros grupos vulneráveis como idosos, pessoas com deficiência, LGBTs, pessoas em situação de rua, etc.

Ligue 180 é um serviço criado pela Secretaria Nacional de Políticas em 2005, ligado atualmente ao MMFDH, com objetivo de receber denúncias e reclamações de violência contra a mulher, oferecer orientação e encaminhamento com base na legislação. Já o aplicativo Direitos Humanos BR, por sua vez, tem o mesmo objetivo que os canais de telefonia, mas com uso privativo em aplicativo próprio, de modo que o denunciante não precise falar ao telefone. É fruto do aprimoramento em tecnologias, considerando a convivência entre vítima e agressor no ambiente doméstico durante a pandemia. É um tipo de resposta por parte do Estado, em especial do MMFDH, sendo sua modernização

advinda da intervenção da Ministra Damares Alves no combate à violência doméstica¹⁰.

Esses fatos demonstram algumas linhas de atuação do MMFDH no combate a violências, com ênfases específicas. O desenvolvimento de novas tecnologias de registros e mapeamento de dados, a tipificação e a produção de um sistema informacional são avanços. Contudo, oportunamente se analisarão as intervenções no combate a essas agressões. Eis o panorama que se pode delinear quanto à violência sofrida por grupos vulneráveis específicos.

Só no primeiro semestre de 2020, foram contabilizadas 195.201 denúncias e 1.023.687 violações, distribuídas em todo o território nacional. Em 2019, segundo o relatório da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), foram notificados 159.063 registros através do Disque 100, evidenciando a elevação nos números¹¹. Dentre os grupos afetados, énotável a violência contra LGBT (1.027, ou seja, 0,52%), mulheres (20.652, ou seja, 10,57%), violência familiar contra a mulher (38.175, ou seja, 19,55%), idosos (46.517, ou seja 23,83%) e contra crianças e adolescentes (53.525, ou seja 23,83%). Nos estados brasileiros, São Paulo é o primeiro lugar, com 46.126 denúncias, sendo que só em maio houve 37.783 denúncias. Sugere o aumento de registros durante a pandemia. Aqui é crucial destacar os grupos mais afetados: mulheres, idosos e crianças e adolescentes. Essas populações são objeto preferencial de violências e violações de

10 Em maio de 2018 foi realizada uma mudança estabelecendo relação entre os canais. Assim, quando o usuário liga para o Disque 100 sobre a violência contra a mulher é remanejado automaticamente para o Ligue 180, sem nova ligação, agilizando procedimentos. Os registros descrevem cenário da violação; tipo (física; psicológica; etc.), espécie (lesão corporal, maus tratos, risco à saúde, ameaça, assédio, etc.); motivação, agravantes (como, por exemplo, agressor conhecido, agressões prolongadas, violência no âmbito doméstico, risco de morte, etc.); localidade; população; município; informações sobre o denunciante; se é situação emergencial e canal de atendimento utilizado (Disque 100, 180 ou Aplicativo Virtual de Denúncias).

11 As denúncias podem revelar violação de direitos humanos, implicados em vítima e suspeito, sendo que uma denúncia pode indicar uma ou mais violações.

direitos na leitura desses registros, durante a pandemia da Covid-19 no país.

Os dados interessam porque queremos saber se e como o Estado se volta à proteção dessas populações ou se perpetuam formas de abandono, negligência e desconsideração, em plena pandemia do novo coronavírus. Com fins de aprimorar essa análise, voltamos à já iniciada discussão sobre vidas precárias e política, recorrendo ao elaborado pensamento de Judith Butler. As vidas das minorias são atravessadas por uma avassaladora insegurança objetiva e subjetiva, como já ressaltamos. Acerca dessa “precariedade”, Butler (2018) retoma uma indagação de Theodor Adorno: seria possível viver uma vida boa em uma vida ruim? Antes de respondê-la, a autora expõe seus conceitos de “condição precária” e “precariedade”. Para ela, apesar de haver uma “condição precária” inerente à condição humana, há uma distribuição desigual dessas condições entre grupos sociais, sob a batuta de decisões políticas excludentes que designam quem será mais vulnerabilizado, quais corpos serão mais expostos à insegurança material e menos protegidos pela estrutura estatal. A “precariedade” consiste nessa alocação diferencial de recursos de subsistência e de garantias de direitos:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (Butler, 2018, p. 40-41).

Em suma, a precariedade é distribuída desigualmente e aponta quais vidas não são passíveis de luto (Butler, 2018, p. 106). Dessa forma, há pessoas cujo estatuto de vida sequer é validado. São consideradas dispensáveis, descartáveis. A insegurança alimentar e habitacional ou a descrença em uma rede de amparo social (Butler, 2018, p. 217) podem ser indicativos dessa experiência de desvalor compartilhada por tais sujeitos. Mas quais são essas vidas abreviadas com mais facilidade? De quem são as vidas que não importam como vidas, não são reconhecidas como vivíveis? Como suas mortalidades precoces são gerenciadas? Para Butler, são resultantes de processos de “racismo sistemático e de formas de abandono calculado” (Butler, 2018, p. 55), alinhando-se a Singer, reportado anteriormente.

Apesar de “vida boa” ser uma expressão discutível e de múltiplos significados subjetivos, a filósofa questiona como alguém pode considerar viver tal vida boa num mundo em que essa é estruturalmente vedada a tantos (Butler, 2018, p. 214). Ademais, como demandar de grupos vulneráveis empenho individual para a consecução de um *status* de vida boa? Continua: “Como posso me esforçar para levar uma boa vida se não tenho uma vida sobre a qual falar, ou quando a vida que busco levar é considerada dispensável ou, na verdade, já foi efetivamente abandonada?” (Butler, 2018, p. 218). Respondendo à pergunta inicial, não é possível viver uma vida eticamente boa numa vida projetada estruturalmente para ser ruim. Enfim, é necessário avaliar criticamente as estruturas sociais que produzem valorações distintas entre os modos de vida. Também é imperioso que tal vida não seja mera sobrevivida, com afagos de vida boa, mas uma vida vivível, conduzida ativamente pelos sujeitos¹².

12 Butler distingue sobre a vida boa, com amparo e redes de apoio, e a vida sobrevivida: “(...) não podemos lutar por uma vida boa, uma vida possível de ser vivida, sem atender às exigências que permitem a persistência de um corpo. (...) Ainda assim, essa reivindicação se prova insuficiente, porque sobrevivemos exatamente para viver e porque a vida, por mais que requeira a sobrevivência para ser uma vida possível de ser vivida. Uma pessoa pode sobreviver sem que consiga viver a própria vida. E em alguns casos, não parece valer a pena sobreviver nessas condições. Então, para uma vida possível de ser vivida, ou seja, uma vida que possa ser vivida, é necessária uma reivindicação mais ampla” (Butler, 2018, p. 229).

A reflexão guia nosso olhar nas páginas seguintes, no exame mais detido das ações do Estado na proteção ou não das minorias, nas formas de negligência, exemplares de abandono calculado, quando o assunto diz respeito aos direitos de minorias políticas e sexuais.

3.2 Pandemia, mulheres e negligência do Estado

Apesar da declaração oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto à existência de uma pandemia de Covid-19, em março de 2020, o Governo Federal de Jair Messias Bolsonaro e seus Ministérios permaneceram inertes ou protagonizaram uma série de controvérsias que realçaram o desprezo das autoridades pela saúde pública. Ao invés de campanhas sanitárias, o Governo Federal proliferou discursos conspiratórios, incitando uma atitude negacionista em relação à pandemia e contrapondo-se ao discurso das autoridades científicas. E essa tensão tem sido permanente. No início, Jair Bolsonaro desestimulou o *lockdown* e as medidas de isolamento social propugnadas pela OMS, chegando a promover uma campanha denominada “O Brasil não pode parar”, posteriormente vetada judicialmente. Tal publicidade se mostrava mais preocupada com os impactos econômicos dessas políticas do que com os riscos de sobrecarga no SUS.

Diante dessa ineficiência, os governos estaduais e municipais organizaram-se para decretar em âmbito local medidas de distanciamento social, com o aval da justiça, inclusive, através do julgamento unânime da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341 pelo Supremo Tribunal Federal, que preservou tal competência dos demais entes federados.

Depois, o chefe do Executivo passou a defender publicamente a prescrição de medicamento sem comprovação científica de eficácia (cloroquina) contra o novo coronavírus. Tais discordâncias

com dois Ministros da Saúde (Henrique Mandetta e Nelson Teich), ambos médicos, levaram à demissão deles em plena pandemia, respectivamente através dos Decretos presidenciais de exoneração em 16 de abril de 2020 e em 16 de maio de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, e sua substituição por um militar, sem formação na área de Saúde e supostamente “especialista em logística”. Esse evento se estendeu para outros cargos técnicos na pasta e acenou para uma “militarização da Saúde”. Mais recentemente, o Presidente da República tem promovido aglomerações e embaraçado a concessão de autorização de vacina, impondo cláusulas mais restritivas.

Muito se falou sobre estarmos no “mesmo barco”, imagem alusiva à pandemia que assolou a todos em maior ou menor escala. Entretanto, essa visão se sustenta diante dos dados? Nesse sentido, vejamos mais algumas descrições e relações entre pandemia, marcadores da diferença, violência e respostas do Estado, dando destaque para a gestão da negligência e do abandono como uma certa forma de agir e, deliberadamente, desconsiderar identidades coletivas e produzir exclusões e margens na política de saúde.

Em julho de 2020, a imprensa divulgou o alarmante fato do Brasil ser recordista na morte de mulheres grávidas por complicações da Covid-19 devido a falhas no sistema de saúde. Segundo reportagem de edição do Jornal da Globo News em 30 de julho de 2020, isso acontece por problemas na assistência que incluem falta de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e tecnologias de cuidados dos casos que exigem “entubação”. O Brasil registrou, em julho, 77% das mortes de grávidas por Covid-19 no mundo, de acordo com notícia veiculada no Portal G1 em 14 de julho de 2020. Interseccionando pandemia e marcadores sociais da diferença, vejamos outros desdobramentos das decisões estatais.

A política sexual foi afetada quando foram demitidos os coordenadores técnicos da Saúde da Mulher e da Saúde do Homem,

no Ministério da Saúde, fragilizando a política pública em saúde com recorte de gênero. Isso aconteceu depois da denúncia da Ministra Damares Alves de que o Ministério da Saúde abrigava técnicos supostamente “abortistas” e “feministas” que deveriam ser afastados, durante uma fala alarmista, na conhecida reunião ministerial de 22 de abril de 2020, no Palácio da Alvorada, no Distrito Federal, exibida nos jornais e canais de comunicação por ordem judicial.

A análise dessa controvérsia demonstrou que a associação entre conservadorismos e política sexual possui efeitos deletérios na política de atenção à saúde de mulheres e em especial ao aborto legal no país, motivada por posturas antifeministas e antiabortistas. Em 5 de junho de 2020, a Jovem Pan noticiou as demissões na política de saúde de Flávia Andrade Nunes Fialho, coordenadora de Saúde das Mulheres, e de Danilo Campos da Luz e Silva, coordenador da Saúde do Homem, respectivamente através das Portarias de exoneração nº 1.489 e nº 1.490, de 4 de junho de 2020, publicadas em 5 de junho 2020, no Diário Oficial da União, assinadas pelo Ministro da Saúde Interino Eduardo Pazuello.

No balanço que procedemos, a situação das minorias em pandemia se revelou crítica em muitos outros sentidos lamentavelmente. Ainda sobre o marcador gênero e pandemia, historicamente cabe às mulheres o papel de cuidadoras, dos filhos, cônjuges, pais ou “do lar”. São elas que ainda assumem lugar de ponta em profissões e serviços que foram fundamentais na pandemia, sendo a maioria no campo da enfermagem, serviço social, caixas de supermercado, entre outros, tendo permanente risco aumentado. Isso evidenciou a vulnerabilidade à Covid-19, marcada pela clivagem de gênero. Alguns dados confirmam isso.

De acordo com informação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2020), 84,7% dos auxiliares e técnicos de enfermagem que atuam no enfrentamento da Covid-19 são mulheres. Elas representavam, na região Sudeste, 84,8% dos casos e 63,4% das

mortes. No mesmo período, verificamos um considerável aumento da violência doméstica durante o isolamento social preconizado pelas autoridades sanitárias brasileiras e pela Organização Mundial de Saúde, apesar dos tensionamentos de Estados e municípios com a Presidência da República: as denúncias cresceram em média 14% até abril, conforme mencionamos sobre dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. O feminicídio cresceu 22% em 12 estados durante a pandemia. No período, não verificamos ações específicas do Estado no combate à violência contra a mulher, salvo a adesão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos à campanha “Sinal vermelho contra a violência doméstica”, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (2020) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

Com foco em farmácias, a iniciativa consistia no incentivo à denúncia e acolhimento. As mulheres vítimas de violência doméstica poderiam marcar um “X” na mão e exibi-la ao balconista que, discretamente, acionaria as autoridades policiais. Para tal, foi disponibilizada uma cartilha com orientações a serem disponibilizadas nas drogarias.

Mas da parte do Executivo, outras decisões do Estado implicaram também abandono e negligência. Como vimos, em 3 junho de 2020, ocorreu o cancelamento pelo Ministério da Saúde de nota técnica de serviço de Atenção à Saúde Primária das Mulheres quanto à contracepção, à prevenção da violência sexual e ao aborto legal na pandemia. Tratava-se da Nota Técnica nº 16/2020 - COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, de 1 de junho de 2020, cujo assunto era o acesso à saúde sexual e reprodutiva no contexto pandêmico. Tal nota foi produzida com a colaboração técnica da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Os trechos mais polêmicos referem-se às recomendações do Ministério aos serviços de saúde no tocante à manutenção do acesso à Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (SSSR), durante a Covid-19, como: “Garantir e ampliar a oferta de inserção do DIU de cobre

nas maternidades, como ação complementar à Atenção Básica, durante o período pós-parto e pós-aborto imediatos”; “Reiterar a continuidade dos serviços de assistência aos casos de violência sexual e aborto legal”; “Portanto, devem ser considerados como serviços essenciais e ininterruptos a essa população: os serviços de atenção à violência sexual; o acesso à contracepção de emergência; o direito de adolescentes e mulheres à SSSR e um processo de aborto seguro para os casos previstos em Lei; prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo diagnóstico e tratamento para HIV/AIDS; (...)”.

Esse grave fato, a exoneração dos coordenadores, afetou o acesso à saúde das vítimas de violência sexual ao procedimento de aborto legal no país durante a pandemia. Somou-se a outros eventos, ainda mais dramáticos, exemplares da expulsão das mulheres vítimas de estupro para as margens da política. A Portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020, publicada em 28 de agosto de 2020, do Ministério da Saúde, dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do SUS. O documento, publicado em plena pandemia, tornou a atenção em saúde às mulheres vítimas de violência sexual um caso de polícia! Segundo o documento: “Art. 1º É obrigatória a notificação à autoridade policial pelo médico, demais profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde que acolheram a paciente dos casos em que houver indícios ou confirmação do crime de estupro”.

O que esse fato evidencia são as ações do Estado que operam para obstrução aos direitos de mulheres, particularmente, das vítimas de violência sexual, burocratizando o acesso ao aborto seguro na rede pública. Compreende ato do executivo que age não para a proteção e redução da precariedade e insegurança objetiva e subjetiva de vítimas dessa violência, mas para o aumento delas, em claro quadro de violação dos Direitos Humanos e Direitos Reprodutivos, nesse caso, do direito de não levar

adiante a concepção em situações de violência sexual e estupro, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

Os acontecimentos narrados só endossam nossa hipótese central da violência do Estado no contexto da pandemia da Covid-19, a partir da interferência de certos atores na política pública brasileira, em decisões oficiais de obstrução de direitos, do abandono e negligência de populações vulneráveis baseadas em fundamentalismos religiosos e políticos. Aqui, posturas religiosas antiabortistas são motivadoras de exclusões na política de acesso ao aborto legal, afetando o cotidiano das unidades de referência com novas normatizações técnicas a esse respeito. Vejamos outros marcadores da diferença na relação entre pandemia e respostas do Estado, agora, sobre as pessoas LGBT.

3.3 As pessoas LGBT na pandemia

Sobre a situação de LGBT, na pandemia, outras fontes revelam fatos relevantes na análise. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade Estadual de Campinas, com 10.256 participantes LGBT, mostrou, em dados do Portal G1, de 17 de maio de 2020: 21,6% estavam desempregados; 28% com diagnóstico de depressão; 10% problemas no convívio familiar. Chamou nossa atenção também que a solidão, decorrente do isolamento social, foi reportada como um problema de grande destaque entre adultos e idosos LGBT. Pessoas com 45 a 54 anos (tem 60% a mais de chance de se sentirem sozinhas e deprimidas) e com 55 ou mais (80% a mais de chance) reportaram a solidão como o maior problema, em comparação com as pessoas LGBT de 15 a 24 anos.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulgou dados em 3 de maio de 2020, confirmando que a LGBTfobia cresceu na quarentena: aumentaram em 49% os homicídios de pessoas trans, no primeiro quadrimestre, em relação ao mesmo

período do ano passado. Apesar da sinalização desse crescimento de situações de vulnerabilidade, as ações do Estado para essa questão específica foram poucas ou inexistentes no período. Algumas ocorreram e foram revogadas ou desarticuladas após polêmicas e reações de alguns setores da sociedade, indicando problemas da assinatura do Estado (Das, 2014) em face de avanços e recuos que conformam atos de reconhecimento de identidades coletivas, seguidos de desconsideração e retiradas da assinatura do poder público, normalmente posteriores às críticas, controvérsias e pressões fundamentalistas (Natividade e Oliveira, 2016).

Por exemplo, uma iniciativa do MMFDH contemplou a divulgação de uma cartilha específica para LGBT elaborada pelo Ministério, instruindo o *home office* (sexo virtual) para profissionais do sexo como parte do controle da doença pelos órgãos do Estado (Universa UOL, 2020), sendo posteriormente retirada de circulação. Mas havia outras instruções a essa população, apesar da controvérsia e do recuo subsequente. O material continha informações para trabalhadores autônomos, funcionários de bares e restaurantes e também para pessoas que vivem com HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST). Prescrevia que essa população vive em contexto de vulnerabilidade social, devendo fazer uso de medidas preventivas em tempos de pandemia. As recomendações vão desde o protocolo estabelecido pela OMS de isolamento social e outros métodos de prevenção até evitar compartilhar “bitucas” de cigarro e copos de bebidas. O uso da tecnologia também foi recomendado para substituir encontros pessoais, festas e bares, inclusive: “conversar com seus clientes para tentar a opção de serviço virtual”, leia-se, sexo virtual. Para os que vivem com HIV ou outras IST, era instruída a intensificação do cuidado, sem interrupção do tratamento e conforme as recomendações sanitárias atuais. Na cartilha, era realçada a necessidade do preservativo em todas as relações sexuais, sem qualquer alusão a novas tecnologias de prevenção. Não havia menção a métodos de prevenção para mulheres lésbicas e homens trans, ficando restrita a mensagem a uma generalidade,

presumivelmente voltada para grupos de homens heterossexuais, homens gays, travestis, mulheres transexuais e homens que fazem sexo com homens (HSH).

Para 2020, o MMFDH também estabeleceu um plano de combate à violência e de inclusão no mercado de trabalho para a comunidade LGBT. Segundo matéria no site ministerial, em 27 de janeiro de 2020, a ação faz parte do “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica”. O pacto foi estabelecido com a finalidade de desenvolver ações conjuntas entre Governo Federal, estados e municípios de combate à violência contra esse segmento. As estratégias partem da disponibilização de dados estatísticos sobre a violência aos LGBT, reforço de denúncias através do Disque 100 e da criação de um Observatório Nacional de Denúncias de LGBTfobia para realizar o acompanhamento das denúncias em função da violência e casos de mortes, segundo informação do Portal do MMFDH. Esses são dados oficiais de órgãos do Estado que não foram objeto de nossa etnografia. Por ora, destacamos a queixa de movimentos locais quanto à exclusão do diálogo com o Governo, em razão da relação prioritária estabelecida com um pequeno número de sujeitos. Tal interação vem sendo criticada, sobretudo, quanto ao caráter despolitizado, restrito a parcerias e dotações orçamentárias, sem abarcar críticas ao Governo, diante do desmonte de políticas.

O registro de dados sobre violência LGBT é objeto da reação de segmentos da sociedade civil, em especial de coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB), em relatório sobre a magnitude da homofobia no país. A esse respeito, comenta o GGB que dos 297 homicídios de LGBT contabilizados pelo grupo, somente 84 foram capturados pelas estatísticas oficiais do Governo em 2019. A crítica referenda a baixíssima cobertura oficial sobre a violência LGBTfóbica, inclusive por falhas nos sistemas de dados demográficos dos órgãos competentes do Estado brasileiro. A inexistência de contagem da população LGBT por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) impossibilita comparações e acompanhamentos ponderados, ou seja, mais re-

finados, da evolução da violência contra LGBT no Brasil ao longo do tempo, conforme informa o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, documento disponível no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Já o tema da empregabilidade foi abordado pela suposta criação de um Grupo de Trabalho (GT) no MMFDH, voltado para construção de um Programa Nacional de Empregabilidade LGBT. A prioridade seria combater a exclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho e propor projetos e diretrizes de políticas públicas nesse sentido. Também aqui despontam dissensos, inconformidades e críticas de coletivos e indivíduos LGBT sobre como tal pauta do MMFDH compreende a moralização e higienização da política LGBT. Para além da empregabilidade, a queixa é que não se têm discutido políticas de segurança pública para trans que se prostituem nas ruas, deixando-as relegadas à categoria de pessoas de segunda classe, não merecedoras de amparo estatal devido ao exercício da prostituição como atividade laboral. Conforme vimos, algumas linhas de ação para LGBT parecem ter se desenvolvido. Contudo, necessitam do conhecimento antropológico em suas ações, direcionamentos, conteúdos, para além do anúncio em fontes oficiais.

4. Considerações finais:

O artigo discutiu temas caros à sociedade brasileira, no que concerne ao campo da governança pública e acesso de distintas populações à assistência em saúde, por meio de uma reflexão particular sobre políticas sexuais. Colocou em debate a configuração de determinadas relações entre Estado e grupos vulneráveis, nos termos da produção de certas formas de conceber a relação entre sexo, gênero e política. Realçou o modo como alterações técnicas impactaram o desenho das políticas públicas, no atual quadro político brasileiro, ocasionando falhas nos serviços de atenção em vários campos: HIV/AIDS,

Direitos Reprodutivos (aborto legalizado); proteção de populações LGBT. etc.

A pandemia da Covid-19 no país, contexto de produção de parte dos dados da pesquisa ampla que fornece os dados desta análise, aparece no artigo como mote de uma discussão específica sobre a violência do Estado e certas formas de gerenciar e escolher quais vidas valem e devem ser objeto de políticas e atenção do Estado e quais não são validadas como vidas, entregues ao abandono e excluídas da preocupação com sua proteção. A negligência e abandono do Estado são tratados como parte desse processo mais amplo de racismo, machismo e LGBTfobia estruturais e sistêmicos que amparam as decisões do Estado, inclusive na composição de quadros gestores e técnicos de modo a, intencionalmente, obstruir direitos e acesso a serviços, programas e políticas específicas.

Inventariamos as relações entre marcadores sociais da diferença e ações do Estado em tempos de pandemia, identificando tensionamentos, ocultações e zonas de exclusão. Destacamos como mudanças técnicas nos quadros gestores produzem alterações qualitativas nos conteúdos das políticas, fazendo desaparecer identidades coletivas como pessoas que vivem com HIV, LGBT, mulheres vítimas de violência sexual, dentre outras, dos mecanismos políticos de consideração do Estado na proposição de ações de proteção social e configuração de serviços e assistência que integram redes de apoio estatais.

Do ponto de vista dos conteúdos, parte das políticas e campanhas analisadas manifesta mensagens generalistas, menos direcionadas a segmentos específicos e com ênfases e tonalidades menos informativas e mais moralistas. Permeia parte dessas políticas discursos e narrativas muito criticáveis por reproduzir estereótipos e operar pela política do medo. Na política de AIDS, ao invés de tornar a prevenção um assunto natural, cotidiano e informativo, opera-se com as mensagens que reforçam o medo e ideias de grupos e comportamentos de risco, reavivadas durante a pandemia.

O tema da saúde sexual apareceu envolto em alertas de “risco” e menos em informação em saúde sexual e suas novas tecnologias. A assinatura do Estado está manchada por essa escrita preconceituosa e que representa retrocessos nas formas de falar e informar em saúde sexual na sua historicidade. Combater preconceitos e estereótipos parece que não está mais nessa pauta, mas produzir alertas e alarmes sobre pessoas e comportamentos perigosos. Essa narrativa acentua pânicos morais já desconstruídos nas lutas contemporâneas que fizeram avançar as políticas sexuais.

Verificamos a existência de linhas de ação implicadas em formas de atuar específicas, em relação a grupos LGBT, mulheres e outras populações vulneráveis. Existem ações internas ao MMFDH associadas à sistematização de informação sobre violência LGB-Tfóbica e outras, incluindo a modernização de registros e sistematização de informações sobre essa violência. Todavia, não ficaram nítidas as formas de atuar para combater a violência. O tema é tratado restritamente, resignando-se ao levantamento de informações, sem muita definição das linhas concretas de intervenção. Por exemplo, no monitoramento dos atos do Estado está ausente a preocupação com o combate à LGBTfobia por meio de processos educacionais e ações em gênero e sexualidade na escola, formação de professores da rede pública em direitos humanos, etc. Notou-se silêncio sobre políticas de gênero e diversidade na escola, educação em direitos humanos, etc. Apesar disso, foi noticiada a formação de Grupo de Trabalho para a discussão da empregabilidade LGBT como uma das preocupações centrais do MMFDH, parte de seus ideais moralizadores.

Nesse sentido, também observa-se o estreitamento do diálogo desse Ministério com grupos conservadores. Em 8 de agosto de 2019, a Ministra Damares Alves recebeu para conversa e alinhamento de ações grupos de cura gay, conforme informa matéria da Agência Pública (2020) sobre a atuação de redes de cura gay na América Latina, incluindo o Brasil, como ambiente acolhedor desse tipo de assistência religiosa LGB-Tfóbica. Assim, é notável

o modo como conservadorismos e fundamentalismos políticos e religiosos perpassa as redes do Estado, adentrando os seus centros de poder e conformando políticas públicas e suas mensagens e discursos.

Para além da pauta LGBT e suas contradições, observaram-se os tensionamentos com a política de aborto legalizado e políticas de igualdade de gênero e suas reflexões acerca dos usos do corpo. Verificou-se que a forte ênfase antiabortista ameaça direitos de vítimas de violência sexual e estupro. Narrativas antifeministas são produzidas em alertas contra a presença de supostas ativistas feministas nas redes estatais, preconizando exonerações, transferências, desligamentos e mudanças em quadros técnicos gestores. Tais polêmicas, infelizmente, se desdobram em problemas e ações do Estado que dificultam o acesso a serviços de referência para interrupção de uma gravidez indesejada, decorrente de estupro ou violência sexual. A análise feita discutiu os impactos desses alarmes fundamentalistas no acesso a essa política de atenção à saúde sexual dessas mulheres e a assinatura do Estado na obstrução do aborto de forma legal. Sobre os corpos femininos pairam e agem a violência do estupro e a violência do Estado.

O artigo também levantou e discutiu inclusões e exclusões de distintas minorias na agenda da política de saúde do governo durante a atual pandemia. Indicou a pouca efetividade nas ações que pudessem minimizar as precariedades objetivas e subjetivas. E focalizou o abandono e a negligência, a intencionalidade de produzir corpos desperdiçáveis e vidas indignas de proteção. Enfim, tantas zonas de silêncio nos instigam a prosseguir nessa investigação acerca das linhas ideológicas perpetuadas pelos atuais quadros técnicos do Governo Federal e seus ministérios, as controvérsias, os tensionamentos, as ausências, os recuos e retrocessos, as obstruções, as dinâmicas de instabilidade que atravessam a relação entre políticas sexuais, vulnerabilidades, direitos humanos e Estado.

Referências:

Agência de Notícias da Aids. **Ministério da Saúde suspende temporariamente exame de genotipagem para HIV e hepatite C. RNP+Brasil repudia decisão.** 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/ministerio-da-saude-suspende-temporariamente-exame-de-genotipagem-para-hiv-e-hepatite-c-rnpbrasil-repudia-decisao/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Agência Pública. **O grupo cristão que atua para reprimir homossexualidade e identidade de gênero trans na América Latina.** 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/12/organizacao-crista-internacional-exodus-promove-reorientacao-sexual-para-lgbtqi-na-america-latina/>> Acesso em: 05 jan. 2021.

ANTRA. **Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020.** 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Austin, John L. **How to do things with words.** Oxford: Oxford University Press, 1976.

Birman, Patrícia. Vulnerabilidade e inacabamento: a defesa dos direitos LGBT. In: Natividade, Marcelo (Org.). **Margens da política:** estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 7-14.

Brasil. **Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9795.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

Brasil. **Lei nº 13.504, de 07 de novembro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13504.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

Butler, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** Notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Carrara, Sérgio; Vianna, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da "Constituição Cidadã". In: Oliven, Ruben George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal (Orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2008., p. 334-359.

Carrara, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. **Revista Mana. Estudos de Antropologia Social,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, ago. 2015, p. 323-345.

Carta Capital. **Ministério da Saúde encerra redes sociais com informações sobre HIV/Aids.** 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/ministerio-da-saude-encerra-redes-sociais-com-informacoes-sobre-hiv-aids/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

COFEN. **A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulher**. 2020. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres_79476.html. Acesso em: 22 dez. 2020.

Conselho Nacional de Justiça. **Campanha Sinal Vermelho**. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Das, Veena. Action, expression and everyday life. recounting everyday events. In: DAS, Veena. (Orgs.). **The ground between: anthropologists engage philosophy**. Durham/Londres: Duke University Press, 2014, p. 279-305.

Folha de S. Paulo. **Política de prevenção a HIV não pode ofender as famílias, afirma novo ministro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/politica-de-prevencao-a-hiv-nao-pode-ofender-as-familias-afirma-novo-ministro.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

G1 Ceará. **Remédio contra HIV/Aids está em falta no Ceará, e outros três têm baixo estoque**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/12/15/quatro-medicamentos-para-pessoas-com-hiv-aids-estao-com-estoque-baixo-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2021.

G1. **Atraso em licitação suspende exame que define tratamento para HIV e hepatite C**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/08/atraso-em-licitacao-suspende-exame-que-define-tratamento-para-hiv-e-hepatite-c.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2021.

G1. **Brasil tem 77% das mortes de gestantes e puérperas por Covid-19 registradas no mundo, diz estudo**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/14/brasil-tem-77percent-das-mortes-de-gestantes-e-puerperas-por-covid-19-registradas-no-mundo-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

G1. **Ministério da Saúde decide exonerar diretora de departamento de prevenção ao HIV**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/01/11/ministerio-da-saude-decide-exonerar-diretora-de-departamento-de-prevencao-ao-hiv.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

G1. **Pazuello exonera coordenadores de área dedicada à saúde sexual de mulheres e homens**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/pazuello-exonera-coordenadores-de-area-dedicada-a-saude-sexual-de-mulheres-e-homens.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

G1. **Pesquisa da UFMG e Unicamp aponta que população LGBT está mais vulnerável ao desemprego e à depressão por causa da pandemia**. 2020. Disponível

em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/17/pesquisa-da-ufmg-e-unicamp-aponta-que-populacao-lgbt-esta-mais-vulneravel-ao-desemprego-e-a-depressao-por-causa-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Gravlee, Clarence C. Systemic racism, chronic health inequities, and COVID-19: A syndemic in the making? **American Journal of Human Biology**, Florida, 3:e23482, jul. 2020.

Grupo Gay da Bahia – GGB. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Agora, os canais de denúncia Disque 100 e Ligue 180 funcionam em parceria**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/maio/agora-os-canais-de-denuncia-disque-100-e-ligue-180-funcionam-em-parceria> . Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Aplicativo de denúncias de violação de direitos humanos já está disponível**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/aplicativo-de-denuncias-de-violacao-de-direitos-humanos-ja-esta-disponivel>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Combate à violência e inclusão no mercado são o foco para população LGBTQ em 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/janeiro/combate-a-violencia-e-inclusao-no-mercado-sao-o-foco-para-populacao-lgbt-em-2020> . Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Disque 100**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acoes/2020-1/disque-100>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/balanco-anual-disque-100-atendeu-2-7-milhoes-de-ligacoes-em-2019/copy_of_Relatorio_Disque_100_final.pdf . Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/Corona_banner_LGBT.pdf . Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos . **Ministério lança material voltado ao público LGBTQ para prevenção do coronavírus**. 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-lanca-material-voltado-ao-publico-lgbt-para-prevencao-do-coronavirus>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjg0MDQyYjEtZGYyYy00NjdLLWE0ZjEtNTZlOWFiYzU0OGFkIiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMCO5NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9&embedImagePlaceholder=true>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Ministério Da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2020>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Ministério da Saúde. **Campanha IST 2019**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hpSOEnQqqw>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Ministério da Saúde. **Usar camisinha é uma responsabilidade de todos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8GVq0Z2Xd8>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Ministério Público do Paraná. **Disque 100 - Disque Direitos Humanos - Disque Denúncia Nacional**. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Nagamine, Renata; Natividade, Marcelo. Entre hospitalidade e hostilidade: políticas sexuais em perspectiva internacional. In: Natividade, Marcelo (Org.). **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 243-267.

Natividade, Marcelo. **Preâmbulo**: sobre deslocamentos e margens. In: Natividade, Marcelo (Org.). **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 21-30.

Natividade, Marcelo; Oliveira, Leandro de. O que há de tão satânico na xereca da vizinha? Notas sobre gênero, política pública, cidadania e liberdade. In: Natividade, Marcelo (Org.). **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 243-267.

O Estado de S. Paulo. **Ministério da Saúde retira do ar cartilha para população trans**. 2019. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-para-populacao-trans,70002667359>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. **Conferência Internacional de Aids em Melbourne, lançamento de diretrizes de prevenção de HIV/aids da OMS e relatório mundial do UNAIDS**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4667:conferenc

ia-internacional-de-aids-em-melbourne-lancamento-de-diretrizes-de-prevencao-de-hiv-aids-da-oms-e-relatorio-mundial-do-unaid&Itemid=812>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids. **Nota de repúdio à falta de exames de genotipagem**. 2019. Disponível em: <http://www.rnpvha.org.br/nota-de-repudio-a-falta-de-exames-de-genotipagem.html>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Singer, Merrill. A dose of drugs, a touch of violence, a case of AIDS: Conceptualizing the SAVA syndemic. **Free Inquiry in Creative Sociology Special Issue: Gangs, Drugs & Violence**, Oklahoma, v. 24, n. 2, p. 99-110, nov. 1996.

Turner, Victor. Social Dramas and Stories About Them. In: Turner, Victor (Org.). **From Ritual to Theatre: The human seriousness of play**. New York: PAJ Publications, 1982, p. 61-88.

UNAIDS BRASIL. **90-90-90: Uma meta ambiciosa de tratamento para contribuir para o fim da epidemia de AIDS**. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/11/2015_11_20_UNAIDS_TRATAMENTO_META_PT_v4_GB.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

Universa UOL. **Damares contraria Bolsonaro e sugere home office a profissionais do sexo**. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/01/damares-lanca-cartilha-de-combate-a-covid-19-para-pessoas-lgbt.htm>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Vance, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1995, p. 7-32.

Revista Veja. **Descaso com a saúde pública: Bolsonaro está cada vez mais convicto de que a saúde pública não lhe diz respeito**. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/descaso-com-a-saude-publica/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Vianna, Adriana; Lacerda, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

Viva Bem UOL. **Brasil não cumpre metas da ONU sobre HIV; teor de campanhas pode explicar**. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/12/08/brasil-nao-cumpre-metas-da-onu-sobre-hiv-teor-de-campanhas-pode-explicar.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Recebido em 05/02/2021

Aceito em 31/05/2021

“Um Bicho de Sete Cabeças”: HIV-Aids e Homens Jovens que Fazem Sexo com Homens em Campo Grande (MS)*

*Tiago Duque***

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar, qualitativamente, as diferentes experiências de homens jovens que fazem sexo com homens em relação ao hiv-aids na cidade de Campo Grande (MS). Para isso, realizou-se dez entrevistas com moradores da cidade que se autodeclararam jovens entre 19 e 25 anos. Os convites para participar da pesquisa foram feitos a partir de espaços online e offline de sociabilidade. A perspectiva teórica para as análises dos dados levantados é a da Sociologia das Diferenças. Os resultados permitem problematizações identitárias a partir da construção do corpo, das vulnerabilidades, da avaliação que eles fazem em relação ao hiv-aids e as atuais estratégias de prevenção por meio da medicalização. Além disso, reflete-se sobre o persistente estigma em relação à homossexualidade e ao hiv-aids.

Palavras-chave: Jovens. HIV. Aids. Prevenção. HSH.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

** Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal e da Faculdade de Ciências Humanas da UFMS. E-mail: tiago.duque@ufms.br.

“Un Animal de Siete Cabezas”: VIH-Sida y Hombres Jóvenes que Tienen Sexo con Hombres en Campo Grande (MS)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cualitativamente las diferentes experiencias de hombres jóvenes que tienen sexo con hombres en relación al vih-sida en la ciudad de Campo Grande (MS). Para ello, se realizaron diez entrevistas a habitantes de la ciudad que declararon ser hombres jóvenes de entre 19 y 25 años. Las invitaciones para participar en la investigación se hicieron desde espacios de sociabilidad online y offline. La perspectiva teórica para el análisis de los datos recopilados es la de la Sociología de las Diferencias. Los resultados permiten problematizaciones de identidad desde la construcción del cuerpo, las vulnerabilidades, la valoración que hacen en relación al vih-sida y las estrategias actuales de prevención a través de la medicalización. Además, se refleja el persistente estigma hacia la homosexualidad y el vih-sida.

Palabras clave: Jóvenes. VIH. Sida. Prevención. HSH.

“An Animal With Seven Heads”: HIV-Aids and Young Men Who Have Sex With Men in Campo Grande (MS)

Abstract

This article aims to qualitatively analyze the different experiences of young men who have sex with men in relation to hiv-aids in the city of Campo Grande (MS). For this purpose, ten interviews were conducted with city dwellers who declared themselves as young men between 19 and 25 years old. The invitations to participate in the research were made from online and offline spaces of sociability. The theoretical perspective for the analyses of the data collected is the Sociology of Differences. The results allow identity problematizations based on the construction of the body, vulnerabilities, the assessment they make in relation to hiv-aids and

current prevention strategies through medicalization. Furthermore, it reflects on the persistent stigma regarding homosexuality and hiv-aids.

Keywords: Young. HIV. Aids. Prevention. MSM.

Introdução

Desde o início dos anos 1990, do slogan “A Aids vai te pegar¹” até o mais atual “Fique Sabendo²”, passando pelo “Use sempre camisinha³”, muitas coisas mudaram, tanto em relação ao tratamento e ao estigma como à prevenção ao hiv/aids⁴ no Brasil e no mundo. No entanto, a questão das vulnerabilidades à infecção/transmissão é central na discussão a respeito da epidemia de hiv-aids nas últimas décadas, especialmente entre homens que fazem sexo com homens. Considerando isso, o objetivo deste texto é analisar, qualitativamente, as diferentes experiências de homens

1 Em 1993, o Ministério da Saúde lançou uma campanha de prevenção às DSTs/aids que, em seu vídeo para TV, dizia: “Eu tenho aids, eu não tenho cura. Nos próximos dias, nos próximos meses, no próximo ano, milhares de pessoas vão pegar aids e vão morrer. Se você não se cuidar, a aids irá te pegar”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lc_sbLoqqRE. Acesso em: 30 jan. 2021.

2 No início dos anos 2000, o Ministério da Saúde lançou a campanha “Fique Sabendo”. Segundo informações do site do próprio Ministério, “O Fique Sabendo é uma mobilização de incentivo ao teste de aids e tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância da realização do exame. Artistas e formadores de opinião já estão se envolvendo para incentivar a população a fazer o teste e diminuir cada vez mais o preconceito em relação ao HIV/aids. Fazer o teste de aids é uma atitude que mostra como você se preocupa com a sua saúde”. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-fique-sabendo-2003>. Acesso em: 30 jan. 2021.

3 Em 2005, o Ministério da Saúde lançou a marca (selo) “Vista-se”, associado ao slogan “Vista-se! Use sempre camisinha”, que assinou todas as peças de promoção do uso do preservativo produzidas pelo Governo Federal e incentivou o seu uso também por ONGs, empresas da iniciativa privada e outras instituições governamentais. Segundo informações do próprio Ministério, o uso da marca justifica-se por: aumento da lembrança espontânea da mensagem; devido à força do símbolo como elemento de comunicação e à sua capacidade de mobilização. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-de-carnaval-vista-se-2005>. Acesso em: 30 jan. 2021.

4 Não há uma uniformidade nas grafias de “hiv” e “aids”. Tentando contrapor qualquer pânico moral em torno da doença, quando eu escrever usarei letras minúsculas. Nos casos de citações diretas, farei o uso conforme a referência utilizou.

jovens que fazem sexo com homens em relação ao hiv-aids na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul (MS). Considerando essa realidade, o enfoque teórico-metodológico é o da Sociologia da Diferença. Ela, somada a uma perspectiva queer e pós-colonial, tem se dedicado a problematizar as novas identidades, parte do movimento social, algumas iniciativas do poder público e a própria forma acadêmica de abordar questões do gênero e da sexualidade na contemporaneidade (Miskolci e Pelúcio, 2006). Sabe-se que a noção de juventude é elaborada cultural e historicamente. Há, pelo seu caráter político, frequentemente, uma disputa de classificações. Mesmo levando em conta os organismos internacionais ou legislação nacional no que se refere à definição de quem é e quem não é jovem, este estudo também ficou atento às próprias noções dos seus interlocutores de pesquisa, isto é, não se desprezou as balizas etárias fixadas por organismos oficiais e legislações nacionais, pois são essas as referências acionadas no que tange à formulação e aplicação de políticas públicas. Elas servem, ainda, como indicadores sociais que têm a capacidade de orientar a sociedade em geral quanto a esses descritores geracionais. Contudo, interessa aqui pensar os homens jovens deste estudo a partir de suas próprias definições de "ser jovem". Sendo assim, consciente dessas tensões e disputas, entre 2017 e 2019 foram entrevistados dez homens que se autodeclararam jovens entre 19 e 25 anos, todos com experiências afetivo-sexuais com outros homens, moradores de Campo Grande.

O convite para que os jovens participassem da pesquisa foi feito em ambientes online e offline, de forma individualizada e privativa. No ambiente online, foram acessados em grupos temáticos de encontros afetivo-sexuais entre homens no WhatsApp e no Facebook. As abordagens em ambientes offline foram feitas em atividades do Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestis e Transexuais), em festas temáticas em uma Sauna Gay e em projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com temática em questões de gênero e sexualidade. A partir da minha interação nesses espaços, identifiquei

diferentes perfis de jovens que fazem sexo com homens, sendo feito o convite a muitos deles. Todos que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais: na moradia dos participantes, em praças de alimentação de shoppings, na universidade e em um café, conforme a decisão de cada entrevistado. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas⁶. Os nomes dos interlocutores usados aqui são fictícios. A partir delas, os interlocutores se dispuseram a se colocar na condição de ter de dar conta de si mesmos nos termos que reflete Butler (2009, p. 55): “quando dou conta de mim mesmo em um discurso, as palavras nunca expressam ou contêm plenamente este eu vivente”. Para a autora, as palavras desaparecem logo que são pronunciadas, elas são interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo que o tempo da vida de quem os diz. “Essa ‘interrupção’ recusa a ideia de que o dito se funda somente em mim, dado que as estruturas indiferentes que permitem o meu viver pertencem a uma sociedade que me excede” (Butler, 2009, p. 55). Dito de outro modo, “quando o ‘eu’ procura dar conta de si mesmo, pode começar consigo, mas comprovará que esse ‘si mesmo’ já está implicado em uma temporalidade social que excede suas próprias capacidades narrativas” (Butler, 2009, p. 19). Assim, com as entrevistas, os interlocutores procuraram dar conta de si mesmos, mas, inevitavelmente, não deixaram de incluir as condições de sua emergência (identitária-experimental-histórica). O fato de este estudo ser realizado na capital de Mato Grosso do Sul traz elementos particulares a essas experiências, afinal, apesar de ser tida como uma “cidade grande”, segundo parte dos próprios interlocutores, ela “parece de interior”. A cidade se localiza no bioma do cerrado brasileiro e em 2020 teve sua população

5 O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

6 Agradeço a transcrição das entrevistas realizadas por acadêmicos/as do bacharelado em Ciências Sociais da UFMS, meus orientandos de iniciação científica: Anna Beatriz Passos da Silva Carlos, Aylme Reynaud D’Avila, Eloise Nogueira da Silva e Johnny Daniel Matias Nogueira.

estimada pelo IBGE em 786.797 pessoas⁷. Em meio a um estado fortemente voltado ao agronegócio, está localizada em uma rede viária longe dos grandes centros; não se caracteriza como uma metrópole, mas exerce influência no próprio estado e nos estados próximos. Em termos de epidemia de hiv-aids, é a 11^a capital do país no ranking de detecção e mortalidade (Brasil, 2020). Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, ocupa a 37^a posição no ranking nacional (Brasil, 2020). Na primeira seção deste artigo, apresento os participantes de forma a destacar suas multiplicidades identitárias. Essa apresentação dos interlocutores a partir do que os diferencia é um importante contraponto a usos da categoria HSH, isto é, "Homens que fazem Sexo com Homens"⁸, de forma generalizante e "politicamente neutra" (Gosine, 2008). Posteriormente, reflito a respeito da construção do corpo e alguns aspectos das vulnerabilidades desses jovens, considerando informações que trazem dados bastante particulares de cada um deles. Essa discussão envolvendo vulnerabilidade e corpo se dará a partir da compreensão de que o corpo é sujeito de dinâmicas sociais, lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (Monteiro, 2012). Por fim, discuto a historicidade do estigma em relação ao hiv-aids e à homossexualidade, indicando o quanto processos de controle e normalização têm tido efeito nas experiências deles diante da doença.

Das identificações-diferenciações

Os interlocutores deste estudo são compreendidos a partir das suas multiplicidades identitárias. Isso, porque "as identificações nunca se concretizam plena e finalmente [...]. Constantemente se

7 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 30 jan. 2021.

8 HSH é tido, comumente, como qualquer homem que faz sexo com homens, mesmo aqueles que não se identificam como homossexuais ou gays. O termo inclusive refere-se também a indivíduos que não são classificados como adultos, podendo ser usado para identificar menores de 18 anos (UNAIDS, 2008).

as reordena, se as consolida, se as cerceia, se as combate e, em certas ocasiões, se as obriga a ceder” (Butler, 2008, p. 159). Podemos afirmar isso em relação a diferentes marcadores sociais, não apenas em relação à sexualidade, mas também à raça/cor, classe, religião, gênero e idade.

A seguir, os dez interlocutores são apresentados a partir dessas diferenciações identitárias. A ideia não é esgotar a exposição sobre suas marcas de diferenciação, mas indicar o quanto homens jovens que fazem sexo com homens podem ser tão diferentes entre si a ponto de qualquer encapsulação identitária, essencialismos ou generalizações poderem ser perigosos quando se quer pensar em saúde e doença. Dito de outro modo, refiro-me a marcadores no sentido de convidar quem lê a ter um olhar detalhado, contextualizado e circunscrito ao “pensar as dimensões da vida social que são generificadas, racializadas, sexualizadas, classificadas, enfim, nomeadas de modo a afetar a vida das pessoas de distintas maneiras; tornam-se, assim, marcadores sociais da diferença” (Hirano, 2019, p. 51).

Alaska, de 23 anos, afirmou que “a crise da metade dos 20 está chegando”, indicando o quanto a identificação como jovem não está livre de tensionamentos. No seu caso, como em todos os outros deste estudo, a categoria gay é apenas uma das quais faz uso – inclusive nem é a que mais se identifica. Ele também se declara “queer” e “geek”, explicando que a primeira significa “estranha, esquisita” e a segunda “nerdão”. É asiático, segundo ele, “apesar de não parecer tanto”. No “meio gay”, entende-se como pansexual, isto é, “sente atração pelo desejo ao invés da figura da pessoa”. Em suas palavras: “simplificando, eu não tô nem aí pra sua aparência”. Em termos de gênero, avalia-se como afeminado. Não trabalha por estudar em uma universidade pública em período integral e não pratica nenhuma religião. Disse ser de classe média. Mora com os pais.

Ângelo, de 21 anos, é branco de olhos claros e já foi questionado sobre “seus privilégios” em ser branco em uma cidade de

"bugrinhos"⁹. Ele disse não se sentir privilegiado pela cor branca e por não ser afeminado; não se percebe sendo mais desejado por ter os fenótipos da branquidade e ser "mais masculino". Ele é o único interlocutor que informou ser soropositivo. Ele contou que foi por meio de um canal do YouTube que mudou a sua identificação de "urso" para "lontra", afinal, apesar de ser peludo, não é gordo. Em termos de idade, disse que são várias coisas que o fazem se sentir jovem em certos aspectos, mas afirmou também se sentir "um idoso de 50 anos às vezes". Ele concluiu o Ensino Médio e não estuda mais. Trabalha no ramo administrativo em uma instituição privada. Não possui nenhuma religião, mas frequentou muitas, cristãs e não cristãs.

Carlos, de 25 anos, diz ser "muito jovem". Justifica dizendo que "gosta muito de sair". É branco e universitário. Trabalha como assistente administrativo na área hoteleira. Cresceu na religião católica, frequentou igreja evangélica, mas não frequenta mais. Acredita em Deus, mas não tem uma religião específica. Disse ter sofrido com a sua homossexualidade: "O meu maior pedido para Deus era para que Deus tirasse esses desejos de dentro de mim, para me tornar uma pessoa que agradasse a Deus". Mora com uma amiga; a família é do interior do estado. Diferente da maioria dos participantes, a sua família não sabe sobre sua orientação sexual.

Dênis, de 22 anos, identifica-se como "mestiço", por ter na família negros, japoneses e brancos. Por isso, disse-me que a sua identificação étnico-racial depende muito de onde ele está. Isso, porque dependendo do lugar as pessoas perguntam se ele tem descendência indígena, mas também perguntam se ele tem des-

9 No contexto local, "bugre" é uma expressão pejorativa relacionada, principalmente, a indígenas, isto é, a pessoas não brancas. Os usos e a origem desse adjetivo desqualificador foram discutidos por Guisard (1999). Em seus estudos, "há uma menção ao termo bugre no diminutivo – bugrinha, bugrinho –, sendo o 'inho(a)' considerado carinhoso, acolhedor, caridoso, reconhecimento da situação de inferioridade em que se encontra o seu portador, necessitando de amparo e proteção" (Guisard, 1999, p. 97).

condição japonesa. Em termos de gênero, ele se vê como “muito afeminado” e se define como “homem cis¹⁰ homossexual”. Pertence à classe média, trabalha como garçom e estuda em uma universidade pública. Perguntado sobre a religião, ele respondeu que se considera sincretista, mas não se apega a nenhuma em específico. Ele foi o único que se recusou a me apresentar um nome fictício para ser usado neste estudo, dizendo que essa prática de nomear já foi feita pela sua mãe. Sendo assim, diferente dos demais, depois da autorização de Dênis, esse é o único nome fictício que eu atribuí, sendo todos os outros nomes fictícios dados pelos próprios entrevistados quando solicitado.

João, de 26 anos, considera-se preto. Tem formação evangélica, mas não frequenta nenhuma igreja atualmente. Ele trabalha como auxiliar em uma loja. Em termos de classe social, ri ao responder com uma pergunta: “A classe social mais baixa é a D, né?”. Mas retoma a resposta para dizer que é de “classe intermediária”. Mora com a mãe. Percebe-se jovem por saber “que ainda tem muita coisa que passar na vida”. Diferente do que disse a maior parte dos entrevistados, ele afirma nunca ter tido experiência afetivo-sexual com mulheres. Segundo ele, o fato de ser negro não tem implicação na sua prática-afetiva sexual e não interfere em sua identidade enquanto gay; ele tampouco percebe que isso possa interferir na relação que tem com outros homens.

Juliano, de 23 anos, considera-se gay “por ser a realidade da vida”. Em termos de cor, assume-se rindo: “moreno, bonito”. Reconhece que é de família de negros, mas se declara “moreno”. Estudou até o primeiro ano do Ensino Médio e pertence à classe baixa. Explica: “Luxo a gente pode ter em qualquer canto, não importa o que você tem, ou seja, pode ser o mínimo, muito simples, mas

10 “Cis” refere-se a “cisgênero”, isto é, às pessoas não transexuais/transgêneros/travestis. Considerando a abordagem dos marcadores sociais da diferença neste texto, concordo com a reflexão de Favero (2020). A autora indica o quando a “cisgeneridade” não pode ser lida analiticamente como ileisa diante de diferentes marcadores sociais, o que permite problematizar a ideia de “privilégio cis” diante das próprias experiências trans.

“você toma aquilo ali como se fosse um luxo, entendeu?”. Do ponto de vista religioso, ele é umbandista. Trabalha como atendente. Ele tem dois filhos, pois, em suas palavras, “quando tentava fugir da realidade” aprontava: “Todo dia era uma mulher diferente”.

Junior, de 25 anos, acha que não tem uma mentalidade de pessoa jovem, pois associa juventude à irresponsabilidade. Mas sabe que não é “velho”; tem o que chama de “infantilidade”. Ele se identifica como “homoafetivo”. Justifica dizendo: “Porque eu não faço sexo apenas pelo sexo em si... há sentimento... a partir do momento que há sentimento... tem afeto, e se tem afeto é afetivo”. Também é umbandista. Trabalha como pedreiro e critica as pessoas que querem trabalhar com “coisa fácil”, não com “coisa difícil”. Mas, às vezes, trabalha com colorações de cabelo; tem algumas clientes. Ele se identifica como “pardo”, por ser “uma mistura de raças”. Concluiu o Ensino Médio e iniciou um curso superior, mas não o finalizou. Ele não tem estabilidade econômica com o trabalho, então, diz pertencer à classe baixa. O ex-namorado mora com ele.

Lucas, de 24 anos, é branco. Estudou até o primeiro ano do Ensino Médio. Mora com a família. Como todos os participantes, afirma saber que é homossexual desde a infância, pelo desejo afetivo-sexual em relação aos homens. É católico praticante e, por ser gay, já teve dúvidas se deveria ou não manter seus compromissos na comunidade religiosa que frequenta. Assume que a religião não o ajuda muito, mas, referindo-se a drogas e bebidas, diz que “a gente precisa procurar um caminho para não ir a lugar errado”. Trabalha em um supermercado como atendente; diz ser de classe média.

Marcos, de 24 anos, veio de São Paulo para trabalhar e estudar. Outros poucos interlocutores também não nasceram na cidade, mas moram em Campo Grande há alguns anos. Ele faz um curso de pós-graduação em uma instituição pública. Considera-se de classe média baixa, com formação religiosa no cristianismo,

mas atualmente não tem religião. É apontado como sendo urso, mas afirma que essas identificações do “mundo gay” são como um “cubo mágico”. Segundo ele, “você vira um lado e a pecinha que estava se acertando muda completamente e você não é mais nada daquilo”. Ele vê a sua identificação como uma “caixinha”, mas alerta: “Mesmo que eu uso o termo caixinha, é contra a minha própria vontade, porque não gosto de me colocar dentro de nada, apesar de saber que estou sendo visto de alguma maneira muito específica por quem está de fora”. Sobre a idade, afirma: “sou jovem, mas sou gordo”. O “mas” representa o quanto o corpo gordo, comparado a um corpo “sarado”, conforme o que ele mesmo disse, o faz esteticamente menos jovem, por fugir a uma “caixinha” que é a do jovem que “malha”.

Paulo, de 19 anos, define-se como gay, “para não falar aquela palavra enorme que é homossexual”. Estuda na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ter deixado a escola anteriormente, devido à depressão após a morte da mãe e por ter “servido” o exército depois. Atualmente está desempregado, procurando “serviço”. É espírita kardecista. Em termos de gênero, afirma: “Me declaro afeminado, mas eu não sou afeminado no estilo de roupa, né?”. Ele explica: “Os afeminados se vestem mais como uma mulher. Eu já me visto mais como hominho, então... mas assim, eu me visto como hominho, mas eu sou muito para frente”. Demonstrou ter muitas dificuldades em ser aceito pela avó, com quem mora. Disse-me: “Em casa tem hora que eu me pego chorando de raiva porque eu nasci desse jeito. Eu choro de raiva porque minha vó não quer que eu seja assim”.

A partir dessa apresentação dos dez interlocutores, considerando suas multiplicidades identitárias, destaco a necessidade de entendê-los como HSH a partir de suas diferenças, não de forma a igualá-los simplesmente como possuindo uma experiência afetivo-sexual comum. Gosine (2008) nos conta a história da categoria HSH antes da então utilização desse termo, no começo dos anos 2000, pelo aparato institucional de pesquisas, es-

tratégias, políticas, documentos, financiamentos, programas e outras ações de governos ou da sociedade civil internacional na "prevenção às DSTs¹¹/aids". Vários anos antes, ativistas e profissionais da saúde criaram o termo como alternativa para as categorias ocidentais "Gays" ou "Bissexuais". "Na época, isso foi um gesto radical, uma recusa decisiva das narrativas dominantes sobre orientação e comportamento sexuais transmitidas por organizações lideradas por homens brancos, que se identificam como gays" (Gosine, 2008, p. 71). Nesse contexto, seu uso foi na busca por mostrar que existiam outras maneiras em que a sexualidade estava organizada e outros meios de expressar a identidade sexual que não aquele imposto pelos gays e bissexuais dominantes da cultura metropolitana euro-americana. As organizações onde esses HSHs negros, latinos e asiáticos estavam inseridos tinham uma agenda política para além da doença e aliavam-se a outros grupos para contestar as formas de exclusão baseadas na raça, gênero, classe e sexualidade (Gosine, 2008).

Assim, os participantes desta pesquisa podem ser identificados epidemiologicamente como HSHs. Contudo, a proposta é chamar atenção para a multiplicidade identitária das produções dessas experiências diante do hiv-aids; como dito, mais do que agrupá-los como uma possível prática afetivo-sexual comum. Além disso, essa lembrança histórica aqui apresentada ajuda a olhar para a aids para além dela mesma, afinal, "a doença é um processo 'experencial'", isto é, "suas manifestações dependem de fatores culturais, sociais e psicológicos, operando conjuntamente com processos psicobiológicos" (Langdon, 1994, p. 115).

Não se trata de atribuir aos participantes aqui apresentados o papel político daqueles que historicamente propuseram o termo HSH, mas destacar que continua sendo fundamental pensar as

11 DST é o mesmo que Doença Sexualmente Transmissível. Atualmente essa sigla tem sido substituída por IST, isto é, Infecção Sexualmente Transmissível. A mudança se deu em razão de uma pessoa poder transmitir uma infecção sem necessariamente ter sinais e sintomas.

diferenças para além da doença, especialmente em um contexto que segue desigual em termos de tantos marcadores sociais. Quando cito essas marcas da diferença, não estou me referindo à “diversidade”. Segundo Miskolci, “a diversidade serve a uma concepção horizontal de relações sociais que têm como objetivo evitar a divergência e, sobretudo, o conflito” (2016, p. 52). Por sua vez, esse autor indica que “lidar com as diferenças impõe encarar as relações sociais em suas assimetrias e hierarquias [...]” (Miskolci, 2016, p. 52). Parte dessas relações sociais e parte dos marcadores sociais da diferença discuto a seguir.

Das vulnerabilidades do corpo

O uso do conceito de vulnerabilidade, diferenciador da proposta de enfrentamento da epidemia de hiv-aids no Brasil, chama atenção para o compromisso e a tentativa de pensar esse tema para além da responsabilização pessoal, apontando as dimensões mais sociais como a questão da realidade socioeconômica e cultural, que dificulta ou impede os acessos à informação, aos insumos e aos serviços de saúde pública (Ayres, 1996). As entrevistas com os dez jovens indicaram que, de forma unânime, eles demonstraram conhecer as informações básicas sobre hiv-aids, principalmente em relação à forma de contágio pelo hiv em relações sexuais desprotegidas e o uso do preservativo masculino como método preventivo. Também apresentaram experiências positivas de acesso aos serviços de saúde em relação à testagem e retirada de preservativos. Todos os participantes já haviam feito o teste anti-hiv pelo menos uma vez. Demonstraram conhecer os locais do serviço público de saúde para a realização do exame na cidade e a importância de se fazer o teste quando possuem práticas afetivo-sexuais desprotegidas.

Contudo, não é possível afirmar que não existam dificuldades socioeconômicas e culturais que implicam em vulnerabilidades dos participantes. Por isso, as informações dadas por eles nas

entrevistas indicam a necessidade de discutir esse conceito. Aqui, o farei a partir do que o antecede. Segundo Butler (2009), a vulnerabilidade parece ser a consequência dos nossos corpos socialmente construídos. Dito de outro modo, interessa-me analisar parte dos dados a partir da noção de construção do corpo, e não somente em termos de vulnerabilidade, para, com isso, inspirar discussões que reflitam sobre as dificuldades que podem vulnerabilizar esses jovens. Não se busca esgotar as possibilidades de análises sobre o corpo que podem ser feitas a partir dos dados reunidos. Nem mesmo idealizar, de forma generalizada, um corpo comum ou mais ou menos compartilhado pelos interlocutores, mesmo porque a apresentação dos participantes na seção anterior já caracterizou a diferença corporal presente na pesquisa.

Marcos, por exemplo, conforme já informado, é jovem e tem o corpo gordo. O peso do corpo gordo é uma característica que distancia Marcos do ideal de juventude, conseqüentemente de um ideal de beleza. Desde o começo do século XX, a beleza está diretamente ligada ao corpo saudável, em contínuo treinamento físico: o corpo não deve ser somente magro, mas também esguio, ágil, musculoso, como nas culturas pré-industriais (Calanca, 2008). Mas há outras marcas de diferenciação que não apenas a idade e peso que precisam ser consideradas; por exemplo, o gênero.

A masculinidade, no caso de Marcos, mesmo ele tendo um corpo gordo, agrega valor à sua experiência de ser desejável, reconhecido como homem atraente a outros homens. Então, para pensarmos em vulnerabilidade a partir do corpo, não basta, portanto, tomar um marcador como sendo o definidor das experiências, assim como não se trata de simples somatórias de marcas de diferenciação que, diante das dinâmicas sociais, alocaria alguém, com um determinado corpo, em um contexto definitivamente vulnerável.

Ângelo acrescenta que, em relação ao ideal de corpo belo e saudável, é preciso considerar também a raça/cor: "O mundo propõe isso, a sociedade propõe. Tipo, o branco com o corpo ma-

lhado”. Ele, com um corpo próximo daquele idealizado como belo, afirma que o seu corpo contribui para que as pessoas não o identifiquem com um perfil de quem possa ter hiv: “Querendo ou não, eu sei que eu sou esteticamente bonito [...]. Tem muita gente que falou pra mim já, tipo, ‘ah, mas eu não imaginava que você tinha’”. Ângelo, nesse sentido, pondera: “Passava pela minha cabeça ‘como que ele vai julgar uma pessoa, se a pessoa tem ou não hiv, olhando a cara da pessoa?’”. Isso indica o quanto ainda persiste a imagem de um corpo soropositivo construído de forma diferente do dele, isto é, de um corpo tido como não saudável/não belo.

Mesmo diante das constatações, pelas respostas dos interlocutores, de que existe um corpo ideal e dessa experiência de Ângelo ser identificado como alguém que “não tem hiv”, é consenso entre eles de que aids e hiv “não têm cara”. Todos responderam que as únicas formas de saber se alguém é soropositivo são se a pessoa falar ou “fazendo exame”/“fazendo o teste”. Contudo, considerando um estudo realizado em outro contexto, esse corpo entendido, isto é, construído como saudável/belo, tem implicações para as questões de vulnerabilidade para a infecção pelo vírus hiv. É possível afirmar isso porque “é o *parecer saudável* que acena para uma suposta soronegatividade para o HIV, que abre a possibilidade para as emoções positivas aflorarem (em oposição ao *medo*) e o sexo sem camisinha acontecer” (Rios, Albuquerque, Santana, Pereira, Oliveira Junior, 2019, p. 82). Assim, aquelas imagens de corpos doentes de aids do passado mudaram, mas, ao mesmo tempo, elas se mantêm presentes com certa influência no campo do desejo, afinal, persiste a ideia de que determinado corpo com hiv tem uma estética não saudável. Essa persistência representativa existe, ainda que, como afirmou Lucas, “hoje em dia não está escrito na testa de ninguém que eu tenho aids, hepatite, hiv”.

Ainda no campo do desejo, a masculinidade também ganha destaque no olhar que as pessoas têm em relação a Junior, conforme já informado, devido à sua profissão. Segundo ele, é comum

reações de espanto: "Nunca vi gay pedreiro!". A surpresa existe apenas quando a pessoa sabe sobre sua sexualidade, indicando que a profissão se torna estranha quando vista a partir dela, mas não em relação a outras marcas de diferenciação, como raça/cor, classe, gênero ou idade.

Por outro lado, Alaska relata que o fato de ser afeminado, ao mesmo tempo que o torna conhecido por seu estilo (já pintou o cabelo de rosa por um tempo), levanta dúvidas sobre sua capacidade intelectual por parte dos seus professores: "Eles meio que me julgavam menos capaz por ser assim". Para ele, "a melhor vingança é você tirar 10 na prova dele e ir embora bem linda. E só". Dênis, sobre esse tema, disse que o corpo afeminado causa repulsa nos homens. Segundo ele, na cidade, só existe um momento em que o seu corpo é valorizado e desejado: no carnaval¹². Em suas palavras: "No carnaval, quanto mais *close*¹³ você dá, parece que mais você chama a atenção [...]. Parece que não tem pudores no carnaval, mas no outro dia, depois do carnaval, tem".

O corpo afeminado, então, na maior parte do tempo, acaba não sendo coerente com as expectativas de gênero direcionadas a esses jovens assignados como sendo do "sexo" masculino ao nascerem. O gênero masculino de alguém que é pedreiro também quebra expectativas em relação à sexualidade se o trabalhador não for heterossexual. Essa coerência, quando existe, pode ser entendida como "efeito de um jogo de forças, de práticas (discursivas e não discursivas) que regulam tanto a formação de gênero como as normas de inteligibilidade através das quais elas assumem visibilidade e significado" (Bessa, 1998, p. 41). Contudo, tirar 10 na prova do professor preconceituoso, assumir-se

12 A sociabilidade homossexual no carnaval brasileiro é um tema clássico nos estudos sobre sociedade, cultura e sexualidade no Brasil. Green (2000) e Trevisan (2004) são duas referências nessa temática. Os autores problematizam essa experiência de visibilidade e reconhecimento.

13 Nesse contexto, *close* é chamar atenção, destacar-se, propositalmente não passar despercebido.

gay pedreiro ou “dar *close*” no carnaval são práticas entendidas aqui como uma possibilidade de agenciamento do corpo.

A agência nos possibilita compreender o quanto, no caso do que estou discutindo aqui, a diferença corporal é uma questão contextualmente contingente, por um lado, no que se refere à desigualdade, exploração e opressão, e, por outro lado, a igualitarismo, diversidade e formas democráticas de ação política (Brah, 2006). Afinal, a agência tem relação direta com a possibilidade intencional de agir socioculturalmente, em contextos particulares de relações de poder, não sendo, portanto, simplesmente autossuficiente, mas também não sendo sempre impossível de ser correspondente a projetos particulares de vida (Ortner, 2007).

Assim, por exemplo, considerando as relações de poder, não basta ter um corpo afeminado para que a agência esteja dada em termos de enfrentamento de situações que possam torná-lo vulnerável. Paulo é outro interlocutor que nos ajuda a pensar na contextualidade dos agenciamentos corporais. Ele é o que mais demonstrou temer as consequências da não correspondência de gênero, isto é, de ser afeminado, principalmente em sua família, que ele identifica como “muito preconceituosa”. Ele disse que sofreu muito sendo “duas pessoas”; “mais discreto em casa” e na rua “mais pra frente do que capô de fusca”, isto é, alegre, falando com todo mundo, chegando nos homens e dizendo que estava “a fim”, não se importando em chamar atenção enquanto gay afeminado. Mas em casa buscava corresponder às expectativas de gênero. Inclusive buscou demonstrar desejo por mulheres para despistar qualquer reação preconceituosa dos familiares. Paulo, devido ao sofrimento em “ser duas pessoas” por medo do preconceito familiar, opina: “Eu falo que a gente é uma raça diferenciada porque a gente é tratado que nem cachorro, então minha raça mesmo”.

Esse corpo que é “tratado que nem cachorro”, portanto, racializado como um animal, indica o quanto a coerência de gênero pode produzir corpos humanizados, assim como a sua não correspon-

dência pode produzir abjeção. Segundo Butler (2003), essa não correspondência é coerente quando "sexo", gênero e desejo tornam-se inteligíveis enquanto corpos heterossexuais. Lucas também contou que a sua família é preconceituosa, inclusive disse não frequentar lugares gays por medo de algum amigo fotografar e divulgar nas redes sociais, o que poderia chegar até algum dos seus familiares. Ele já ouviu em casa a frase "se tivesse um filho gay, mataria ele".

Conforme indicado até aqui, o corpo existe a partir dos marcadores sociais da diferença em relação entre si e através dessa relação, ainda que de modos contraditórios e em conflito (McClintock, 2003). Por isso, as experiências de construção corporal aqui apresentadas apontam para a importância dessas diferenciações, principalmente por se darem em contextos particulares de relações de poder, o que pode nos colocar diante de processos bastante particulares de vulnerabilidade a partir de determinado corpo. Mas, infelizmente, nem sempre essa marcação diferenciadora que define a produção corporal – e, conseqüentemente, as experiências de vulnerabilidades – é percebida por parte dos interlocutores.

Um exemplo disso tem relação com a percepção dos participantes negros deste estudo. Independentemente dos fenótipos que os caracterizam, entre os interlocutores que se autodeclararam "pardo", "moreno", negro e preto foi unânime a ideia de que o fato de serem negros não interfere nas relações afetivo-sexuais, ou mesmo nos processos de reconhecimentos mais amplos. João, inclusive, afirmou que ser preto não interfere em sua identidade gay, nem mesmo na relação com as outras pessoas. Juliano vai na mesma direção que João, mas traz um outro elemento para a reflexão sem que eu tivesse me referido a qualquer conflito racial: "Sou da família dos negros e não tenho nada contra os brancos, graças a Deus". A ideia de raça aqui é a socioantropológica, isto é, "um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder

e de dominação” (Munanga, 2003, n.p.). Na apresentação de Dênis, na seção anterior, já indiquei o quanto alguns corpos podem ser racializados de formas distintas conforme o contexto. E, se fixarmos no próprio corpo, a interpretação autoatribuída de Junior, por exemplo, traz elementos ainda mais complexos para a questão fenotípica. Disse ele: “É claro que tenho partes do corpo que são mais claras... mas 90% delas é parda”.

A percepção de que fenótipos raciais não interferem nas relações com as demais pessoas, nem na própria identidade, é mais um indicativo de que, sendo a sociedade brasileira complexamente racista¹⁴, eles tornam-se corpos vulneráveis, afinal, seus corpos são compreendidos por eles mesmos, em termos de raça/cor, fora das relações de poder. Em um sentido contrário, Alaska aponta para o que chama de “fetichização” dos seus fenótipos por parte de alguns homens, afirmando ter escutado várias vezes a frase “adoro um japinha”. Segundo ele, ocorre a mesma coisa com negros e indígenas, pois “tem muita fetichização de raças”.

Assim, compreender a vulnerabilidade a partir da construção dos corpos tem relação direta com as redes de poder em que estão inseridos. Mesmo conhecendo métodos preventivos, serviços de saúde acessíveis e informações sobre a transmissão do vírus, o processo de vulnerabilidade dos corpos precisa ser compreendido a partir dos corpos em risco, isto é, para além do acesso a informações, insumos e serviços da área da saúde. Ainda que o hiv-aids esteja demarcando as experiências da homossexualidade, a ponto de João dizer que ele acha que homens héteros nem pensam em aids, a sexualidade não pode tomar a centralidade das discussões isolada de outras marcas de diferenciação. Dito de outro modo, os marcadores sociais da diferença e suas

14 Corrêa (2010), a partir da figura da “mulata” e do “mulato” na cultura brasileira, apresenta uma reflexão sofisticada a respeito das relações entre sexualidade e raça que oferecem a dimensão da complexidade da construção dos corpos e dos aprendizados dos desejos.

dinâmicas de intersecções¹⁵, para além de uma somatória fixa de marcação, ajudam-nos a pensar nos contextos particulares das experiências, sejam de agenciamento ou não, desses jovens tão diferentes. Essas experiências, tomadas nesse sentido, indicam inclusive que a sexualidade pode não ser a marca de diferenciação de HSH em relação a preconceito e violência.

Junior, por exemplo, contou que hoje em dia “é mais fácil expor que é homoafetivo do que da umbanda”. Ele disse que é mais fácil para as pessoas aceitarem “um homem dormir com outro do que uma pessoa incorporar um... mensageiro de luz... um espírito... Pombajira”. Assim, esses marcadores sociais da diferença apontam para uma dinâmica de vulnerabilidade a partir da construção dos corpos que não se restringe a um binarismo heterossexual ou homossexual, mesmo o assunto sendo hiv-aids. Isso parece dar ainda mais sentido à afirmação de que hoje “a aids não é uma epidemia nem homossexual nem heterossexual, mas uma epidemia que explora vulnerabilidades” (Santos, 2015, p. 33). Esse é um cenário possível para compreender o hiv-aids nessa geração, especialmente quando se considera as práticas de medicalização. Sobre isso, aprofundarei a reflexão na próxima seção.

Da medicalização da vida

A política de tratamento em relação ao hiv-aids no Brasil teve um marco importante em relação à medicalização quando, em 1989, apareceu o AZT (Azidotimidina). São Paulo foi o primeiro estado a ofertar o remédio na rede pública. “Antes do AZT, a sobrevivência não passava de seis meses e só se podia garantir o tratamento de doenças oportunistas, aquelas decorrentes da infecção pelo

15 A abordagem interseccional tem tido diferentes direções. Neste texto sigo uma perspectiva do feminismo pós-colonial, didaticamente apresentada por Piscitelli (2008), indicando que “poder” e “agência” permitem uma visão construcionista, isto é, menos estrutural/sistêmica, das posições dos sujeitos tidos como diferentes.

HIV. Não havia testes, o diagnóstico era clínico” (França, 2008, p. 926). Anos antes, a gravidade da doença e a dificuldade de acesso à medicação fizeram com que comissários da companhia aérea Varig, falida em 2006, criassem uma “rede de solidariedade” para trazer medicamentos do exterior, especialmente dos Estados Unidos, onde, com as receitas, conseguiam remédios mais baratos ou por meio de doações. Algo parecido já acontecia com a medicação contra o câncer¹⁶. Foi apenas em 1996 que o SUS, via Lei 9.313 (Brasil, 1996), ofertou a medicação de forma gratuita. A partir da implementação de um programa de acesso universal aos medicamentos antirretrovirais, isto é, da referida lei, o reconhecimento internacional da resposta à epidemia ocorreu (Grangeiro, Silva e Teixeira, 2009).

O efeito histórico e a capilaridade desse programa aparecem nas respostas dos interlocutores, pelo menos no que se refere aos conhecimentos básicos sobre a importância do tratamento e do uso dos antirretrovirais para quem já é soropositivo. Ângelo, por exemplo, afirma: “Aqui no Brasil [...] o tratamento pra quem tem hiv é gratuito. Com o SUS, tipo, ele te dá consulta, ele te dá remédio, ele te dá exames”. Contudo, apenas Ângelo sabia sobre a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP). Ele já tinha feito uso da PEP.

A PrEP é a ingestão de medicação antes do evento de exposição ao hiv, enquanto a PEP é a ingestão de medicação depois do evento de exposição ao hiv, diferenciando-se também no tempo de ingestão da medicação, sendo a PrEP de uso contínuo e a PEP com prescrição de 28 dias (Brasil, 2017). Elas são estratégias preventivas do Ministério da Saúde para indivíduos não infectados por hiv¹⁷. A implementação da PrEP na cidade de

16 Mais informações disponíveis em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/os-comissarios-da-varig-que-contrabandeavam-remedios-para-ajudar-pacientes-com-aids,053df05f5633299ddf7f633aea56a19bqif2pl5r.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

17 Além dessas duas estratégias de prevenção, uma terceira é conhecida como “Tratamento para Todas as Pessoas” (TTP), assumida como “[...] o principal exemplo de salva-

Campo Grande foi realizada em junho de 2019, momento em que a maior parte das entrevistas já havia sido feita. Na internet, em sites jornalísticos ou específicos voltados à população LGBT, antes de as entrevistas serem iniciadas, já circulavam informações sobre a PrEP. Mas todas as entrevistas foram feitas com o município já tendo disponibilizado a PEP, que teve início no ano de 2014.

Ângelo alerta sobre a sua experiência com a PEP: “Não vai achando que é, tipo, tomar quarenta gotas de dipirona à noite antes de dormir, porque não, não é”. Ele teve enjoo e ânsia de vômito durante o tratamento. Mas valoriza a existência de tal estratégia de prevenção. Os demais, assim que eu expliquei o que era a PrEP e a PEP, também tiveram reações positivas diante da possibilidade de se prevenir pela medicação. Sobre a PEP, Marcos disse “achar maravilhoso”, mas lamentou: “Eu... acho uma pena que eu não soubesse disso... assim como eu acho que tem várias pessoas que se beneficiariam muito sabendo disso... de forma mais clara”. Lucas, além de elogiá-la, perguntou: “Onde, assim, a gente acha esse remédio?”.

A valorização e um certo desejo por medicação preventiva para o hiv-aids, mesmo entre aqueles que acabam de saber sobre essa possibilidade, indicam o quanto certas tecnologias médicas “não são mais apenas tecnologias da saúde, mas tecnologias da vida” (Rose, 2011, p. 16). João, inclusive, chama atenção para o quanto tomar a medicação “é melhor do que ficar em casa esperando algum sintoma”. Segundo a sua primeira avaliação, esse tipo de prevenção ao hiv é “muito bom”. Não é à toa que o próprio Ministério da Saúde aponta que essa política de prevenção que envolve a profilaxia, assim como aquela que disponibiliza antir-

guarda da transmissão do HIV mediante uso regular de ARV pelas PVHIV, como redução significativa da transmissão do vírus pelas pessoas infectadas em tratamento antirretroviral regular” (Brasil, 2017). ARV significa “Antirretrovirais” e PVHIV significa “Pessoa Vivendo com Hiv”.

retrovirais para quem já é soropositivo, tem como um dos seus objetivos melhorar a “qualidade de vida”¹⁸.

Sobre esse atual momento das tecnologias médicas envolvidas no tratamento da pandemia de hiv-aids, Seffner e Parker apontam para o quanto “a medicalização traz consigo uma ontologia individual liberal” (2016, p. 301), diferentemente do seu início, em que a resposta brasileira à pandemia, a partir de uma forte conexão com os direitos humanos e ênfase na solidariedade, “apontava para uma ontologia social que enfatiza: a interdependência dos seres humanos, a importância das comunidades, a importância do espaço público como lugar de respeito à diversidade e negociação das diferenças” (2016, p. 301).

A crítica aqui não é necessariamente contra a medicalização das práticas de prevenção ou tratamento do hiv-aids; antes, contra a forma como o discurso preventivo de prevenção ao hiv-aids constituiu-se como uma mudança da “resposta brasileira à aids”. Ele parece deixar de lado, ou, pelo menos, fragilizado, o que Seffner e Parker identificam como “conexão aos direitos humanos” e “ênfase na solidariedade”. Simões aponta para o mesmo sentido que eles, afirmando que o sentimento de urgência que a epidemia de hiv-aids despertou no passado recente no Brasil “hoje parece contido pela adesão confiante à política geral de universalizar testes e tratamento, minimizando os esforços de informação, educação e prevenção sobre sexualidade e práticas sexuais” (Simões, 2018, p. 334).

Conforme já dito, os interlocutores deste estudo tinham informações básicas sobre a temática do hiv-aids. Segundo eles, essas informações chegaram por meio das escolas ou da televisão. Carlos disse lembrar “do tempo da escola”, em que a Secretaria Municipal da Saúde desenvolvia ações educativas de preven-

18 Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/previna-se>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ção na sua instituição de ensino. Dênis disse que em sua escola "distribuíam panfletinhos". Sobre a TV, ele conta que lembra de campanhas muito rápidas, que não discutiam muito o que fazer quando se tem hiv, apenas diziam "para tomar cuidado".

Poucos se referiram à internet e nenhum exclusivamente à internet. Juliano destacou a televisão e os panfletos que pegou quando foi ao médico fazer o teste anti-hiv. Isso indica o quanto esses processos educativos citados por Simões (2018) tiveram efeitos importantes de disseminação de conhecimento sobre prevenção ao hiv-aids e práticas sexuais entre esses jovens. Ao mesmo tempo, aponta para o quanto a "era digital"¹⁹ não tem sido, pelo menos entre esses entrevistados, dessa região, com essas idades e com essa marca de classe social, decisiva para o acesso a informações sobre prevenção ao hiv-aids. João foi o único que comentou fazer buscas no Google para se informar a respeito do tema. Carlos, por sua vez, disse que "quem é jovem não quer ir atrás de doença, [...] quer ir atrás de prazer", por isso, segundo ele, é importante as campanhas chegarem até a juventude, sem que se espere que os jovens busquem por informações sobre o assunto.

Na direção da crítica apresentada pelos autores Seffner, Parker (2016) e Simões (2018), citados anteriormente, Greco (2008) afirma que o acesso à educação, recursos e cuidados de saúde fundamentais para o controle das doenças "só ocorrerá após consideráveis modificações na ordem internacional, por exemplo, mais justiça, equidade, melhor distribuição de renda, proteção social" (Greco, 2008, p. 90). Segundo esse autor, os impactos sociais da epidemia do hiv-aids, os impactos científicos e econômicos, questões como eficiência a todo custo, concentração de riqueza e o enfraquecimento das políticas sociais precisam ser

19 Período em que há uma conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos, "que se definem cotidianamente como digitais e que envolvem o suporte material de equipamentos como notebooks, tablets e smartphones, bem como diferentes tipos de redes de acesso, conteúdos compartilhados e, por fim, mas não por menos, plataformas de conectividade" (Miskolci, 2017, p. 23).

compreendidos como contribuindo “para transformar a noção de nação em um grande mercado global, no qual as políticas e as ações são decididas pelos países centrais” (2008, p. 74).

Essa crítica faz sentido considerando que, por exemplo, o governo brasileiro está ligado ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), que lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero novas infecções por hiv, zero discriminação e zero mortes relacionadas à aids²⁰. Foi em 2014 que foram lançadas metas para conquistar esses objetivos. Elas propunham atingi-los em cinco anos²¹. O Brasil reiterou o compromisso com essas metas, que, na prática, propunham ter até o ano de 2020 “90% de pessoas vivendo com HIV/Aids com conhecimento do seu estado sorológico; 90% das pessoas HIV em tratamento; 90% das pessoas em tratamento com carga viral indetectável” (Brasil, 2014, p. 3).

Mais do que o não cumprimento do compromisso, chamo a atenção para o quanto a ideia de nação enquanto “um grande mercado global” (Greco, 2008) tem relação direta com o farmacopoder transnacional, que caracteriza o que Preciado (2018) chama de farmacopornografia, isto é, um regime pós-industrial, global e midiático. Ainda que a questão da medicalização anti-hiv como prevenção não estivesse no horizonte reflexivo de Preciado (2018), parece rentável pensá-lo neste atual contexto temático. “O termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos” (2018, p. 36). Para Preciado, “o biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, e sim ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma” (2018, p. 38).

20 Mais informações disponíveis em: <https://unaids.org.br/2017/07/unaids-brasil-publica-relatorio-2016/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

21 Mais informações disponíveis em: <https://unaids.org.br/2014/11/metlas-90-90-90-podem-evitar-28-milhoes-de-novas-infecoes/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

A reação dos interlocutores deste estudo, descrita anteriormente, ao saberem sobre a PEP e a PrEP indica o quanto essa experiência chamada de farmacopornográfica parece fazer sentido nesse contexto local. Mais um exemplo é a relação entre corpo e desejo que Juliano faz ao se referir a soropositivos que fazem uso de medicação contínua como tratamento. Ele minimiza os problemas de saúde, isto é, os perigos para o corpo que o hiv-aids pode gerar: "Eu acho que, pra mim... pra mim o hiv não é tudo isso que todo mundo fala porque quem eu conheço é bonito, é forte, é musculoso, entendeu?". E prossegue se colocando da seguinte forma em relação à aids: "É uma doença complicada se você não se tratar? É, mas tem tratamento". Ângelo vai na mesma direção: "Hoje em dia esse tabu não está tão grande: 'Ah vamos transar sem preservativo? Vamos', porque o hiv tem tratamento, entendeu?".

Esses dados levantados a partir das entrevistas com Juliano e Ângelo, relacionando medicação e beleza (corpo saudável e desejável, como já discutido anteriormente), assim como uma prática sexual sem camisinha porque existe remédio para o tratamento do hiv-aids, corroboram a ideia de que, em contextos farmacopornográficos, "o desejo sexual e a doença compartilham a mesma plataforma de produção e cultivo: sem os suportes técnicos, farmacêuticos e midiáticos capazes de materializá-los, eles não existem" (Preciado, 2018, p. 56).

Contudo, durante a entrevista, muitos deles refletiram sobre uma possível experiência de medicalização para a prevenção ao hiv-aids e foram bastante críticos. Junior disse que "é melhor prevenir do que remediar", isto é, prefere usar camisinha. Paulo colocou dúvidas sobre a eficácia da medicação: "É novo, ninguém conhece, então vai que dá um erro lá. O negócio não dá certo, né? Acaba pegando aids mesmo. Eu não acho que não vai dar certo isso não, mas é bom pra quem confia, né?". Carlos, ao se referir à PrEP, disse que não se vê tomando remédio todos os dias "só para isso", isto é, para fazer sexo sem camisinha: "Eu prefiro usar

o preservativo a ficar me medicando sem a necessidade”. Mas, ao pensar sobre a PEP, disse ser diferente: “Eu já me expus, é necessário”. Dênis também diz preferir não se medicar: “Eu acredito que tomar remédio todo dia não faz bem para o corpo”²².

Considerando esses últimos dados aqui apresentados, seria ingênuo acreditar na generalização de Preciado ao afirmar que “em biotecnologia e pornocomunicação não há objeto a ser produzido. O negócio farmacopornográfico é a invenção de um sujeito e, em seguida, sua reprodução global” (2018, p. 38). Afinal, ainda que possamos estar conectados, enquanto nação, a processos de um “um grande mercado global” (Greco, 2008), há escapes, ou, em uma perspectiva foucaultiana de relações de poder, tem resistências à medicalização (Foucault, 1988). Independentemente delas, esse novo momento das políticas de prevenção traz outras implicações em relação à doença e às experiências desses jovens. Sobre isso, discutirei a seguir.

“Dos bichos de sete cabeças”

A questão do estigma associado à sexualidade e ao hiv-aids é uma das temáticas importantes nas respostas dadas pelos entrevistados. Sobre isso, Paulo constata que, devido à sexualidade, para “o gay já é difícil de arrumar um serviço, agora gay com aids não arruma serviço nenhum. É raro arrumar”. E que, devido ao preconceito, ao estigma, muitos “têm medo de pegar essa doença mesmo”. Carlos, justifica o estigma dizendo que “até hoje está esse estereótipo, dos gays colocarem a aids no mundo”. Também por isso, Simões afirma que “a pessoa com HIV convive constantemente com grande aflição quanto ao que pode lhe acontecer se sua condição for revelada” (2018, p. 333). Segundo

22 Nesse parágrafo, Junior e Carlos, segundo os dados levantados na entrevista, associaram o uso da PrEP ao não uso do preservativo, mas a orientação técnica é para que usuários de PrEP não abandonem o uso da camisinha, visto que existem outras IST, não apenas o hiv.

a pesquisa desse autor, a aflição é “de ser desacreditado, de perder amigos, de perder empregos, de ser obrigado a limitar ou renunciar a seus projetos de vida” (2018, p. 333). Os efeitos disso? A “família, escola, trabalho, amizades, vizinhança, qualquer espaço público, podem se tornar ambientes hostis” (2018, p. 333).

A reflexão sobre o estigma tem em Goffman (1988) um dos mais conhecidos posicionamentos teóricos. Destaco, contudo, que existe uma influência do estrutural-funcionalismo nas reflexões desse autor. Essa influência não dialoga com a proposta teórica deste estudo em tela. No entanto, o fato de, em suas reflexões, as normas e convenções constitutivas da interação terem muito mais a nos dizer do que os indivíduos em si justifica o seu uso aqui. Para ele, o estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, relação essa que deve ser contextualizada historicamente.

Um exemplo dessa dinâmica histórica entre atributo e estereótipo para pensar o estigma está na afirmação dada por Dênis. Segundo ele, as pessoas mais velhas passaram “por momentos em que teve um preconceito maior sobre o uso da camisinha com homens, ou passou por mais informações sobre hiv e aids”. Ele exemplifica: “Eu não fui tão bombardeado em um momento da minha vida”. O que Dênis aponta faz sentido quando historicizamos a questão do estigma, afinal, entre gays, desde o início da epidemia no Brasil e no mundo, essa questão tem aspectos moral-sociais próprios, conforme apontou Perlongher (1987), diante do pânico nos anos 1980: “chegou-se longe demais, paga-se agora a culpa pelos excessos libidinosos! Um retorno ao casal, uma volta à família, a morte definitiva do sexo anônimo e impessoal...” (1987, p. 52).

Desde a década de 1980 muitas coisas mudaram no campo das relações afetivo-sexuais entre homens, mas a crítica de Perlongher (1987) ainda parece atual. Afinal, em uma cidade como Campo Grande, a homossexualidade parece ser algo condenável em termos de valores morais. Marcos, sobre isso, fala que os gays da cidade não têm tantos problemas em dizer-se gay, mas “gostam

de parecer héteros”. Ele percebe isso devido a uma imagem local, mas também bastante difundida, de que o estado lembra o homem “cowboy”, “boiadeiro”, “o cara macho”. Lucas, sobre essa imagem de homossexuais na cidade, disse que, pensando que seus amigos eram heterossexuais, contou sobre sua própria sexualidade, mas surpreendeu-se ao descobrir que eles eram casados com homens.

Contudo, mesmo diante de homossexuais incansavelmente em busca de aceitabilidade via o padrão “excludente” de normalidade, penso que vale a afirmação feita por Hocquenghem de que “a homossexualidade atormenta o ‘mundo normal’” (2009, p. 22). Hoje, a questão pode não ser necessariamente os “excessos libidinosos”, mas o afeminamento já discutido ou o não cuidado individual do sexo com camisinha e/ou a recusa ao tratamento com PreP ou PEP. Nesse sentido, conforme apontado anteriormente, Dênis refere-se à sua própria geração como sendo aquela que não teve um momento pontual em que as informações sobre a doença começaram a ser intensas e moralizantes, pelo contrário. Em suas palavras: “Desde a minha infância eu ouço falar sobre hiv e aids. É como se fosse – desculpe, eu vou menosprezar a doença –, é como se fosse uma gripe. Entende?”.

Na visão desse interlocutor, o hiv-aids será um potencializador para as relações desprotegidas entre gays mais velhos que ele, indicando que o risco da infecção pode ser favorável ao desejo de não usar o preservativo. Ainda que esse posicionamento do entrevistado possa ser lido como sendo preconceituoso ou generalizador em relação às práticas afetivo-sexuais de homens mais velhos com outros homens, essa referência a esse tipo de comportamento de não uso do preservativo é um dos indicadores de o quanto “a medicina não pode lidar com o desejo, pois escapa às prescrições segundo um impulso que não é racional nem formalizável” (Perlongher, 1987, p. 81).

Mesmo entre os mais jovens, o uso do preservativo não é uma prática sempre presente nas relações sexuais quando o assunto é

desejo e prazer. A maioria dos entrevistados disse já ter feito sexo sem essa proteção. Nesse sentido, conforme discutimos na seção anterior, “a construção de corpos e subjetividades sempre foi um processo dinâmico, produto de intensas lutas que se dão nos seios das redes de poder, com diferentes forças e interesses” (Sibilia, 2015, p. 143). Muitas vezes, essas forças e interesses se enfrentam de formas contraditórias ou até mesmo opostas (Sibilia, 2015).

Considerando parte dessas forças de interesses, para muitos da geração daqueles que participam da pesquisa, a medicalização pode ser um sinal de o quanto estão livres da camisinha, afinal, de forma unânime, afirmaram que ela é “ruim”, “tira a sensibilidade”, “dá muito trabalho” ou “incomoda”. João foi além: “O gosto dela é ruim [risos do entrevistado e do pesquisador]”. Por tudo isso, para Dênis, o estigma está com a camisinha (o insucesso preventivo – aquilo que, por interesses e forças sanitárias, deveria proteger), e não com a aids (a doença – aquilo que, por interesses e forças sanitárias, deveria ser prevenido). Em suas palavras, “parece até que... o perigo também parece uma forma de prazer para algumas pessoas”²³. Lucas indica ainda um outro aspecto estigmatizante da camisinha: ela pode revelar que você está transando com homens. Por isso, ele tenta ir comprar em uma farmácia onde ninguém o conhece – não compra no bairro onde mora, nem próximo ao local de trabalho.

Outra forma de compreender o estigma em torno do hiv-aids vai na direção da culpa e da vergonha. Conforme reflete Terto Junior (2002), esses dois sentimentos que homossexuais sentem têm relação com as representações de que todo homossexual é potencialmente um “doente de AIDS” e responsável pela disseminação do hiv em outros grupos populacionais. Sobre essas representações, Paulo refere-se ao preconceito que tem “na ci-

23 O sexo desprotegido intencionalmente entre pessoas que sabidamente podem se infectar pelo hiv envolve muitos sentidos e significados. Parte dessas experiências estão reunidas no estudo de Silva e Iriart (2010).

dade, no Brasil e no mundo sobre a aids” como existindo a partir da influência da mídia, por certos “comerciais” espalharem que a aids “é aquilo, um bicho de sete cabeças. Todo mundo realmente tem medo da aids, né?”.

Nos termos goffmanianos, essa ideia de aids ser “um bicho de sete cabeças” e ter relação com a homossexualidade é uma espécie de atributo imputado a um certo estereótipo. Esses sentimentos como vergonha e culpa, inclusive o medo, podem estar embutidos nas mensagens de prevenção ao hiv-aids, afinal, elas podem recomendar “o sexo mais seguro como um mandamento a ser cumprido à risca, sem chances de falhas” (Terto Junior, 2002, p. 152). As falhas, “quando acontecem, são vistas como irresponsabilidade, negligência ou fracasso do indivíduo em negociar e praticar o sexo seguro (Terto Junior, 2002, p. 152).

Juliano é um dos interlocutores que faz esse tipo de julgamento moral sobre a pessoa soropositiva. No contexto da resposta sobre a sua opinião em relação à PrEP e à PEP, ao dizer que os tratamentos são “legais”, destacou que “a pessoa tá se cuidando”. Mas, ao se referir àqueles que já são soropositivos, disse que “aqueles que já têm, foi porque não prestaram atenção, não se cuidaram. Deixaram a vida levar, entendeu? Aí levou, levou, levou até que um dia leva até daqui, né? Aí ‘viado’ morre de uma vez”. Prosseguiu dizendo que quando “a pessoa tá se tratando, tá fazendo seu tratamento, tá ok. Só padece, só cai, só cai aqueles que não fazem o tratamento, aqueles que não procuram ajuda médica, entendeu?”.

É importante destacar que os dados apontam para o fato de que, com avanço dos remédios e das técnicas médicas de prevenção, há uma mudança de representações em torno do hiv-aids e da homossexualidade no que se refere à responsabilização em torno da doença, daquilo que foi construído, e parece ainda presente entre parte dos interlocutores como estando ligado a esse “bicho de sete cabeças”. Mas também persistem continuidades

representacionais. Juliano, nesse sentido, afirma que "o mundo gay também é complicado" em relação à sua própria segregação, nesse caso, entre soropositivos e não soropositivos. Alaska também identifica essa forma de tratamento a ponto de assumir: "Eu teria medo de rejeição se eu fosse soropositivo". Para João, "é a parte que fala que não tem cura que assusta mais as pessoas. Por não ter nenhum tipo de medicamento que vai ser curável".

Essa marcação de posições identitárias em termos de sorologia, isto é, o que significa ser ou não soropositivo, leva-me a pensar no que Valle (2010) chamou de "identidades clínicas". Conforme outras construções identitárias, elas dizem respeito a "categorias, imagens, representações culturais e discursos sobre a soropositividade, que têm sido produzidos por meio de uma combinação de forças sociais e culturais de origens e formações amplamente diferenciadas" (Valle, 2010, p. 40). Parte dessa construção, além da responsabilização individual pela infecção e pelo próprio tratamento já citados, tem relação direta com o estigma ainda presente no "mundo gay". Alaska explica: "Ai! A pessoa é soropositiva! Não chega perto dela! Como se fosse um vírus da gripe, que você pega pelo ar". Juliano diz que mesmo as pessoas do "mundo gay" acham o hiv um "bicho de sete cabeças". Ele também disse ter pessoas que pedem para não serem tocadas por soropositivos. Mas pondera que, para ele, que conhece gays soropositivos, "são as pessoas mais maravilhosas que tem no nosso mundo gay, *cê* entendeu?". Ele se coloca de forma diferente dessas outras pessoas a quem se refere em sua resposta: "Pra mim não é um bicho de sete cabeças, pra eles é, entendeu?". Juliano se justifica afirmando que sabe que "tem tratamento" e, por isso, não vê o hiv ou a aids como um "bicho de sete cabeças".

Ângelo, como Juliano, parte da justificativa do tratamento para encarar o hiv-aids como não sendo um "bicho de sete cabeças": "Na minha opinião, minha família sempre trabalhou na área médica, então eu sempre fui um tanto conhecido [conhecedor]". E prossegue dizendo que ter conhecimento sobre "DST", sobre

“saúde”, fez com que o hiv-aids não se tornasse um “tabu”. Mas pondera: “Tem muitas pessoas hoje que têm vergonha de ir ao médico, ir no posto de saúde e falar que quer fazer um exame do hiv. Então depende; pra mim é tranquilo, mas tem pessoas que podem ver isso, nossa, como um bicho de sete cabeças”. Sobre o exame, Carlos apresenta outro sentimento que contextualiza a imagem do “bicho de sete cabeças”: “Eu nunca fiquei com tanto medo como na espera de um resultado de um exame, porque você não sabe se está ou não está, entendeu? Então isso aterroriza”. Alaska diz não ter medo; ainda assim, não afasta o que os outros interlocutores estão chamando de “bicho de sete cabeças”: “Sempre que dá aquele susto eu vou lá fazer exame”. “Aquele susto”, nesse contexto, é a consciência em ter se exposto ao risco de infecção pelo hiv por não ter feito sexo com preservativo.

Ainda sobre esses sentimentos e reações, Paulo também faz uma diferenciação, dizendo que a aids é, para ele, “de boa”. Mas torna-se “um bicho de sete cabeças” para quem pensa que vai morrer por causa dela, isto é, para quem tem o hiv, não para ele, que não tem e que sabe que tem tratamento. Ele também se refere ao fato de essas pessoas, que encaram o hiv-aids como “um bicho de sete cabeças”, pensarem assim por acharem que irão infectar todo o mundo. Junior chama a atenção para esse fato: “Ter um relacionamento sério hoje em dia é praticamente impossível. Para uma pessoa saudável, que não é portadora do vírus, já é difícil, quem dirá um portador do vírus”. Ele diz que isso ocorre porque “ninguém quer ficar doente”, isto é, ser infectado pelo hiv. João, sobre esse tema, relativiza: “Na amizade é tranquilo, as pessoas não ligam muito, mas se for pra ter um relacionamento com a pessoa [soropositiva], ela já dá uma evitada”.

A referência a “um bicho de sete cabeças” foi trazida pelos interlocutores em suas respostas a diferentes perguntas sem que fosse, por parte deste pesquisador, citada ou sugerida em nenhum momento das entrevistas. Os usos diversificados dessa expressão, seja em relação ao estigma da homossexualidade,

seja à medicalização como minimização da gravidade do hiv-aids, indicam o quanto essa doença é compreendida de forma multifacetada entre os participantes da pesquisa. Dito de outro modo, “[...] o que as pessoas percebem como doença e os sintomas a ela associados são modulados pelo sistema cultural, assim como as ações curativas tomadas e as avaliações subseqüentes” (Langdon, 1994, p. 118).

Considerando o aspecto relacional do estigma e dos processos de reconhecimento social, a defesa de que o hiv-aids, para alguns, não é mais “um bicho de sete cabeças” indica o quanto a homossexualidade também precisa ser localizada em processos históricos que apontam para mudanças em relação aos seus próprios atributos e estereótipos. Não se trata de minimizar a violência e o preconceito ainda sofrido pelos interlocutores, afinal, ele existe e é real. Lucas, por exemplo, vive uma situação de sofrimento porque a única pessoa “que sabe”, e com quem ele poderia contar, virou evangélica e agora o critica. O “que sabe”, citado por ele, sem nomear do que se estava falando, não é isolado na entrevista de Lucas; ele é o único entrevistado que não usou durante suas respostas categorias como “gay” ou “homossexual” para se autorreferir ou para falar sobre o que se perguntava. Ainda assim, com o presente estigma, é preciso considerar as mudanças em relação a essas experiências da sexualidade.

Miskolci (2012) explica que aconteceu uma mudança de um modelo marcado pela exclusão e invisibilidade nas relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo “sexo” – por serem entendidas como doença mental e/ou um crime passíveis de prisão ou internamento – para um modelo direcionado ao disciplinamento e à normalização, que regem a visibilidade do modelo epidemiológico. Segundo o referido autor, o primeiro foi classificado por forças repressivas, coercitivas e externas, enquanto no segundo as forças são de outra ordem, isto é, de disciplinamento, controle e internas. Para ele, não há mais a ameaça do juiz ou do médico, ao invés disso, temos a “necessidade reconhecida individualmente

do autocontrole e do autoajustamento, em um processo histórico em que quanto mais visíveis, mais as homossexualidades foram normalizadas a partir do modelo heterossexual reprodutivo” (Miskolci, 2012, p. 45). A partir dessa crítica, o que parece é que o desejo e o estigma em torno do hiv-aids mudaram, mas podem ter mantido e/ou trazido novos “bichos de sete cabeças”.

Considerações finais

As análises aqui realizadas permitiram apresentar homens jovens que fazem sexo com homens, moradores da cidade de Campo Grande (MS), em suas multiplicidades identitárias, favorecendo a discussão de o quanto a categoria HSH faz sentido para pensarmos hiv-aids e vulnerabilidades quando não utilizada de forma generalizante ou pouco diversificada. Além disso, a reflexão sobre a construção do corpo como antecedendo as possibilidades de pensar sobre vulnerabilidades parece apontar de forma estratégica para as experiências diante do hiv-aids, considerando os contextos de diferenciação em meio às relações de poder.

As dez entrevistas permitiram a teorização sociocultural da doença de forma a não se esgotar as possibilidades de interpretação e análise dos dados, indicando o quanto essa metodologia e perspectiva teórica seguem sendo produtivas para a discussão a respeito da temática saúde-doença, mas também para a historicidade de atributos e estereótipos em torno da homossexualidade e do hiv-aids. Essa geração de entrevistados indica o quanto continuidades e descontinuidades em torno de “um bicho de sete cabeças” persiste no contexto de medicalização da prevenção, com pouco investimento na educação, no fortalecimento da solidariedade e nos direitos humanos; e com mais apostas nos processos liberais de enfrentamento à epidemia aqui discutida.

O enfoque interseccional nos marcadores sociais da diferença trouxe uma dinamicidade reflexiva para pensar sobre as relações

desde jovens no âmbito sociocultural, familiar, afetivo-sexual e com diferentes instituições. Isso permitiu discutir agenciamentos e, ao mesmo tempo, processos de diferenciação e normalização por vezes contraditórios diante do hiv-aids. Esses processos seguirão demandando investimentos analíticos das Ciências Sociais, por mais que os avanços em direção à cura da doença se desenvolvam. Afinal, a homossexualidade parece seguir sendo uma ameaça presente na vida de jovens que fazem sexo com outros homens após um longo processo histórico de culpa, medo, vergonha e responsabilização pela epidemia de hiv-aids. Dito de outro modo, para enfrentar o estigma, a medicalização é insuficiente, ainda que há décadas tenha interferido, inclusive no aspecto político, no significado da doença e das diferentes identidades afetivo-sexuais em nossas sociedades.

Referências

Ayres, José Ricardo Carvalho Mesquita. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: Tozzi, Devanil A.; et al. (Orgs.). **Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/AIDS**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996, p. 15-24.

Bessa, Karla Adriana M. Posições de sujeitos, atuações de gênero... **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v.6, n.1, 1998, p. 34-45.

Brah, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006, p. 329-376.

Brasil, **Lei 9.313**, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico de HIV/Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Prevenção Combinada do HIV – Bases Conceituais para profissionais trabalhadores(as) e gestores(as) de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico AIDS-DST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Butler, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Butler, Judith. **Cuerpos que importam**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2008.

Butler, Judith. **Dar cuenta de sí mismo**. Violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

Butler, Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

Calanca, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: SENAC, 2008.

Corrêa, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6/7, 2010, p. 35-50.

Favero, Sofia. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contra-mão da política do relato. **Bagoas – Estudos gays**: gêneros e sexualidades, Natal, v. 13, n. 20, 19 jun. 2020.

Foucault, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007.

França, Martha San Juan. Política, direitos humanos e Aids: uma conversa com Paulo Roberto Teixeira. **Interface**: Comunicação, saúde e educação, Botucatu, v. 12, n. 27, dez. 2008, p. 919-926

Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

Gosine, Andil. “Raça”, cultura, poder, sexo, desejo e amor – inscrevendo os ‘homens que fazem sexo com homens. In: Cornwall, Andrea; Jolly, Susie. (Orgs). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais Rio de Janeiro; ABIA; 2008, p. 69-80.

Grangeiro, Alexandre; Silva, Lindinalva Laurindo da; Teixeira, Paulo Roberto. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 26, n.1, 2009, p. 87-94.

Greco, Dirceu B. A epidemia da Aids: impacto Social, científico, econômico e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n.64, 2008, p. 73-94.

Green, James. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

Guisard, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999, p. 92-99.

Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

Hirano, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: Hirano, Luis Felipe Kojima; Acnha, Maurício; Machado, Bernardo Fonseca. (Orgs.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora IMPrensa Universitária, 2019, p. 27-54.

Hocquenghem, Guy. **El deseo homosexual**. Impreso en España: Melusinia, 2009.

Langdon, Esther Jean. Representações de Doença e Itinerário terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana. In: Santos, Ricardo V.; Coimbra Junior, Carlos. (Orgs.). **Saúde e povos indígenas**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 115-414.

McClintock, Anne. Couro imperial Raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**, Campinas n. 20, 2003, p. 7-85.

Miskolci, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Miskolci, Richard. Desejos em rede: notas sobre segredos e mentiras em relações mediadas digitalmente. In: Pelúcio, Larissa et al. **Gênero, sexualidade e mídia**: olhares plurais para o cotidiano. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p. 35-55.

Miskolci, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

Miskolci, Richard; Pelúcio, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006, p. 255-267.

Monteiro, Marco Synésio Alves. **Os dilemas do humano**: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica. São Paulo: Annablume, 2012.

Munanga, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo Identidade e Etnia. [Palestra] **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** – PENESB-RJ, 5 nov. 2003.

Ortner, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; et al. (orgs.) **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA/Nova Letra, 2007, p. 45-80.

Pelúcio, Larissa. Miskolci, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.1, 2009, p. 125-157.

Perlongher, Néstor. **O que é Aids?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

Piscitelli, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia. vol.11, n. 2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

Preciado, Paul. **Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: nº 1 edições, 2018.

Rios, Luís Felipe; Albuquerque, Amanda P.; Santana, Warley; Pereira, Amanda F.; Oliveira Junior, Cristiano J. de. O drama do sexo desprotegido: estilizações corporais e emoções na gestão de risco para HIV entre homens que fazem sexo com homens. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 32, ago. 2019, p. 65-89.

Rose, Nikolas. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. In: Santos, Luis Henrique Sacchi dos; Ribeiro, Paula Regina Costa (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011, p. 13-31.

Rubin, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu editora, 2017.

Santos, Renato Caio Silva. **Na escuridão do arco-íris: a vivência das relações afetivo-sexuais de jovens gays após o diagnóstico de HIV**. 2015. 213 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Seffner, Fernando; Parker, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface: Comunicação, saúde e educação**, Butucatu, v. 20, n. 57, 2016, p. 293-304.

Sibilia, Paula. **O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2015.

Silva, Luiz Augusto Vasconcelos da; Iriart, Jorge Alberto Bernstein. Práticas e sentidos do barebacking entre homens que vivem com HIV e fazem sexo com homens. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.14, n.35, out./dez. 2010, p. 739-52.

Simões, Júlio Assis. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de Hiv-Aids. **Sexualidad,**

Salud y Sociedad: – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 29, 2018, p. 313-339.

Terto Júnior, Veriano. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, jun. 2002, p. 147-158.

Trevisan, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

Valle, Carlos. Corpo, doença e biomedicina: uma análise antropológica de práticas corporais e de tratamento entre pessoas com HIV/AIDS. **Vivência:** Revista de Antropologia, Natal, n. 35, 2010, p. 33-51.

Recebido em 01/02/2021

Aceito em 31/05/2021

A Constituição dos Sujeitos Políticos por Meio da Experiência de Tratamento de Adictos em Recuperação em Comunidades Terapêuticas

Priscila Farfan Barroso¹

Resumo

O artigo apresenta a construção dos sujeitos políticos relacionados aos “adictos em recuperação” que passaram por tratamento em comunidades terapêuticas e têm se mobilizado politicamente para incluir esse modelo nas políticas públicas. A partir da pesquisa de doutorado, foi realizada a etnografia, entre 2017 e 2019, junto às federações estaduais de CTs, atores governamentais e conselheiros de políticas sobre drogas no contexto do Rio Grande do Sul. Desde o acolhimento nas instituições, os “adictos em recuperação” assumem diferentes papéis sociais, percorrendo uma “carreira moral” ascendente, afastando-se da identidade do usuário de drogas e constituindo uma nova identidade, vinculada à vida em “sobriedade”. Entre eles forma-se uma “comunidade política” que pode ser acionada para defender a causa das CTs frente ao Estado.

Palavras-chave: Adictos em recuperação. Comunidades terapêuticas. Comunidade política. Políticas de drogas.

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: prifarfan@yahoo.com.br

The Creation of Political Subjects Through the Experience in the Treatment of Recovering Addicts in Therapeutic Communities

Abstract

This article presents the construction of political subjects related to the “recovering addicts” who go under treatment in therapeutic communities (TCs) and have been politically mobilizing themselves to include this model in public politics. Through a Doctorate’s research, from 2017 to 2019, together with TCs State Federations, governmental actors and political counselors, the context of drug policies in Rio Grande do Sul was ethnographed. Since their reception in these institutions, “recovering addicts” have been assuming different social roles, ascending through an ascending “moral career”, straying away from the identity of the drug user and building a new identity, attached to life in “sobriety”. Among them a “political community” is formed which can be summoned to defend the cause of TCs in face of the State.

Keywords: Recovering addicts. Therapeutic communities. Political community. Drug policies.

La Constitución de Sujetos Políticos a Través de la Experiencia de Tratamiento de Adictos en Recuperación en Comunidades Terapéuticas

Resumen

El artículo presenta la construcción de temas políticos relacionados con los “adictos en recuperación” que han sido tratados en comunidades terapéuticas y se han movilizado políticamente para incluir ese modelo en las políticas públicas. A partir de la investigación doctoral, se realizó etnografía, entre 2017 y 2019, con las federaciones estatales de CT, actores gubernamentales y asesores de políticas de drogas en el contexto de Rio Grande do Sul. Desde su acogida en las instituciones, los “adictos en recuperación” asumen diferentes roles sociales, siguiendo una “carrera moral ascendente”, alejándose de la identidad

del usuario de drogas y constituyendo una nueva identidad, ligada a la vida en “sobriedad”. Entre ellos, se forma una “comunidad política” que se puede utilizar para defender la causa de las CT contra el Estado. **Palabras clave:** Adictos en recuperación. Comunidades terapéuticas. Comunidad política, Políticas de drogas.

1. Introdução

As comunidades terapêuticas (CTs) realizam o acolhimento¹ de adictos² a drogas³ e promovem a convivência entre os pares, em regime residencial. Essa modalidade de tratamento está voltada para a abstinência e exige uma longa permanência até o cumprimento do programa, levando geralmente entre seis e nove meses. O modelo das CT foi implantado no Brasil nos anos 1960, inspirado em tratamentos norte-americanos e europeus para pessoas com transtornos mentais. Em 2017, o IPEA estimou existirem cerca de 2000 CTs em operação no país.

Na perspectiva das CTs, entende-se que a adicção às drogas decorre de uma “doença” incurável, progressiva e fatal. Assim, quando os acolhidos finalizam o programa dentro da instituição, eles devem continuar em recuperação fora dali. Muitos deles mantêm contato entre si e com a instituição, o que fortalece o objetivo da sobriedade. Para Mota (2004), a sobriedade deve ser vivida em âmbito coletivo, sendo um valor que circula entre pares, solidificando os laços entre “adictos em recuperação”⁴.

1 Acolhimento é um termo êmico que tem sido explicitado nos documentos públicos, como o da CONAD nº 1/2015, para caracterizar o atendimento realizado pelas CTs.

2 Optou-se por enfatizar a ideia da adicção, já que é esse o termo que conforma a identidade dos interlocutores pesquisados.

3 Será utilizado o termo drogas em decorrência da discussão em torno das políticas sobre drogas.

4 Considera-se como “adicto em recuperação” toda pessoa que algum dia fez uso de drogas, identificou problemas decorrentes desse uso e tenha passado por um tratamento para suspender o uso de droga.

Por isso, esse convívio fora da instituição se torna tão relevante. Além disso, como a recaída é sempre uma ameaça, o contato entre adictos em recuperação implica também a manutenção da vigilância sobre sua própria condição de adicção e a dos outros.

Com a publicação do Decreto nº 7.179, de 11 de maio de 2010, que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, o modelo de CT vem recebendo financiamento federal para vagas nessas instituições destinadas aos adictos que desejam se recuperar. Desde então, são lançados editais anuais para os quais podem se candidatar instituições de todo o país. As vagas financiadas fazem parte da oferta de serviços pelo Estado e estão atreladas à rede de atenção psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa situação é consequência de um momento político permeável às entidades no país⁵, mas também da mobilização dos atores sociais vinculados às CTs, sendo eles principalmente adictos em recuperação que realizaram tratamento nas instituições e que mantêm contato entre si e se organizam para defender o modelo.

Realizei, então, a pesquisa de doutorado com o objetivo de estudar como os atores vinculados às CTs se articulam institucional e politicamente para buscar reconhecimento social da proposta de tratamento e ampliar o investimento público nesse modelo como parte da oferta pública (Barroso, 2020). Para isso, convivi, entre 2017 e 2019, junto às federações estaduais de CTs e a atores governamentais e conselheiros de políticas sobre drogas no contexto do Rio Grande do Sul (RS). Desde já, explicita-se que o

5 Desde 2001, as CTs passaram a ser reguladas pelo governo federal, inicialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil, 2001) e depois pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD (Brasil, 2015). Por meio do “Plano Crack”, essas instituições tiveram acesso a financiamento federal. Conforme o site O Globo (Sassine, 2013), a ex-ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann passa a defender publicamente o trabalho das CTs em 2013, e daí pra frente outros atores governamentais se tornam entusiastas desse modelo possibilitando a realização de editais anuais para financiamento federal das vagas nas instituições.

panorama de financiamento às CTs e a conjuntura política nacional têm consequências no estado, mas também o que acontece com o modelo de CT no estado tem reverberação nacional. Logo, ainda que o foco tenha sido o RS, a discussão traz dimensões mais amplas.

Durante a etnografia realizada com os atores sociais vinculados às CTs, acessei a organização e a articulação política em torno da defesa do modelo, bem como o processo de constituição dos sujeitos políticos envolvidos com as CTs. Sobre esse último ponto, é possível fazer um paralelo com os estudos de Meyer (2003), uma vez que a construção de novos sujeitos para a produção das políticas públicas implicaria a difusão de uma pedagogia capaz de ressignificar o próprio grupo em questão.

No presente artigo, a maioria dos sujeitos políticos analisados nesta pesquisa é o próprio “adicto em recuperação” que fez tratamento em comunidades terapêuticas e, agora, busca subsídios estatais para quem queira se abster das drogas, assim como eles. Destacam-se, então, três estágios pelos quais eles passam até se tornarem líderes políticos que visam à inserção das CTs na rede pública de atenção a usuários de álcool e outras drogas: o seu autorreconhecimento como os “irmãos de caminhada”, os encontros além da CT e a representação política na defesa desse modelo.

Conforme Goffman (2008), aqueles que são estigmatizados passam a adotar uma mesma política de identidade, conferindo a eles um modo de agir comum. O autor explica que “O indivíduo estigmatizado, assim, se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referentes ao que ela deveria pensar de si mesma, ou seja, à identidade de seu eu” (Goffman, 2008, p. 135-136). No caso do grupo estudado, esse agir também envolve a superação do estigma do uso de drogas, uma vez que essa é uma marca social negativa, mas que pode ser ressignificada ao positivar as aprendizagens decorrentes de uma vivência negativa. Além dis-

so, há uma pedagogia instaurada durante o tratamento nas CTs que é levada externamente, reforçando a “comunidade política” (Weber, 1978) formada por “adictos em recuperação” para pausar políticas públicas. Por isso, sugere-se que o próprio modelo de CT é propulsor de uma identidade entre os “adictos em recuperação”, visto que favorece a mobilização política desses atores para a defesa da inserção do modelo nas políticas públicas.

2. A união dos “irmãos de caminhada”

Os “acolhidos” são encaminhados às CTs por conta da adicção às drogas. Apesar da heterogeneidade de instituições existentes (IPEA, 2017), a Resolução CONAD nº1/2015 prevê que a estadia seja voluntária. Nem todos os acolhidos que iniciaram o tratamento em CT vão aderir ao programa. Por isso, neste artigo, enfocam-se aqueles que se identificam com a proposta a ponto de defendê-la publicamente. Entre eles, surge uma identidade específica que tem consequências na mobilização política em favor do modelo.

O primeiro elemento que colabora para a conformação de uma identidade comum entre eles decorre da pedagogia das CTs, que enfatiza que há semelhanças entre as vivências de adicção de todos os adictos. Essas semelhanças são apontadas pela narrativa de que há uma mesma sequência de situações pelas quais passam os acolhidos, envolvendo o uso de drogas, a ida ao “fundo do poço” e o começo do tratamento em CT. Nesse sentido, como enfatiza Barth (2000), a formação da identidade comum é relacional, construída por meio da interação social, de modo que, a partir da convivência entre pares, dá-se a convergência para uma mesma narrativa, destacando pontos comuns que aproximam diferentes sujeitos.

Inicialmente, o que une os “acolhidos” é a experiência do uso de drogas, tanto lícitas como ilícitas. Muitos deles são poliusuários,

e usam drogas há bastante tempo. No cotidiano das instituições, partilham-se diferentes vivências, tanto prazerosas quanto situações de aventura e perigo, decorrentes desse uso. Ao mesmo tempo, são evidenciados os “estigmas” (Goffman, 2008) sofridos na sociedade por conta do uso de drogas, que representariam falhas de caráter, fraquezas morais e perda de controle. No modelo de CT, entende-se que essas “falhas e fraquezas” fazem parte da manifestação da “doença” da adicção.

Além disso, há inúmeros relatos dos meus interlocutores que passaram por situações limites, explicadas por eles como consequências do “agravamento da doença”. Entre essas situações, muitos destacam que foram ao “fundo do poço” antes de irem para as CTs, sendo essa uma das motivações mais fortes para tentarem se afastar das drogas. Segundo Baus et al. (2002), o “fundo do poço” é uma metáfora relacionada à condição de desamparo, depressão, sofrimento psíquico, podendo envolver situações extremas como roubar, se afastar da família, romper vínculos, morar na rua, estar sujo, ser preso, levar tiros, sofrer acidente, quase morrer, etc. Ou seja, essas são situações que fazem os sujeitos reverem o que farão das suas vidas dali em diante, e se tornam cruciais para que busquem ajuda a fim de cessar o uso de drogas.

Também é comum que os “acolhidos” tenham buscado tratamento em CTs depois de passarem por tratamento em outros serviços públicos disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de acolhimento (UA), internações hospitalares, ou mesmo em serviços privados. Esses são serviços complementares acionados de acordo com a necessidade dos usuários. Por conta das próprias exigências do tratamento em CTs, considera-se que a ida ao “fundo do poço” define tanto o encaminhamento dos adictos pelos profissionais de saúde a essas instituições na RAPS como o reconhecimento dos próprios adictos da sua situação de degradação.

Por fim, a narrativa apresenta o “fundo do poço” como uma oportunidade de “despertar” para a necessidade de afastar-se das drogas, modificar sua vida e, de certa forma, “renascer”, por meio do tratamento oferecido nas CTs. Esse despertar está relacionado ao “despertar espiritual” professado na prática dos “doze passos”⁶, utilizada por muitas CTs. Na convivência dentro da CT com outros pares que já tiveram o “despertar”, o adicto vai aprendendo a percebê-lo, até que em um dado dia ele pode acontecer.

Como parte da pedagogia interna das instituições, diversos momentos são promovidos durante o tratamento nas CTs para que os “acolhidos” tenham seu “despertar”. Geralmente, são momentos coletivos, como reuniões de grupos, em que se partilham sentimentos, situações vividas, desejos para o futuro, etc.; e de convívio entre os pares, que dividem seu cotidiano, tanto em relação a seus problemas como a suas conquistas pessoais. Nesse sentido, assumindo a narrativa comum e experimentando o seu “despertar”, os acolhidos passam a se reconhecer, ainda dentro das instituições, como “irmãos de caminhada”, que, apesar das suas diferenças, têm trilhado os mesmos caminhos por conta da adicção.

A ideia de “irmãos de caminhada” suscita o desenvolvimento de uma familiaridade construída a partir do convívio entre os pares possibilitado pelo tratamento nas CTs. Essa familiaridade se dá por conta de que os “adictos em recuperação” se encontram para trilhar o caminho da abstinência em conjunto, dando apoio um ao outro. Com isso, a identidade comum vai se difundindo e se solidificando entre os “irmãos de caminhada”.

Um segundo elemento que contribui para consolidar os laços de solidariedade entre os pares se dá quando o “acolhido” ganha

6 Referente ao livro de princípios da recuperação produzido pelos Dr. Bob e Bill ao fundarem o grupo de Alcoólicos Anônimos (AA, 1991).

um “padrinho” ao se inserir na CT. Esse “padrinho” é alguém que está há mais tempo em tratamento na instituição, segue as regras estipuladas e pode estabelecer um vínculo mais profundo com o recém-chegado. O apadrinhamento é importante no exemplo a ser dado aos novos acolhidos, que buscam se espelhar na história dos seus “padrinhos”, mas também compartilham uma mesma narrativa sobre as situações vividas por esses sujeitos, assim como o mesmo objetivo da superação do uso de drogas. Dessa forma, os “padrinhos” também são pares que vivenciaram o “fundo do poço”, mas que têm conseguido se manter em “sobriedade” há mais tempo.

Conforme Souza, Nunes e Santos (2018, p. 72), “[...] os residentes mais antigos, que tenham demonstrado efetivo engajamento no tratamento, assumem funções de coordenadores, monitores ou ‘padrinhos’ dos iniciantes, com o encargo de suporte emocional e, também, de vigilância”. Essa vigilância permitiria a observação de indícios de que o “acolhido” não está seguindo as regras institucionais, de que tem comportamentos não colaborativos e de que pode estar propenso a abandonar o tratamento e voltar a usar drogas. Entre os “adictos em recuperação”, entende-se que, antes de recair no uso de drogas, ele “recai em comportamento”, o que permitiria aos “padrinhos” identificarem antecipadamente sinais de possíveis recidivas e trabalharem na sua prevenção dentro da instituição. Ao mesmo tempo, os “acolhidos” também vigiam seus “padrinhos”, de modo que, para estes últimos, ser uma inspiração aos recém-chegados implica em uma maior responsabilidade na continuidade do seu próprio tratamento. Estabelece-se, assim, um vínculo de mesmo foco entre eles.

Nesse sentido, há uma aprendizagem mútua, orientada pelos princípios do “tratamento entre pares”, típico do modelo de CT, em que o “padrinho” diz entender o que se passa com o recém-chegado, uma vez que já vivenciou situações semelhantes, devido à sua própria experiência de adicção; e em que o novo “acolhido” estabelece vínculo de confiança com seu “padrinho”,

que já conseguiu iniciar sua recuperação, para que “caminhem” juntos. A convivência cotidiana em atividades mais estruturadas, previstas no programa institucional, e mesmo as trocas informais em diversos outros momentos ao longo da estadia na CT, permitem que os “acolhidos” se conheçam melhor, saibam das histórias de vida do outro mais detalhadamente, percebam como resolvem seus problemas e desenvolvam juntos estratégias para superá-los. Assim, os “padrinhos” também são vistos como “irmãos de caminhada”. Apesar de estarem há mais tempo em recuperação, de já terem tido um progresso maior e de terem desenvolvido mais estratégias para lidar com a abstinência, partilham de vivências de uso de drogas supostamente semelhantes e devem se manter igualmente vigilantes em relação à sua condição de adictos.

Por fim, o terceiro elemento se refere ao fato de que dirigentes, profissionais e “monitores” de CTs são, muitas vezes, “adictos em recuperação” que estão “em sobriedade” há bem mais tempo do que os acolhidos. Assim como os “padrinhos”, eles também são exemplos para os “acolhidos”, ao mesmo tempo em que continuam sua recuperação após terem realizado o tratamento em CT.

O modelo de CT possibilita aos “acolhidos” o desenvolvimento de uma trajetória profissional como trabalhadores dessas instituições, a partir do seu próprio tratamento. Essa trajetória se assemelha ao conceito de “carreira moral” (Goffman, 1987), o qual expressa o itinerário da vida do indivíduo inserido numa instituição total. Nesse caso, a trajetória é progressiva e ascendente. Entende-se que a experiência prévia do uso de drogas e a realização do tratamento em CT permitem aos “acolhidos” desenvolver uma “carreira moral” na área da adicção. Portanto, a própria rede de relações permeadas pelo modelo de CT oferece a possibilidade de o “acolhido” se constituir como especialista na área. Há, então, uma pedagogia instaurada no modelo de CT, na qual uma “carreira moral” negativa vira carreira profissional e pode dar ensejo para mobilização política.

Essa “carreira moral” inicia com a experiência do uso de drogas, sendo os sujeitos estigmatizados socialmente em decorrência desse uso. O início do tratamento em CT pode possibilitar o afastamento desse estigma e certa ascensão na carreira estabelecida. Geralmente, os programas de tratamento em CTs são constituídos por fases que passam por adaptação ao programa, interiorização dos princípios e processo de reinserção social. Em uma CT com programa de nove meses, um dos dirigentes fez um paralelo do tratamento do adicto como um processo de gestação, já que, para o modelo, se trata de um “renascimento” do sujeito. Após concluir o tratamento, o “acolhido” passa a ser chamado de “graduado”, pois é como se ele fizesse uma formação para conhecer as formas de lidar com a adicção. Os “graduados” que se destacam podem ser convidados para serem “monitores”, ou seja, trabalhadores auxiliares no cotidiano da CT. Normalmente, eles recebem uma ajuda de custo ou salário, realizam plantões semanais nas instituições e têm responsabilidade sobre o andamento do programa na instituição. Ao mesmo tempo, muitos dos meus interlocutores nesse nível da carreira consideraram o trabalho como uma maneira de manterem seu próprio tratamento.

Ascendendo na “carreira moral”, existem aqueles que têm possibilidades de realizar uma formação profissional universitária. Em muitos casos, os cursos escolhidos têm relação com o cuidado de adictos, como psicologia, assistência social, enfermagem; ou permitem atuar em CT, como administração, direito, ciências sociais, entre outros. A partir das redes de relações constituídas por meio das CTs, a inserção do “adicto em recuperação” com formação universitária torna-se favorável no amplo mercado de trabalho promovido pelas CTs existentes. Assim, além do conhecimento experiencial sobre a adicção, o profissional tem agora o saber técnico que potencializaria o trabalho de recuperação nas instituições.

Ainda mais alto na escala da carreira, estão aqueles que se tornam dirigentes de CTs. A pesquisa do IPEA (2017) mostrou que 32,6% desses dirigentes dizem ter sido, eles mesmos, benefi-

ários de tratamento em CTs, o que motivou a criação da instituição. Além disso, 57,9% disseram ser os próprios fundadores da instituição que dirigiam e 49,4% responderam que têm formação de nível superior. Alguns dirigentes que entrevistei para minha pesquisa do doutorado afirmaram que essa atuação era uma forma de manterem a sua própria “sobriedade” enquanto ajudavam mais pessoas a “saírem” das drogas. Esses dirigentes eram considerados grandes inspirações para os “acolhidos”, que os reconheciam como especialistas na área da adicção.

Nesse sentido, a ascensão na “carreira moral”, a partir do tratamento nas instituições, perpassa diferentes papéis sociais na rede de relações das CTs – os adictos são “acolhidos”, passam a ser “graduados”, se tornam “monitores”, podem cursar uma formação de nível superior para trabalharem como profissionais nas instituições, podem ser dirigentes das entidades, representantes políticos da causa em si e até líderes políticos em defesa das CTs. Mais uma vez, há uma pedagogia instalada no modelo, na qual os que estão em posições mais altas na hierarquia dessa carreira são referências para aqueles que estão em níveis mais baixos.

Apesar da verticalidade das posições ocupadas pelos “adictos em recuperação”, e das relações entre eles, também há uma percepção de horizontalidade dessas relações em função da narrativa sobre o compartilhamento, entre elas, de uma mesma sequência de eventos e processos e de seu objetivo comum de alcançar e manter a “sobriedade”. Por isso, os “acolhidos” também reconhecem os diferentes trabalhadores que participam do seu tratamento na CT como “irmãos de caminhada”, uma vez que esses os ensinam a conduzir sua recuperação, enquanto estão, eles mesmos, cuidando da manutenção de sua própria abstinência. Assim, a pedagogia do modelo de CT envolve o estabelecimento de relações entre os “irmãos de caminhada”, a partir da identificação de experiências comuns, que se solidificam em função do propósito compartilhado da continuidade de “uma vida em sobriedade”.

3. Encontro entre adictos em recuperação fora das CTs

Após a finalização do tratamento em CTs com a graduação, os acolhidos vão viver sua sobriedade fora da instituição. Alguns continuarão vinculados profissionalmente, como foi destacado anteriormente. No entanto, os demais graduados acabam encontrando parte da sua rede de relações das CTs em outros lugares. Nesses encontros, sejam eles mais frequentes, sejam mais fortuitos, reforçam-se mutuamente os princípios da sua recuperação e a própria identidade do grupo.

Como enfatiza Barth (2000), a constituição da identidade de um grupo enfatiza aspectos socialmente relevantes para a organização do grupo em relação a outros grupos. Então, se dentro da CT a identidade dos recém-chegados valoriza a abstinência e visa afastá-los do estigma dos usuários de drogas; fora da CT, os graduados têm de manter a identidade construída entre os pares da vida em sobriedade, em meio à sociedade. Assim, essa nova identidade não exclui o passado – pois a desconfiança da recaída permanece –, mas agrega outros elementos que permitem positivar a história de vida relacionada ao tratamento da adicção em CT como um caso de sucesso.

Nesse sentido, para sustentar a posição alcançada após a estadia na CT, cabe estabelecer contato com outros adictos em recuperação com frequência, fazendo valer o princípio da convivência com os pares. O próprio modelo de CT se vale de alguns princípios de grupos de ajuda mútua, como os “doze passos”, destacando, enfatiza-se, a importância dessa convivência.

Um dos locais que possibilitam o encontro dos “adictos em recuperação” após o tratamento em CT são os mencionados grupos de ajuda mútua, que podem ter diferentes nomeações – Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Amor Exigente, Café Convívio, etc. – mas que têm como objetivo a manutenção da “sobriedade”. Geralmente, esses grupos estão difundidos nas ci-

dades brasileiras, realizam encontros uma vez por semana, durante uma ou duas horas, e permitem o encontro de “adictos em recuperação” para partilhar vivências e angústias na caminhada da recuperação, fortalecendo o propósito da abstinência. Como nos lembra Loeck (2009), as reuniões dos grupos se aproximam de uma lógica ritual, na qual existe confissão, compartilhamento de regras e experiências e, então, certa homogeneidade no discurso sobre a recuperação.

Nas reuniões de grupos de ajuda mútua, os “graduados” se encontram tanto com “irmãos de caminhada” como com outros adictos em recuperação, que, ao compartilharem algumas narrativas em comum, sobre a experiência de adicção, passam a fazer parte da mesma “caminhada”. Os “adictos em recuperação” se encontram, se identificam e mantêm relações de amizade, o que fortalece a compreensão da importância do tratamento em CTs em suas vidas. Nem todos os que ingressam em CTs se adaptam ao modelo, mas os que concluem as fases previstas no programa dessas instituições se consideram a “prova viva” de que o modelo funciona, uma vez que seguem suas vidas em “sobriedade”, levando a pedagogia do modelo de CT para além das instituições. Em um dado encontro entre “adictos em recuperação”, um dos meus interlocutores reforçou para todos que “quem trabalha com CT sabe que a recuperação funciona, pois funcionou com eles”; e que agora devem ajudar mais pessoas, mostrando que “as CTs podem transformar a vida das pessoas para melhor”.

Também é bastante comum que os graduados visitem suas “casas” onde seu “renascimento” foi possível, de modo que, em dias de visita, ou dias comemorativos, os “graduados” costumam ir até as instituições em que realizaram o seu tratamento. Ali re-encontram seus “irmãos de caminhada” e demais trabalhadores que atuam na instituição. Nessas visitas, os “graduados” são apresentados aos recém-acolhidos como casos de sucesso, o que reforça a exemplaridade daqueles que vivem a abstinência. Essa é uma situação de prestígio aos “graduados”, que se sentem va-

lorizados pela caminhada que têm traçado ao mesmo tempo em que atualizam sua nova identidade.

Quando o “graduado” se sente enfraquecido, próximo a recair, podendo ameaçar a vida em “sobriedade”, é possível realizar um “reforço” de sua recuperação junto à rede de relações estabelecidas com as CTs. Esse reforço implica em um novo tratamento na instituição, mais curto, até que o “graduado” se sinta fortalecido para seguir em frente fora dali. Pode-se dizer também que o contato com outros “adictos em recuperação”, assim como com as instituições, gera uma rede de proteção a favor da abstinência, ainda que isso implique em vigilância de suas vidas.

No Rio Grande do Sul, algumas CTs realizam encontros em outras CTs para promover torneios de esportes, eventos para prevenção do uso de drogas e palestras sobre a questão da adicção. Essas circunstâncias fazem com que “adictos em recuperação” em diferentes níveis da “carreira moral” se conheçam e permitam aos “acolhidos”, “graduados” e trabalhadores de CT visitarem outras instituições além daquelas conhecidas. Eles podem ainda se encontrar em cursos promovidos pelas federações, em eventos sobre a questão da adicção, em passeatas sobre a prevenção do uso de drogas ou em encontros específicos⁷, entre outras ocasiões, identificando na sociedade demais “adictos em recuperação” que buscam manter o mesmo estilo de vida e consolidando uma identidade comum em meio à sociedade.

7 Um exemplo é o Encontro de Graduados no RS, que está em sua 11ª edição e conta, geralmente, com mais de 300 participantes durante uma imersão de três dias. Nesse evento há palestras com foco na vida em sobriedade, apresentações musicais e momentos de convívio.

3.1 Os trabalhadores se envolvem nas demandas do modelo de CT

Para aqueles que continuam vinculados profissionalmente às CTs, esses encontros permitem reunir demandas comuns relacionadas às diferentes instituições que se reconhecem no modelo de CT. No caso do Rio Grande do Sul, as demandas expunham tanto as necessidades financeiras para manutenção das CTs⁸ como a carência de contraposição às acusações de tratamento manicomial em CT⁹. Os trabalhadores de CTs, que são gratos pelo tratamento nas instituições e acreditam na perspectiva do modelo, percebem essas ameaças ao modelo de CT como um ataque à sua própria identidade relacionada à vida em sobriedade. Assim, as demandas apontadas vão tensionando o posicionamento dos próprios “adictos em recuperação”, os quais acionam politicamente outros atores das redes de relações das CTs, com o objetivo de se contraporem a esses constrangimentos e de se mobilizarem politicamente em defesa das CTs.

Nesse sentido, os “adictos em recuperação” percebem na nova identidade estabelecida após a estadia em CT a importância de conviverem, de participarem da construção da sociedade e de defenderem o modelo de CT frente ao Estado, fazendo valer as pautas que julgam relevantes para o meio em que vivem.

Essa articulação dos atores vinculados às CTs também implicaria na difusão da pedagogia promovida pelo modelo de CT, uma vez

8 As necessidades financeiras decorrem da própria natureza da fundação jurídica das instituições como organizações filantrópicas, que dependem de mensalidade, doações, parcerias e demais auxílios, já que a escassez de recursos pode ameaçar a continuidade do serviço oferecido.

9 Quanto às acusações de que o modelo das CTs reedita o tratamento manicomial, essas ganharam maior intensidade desde que o “Plano Crack” viabilizou o financiamento federal dessas instituições e que os conselhos profissionais de psicologia, ao lado do Ministério Público e outras instituições, passaram a realizar inspeções em CTs apontando irregularidades e violações de direitos nessas instituições (CRP, 2016; CFP, 2018).

que ao defendê-lo argumenta-se sobre as vantagens do tratamento aos usuários de drogas nas instituições com foco na abstinência. Se antes, enquanto usuários de drogas, esses sujeitos eram invisíveis para a sociedade, agora, na condição de “adictos em recuperação”, eles buscam a visibilidade de sua identidade, de suas demandas e do seu estilo de vida, que são também modos de agir politicamente.

Além disso, ao explicitarem seus posicionamentos no debate público, participando de eventos, palestras e passeatas, esses sujeitos vão também ocupando espaços de diálogo para proporem novos direcionamentos das políticas sobre drogas voltadas para a abstinência. Com isso, a simbologia vinculada à identidade de “adictos em recuperação” vai se firmando politicamente em relação a outros grupos na sociedade, inclusive sobre aqueles que os intimidam. Ao mesmo tempo, eles vão se apropriando da discussão sobre políticas públicas relacionadas ao funcionamento das CTs e passam a estudar sobre atenção à saúde e assistência social para adictos, questões jurídicas relacionadas ao trabalho das instituições e demais assuntos pertinentes ao campo das CTs, a fim de fortalecer o modelo frente ao Estado.

Em um fórum promovido pelas federações estaduais de CT do RS, que tem trabalhadores de CTs, mas também atores governamentais, um dos representantes contou que é um “adicto em recuperação”, formou-se em psicologia, trabalhou em CT como profissional de nível superior, luta a mais de 20 anos pela causa da CT e só nos últimos anos percebe o reconhecimento do modelo de CT pelo Estado. Ele afirma “Agora me sinto um cidadão pleno, porque estou sentado numa mesa junto com autoridades estatais. Isso é uma grande responsabilidade, mas é importante dialogar e mostrar o trabalho das CTs!”

Dessa forma, os “adictos em recuperação” fora das CTs articulam sua identidade enquanto “comunidade política” (Weber, 1978), colocando-se como um grupo organizado que propõe a inserção

das CTs na rede de serviços ofertada pelo Estado para usuários de drogas. Weber (1978, p. 901) define comunidade política como “[...] uma comunidade cuja ação social é dirigida para a subordinação de um território e da conduta das pessoas dentro dele à dominação ordeira por parte dos participantes”. Em um curso promovido pelas federações de CTs, um dos palestrantes reforçou que “é muito importante a divulgação, participação e atuação de todos os “adictos em recuperação” na causa das CTs” e terminou dizendo que “pode ser difícil, mas não é impossível, por isso todos estão convocados para contribuir nesta defesa”.

Desse modo, a articulação política do grupo considera os diferentes papéis sociais que podem ser desempenhados ao longo da “carreira moral” do “adicto em recuperação” tratado em CT, formando uma rede de relações que se solidificam numa “comunidade política”, independentemente do nível ocupado nessa carreira. Além disso, a manifestação desses sujeitos políticos tem pretensão de marcar sua posição política por meio de suas proposições e até mesmo de sobrepô-las em relação aos outros atores sociais. Como explica um dos representantes da federação estadual de CT em uma reunião com trabalhadores de CT ao dizer “Antes, o Estado nos demandava o que queria. Agora, somos nós que apresentamos para o Estado como deve ser o funcionamento das instituições”.

Logo, a atuação junto à comunidade política no debate público permite articular valores, simbolismos e elementos culturais que são apreendidos pela pedagogia instaurada no âmbito da CT e se tornam atributos para uma pedagogia fora das CTs, resultando na mobilização política em defesa dessas instituições.

4. Representação política

Conforme o modelo de CT vai ganhando visibilidade no debate público, vão surgindo sujeitos políticos que representam a causa dessas instituições. Nesse estágio da “carreira moral”, a par-

tipificação dos “adictos em recuperação” que trabalham nas CTs se dá principalmente por meio de representação política formal em diferentes espaços de diálogo: em diferentes instituições, nos conselhos de políticas públicas e por meio das federações de CTs. Se antes os “adictos em recuperação” se relacionavam mais entre si, a partir do “Plano Crack” eles têm se relacionado cada vez mais como representantes políticos junto a outros atores da sociedade.

É nesse sentido que podemos pensar na função desses “adictos em recuperação” como “empreendedores morais” (Becker, 2008), que propagam as regras criadas a partir do modelo de CT tendo em vista a proposta de recuperação através da abstinência. Segundo Becker (2008), os “empreendedores morais” estão mais preocupados em impor regras, conferindo relevância ao seu trabalho, do que em questionar o conteúdo das regras. Sendo assim, seus argumentos estão carregados de prescrições – sobre prevenção ao uso de drogas, sobre condutas compatíveis com vida em “sobriedade” – em que as CTs figuram como instituições salvacionistas. O discurso acionado pelos “empreendedores morais” gera crédito a partir de suas próprias histórias de recuperação, que podem ser narradas enquanto “testemunho”, permeado por certa retórica religiosa, consolidando a ideia de que é possível sair do “fundo do poço” e viver em “sobriedade”.

Como discutem Teixeira e Brandão (2019), as próprias instituições visam construir entre os “adictos em recuperação” um “testemunho autêntico”, que evidencie o jogo de linguagem aprendido no âmbito institucional e permita aos demais reconhecer a autenticidade da transformação individual vivenciada. Mas também o “testemunho” pode ser utilizado como atributo político em que reforça o argumento da relevância do funcionamento das CTs para receber investimento público. Então, destaca-se o estigma vivido enquanto usuários de drogas e, em seguida, a relevância das instituições em sua vida – evidenciando aspectos positivos do tratamento e sugerindo que o modelo de CT pode salvar outras vidas.

No nível institucional, os representantes das CTs apresentam o trabalho de sua entidade em espaços públicos e privados, destacando sua estrutura física, seu programa de tratamento, os profissionais a elas vinculados e casos de sucesso na recuperação. Geralmente, esses representantes são, eles próprios, “adictos em recuperação”, que trazem em seu “testemunho” a mencionada narrativa construída no interior das CTs, e compartilhada pelos seus atores, sobre os erros cometidos na época em que usavam drogas, sobre as situações que os levaram ao “fundo do poço”, e, por fim, sobre seus tratamentos em CTs como a grande oportunidade que tiveram para se manterem vivos. Evidencia-se, ainda, que tais “testemunhos” trazem a já mencionada sequência narrativa de eventos que é aprendida durante o tratamento – uso de drogas/“fundo do poço”/chegada à CT.

Essas palestras de representação institucional se dão em entidades de ensino, religiosas e assistenciais para discutir a prevenção das drogas, mas também em espaços públicos para mobilizar a sociedade. Um dos meus interlocutores me explica que tem que saber o que falar quando o chamam para palestrar em escola, ele diz “Eu não digo que ‘Eu fiz tudo o que podia até os 40 anos, e agora fui me arrepender dos pecados’. Eu digo que ‘Se tivesse pensado antes, não teria passado por tudo isso’”. Assim, ele assume que reformula a sua narrativa conforme aprendido durante o tratamento em CT, que vai sendo repassada para a sociedade.

Ainda que essa não seja uma representação política evidente, entende-se que o tipo de divulgação realizada estabelece uma forma de apresentação do trabalho do modelo de CT para diversos setores da sociedade, que muitas vezes desconhecem completamente a discussão sobre políticas de drogas. Os “empreendedores morais” visibilizam certos elementos de sua trajetória de vida, destacam a abstinência como foco do tratamento do usuário de drogas e difundem externamente a pedagogia aprendida no modelo de CT para a sociedade. Desse modo, os “testemunhos” buscam persuadir a sociedade sobre a efetividade do modelo de CT e são relevantes na articulação política na rede de

relações das CTs, como reconhece um dos interlocutores “Nós somos o que vivemos. Nós vivemos do testemunho!”.

Como representantes da sociedade civil, os “graduados” que trabalham em CTs podem atuar como conselheiros dos conselhos de políticas públicas municipais, estaduais e federais. Conforme a pesquisa do IPEA (2017), 80% das CTs brasileiras participam de diversos conselhos de políticas públicas, sendo que 44% têm representação nos conselhos municipais de políticas sobre drogas do seu município. Os outros conselhos em que participam representantes dessas CTs são os conselhos municipais de assistência social, da saúde e da criança. Segundo os meus interlocutores, a atuação das CTs nesses conselhos permite não só defender a legitimidade da instituição frente a outras propostas de atenção aos usuários de drogas, como aprender os meandros das políticas públicas, saber dos editais para parceria público-privada e se relacionar com representantes governamentais que podem ser acionados em caso de dificuldade financeira ou intimidações de terceiros.

Essa representação constante tem impacto também na proposição de políticas públicas, pois os conselhos podem ser apenas consultivos, mas também podem ser deliberativos, apontando de forma mais enfática os direcionamentos das políticas futuras na área de competência. Por isso, quando se têm “adictos em recuperação” egressos de CTs como conselheiros também se pauta sobre a importância da existência desse modelo nas políticas de Estado. Por exemplo, no conselho de políticas de drogas da capital gaúcha com aproximadamente 20 conselheiros, três deles eram representantes de CTs, sendo um “adicto em recuperação”. Esse dado pode parecer ter pouco impacto, mas, em muitas reuniões, o modelo foi defendido por ele através do “testemunho”. Logo, a participação dos “adictos em recuperação” em espaços de atuação política também torna mais permeável as relações com atores governamentais para inserção do modelo de CT em meio a outros serviços oferecidos pelas políticas públicas por meio dos editais para financiar vagas em CTs.

Além disso, entre os “adictos em recuperação” que se tornam sujeitos políticos, alguns despontam como verdadeiros líderes políticos. Como aponta Bourdieu (1989), a emergência desses líderes se dá na relação de confiança entre um grupo específico e o indivíduo representante, de modo que o líder é definido a partir da mobilização enfrentada pelo grupo para alcançar suas lutas. No caso das CTs, as lideranças políticas surgem para representar o modelo e pautarem suas demandas frente ao Estado e à sociedade, e para isso o grupo tem se organizado em federações com representações estaduais.

No Rio Grande do Sul, há duas federações atuantes: uma vinculada à Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FE-BRACT), que tem uma delegacia regional no estado; e outra vinculada à Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (FETEB), que é representada pela Federação de Comunidades Terapêuticas do Rio Grande do Sul (FECTERS). Chama atenção que os presidentes dessas federações sejam “adictos em recuperação” que realizaram o tratamento em CT, sendo que um deles já atuou como “monitor” e profissional de nível superior nas instituições e o outro fundou uma rede de entidades filiadas.

Eles foram definidos como líderes políticos, disponíveis ao diálogo com outros setores da sociedade, que se vincularam a essas federações por se articularem em meio da rede de relações das CTs. O representante da FE-BRACT já havia seguido diferentes papéis na “carreira moral” após “graduado” em CT, relacionando-se com atores da rede de relações das CTs e dialogando com diferentes âmbitos da sociedade, quando recebeu o convite para assumir a representação estadual.

Até que num dado momento eu recebo um telefonema de um gestor da FE-BRACT de Campinas me convidando pra assumir a delegacia do Rio Grande do Sul. Relutei um pouco. E fiz como aprendi com a FE-BRACT, aceitei na medida em que associei a pessoas interessantes que também pensam

coisas, que também estão em outras áreas do conhecimento. E nós nos juntamos, então, e constituímos a delegacia da FEBRACT no Rio Grande do Sul. [...] Nesse momento, a gente completa exatamente um ano de trabalho à frente da delegacia, com grandes conquistas, tendo entrevistas de um curso que estamos realizando, o segundo já, com representações, assim, de todo o estado. Mas a minha chegada, o meu retorno a esse lugar, a Campinas, a convivência com o padre, com a equipe da FEBRACT se dá depois de eu fazer essa trajetória toda acadêmica, e essa volta a uma um trabalho mais público. O convite veio espontâneo, e meu nome foi indicado pelas próprias comunidades e eu acabo aceitando. (Representante da FEBRACT).

Os presidentes das federações estaduais de CTs reconhecem as dificuldades das instituições no atendimento aos usuários de drogas e sabem que existem instituições que se nomeiam como CTs, mas que têm características diferentes das propagadas pela CONAD 1/2015, entretanto, esses líderes entendem que o primeiro passo é auxiliar a adequação das instituições, e não fechá-las. Um desses presidentes conta sobre como reverteu um processo de interdição de CT pelo Ministério Público através da articulação de rede de relações entre “adictos em recuperação”, atores governamentais e demais apoiadores do modelo:

[...] um promotor e uma vigilância sanitária interditaram uma comunidade terapêutica com quase vinte acolhidos. Que eu fiz? O dirigente da CT me ligou e tal, fui visitá-lo. Depois agendei com o promotor e fui lá conversar com ele. Quarenta minutos conversando com ele. Ele estava correto na avaliação dele, dentro da frieza da lei, como se diz. Mas daí eu coloquei pra ele ‘Doutor, o seguinte: que tal não tirarmos essas vidas que estão lá, mas fazer um trabalho de buscar ajuda, achar apoiadores para adequarmos a comunidade? O que é melhor? É os adictos estarem lá e nós estarmos trabalhando pra adequar à instituição, ou eles serem dispensados, desligados da comunidade e saírem pra rua delinquir? Daqui a pouco, a minha família vai ser vítima, ou a sua também, porque nós temos a questão da função do cargo, mas você é o cidadão normal que vai ao mercado que vai...’ E então, eu fui levando

ele a um convencimento [...]. Aí ele aceitou. 'Ah vou nomear vocês como a federação, como interventores e, aí vocês me fazem esses relatórios e vão passando'. Saímos ali, fizemos uma audiência pública na câmara de vereadores, aí chamamos alguns vereadores, alguns empresários, pastores religiosos da cidade, e aí eu coloquei a situação para as pessoas. Aí também entra a questão da fé, que a fé sem obras é morta. Então, eu disse pra eles: 'Eu não sou da cidade, mas aqui tem uma comunidade que está ajudando as pessoas da cidade de vocês...'. E daí pedi para o dirigente da CT me dar uma lista do que eles precisavam pra adequar a instituição. Resumindo, conseguimos as doações de todo aquele material que faltava com aquele pessoal que estava na audiência pública. [...] Resultado, três meses depois nós estávamos participando da festa de reinauguração da CT [...]. Estava o prefeito da cidade, as autoridades, mais de trezentas pessoas e teve mais ainda. Foi uma das primeiras comunidades do estado do Rio Grande do Sul que acessou o convênio da SENAD. Olha que mudança radical! (Representante da FECTERS).

Nesse sentido, o líder político se torna porta-voz e consegue articular diferentes atores sociais em prol do grupo representado, podendo reverter as situações de constrangimento para o modelo de CT. Como enfatiza Bourdieu (1989, p. 187), o líder “[...] investe no seu enunciado toda a força para cuja produção o seu enunciado contribui ao mobilizar o grupo a que ele se dirige”, angariando respeito, confiança e admiração dos demais membros. Além dessas mobilizações pontuais, as proposições das federações vão se somando aos seus “irmãos da caminhada”, alcançando avanços para a “comunidade política” e estendendo a pedagogia do modelo de CT à sociedade.

Há algumas instituições que são péssimas. Há outras que não, que são excelentes. Há outras que são médias, que têm que melhorar muito. Isso incluindo até as nossas filiadas. Mas o processo não é excludente, o processo é caminhado. Nesse sentido estamos caminhando. [...] A redução de danos é fundamental; o CAPS-AD é fundamental; o consultório de rua é fundamental; assim como a comunidade terapêutica é parte dessa rede. Só que ela não era reconhecida. Mas agora

ela passa não só a ser reconhecida, como ela torna-se uma política de Estado. E como uma política de Estado, vem o financiamento público. Hoje à tarde será lançado no Ministério da Justiça um edital com doze mil vagas pra comunidades terapêuticas. Isso há trinta anos seria um deboche, um escárnio, então eu acho que é um avanço bem significativo. (Representante da FEBRACT).

Esses líderes políticos evidenciam a legitimidade social do modelo de CT igualando-o a outras propostas, reconhecendo as dificuldades enfrentadas e sabendo negociar com quem, de fato, tem poder para a inclusão de suas propostas. Como estão no topo da “carreira moral” dos adictos em recuperação, são reconhecidos como especialistas não só pelos seus pares, mas também pelos representantes do Estado.

Dessa forma, jogar luz sobre a construção dos sujeitos políticos que têm sido gerados a partir do seu tratamento em CTs permite evidenciar a potência das ações de políticas públicas, ao longo do tempo referenciado, nessa “comunidade política” formada por “adictos em recuperação”. Assim, também é por conta dessa forte mobilização política dos atores do campo das CTs que essas instituições têm conquistado um lugar seguro na oferta estatal de serviços de atenção a usuários de drogas.

5. Conclusão

A construção dos sujeitos políticos entre os “adictos em recuperação” se faz a partir de uma pedagogia instaurada desde o tratamento em CT e pode ser propulsora de lideranças que atuem em defesa dessas instituições frente ao Estado. Utilizando a argumentação de Meyer (2003) sobre a politização dos sujeitos na contemporaneidade, podemos inferir que, entre os “adictos em recuperação”, também se constitui certa identidade universal e atemporal relativa à vida em “sobriedade” e que é acionada para congregar demais setores da sociedade e o Estado.

A “carreira moral” (Goffman, 1987) ascendente traçada desde o tratamento em CT possibilita que o “adicto em recuperação” se afaste do estigma do uso de drogas, desenvolva uma carreira profissional no campo dos cuidados a usuários de drogas e se torne representante daquela “comunidade política”. Os “irmãos de caminhada” se identificam tanto para viverem sua “sobriedade” com seus pares como para se manterem vigilantes da sua condição e dos outros. O sucesso dessa “comunidade política” envolve o tempo de tratamento na CT, mas também a vida fora dela, em atividades de representação das instituições e em defesa do modelo. Os líderes políticos, mais do que sujeitos políticos, são grandes articuladores das redes de relações de CTs, que conseguem reverter situações de dificuldades e intimidações pelas quais passam as instituições, além de mobilizar politicamente para incluir as CTs nas ações de políticas públicas.

Para isso, os sujeitos agem como “empreendedores morais” (Becker, 2008), que difundem as regras aprendidas nas CTs, externalizando sua pedagogia que ensina que uma vida pode ter erros e que é preciso “renascer”. Mais do que a recuperação da adicção, a vida em “sobriedade” é um estilo de vida aprendido e divulgado como solução para a adicção na sociedade. Esses “empreendedores morais” conseguem despertar a discussão em meio à sociedade, visando ampliar vagas financiadas em CTs como uma forma de “salvar” os usuários de drogas.

Os elementos partilhados na sequência narrativa dos adictos em recuperação são aprendidos como “testemunhos autênticos” (Teixeira, Brandão, 2019) dentro das instituições, mas fora delas o “testemunho” também ganha o poder de mobilizar politicamente a sociedade como um todo, inclusive em termos das ações de políticas públicas. Para os representantes das CTs, eles são a “prova viva” de que o modelo de CT funciona, e os demais atores sociais têm reconhecido a legitimidade do trabalho realizado, fazendo com que as CTs tornem-se política de Estado.

Referências

Alcoólicos Anônimos. **Os doze passos**. São Paulo: Centro de Distribuição de Literatura de A.A. para o Brasil, 1991.

Barroso, Priscila Farfan. **Comunidades terapêuticas como política de Estado**: uma análise sobre a inclusão deste modelo de cuidado nas políticas sobre drogas no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre - RS, 2020.

Barth, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

Baus, José; Seara, Ana Carolina; Caldas, Carla Maria Wojcikiewicz; Desidério, Luana; Petry Filho, Nivaldo. Metáforas e dependência química. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 19, n. 3, 2002, p. 5-13.

Becker, Howard S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil SA, 1989.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 101, de 30 de maio de 2001**. Estabelece Regulamento Técnico disciplinando as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, também conhecidos como Comunidades Terapêuticas. Revogada. Brasília, 2001.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto no 7.179, de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, 2010.

Brasil. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. **Resolução nº 1, de 18 de agosto de 2015**. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. Brasília, 2015.

Conselho Federal De Psicologia (CFP). **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas**. Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Ministério Público Federal. Brasília: CFP, 2018.

Conselho Regional De Psicologia De São Paulo (CRP-SP). **Relatório de inspeção de comunidades terapêuticas para usuárias (os) de drogas no estado de São Paulo**: Mapeamento das violações de direitos humanos. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016.

Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Goffman, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras. **Nota técnica**, n. 21, mar. 2017.

Loeck, Jardel Fischer. **Adicção e ajuda mútua**: estudo antropológico de Grupos de Narcóticos Anônimos na cidade de Porto Alegre (RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

Meyer Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento Porto Alegre**, v. 9, n. 3, set./dez. 2003, p. 33-58.

Mota, Leonardo. **A dádiva da sobriedade**: a ajuda mútua nos grupos de alcoólicos anônimos. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

Sassine, Vinícius. Gleisi Hoffmann apoia internação involuntária de dependentes químicos. O Globo. 2013 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/gleisi-hoffmann-apoia-internacao-involuntaria-de-dependentes-quimicos-8289713>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Souza, Letícia Canonico De; Nunes, Matheus Caracho; Santos, Maria Paula Gomes dos Santos. Tempo e subjetivação em comunidades terapêuticas. In: Santos, Maria Paula Gomes dos (Org.). **Comunidades terapêuticas**: temas para reflexão. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

Teixeira, Cesar Pinheiro; Brandão, Beatriz. Sobre as Formas Sociais da Mudança Individual: o testemunho em centros de recuperação pentecostais. **Revista Antropológicas**, v. 30, n. 1, 2019, p. 136-157.

Weber, Max. **Economy and Society**: An Outline of Interpretative Sociology. Organized by G. Roth and C. Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978. v. 2.

Recebido em 01/02/2021

Aceito em 31/05/2021

Uso de Substâncias Psicoativas e Controle Social do Uso do Álcool: Mestres Beberrões na Casa de Jurema Mestre Carlos – RN

*Janaina Alexandra Capistrano da Costa**

Resumo

Neste artigo apresento elementos empíricos que caracterizam a atuação ritual dos Mestres Beberrões, espíritos antepassados que incorporam em médiuns praticantes do Culto da Jurema para promover curas, e realizo uma breve discussão sobre como a regulação do consumo do álcool se dá nesse contexto. Especialmente por meio de valores transmitidos através dessas atuações e dos preceitos do desenvolvimento mediúnico preconizado no âmbito da minha pesquisa; a Casa de Jurema Mestre Carlos, situada na zona rural da cidade de Extremoz no Rio Grande do Norte (RN). Esta pesquisa contribui para aprofundar o conhecimento tanto sobre a categoria dos Mestres da Jurema, ainda incipiente na academia, quanto sobre os mecanismos sociais de controle do consumo de substâncias psicoativas desenvolvidos em meio religioso.

Palavras-chave: Jurema. Religião. Controle de drogas.

* Professora no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Porto Nacional. E-mail: janacapis@uft.edu.br

El Uso de Sustancias Psicoactivas y Control Social Del Uso Del Alcohol: Maestros Bebedores en La Casa de Jurema Mestre Carlos – RN

Resumen

En este artículo presento elementos empíricos que caracterizan la actuación ritual de los Maestros Bebedores, espíritus ancestrales que incorporan en los médiums que practican el Culto de la Jurema para promover curas, y realizo una breve discusión sobre cómo se da la regulación del consumo de alcohol en este contexto. Especialmente por intermedio de los valores transmitidos a través de esas actuaciones y de los preceptos de desarrollo mediúmnico recomendados en el ámbito de mi investigación, la Casa de Jurema Mestre Carlos, ubicada en la zona rural de la ciudad de Extremoz en Rio Grande do Norte (RN). Esta investigación contribuye a profundizar el conocimiento tanto sobre la categoría de Maestros de Jurema, aún incipiente en la academia, como sobre los mecanismos sociales de control del consumo de sustancias psicoactivas desarrollados en un ambiente religioso.

Palabras clave: Jurema. Religión. Control sobre drogas.

Use of Psychoactive Substances And Social Control of Alcohol Use: Mestres Beberões At Casa De Jurema Mestre Carlos - RN

Abstract

I present in this article empirical elements that characterize the ritual performance of the Mestres Beberões, ancestral spirits that incorporate mediums practicing the Cult of Jurema to promote cures, and I also hold a brief discussion on how the regulation of alcohol consumption occurs in this context. Especially through the values transmitted by these performances and precepts of mediumistic development recommended in the scope of my research, the Casa de Jurema Mestre Carlos, located in the rural area of the city of Extremoz in Rio Grande do Norte (RN). This research contributes to deepen the knowledge about the

category of the *Mestres da Jurema*, still incipient in the academy, and about the social mechanisms of control of the consumption of psychoactive substances developed in a religious environment.

Keywords: Jurema. Religion. Drug control.

Introdução

O chamado Culto da Jurema é, certamente, um dos mais antigos cultos presentes na região que hoje conhecemos como território brasileiro. Sendo de origem indígena, foi protagonista nos primeiros encontros com a cristandade e o esoterismo europeus. Neste artigo, apresento uma pequena parte dos elementos empíricos construídos ao longo de mais de uma década de pesquisa sistematizada na Casa de Jurema Mestre Carlos, situada na zona rural da cidade de Extremoz no Rio Grande do Norte (RN). Os elementos que apresento aqui caracterizam a atuação ritual dos “Mestres Beberrões” e fazem parte dos preceitos religiosos preconizados por essa Casa. Por meio deles, identifico um conjunto de regras e valores que orienta a regulação do consumo do álcool nesse contexto, estabelecendo um contraponto aos mecanismos de regulação/regulamentação que são predominantes na sociedade englobante e na ação dos dispositivos estatais. No texto a seguir, teço primeiramente algumas considerações que caminham no sentido da definição do Culto da Jurema, da sua contextualização sociopolítica e das relações que ele estabelece com o uso de substâncias psicoativas. Em seguida, traço um panorama dos aspectos específicos e definidores do contexto ritual pesquisado, para adentrar, num terceiro momento, na discussão sobre a atuação dos Mestres em questão e o uso do álcool. Essa abordagem tem o intuito de contribuir para suprir lacunas ainda existentes nas pesquisas sobre o culto em tela, bem como trazer à tona um exemplo de pensamento de fronteira de acordo com o pensamento decolonial.

Desde o ponto de vista etimológico, Jurema advém da palavra da língua Tupi *Yu-r-ema*, cujo significado seria: planta ou árvore

com espinhos por meio da qual se produz beberagem capaz de gerar sono ou êxtase em quem a consome (Gaspar, 2019; Cascudo apud Assunção, 2010a, p. 19). O signo Jurema, porém, é marcado por uma vasta e complexa polissemia que perpassa a farmacopéia de origem indígena, o campo religioso brasileiro e até mesmo a ideia de identidade nacional, simbolizando o grupo mestiço dos caboclos (Bairrão, 2002). No que diz respeito à categoria classificatória Culto da Jurema, ela designa os investimentos simbólicos realizados em torno da planta Jurema e/ou da bebida de mesmo nome produzida a partir dessa planta, a despeito de possíveis variações das subespécies utilizadas, das formas de produção e de uso dessa bebida. Ditos investimentos produzem formatos rituais dos mais variados tipos que no referido campo transitam sem ordem pré-definida num arco entre a afirmação de identidades étnicas indígenas, como o Toré, e a imagem genérica do caboclo presente na Umbanda, por exemplo (Tromboni, 2012, p. 118-120). Dessa maneira, o Culto da Jurema pode se constituir em religião autônoma classificada no conjunto de religiões “afro-indo-brasileiras” (Campos & Neri, 2020), assim como pode se “camuflar” no interior de uma religião como o Candomblé (Campos & Rodrigues, 2013).

Em termos botânicos a Jurema pertence à subfamília *Mimosaceae* e as subespécies mais comumente presentes no culto são a *Mimosa tenuiflora* (jurema-preta), a *Mimosa ophthalmocentra* (jurema-vermelha) e a *Mimosa verrucosa* (jurema-branca ou jurema-mansa) (Gaujac, 2013). Fisiologicamente, uma característica marcante dessas subespécies é o fato de elas conterem na sua estrutura molecular a *dimetiltriptamina* (DMT), o que torna as substâncias criadas a partir delas potencialmente psicoativas. Entretanto, para que dita molécula chegue ao cérebro a partir da ingestão, é necessário que a enzima estomacal *monoaminoxidase* (MAO), que a degrada, seja neutralizada por algum meio, como o consumo simultâneo de outra substância que contenha beta-carbolinas (Ott, 2009). A Jurema não possui uma composição padrão e o seu preparo é mantido na esfera do segredo, que

é um aspecto central no culto em questão. Muito embora haja menções nativas aos elementos que compõem a substância (Assunção, 2010a p. 202-203), elas nunca são homogêneas e citam alternada ou conjuntamente: casca de jurema, raiz de jurema, vinho de uva, cachaça, espécies do gênero *Cyperus*, especiarias, frutas e mel (Camargo, 2014). Houve ademais menção à casca de jurema batida em água gelada somente, mas nenhuma composição explica os efeitos psicoativos alcançados e, sendo assim, se chegou a conjecturar que o excessivo consumo do tabaco, fumado pelos juremeiros durante os rituais, os proveria da citada enzima (Ott, 2009). O que pode nos levar a crer que o mencionado uso do rapé (pó inalante composto majoritariamente por cinzas de espécies vegetais como a *Nicotina Tabacum* e a *Piptadenia peregrina*) nesse culto (Casculo, 1951, p.84-85) também exerceria a mesma função. Contudo, uma vez que a ciência ocidental ainda não oferece pesquisas conclusivas, a questão da veiculação dos efeitos visionários da Jurema continua aberta (Ott, 2009).

A DMT é considerada o “protótipo da molécula visionária”, e isso significa que seus efeitos podem provocar alterações na percepção visual sem perda de consciência e de memória, motivo pelo qual as drogas visionárias são consideradas “drogas de excursão” e não “drogas de raptó”, como as substâncias alucinógenas. Sua ingestão, geralmente, produz a percepção de diluição do eu indivíduo e desvelamento de dimensões anímicas da vida, que tendem a compor quadros cosmológicos e, portanto, a vincular a autoconsciência a um sentido planetário ou universal. Uma das explicações para esses efeitos é a de que a estrutura molecular dessas substâncias guarda grandes semelhanças com os neurotransmissores monoanímicos (dopamina, serotonina, acetilcolina, histamina e norepinefrina), assim, sua presença no cérebro diminui o tempo empregado na transmissão dos sinais nervosos aumentando a quantidade de informações nesse órgão (Escohotado, 2015, p. 40, 117, 159-161). Já em relação à potência desses efeitos, há o entendimento de que em ritos ligados aos cultos mais tradicionais prevalece o efeito de baixa potência que

poderia ser classificado como “psicotrópico”, do grego *psychê* + *optikos*, “que produz visões mentais ou espirituais” (Ott, 2009)¹.

Poderíamos dizer que a Jurema, em virtude do seu caráter visionário, se constitui numa “hierofania mediata”, ou seja, numa mediadora da hierofania enquanto experiência extraordinária e reveladora de algo localizado para além da situação vivida concretamente (Eliade, 2010, p. 355-359). A morte é uma das primeiras experiências hierofânicas do ser humano e como tal desperta, concomitantemente, veneração e temor e assim consagra determinada fração do espaço e do tempo. A repetição desse evento permite que as pessoas comunguem o sagrado (re)elaborando-o constantemente (Eliade, 2010, p. 2-39, 296). Logo, da experiência dos efeitos visionários dessa substância, tais como os descritos acima, decorrem sua consagração e vinculação a sistemas simbólicos, mágicos e míticos.

No sistema mítico do Culto da Jurema, a árvore e a bebida da Jurema são consideradas sagradas e em torno delas gravita o reino dos encantados, que é formado por cidades habitadas pelos Mestres, que incorporam nos médiuns praticantes para realizar curas físicas e espirituais (Assunção, 2010b, p. 172). Tanto a espécie vegetal quanto a substância funcionam como chave de acesso a esses territórios, que se apresentam no mundo material através de lugares na natureza, bem como se plasmam no mundo espiritual. Adentrando esses espaços, o praticante tem acesso a saberes e a segredos que ao longo dos anos podem torná-lo um Mestre, quer dizer, um detentor da Ciência da Jurema. Os “Mestres são, pois, vivos e mortos, e os que hoje vivem e fa-

1 Em comunicação realizada nas Jornadas Plantas Sagradas em Perspectiva (UNICAMP - 10/08/2016) o reconhecido pesquisador da Jurema Rodrigo A. Grünewald sublinhou esse aspecto à diferença da ayahuasca, uma bebida de origem indígena e amazônica que também contém DMT na sua formulação e é consumida no bojo de grupos religiosos sincréticos como o Santo Daime. Durante mais de uma década de pesquisa participativa nos âmbitos do Culto da Jurema e das “religiões ayahuasqueiras” pude constatar por meio da experiência empírica essa diferença na potência entre tais substâncias.

zem seu trabalho de culto aos Mestres do além, um dia também serão espíritos e como tais serão chamados nas cerimônias de auxílio mágico aos viventes” (Prandi, 2010, p. 15).

No que diz respeito às pesquisas sobre as religiões afro-indo-brasileiras existe um deficit de estudos que se dediquem aos Mestres da Jurema, em comparação às pesquisas desenvolvidas sobre as divindades do panteão africano no Candomblé e as entidades da Umbanda. Por outro lado, o Culto da Jurema configura-se como um contexto de consumo de diferentes substâncias psicoativas, mas os mecanismos de regulação interna desse consumo são pouco pesquisados. Com algumas variações entre os grupos praticantes, encontramos o uso concomitante de uma substância visionária, a Jurema, do tabaco, que é uma substância majoritariamente estimulante, e de uma substância depressora que é o álcool, destilado ou fermentado. Como vimos anteriormente, o álcool pode estar presente na formulação da Jurema, mas esse não é seu único modo de consumo, pois ele pode ser eventualmente servido aos Mestres durante os rituais, os quais podem, por sua vez, oferecer uma pequena quantidade da substância aos consulentes a partir da sua própria cuia ou copo. Chama atenção o fato de dentre uma infinidade de Mestres que trabalham com a Jurema e o Cachimbo, existir uma linhagem específica cuja especialidade é trabalhar com o álcool, além desses elementos. Refiro-me aqui aos Mestres Beberrões. Espíritos que em vida foram consumidores abusivos de bebidas alcoólicas, mas que se consagraram na Jurema e após seu “passamento” integraram o panteão juremeiro.

O contexto da pesquisa

Contemporaneamente, no universo de modalidades de Culto da Jurema, seria possível identificar três linhas principais que aglutinam determinadas características: a “jurema nordestina-indígena-rural”, marcada pela presença de ritos indígenas e do

Catimbó, que é caracterizado pela junção da religiosidade rural portuguesa e elementos dos ritos nativos; a “jurema afro-urbana”, que é a Jurema como representação dos espíritos dos caboclos dentro dos rituais de origem africana; e, por fim, a “jurema europeia-ocidental-urbana”, definida pelo consumo urbano da substância psicoativa fora do contexto religioso propriamente dito, mas ligado a esse conhecimento (Mota, 2005, p. 223).

Porém, durante a última década, o Culto da Jurema tem trilhado um percurso da invisibilidade à visibilidade (Campos & Rodrigues, 2013) por meio de um movimento que procura afirmar a tradição da Jurema e que se autodefine como “povo de jurema”. Esse movimento teria emergido com força sob a incidência das políticas de promoção da igualdade racial e das políticas de combate às desigualdades, que a partir do primeiro decênio do séc. XXI reconheceram os “povos de terreiro” como sujeitos de direitos (Miranda, 2018). Nesse contexto, os modelos rituais ditos tradicionais como a Jurema de Mesa e a Jurema de Chão, que estariam mais próximos da linha do Catimbó e, portanto, mais ligados às origens ameríndias e mestiças, passaram a ser mais valorizados. Ademais, o culto passou a ser afirmado cada vez mais como religião autônoma, a Jurema Sagrada, sinalizando o interesse pelo reconhecimento dos grupos numa horizontalidade com relação a outras religiões. Dessa forma, podemos vislumbrar duas vias de presença da religião no espaço público, conforme tese assente nos estudos da religião (Giumbelli, 2008, p. 88-89), a “via culturalista”, que absorve as demandas diferencialistas, e a “via generalista”, que absorve as demandas por equanimidade de acesso a direitos como o direito à liberdade religiosa.

No RN, onde realizo minha pesquisa, o referido processo de visibilização pode ser identificado na realização do “Fórum estadual das comunidades tradicionais de terreiro” em Natal desde 2018 e que se constituiu num espaço privilegiado para o “povo de jurema” reivindicar seu reconhecimento como “povo tradi-

cional de matriz afro-indígena” e, portanto, como parte do “povo de terreiro”, sujeito de direitos. Por outro lado, um exemplo de como o apelo à tradição tem se dado no campo religioso natalense é a referência a uma origem comum, já largamente legitimada pela literatura antropológica, que é a Jurema do Acais na Paraíba (Assunção, 2014). Diferentemente, a Casa de Mestre Carlos se destaca nesse campo por dois motivos principais, primeiro porque seu dirigente Melquisedec Costa da Rocha, que é meu principal informante, figura como uma grande liderança política e religiosa no estado e, segundo, porque o grupo que lidera participa do referido processo afirmando sua identidade a partir do formato ritual que pratica que é a Jurema de Chão. Um formato ritual que teria se originado nos “pé de serra” do sertão potiguar. Num eloquente depoimento sobre a preservação da tradição, ele nos deixa entrever sua articulação com vistas à defesa de uma identidade religiosa e um ideal de autenticidade que poderia ser aproximado da noção de pureza:

Conheci uma jurema, uma jurema de pé no chão, uma jurema de camisa de manga comprida, era uma jurema de chapéu de palha, com fios de conta, dessa conta de capim de lágrima de Nossa Senhora e algumas sementes. Hoje nós vemos juremeiros de torço com orelhas, com roupas que são advindas do Candomblé, eu creio que a jurema tem uma identidade própria, a jurema, ela é um culto à parte, ela não é Umbanda, ela não é Candomblé; é jurema. Aí tem hora que a gente vê, a pessoa diz lá, óh sou juremeiro, sou Mestre juremeiro e tal, você olha assim é uma pessoa que é um Babalorixá, mesmo que ele seja Babalorixá, mas ele não vai botar roupa de jurema para o Candomblé. Então seria muito interessante que cada um use as suas indumentárias de jurema, para caracterizar a jurema, para fortalecer esse movimento jurema, o Candomblé já é por si, assim como a jurema também é por si. O que nós precisamos é ter essa consciência de dizer: perai! Eu não preciso botar uma roupa de Richelieu para ir para uma mesa de jurema, eu boto uma camisa de manga comprida, boto um chapeuzinho de palha, um chapéu de couro, um chapéu de massa, aí realmente é caracterização. Ah o ano passado me

chamaram para uma outra coisa que se fala muito, axé de jurema. Eu nunca vi isso na minha vida meus irmãos! Se disser assim: eu estou renovando a minha jurema, eu estou reforçando a minha jurema, aí eu vou compreender. Aí vai uma pessoa me chama, uma conhecida minha. A eu vou tomar um axé de jurema! Eu digo: Vou ver como é. Aí fui. Chegando lá de juremeiro só tinha eu, que o povo, o restante do pessoal estava todo mundo vestido como se fosse para um Candomblé, era panos e mais panos, orelhas e mais orelhas, eu lá com meu chapeuzinho de palha, minha conta de capim, minha roupinha branca, manga comprida, eu demorei um tempo lá, mas foi uma misturada tão grande, que eu digo: É eu já vou. Depois ela veio me perguntar: E aí o que foi que achou do meu axé? Eu disse: minha filha, jurema não tem axé, quem tem axé é Candomblé, axé quem tem é Candomblé, jurema tem ciência, bota isso na tua cabeça: jurema é ciência! (MCR 15/07/2016).

Coerente com uma perspectiva interessada na manutenção de uma identidade, em fala elaborada num momento posterior, Melquisedec descreveu o posicionamento da Casa que dirige frente a influência das entidades da Umbanda ligadas ao Exu e à Pomba Gira. É interessante notar que tal posicionamento parece modificar a posição do Culto da Jurema ocupada, até bem pouco tempo atrás, na relação com os cultos de matriz africana.

O que nós precisamos compreender é que nós não podemos perder a nossa identidade, nós não podemos, é... modernizar os nossos rituais porque eles são tradicionais. Hoje você vê que existe uma diferença do rito da mesa para o rito da gira, porque gira já é coisa de Umbanda. Então você vê muitas, muitas cantigas, que ali já deixou de ser hinos de Jurema. Porque eu vou cantar para as Pomba Gira... parece mais cantiga de ruedeira de bar de esquina. E quando a gente sabe que essas cantigas mais antigas, eram umas cantigas que elas tinham início, meio e fim; elas traziam um recado; elas traziam um fortalecimento. Porque na Jurema não tem Exu, não tem Pomba Gira. Não tem. Mas como a maioria das pessoas tem, então se tira um dia reservado para o culto a eles. Aí no dia que tem Jurema, não precisa cantar nem pra

Exu nem para Pombo Gira, porque na Jurema também tem seus guardiões. É... Cada, cada mestre, de acordo com a sua ciência tem o seu espírito guardião que segura a entrada da casa. (MCR 26/08/2016).

Durante o século XX, diante da intensa urbanização que ocorria no país e com a aproximação cada vez mais integrativa com as religiões de matriz africana, o Culto da Jurema teria adquirido uma dimensão subterrânea e se camuflado no interior de outros formatos religiosos e espaços como os terreiros de Candomblé e de Umbanda. Essa invisibilização teria sido influenciada pela maior aceitação da sociedade que se modernizava para com essas manifestações da religiosidade africana, devido à prevalência da dicotomia magia/religião que reservava a dito Culto o polo da magia e, portanto, o colocava como foco das repressões policiais (Campos & Rodrigues, 2013). Outro fator que influenciou esse movimento foi o fato de as Federações de Umbanda e de cultos de matriz africana, que podiam representar alguma garantia de reconhecimento da condição de grupo religioso, exigirem dos juremeiros uma autoclassificação concernente aos modelos religiosos que essas instituições representavam, deixando pouco ou nenhum espaço institucional para uma classificação estritamente juremeira (Miranda, 2018). Quer dizer, mesmo que um dirigente de um culto da jurema buscasse institucionalizar seu grupo, devia realizar seu registro com nomenclaturas alheias. Sujeito a um constante processo de reelaboração, o Culto da Jurema deu origem a formatos rituais hibridizados, como o autoproclamado Candomblé de Caboclo e a “Jurema umbandizada”, mais precisamente identificada dentro dos terreiros ditos de Umbanda do interior da PB, CE e PI (Assunção, 2010a). Em decorrência, até mais ou menos a década de 1990, pouco se ouvia falar da Jurema enquanto conjunto individualizado e específico de práticas mágico/religiosas, mais bem a Jurema era cultuada em espaços rituais reservados ou até espaços privados de alguns praticantes (Assunção, 2014).

Contudo, no séc. XXI, num ambiente mais favorável ao reconhecimento da diversidade religiosa, pelo menos até 2016, os inves-

timentos simbólicos em torno do Culto da Jurema caminharam no sentido da autoafirmação. Então, é interessante notar que se antes a Jurema era acomodada por outras religiões minoritárias, na fala citada anteriormente se dá o inverso. A Umbanda no caso foi acomodada na Casa de Jurema Mestre Carlos num espaço-tempo à parte, como influência que chega com os próprios praticantes da Jurema, mas não se confunde com esta. Esse movimento já vinha se conformando na trajetória dessa Casa com quatro décadas de existência e que chegou a adotar, no passado, o uso dos tambores em seus rituais, mas logo retomou o formato da Jurema de Chão que preconiza o uso isolado do maracá.

As duas citações anteriores marcam as fronteiras identitárias com relação àquela “jurema afro-urbana” (Mota, 2005, p. 223), entretanto, há marcadores oriundos das relações com a sociedade envolvente também. São distintivos do formato ritual preconizado pela Casa de Jurema Mestre Carlos a disposição dos médiuns consagrados ou desenvolveses sentados em banquinhos próximos ao chão em um semicírculo diante da mesa da jurema e o maracá de cabaça como único instrumento musical. Segundo meu informante, essa configuração foi influenciada pela intensa perseguição que as práticas tradicionais da Jurema sofreram ao longo da história e que obrigaram os juremeiros a dissimularem seus rituais:

Essa Jurema dos nossos ancestrais nasce desse conjunto de saberes do europeu que chega aqui com as suas rezas, dos indígenas com seus saberes ancestrais, do africano que também e eu creio que até mais o Banto que chegaram aqui primeiro, depois foi que chegaram os Nagôs. Eles tiveram assim um entrelaçamento de saberes que enriqueceu muito esse culto do catimbó Jurema. Então antes se dizia assim: a grande potência da Jurema é a fumaça, o pensamento e a reza forte. Então era reza para algum tipo de problema, depois vinha o cachimbo com as suas misturas [de ervas] de acordo também com as dificuldades, então se fumaçava, se rezava, aquela coisa toda, então essa é a Jurema ancestral, a Jurema pé de serra, não tinha tambor, quando muito se tinha palmas. Por quê?

Uma das coisas era a perseguição policial e quando se pegava um juremeiro o negócio era dar uma surra de pinhão roxo para quebrar suas forças. Eu ainda peguei essa fase de perseguição em cidade do interior. A minha Madrinha tinha lá um centro, mas ela tinha que ter a licença da delegacia, tinha a licença da Federação, mas tinha que ter a licença da delegacia para poder funcionar (MCR 11/2015).

Essa realidade é um exemplo cabal de regulação indireta do religioso que marca o regime de relações entre Estado e religião no Brasil e que atingiu mormente grupos religiosos minoritários e subalternizados. Com a justificativa de preservar a saúde pública, o Código Penal brasileiro de 1890, juridicamente vigente até 1942, incidiu na formação de um ambiente marcado pelo preconceito. Seu Artigo 157 considerava crime: “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública” (Coleção de Leis do Brasil apud Giumbelli, 2003, p. 254). Essa criminalização ademais é uma expressão do contexto de aliança entre o Estado e a medicina, como corroboraram o Artigo 156 e o Artigo 158 do mesmo Código, que criminalizavam o curandeirismo e previam punições para o exercício da medicina sem títulos acadêmicos, aplicação ou prescrição de substâncias com fins terapêuticos (Giumbelli, 2003). Na década de 1930, com a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), foi instituída a Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificações que tinha como um dos seus objetivos monitorar os cultos afro-indígenas (Carvalho, 2015), revelando como o controle oficial sobre o uso de substâncias encontrava-se atrelado ao controle de expressões religiosas ligadas aos povos indígenas e africanos. O que ajuda a explicar não só porque os ritos deviam zelar pela discrição, mas também porque o segredo sobre o uso de substâncias psicoativas devia ser preservado.

Durante minha pesquisa, uma questão, que eu sempre trazia à tona na convivência com meu informante, era a formulação da Jurema,

ao que Melquisedec invariavelmente respondia: “preparação é Ciência”. Com o tempo fui ampliando minha compreensão sobre essa Ciência e sobre a importância do segredo e do comedimento no relativo ao uso da bebida. Segundo minha visão inicial, havia uma hierarquia entre as substâncias internas no grupo, na qual a Jurema estaria no topo, e essa visão se revelou, posteriormente, encontrar-se pautada por uma percepção do ambiente proibicionista que naturaliza o uso do álcool, tem um preconceito sobre o uso do tabaco e ressalta o uso de drogas visionárias como sendo uma das práticas de consumo de drogas mais excêntricas, exóticas ou perigosas. Agregado a isso, estava o fato de eu estar influenciada pela pesquisa que desenvolvera com anterioridade sobre as “religiões ayahuasqueiras brasileiras”, em que a bebida sacramental ayahuasca, que também contém DMT como a jurema, possui proeminência sobre qualquer outra substância que porventura seja consumida nesse contexto. Além desses fatores que incidiam no meu olhar, havia um certo anseio de minha parte por uma “descoberta científica” (Bourdieu, 1983), que me levou a repetir a questão tantas vezes, tensionando com a paciência de minha fonte, mas, por fim, observei que essa situação requeria redimensionamento, se tratava de entrar num outro tempo para poder conhecer, compreender e ter ciência, se tratava de entrar no tempo mítico.

Foi participando dos rituais da minha própria consagração na Jurema Sagrada, na qual representamos a nossa “caminhada mítica”, que vivenciei um “desprendimento” da “colonialidade do saber” (Mignolo, 2008, p. 250)², que me possibilitou enxergar que a prática do segredo nesse contexto não representa apenas

2 A colonialidade do saber é a manifestação no domínio epistêmico da colonialidade do poder, a qual se constituiu a partir da matriz colonial de poder, que se impõe nas sociedades ocidentais baseada na classificação da população mundial segundo raça e gênero. As identidades geradas a partir da racialização e da generificação justificam a dominação e exploração de certos corpos, bem como a subjugação e o apagamento da episteme desses corpos (Mignolo, 2010). Nessa perspectiva o desprendimento se dá quando o pensamento se abre a possibilidades encobertas pela racionalidade moderna, se conectando a epistemes outras (Mignolo, 2008, p. 250).

uma estratégia política de proteção ao culto, como se tal prática se restringisse a uma reação de resistência. Guardar o segredo também tem a ver com o poder adquirido dentro da Ciência da Jurema, passo a passo, durante um caminhar que não pode queimar etapas sob pena de comprometermos essa formação, o conhecimento e o poder que dela advém. Nesse sentido, o zelo pela Jurema pode ser visto como um “contrapoder” (Hofbauer, 2011), que possibilita a ruptura com a lógica epistêmica imposta pelo entorno abrangente.

No seguinte discurso podemos acompanhar as palavras de Melquisedec referidas ao núcleo dos investimentos simbólicos do culto ao mencionar o preparo e o consumo da Jurema e o protagonismo da árvore dentro da cosmologia e da farmacopéia nativas.

Olha, a Jurema, nós temos o conhecimento que é uma árvore de muita ciência. É um símbolo, né? É um símbolo que já passa a ser, assim, um grande mito: A Jurema Sagrada. [...] A Jurema Sagrada será preparada para as grandes mesas, para os consagrados ou para aqueles que estão se consagrando. Que era uma forma de não profanar essa ciência da Jurema. [...] Se não houver a **ritualística** para acordar aquela energia, aí eu vejo assim como uma profanação de algo tão sagrado para nós. [...] Porque assim, esse processo é passado de... quando aquele discípulo, ele chega ao ponto de ter novos discípulos, essas coisas são passadas para ele, para que ele possa fazer. Então, a gente faz a primeira junto com ele, que é para ele pegar todos os dados direitinho e **dar continuidade**. Vou dizer que é um saber. **É uma ritualista de continuidade**. [...] É uma vivência de adquirir uma maturidade pra poder então preparar, e **saber porque vai preparar. Não é preparar aleatoriamente**. É você preparar para dar continuidade a toda a ritualística a novos discípulos. [...] E quando a Jurema é aquela árvore, ela atua como um antibiótico, porque ela cura, ela tem aquela energia de você tomar um banho e aquilo dá uma restauração na sua aura astral. O descarrego, você se sentir leve. Tem a mistura da folha com o fumo para defumações. E você vai vendo que ela é uma árvore de mil e uma utilidades. Que pra tudo: para

o cachimbo... até se faz o cachimbo com ela, e tudo... Quer dizer, a Jurema tem tudo aquilo que precisamos. É uma árvore por excelência. (MCR 17/11/2019).

Nesses dizeres podemos vislumbrar um protocolo de relação com a Jurema, que possibilita exercer certo controle sobre a substância e seu consumo garantindo a segurança dessa prática, ao mesmo tempo em que transmite valores que asseguram a perpetuação desse controle. A ritualística e a continuidade, assim como o saber porque vai preparar, ou seja, as razões e os sentidos dessa relação com a substância, constituem mecanismos de controle social situados na Ciência da Jurema.

Nessa perspectiva, respeitando o passo a passo, cada discípulo da Jurema poderia se tornar um Mestre de Ciência e como a caminhada é concomitantemente coletiva e individual, cada Mestre irá desenvolver sua Ciência dentro da Ciência da Jurema. “As ciências da Jurema Sagrada se forjam na complexa trama de conhecimentos que fundamentam a prática e na dimensão dos enigmas e segredos concernentes ao culto” (Rufino, 2016). No âmbito da Casa de Jurema de Mestre Carlos são consagradas quatro linhas de Mestres, sendo elas: Caboclos e Caboclas, Ciganos e Ciganas, Mestres de Jurema – antepassados do Culto – e Pretos e Pretas velhas. A linhagem dos Mestres Beberrões é consagrada dentro dessa linha de antepassados que já foram grandes Mestres encarnados e se encantaram no reino da Jurema.

Uma característica que chama atenção nessa composição é o conjunto de tipos sociais subalternizados, todos fazem parte de minorias étnicas, sobre os quais recai uma série de estigmas sociais, oriundos dos processos de “racialização” e “generificação” que demarcam a colonialidade do poder na chamada modernidade. O que pode suscitar reflexões acerca da identificação de praticantes e frequentadores com essas figuras e tudo o que elas significam. Um desses estigmas é o do “bêbado”, usado para marcar a pessoa que faz uso abusivo de bebida alcoólica, mas prin-

cialmente se essa pessoa pertencer a uma classe social mais baixa e/ou pertencer a alguma minoria étnica, pois quando se trata de uma pessoa em alta posição social, política e econômica, são usadas outras designações como alegre, alterado, festivo e até alcoólatra, mas raramente bêbado.

Os Mestres Beberões e o uso controlado de bebidas alcoólicas

Como mencionei, o contexto ritualístico em questão é um contexto de consumo de substâncias psicoativas com efeitos de naturezas e potências diversas, isso não quer dizer, porém, que esse consumo se dá de maneira “aleatória” ou com prejuízos à saúde de seus participantes. Os mecanismos de controle perpassam todo o campo e, no que se refere às bebidas alcoólicas, a atuação do Mestre Beberões contribui com a transmissão de valores que orientam o uso mais adequado. Ao dominar esse uso e a manipulação da “energia” contida nessa substância, esses Mestres se consagram em sua Ciência e se tornam espíritos de grande importância para a cura das pessoas. Quer dizer, transgredem a regra do estigma, mostrando que o “bêbado” é alguém importante, dotado de capacidades positivas e assim ele adquire dignidade dentro do complexo ritual e esse é o primeiro espelho no qual pode se ver qualquer participante que eventualmente tenha problemas com o consumo de álcool. Uma das cantigas que ajudam a estruturar o ritual e que remete a essa espécie de contradição complementar do Mestre diz o seguinte:

Sibamba

Meu Mestre me chamou
Eu venho trabalhar
Seu Sibamba é beberão
Mas sabe trabalhar
Com seu garrafão de cana
Tomba aqui
Tomba acolá

Se um bêbado pode ser bom trabalhador, a bebida alcoólica não necessariamente precisa ser alcoólica, nem ingerida para ser consumida, o que parece ser contraditório para a lógica racionalista, mas faz todo o sentido dentro da lógica nativa. Nesse sentido, um aspecto importante é o da presença multiversal da bebida alcoólica, isso quer dizer que tal presença não se encontra delimitada a uma substância ou até mesmo à substância alcoólica em si, como a concebemos no sentido laico e mundano. Em primeiro lugar, apesar de atualmente prevalecer o uso do vinho tinto de uva nos rituais, muitas outras bebidas podem ser utilizadas. Em segundo lugar, conforme Melquisedec, o consumo de água com ervas ou ainda o consumo que poderíamos traduzir como “simbólico”, embora perdendo com isso boa parte do sentido atribuído pela expressão “fluído da bebida”, também representam o uso de bebida alcoólica pelo Mestre incorporado no médium.

A bebida na Jurema, que ela deve ser assim, com muita parcimônia para que não haja essa permissão do álcool afetar o mental. O álcool ele passa a ser apenas um indutor quando ele é completado ou somado com essas ervas. Então ele passa ser uma bebida específica. Mas, também, usamos muito vinho. A outra bebida que se usava também era a Genebra, era o vinho de jurubeba. Quando não se conhecia o vinho de uva, era vinho de jurubeba, vinho de caju... e hoje não, hoje tem uma série de vinhos aí que a gente também usa. [...] Mas essa fórmula que eu procuro ver muito claramente é a questão dos cuidados que precisamos ter quando usamos o álcool dentro dos ritos. [...] Nós temos a questão que não é só a bebida em si que é usada no rito da Jurema. Eu conheci Mestres que eles trabalhavam com água e raiz de Jurema numa quartinha. Era a bebida que ele usava na mesa dele. Hum? Às vezes tinha uma raiz de Jurema, tinha raiz de umburana. Ele botava ali, às vezes uma outra erva, eles colocavam ali, então aquela água era a bebida. Ele não usava bebida alcoólica. Porque vai depender de cada forma de trabalhar. [...] A gente sempre orienta que essas pessoas que trabalham com Mestre mais, assim, que gostam mais das bebidas, antes do trabalho colocar a bebida dele lá, firmar, fazer sua firmeza com a cachaça, ou o vinho, a Genebra. Que ele já bebe lá. Que ele vai beber o quê?

É aquele fluído da bebida. É tanto que, quando chega, parece até água. Sai todo aquele futum. (MCR 17/11/2019).

Essa relatividade do álcool parece transitar com desenvoltura no que se refere a possíveis fronteiras com outra substância, a Jurema, não somente porque essa pode conter álcool na sua formulação. Nesse caso, podemos notar que os objetivos de uso estão claros e associados, enquanto uma facilita as incorporações, a outra fortalece o médium, conforme explica meu informante sobre tais substâncias:

Nós procuramos fazer uma dosagem leve apenas para a finalidade, que é abrir esses canais, esses chacras, para que possa perceber melhor essa energia desses espíritos, facilitar as incorporações. Porque a gente precisa compreender que a bebida, quando ela contém o álcool, que na Jurema tem que ser com muita parcimônia esse uso para que ele não possa causar, digamos, a embriaguez, mas apenas fortalecer o médium para que não haja o desgaste físico. Por isso que ela tem que ser em pequenas doses. Só pra manter essa energia em equilíbrio (MCR 17/11/2019).

Cauim, por exemplo, é a bebida alcoólica fermentada tradicional dos índios Tupi e no Culto da Jurema esse nome pode se referir tanto à bebida da Jurema quanto à bebida alcoólica pura, inclusive se essa não for o fermentado de mandioca (Cascardo, 1951). O que certamente dificulta as tentativas de se estabelecer fronteiras rígidas entre substâncias sagradas e profanas, na verdade todas elas fazem parte do complexo de cura da Jurema de Chão em questão. Quando questionado sobre os sinônimos de Jurema tradicionalmente usados, meu informante afirmou serem: Cauim, Jarambada e Vinho de Jurema.

Outro aspecto que demonstra uma aproximação da Jurema com o contexto de festa típico do consumo social das bebidas alcoólicas é revelado pelo depoimento de Melquisedec acerca da prática dos folguedos:

Na Jurema antiga tinha a noite de folguedo, esse folguedo que era equivalente a estas festas que se faz hoje, muito enfeite, muita bebida, muita comida, é tanto que nessa época eles se juntavam, aqueles juremeiros conhecidos ou numa comunidade que tinha aquele juremeiro que cuidava das pessoas, então na noite de folguedo [...] eles abriam a mesa, aí os Mestres vinham só para dizer prosa, dizer loa, beber e fumar, e era dia de diversão para o povo. (MCR 17/11/2019).

Já durante os rituais comumente praticados na Casa, é como se a embriaguez do Mestre embriagasse aos presentes, com seus andares cambaleantes os Mestres Beberrões chegam no terreiro cantando seus linhos e pedindo algo para beber. Assim que bebem começam a conversar e dizer “loas”, que são brincadeiras com situações sérias da vida, e é através dessas loas que transmitem ensinamentos sobre a superação de problemas e a melhor conduta a ser seguida. Os presentes riem e muitas vezes entram no jogo do Mestre saudando-o ou respondendo suas provocações. Esses Mestres demonstram que a despeito de serem beberrões, trabalham na caridade espiritual, por meio de passes magnéticos, cachimbadas e, assim, transmutam os estados de ânimo na medida em que instauram um clima festivo.

Um Mestre bastante presente nos rituais da Casa de Jurema Mestre Carlos é o chamado Zé Bebinho, cuja cantiga diz:

Zé Bebinho

Bebia com meu dinheiro
Hoje bebo se me dão
Eu sou um bebo bebinho
Eu sou um bebo bebão

A cachaça está no copo
O copo tá no balcão
Cachaça e muier bonita
Foi a minha perdição.

Essa cantiga parece informar que o uso desregrado da cachaça e a promiscuidade causam prejuízos a quem os pratica e isso sugere a importância do controle do consumo da substância. Na seguinte fala de meu informante ele explica o *modus operandi* dessa linhagem de Mestres e comenta a referida cantiga:

Ele vai lá, ele vem cá, mas ele tá trabalhando ali, ele tá trabalhando. Ele tá, simplesmente, fazendo a limpeza das pessoas naquela forma de trabalhar. [...] Vai dizer assim: “não, é um bêbado”. A gente não sabe o que é que existe por trás daquele bêbado. Porque nós vemos que tem aquele Mestre que é orientador, é sério, mas já vem aquele que é bem expansivo. Qual é o que as pessoas vão se identificar mais? É aquele que chega assim e as pessoas começam a prestar atenção e ali já vão liberando aquelas energias todas. [...] O Zé Bebinho é outro beberrão. Quando ele diz, olha só: “Bebia com meu dinheiro, hoje bebo se me dão”, porque ele, como espírito, não pode comprar. Antes ele bebia, ele podia pagar, ele comprava a bebida dele. Mas, hoje, quer dizer, só tem um “se me dão”. Então as pessoas é que dão de beber a ele, tá entendendo? Mas você vê que por trás disso tudo existe um Grande Mestre no trabalho, porque quando ele vem e tal, aquela coisa, mas quando ele vai trabalhar, ele se firma como um Mestre Trabalhador. (MCR 11/2019).

Conclusão

Finalmente, podemos chegar ao entendimento de que a despeito dos investimentos simbólicos se concentrarem em torno da Jurema, não há no contexto pesquisado grandes tabus sobre a interação dessa bebida com outras substâncias que fazem parte do seu campo de atuação. A consagração da Jurema não estabelece fronteiras rígidas, ela representa acima de tudo a comunhão com um mundo e como partes desse mundo as demais substâncias se situam numa certa horizontalidade em relação a ela. No interior dessa cosmologia os controles e limites definidos para o consumo do álcool se valem de imagens mundanas e sagradas,

visando uma melhor integração com esse todo e, conseqüentemente, a cura e o equilíbrio dos participantes.

No âmbito da Jurema de Chão do lócus pesquisado, as substâncias psicoativas consumidas durante os rituais são a Jurema, em momentos específicos e somente para os já consagrados, o tabaco por meio dos cachimbos e as bebidas alcoólicas durante a manifestação dos Mestres. Sobre cada uma dessas substâncias recai uma modalidade de controle realizada pelo Estado no contexto do proibicionismo. A DMT ainda hoje é uma molécula proibida pela Convenção Única das Nações Unidas de 1971, o tabaco é regulamentado e seu consumo é coibido por meio de políticas de propaganda que alertam para os seus malefícios e, por fim, o álcool que também é regulamentado, porém não coibido, embora haja proibição de venda para menores de 18 anos. Trata-se de um controle formal que molda de maneira geral as relações com as citadas substâncias, mas o controle social desenvolvido no grupo pesquisado escapa a essa lógica racionalizante estabelecendo seus próprios parâmetros dentro de uma dialógica entre o “pensamento empírico/técnico e racional” e o “pensamento mito/mágico e simbólico” constituindo, assim, um pensamento de unidade na diferença (Morin, 2012).

Finalmente, é possível afirmar que ao tecer relações simbólicas com os psicoativos, o grupo religioso em tela vai revelando mudanças e permanências concernentes à tradição que representa e reproduzindo mecanismos de controle interno, os quais garantem sua autonomia face aos controles externos sem, entretanto, necessariamente negá-los. Sendo assim, esse culto pode ser considerado um espaço de fronteira na “matriz colonial de poder” (Mignolo, 2010, 2008).

Referências

- Assunção, L. C. **O reino dos Mestres: a tradição da jurema na Umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010a.
- Assunção, L. C. A transgressão no religioso: Exus e Mestres nos rituais da Umbanda. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 14, vol.21(1), 2010b, p. 157-183
- Assunção, L. C. A tradição do Acais na Jurema natalense: memória, identidade e política. *Revista Pós Ciências Sociais UFMA V11 N21 jan/jun 2014*.
- Bairrão, J. F. R. H. Raízes da Jurema. *Revista Psicologia USP*. Vol. 14, No.1, 2003, p. 157-184.
- Bourdieu, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre. Bourdieu: Sociologia. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p.122- 155.
- Camargo M. T. L. de A. Contribuição ao estudo Etnofarmacobotânico da bebida ritual de religiões afro-brasileiras denominada “vinho da Jurema” e seus aditivos psicoativos. *Revista Nures*, Ano 10, Número 26, janeiro-abril, 2014.
- Campos, Roberta Bivar Carneiro & Rodrigues, Michelle Gonçalves. Caminhos da visibilidade: A ascensão do culto a jurema no campo religioso de Recife. *Afro-Ásia*, 47, 2013, p. 269-29.1
- Campos, Roberta Bivar Carneiro & Neri, Raoni. Religiões afro-indo-brasileiras e Esfera Pública: um ensaio de classificação de suas formas de presença. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(1), 2020, p. 133-155.
- Carvalho, J. C. de. A criação da comissão nacional de fiscalização de entorpecentes: institucionalização e internalização do proibicionismo no Brasil. *Revista Inter-Legere* n ° 15. Natal: UFRN, 2015.
- Cascudo, L. C. **Meleagro**. Rio de Janeiro: Agir, 1951.
- Eliade, M. **Tratado de história das religiões**. Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- Escohotado, A. **Aprendiendo de las drogas: usos y abusos, prejuicios y desaffios**. Barcelona: Anagrama, 2015.
- Gaspar, Lúcia. **Jurema**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar_es/index.php?option=com_content&view=article&id=1350%3Ajurema&catid=45%3Aletra-j&Itemid=1 Acesso em: 20 out. 2019.
- Gaujac, A. **Estudos sobre o psicoativo N,N-dimetiltriptamina (DMT) em Mimosa tenuiflora (Willd.) Poiret e em bebidas consumidas em contexto**

religioso Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal da Bahia, 2013.

Giumbelli, E. O baixo espiritismo e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n.19 julho, 2013, p. 247-281.

Giumbelli, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 28 (2), 2008, p. 80-101

Hofbauer, A. Dominação e contrapoder: o Candomblé no fogo cruzado entre construções e desconstruções de diferença e significado. **Revista Brasileira de Ciência Política**. N.5, Brasília, Jan-Jul de 2011.

Mignolo, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: SIGNO, 2010.

Mignolo W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 8, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero08/la-opcion-de-colonial-desprendimiento-y-apertura-un-manifiesto-y-un-caso>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Miranda, C. **A Jurema se abriu toda em flor: A luta por reconhecimento do povo de jurema como povo tradicional de matriz afro-indígena**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito da UNB, 2018.

Morin, E. **O método III**: conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Mota, C. N. da. **Jurema e identidades: um ensaio sobre a diáspora de uma planta**. In: Labate, Beatriz. C. & Goulart, Sandra. L. (orgs). O Uso ritual das plantas de poder. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

Ott, J. Farmahuasca, anahuasca e jurema preta: farmacologia humana da DMT via oral combinada com a harmina. In: Araújo W. S. & Labate B.C. (org). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª Ed2. ed.Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Prandi, R. Apresentação. In: ASSUNÇÃO, L. C. **O reino dos Mestres: a tradição da jurema na Umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

Rufino L. **Uma ciência encantada**. 2016. Disponível em: http://www.academia.edu/20079012/A_Ci%C3%Aancia_Encantada.

Tromboni, M. A Jurema das ramas até o tronco: ensaio sobre algumas categorias de classificação religiosa. In: Carvalho, Mr., e Carvalho, AM., (org). **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 95-125.

Recebido em 04/05/2021

Aprovado em 31/05/2021

Artigos

A Degradação e a Autenticidade do Trabalho: Experiências e Significados Desiguais nas Classes Populares e Médias

*Alyson Thiago Fernandes Freire**

*Carlos Eduardo Freitas***

Resumo

Este artigo deriva da pesquisa empírica “Radiografia do Brasil contemporâneo”, realizada entre os anos de 2015 e 2016 junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Abordamos a desigualdade entre as classes sociais a partir da problematização do modo como essas vivem e se relacionam subjetivamente em seu cotidiano e ao longo de suas biografias com o mundo do trabalho. Por meio de entrevistas em profundidade com indivíduos das classes populares e também com integrantes das classes médias, discutimos como as experiências vividas e significados atribuídos ao trabalho apresentam conteúdos contrastantes e profundamente desiguais quanto às formas de inserção, sentido, trajetória e identidade. Sustentamos, no artigo, a tese segunda a qual a esfera do trabalho brasileira se caracteriza, em grande medida, como um domínio de rotinização de experiências de não-reconhecimento, violência e desclassificação social contra as frações mais destituídas das classes populares.

Palavras-chave: Classes sociais. Trabalho. Desigualdade Social. Experiências sociais.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: alyson.freire@ifrn.edu.br

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Doutor pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. E-mail: carlos.kadufreitas@gmail.com

The Degradation And Authenticity of Labour: Experiences and Unequal Meaning in Lower Classes and Medium

Abstract

This article is derived from empirical research “Radiography of contemporary Brazil”, carried out between the years 2015 and 2016 by the Institute of Applied Economic Research (IPEA). We address the inequality between social classes from the way questioning how they experience and relate subjectively in their daily lives and throughout their biographies with the world of labour. Through in-depth interviews with individuals of the lower classes and also with members of the middle classes, we discussed how the experiences and meanings attributed to work have contrasting and deeply unequal content on ways to insert meaning, trajectory and identity. We argue in the article, the thesis which the sphere of Brazilian labor is characterized largely as a routinization domain of non-recognition of experiences, violence and social disqualification against the most deprived fractions of the lower classes.

Keywords: Social Class. Labour. Social Inequality. Social Experiences.

Degradación y Autenticidad del Trabajo: Experiencias y Significaciones Desiguales en Clases Populares y Medias

Resumen

Este artículo deriva de la investigación empírica “Radiografía del Brasil contemporáneo”, realizada entre los años 2015 y 2016 en el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA). Abordamos la desigualdad entre las clases sociales a partir de la problematización de la forma en que experimentan y se relacionan subjetivamente en su vida cotidiana y a lo largo de sus biografías con el mundo del trabajo. A través de entrevistas en profundidad con individuos de las clases populares y también con miembros de las clases medias, discutimos cómo las experiencias y los significados atribuidos al trabajo presentan contenidos contrastantes y

profundamente desiguales con respecto a las formas de inserción, significado, trayectoria e identidad. En el artículo, apoyamos la tesis según la cual la esfera laboral brasileña se caracteriza, en gran medida, como un dominio de rutinas de no reconocimiento, violencia y descalificación social contra las fracciones más desfavorecidas de las clases populares.

Palabras clave: Clases sociales. Trabajo Desigualdad social. Experiencias sociales.

Introdução

Ao longo da história das Ciências Sociais, o trabalho tem sido uma fonte das mais fecundas para estudar e compreender a realidade social. Em particular nas sociedades modernas, o trabalho se tornou um dos domínios mais relevantes e significativos da experiência social. Como escreveu Robert Castel: “há pelo menos dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho” (Castel, 2004, p. 263). Não é por acaso que, como ricamente mostrou o pensamento sociológico clássico, o trabalho seja entendido como uma atividade estruturante do mundo moderno. Sua influência inarredável está, de um modo ou de outro, nas assimetrias e disputas sociais e políticas que o sacodem (Marx, 2013), nos laços sociais que o sustentam (Durkheim, 1999) e nas crenças morais e modos de ser que o singularizam culturalmente (Weber, 2004).

Também a sociologia brasileira tem no trabalho uma das principais chaves para estudar a história, os dilemas e as mudanças sociais da sociedade brasileira. À luz dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores, a ciência social brasileira discutiu tópicos e questões fundamentais, como: o problema do desenvolvimento e seus diferentes padrões, as tensões e imbricações entre rural e urbano na formação nacional, a persistência da desigualdade social, os efeitos subjetivos da mobilidade social, as relações de dominação entre Estado e sociedade, as dinâmicas de poder e desigualdade de gênero e raça, os impactos das mudanças de pa-

drão de regulação do trabalho, entre outros (Verás de Oliveira, Ramalho & Rosenfield, 2019)¹.

No pensamento sociológico contemporâneo, a constatação da importância do trabalho continua sendo validada e atestada². Por exemplo, nos estudos que destacam o inter-relacionamento entre trabalho e os padrões de normatividade e princípios de justiça fundantes da sociedade moderna (Castel, 1998; Boltanski, 2009; Honneth, 2015). Outras pesquisas, por sua vez, exploram o nexo entre as contradições e dilemas da experiência social e subjetiva do trabalho e as reconfigurações econômicas e políticas no mundo contemporâneo (Bourdieu, 1997; Sennett, 2005; Paugam, 2007).

As diferenças e desigualdades de classe também têm no trabalho um campo organizador; por isso, relevante para a sua apreensão sociológica. Com o objetivo de ilustrar empiricamente o argumento macrosociológico acerca da seletividade e da desigualdade constituintes da esfera do trabalho na sociedade brasileira, abordamos, neste artigo, as experiências e sentidos vividos das classes sociais com o mundo do trabalho. Por meio de um conjunto de relatos de vida (Bertaux, 2005) colhido em entrevistas em profundidade com trabalhadores das porções mais destituídas das classes populares³ e

1 Os autores, aliás, realizam um atual e consistente balanço bibliográfico sobre a trajetória histórica da sociologia do trabalho no Brasil, destacando períodos, temas e perspectivas teóricas. Para mais detalhes ver: Verás de Oliveira, Roberto; Ramalho, José Ricardo; Rosenfield, Carla, 2019.

2 A despeito de um breve, mas incisivo, momento de franco questionamento da centralidade do trabalho na vida social (Gorz, 1982; Offe, 1989), sociólogos e outros estudiosos contemporâneos reafirmam, com vigor e originalidade, a importância do trabalho na atualidade (Dejours, 1998; Castel, 1998; Antunes, 2000).

3 No Brasil contemporâneo, estamos nos referindo às frações das classes populares que laboram dentro e fora do âmbito do trabalho assalariado na condição de subempregados, trabalhadores manuais de pouquíssima qualificação e autônomos precários e informais, tais como “flanelinhas”, lavadores de carro, catadores de lixo, carroceiros, “moradores de rua”, empregadas domésticas, pescadores, marisqueiras e pequenos lavradores posseiros, cortadores de cana, arrebanhadores, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Trata-se de trabalhadores de subsistência cuja atividade laboral padece de forte depreciação econômica e social (Figueiredo Santos, 2009 e 2010).

também com integrantes das classes médias⁴, analisamos como as assimetrias de classe se revelam nas formas de inserção, trajetórias, significados atribuídos e experiências diferenciais com o trabalho.

Com isso, esperamos apresentar um diagnóstico sociológico acerca de como trabalhadores de classes populares e médias vivem e se relacionam subjetivamente em seu cotidiano e ao longo de suas biografias com o mundo do trabalho. Seguimos, então, uma finalidade comparativa, que, prestando mais atenção nas frações mais vulneráveis e destituídas das classes populares, ou seja, no trabalho visto de baixo, examina as experiências sociais dos indivíduos das classes médias com o trabalho com o fito de fazer sobressair os contrastes significativos existentes nas formas de inserção, significado, trajetória e identidade.

Os argumentos gerais desenvolvidos no artigo se encontram divididos em três seções. Na primeira, explicitamos algumas informações metodológicas sobre a condução da pesquisa empírica que fundamenta nossa análise. Na segunda, discorreremos, grosso modo, sobre as principais características da formação da esfera do trabalho no Brasil numa perspectiva mais histórica. O intuito é articular um argumento macrosociológico acerca da desigualdade e violência de classe estruturantes da construção e reprodução da esfera do trabalho capitalista na sociedade brasileira. Na terceira e principal parte do artigo, analisamos, de modo mais detido e aprofundado, as experiências vividas com o mundo do trabalho, colhidas e relatadas nas entrevistas. Por

4 Por classes médias, definimos as camadas sociais, na sociedade brasileira, cujas condições objetivas, oportunidades, disposições de comportamento, estilo de vida e trajetória social possuem forte relação com a aquisição e concentração do capital cultural e escolar, sendo esse seu principal capital para a reprodução social (Souza, 2010). Por isso, tomamos como referência também características ocupacionais dos indivíduos e de seus pais: profissionais de ensino superior em funções de alta qualificação no setor privado e/ou funcionalismo público, autônomos especialistas em profissões liberais (advogados, psicólogos, médicos, engenheiros), funções gerenciais especializadas, entre outras.

último, finalizamos nossa análise com uma crítica às noções de “*habitus* precário” e “ralé estrutural” do sociólogo Jessé Souza.

Metodologia e investigação empírica

As análises apresentadas neste artigo devem ser entendidas como um recorte sintético de uma investigação sociológica mais ampla sobre as classes sociais no Brasil. Elas derivam da pesquisa nacional “Radiografia do Brasil contemporâneo”, realizada entre os anos de 2015 e 2016 junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). De modo resumido, a partir da reconstrução do percurso biográfico e da trajetória social de perfis individuais de classes populares, médias e altas, o objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar as disposições de comportamento, os valores e as crenças estruturantes dos *habitus* de classe existentes na sociedade brasileira, examinando as experiências socializadoras em diversos domínios institucionais (família, escola, trabalho, consumo, relacionamentos, entre outros) e seus efeitos diferenciais na constituição das disposições, práticas e adesões (Bourdieu, 2007; Lahire, 2006).

Para os interesses específicos do estudo aqui apresentado e objeto deste artigo, do banco geral de interlocutores e de transcrições dos perfis entrevistados na pesquisa “Radiografia do Brasil contemporâneo”, extraímos uma amostra de 120 perfis individuais⁵ e realizamos uma distribuição e agrupamento dos entrevistados em duas grandes tipologias de classe: “classes populares”

5 Os entrevistados que compõem a amostra foram selecionados nas cidades de Recife (PE) e Natal (RN). Além dos autores do presente artigo, as entrevistas foram realizadas também pelos pesquisadores Andressa Morais e Fábio Liberal. Dois critérios foram considerados na decisão de se trabalhar somente com os entrevistados nessas regiões. Em primeiro lugar, o acesso mais fácil aos pesquisadores responsáveis pelas conduções das entrevistas, o que permitiu discutir com eles acerca do conteúdo das entrevistas e das etnografias. Em segundo lugar, a proximidade com os próprios entrevistados, o que possibilitou aos pesquisadores realizarem retornos ao campo empírico.

e “classes médias”. Orientados por uma concepção sociocultural de classe social, e que toma essa como um construto desenvolvido no processo da pesquisa, reunimos os entrevistados nas tipologias acima com base na identificação de condições e recursos materiais, sociais e culturais relativamente partilhados e comuns, em especial indicadores relativos à escolaridade e à ocupação dos entrevistados e dos pais. Como defendem diversos sociólogos, as condições materiais e recursos socioculturais de existência modelam e condicionam diferencialmente as oportunidades de vida, as experiências sociais, tipos de socialização, disposições de ação, representações e estilos de vida (Weber, 1982; Bourdieu, 2007).

Em relação ao procedimento analítico-interpretativo, adotamos uma abordagem comparativa e multissituada da “experiência vida” (Paugam, 2015) com o mundo do trabalho, interpretada à luz das premissas básicas da sociologia disposicionalista (Bourdieu, 2007; Lahire, 2006), quais sejam: conceber os indivíduos e as classes sociais como agentes constituídos por meio de processos de socialização e examinar como o social e as experiências socializadoras diversas se depositam sobre os corpos dos indivíduos constituindo disposições de condutas, práticas e representações.

Nesse sentido, as experiências e significados desiguais com o trabalho constituem, com efeito, uma via analítica fértil para abordarmos as diferenças e desigualdades sociologicamente relevantes e estruturantes entre as classes sociais.

Realizamos, então, entrevistas em profundidade para acessar os contextos sociais de formação das práticas, crenças e experiências dos agentes das “classes populares” e das “classes médias” com o domínio do trabalho. E, seguindo Daniel Bertaux (2014), lançamos mão dos “relatos de vida” para abordar mais diretamente o tema do trabalho. Em vez da reconstrução da história de vida dos indivíduos em sua totalidade, nos concentramos nas narrativas e relatos acerca de uma dimensão específica de suas

trajetórias biográficas. Isso não significa que, metodologicamente, história de vida e relatos de vida se oponham como procedimentos distintos: como ressalta Bertaux, “não é necessário que uma história de vida seja ‘completa’ para se que possa chamá-la de história de vida” (Bertaux, 2014, p. 261).

Apoiados em ambos os procedimentos, tentamos compreender os modos como as classes vivenciam e significam diferencialmente suas experiências de trabalho. Portanto, enfatizar e colher nas biografias dos agentes os relatos que dão conta de suas interações vividas com o trabalho, os significados atribuídos, os valores, as expectativas profissionais, as situações de conflitos, crises e rupturas, as lógicas de socialização e aprendizagem. Para isso, consideramos fundamental mapear as experiências de socialização e interação nos diferentes domínios institucionais da família, escola e, principalmente, mercado de trabalho para identificar as fontes e condições geradoras de disposições, sentimentos e percepções acerca do trabalho.

A seletividade e a precariedade estrutural da esfera do trabalho no Brasil

Em sociedades de modernização seletiva e periférica (Souza, 2000; 2006), como o Brasil, em que a constituição da cidadania é um processo lento, instável e fortemente desigual, as desigualdades de classe se fazem perceber nos mais diversos contextos de ação. No caso da esfera do trabalho, elas se mostram tanto nas disparidades de qualificação e de rendimentos, nas diferenças de condições laborais, nos deficits de cobertura da proteção legal, nos padrões de transição ocupacional, nas formas contratuais típicas, quanto nas assimetrias de estima e reconhecimento social de atividades e identidades do trabalho.

A pesquisa do sociólogo Adalberto Cardoso (2010) sobre a construção da sociedade do trabalho no Brasil é, provavelmente, o

estudo que, de maneira mais densa e fundamentada, tenta demonstrar o vínculo estruturante entre trabalho, dominação e desigualdade na formação histórica nacional. Para o autor, desde o início, a sociabilidade capitalista e a construção político-institucional em nossas terras se orientaram – e se sustentaram em – por padrões institucionais de dominação e degradação do trabalho.

A escravidão, verdadeiro fato social total em nossa formação social, é a instituição mais importante para compreender a construção e as principais características da esfera do trabalho no Brasil. A herança histórica da escravidão imprimiu sobre o trabalho na sociedade brasileira consequências objetivas e significados muito profundos e duradouros. Ela produziu uma concepção negativa do trabalho manual pesado, uma desvalorização extrema de seus trabalhadores, institucionalizou um padrão de violência na administração da força de trabalho e, por último, legou um grande excedente de trabalhadores pouco qualificados no campo e na cidade, os quais sempre foram vistos com suspeitas e preconceitos quanto a suas capacidades, desempenho e disposição para formas modernas de trabalho (Cardoso, 2010).

Cada uma dessas consequências acima, que possui íntima relação com a escravidão, foi estruturante de aspectos centrais e persistentes da formação do mundo do trabalho nacional, tais como a naturalização do processo intensivo de trabalho para trabalhadores pobres e de menor qualificação, a reiteração da violação de direitos, os baixos rendimentos salariais, a indiferença com as condições laborais de precariedade e insegurança, as desigualdades e discriminações raciais no mercado de trabalho, o inchaço do “setor informal”, entre outros. Esses fenômenos exprimem, além de tendências históricas, os consensos normativos acerca do valor diferencial do trabalho e dos trabalhadores, quer dizer, o seu status de reconhecimento socialmente seletivo e desigual.

Já nas primeiras tentativas de regulação mais formal do trabalho, a seletividade e a desigualdade atuavam como forças organizadoras. Por exemplo, as chamadas “Leis de Locação de Serviço” de 1879 estabeleciam modos diferentes de tratamento para o escravo, o trabalhador livre “nacional” e o imigrante estrangeiro (Gebara, 1986). A lenta e gradual transição do trabalho escravo para o trabalho livre não transformou a hierarquia de privilégios, lugares sociais e preconceitos inscritas na escravidão. Em nome da “liberdade do trabalho”, consagrada pela Constituição da Velha República, os empregadores, nas fábricas, comércios e casas de família, agiam quase como sujeitos soberanos sobre os seus empregados. Seu poder e arbítrio para estabelecer a disciplina do trabalho, isto é, os ritmos de produtividade, a extensão da jornada, os valores salariais, as penalizações e dispensas, eram fortemente assimétricos, coercitivos e não-regulamentados (Prado Junior, 1985, p. 202; Cunha & Gomes, p. 2007, p. 11).

O pós-abolição e a penetração mais incisiva do capitalismo moderno no Brasil resultaram, de fato, num mercado de trabalho livre e capitalista mais concreto e efetivo. Mas, ainda assim, fragmentado, parcial, híbrido e regionalizado. A esfera do trabalho, nas primeiras décadas do século XX, foi construída sob o monopólio de um liberalismo amesquinhado, autoritário e repressivo na relação com o trabalho e com a questão social (Vianna, 1976) – os projetos e ações repressivas contra a ociosidade e mendicância no final do século XIX e contra as greves operárias nas primeiras décadas do século XX, as medidas de expulsão do país de estrangeiros que estimulassem movimentos contra a “ordem pública” são alguns exemplos. Para as elites dirigentes do período, a massa de trabalhadores pobres não possui lugar e valor no projeto de construção de uma nação moderna e civilizada nos moldes europeus. São, antes, um problema social e moral que deve ser resolvido pelo controle e disciplina para o trabalho (Kowarick, 1987).

Sem absorver a força de trabalho disponibilizada pelas novas condições políticas e socioeconômicas, o estabelecimento do

mercado de trabalho livre no Brasil caracterizou-se mais pelo desperdício de mão de obra do que por sua utilização produtiva, principalmente quando enfocamos a população adulta do Nordeste do país, fartamente disponível e ignorada (Furtado, 1977; Barbosa, 2008). Por isso, como destaca o estudo de Alexandre Freitas Barbosa sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, mais impressionante do que a posição diferencial da classe trabalhadora na estrutura social ou sua formação incipiente em nossa história, é, na verdade, o seu reduzido peso funcional – o que, por sua vez, “se coaduna com a existência de uma imensa massa de subproletários” (Barbosa, 2008, p. 246), traço congênito não apenas da construção e dinâmica do mercado de trabalho nacional, mas das contradições sociais e políticas mais profundas e persistentes da sociedade brasileira.

Temos, com efeito, nesse primeiro momento, uma esfera de trabalho fortemente desregulada e marcada pela insegurança socioeconômica para essa “massa de subproletários” e todos mais que dependem do trabalho para sobreviver. A instauração de um conjunto de direitos trabalhistas e sociais a partir dos anos 1930 e 1940 com o período Vargas e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) manteve a seletividade social e sua insuficiente cobertura não foi capaz de alterar significativamente a situação de insegurança socioeconômica do trabalho. Como é sobejamente conhecido, setores rurais e segmentos urbanos que viviam de atividades ocasionais e intermitentes ficaram à margem das garantias sociais e legais dos novos instrumentos regulatórios. O que, na prática, representava que a imensa maioria dos trabalhadores não tinha acesso ao sistema de proteção social. Para os estratos mais vulneráveis e marginalizados das classes populares, a “cidadania regulada” (Santos, 1979) sempre foi, com efeito, um horizonte de difícil assunção.

Desse modo, diferentemente do que ocorreu nas sociedades europeias que experimentaram uma configuração societária em que o mercado capitalista foi organizado e regulado por sistemas

de proteção social e pela “norma salarial”, a sociedade brasileira não seguiu o caminho de uma sociedade organizada a partir do trabalho como fonte de integração e reconhecimento social⁶. As grandes mudanças estruturais na economia brasileira, que têm início na década de 1950, não foram acompanhadas de modificações e orientações legislativas robustas e politicamente fortes para alçar o bem-estar social e o estatuto do emprego e do trabalho ao status de bens coletivos relativamente autônomos, como ocorreu no pós-guerra em muitos dos países da modernidade central (Castel, 1998).

Segundo Cardoso, em termos de empregos, o Brasil sequer foi uma sociedade industrial. Mesmo quando a indústria, setor gerador das melhores ocupações, tornou-se o principal motor de acumulação capitalista nacional, ela não chegou a empregar nem um terço dos brasileiros (Cardoso, 2010, 2013). Somente um segmento restrito de trabalhadores mais qualificados foi que, de fato, desfrutou de posições mais rentáveis, estáveis e com alguma proteção social geradas na esteira da industrialização desenvolvimentista (Guimarães, Agier & Castro, 1995).

A despeito das alterações estruturais e demográficas, o mercado de trabalho brasileiro, em suas tendências mais duradouras e amplas, foi sendo construído com baixo assalariamento, ampla informalidade, elevada rotatividade, hibridismo de formas salariais e não-salarias, uso intensivo e abusivo da força de trabalho

6 Apesar da industrialização e urbanização a todo vapor, até a metade do século XX, o Brasil contava com mais de 50% de sua população composta por analfabetos, e, mesmo com a queda do analfabetismo nas décadas seguintes, a maioria dos trabalhadores ocupados não possuíam sequer o ensino fundamental completo (Ferraro, 2003). A baixa escolaridade entre os trabalhadores pobres urbanos e a escolarização como um bem social quase que exclusivo das camadas médias urbanas foram, durante todo o século XX, uma regra. Em condições de não-universalização e de disparidades de qualidade educacional, o sistema escolar funcionou muito mais como um mecanismo de seletividade e fechamento social do mercado de trabalho para os mais pobres ao assegurar, sobretudo, às classes médias as credenciais educacionais e profissionais habilitadoras do acesso a postos de trabalho mais qualificados e protegidos (Cardoso, 2010, p. 272-280).

e desigualdade de rendimentos (Barbosa, 2008; Cardoso, 2010). Não é fortuito, com efeito, que para alguns analistas a característica histórica central do mercado de trabalho brasileiro seja a de “desorganização estrutural” (Gimenez & Krein, 2016).

O processo de modernização brasileiro, durante a maior parte do século XX, obedeceu a um modelo concentrador de desenvolvimento, uma industrialização insuficiente do emprego e regimes conservadores e excludentes de política social cujas poucas e básicas garantias sociais estavam restritas àqueles inseridos no mercado formal de trabalho (Arretche, 2015). Desse modo, é razoável sustentar que a precariedade é parte integrante da construção do mundo do trabalho nacional, mantendo-se e transformando-se com as próprias alterações nas dinâmicas socioeconômicas e padrões de regulação do trabalho ao longo da história do Brasil. A experiência de precariedade no mercado de trabalho brasileiro pode ser concebida como um fenômeno “estrutural”, persistente e continuado nas vidas produtivas de um amplo espectro de trabalhadores.

Tem-se, então, uma trama que enreda no processo histórico: desvalorização do trabalho manual, um subproletariado brutalizado e permanente, baixo grau de proteção social, restrição de acesso educacional e instabilidade e precariedade das oportunidades ocupacionais para proporção significativa da população brasileira. Conseqüentemente, o produto dessas condições estruturais excludentes da dinâmica histórica e sociológica da esfera do trabalho no país é exatamente constituir e reforçar uma estratificação social profundamente desigual entre as classes sociais e implacavelmente perversa, violenta e injusta para os “de baixo”. Todos esses fatores, somados com a indiferença social quanto à condição de subcidadania dos trabalhadores pobres, fincam, de uma só vez, as principais bases sociológicas da singularidade das classes, da esfera do trabalho e da construção institucional e política no Brasil quanto à questão da desigualdade social.

O mais importante para o nosso argumento é concluir que todas as mudanças sociais, econômicas e políticas que acompanharam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e mais regulado não fizeram da esfera do trabalho uma esfera universal de integração e proteção social e, muito menos, de emancipação para os segmentos mais pobres e destituídos da sociedade brasileira. Historicamente, para milhões de brasileiros, na verdade, as expectativas de recompensas do trabalho reduzem-se a uma luta renhida pela sobrevivência, isto é, obter tão somente o necessário para manter a si e seu grupo familiar vivos (Cardoso, 2010). Nesse sentido, a reprodução social da subcidadania e da “ralé estrutural” (Souza, 2006, 2009) tem, certamente, como uma de suas principais condições institucionais as disposições de seletividade, precariedade e antissocial da construção da esfera do trabalho brasileiro.

Na próxima seção, a análise das entrevistas que realizamos explora exatamente os desdobramentos, no campo dos significados, das atitudes e das experiências subjetivas e sociais com o trabalho, do diagnóstico e da breve reconstrução histórica esboçada acima. Iremos apresentar e discutir algumas experiências vividas dos indivíduos das classes populares e médias que entrevistamos. Nelas, podemos verificar a materialização empírica e prática das contradições que discorreremos aqui em escala macrossociológica com respeito à formação histórica da esfera do trabalho no Brasil, principalmente o caráter desigual das inserções, experiências e significados.

As experiências do trabalho nas classes populares e nas classes médias

A apreensão dos sentidos vividos e das significações que os indivíduos atribuem a suas trajetórias, experiências e dramas pessoais com o trabalho, isto é, a análise em escala microssociológica, é importante tanto para compreender os efeitos objetivos dos

quadros sociais e históricos da desigualdade social e do mundo do trabalho quanto seus efeitos de subjetivação sobre as biografias. Avaliados em seu conjunto, esses efeitos permitem uma relevante perspectiva analítica sobre as vantagens e desvantagens de classe subjacentes à dinâmica social do mundo do trabalho, as quais são, a nosso ver, uma dimensão essencial na reprodução de um padrão institucional de dominação fortemente desigual e excludente como ocorre na sociedade brasileira.

A experiência do trabalho para as camadas populares mais de-serdadas dos capitais econômicos e culturais é marcada pelo signo da precariedade, a qual incide em diferentes registros de sua relação com o trabalho. Não se trata apenas de uma precariedade de origem, derivada de uma socialização familiar deficitária na formação do *habitus* primário necessário às demandas sistêmicas da competição social. Mas de um circuito de experiências acumuladas de precariedade com o mundo do trabalho. Desde a sua inserção precoce (muitos casos ainda na infância e início da adolescência) na atividade laboral, a experiência do trabalho é vivida e sentida como necessidade:

Eu comecei a trabalhar com quatorze. Antes disso com doze, que eu já, até quando eu estudava eu já cuidava dos filhos dos outros, babá, pra qualquer comprar minhas coisinha, né, que meu pai e minha mãe não tinha uma renda boa. Maria, 24 anos, ambulante.

Talvez por conta da necessidade, que não é somente uma urgência material objetiva, mas também uma moral da utilidade, os trabalhadores mais pobres se encontrem imersos biograficamente em “ofícios de fortuna”; o que resulta numa experiência do trabalho descontínua, irregular e fragmentada, intercalada entre períodos de atividades fixas, bicos e desemprego, formalidade e informalidade. Essa descontinuidade, provocada pela alta rotatividade de empregos e ocupações, tem o poder de afetar os vínculos sociais nas mais diversas esferas, família, amiza-

de, trabalho, além de prejudicar os sentidos qualitativos do trabalho em termos de suas especificidades sociais e afetivas para o próprio indivíduo, tornando-o ao invés de um fundamento para laços sociais e para a identidade pessoal, algo mais ou menos descartável e indiferente a esse respeito:

Eu já trabalhei em padaria, já trabalhei em pizzaria, já trabalhei em feira, feira livre, já trabalhei de faxineira, eu trabalho em tudo que aparece. Como eu to dizendo, eu não posso me dá o direito de tá escolhendo em que eu vou trabalhar hoje, não. Apareceu um hoje, eu vou hoje. (Jaciele, 28 anos, Cozinheira Ajudante em marmitaria).

Nesse contexto, ao contrário das primeiras experiências e dos significados atribuídos ao trabalho nas classes médias, os indivíduos das camadas populares que entrevistamos experimentam o trabalho como “simples ocupação” sem valor de “vocação”. As especificidades qualitativas dos empregos e ocupações estão abaixo, em matéria de sentidos e motivações fortes do trabalho, da necessidade e responsabilidade de assegurar a sobrevivência do grupo doméstico. Garantir a sobrevivência, dispor de recursos econômicos mínimos para poder adquirir itens básicos de consumo, no entanto, não se esgota na mera reprodução da vida biológica e material. Essa necessidade da sobrevivência está revestida de senso de dignidade e de mostrar-se respeitável como grupo doméstico, o que é, como veremos mais à frente, ainda mais reforçado por meio de uma “ética do trabalho duro”.

A pressão das urgências materiais – somada aos elementos destacados acima – não se limita a tornar a natureza e a especificidade qualitativa do trabalho uma questão menor e secundária. Ela fragiliza o desenvolvimento e cultivo de atitudes prospectivas em relação ao tempo futuro. Disposição de comportamento, aliás, que possui no trabalho uma pré-condição essencial como atividade que permite abstrair o presente e colonizar o futuro, o qual não é passível de experiência direta.

O peso do presente e da necessidade, do “não deixar faltar nada”, “o ter comida em casa”, não apenas enraíza o foco da atenção temporal na concretude do presente e de suas urgências, mas torna a prática de suspensão de aspirações e projetos individuais futuros uma atitude recorrente na vida dos indivíduos. Assim, planos, metas, sonhos são adiados, abortados e, muitas vezes, esquecidos. O horizonte de planejamento dos indivíduos permanece, em larga medida, atado às carências básicas familiares com alimentação, saúde e moradia. O trabalho desqualificado diante das urgências materiais do presente frustra outras aspirações mais individualizadas dos sujeitos acerca dos seus próprios projetos de vida e subjetividades. Explicando porque desistiu de se matricular num cursinho preparatório para o vestibular, uma de nossas entrevistadas nos contou:

Porque quando eu fui fazer a inscrição, justamente lá em casa tava faltando as coisas. Ai eu disse: mãe, eu vou fazer minha inscrição. Ai ela disse: vá minha filha. Ai minha irmã pegou e disse: ‘Ana, lá em casa não tem nada. Mas mãe num me disse nada. Ela disse: pra não preocupar você, porque você ia fazer seu cursinho’. Ai eu disse: ‘não, não tem isso não. Ai peguei o dinheiro, meti a cara e fui fazer a feira’. (Ana, 26 anos, Empregada Doméstica).

Esse tipo de relação com a temporalidade duramente ancorada às urgências materiais do presente produz um tipo de vivência e experimentação com o futuro da ordem da interrupção e de uma projeção imaginária e vaga a qual nunca se realiza concretamente como o esperado em seus propósitos iniciais e pretendidos. Não obstante a violência social e a dor da frustração emocional da renúncia de projetos individuais, em muitos casos, a abdicação dos planos e projetos, no entanto, não se converte nos indivíduos em um pessimismo e ressentimento em relação à vida. Na verdade, como um conforto diante da impotência atual, o futuro é sempre imaginado como melhor que o presente. Aquilo que não se pode resolver agora se resolverá, de algum modo, mais

na frente. Essa concepção, digamos, mágica do futuro também foi observada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2001, p. 276) quando refletiu sobre a experiência temporal do subproletariado francês dos anos de 1990: “o poder sobre as oportunidades objetivas comanda as aspirações, logo a relação com o futuro”. Para os homens e mulheres “sem futuro”, a promessa de um futuro radicalmente diferente do presente se converte na expectativa subjetiva e uma das poucas esperanças capazes de assegurar alguma sustentação ontológica ao presente e suas míserias (Bourdieu, 2001).

Em contraste com a experiência dos “ofícios de fortuna”, em que as incertezas e mudanças constantes de trabalho impossibilitam o desenvolvimento da “perícia”, quando o que se aprende efetivamente é um “saber-fazer”, mas não uma “expertise”, nos interlocutores das classes médias, por sua vez, por conta do maior domínio do capital cultural e escolar, se verifica ainda a persistência do modelo de carreira, de socialização profissional. Esse proporciona uma ordenação coerente da história pessoal e da própria identidade a partir da carreira profissional numa narrativa mais linear em que o trabalho cumpre papel essencial para uma sensação de continuidade pessoal (Dubar, 1997):

Eu sou publicitário há 14 anos, eu atuo numa agência de propaganda, essa agência eu desde o começo do ano eu estou como sócio, já trabalhei em mais ou menos 14 anos numa outra empresa numa outra agência e desde o final do ano passado eu havia decidido sair pra fazer um mestrado, entre a decisão de já ter decidido sair e outras coisas apareceu a oportunidade de me tornar sócio dessa outra empresa, então desde o começo do ano eu estou atuando no quadro societário da empresa, estou indo para o nono ano (João Paulo, 37 anos, Publicitário).

Em outras palavras, o trabalho funciona como uma fonte de desenvolvimento, avaliação e ordenação da biografia e da identidade pessoal num continuum temporal mais ou menos coeso.

A sensação de continuidade e de crescimento pessoal está intimamente relacionada aos marcos biográficos da carreira e da própria trajetória profissional, assim como ao prestígio social logrado com a qualificação, aumentos na remuneração, bens adquiridos.

Desde o início, capital cultural e conhecimento especializado precocemente incorporados nos jovens das classes médias permitem a esses ingressos mais qualificados no mercado de trabalho. Se é verdade que esses ingressos precoces podem ser, muitas vezes, movidos por uma urgência material repentina, uma resposta a alguma ruptura familiar ou um desejo de independência, o tipo de relação estabelecido com os primeiros empregos se reveste de um caráter experiencial de aquisição de habilidades profissionais almejadas para um amadurecimento profissional ou para a própria independência. Como, por exemplo, no caso do médico e empresário entrevistado que, aos 17 anos quando entrou na faculdade de medicina, começou a trabalhar no ano seguinte como professor de Química, fato que o pai do mesmo não entendia:

Meu pai não queria, não entendia, mas eu ensinava não era por remuneração, nem pra fazer carreira, era para aprender. Aprender coisas como ter liderança, se expressar em público, ter autoconfiança. Eu era um jovem de 18 anos diante de uma sala com vários alunos onde todos era mais velhos do que eu, todos acima de 20 anos de idade. Então, essa trajetória me deu muita maturidade, espírito de liderança, autoconfiança, autoestima, capacidade de elaboração de raciocínio lógico, juízo de valor das coisas... A experiência de sala de aula foi muito relevante para lidar com que iria aparecer na minha vida mais à frente. (Saulo, 56 anos, Médico e Empresário).

Nesse caso, como em outros coletados, as primeiras experiências no mercado de trabalho são vividas como experiências de aprendizado, de crescimento pessoal e profissional e até mes-

mo lúdicas e de prazer. Os primeiros contatos com o mundo do trabalho são contextos de experiência de ativação de disposições individuais específicas, tais como a paixão pelo aprender e disposição à autonomia, que não são percebidas pelos agentes como produto de um treinamento social prévio e diferenciado ocorrido ao longo de sua história de vida e exercido cotidianamente por instituições sobre suas subjetividades, como a família e a escola (Lahire, 2002, 2004). Isso permite aos indivíduos afirmar, precocemente, sua autonomia e singularidade individual através da conquista de trabalhos qualificados temporários, tal como ser professor particular de música ou ensinar línguas estrangeiras:

Com 16 anos, fui professora de inglês na escola centro de cultura anglo americana, lá eu dei aula para turmas iniciantes, adolescentes, adultos e crianças. (...) eu comprei uma moto, não lembro assim, comprei telefone, comprei televisão... foi uma atividade prazerosa que me gerou a possibilidade de fazer outras coisas. (Michelle, 37 anos, Advogada).

Observamos, então, o trabalho experimentado e elaborado como desenvolvimento dos indivíduos e de seu “eu”, isto é, experiência para fomentar tanto sua autenticidade na expressividade pessoal de suas identidades particulares quanto a autonomia na satisfação de necessidades e conquista de status socioeconômico. A autenticidade, na cultura moral moderna, é um importante marcador de autorrealização, senso de vida plena, respeito e reconhecimento social – desejamos ser respeitados por nossas realizações e qualidades “pessoais” e admiramos pessoas que acreditamos ser indivíduos “singulares”, “talentosos” e “diferenciados” (Taylor, 1997).

Esse individualismo denso e ambivalente, a um só tempo expressivista e utilitarista, cultivado, nas famílias das classes médias, desde as primeiras interações da socialização familiar e escolar, proporciona uma apropriação mais apta e afeiçoada dos capi-

tais culturais e econômicos pelos indivíduos das classes médias numa sociedade cada vez mais moldada por formas flexíveis e conexistas de produção e interação (Sennett, 2007; Boltanski & Chiapello, 2009).

Em outros casos, encontramos o adiamento significativo do ingresso no mercado de trabalho, garantido pelo capital econômico familiar, com o objetivo de assegurar o máximo de qualificação educacional na forma de pós-graduação, intercâmbios internacionais, aprendizagem de idiomas, cursos preparatórios para concurso e, também, o autodescobrimento da vocação pessoal. Lucas, analista de sistemas, teve o seu primeiro emprego aos 29 anos, e, até então, nunca teve a carteira de trabalho assinada, como nos narrou:

(...) vivia de bolsa da universidade e da mesada dos meus pais. Eu não precisava me preocupar, sempre tivemos uma boa condição, e, lá em casa, estudar estava em primeiro lugar. Pude aproveitar essa boa condição financeira dos meus pais e a mente aberta deles... Daí viajei para fora, fui aprimorar o inglês, conhecer o mundo e saber o que eu queria para a minha vida. Quando voltei, há uns 8 anos, com mais bagagem e amadurecimento, foi que decidi que iria em busca de emprego, de uma carreira que me fizesse me sentir bem. (Lucas, 34 anos, Analista de Sistemas).

Outro caso emblemático sobre o poder do capital familiar na definição das trajetórias e experiências com o mundo do trabalho é o de Jorge, juiz de direito. Jorge começou sua carreira como técnico na Promotoria de defesa do idoso e da pessoa com deficiência e, em seguida, assumiu um cargo comissionado na Procuradoria Geral do Estado. No entanto, decidiu abdicar de um bom salário, estabilidade e um trabalho em que “aprendia bastante” para poder se dedicar integralmente ao seu projeto de autorrealização: ser juiz. Com orgulho e satisfação, ele nos narra o seu sacrifício e feito – mesmo longa, a transcrição é reveladora dos diversos privilégios de classe que não costumam ser percebidos como tais:

(...) eu tinha pouco tempo para estudar as matérias e temas específicos do concurso para juiz. E, sim, não gosto de cursinhos preparatórios para concursos. Meu estudo sempre foi em casa, sozinho. Então, o que acontecia, eu não tinha tempo, apareciam os concursos, fazia, mas não passava... Isso me desaminava porque eu estava percebendo que não estava me preparando da melhor forma. Então, tomei uma decisão: tenho que deixar o cargo de assessor para poder ter mais tempo de estudar. (...) pedi exoneração, inclusive o de técnico judiciário, que passei assim que terminei o curso de Direito em 2003... Como poupava parte do meu salário, junto com a ajuda dos meus pais, aluguei um flat, e usava o dinheiro para pagar o aluguel e custear as outras despesas. Fiquei quase um ano lá, estudando, estudando, saía pouquíssimo. Me preparei exaustivamente para passar, e consegui passar na primeira tentativa, depois dos insucessos anteriores. E, cá estou agora. Tive que abdicar de muita coisa, até de um ótimo salário como assessor. Muitos me chamaram de louco na época, mas foi necessário. Abdiquei de festas, de sair com amigos, você tem que saber postergar o que você gosta em pró de um projeto maior de vida. Mesmo com muito mais trabalho do que antes, posso aproveitar, e aproveitar sabendo que cheguei onde queria chegar, fazendo o que eu gosto de fazer. Realização, isso não tem preço. (Jorge, 36 anos, Juiz de Direito).

Mesmo as trajetórias educacionais e profissionais irregulares, e do ponto de vista da mobilidade não-exitosas, como o caso de Wallace, filho de arquitetos, a condição familiar privilegiada opera como uma estrutura de proteção contra a instabilidade e alta rotatividade do mercado de trabalho. Wallace, 35 anos, iniciou e não concluiu três faculdades diferentes, até terminar o curso de Administração. Trabalhou diversas vezes como estagiário, *trainee*, auxiliar administrativo em bancos privados, intercalando com períodos de só estudo para concursos e outros de inatividade laboral. Há quatro anos, por intermédio dos pais, que conheciam diretores de uma empresa, iniciou como vendedor de carros em uma concessionária, assumindo mais à frente o cargo de supervisor de um dos setores de venda de automóveis. Capital familiar e social foram decisivos para salvaguardá-lo dos efeitos deletérios de uma trajetória laboral titubeante e indecisa.

Retomando para as classes populares, o navegar incerto no mundo do trabalho tem outros desdobramentos, e, certamente, mais dramáticos. As primeiras experiências no mundo do trabalho costumam ser, muitas vezes, aviltantes e exaustivas. Como no exemplo de Elaine, que, lembrando seus primeiros empregos, nos contou a rotina árdua e predatória como lavadeira numa lavanderia de bairro de classe média:

(...) era muito puxado, trabalhava, é... Quando eu comecei, comecei à noite. Pegava às dez da noite e largava às seis da manhã. Mas como foi no início que eu entrei, aí tinha dias que eu pegava às dez da noite e só largava no outro dia dez, onze horas do dia. Teve vez já de largar até de uma hora da tarde, tinha dias que eu largava... Então era muito puxado. (Elaine, 31 anos, Desempregada).

A violação de direitos é outra marca das primeiras experiências com o mundo do trabalho. Como, por exemplo, no caso de Ana, que, com 16 anos para ajudar a mãe e a família após o falecimento da avó, começou a trabalhar como empregada doméstica sem carteira assinada. Perguntada sobre sua primeira experiência profissional, ela narra mais uma rotina de uso predatória da força de trabalho pelas classes médias:

Puxado. Porque era tipo como se eu fosse uma escrava. A mulher exigia muito, tinha que fazer de tudo na casa. Assim, como eu não tinha muita experiência, ela queria que eu fizesse muita coisa sem eu ter experiência. Aí eu disse: rapaz, num vai dar certo não porque a senhora é muito exigente, é a primeira vez que eu tô trabalhando, eu não sei de nada, pelo menos a senhora ter orientando, porque eu sou de menor, aí pronto, aí eu pedi mesmo pra sair. (Ana, 26 anos, Empregada Doméstica).

Se o uso predatório do corpo para o trabalho não corrói por completo, por assim dizer, o valor moral positivo do trabalho entre os trabalhadores pobres, o desgaste corporal intensifica a rota-

tividade e inviabiliza o engajamento em atividades de qualificação, as quais poderiam ampliar as perspectivas e oportunidades. Em vários casos, o cansaço por causa do trabalho extenuante foi levantado como razão para abandonar a escola ou não continuar cursos profissionalizantes iniciados.

Como assinalamos, a precariedade das classes populares no mundo do trabalho é agravada pela forma como, no Brasil, a sociedade de trabalho foi construída historicamente. Como bem observado por Adalberto Cardoso (2010), o “padrão fordista de transição escola-trabalho”, tão comum nas sociedades do capitalismo central, não foi a regra da dinâmica institucional da sociedade do trabalho em países como o Brasil. No lugar do padrão fordista de trajetória de vida (nascimento - socialização em família - entrada na escola - entrada no mercado de trabalho), em que há um intervalo temporal relativo entre cada momento da biografia individual, na maioria das classes trabalhadoras precarizadas encontramos a quase **ausência do intervalo temporal**, o que resulta na experiência precoce e concorrência quase simultânea e não-coordenada entre modos de socialização em múltiplos domínios institucionais.

Desde os meus sete anos, por necessidade. Quando chegava em casa não tinha nada, via a minha mãe passando apanhado, minha mãe trabalhou muito pra ganhar um prato de comer, pra dar de comer a quatro filho homi e duas menina, né. Então aquilo ali, eu fui fazendo aquilo, ajudando, indo pra sinal lavar para-brisa de carro, guardar vaga, entregar panfleto (Pedro, 29 anos, Flanelinha).

Foi também na mesma circunstância de viver na rua que Pedro teve suas primeiras experiências de trabalho. E aqui mais um contraste se verifica em comparação com as classes trabalhadoras em regime de vulnerabilidade social nos países da modernidade central, precisamente na experiência da “desqualificação social”. Enquanto que segmentos das classes tra-

balhadoras vivenciam a experiência da desqualificação e da desfiliação social (Castel, 1998) em consequência da crescente precariedade das suas condições de trabalho – subproduto da flexibilização e nova organização das relações de trabalho no capitalismo pós-fordista – a experiência da desqualificação social das frações mais destituídas das classes populares brasileiras não é sentida como “fragilidade interiorizada”, “crise de identidade” (Paugam, 2003, p. 48), consequente da “queda social”, mas muitas vezes como *amor fati*, como adesão ao inevitável e resignação diante de um trabalho árduo e percebido socialmente como sendo sem reconhecimento, mas que, mesmo assim, é necessário realizar:

(...) alguém tem que fazer isso, eu faço, tiro coisa que as pessoas jogam fora, eu dou um fim em coisa amontoada, vou recolhendo, por isso eu tenho um papel na sociedade, muita gente não quer, mas tem que ser feito.... é um trabalho digno. (Sebastião, 58 anos, Carroceiro).

Ou como registrado em outra entrevista:

Trabalhei com carteira assinada por três anos, há 15 que tô nesse ramo e não tenho do que me queixar. O trabalho é pesado, é, porque a gente anda muito, força muito, pega muito peso, mas há 15 anos atrás até agora tô sustentando minha família disso aí. (Paulo, 39 anos, Catador de Recicláveis).

A precarização do trabalho se naturaliza nas aspirações. Não é apenas a percepção de que com o passar dos anos e o avanço da idade as chances de lograr um trabalho assalariado formal diminuem drasticamente, mas o próprio desejo de sair desse mundo em que, para o bem e para o mal, aprendeu-se duramente a se adaptar. Adentrar em um outro universo profissional, com regras e rotinas bastante diferentes, reclama dos indivíduos um aprendizado subjetivo e social que muitos já não estão mais dispostos a realizar:

Vou sair por que? Já estou num ponto, de um jeito, que prefiro tá como estou, já conheço todo mundo, sei o que tem de ruim e o que tem bom. Não dá para mudar mais não. Querer a gente pode até querer, sonhar, é isso, assim (Moisés, 45 anos, Carregador de produtos agrícolas e mercadorias).

O significado da “ética da degradação do trabalho manual” (Cardoso, 2010) é assimilado precocemente nas experiências de desrespeito moral e legal à condição de trabalhador. Se, por um lado, a dignidade moral que o trabalho, mesmo os mais degradados, confere aos indivíduos é preservada, ainda que seja somente para o próprio trabalhador, por outro, a integridade moral sentida individualmente não é, no entanto, garantia de obter dos outros o reconhecimento social esperado pela condição de trabalhador:

(...) parece que tenho uma doença, as pessoas têm medo de chegar perto, de olhar, desviam da calçada, fingem que não vê. Algumas tentam disfarçar no olhar, mas eu não sou doído, vejo, eu vejo que tão com medo, pensando coisa de mim, que sou um ladrão, um noiado, um mendigo.... ninguém pensa que ali pode tá uma pessoa honesta, trabalhando, eu trabalho como qualquer outra pessoa, até mais, mas pra elas ninguém honesto mexe com resto, com lixo, só que elas não sabem que aquilo é lixo pra elas, não pra mim.... (Sebastião, 58 anos, Carroceiro).

Tem muita gente que discrimina, passa pela gente e... tô aqui na rua agarrado com aquilo [carroça de reciclagem] tem mulher que passa bota a bolsa debaixo do braço e abraça a carteira, como quem diz vai me roubar, entendesse... nem ligo. (Sinval, 39 anos, Catador de Recicláveis).

Sebastião insiste em sua honestidade: “tenho a consciência limpa, de que nunca fiz coisa errada, de vagabundo”. No entanto, enquanto erra e vagueia pelas ruas, seu trabalho, assim como sua aparência, lhe credita somente ser notado em termos negativos, como se, em suas palavras, portasse uma “doença” perigosa e contagiosa. Sua autoconsciência acerca da própria honestida-

de como trabalhador e “pessoa direita” que nunca fez nada de errado na vida não é suficiente diante da força da estigmatização moral que a pobreza, a miserabilidade e o trabalho desqualificado lhe impõem como uma verdadeira identidade abjeta e degradada. Assim, a experiência cotidiana do seu trabalho é transpassada pela sensação de vergonha e impotência por sentir que seus apelos normativos sobre sua identidade e caráter são negados e inúteis pela falta de consideração e apreço que seu trabalho suscita e induz nas pessoas.

No relato de outro trabalhador, vigilante terceirizado, encontramos a violência do não-reconhecimento e da desclassificação social, tanto em suas modalidades sutis e blasé quanto em suas formas mais cruas e diretas. As primeiras nas atitudes de indiferença social dos outros, e, as segundas, no rebaixamento moral da sua pessoa e dignidade com base em sua ocupação e emprego quando um “cliente”, exortando e admoestando o seu filho num tom de brincadeira sobre a importância de estudar para ser “alguém na vida”, apontava, sem maiores receios ou pudores, a condição do vigilante como uma prova de fracasso e castigo social:

Já trabalhei em banco, aí então, tem pessoas que tratam bem, e tem pessoas que discriminam, só no falar delas a gente percebe, no banco eu falava com algumas pessoas, elas nem olhavam na minha cara, outras fingia que não ouvia... teve uma vez que uma pessoa ficou brincando com o filho, sobrinho, sei lá, dizendo ‘e aí, fulano, você quer ser vigilante? Você quer ser vigilante?’. Quer dizer que a gente percebe, a gente sabe que não é um elogio que ele tá dando, ele quer é diminuir as pessoas, me diminuir. Isso foi só comigo não, aconteceu várias vezes. (Noel, vigilante, 47 anos).

Por mais que o trabalho, em termos genéricos, constitua fonte moral de estima social e autoestima, os relatos acima expõem a vulnerabilidade da integridade moral e psicológica dos indivíduos que se dedicam às atividades profissionais mais desvalorizadas socialmente. Essas experiências de desrespeito social e

de rebaixamento abalam fortemente nos indivíduos a “confiança emotiva” acerca das próprias realizações e capacidades, pois sentem que ao invés dessas serem reconhecidas como “valiosas”, “dignas” são, na verdade, diminuídas e menosprezadas pelos demais membros da sociedade (Honneth, 2003).

Do mesmo modo, o sentimento de preservação da integridade física também resulta atacado. A exposição da vulnerabilidade e a sensação da própria descartabilidade não são apenas profissionais, isto é, do posto de trabalho que, a qualquer momento, pode ser suprimido, mas, em muitas ocupações, física e da própria vida:

É, né, a gente tá desprotegido na rua, qualquer pessoa pode fazer mal com a gente, é só querer, quem vai ligar? Carro também passa tirando fino da gente, trabalhar a noite que é pior, as pessoas acha que a gente é mendigo ou tá mexendo pra roubar, mas não é não, é um trabalho, tiro meu sustento dele como as outras pessoas fazem. É perigoso sim. (Sebastião, 58 anos, carroceiro).

Para as frações mais destituídas das classes populares, o trabalho revela-se, portanto, como um domínio cujas experiências são marcadas, conforme ilustram nossas entrevistas, pela pressão das urgências materiais imediatas, ingressos precoces desqualificados, alta rotatividade, violação de direitos, uso predatório da força de trabalho e pela desclassificação e desprezo social. Em outros termos, como uma realidade e espaço de miséria, violência social e inferiorização. Em vez de uma esfera de estima social, reconhecimento e direitos, a esfera do trabalho é sentida e percebida como um cotidiano vivido muito mais como rotina de experiências de desrespeito e violência social.

Sob o peso desses constrangimentos, que se enraízam no mais íntimo das sociabilidades e experiências do trabalho, a aquisição e desenvolvimento de disposições de comportamento do produ-

tor útil, tais como a atitude prospectiva, o adiamento da satisfação, a iniciativa individual e a incorporação de conhecimento especializado tornam-se extremamente penosas e infrutíferas. Afinal, os sentimentos e afetos quanto à segurança da integridade pessoal, autoestima e autoconfiança, os quais são, de fato, verdadeiras e vitais pré-condições para a incorporação daquelas disposições, são fortemente abalados. O cultivo de uma autorrelação prática e subjetiva positivas e mais autônoma do indivíduo consigo próprio é, por conseguinte, corroída. Em suma, a esfera do trabalho é, então, vivenciada como esfera de não-reconhecimento, uma esfera de desrespeito à dignidade, à individualidade e ao corpo dos trabalhadores pobres.

As condições situacionais de variação do sentido do trabalho

Como se trata de trabalhos que exigem muito fisicamente dos indivíduos, esses não são somente a prova da sua disposição, sua força, resiliência e coragem diante da vida e suas agruras. As adversidades e a aspereza das condições de trabalho são sentidas como prova da dignidade de um homem ou mulher. A disposição do corpo para suportar rotinas duras assume o caráter de uma prova moral da própria dignidade pessoal. É, a um só tempo, um recurso de autolegitimação e um apelo ao respeito social. A aceitação do sacrifício diário do corpo busca exprimir e demandar um lugar digno na ordem social, julgado como de direito e merecido enquanto homem e mulher “honesta” e “sem medo de trabalhar”:

Não tem isso de chuva, sol, dia, noite, doença não. Trabalho é trabalho. Já fui trabalhar doente, acabado, nem me aguentava em pé direito, fui pra feira ajudar pra descarregar as mercadorias, montar as bancas, carregar, ficar olhando para ninguém levar, roubar... É ruim, né fácil não, o enfado fica maior ainda, dói o corpo todo, sabe, porque trabalho em feira né

fácil não, é pesado, é duro, é sair de madrugada, escuro, no sereno, pegar no pesado para montar e tirar as coisas e fica lá no sol quente, na rua, em pé, de um lado pra outro. Né todo camarada que aguenta rojão desse, mas é isso, não tem, quem precisa, precisa, que não tem medo de trabalho é isso, tem que tirar força e ir. (Jaime, 35 anos, ajudante em feira).

O “trabalho duro” é uma orientação moral bastante forte, significativa e mobilizada em diversas situações e para diferentes fins. Ela integra, pode-se dizer, um “*ethos* de autossuperação e autossacrifício” na relação com as adversidades da vida, que são enquadradas interpretativamente, muitas vezes, como “provação” do caráter e da resiliência pessoal, e que encontra no trabalho árduo e doloroso um contexto de articulação favorável para a materialização desses significados morais. Nas classes populares, suportar e enfrentar a severidade da vida é concebido como uma virtude moral, uma prova da força do caráter.

Chamamos de provação porque é através dela que tenta-se construir e afirmar um senso de autoimagem positiva diante dos grupos familiares e de vizinhança, assim como, também, é à “dignidade do trabalho duro” que se recorre contra as atitudes de conformismo e resignação fatalista. Em situações de interação social em que relações hierárquicas predominam, ser um trabalhador disposto e resistente é mobilizado como uma espécie de “escudo moral” contra as experiências de desrespeito social e os estigmas inferiorizadores que os indivíduos dos setores populares urbanos costumam enfrentar, muitas vezes, no mercado de trabalho formal e com a burocracia estatal.

Em nossas entrevistas com os trabalhadores pobres, a referência à identidade moral de “trabalhador sério e sem moleza” supera as menções e percepções de identidade profissional. Essas foram raras. A semântica da necessidade e da autossuperação martirizante do corpo parece sobrepular, em larga medida, o discurso de pertencimento a um grupo profissional específico. Na experiência do trabalho das camadas populares, dignidade,

necessidade e autossacrifício do corpo se imiscuem e formam o pano de fundo moral em que sua prática cotidiana e identidade como trabalhadores ganham significado, vitalidade e coesão.

(...) até levantar algum dinheiro é muito chão que você anda, dói bastante no final do dia... a vida sem dinheiro é difícil, é um dinheiro que voa logo, pra comer dois, três dias, e volta de novo pra rua, pra carroça, catar, aí você adocece e tem que ir assim mesmo porque se não vai ficar doente em casa de barriga vazia, é pior.... tudo eu faço a pé ou na carroça, sol na cabeça, cansa muito.... e isso só piora a sua cara, né?! As pessoas pensa ainda pior sobre a gente, porque vê nossa cara de doente e de fome. É duro trabalhar, é castigado, só quem é é que sabe, né pra todo mundo não, viu?! (Sebastião, 58 anos, carroceiro).

Assim como a oposição trabalho/delinquência e a provisão familiar são referentes centrais no modo como os trabalhadores pobres articulam suas definições morais de respeito social, caráter e honestidade ancorados no trabalho (Zaluar, 1985), também o sacrifício do corpo e a autossuperação física exigidos pelo trabalho desempenham papel estruturante na elaboração de autoimagens positivas de si mesmos como “pessoas direitas”, que possuem “força de vontade”, “coragem” para cumprir suas obrigações e viver dignamente. Embora essa “ética da autossuperação e do autossacrifício do corpo pelo trabalho” seja mais atuante nas frações mais estáveis e ascendentes das classes populares e trabalhadores, os chamados “batalhadores” (Souza, 2012), as frações mais destituídas e vulneráveis também a mobilizam, mesmo com trabalhos irregulares, o que mostra que elas operam sentidos de justiça e moralidade acerca da autoidentidade, do trabalho e da vida. Ainda que mais frágil, a sacralização do trabalho como fonte de virtudes morais para os indivíduos não é, de modo algum, ausente do horizonte valorativo das frações socialmente mais desqualificadas das classes populares.

É importante ressaltar que a relação instrumental com o trabalho também não está ausente nas classes médias. No entanto, a

instrumentalidade do trabalho está a serviço de elementos pessoais da individualidade. Ou seja, mesmo indiretamente o trabalho contribui para o sentimento de autorrealização.

Não era vocação, é que trabalho para mim, partindo mais para o lado pessoal agora, era só um meio de me garantir recurso, para eu poder fazer as coisas que eu realmente gosto. (Morgana, 34 anos, Técnica Veterinária do Ministério da Agricultura).

Nesse ponto das relações subjetivas com o trabalho, as classes médias se apresentam como uma realidade extremamente contrastante com o universo dos mais destituídos das camadas populares e sua relação com o trabalho. Enquanto nessas últimas o trabalho é vivido como necessidade e martírio do corpo, e os sentimentos de autorrealização estão ligado à “provação do caráter” pelo trabalho duro, em alguns indivíduos da classe média, por sua vez, encontramos o sentimento da autorrealização pessoal na atividade profissional mais ligado à marca, ao reconhecimento e à contribuição da própria individualidade:

Certo, eu tenho a imensa sorte de poder trabalhar com o que eu gosto, não é todo mundo que consegue, (...), muita gente tem um sonho e vai tentar e vai ter que fazer uma outra coisa porque às vezes não dá certo, eu tenho realmente a graça agora de conseguir trabalhar com o que eu queria estar fazendo, dando aula de música e tocando, então a maior satisfação, a maior satisfação que eu poderia ter, é realmente, posso dizer, estar fazendo o que eu tô fazendo, é tocando com os meus melhores amigos nos finais de semana e conseguindo formar gente, formar opinião, de pessoas que me procuram e que acham que o que eu tenho pra passar é valioso (Frederico, 33 anos, professor de música).

(...) eu acho que eu consigo deixar algo de meu lá, eu consigo ver, eu consigo por em prática as minhas ideias, em meio às dificuldades que se tem, eu vejo a materialidade, um projeto que chegou a ser finalista a nível nacional, as pessoas que eu já ajudei estão trabalhando, saíram do desemprego,

adolescente que estava em situações de medidas socioeducativas, por causa de um ato infracional e hoje tiveram outro rumo, são pais de família, é... estão trabalhando de carteira assinada e hoje me param na rua e falam “poxa, brigado”, às vezes me trazem até presente, então isso, essa materialidade de eu ver que tem algo de meu ali, concreto no trabalho, realmente me “gratifica” muito. (Paulo, 29 anos, Psicólogo).

Porém, a coerção das urgências materiais mais imediatas não significa que ideais de autodeterminação não façam parte do horizonte de expectativas subjetivas dos indivíduos das classes populares. Em alguns perfis individuais de baixa renda encontramos aspirações de autenticidade represadas em decorrência da urgência material, como o caso de Wilson, assistente de serviços gerais numa universidade e que sonha com o reconhecimento como escritor enquanto luta pela sobrevivência material e com as cobranças familiares e dos amigos para deixar de lado os “sonhos e delírios” de autenticidade e se adequar às “regras do jogo”, isto é, ao senso de responsabilidade com as atividades sociais de produção e reprodução da vida diária (trabalho, casamento e família).

Repensando a precariedade para além do “habitus precário” e da “ralé estrutural”⁷

Nos últimos quinze anos, a literatura científica sobre desigualdade e classe social experimentou um renovado interesse analítico por parte dos cientistas sociais brasileiros. Não somente observou-se o retorno do interesse para a questão da classe so-

7 Nossa interlocução crítica com Jessé Souza considerou apenas os escritos entre os anos de 2000 e 2010. Essa “primeira fase” da obra de Souza pode ser subdividida em dois momentos: um mais “teórico-sistemático” (“A modernização seletiva” [2000], “A construção social da subcidadania” [2003] e “A invisibilidade da desigualdade brasileira” [2006]), e um outro momento mais “empírico-aplicado” de sua teoria sociológica (“A ralé brasileira” [2009] e “Os Batalhadores” [2010]). Não consideramos os escritos posteriores em nossa discussão – publicações a partir da “A tolice da inteligência brasileira” [2015] – porque entendemos não haver mudanças e inovações teóricas significativas nos conceitos aqui tratados.

cial, como também ocorreu acalorado debate acerca dos melhores meios conceituais de definir a classe social (Souza, 2010; Pochmann, 2012; Scalon, Salata, 2012). E naquele cenário de debate acadêmico que animou a primeira década deste século, Jessé Souza foi um dos nomes que se destacaram na teorização sobre as classes sociais, principalmente depois que publicou “Os Batalhadores Brasileiros” (2010) e rivalizou com Marcelo Neri (2008) acerca da melhor definição a ser utilizada para qualificar segmentos das classes populares que experimentaram na primeira década deste século melhorias significativas em seus padrões de vida material (Yaccoub, 2011). De fato, desde 2003 – ano de publicação de “A construção social da subcidadania” – Souza vinha acumulando seguidas investigações teóricas e empíricas sobre a especificidade da desigualdade brasileira e chegou a formular e desenvolver uma teoria da análise de classe que ele mais considerava adequada ao caso brasileiro (Souza, 2003, 2006, 2009, 2010).

Tal como pensado por Jessé Souza (2003), a diferença entre classes sociais não se restringe apenas às condições materiais de existência, mas sobretudo pelo *habitus* de classe. Insatisfeito com as interpretações “economicistas” da classe social – seja aquelas centradas na “renda econômica”, seja aquelas que salientam a relação entre capital-trabalho (marxistas) – Souza procurou desenvolver uma abordagem “sociocultural” de classe que também se apresentava como uma possibilidade de superação de pares de oposição clássicos das Ciências Sociais (materialismo/idealismo, estrutura/ação, economia/cultura, ideias/práticas). E, para ele, a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu se apresentava inicialmente com o melhor ponto de partida teórico para o desenvolvimento renovado do conceito de classe social que fosse ao mesmo tempo teoricamente sensível às exigências metateóricas da teoria social contemporânea e também aos dilemas da modernidade tardia.

Porém, Souza também acreditava que não bastava transplantar o conceito bourdieusiano de *habitus* de classe ao contexto brasileiro, mas se fazia igualmente necessário revisá-lo e recontex-

tualizá-lo ao ambiente cultural e institucional específico da modernidade periférica (Souza, 2003, p. 153-188; 2006, p. 23-54). Souza então desenvolveu uma atualização sistemática da teoria do *habitus* a partir de uma síntese teórica entre Pierre Bourdieu e Charles Taylor, na qual formulou um esquema conceitual tripartite de *habitus* (*habitus* primário, *habitus* secundário e *habitus* precário) de modo a torná-lo mais operacional na aplicação e análise de classe no contexto específico das sociedades de modernização periférica, a exemplo do Brasil (Souza, 2003, 2006).

Neste trabalho, compartilhamos da tese de Jessé Souza segunda a qual as classes sociais definem-se, também, por uma gênese sociocultural, isto é, pela produção social de indivíduos e *habitus* a partir de estímulos, experiências, práticas e valores vivenciados, transmitidos e incorporados no transcurso da socialização. As classes sociais, como demonstram suas mais diversas pesquisas empíricas, têm a ver com a produção de modos de ser e pensar, os quais, numa sociedade desigual, são, com efeito, também desiguais, originando indivíduos e *habitus* diferenciais.

No entanto, com base nos dados de nossa experiência etnográfica com interlocutores/as das classes médias e populares do Nordeste, percebemos que Souza adotava um certo primado equivocado da socialização familiar como “agência institucional” decisiva dos destinos sociais das classes brasileiras. Sua dedução dos “*habitus* de classe” a partir de um único âmbito de socialização dos indivíduos, como no caso da noção de “*habitus* precário” (Souza, 2003), se fecha na socialização familiar.

De fato, há razões igualmente teóricas e empíricas para não aceitarmos mais esse tipo de explicação exclusiva que busca apreender os “*habitus* de classe” a partir de um único âmbito de socialização dos indivíduos. Tal redução incorre numa unidimensionalidade que perde de vista as interdependências e a multidimensionalidade do mundo social contemporâneo, logo, a heterogeneidade e complementaridade das condições e expe-

riências que produzem, consolidam, ativam e inibem as disposições de comportamento nos mais diversos contextos e regime de práticas (Lahire, 2002).

Souza (2006, p. 36-37) acerta na crítica ao limite “contextual” de aplicação da análise bourdieusiana das classes sociais. As diferenças histórico-institucionais entre as experiências de classes em sociedades como a francesa e a brasileira são cruciais e não podem ser ignoradas. Na primeira, se construiu um consenso normativo generalizado sobre a noção de dignidade humana e que se encontra “materializado” no *Welfare State*. Ao passo que, na segunda, somente a partir da “Constituição de 1988” ensaiou-se uma versão de políticas de cidadania típicas do *Welfare*. Porém, curiosamente, Souza ignora que a mesma ausência do Estado de Bem-estar Social também explica o caráter dilatado e transinstitucional da experiência de precariedade das classes populares numa sociedade como a brasileira, fenômeno esse também observado e demonstrado (numa escala *macro*) por Adalberto Cardoso (2010, p. 272-273) quando ele destaca a ausência de um “regime de transição escola-trabalho” ou a inexistência do mesmo “padrão fordista de trajetória de vida” encontrado em sociedades do Atlântico Norte.

Nesse sentido, a discussão sobre a produção do “*habitus* de classe” somente faz sentido, em todo seu alcance e potencialidade analítica, se articularmos as experiências do trabalho em suas relações de interdependência com as experiências socializadoras e as condições objetivas de outras esferas sociais, como a família, o sistema escolar, o consumo e lazer, e os regimes de práticas diversos que as constituem. Em “Os Batalhadores Brasileiros” (Souza, 2010), Jessé e os demais autores abrem o modelo e suas pesquisas para a influência e os efeitos “disposicionais” da socialização religiosa, de corte principalmente “protestante”. Porém, não avançam além dela e, mesmo assim, a tomam como uma espécie de “*habitus* secundário corretor”, isto é, capaz de dotar o indivíduo das disposições planificadoras e racionais que

faltariam à ralé e ao seu “*habitus* precário”.

Em outros termos, Jessé Souza acaba por construir um quadro demasiadamente homogêneo do comportamento de cada classe social. Essa homogeneidade fica evidente, por exemplo, quando ele interpreta as classes populares como destituídas de “disposições expressivistas”, isto é, orientadas exclusivamente por uma ética da necessidade ou da dignidade. De fato, se considerarmos o comportamento das classes populares apenas no domínio prático do trabalho sob um ângulo mais geral, acabamos concordando com a tese de Souza. No entanto, quando observamos os mesmos perfis individuais das classes populares em outros contextos de ação, ou mesmo se incluímos um corte etário, geracional ou de atividade laborativa, descobrimos que suas disposições são mais heterogêneas do que se imagina.

Com efeito, seria mais sensato considerar que, em geral, as disposições expressivistas não são ativadas no contexto do trabalho, mas que podem se fazer presentes em outros domínios da ação, tais como o consumo, o lazer e as sociabilidades de amizade. Isso ocorre porque é o contexto situacional do trabalho precarizado e desqualificado que ativa apenas as disposições éticas mais utilitárias. Por causa da urgência material, muitos perfis das classes populares não conseguem vivenciar plenamente suas aspirações de autenticidade, o que não significa ausência de moralidades e ideais de boa vida. Mais, a precariedade fragiliza absurdamente a liberdade de autodeterminação, isto é, o contexto situacional de precariedade do trabalho constrange fortemente as possibilidades de agir em conformidade com o ideal de autenticidade.

Ao contrário da concepção “monosocializada” do *habitus* precário de Jessé Souza e colaboradores (2009), que tem na “socialização primária original” da família sua exclusiva fonte geradora das disposições responsáveis pela precariedade, propomos, seguindo a perspectiva teórica de Bernard Lahire, um entendi-

mento “multisocializado” do *habitus* precário, o qual deve ser entendido, a nosso ver, de maneira mais processual, e, além do mais, formado, reforçado e retroalimentado por múltiplas inserções malsucedidas e fragilizadas com as instituições, tais como escola e trabalho. É por essa razão que não utilizamos diretamente o conceito de “ralé estrutural”. A nosso ver, esse padece dos mesmos deficits sociológicos e da unidimensionalidade que a concepção e abordagem de Jessé Souza sobre o *habitus* precário.

Nesse sentido, acreditamos que uma maior ênfase na sociologia à escala individual de Bernard Lahire abre a possibilidade de analisar as classes populares sem reduzi-las a negatividade disposicional e a ausência de capitais. Mais, a “precariedade disposicional” para a competição social pode ser agora entendida como se processando para além de uma única e exclusiva esfera institucional (a família), envolvendo, na verdade, um circuito de socializações múltiplas (Lahire, 2002) e simultâneas. Essas são definidas por socializações e institucionalidades precárias e anômicas que se reforçam e se retroalimentam, resultando numa acumulação de desvantagens e dificuldades diposicionais e estruturais para os indivíduos e famílias das classes mais empobrecidas e destituídas brasileiras.

Considerações finais

As trajetórias e experiências individuais e familiares de homens e mulheres na esfera de trabalho discutidas neste artigo refletem, de maneira contundente e, por vezes, visceral, os vínculos com a problemática da desigualdade e das classes sociais, principalmente a vulnerabilidade social e moral dos indivíduos das classes populares na relação da vida com o trabalho. Mais ainda: como as condições e contradições das realidades objetivas e subjetivas das classes e da desigualdade social estão incorporadas nas experiências vividas dos indivíduos e nos significados que esses atribuem ao trabalho, expondo a luta incessante e

inarticulada pelos recursos materiais e simbólicos de estima e reconhecimento social.

A partir de uma argumentação macrossociológica sobre a construção da esfera do trabalho no Brasil e da análise empírica das experiências vividas das frações mais destituídas das classes populares com o trabalho, e suas diferenças qualitativas em comparação aos indivíduos das classes médias, tentamos sustentar a tese de que a especificidade histórica e social do mundo do trabalho brasileiro consiste no seu caráter fortemente seletivo e desigual em termos de reconhecimento social, experiências e significados. A construção do mundo do trabalho em nosso país se orientou por um padrão de dominação “antissocial” na sua relação com os trabalhadores mais destituídos e com as suas condições de vida e demandas em geral (Cardoso, 2010). O que torna este domínio da ação social no Brasil uma esfera historicamente produtora de subcidadania e de experiências de desclassificação social, precariedade e violência. Não obstante as importantes inovações institucionais e mudanças de orientação das políticas públicas das últimas décadas (Arretche, 2015), que criaram um suporte social capaz de amortecer, em certo grau, os efeitos mais deletérios da desigualdade, o padrão de subcidadania e desrespeito social persiste.

Seguramente, o mundo do trabalho é constituído por uma pluralidade de mundos. Seria um erro concluir que neste artigo demos conta da totalidade deles, mesmo no universo das classes populares e médias que abordamos. Em especial, as classes populares são compostas e atravessadas por diferentes mundos vividos do trabalho, estruturados também por marcadores sociais como gênero, raça, região e idade. Nossa pretensão foi explorar alguns desses “universos simbólicos e práticos de classe” produzidos e enraizados nas experiências vividas com o trabalho, assim como discutir como essas e seus efeitos se articulam a formas diferenciadas de classificação e desclassificação social dos indivíduos.

Em um momento de fortes mudanças no padrão de regulação do trabalho (Krein, Oliveira & Filgueiras, 2019) e de agudização da vulnerabilidade material e existencial pelas consequências da pandemia da Covid-19, a investigação das desigualdades vividas se impõe como urgência e centralidade na agenda de pesquisa das Ciências Sociais. E, nesse sentido, sustentamos, deve ser movida e impulsionada por uma poderosa e corajosa imaginação teórica e empenho empírico para conhecer, de maneira diversa e profunda, as experiências vividas das classes sociais nos mais diferentes âmbitos da vida, e não apenas o trabalho, por mais estruturante e relevante que ele seja. Certamente, tal esforço investigativo será útil para que atores, instituições e políticas se mostrem à altura da complexidade e da profundidade dos problemas a serem enfrentados. E, desse modo, com sensibilidade e compromisso, possam ver e ouvir as vidas precarizadas e maltratadas pela força dilapidadora de presentes e futuros dos “moinhos de gastar gente” da desigualdade de classe brasileira.

Referências

Antunes, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.

Arretche, Marta. **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo. Unesp, 2015.

Barbosa, Alexandre. **A formação do mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo. Alameda, 2008.

Bertaux, Daniel. **Los relatos de vida: una perspectiva etnosociológica.** Barcelona, Edicions Bellaterra, 2005.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

Bourdieu, Pierre. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001.

Cardoso, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, FGV, 2010.

Cardoso, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro.** Rio de Janeiro. FGV, 2013.

Castel, Robert. **Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

Castel, Robert. As armadilhas da exclusão. In: Castel, R; Wanderley, L. E. W.; Belfiore-Wanderley, M. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2004

Cunha, Olivia Maria Gomes da & Gomes, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

Dejours, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo. Cortez, 1998.

Dubar, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Portugal: Porto editora, 1997.

Durkheim, Emile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Ferraro, Alceu Ravello. História quantitativa da alfabetização no Brasil. In: Ribeiro, Vera Masagão. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INEF 2001.** São Paulo: Global, 2003, p. 195-207.

Figueiredo Santos, José Alcides. Posições de classe destituídas no Brasil. In: Souza, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive.** Belo Horizonte, UFMG, 2009.

Figueiredo Santos, José Alcides. Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v.41, n.3, 2010, p. 24-44.

Furtado, Celso. **A formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1977.

Gebara, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888).** São Paulo. Brasiliense, 1986.

Gimenez, Denis Maracci; Krein, José Dari. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. In: Teixeira, Marilane Oliveira; Rodrigues, Helio; COELHO, Elaine d'Ávila (Org.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade.** São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016. p. 17-33.

Guimarães, A. S.; Agier, M.; Castro, N. A. (Org.) **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec ; Paris: Orstrom , 1995

Gorz, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

Honneth, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Krein, José Dari; Oliveira, Roberto Verás de; Filgueiras, Vitor Araújo (org.) **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP. Curt Nimuedajú, 2019.

Kowarick, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Lahire, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

Lahire, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Editora Vozes, 2002.

Lahire, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Lahire, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia em escala individual. **Sociologias, Problemas e Práticas**, nº 49, 2005.

Lahire, Bernard. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Neri, Marcelo (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FVG/IBRE, 2008.

Offe, Claus. **Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

Paugam, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Portugal, Porto Editora, 2003.

Paugam, Serge. **Le salaríé de la précarité – Les nouvelles formes de b'intégration professionnelle**. Paris, PUF, 2007.

Paugam, Serge. (Org.). **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015.

Pochmann, Marcio. **Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012.

Prado Junior, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Santos, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

Scalon, Celi; Salata, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Soc. Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, 2012, p. 387-407.

Sennett, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. São Paulo, Editora Record, 2005.

Souza, Jessé. **A Construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

Souza, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

Souza, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

Souza, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

Vianna, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Weber, Max. *Classe, estamento, partido*. In: Gerth Hans, Mills Wright (eds). **Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1982, p. 221-228.

Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Yaccoub, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horiz. antropol**. Porto Alegre, v. 17, n. 36, 2011, p. 197-231.

Zaluar, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

Recebido em 07/04/2020

Aceito em 10/05/2021

Ressignificando Bandeiras e Narrativas: Política, Performance e Estética Sob a Ótica dos Movimentos Culturais da Juventude na Cidade de Maceió/AL

*João Batista de Menezes Bittencourt**

Resumo

O artigo busca problematizar os sentidos de “militância” e “engajamento político” articulados por jovens que participam de coletivos e grupos culturais na cidade de Maceió-Alagoas. Partimos da hipótese de que as estratégias de ação política construídas pelos jovens cada vez mais se pautam por aspectos locais e estão conectadas com os desafios enfrentados por esses agentes cotidianamente, o que tem provocado tensões e reconfigurações nas maneiras como se organizam para transformar a realidade social. Os dados que fundamentam esta discussão foram extraídos de três entrevistas e duas incursões etnográficas realizadas no ano de 2018. Se a primeira técnica de coleta permitiu a captura de camadas mais profundas dos sentidos articulados pelos interlocutores, a segunda forneceu elementos para um melhor entendimento das estratégias desenvolvidas pelos coletivos.

Palavras-chave: Juventude. Política. Performance. Estética.

* Doutor em Ciências Sociais. Professor do curso de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: joao.bittencourt@ics.ufal.br

Redefining Flags and Narratives: Politics, Performance and Aesthetics from the Perspective of Youth Cultural Movements in the City of Maceió/AL

Abstract

The article seeks to problematize the meanings of “militancy” and “political engagement” articulated by young people who participate in collectives and cultural groups in the city of Maceió-Alagoas. We start from the hypothesis that the political action strategies built by young people are increasingly guided by local aspects and are linked with the challenges faced by these agents on a daily basis, which has caused tension and reconfigurations in the ways they organize themselves to transform the social reality. The data that support this discussion were extracted from three interviews and two ethnographic incursions carried out in 2018. If the first collection technique allowed the capture of deeper layers of the senses articulated by interlocutors, the second provided elements for a better understanding of the strategies developed by the collectives.

Keywords: Youth. Policy. Performance. Aesthetic.

Redefiniendo Banderas y Narrativas: Política, Performance y Estética Desde la Perspectiva de los Movimientos Culturales Juveniles en la Ciudad de Maceió/AL

Resumen

El artículo busca problematizar los significados de “militancia” y “compromiso político” articulados por los jóvenes que participan en colectivos y agrupaciones culturales en la ciudad de Maceió-Alagoas. Partimos de la hipótesis de que las estrategias de acción política construidas por los jóvenes son cada vez más guiados por aspectos locales y conectados con los retos a los que se enfrentan esos agentes en el día a día, lo que ha provocado tensiones y reconfiguraciones en las formas en las que se organizan para transformar la realidad social. Los datos que sustentan esta discusión fueron extraídos de tres entrevistas y dos

incursiones etnográficas realizadas en 2018. Si la primera técnica de recolección permitió captar capas más profundas de los sentidos articulados por los interlocutores, la segunda brindó elementos para una mejor comprensión de las estrategias desarrolladas por colectivos.

Palabras-clave: Juventud. Política. Performance. Estética.

Juventudes contemporâneas e a emergência da “política-vida”

Os dados apresentados neste artigo fazem parte de uma pesquisa intitulada “Sentidos da resistência juvenil: o cotidiano de jovens na cidade de Maceió/AL e suas relações com a música, a cultura e a política”, que teve início no segundo semestre de 2016. A primeira tarefa foi buscar uma aproximação dos jovens por intermédio das atividades culturais as quais eles organizavam e/ou participavam. Desse modo, passei a acompanhar atividades em diferentes espaços com o intuito de entender as formas de ações desenvolvidas, quais públicos buscavam atingir e quais discursos se faziam presentes nesses eventos. Com exceção de um coletivo que possuía sede fixa, os demais grupos¹ desenvolviam atividades esporádicas em diferentes locais da

1 Inicialmente a pesquisa buscava compreender as ações desenvolvidas especificamente por três coletivos maceioenses: Afrocaeté, Tamanca e NoisQFaiz. O Coletivo Afrocaeté é um grupo formado por pessoas de diferentes idades com o intuito de valorizar e difundir a cultura alagoana por intermédio de ritmos musicais tradicionais como o maracatu e o afoxé. Eles se apresentam como “guerrilheiros culturais”, cuja trincheira “é a valorização e reprodução dos ritmos alagoanos e do patrimônio cultural local, empunhando gonguês, alfaias, agogôs, sequerês e caixas de guerra” (Cf. Manifesto Afrocaeté no blog: coletivoafrocaeté.blogspot.com). O NoisQFaiz é um coletivo formado por quatro amigos cuja proposta é promover e difundir a cultura hip-hop, especialmente a música rap, a partir de iniciativas como festivais musicais com artistas locais e batalhas de rima (campeonatos onde jovens disputam o posto de melhor “rimador” diante de um público que atua como jurado). Já o Coletivo Tamanca, que teve uma breve existência, era formado por estudantes da Universidade Federal de Alagoas com o intuito de debater questões relacionadas às temáticas do gênero e da sexualidade por intermédio de atividades como rodas de conversa e exibição de filmes. Ao longo da pesquisa de campo resolvi direcionar meu olhar para as diferentes atividades de cunho cultural e político ocorridas na cidade, me desprendendo um pouco da atuação específica dos coletivos elencados.

cidade, desde teatros, praças públicas, centros culturais, etc. Em virtude dessa constatação, defini que seria metodologicamente mais adequado “seguir os agentes” (Latour, 2012), ou seja, acompanhar os(as) interlocutores(as) por intermédio da rede de interações que se formava através das atividades culturais realizadas. Passei a frequentar eventos diversos realizados por coletivos ou por pessoas que se organizavam temporariamente com o intuito de promover shows onde suas bandas se apresentariam.

É importante destacar que, usualmente, no caso das apresentações de bandas de rock independente que ocorrem na cidade, especialmente do subgênero musical punk/hardcore², são os próprios membros das bandas que se reúnem para promovê-las, seja fazendo campanhas nas redes sociais para angariar fundos, seja oferecendo suporte técnico para a realização do espetáculo. Precisei abrir esse parêntesis para esclarecer que os eventos etnografados durante a pesquisa nem sempre eram produzidos por coletivos culturais. Ao longo de aproximadamente 15 meses pude acompanhar 8 (oito) atividades e realizar 8 (oito) entrevistas. Ambas as estratégias me forneceram pistas para a compreensão das diferentes formas de “militância” e “atuação política” elaboradas pelos jovens com intuito de confrontar esquemas de dominação responsáveis pela reprodução de violências diversas.

A hipótese inicial que levei a campo compreendia as chamadas novas formas de atuação política juvenil e partia de alguns elementos encontrados em pesquisas desenvolvidas no país (e fora dele) sobre esse fenômeno (Reguillo, 2000; Nunes & Weller, 2003; Mesquita, 2008; Feixa & Nilam, 2009; Mayorga, Castro & Prado, 2012). De forma semelhante a esses autores e autoras, entendo que as experiências juvenis no mundo contemporâneo

² Expressão utilizada para definir a sonoridade abraçada por algumas bandas punks estadunidenses no início dos anos 80. Diferente do punk tradicional que possui um ritmo mais cadenciado, o hardcore tem como marca a velocidade, com canções que geralmente não ultrapassam três minutos. Rapidamente o gênero se popularizou influenciando o gosto musical de jovens nas diversas partes do mundo.

foram e estão sendo reconfiguradas, o que implica modificações nas formas de pensar, sentir e agir desses agentes, e como não poderia ser diferente, a atuação política – que vai das narrativas que dão suporte às lutas passando pela maneira como os jovens se organizam coletivamente para mudar uma realidade – se modificou radicalmente.

Vivemos em um contexto de intensas mudanças sociais, políticas e culturais. Certamente, não se trata de um fato novo, uma vez que a vida social é dinâmica e as relações sociais sempre estiveram em constante transformação. A novidade, penso eu, concordando com autores como Giddens, Lash e Beck (2012), compreende a intensidade dessas transformações. Ou seja, se há dois séculos essas se davam de maneira mais lenta e gradual, atualmente nos deparamos com uma velocidade maior, e isso ocorre em virtude de alterações significativas no tempo e no espaço, decorrentes principalmente do avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação. Como essas mudanças impactam diretamente no processo de construção das subjetividades, estamos presenciando a emergência de novas cartografias juvenis (Mendes de Almeida & Pais, 2006; Rolnik, 2007; Bittencourt, 2015 e 2020) que cada vez menos sofrem influência das tradicionais formas de socialização. Cito o sociólogo português Machado Pais:

Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para retomar tempos depois; encontram um emprego e em qualquer momento se vêem sem ele; suas paixões são como vôos de borboleta, sem pouso certo [...] (Pais, 2006, p. 8).

Apesar de sabermos que não é possível generalizar essas características, pois é imprescindível levarmos em consideração as

distintas experiências sociais dos agentes, o que significa estar atento aos diferentes marcadores, tais como classe, raça, gênero, regionalidade, é inegável que atualmente os jovens gozam de maior autonomia. Quando falamos de autonomia não significa afirmar que eles estão livres dos constrangimentos estruturais, mas, sim, que atualmente possuem uma maior margem de negociação em relação às regras socialmente prescritas, como também dispõem de um maior repertório de escolhas, o que não significa afirmar que “todas as escolhas estão abertas para todos, ou que as pessoas tomam todas as decisões sobre as opções com pleno conhecimento da gama de alternativas possíveis” (Giddens, 2002, p. 80). Se antes o percurso dos jovens até a chamada “fase adulta” compreendia quase sempre um conjunto de rituais bem estabelecidos, como conseguir um emprego, casar, ter filhos, hoje, nos deparamos com uma espécie de adiamento dessa entrada no mundo adulto, e, certamente, isso possui relação com o fato de que o jovem passa a ter mais controle sobre seus projetos de vida. Machado Pais (Ibid) utiliza uma metáfora interessante para balizar as diferentes formas de transição para a vida adulta. Ele aponta que nas décadas posteriores ao pós-guerra essas transições se assemelhavam a “viagens de estradas de ferro”, quando os jovens, dependendo das posições de classe, gênero e qualificação acadêmica, tomavam diferentes comboios com destinos previamente determinados, ao passo que, atualmente, essas transições passaram a ser mais comparadas a “viagens de automóvel”, “onde o condutor pode se valer de diferentes itinerários”. É claro que o sociólogo português está fazendo referência ao contexto europeu, e não é possível afirmar categoricamente que no Brasil essa transição para a vida adulta se expressa de maneira semelhante àquela, contudo, muitas pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre trajetórias juvenis (Novaes, 2006; Dayrell, 2007; Peixoto, 2010) têm destacado esse maior poder de decisão por parte dos jovens, daí não ser absurdo fazermos uso dessa metáfora.

Elemento significativo das experiências juvenis, a militância e o engajamento político também vêm passando por modifica-

ções. Às tradicionais formas de ação tais como a participação em partidos políticos e movimentos estudantis somam-se outras caracterizadas por lutas mais setORIZADAS, em que se mesclam elementos estéticos e afetivos. No Brasil, tem-se falado muito de uma despolitização da juventude, argumento fácil de ser confrontado, pois a crítica se fundamenta em uma baixa adesão dos agentes jovens às formas tradicionais de engajamento, como, por exemplo, partidos políticos. O trabalho “Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo” (2012), organizado pelas professoras Cláudia Mayorga e Lúcia Rabelo de Castro e pelo professor Marco Aurélio Prado, contraria esse discurso pessimista. Os achados confirmam que de fato há um desencantamento com partidos políticos, porém, esse desinteresse não se estende a todas as formas de militância e engajamento. Cada vez mais eles se ligam a organizações com estrutura pouco hierarquizada e com um forte ativismo nas redes sociais. Outra característica importante compreende a multiplicidade de “bandeiras” e de “causas” abraçadas, em que podemos destacar a mobilidade urbana, a divulgação da arte como mecanismo emancipatório, educação ambiental, engajamento em grupos de hip-hop e bandas de rock, etc. Vale destacar que as pesquisas que compõem essa coletânea se voltam para a atuação de jovens com os mais diferentes perfis; no que diz respeito a classe, regionalidade e visão de mundo. Foram ouvidos inúmeros agentes, de estudantes envolvidos com o Passe Livre na região Sul a jovens participantes de grupos de hip-hop na região Nordeste, passando por jovens de sindicatos rurais a jovens que participam de coletivos diversos.

Os coletivos se apresentam como uma das mais importantes expressões dessa nova forma de agir político. Particularmente não gosto dessa dicotomia novo *versus* velho, pois sugere que não existe continuidade entre os modelos de ação, o que não é correto afirmar. Mas, entendo que existem diferenças que precisam ser pontuadas em ambos os registros. Como, por exemplo, o fato de que a ação coletiva já foi mais orientada por parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos, ao passo que, cada

vez mais, ela passa a ser organizada por parâmetros est(ético)-existenciais. Entendo que o despertar do interesse dos jovens por questões que dizem respeito especialmente ao cotidiano mediante o desenvolvimento de práticas com um forte apelo estético faz parte do processo de individualização social que nas últimas décadas se intensificou significativamente. Não se trata de uma individualização no sentido de uma “racionalização da vida”, mas, sim, de um processo decorrente de mudanças na maneira como nos relacionamos com as estruturas, ou de “mudanças na balança nós-eu” como sugere o sociólogo Norbert Elias (1994). O estético, o emotivo, o prazeroso passam a ter um papel decisivo em nossas ações. Sobre essas novas formas de fazer política, a antropóloga mexicana Rosana Reguillo (2003) comenta: “La política en los jóvenes pasa por el deseo, la emotividad, la experiencia de un tiempo circular, el privilegio de los significantes sobre los significados, las prácticas arraigadas en el ámbito local que se alimentan incesantemente de elementos de la cultura globalizada” (p. 115).

Algumas falas dos jovens entrevistados durante a pesquisa reforçaram o argumento do desinteresse em relação às formas tradicionais de engajamento e militância, especialmente aquela desenvolvida pelos partidos políticos.

A gente tinha uma desconfiança com a militância, a gente tinha uma desilusão. Quando eu cheguei aqui nas CS, eu conheci o CA e o DCE, e sei lá, eram pautas assim muito aquém das coisas que estavam acontecendo aqui. Tenho um exemplo para dar. Ano passado aconteceu aquele negócio na vila dos pescadores. Pronto! Estava acontecendo já faz um tempo. E a galera estava panfletando sobre a causa da palestina. E eu pensei: véi, o negócio aqui acontecendo e as pessoas panfletando sobre coisas que estão acontecendo em outro país. (Membro do Coletivo Tamanca, 22 anos).

Nesse comentário fica patente a crítica a um modelo de atuação política que privilegia o universal em detrimento do particular.

Sobre esse imaginário de resistência universalizante, Freire Filho (2007) comenta que ele está ligado a “fermentação de utopias – especulação, fantasias e exercícios de imaginação histórica que vislumbram uma radical alteridade sistêmica” (p. 16), daí a concepção de que existe apenas um grande adversário a ser derrotado, nesse caso, o capitalismo. Além da crítica às pautas desconectadas dos problemas locais, o jovem também se diz incomodado com a postura “reativa” e “homogênea” da militância tradicional³:

Só que a minha conversa não é aquela violenta. Tipo: foda-se! Você está errado e querer enfiar goela abaixo o que eu penso e acredito. Eu tento mostrar as contradições daquilo, tendo uma conversa bem pacífica. Isso é uma coisa que me incomoda nesses movimentos de militância, esse discurso violento, intolerante. E continua: Eu percebo esse engajamento político tradicional com um pensamento muito homogêneo, não sabe lidar com as causas, sabe? Um tipo de pensamento que não agrega a diferença. Eu vejo o Tamanca como um grupo diferente dos outros (...).

É inegável que as críticas dirigidas à defesa do universalismo e à postura “pouco dialógica” da militância tradicional são fortemente marcadas por uma valorização, especialmente por parte dos jovens, de experiências marcadamente performativas e que se voltam cada vez mais para o cotidiano. Reivindica-se uma atuação política que não somente esteja atrelada às diferentes vivências dos agentes, mas também formas de resistências que além de eficazes possam ser prazerosas. A participação em bandas musicais e coletivos culturais permitem que esses jovens possam unir dimensões da vida social que por muito tempo foram percebidas como opositoras, tais como lazer e trabalho, compromisso e diversão, estética e política. Ao ser questionada a respeito da relação entre compromisso e diversão, uma jovem

3 Estou definindo como militância tradicional as estratégias de atuação desenvolvidas por atores políticos como partidos, centrais sindicais e movimentos sociais.

entrevistada, participante de uma banda punk formada exclusivamente por garotas na cidade de Maceió, discorre:

Para mim o feminismo chegou mais pela música, assim. Foi mais pela raiva que eu vi nas músicas, de grupos punks. Foi aí que eu conheci o *Riot Girl*⁴, primeiro eu conheci esse termo, garota rebelde, e depois desse termo é que eu fui ligar o feminismo na música, junto com o feminismo de outras áreas, nas marchas. Um lance bem forte para mim também foi a marcha das vadias, que foi em 2012, eu comecei a pesquisar algumas coisas e ler. A marcha das vadias me ajudou nas ideias e no ativismo também. A minha principal forma de ação dentro do feminismo é mais pela música mesmo.

A música ocupa um papel significativo na vida dos jovens ocidentais pelo menos desde a segunda metade do século XX e podemos afirmar que a importância atribuída à música entre esses agentes ganhou um maior dimensionamento em nosso atual contexto. Podemos atribuir esse fato à gigantesca circulação de bens simbólicos (e materiais) proporcionada inicialmente pela televisão e potencializada pelo surgimento da internet e a consolidação de estilos de vida. A música não é simplesmente a trilha sonora do cotidiano de jovens, ela, cada vez mais, vem definindo as experiências de juventude e se misturando a aspectos da existência que são centrais na constituição das identidades dos agentes. Sobre essa questão, Reguillo enfatiza: “La música representa más que una tonada de fondo; se trata de un tejido complejo al que vinculan sus percepciones políticas, amorosas, sexuales, sociales” (2000b, p. 44). A entrevistada, no

4 O *Riot Girl* foi um movimento político e cultural que surgiu no início dos anos 1990 nos EUA com o intuito de confrontar o machismo presente na cena rock, especialmente na cena punk rock. O termo apareceu pela primeira vez em um fanzine feminista intitulado *Riot Grrrl* produzido por Allison Wolfe, na época membra de um grupo punk chamado *Bratmobile*. Os textos apresentados no fanzine traziam duras críticas à escassa participação de garotas em bandas e apontava a disseminada visão preconceituosa de que “mulheres não sabem tocar tão bem quanto os homens” como uma das grandes responsáveis pela baixa participação feminina nesses grupos.

comentário acima, expõe que se interessou pelo feminismo por intermédio da música, especialmente das bandas vinculadas à vertente *Riot Girl*, e esse argumento diz muito sobre a importância política que ela assume no cotidiano dos jovens. Hall e Jefferson (1976), na famosa obra “Resistance Through Rituals: Youth subcultures in Post-War Britain”, observaram nas práticas dos grupos juvenis ingleses dos anos 1970, especialmente punks e skinheads, estratégias de reação às chamadas formas culturais dominantes, responsáveis pela transmissão dos valores burgueses. Sob a perspectiva dos autores, esses grupos expressavam um descontentamento que possuía relação com a condição de classe vivenciada por eles. Em outras palavras, seria uma resposta estilizada das classes trabalhadoras construída através da música, das vestimentas e das atitudes contestadoras do *status quo* vigente. Se em um primeiro momento todas as atenções se voltavam para as produções culturais que espelhavam posições de classe, atualmente nos deparamos com manifestações que agregam, além dessa condição, marcadores como raça, gênero/sexualidade e etnia.

É importante destacar que não há um consenso entre os jovens, mesmo entre aqueles que vivem em Maceió, no que diz respeito às “melhores estratégias” de confrontação desses esquemas de dominação. Jovens que foram socializados pela cultura hip-hop, por exemplo, tendem a reproduzir de maneira mais incisiva a dicotomia entre cultura e política, como podemos ver neste trecho extraído de uma conversa com um jovem pertencente a uma posse⁵ alagoana:

Quando eu conheci o hip-hop eu conheci a militância e eu percebi que poderia ir bem mais além da cultura hip-hop, porque ela tem uma certa limitação, limitação do ponto de

5 Grupo formado por pessoas ligadas à cultura hip-hop pertencentes a um bairro, estado ou região, e que trabalham com intuito de difundir os ideais dessa cultura, como também promover a conscientização política e a auto-estima da juventude.

vista da discussão, do ponto de vista de atuação também, porque ela é mais uma coisa cultural, ela não é tanto, política em si, em sua essência. Quando a gente tenta trazer a discussão política para dentro do hip-hop, por exemplo, uma campanha política pelo fim do genocídio da juventude... Não há uma unanimidade dentro da cultura hip-hop que essas bandeiras elas têm de ser abraçadas. Porque, acredito que a maioria das pessoas que fazem parte da cultura hip-hop, de alguma maneira, dança break, faz um rap, grafita ou é DJ, elas fazem aquilo ali simplesmente porque gostam, porque sentem prazer e não por conta do discurso, por conta da luta da juventude, da luta por melhoria na qualidade de vida dos moradores da periferia.

É interessante perceber que na fala do jovem há uma divisão clara entre cultura e política. Para ele o hip-hop é um movimento cultural porque a maioria das pessoas que dele faz parte não se engaja politicamente em ações concretas que se voltem para a resolução dos problemas da coletividade. A busca pela experiência estética, pela fruição, é percebida como a principal motivação dos jovens. O discurso apresentado diz muito sobre a formação política de meu interlocutor, que desde os 15 anos de idade milita no movimento estudantil e à época da entrevista participava de uma organização política de esquerda chamada “Juventude Revolução⁶”. Nas palavras de Abramo (1997) “os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos, salvo raras exceções, como o movimento negro” (p. 27-28). A autora comenta que organizações como partidos, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais tendem a desconfiar de manifestações políticas que confrontem as tradicionais formas de atuação, percebendo essas como sintomas de uma despolitização juvenil decorrente do processo de individualização

6 De acordo com a descrição extraída do site www.juventuderevolução.com.br, a Juventude Revolução “é uma organização política de jovens que luta contra a exploração, a opressão e a guerra e pelo socialismo no Brasil e no mundo”. São aderentes da Internacional Revolucionária da Juventude (IRJ) e lutam pelo direito da juventude ter um futuro de verdade sem guerras, drogas e violência.

como tendência social. A crítica da autora se volta de maneira mais incisiva para uma lógica adultocêntrica expressada por esses agentes que desqualificam tais ações como inconsequentes e espontaneístas.

Apesar de o entrevistado não reproduzir o discurso dos atores políticos no que diz respeito à despolitização das práticas juvenis, é perceptível a influência desses no que diz respeito à produção de uma visão cindida e hierarquizada da realidade que contrapõe o simbólico ao material. Mesmo não sendo objeto de análise neste artigo, é importante destacar que, para entender as diferentes narrativas apresentadas pelos jovens sobre engajamento e militância, é fundamental conhecer as diferentes posições sociais ocupadas por eles. Ou seja, mais do que buscar respostas nos processos de formação política, é imprescindível conhecermos as diferentes trajetórias dos agentes. O processo responsável pela construção de discursos e ações políticas que valorizam aspectos performativos e estéticos não se expressa de maneira homogênea sobre todos os jovens, daí não ser possível afirmar que houve uma mudança radical nas estratégias de luta política encabeçada por esses.

Na sequência, apresentarei dados extraídos de incursões etnográficas realizadas em dois eventos organizados por coletivos culturais e organizações políticas na cidade de Maceió, selecionei duas atividades que ilustram de maneira significativa as táticas⁷ coletivas construídas por jovens com intuito de dar visibilidade às suas demandas, são eles: o Slam das Minas e o Festival da Juventude Negra.

7 Utilizo a noção de tática desenvolvida por Michel de Certeau (1998) para definir as ações de grupos que tensionam as estruturas de poder sem precisarem utilizar o recurso do confronto direto com o adversário. A tática é “míope” e “silenciosa”, ela é desenvolvida no terreno adversário e se vale das brechas e das falhas que as conjunturas particulares vão abrindo. É diferente da “estratégia”, que é o lugar do poder estabelecido e cujo funcionamento se dá a partir de um cálculo das relações de força.

Slam das minas: mobilização de mulheres jovens através da poesia ritmada

O evento em questão ocorreu no dia 8 de março de 2018, dia em que se celebra o dia internacional da mulher. Foi produzido por um coletivo de mulheres e teve majoritariamente mulheres jovens como protagonistas. O Slam, também conhecido como “batalha de versos”, é um fenômeno que surgiu em Chicago, nos Estados Unidos, na década de 1980, como manifestação da cultura hip-hop, e consiste em uma espécie de disputa pelos melhores versos apresentados, em que se avalia, além do conteúdo, elementos como métrica, lírica, impostação vocal, coerência com o tema proposto e performance do(a) *slammer*. No Brasil, as primeiras manifestações ocorreram no início dos anos 2000, sendo o primeiro organizado por um coletivo hip-hop paulistano chamado Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, recebendo o nome de ZAP (Zona Autônoma da Palavra). Desde então, os Slams foram se espalhando pelo país e hoje já existem diversas competições regionais. Para celebrar o dia internacional da mulher, ou melhor, para refletir sobre a data, o Ateliê Ambrosina, ONG alagoana que trabalha na promoção dos direitos humanos das mulheres, promoveu no Sesc/Centro o evento “Slam das Minas”. As apresentações ocorreram no terraço do SESC que funciona como uma espécie de teatro a céu aberto, atraindo um grande público de mulheres jovens. Mais do que uma “disputa” por um prêmio (a vencedora representaria Maceió em uma competição regional), o evento tinha como objetivo primordial promover uma integração entre mulheres e problematizar as dificuldades enfrentadas por essas no cotidiano, enfatizando a pluralidade de experiências da condição feminina a partir de marcadores como classe, raça, gênero e sexualidade. O evento teve uma intensa participação de mulheres jovens e negras, seja na condição de protagonistas da “disputa”, seja enquanto público. A todo instante as apresentadoras comentavam sobre a importância de atividades como essas, destacando as dificuldades da inserção feminina nesses espaços decorrentes de uma “monopolização”

masculina. O Slam das Minas se apresenta como uma alternativa às “batalhas de rima”, eventos que ocorrem em maior frequência na cidade de Maceió e cujo público é majoritariamente formado por rapazes⁸. De forma semelhante ao Slam, a batalha de rimas é uma disputa de MC’s (cantore(a)s de *rap*) na qual vence o(a) participante que o público considera ter as melhores rimas. Algumas das críticas elaboradas pelas garotas envolvidas com a cultura hip-hop local compreendem a dificuldade delas se inserirem em um espaço fortemente masculinizado⁹. Parte da performance masculina encenada nas batalhas de rima possui apelo falocêntrico com constantes referências a uma simbologia que atribui à mulher um lugar de inferioridade, algo que é insistentemente destacado pelas *slammers*. Na literatura sociológica e antropológica há trabalhos que problematizam essa baixa incidência de garotas nas chamadas subculturas juvenis, seja porque de fato os homens sempre gozaram de maior privilégio em relação às manifestações vivenciadas no espaço público, seja pelo desinteresse de pesquisadores(as) – muitos deles homens – em problematizar a participação de mulheres nesses espaços. A invisibilidade feminina nesses agrupamentos jovens foi teorizada inicialmente em um texto clássico dos estudos culturais chamado “Girls and Subcultures”, de Angela McRobie e Jenny Gerber, de 1975¹⁰. No artigo, as pesquisadoras afirmam que o fato de a mídia ter privilegiado os aspectos violentos das culturas juvenis,

8 Apesar de não ser um evento restrito à participação masculina, as batalhas que tive a oportunidade de acompanhar durante a pesquisa contaram exclusivamente com a participação de homens jovens.

9 Do ponto de vista das Ciências Sociais, não existe algo que seja essencialmente masculino, uma vez que a ideia de masculinidade ocidental é relacionada a um conjunto de comportamentos apreendidos por seres humanos, ou seja, trata-se de uma formação social, histórica e cultural, produzida numa relação direta com a noção apreendida de feminilidade (Kimmel, 1998; Vale de Almeida, 1995). Quando os(as) interlocutores(as) afirmam que um espaço é “masculinizado”, busca-se transmitir uma ideia de que as pessoas que ocupam esse lugar tendem a reproduzir discursos que reforçam a desigualdade entre os gêneros.

10 Esse texto faz parte da coletânea “Resistance Through Rituals - Youth Subcultures in Post-War Britain” (1976), organizada por Stuart Hall e Tony Jefferson.

fez com que as mulheres se tornassem uma categoria social pouco celebrada pelos teóricos e críticos radicais. No Brasil, apesar de assistirmos nas últimas três décadas um aumento considerável de investigações sobre a atuação de mulheres nesses grupos, ainda temos poucos trabalhos nos campos da Sociologia e da Antropologia, nos quais destacamos as pesquisas de Magro (2003), Weller (2005), Melo (2008), Camargo (2010) e Facchini (2011).

Esse descontentamento não é compartilhado somente por pesquisadores(as). Garotas engajadas em estilos de vida jovem como o hip-hop ou o punk/hardcore também têm se posicionado constantemente em relação aos obstáculos que elas precisam enfrentar para garantir representatividade na cena. Numa roda de conversa dentro da programação do evento Abril Hip-Hop, que aconteceu em Maceió no ano de 2018, pude ouvir o seguinte relato:

Eu gosto, eu gosto muito de estar aqui, mas eu estava questionando o PH (participante da roda de conversa) na hora que estava voltando. Mano, porque toda vez que tem uma troca de ideia ou alguma coisa relacionada ao *hip-hop*, por que só eu de mulher, pô? Eu estou sempre no meio dos cuecas, eu queria que tivesse outras minas aqui, pô, para falar de hip-hop também!

Foi inegável o constrangimento dos participantes da roda de conversa, mas, o público presente, composto em sua maioria por homens, demonstrou concordar com o discurso proferido pela jovem, que também não poupou críticas a uma certa cumplicidade masculina presente na cena hip-hop maceioense.

Existe a diferença entre o elemento e o hip-hop, tá ligado? Porque tem gente que só faz rap, o cara não é do hip-hop. Aí ele: "Ah, eu sou do hip-hop". O quê? é hip-hop? Aí você vai ouvir o som do cara, o cara "comeu" trinta mulheres em um dia só, o cara estava com... que não sei o quê, não sei o quê,

o cara nunca pegou numa espingarda de parquinho, velho. O cara toca o terror nas músicas, pô... esse é o hip-hop que infelizmente é visto. Eu quero trinta mulheres para me bancar, eu sou gostosão.

No trecho, ela faz duras críticas a um rapper alagoano que possui letras de música nas quais as mulheres são percebidas como objetos sexuais e defende que é preciso saber separar o hip-hop dos seus elementos, ou seja, na concepção da jovem nem todas as pessoas que se dizem “rappers” ou “grafiteiros” fazem parte do hip-hop. Participar de tal cultura, sugeriria, dentre outras coisas, uma compreensão mais abrangente da realidade social a qual se encontra inserido, o que significa, dentre outras coisas, ter um olhar crítico sobre as diferentes formas de desigualdade que a população pobre e periférica vivencia. Desse modo, haveria uma inconsistência entre se assumir parte do hip-hop e escrever letras machistas. Durante o evento Slam das Minas, a mesma jovem, que na ocasião fora convidada pelo coletivo Ateliê Ambrosina para atuar como “mestra de cerimônia”, conversando com a plateia e apresentando as “minas” que naquela noite participariam do Slam, também fez duras críticas ao machismo que se expressa nas situações cotidianas. Durante uma performance, narrou o caso de uma garota que fora impedida de fazer uma pixação¹¹ por um homem – que também era pixador. Com uma lata de spray na mão, ela falou: “Por que você não me deixa pixar? Por acaso seu spray é maior do que o meu?”, colocando o objeto no meio das pernas, simulando um pênis, ironizando a defesa do falocentrismo como argumento de superioridade masculina. Ao final da performance, revelou o nome da jovem que sofrera tal sanção e que, para surpresa das pessoas presentes, se encontrava na plateia. Em um lençol branco estendido no muro, foi pixado “A revolução será feminista!”, ação que gerou gritos e aplausos das participantes.

11 Aqui manterei a grafia piXação com “X”, tal como é utilizado pelos adeptos dessa prática em diferentes partes do país. Ver: Pereira, 2018.

A performance - Registro do Slam das Minas (08/03/2018)



Foto: João Bittencourt

Houve um pequeno momento de tensão durante a intervenção artística. O funcionário do SESC que estava de plantão naquela noite ficou incomodado e pediu que a pixação não fosse realizada, pois temia que a tinta sujasse o muro, indicando que as normas do estabelecimento fossem respeitadas. O público não gostou da postura do funcionário e foi ensaiado um coro de “machista! machista!”. Esse fez questão de se retratar, informando que na ocasião ele “não estava representando um gênero, mas, sim, uma pessoa jurídica”. Encerrado esse episódio, a mestra de cerimônias informou que a batalha de poesias entre garotas começaria, porém, antes explicou detalhadamente as regras do jogo, dando atenção especial à atribuição de notas para as participantes. O júri, que também era composto exclusivamente por mulheres, atribuiria seu conceito em folhas brancas que foram previamente distribuídas pela comissão organizadora. Também foi lembrado que não se tratava de uma competição visando construir diferenciação entre as mulheres, e que a atividade ti-

nha sentido de fortalecimento e sororidade¹². Ao final das instruções, um último aviso: o grito de guerra naquela noite seria “Mulheres no topo!”.

As participantes do slam eram em sua maioria mulheres jovens que, provavelmente,¹³ estavam situadas numa faixa etária de 20 a 30 anos, mas também havia mulheres com mais de 50 que apresentaram suas poesias. O conteúdo dos discursos variava, mas todos tinham como foco a condição feminina. Algumas reproduziam estereótipos como “leveza”, “doçura”, “cuidado”, outras versavam sobre a liberdade feminina, especialmente sobre as experiências das mulheres negras, que eram maioria naquela noite. O público reagia às apresentações com gritos e aplausos e em nenhum momento houve vaias, mesmo diante dos discursos “essencialistas”. Durante o intervalo, a Mestre de Cerimônia mantinha a plateia animada, seja contando piadas, cobrando uma participação mais inflamada, seja discursando sobre assuntos sérios, como, por exemplo, o machismo na cena hip-hop local. Em certo momento destacou as diferenças entre o Slam das Minas e a Batalha de Rimas, evento que tem participação majoritária de garotos. “Se um cara quer dizer que o outro não tem uma boa rima, ele chama o outro de “mulherzinha”, “viadinho”, ou tenta menosprezar o adversário dizendo que “pegou sua mina” (Trecho extraído do diário de campo - 08/03/2018). De maneira incisiva falou ao microfone que as batalhas eram machistas, misóginas e homofóbicas, sendo fortemente aplaudida pelo público presente. Durante as apresentações também havia uma forte comunicação entre as slammers e a plateia. Gritos e aplausos surgiam sempre que aparecia uma crítica mais contundente ao machismo ou quando se exaltava a força feminina. O evento Slam das Minas foi extremamente importante para o

12 Trata-se de um conceito bastante utilizado por feministas e compreende uma aliança entre as mulheres baseada em valores como empatia e companheirismo.

13 Utilizo a expressão “provavelmente” porque na ocasião não apliquei um questionário entre as participantes visando a obtenção de uma faixa etária.

desenvolvimento de uma análise mais abrangente sobre os sentidos da resistência elaborados pela juventude alagoana, pois foi possível perceber algumas táticas construídas pelas mulheres jovens para confrontar lógicas de dominação de gênero e raça que visam subordiná-las e invisibilizá-las. A seguir apresento outra importante atividade ocorrida na cidade de Maceió e que nos ajuda a entender a pluralidade das ações juvenis em suas conexões com a música, a cultura e a política: trata-se do evento Festival da Juventude Negra.

O Festival da Juventude Negra e a celebração da cultura periférica

Não faz muito tempo que a periferia deixou de ser percebida nos estudos sociológicos e antropológicos como uma simples formação espacial construída em oposição a uma ideia de centro. No Brasil, os estudos sobre as dinâmicas urbanas e a produção social dos espaços se iniciaram ainda na década de 1970, fortemente influenciados pela dicotomia centro/periferia, como assinalam os trabalhos de Frúgoli Jr. (2005) e Magnani (2005). A aderência de muitos pesquisadores à teoria marxista ao longo dos anos 1970 foi um elemento decisivo para uma leitura crítica da cidade que era percebida como uma variável dependente das determinações econômicas e políticas (Frugoli Jr., *Ibid*). Lúcio Kowarick (1979), um dos grandes representantes dessa perspectiva, defende no livro “A Espoliação Urbana”, que a periferia resulta de um processo que combina acumulação econômica e especulação imobiliária. Desse modo, essa se constituiria como “o aglomerado distante do centro onde passa a residir a crescente mão-de-obra necessária para girar a maquinaria econômica” (1979, p.31). Desde meados dos anos 1990 temos assistido a processos de apropriação e reelaboração do conceito, seja por parte dos pesquisadores(as) que se dedicam aos estudos dos fenômenos urbanos, seja por parte dos próprios agentes que habitam essa territorialidade. Se por muito tempo a periferia fora percebida

como uma espacialidade marcada exclusivamente pela miséria e pela violência, com a ascensão de gêneros musicais como rap e o funk no final dos anos 1980, começamos a assistir à lapidação de uma concepção de mundo que posteriormente ficaria conhecida como “cultura periférica”.

Gradativamente, conceitos como “periferia” e “periférico/a” passaram a ganhar conotações positivas, se distanciando de percepções negativistas, o que não significa dizer que pesquisadores(as) e habitantes dessas especialidades passaram a relativizar os processos de segregação espacial e desigualdade socioeconômica responsáveis por essa formação, mas, sim, que esses(as) passaram a olhar de forma pormenorizada o cotidiano e as percepções elaboradas por suas populações. Quando falamos de “cultura periférica” é quase impossível não fazer referência ao hip-hop, manifestação cultural e política que se tornou símbolo de resistência para muitos jovens moradores de favelas, morros e grotas espalhados pelo país. Os agentes engajados no hip-hop tornaram-se uma espécie de porta-vozes da população periférica, sendo pioneiros na produção de uma narrativa estilizada sobre a periferia. Nascimento (2010) destaca que o movimento de estetização do espaço e do cotidiano implementado pelos indivíduos e grupos que atuam no hip-hop, em suas diferentes expressividades artísticas (música, literatura e artes plásticas), produziu narrativas que, se por um lado, reforçam uma percepção homogeneizante sobre as práticas e problemas sociais vivenciados na periferia, por outro, alarga a percepção sobre as experiências de “ser periférico(a)”, mostrando que, além do enfrentamento das adversidades cotidianas, há também compartilhamento de um *ethos* e formação de redes de sociabilidades.

Apesar do hip-hop e o funk figurarem como expressões artísticas privilegiadas do que comumente é designado de cultura periférica, elas não são as únicas. São muitas as manifestações, especialmente se pensarmos na diversidade existente nas periferias brasileiras. Foi o que pude observar no Festival da Ju-

ventude Negra que aconteceu em Maceió, e que fora organizado a partir de uma parceria entre o INEG/AL (Instituto Negro de Alagoas), a CIA Hip-Hop e a Associação Cultural Sorridente. O evento que havia sido cancelado duas vezes em decorrência de problemas técnicos e econômicos que inviabilizaram a sua realização, finalmente ocorreu no dia 17 de março de 2018. O local escolhido foi a praça Padre Cícero (conhecida popularmente como Praça da Formiga), localizada no bairro Benedito Bentes, o maior e mais populoso bairro da capital alagoana, de acordo com o último censo do IBGE realizado no ano de 2010. O bairro, que possui dezenas de conjuntos habitacionais, também figura como o mais violento da cidade, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas¹⁴. Ao lado da imagem negativa de “bairro violento”, vemos surgir uma outra que confronta essa percepção: a de “polo efervescente da cultura alagoana”. Benedito Bentes é conhecido também por suas expressividades artísticas, que reúne grupos de rap, bandas de rock, grupos de pagode, quadrilhas juninas, grupos de folgado, entre outros, e eu tive a oportunidade de conferir alguns desses artistas em ação no evento que agora passo a descrever.

Cheguei no bairro por volta das 17h40, e de longe já avistara uma pequena aglomeração em um canto da praça, de onde também era possível ouvir um som mecânico tocando rap. Desci do carro e apressei os passos, pois imaginava que já tinha perdido muita coisa do evento, uma vez que ele estava marcado para começar às 15 horas. Ao chegar no local me deparei com alguns rostos conhecidos, cumprimento-os de longe e me dirigi para próximo do palco, onde uma banda se prepara para se apresentar. Enquanto eles afinavam seus instrumentos musicais resolvi caminhar um pouco pelo entorno da praça, e pude notar que, além do público que se concentrava nas proximidades do palco, havia outras pessoas que não estavam “participando efetivamente” do evento: jovens skatistas que faziam manobras

14 Para mais informações ver: <http://seguranca.al.gov.br/estatisticas/>

na pista de skate ao lado, adultos e idosos que se exercitavam caminhando e correndo em volta da praça, crianças acompanhadas de seus pais que brincavam correndo de um lado para outro, o que dava pistas sobre os diferentes usos e finalidades atribuídos ao espaço. A banda começa a tocar e o público se aproxima ainda mais do pequeno palco para interagir com os músicos. A sonoridade era uma mistura de reggae, rock e rap, com letras cantadas em português, cujo conteúdo trazia uma forte crítica social. Muitos skatistas que antes apenas observavam de longe, se juntaram ao público que se espremia na frente do palco para dançar ao som da banda, logo viu-se as primeiras rodas de “pogo”¹⁵. O vocalista, em alguns momentos, descia do pequeno palco para participar da performance com os demais, instigando os presentes a intensificarem o ritmo da dança. Alguns caíam quando se chocavam de maneira mais intensa, mas logo eram levantados pelos outros participantes. Ao final da apresentação, ele agradeceu à organização do festival e ao público, e reforçou a importância de eventos que priorizam a música produzida na periferia. Nesse momento descobri que a banda se chamava Babylon Fia e que se tratava da segunda atração do festival. Findada a apresentação, o mestre de cerimônias, militante do movimento negro e membro do coletivo Cia Hip-Hop, pegou o microfone para discursar. Comentou sobre as dificuldades de fazer o evento em decorrência da falta de apoio institucional e agradeceu ao público participante que tinha ido prestigiar os artistas e celebrar a produção cultural da periferia. Falou que o festival congregava as diversas expressividades da cultura negra e periférica, que não se limitava ao rap ou ao reggae. E na sequência anunciou a próxima atração da noite, um grupo de swingueira¹⁶ chamado Swing Love.

15 Pogo é uma dança presente nos shows de música punk e que se caracteriza por um intenso contato corporal entre os participantes.

16 É uma variante do gênero musical pagode surgido na cidade de Salvador, Bahia. É também conhecido como “pagodão”, “pagode baiano” ou “quebradeira”.

Estava curioso para ver como o grupo seria recebido pelo público, uma vez que havia muitos estudantes universitários, fãs de rap e de rock. Os dançarinos, dois rapazes e uma garota, se posicionaram no centro da quadra esportiva, e rapidamente uma pequena multidão se aglomerou em volta do trio. Quando a música começou a tocar e os dançarinos iniciaram a performance viu-se grande empolgação do público em volta, que cantava as músicas e tentava acompanhar a coreografia. As músicas executadas eram em sua maioria “swingueira” e “bregafunk”¹⁷, ritmos populares nas periferias brasileiras, mas que nos últimos anos passaram a ser bastante consumidos pela população jovem das camadas médias. A dança possuía movimentos sincronizados em que os quadris e nádegas ganhavam destaque, especialmente nos movimentos repetidos pela dançarina. Em um determinado momento eles resolveram interagir com o público, convidando algumas pessoas para participar da performance. Inicialmente, foram trazidos para o centro da quadra aproximadamente uns sete voluntários do sexo masculino: homens adultos, jovens e algumas crianças, que foram colocados de joelho. Quando a música teve início, a dançarina que já estava bem próxima dos participantes, levava o quadril próximo ao rosto deles, promovendo euforia no público. Em seguida, foram as mulheres que ficaram de joelho para que os dançarinos e os convidados reproduzissem a performance, mas apenas duas se voluntariaram a participar. De forma semelhante, eles levavam o quadril próximo ao rosto das garotas. Algumas jovens que assistiam a apresentação ficaram incomodadas com o que viram. Cheguei a ouvir comentários em “tom de reprovação”, tanto pela participação das crianças como pelo papel atribuído pelas mulheres na performance. Apesar do visível descontentamento

17 Subgênero do funk carioca surgido na cidade de Recife no ano de 2011 a partir da junção do funk com o eletrobrega, ritmo bastante difundido em Belém do Pará. É importante destacar que apesar da influência direta do gênero musical paraense, existem especificidades que precisam ser apontadas, como, por exemplo, o conceito de brega, que possui distintas conotações nas diferentes cidades.

expresso nos rostos e nas palavras de algumas mulheres, não houve nenhuma reclamação formal ou algum esclarecimento por parte do mestre de cerimônia. Uma reflexão interessante que pode ser realizada sobre esse episódio diz respeito aos diferentes regimes de moralidade acionados pelos presentes, em que muitos deles eram estudantes universitários e/ou participantes de movimentos sociais (feminista, negros e negras, LGBTQIA+, etc.). O incômodo foi externalizado justamente por mulheres jovens que possuíam ligação com algum desses movimentos. Não consegui perceber um mal-estar generalizado, pelo contrário, algumas garotas davam risadas e aplaudiam a performance. Independente do julgamento que pode ser feito em torno do envolvimento de crianças em uma dança com “apelo erótico”, é interessante notar como as percepções sobre o que é moralmente aceitável (ou não) possuem diferentes nuances em que se misturam condição socioeconômica, escolarização, educação familiar, influência religiosa, posicionamento político, etc.

Findada a apresentação do grupo de dança, chegou a hora da rapper Arielly Oliveira subir ao pequeno palco montado na praça. A jovem artista é um nome de destaque na cena hip-hop alagoana e possui um público fiel, especialmente de garotas. Arielly é uma jovem negra que faz de sua música um veículo de denúncia contra diversas formas de violência, especialmente aquela praticada cotidianamente contra as mulheres. A rapper parecia estar bastante emocionada naquela noite, pois faziam apenas dois dias da morte de Marielle Franco, vereadora do PSOL e militante dos Direitos Humanos que fora assassinada na cidade do Rio de Janeiro. Ao término da primeira canção, ela agradeceu os presentes e recitou uma poesia em homenagem a Marielle, na qual comentou sobre as características que a aproximavam da jovem vereadora, ambas mulheres, negras e periféricas. Arielly expunha que se sentia ligada a Marielle e que mulheres negras em todo país “também foram mortas” naquela noite. Foi um momento bastante emocionante. Era possível ver nos rostos de al-

gumas pessoas as marcas da tristeza. Ao final da poesia, gritou no microfone “Marielle, presente!”, sendo ovacionada pelo público. Logo em seguida apresentou a canção “Ela”, cuja letra expõe os obstáculos enfrentados pelas mulheres em um contexto social marcado pelo machismo e pela misoginia.

Mataram seus desejos
Tiraram seus direitos
Nunca deram respeito
O mundo é desse jeito
Procura a saída
Ter paz em sua vida
Não quer mais ser usada
Não mais, ser estuprada.

As músicas da rapper abordam as diferentes facetas da vida na periferia de Maceió, que não difere muito da realidade vivenciada em outras periferias brasileiras. Canta sobre as mazelas enfrentadas cotidianamente pela população, mas sem perder de vista as resistências, a solidariedade, o senso de comunidade presente nesse espaço. As experiências femininas ganham destaque no conjunto das composições, especialmente a de mulheres negras; suas dores e suas pequenas vitórias no dia a dia. O público que cercava o pequeno palco ouvia as músicas com bastante atenção, alguns fechavam os olhos enquanto cantavam, outros balançavam a cabeça em sinal de afirmação concordando com os discursos proferidos pela artista. Quando nos deparamos com essas demonstrações por parte do público conseguimos perceber a força mobilizadora da música, que ao mesmo tempo que embala os corpos se apresenta como um canal privilegiado para a transmissão de ideias.

Em determinado momento da apresentação, percebi que algumas pessoas olhavam a todo instante para o outro lado da praça, como se algo as preocupasse. Foi então que avistei alguns policiais se dirigindo lentamente para o local do show e algumas viaturas estacionadas com as luzes apagadas. Apesar da apreensão

visível nos rostos dos presentes, os agentes da lei ficaram apenas observando de longe e o show transcorreu normalmente.

O Festival da Juventude Negra, além de uma oportunidade de lazer para os jovens que vivem no bairro do Benedito Bentes, foi também um momento de reflexão e celebração das manifestações da cultura negra e periférica. Eventos dessa natureza reafirmam a tese desenvolvida por Jacques Rancière (2005) de que política e estética são elementos indissociáveis. Nas últimas décadas temos assistido a mudanças consideráveis nas formas como os grupos se organizam politicamente, como também nos discursos que por muito tempo orientaram essas ações na esfera pública, e umas das chaves explicativas está no cotidiano enquanto tempo e espaço privilegiado de expressão das condições de existência. Rancière (1996) não rejeita por completo a concepção de política que se apoia na representação e na racionalidade argumentativa dos agentes, porém, indica que essa não pode prescindir de uma economia estética que tensiona constantemente as normas e os lugares da representação. O filósofo francês aposta em uma “poética da comunicação”, produzida por corpos que se deslocam dos lugares que lhes eram designados e que tensionam constantemente as normas da representação, fazendo emergir novas linguagens que redefinem a experiência de comunidade. Apesar de o evento ter sido organizado por pessoas ligadas aos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, não se pode afirmar que a maioria dos espectadores compartilhava do mesmo engajamento. Muitos estavam no local por se tratar de uma possibilidade de lazer concreta, uma oportunidade para apreciar atrações artísticas ou para simplesmente encontrar os amigos. Contudo, mesmo diante das diferenças, existia uma “partilha do sensível”¹⁸ (Rancière, 2009) que conectava os presentes transformando-os em uma comunidade política, mas não com uma pretensão identi-

18 Rancière define como partilha do sensível “o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes perspectivas” (2009, p. 15).

tária. A política, de forma semelhante à arte, se funda em um mundo sensível, a partir de um encontro discordante de percepções individuais, logo, é possível afirmar que, mesmo não coadunando com os discursos e práticas acionadas, os presentes estavam ligados por um circuito de afetos comuns. O exercício de estar-junto, mesmo que de forma “descompromissada”, é, nas palavras do filósofo francês, uma condição decisiva para o desenvolvimento de futuras reivindicações e lutas por direitos, pois ele instaura nos agentes possibilidades de invenção e conseqüentemente, outras formas de fazer política.

Conclusão

Ao conversar com alguns jovens e acompanhá-los nos eventos pude perceber que a preocupação com a política está longe de ser subvalorizada como apontam algumas análises mais apressadas e pessimistas. A política não deixou de ser importante para o jovem, mas, sim, um modelo de política que não dialoga com a sua realidade. As chamadas “pautas individuais” ou “identitárias” passaram a ser abraçadas de maneira mais intensa pelos jovens nos últimos anos, trazendo para o centro do debate categorias como “performance” e “estética”. Para muitos analistas, nação e classe, ideias centrais na construção de um projeto revolucionário, deixaram de ter um peso significativo nos discursos e ações dos agentes, que agora seriam guiados por uma agenda política fortemente centrada em categorias como raça, gênero e sexualidade. Discordo que a noção de classe tenha perdido a importância, o que houve foi um alargamento da percepção sobre a desigualdade que agora passa a englobar outros fatores importantes que antes eram secundarizados ou analisados de forma individualizada. A noção de interseccionalidade¹⁹ se apre-

19 O termo foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw para problematizar as experiências de mulheres negras a partir de uma percepção que une distintas formas de opressão como o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado. Ver: Akotirene, 2019.

senta como uma chave explicativa de grande relevância para a compreensão das experiências dos grupos subalternizados no mundo contemporâneo.

A resignificação de bandeiras e narrativas por parte dos jovens acompanha uma tendência mundial, em que cada vez mais grupos reivindicam reconhecimento a partir dos seus mais diversos pertencimentos, algo que já estava presente, por exemplo, no slogan “o pessoal é político” do movimento de mulheres nos EUA ao longo dos anos 1970. Giddens (2002) chama de política-vida o conjunto de reivindicações de natureza política que “surgem a partir de processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais” (p. 197). Penso que essa ideia pode nos oferecer uma pista interessante para a leitura dessas manifestações, uma vez que nos deparamos com uma “estilização da política” que leva a sério a performatividade, o gosto musical, o cotidiano e a busca por autorrealização. Se quisermos compreender de fato os sentidos de resistência – e insurgência – colocados em prática pelos jovens no contexto contemporâneo precisamos nos desvencilhar de modelos de análise que tendem a separar o mundo entre essência e aparência, profundo e superficial, pois, se tratando de juventude, a chave para a compreensão do problema pode estar justamente no que se considera “banal” e “secundário”.

Referências

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

Abramo, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. (Número especial - Juventude e contemporaneidade), 5(6), 1997, p. 73-90.

Barroso, Ibrahim Serra. **Entre as ruas e as mídias: das redes de hip-hop aos circuitos de batalhas de rimas alagoanos**. 293 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

Bittencourt, João Batista de Menezes. Etnocartografia: um método para a leitura das práticas juvenis. In: Bittencourt, João Batista de Menezes (Org.) **Juventudes Contemporâneas: desafios e expectativas em transformação**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

Bittencourt, João Batista de Menezes. **Sóbrios, firmes e convictos: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2015.

Camargo, Michelle. **Lugares, pessoas e palavras: o estilo das minas do rock na cidade de São Paulo**. 111 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Certeau, Michel de. **A invenção do Cotidiano. Vol 1 - As artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Dayrell, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Vol.28, n.100, 2007, p. 1105-1128.

Elias, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Facchini, Regina. “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, 2011, p. 117-153.

Feixa, Carles; Nilam, Pam. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, N. 31, 2009, p. 13-28.

Freire Filho, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

Frúgoli Jr, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, 48(1), 2005, 133-165.

Giddens, Anthony; Lash, Scott; Beck, Ulrich. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Giddens, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Hall, Stuart; Jefferson, Tony. **Resistance Through Rituals: Youth subcultures in Post-War Britain**. London: Routledge, 1976.

Kimmel, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998, p. 103-117.

Kowarick, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

Latour, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador-Bauru: Edufba-Edusc, 2012.

Magnani, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo social**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005, p. 173-205.

Magro, M. M. Viviane. **Meninas do graffiti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas**. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Mayorga, Claudia, Castro, Lucia Rabello De, Prado, Marco Aurélio Maximo (Org.) **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Melo, Erica Isabel de. **Cultura juvenil feminista Riot Grrrl em São Paulo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2008. 123 f.

Mesquita, Marcos Ribeiro. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 81, 2008, p. 179-207.

Mendes De Almeida, Maria Isabel; PAIS, José Machado (Orgs). **Criatividade, Juventude e Novos Horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Mendes De Almeida, Maria Isabel; EUGÊNIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Novaes, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Mendes De Almeida, Maria Isabel: Eugênio, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Nascimento, Erica Peçanha do. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando debates. In: **Revista Rua**, Campinas, N. 16, Vol. 2, 2010, p. 112-127.

Nunes, Brasilmar Ferreira; Weller, Vivian. A Juventude no contexto social contemporâneo. **Estudos de Sociologia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. Vol. 9. N.2, 2003, p. 43-57.

Pais, José Machado. Buscas de si: identidades e expressividades juvenis. In: Mendes De Almeida, Maria Isabel: Eugênio, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Peixoto, Clarice. Trajetórias juvenis: processos de autonomização de jovens cariocas e desigualdades sociais. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 35, n. 1, 2010, p. 175-198.

Pereira, Alexandre Barbosa. **Um rolê pela cidade de riscos - leituras de pixação em São Paulo**: São Carlos: EDUFSCAR, 2018.

Rancière, J. **O Desentendimento: Filosofia e Política**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

Rancière, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

Rancière, J. **O inconsciente estético**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

Reguillo, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago, N.23, 2003, p. 103-118.

Reguillo, Rossana. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto**. México: Editorial Norma, 2000.

Reguillo, Rossana. El lugar desde los márgenes: Musicas e identidades Juveniles. **Nómadas** (Col), núm. 13, octubre, 2000b, p. 40-53.

Rolnik, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. Rio Grande do Sul: Editora Sulina, 2007.

Vale de Almeida, Miguel. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.

Weller, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1. Abril. 2005, p. 107-126.

Recebido em 29/12/2020

Aprovado em 15/04/2021

A Elite Cultural do Folclore Alemão “Autêntico” no Brasil: Perfil Social, Mediação Cultural e Estratégias de Legitimação*

*Lucas Voigt***

Resumo:

No Brasil, um conjunto de agentes atua na definição, preservação e promoção do folclore alemão “autêntico” e legítimo. Este artigo tem por objetivo analisar as práticas e as estratégias de legitimação da elite cultural folclorista, isto é, do conjunto de agentes que ocupa as principais posições no espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil. Para tanto, são enfocadas três questões-chave: (1) as instâncias de recrutamento e de formação da elite cultural folclorista; (2) o trabalho de mediação cultural levado a cabo pelos especialistas em folclore, que consiste na decodificação de fontes históricas produzidas no contexto europeu e na prescrição de práticas e condutas no espaço do folclore brasileiro, procedimento basilar à legitimação e à garantia da “autenticidade” do folclore; e (3) os principais caracteres de origem social, trajetória, capitais e trunfos sociais disponíveis à elite cultural folclorista e/ou adquiridos por meio do seu investimento na esfera do folclore.

Palavras-chave: Elites culturais. Folclore “alemão”. Estratégias de legitimação. Mediação cultural. Autenticidade.

* O artigo apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado realizada pelo autor (Voigt, 2018a). A pesquisa contou com o financiamento do CNPq, mediante a concessão de uma bolsa de mestrado. Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no 42º Encontro Anual da ANPOCS, no Grupo de Trabalho “Elites e formas de dominação”. Gostaria de agradecer, de modo especial, a Ernesto Seidl pelas sugestões apresentadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa e à preparação do manuscrito para publicação, bem como pelas indicações de bibliografia.

** Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período sanduíche junto à University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC). Bolsista CAPES. E-mail: lucas_3106@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9789-7851>.

The Cultural Elite of Authentic "German" Folklore in Brazil: Social Profile, Cultural Mediation and Strategies of Legitimation

Abstract

In Brazil, a group of agents acts in the definition, preservation and promotion of German "authentic" and legitimate folklore. This article aims to analyze the practices and strategies of legitimation of the folkloristic cultural elite, that is, the set of agents that occupy the main positions in the space of practices of "German" folklore in Brazil. To do so, three key-issues are addressed: (1) the instances of recruitment and training of the folkloristic cultural elite; (2) the work of cultural mediation carried out by folklore experts, which consists in the decoding of historical sources produced in Europe, and in the prescription of practices and conducts in the Brazilian context, a basic procedure for legitimation and the guarantee of "authenticity" of folklore; and (3) the main characters of social origin, trajectory, capital and social assets available to the folkloristic cultural elite and/or acquired through their investment in the sphere of folklore.

Keywords: Cultural elites. "German" folklore. Strategies of legitimation. Cultural mediation. Authenticity.

La Élite Cultural del Folklore "Alemán" Auténtico en Brasil: Perfil Social, Mediación Cultural y Estrategias de Legitimación

Resumen

En Brasil, un conjunto de agentes actúa en la definición, preservación y promoción del folklore alemán "auténtico" y legítimo. Este artículo tiene como objetivo analizar las prácticas y estrategias de legitimación de la élite cultural folklorista, es decir, el conjunto de agentes que ocupa las principales posiciones en el espacio del folklore "alemán" en Brasil. Para tanto, se abordan tres cuestiones clave: (1) las instancias de reclutamiento y formación de la élite cultural folklorista; (2) el tra-

bajo de mediación cultural realizado por especialistas en folklore, que consiste en decodificar fuentes históricas producidas en el contexto europeo, y prescribir prácticas y conductas en el espacio del folklore brasileño, un procedimiento central para la legitimación y la garantía de la “autenticidad” del folklore; y (3) los principales caracteres de origen social, trayectoria, capitales y activos sociales disponibles para la élite cultural folklorista y/o adquiridos a través de su inversión en la esfera del folklore.

Palabras clave: Élités culturales. Folklore “alemán”. Estrategias de legitimación. Mediación cultural. Autenticidad.

Elites culturais: sobre o problema da legitimação e da “autenticidade”

Podemos constatar o papel-chave das elites culturais na legitimação de padrões de “autenticidade” no contexto de uma vasta gama de práticas culturais e artísticas (Fernandes, 2010, 2012; Reis, 2010; Coradini, 2003). Consideremos, de modo exemplar, o trabalho de Fernandes (2010, 2012). Em seus estudos sobre a questão da “autenticidade” na música popular brasileira, o autor analisa o papel de intelectuais e de instituições para a definição de uma concepção específica da música brasileira, marcada pelos atributos da “autenticidade” e da “originalidade”. Tais intelectuais e instituições influenciaram o campo da música no Brasil, operando uma redefinição das posições ocupadas pelos gêneros musicais. Durante os anos de 1950-70, o samba e o choro – de matriz popular, oriundos dos morros cariocas – são elevados à categoria de música “autêntica”, “genuína” e “representativa” da cultura e da identidade brasileiras.

Desse modo, a definição da música brasileira “autêntica” depende de um processo de delimitação formal, institucional e grupal (Fernandes, 2012). Ademais, o interesse “desinteressado” (cf. Bourdieu, 1996) de determinados agentes sociais na promoção e normatização da música popular brasileira possibilita a arti-

culação de um círculo de intelectuais e a formação de uma elite cultural, responsável pela institucionalização do discurso que define o samba e o choro como gêneros musicais representativos e legítimos da cultura e da musicalidade brasileiras.

Em estudo sobre práticas, recursos e representações dos porta-vozes da "cultura" no Maranhão, Reis (2010) demonstra a centralidade do problema da legitimação de critérios de "autenticidade" nos estudos sobre elites culturais. A autora analisa as características sociais dos agentes que ocupam cargos políticos vinculados à gestão da cultura no Maranhão, as representações sociais que partilham e que edificam em suas lutas pelos sentidos da "cultura". A legitimação da cultura maranhense está associada à valorização do patrimônio arquitetônico, processo que, segundo a autora, é resultado de um trabalho social de invenção (cf. Hobsbawm & Ranger, 1984).

De acordo com Reis (2010), ao construírem versões do patrimônio comum e coletivo, os mediadores da cultura no Maranhão incrementam seus próprios patrimônios pessoais, beneficiando-se da autoridade legítima para sua definição. Nesse sentido, a autora argumenta que o uso da tradição serve à autoridade de quem a mobiliza. Ao legitimarem a cultura, as elites culturais legitimam sua posição no campo cultural, produzindo uma distinção em relação a posições concorrentes. Assim, não interessa apenas saber como os agentes legitimam uma prática cultural, mas como se legitimam a partir dessa legitimação.

Com base em tal discussão introdutória, é possível esboçar algumas definições basilares para duas noções centrais a este estudo, a saber, legitimação e "autenticidade". A noção de legitimação, com base em uma perspectiva bourdieusiana, se refere ao processo de definição de critérios socialmente aceitos e reconhecidos como válidos em determinado campo social; no caso da cultura, se refere ao poder simbólico (Bourdieu, 2010) para criar uma visão de autenticidade para determinada prática cultural. Quanto

à “autenticidade” – produto de uma estratégia de legitimação¹ e, portanto, uma categoria não sociológica –, pode-se dizer que uma prática “autêntica” é aquela que expressaria a “realidade” e o “verdadeiro valor” da manifestação cultural em questão², critério que é, via de regra, produzido e promovido por membros de determinada elite cultural. Assim, em tal perspectiva, coloca-se em evidência a preocupação com as lutas sociais em torno da definição das práticas culturais consideradas “mais legítimas”, isto é, as práticas dotadas de “autenticidade” e de “verdade”.

O espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil

Se podemos constatar o papel determinante de uma elite cultural e de um campo de legitimação no contexto da música brasileira “autêntica”, ou o papel-chave de mediadores culturais para a legitimação da cultura e do patrimônio no Maranhão, no caso da tradição e do folclore “alemão” verificamos igualmente a atuação “desinteressada” de agentes e de instituições para a delimitação formal, institucional e grupal dessas manifestações culturais e artísticas. Em outras palavras, constata-se a existência de um “espaço” que define, legitima e regulamenta o folclore alemão “autêntico” no Brasil (Voigt, 2018a).

1 A noção de estratégia, que na sociologia de Pierre Bourdieu está próxima de outras noções, como *habitus*, práticas e senso prático, pode ser compreendida como uma ação razoável que não compreende um cálculo consciente em sentido racionalista ou utilitarista, voltado à maximização do lucro econômico. A estratégia é, antes, um resultado da posição social, do *habitus* e dos agenciamentos do indivíduo em campos ao longo da sua trajetória. Assim, a estratégia refere-se a uma ação, com objetivos e expectativas futuras, produzida a partir do senso prático e do sentido do jogo captado pelos agentes. Para uma exposição de Bourdieu sobre o contexto de produção da noção de estratégia, bem como sobre distintas modalidades de estratégias, ver Bourdieu (2020).

2 Os critérios de autenticidade buscam ancoragem na história, na antiguidade, na ancestralidade e na “tradição”. Na definição sugerida por Nedel, em estudo sobre a elite intelectual do folclorismo gaúcho (Nedel, 2005, 2011), “[...] a autenticidade pode, a partir daí, ser definida como um princípio de inviolabilidade aplicado a certos parâmetros de conformação mítica do passado” (Nedel, 2005, p. 30).

Tomo a noção de espaço de empréstimo de Saint Martin (2002), empregada pela autora em seus estudos sobre os descendentes da nobreza na França. A noção de espaço social opera como uma alternativa teórico-metodológica ao conceito de campo social. Ainda que "espaço" compreenda alguns dos elementos constitutivos e imprescindíveis do conceito de campo – a saber, o caráter relacional e posicional dos universos sociais, constituídos por agentes em concorrência –, a noção comporta algumas especificações analíticas importantes, que me parecem pertinentes para o enquadramento do folclore "alemão" praticado no Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que um "espaço de práticas" pressupõe: uma baixa autonomia relativa do espaço, se comparada à dos campos sociais; a inexistência de instituições ou a existência de uma baixa institucionalidade, com poderes e capacidade de manutenção e de reprodução institucional limitados; uma profissionalização restrita dos agentes em atividades e postos internos ao próprio espaço de práticas, processo que não se verifica de modo costumaz; e, por consequência, uma diversificação dos investimentos dos agentes inseridos no espaço, investimentos direcionados a variados campos e esferas sociais, o que implica uma maior heterogeneidade em termos das práticas sociais desenvolvidas por tais agentes ao longo de suas trajetórias sociais.

Como parece ser de comum acordo no campo da sociologia das elites, ou ao menos na sociologia das elites inspirada nos trabalhos de Pierre Bourdieu, partindo da constatação do processo de autonomização das esferas ou campos sociais, é plausível supormos a existência de uma vasta gama de elites e de distintos mecanismos de dominação. Essa proposição se opõe às suposições sobre a existência de uma única elite, integrada e coesa, que deteria o controle sobre as variadas esferas do mundo social. Assim, pressupondo que a questão da "elite" depende do espaço social referido, bem como de uma questão de escala e de recorte, pode-se aferir a existência de uma elite cultural que define, legitima e promove a tradição e as práticas do folclore alemão "autêntico" no Brasil.

Os agentes em posições destacadas no espaço do folclore “alemão” formam uma elite cultural capaz de definir e delimitar os critérios de “autenticidade” e legitimidade para as práticas culturais que compõem o folclore – notadamente a “dança folclórica”³ –, com base em um trabalho de decodificação de registros históricos folclóricos – no vocabulário dos folcloristas, as *Tanzbeschreibungen*, literalmente “descrições de dança” –, que se constituem como os elementos basilares à garantia da fidedignidade histórica do folclore. Essa elite, que ocupa as posições dominantes no espaço do folclore, exerce um poder simbólico que lhe permite estabelecer padrões e critérios de avaliação e de representação sobre o folclore alemão “autêntico”.

No espaço do folclore “alemão” praticado no Brasil, a manifestação cultural mais importante é, indubitavelmente, a dança folclórica. Como suporte à prática da dança, está a utilização de indumentárias “típicas”, os “trajes folclóricos”; trajados, grupos de danças costumam apresentar-se em festividades locais ou cívicas de comunidades de descendentes de alemães. Para a execução de tais práticas culturais, os especialistas em folclore se baseiam em um universo amplo de referências e informações, sistematizado por meio de pesquisa em fontes como os registros históricos de danças e trajes. Sua prática se caracteriza pela reprodução de danças “autênticas”, isto é, aquelas que foram registradas por folcloristas em séculos anteriores; o cuidado em relação a essas referências é metuculoso e o volume de fontes históricas que orientam a prática desses folcloristas é vastíssimo.

O espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil, assim como os demais microcosmos sociais que constituem a totalidade do espaço social, caracteriza-se como um universo estruturado e hierarquizado. Podemos apontar a Associação Cultural Gramado (ACG) – Casa

3 O termo em alemão para “danças folclóricas” é *Volkstänze*. A tradução exata seria “danças do povo” ou “danças populares”. O termo relacionado, *Volkstanzgruppen*, pode ser traduzido como “grupos de dança popular” ou de “dança folclórica”.

da Juventude como a principal instituição de legitimação, promoção, formação e representação do folclore e de folcloristas em âmbito nacional. A entidade foi fundada em 1965, em Gramado (RS).

Em âmbito regional, verificamos a existência das "regionais" ou "ligas de folclore", entidades fundadas no início da década de 1990 como uma iniciativa de regionalização da ACG. Tais instituições promovem eventos e oferecem formação a folcloristas. Existem no país sete regionais, duas no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina – a principal delas é a Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale do Itajaí (AFG), de Blumenau (SC), que recentemente passou a ofertar de modo independente cursos de danças folclóricas. A existência de regionais apenas nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se explica em função da maior intensidade de práticas folclóricas nesses estados, que concentram a maior parte dos grupos folclóricos. A maior incidência de regionais em Santa Catarina, por sua vez, é resultado da maior distância geográfica em relação à instituição central do espaço, a ACG.

As regionais têm por função agremiar um conjunto determinado de "grupos de dança folclórica" – que, por sua vez, têm atuação nas esferas municipal ou local. Para empregarmos um vocábulo de uso corrente na análise política, podemos conceber os grupos de dança folclórica como as entidades "de base" do espaço do folclore "alemão" no Brasil. Existem no Brasil cerca de 200 grupos de danças folclóricas alemãs, que reúnem em média de 10 a 40 pares de dançarinos. As atividades desses grupos consistem na reprodução de danças folclóricas "alemãs", de modo tanto mais fiel quanto possível aos registros de danças. Obviamente, esses grupos se concentram na região Sul do país – onde se verificou o fenômeno da imigração alemã em larga escala –, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Não obstante, verifica-se a atuação de *Volkstanzgruppen* em ao menos outros cinco estados da federação: São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

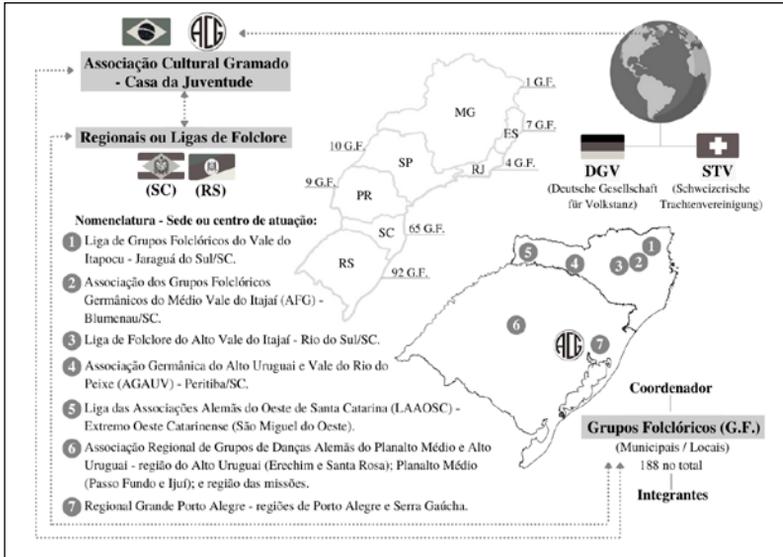
Um grupo folclórico é uma agremiação de dançarinos. Tais entidades são compostas por um “coordenador” e por um conjunto mais amplo de dançarinos, os “integrantes” do grupo folclórico. O coordenador é responsável por instruir as danças e as coreografias ao restante dos folcloristas. Ademais, esses coordenadores realizam cursos de especialização junto às instituições de legitimação do folclore “alemão” no país, notadamente a Associação Cultural Gramado.

Neste estudo, chamo de “folclorista” os agentes envolvidos com a prática do folclore “alemão”. O termo refere-se, principalmente, a dançarinos e coordenadores de grupos folclóricos. Para diferenciá-los dos agentes que ocupam posições nas principais instituições do espaço – isto é, em um nível hierárquico superior –, na definição de critérios de “autenticidade” e na mediação com as fontes do folclore provenientes da Alemanha e da Europa, defino estes últimos como “especialistas em folclore”, que constituem propriamente a elite cultural que legitima essa prática cultural. Como será demonstrado, a especialização depende de um conjunto de fatores, normalmente articulados, como uma longa formação em cursos de especialização, o domínio da língua alemã e a habilidade de leitura dos registros de danças.

Ainda que este artigo pretenda apresentar uma análise essencialmente “sincrônica” ou estrutural do folclore “alemão”, é pertinente, não obstante, apresentarmos algumas considerações acerca da gênese sócio-histórica do folclore “alemão” no Brasil, para que seja possível compreender a particularidade e a especificidade dessa modalidade de folclore⁴.

4 Para uma análise detalhada que enfoca a dimensão “diacrônica” ou histórica do folclore “alemão” no Brasil, tratando da sua sociogênese, ver: Voigt (2018a, especialmente p. 49-144).

Gráfico 1: Representação visual da estrutura do espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil.



(Fonte: elaborado pelo autor).

O folclore “alemão” possui um contexto de surgimento singular, ligado à própria experiência histórica da “germanidade” no Brasil. Os primeiros grupos folclóricos remontam às décadas de 1950 e 1960, originados a partir de entidades envolvidas no esforço de recomposição das elites do grupo étnico alemão no Brasil – os Centros Culturais 25 de Julho –, fundadas após as campanhas de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). As campanhas de nacionalização – que envolveram medidas como a proibição do uso de línguas estrangeiras em território nacional, da imprensa e do ensino em língua estrangeira, bem como a supressão de práticas culturais de clubes e de associações fundadas ou dirigidas por alemães (ver, p. ex., Geraldo, 2009) – abalaram fortemente a etnicidade e a cultura alemã no Brasil, ferindo a autoimagem e os recursos de poder das elites do grupo étnico alemão. Assim, pode-se afirmar que a prática do folclore “alemão” era pouco expressiva antes do Estado Novo (cf. Seyferth, 2005).

As práticas do folclorismo “alemão”, iniciadas nas décadas de 1950 e 1960, serão sistematizadas e institucionalizadas – em um espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil –, nas décadas de 1980 e 1990, período em que ocorre a fundação do Departamento de Danças da ACG e em que se inicia a oferta de formação especializada em dança folclórica no país. A partir de meados da década de 1970, o sentimento de “constrangimento” em relação aos alemães – que atingiu seu ápice no Estado Novo – começa a arrefecer-se (cf. Gertz, 2013). Alguns anos mais tarde, verifica-se o surgimento de um conjunto articulado de práticas e de iniciativas voltadas à promoção da herança e da cultura “alemãs” no Brasil. Dentre elas, destaca-se a fundação disseminada e abrangente de grupos folclóricos, bem como o surgimento de festividades étnicas, de âmbito municipal e/ou comunitário, com destaque às *Oktoberfesten* – situadas no contexto do que se compreende como “cultura popular de massa”.

Os anos de fundação dos primeiros grupos folclóricos alemães no Brasil coincidem com o período mais expressivo de atuação do Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964) (cf. Vilhena, 1997), embora tais processos apresentem escassas conexões. Pode-se argumentar que a gênese de um folclore “alemão” no Brasil está ligada às experiências próprias e *sui generis* do grupo étnico alemão, notadamente o esforço de rearticulação e de recomposição de elites do grupo étnico após as campanhas de nacionalização do Estado Novo. Dessa forma, o surgimento do folclore “alemão” é um processo que ocorre de modo paralelo aos desenvolvimentos do folclorismo brasileiro, tomando lugar no contexto interno e singular do grupo étnico teuto-brasileiro.

Ao passo que o folclore brasileiro é fortemente marcado pela experiência do regionalismo, o folclore “alemão” – ainda que esteja regionalmente situado, nos estados do Sul e do Sudeste, em que se verificou a imigração alemã em escala expressiva – procura desvincular-se de demarcações regionais, afirmando a dimensão étnica, construída “nacionalmente”; dito de outro modo, o

folclore "alemão" no Brasil seria característico e representativo de todos os "alemães" em território brasileiro, constituindo-se em termos "nacionais" – ainda que, paradoxalmente, esse nacional seja estrangeiro, não autóctone.

Essa exposição extremamente sumária acerca do espaço de práticas do folclore "alemão" no Brasil serve-nos para a apresentação do objeto a ser analisado neste artigo. O presente trabalho, embasado no aporte teórico-metodológico dos campos da sociologia das elites (Saint Martin, 2002; Coradini, 2001, 1997; Seidl, 2013, 2009; Reis, 2010; Sapiro, 2012; Petrarca, 2008) e da sociologia da cultura (Bourdieu, 1996, 2007; Elias, 2001; Miceli, 2003; Fernandes, 2010, 2012), se propõe a analisar a elite cultural do folclore "alemão" no Brasil, responsável pela produção, legitimação e promoção dos critérios de "autenticidade", fidedignidade histórica e valor simbólico para a prática de tal folclore no contexto brasileiro. O artigo, assim, tem por objetivo analisar as práticas e as estratégias de legitimação da elite cultural folclorista, isto é, do conjunto de agentes que ocupa as posições dominantes no espaço do folclore "alemão" no país.

Para tanto, serão abordados três aspectos-chave para a compreensão dessa elite cultural: (1) as instâncias de recrutamento e de formação da elite cultural folclorista; (2) o trabalho de mediação cultural levado a cabo pelos especialistas em folclore, que consiste na decodificação de fontes históricas produzidas no contexto europeu e na prescrição de práticas e condutas no espaço do folclore brasileiro, procedimento basilar à legitimação e à garantia da "autenticidade" do folclore; e (3) os principais caracteres de origem social, trajetória, capitais e trunfos sociais disponíveis à elite cultural folclorista e/ou adquiridos por meio do seu investimento na esfera do folclore.

Breves apontamentos metodológicos

A pesquisa que embasa este artigo foi realizada formalmente entre os anos de 2015 e 2017. Emprego o termo “formalmente” na medida em que o presente pesquisador possuía uma atuação e um envolvimento pessoal com o espaço do folclore, na qualidade de dançarino, ao longo de sua infância até o início da adolescência. Ademais, alguns membros do grupo familiar do pesquisador possuem (ou possuíam), igualmente, envolvimento com a prática do folclore, ocupando posições de dançarinos e/ou coordenadores de grupos folclóricos. Desse modo, tal inserção pessoal e familiar no espaço do folclore – reconhecida pelos demais agentes posicionados no espaço – compreende um conjunto de experiências amplas e de longa duração que, indubitavelmente, contribuiu como material de análise, além de ter facilitado o acesso ao campo de pesquisa e a identificação de informantes e entrevistados, bem como a compreensão das práticas, dinâmicas e categorias nativas do espaço.

Tais experiências subjetivas foram – como se mostra indispensável a qualquer empreendimento sociológico – objetivadas a partir de seu enquadramento com base em teorias e métodos oriundos das ciências sociais. Conforme argumenta Bourdieu (2010), a objetivação da relação do sociólogo com o seu objeto é a condição da ruptura com a propensão em investir no objeto, que está na origem do interesse do pesquisador pelo objeto. Assim, este pesquisador procurou manter-se vigilante em relação aos interesses, às práticas e às concepções nativas da elite cultural folclorista.

Com a realização de cada uma das entrevistas, foi possível identificar novos interlocutores, a partir da indicação dos próprios entrevistados. Realizei, no total, nove entrevistas; oito delas com folcloristas brasileiros que integram a elite cultural do folclore “alemão” no Brasil, e uma com um especialista suíço em folclore. As entrevistas, que envolviam, dentre outros temas, questões

sobre a trajetória pessoal e institucional dos agentes, bem como suas concepções e práticas relacionadas com o folclore, tiveram por objetivo substanciar a execução de uma prosopografia da elite cultural folclorista⁵.

Dentre as entrevistas realizadas, constam aquelas com agentes que ocupam posições centrais no espaço do folclore – na ACG e no universo de confecção de trajes folclóricos –, trajetórias indispensáveis para a compreensão do espaço. No mesmo sentido, foram realizadas também entrevistas com diretores (ou ex-diretores) de regionais de folclore, que são também, via de regra, coordenadores de grupos folclóricos. Foram entrevistados, especificamente, quatro agentes que ocupam (ou ocupavam) tais posições.

Ainda que, por limitações de recursos, tenha se mostrado inviável entrevistar representantes das sete regionais e dos cerca de 200 grupos folclóricos, tendo em mente a similaridade das trajetórias de tais agentes no espaço do folclore e, ademais, considerando que as entrevistas realizadas permitiram identificar as práticas, as estruturas e os princípios dominantes no espaço – com base em considerações oriundas dos contextos “nacional”, “regional” e “local” em que o folclore é executado, bem como das intermediações entre tais níveis –, considero que o conjunto de entrevistas e a prosopografia permitiram um delineamento adequado e satisfatório do espaço do folclore e da elite cultural folclorista. Nesse sentido, embora fosse possível incluir e entrevistar outros agentes, sem considerar algumas das trajetórias e das posições representadas pelos agentes entrevistados, teria sido impossível reconstituir a estrutura do espaço do folclore, bem como identificar os principais caracteres sociais constitutivos da elite do folclore.

Além das entrevistas, a pesquisa se baseou em material de cunho etnográfico, compreendendo a participação e o acom-

5 A prosopografia é apresentada e discutida em detalhes na última seção deste artigo.

panhamento de atividades realizadas pelos folcloristas, como ensaios, apresentações de danças e eventos folclóricos⁶. Além disso, o campo de pesquisa compreendeu a visita a instituições promotoras de folclore, como a ACG e a AFG, visando identificar os espaços institucionais e os acervos abrigados nas instituições. Como fontes de pesquisa, foram consideradas ainda as referências de leitura da elite cultural folclorista – literatura sobre danças e trajes folclóricos –, material que está na base do trabalho de mediação executado por tais agentes. A produção escrita da elite do folclore, versando sobre a história de instituições promotoras de folclore e/ou compreendendo discussões de cunho mais teórico sobre o que constitui o folclore – produção bastante restrita, deve-se pontuar – também foi considerada. Por fim, de modo complementar, foram analisados alguns documentos históricos que auxiliaram na reconstituição da história e da gênese do espaço do folclore, bem como materiais produzidos pelas instituições, tais como estatutos e folders de divulgação.

Instâncias de recrutamento e de formação de especialistas em folclore

As principais instâncias de formação de especialistas em folclore “alemão” no Brasil são os cursos de especialização em dança folclórica promovidos anualmente pela Associação Cultural Gramado (ACG) – Casa da Juventude. Tais cursos começaram a ser realizados a partir de 1983, tendo um papel central para a sistematização e a institucionalização da prática do folclore “alemão” no Brasil.

A oferta sistemática de cursos de folclore realizada pela ACG representa a institucionalização de um conjunto de práticas que

6 Tanto as entrevistas como o campo de pesquisa de cunho etnográfico foram realizados em distintos municípios dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em que estão localizadas as principais instituições de folclore e onde residem os agentes vinculados a tais entidades.

começaram a ser executadas no país a partir das décadas de 1950 e 1960 e, em maior intensidade, na década de 1980. Com base no campo de estudos conhecido por sociologia política das instituições (Seidl, 2016; Grill, 2012; Engelmann, 2017) – de inspiração francesa e com bastante proximidade teórico-metodológica e temática com o campo da sociologia das elites –, podemos conceber uma “instituição” como um conjunto de regras, valores e práticas objetivadas, isto é, como o social instituído.

Segundo tal perspectiva, de natureza processual, construtivista e disposicional (Grill, 2012), o processo de objetivação de regras e de práticas em uma instituição – isto é, o processo de institucionalização – depende do investimento dos agentes sociais. Nesse sentido, é central reter que, a despeito da aparência de naturalidade, as instituições possuem uma história singular e são permanentemente construídas, num processo que compreende agenciamentos e lutas entre agentes. Por outro lado, a instituição possui também uma dimensão coercitiva em relação aos indivíduos. Para parafrasear Seidl (2016), convém lembrar que, ao passo que os agentes fazem as instituições, os agentes e suas práticas são simultaneamente constituídos por elas. Tal dimensão é especialmente importante no que tange aos cursos de folclore promovidos pela ACG, que servem à inculcação de regras e de práticas que constituiriam e garantiriam a “autenticidade” do folclore. Nesse sentido, o folclore “alemão” praticado no Brasil, em grande medida, pode ser considerado um folclore “institucionalizado”.

A ACG pode ser compreendida como uma instituição de pesquisa, documentação, sistematização, promoção e ensino sobre a cultura popular germânica, com ênfase no fenômeno da dança popular. Com o intuito de possibilitar que um conjunto de fontes históricas documentadas e sistematizadas na instituição possa se transformar propriamente em uma prática cultural concreta, disseminada e representativa da cultura germânica no Brasil, isto é, visando à transfiguração de um registro histórico textual

de uma dança em uma práxis – isto é, em uma dança performada –, a ACG promove os cursos de especialização em danças, visando também à promoção de uma concepção específica e legitimada de folclore e de um *modus operandi* certificado institucionalmente, que garanta a “autenticidade” das danças performadas.

Desse modo, a prática do folclore alemão “autêntico” depende de estratégias de formação de uma elite cultural e da inculcação de um *modus operandi* e de uma práxis específica. As lideranças do folclore formadas na ACG irão representar a entidade e a sua concepção específica de folclore produzida e definida institucionalmente – e transmitida nos cursos de especialização em danças – nos âmbitos regional (isto é, nas associações regionais) e municipal ou local (isto é, nos grupos de dança folclórica).

Para a realização dos cursos, a ACG hospeda coordenadores de grupos de dança e dançarinos durante uma semana nas dependências da entidade. A linha mestra dos cursos é atualizar o repertório de danças dos grupos folclóricos, transmitindo as “novas” danças populares germânicas – isto é, danças históricas que possuem registro e documentação, mas que ainda não haviam sido identificadas, catalogadas, decodificadas ou sistematizadas para a performance no contexto brasileiro.

O curso é ministrado por um professor estrangeiro, de nacionalidade alemã, austríaca ou suíça. Esse professor é o principal responsável pela definição do repertório das “novas” danças folclóricas germânicas a serem reproduzidas no contexto brasileiro. É de importância central para a formação de especialistas em folclore no Brasil a atuação de *experts* oriundos do contexto alemão e europeu, notadamente para a legitimidade dos folcloristas brasileiros, que passam a estar ligados a agentes e instituições europeias de legitimação do folclore.

Pode-se afirmar que os critérios de autenticidade para o folclore provêm da Europa, por meio de representantes enviados

por instituições europeias de legitimação do folclore – como a *Deutsche Gesellschaft für Volkstanz* (DGV), ou “Sociedade Alemã para a Dança Popular”, e a *Schweizerische Trachtenvereinigung* (STV), ou “Associação Suíça de Trajes” – e, especialmente, com base na importação de subsídios e fontes históricas para a prática do folclore. No caso brasileiro, não se verifica propriamente a importação de um “modelo” ou de “ideias” (cf. Dezalay & Madson, 2013), mas antes de um *modus operandi* de praticar folclore estabelecido na Europa.

Deve-se ressaltar que os cursos promovidos pela ACG são espaços de especialização em dança folclórica, e não propriamente cursos de formação. Dito de outro modo, trata-se de cursos destinados a folcloristas que já possuem experiência na prática da dança no contexto de grupos folclóricos e que, portanto, possuem conhecimento acerca dos “passos básicos” que compõem o repertório da dança popular germânica, além de possuírem familiaridade com as danças mais conhecidas e difundidas do folclore germânico.

Assim, o público dos cursos da ACG se constitui basicamente de coordenadores de grupos de dança folclórica, além de alguns integrantes-dançarinos desses grupos. É bastante comum que tais coordenadores já tenham participado de várias edições dos cursos de especialização. Via de regra, um coordenador de grupos participa anualmente dos cursos. Nos primeiros cursos, o coordenador incorpora o *modus operandi* de fazer folclore, assimilando as competências e os conhecimentos necessários à garantia da “autenticidade” e fidedignidade do folclore; a participação nos cursos seguintes visa, principalmente, à “atualização do repertório” das danças populares germânicas.

A participação de novos dançarinos em tais cursos depende de um processo de recrutamento e seleção. Via de regra, tal recrutamento é realizado pelos coordenadores de grupos folclóricos. Os procedimentos de recrutamento e seleção de dançarinos para a

participação nos cursos da ACG levam em conta o desempenho de um determinado dançarino-integrante no âmbito de atuação dos grupos folclóricos, bem como o “interesse” manifesto por tais dançarinos em relação à cultura alemã. O recrutamento de dançarinos-integrantes para a realização de cursos tem como objetivo a formação de quadros que possam auxiliar o coordenador na condução das atividades nos grupos folclóricos; com a realização de cursos, esses dançarinos adquirem conhecimentos, competência e legitimidade para eventualmente formarem e coordenarem novos grupos.

Em certa medida, pode-se compreender a participação contínua do conjunto de especialistas brasileiros em folclore “alemão” nos cursos da ACG como uma peregrinação cultural à cidade de Gramado, realizada anualmente, visando obter formação e acesso a danças certificadas e autenticadas institucionalmente, que legitimam a prática dos coordenadores no âmbito dos grupos folclóricos. Ademais, os cursos de especialização são, em grande medida, uma reunião anual da elite cultural do folclore “alemão” no Brasil. Os coordenadores de grupos folclóricos estabelecem redes de sociabilidade, de interconhecimento e de inter-reconhecimento – isto é, adquirem capital social (cf. Bourdieu, 1998) – por meio da prática do folclore. Desse modo, os cursos anuais servem como uma celebração da prática da dança folclórica, reforçando os laços de amizade entre os folcloristas e, concomitantemente, fortalecendo a concepção do folclore “alemão” que orienta a atuação de tais agentes.

Durante os cursos, são distribuídas aos participantes um conjunto de *Tanzbeschreibungen* – isto é, registros históricos descritivos de danças, no idioma alemão, que eram performadas em territórios germânicos no passado. A maior parte das danças que compõe o repertório de um curso tem a coreografia repassada e ensinada diretamente pelo professor estrangeiro convidado, observando as indicações dos registros das danças. A outra parte do repertório de danças é decodificada pelos próprios folclo-

ristas. A partir da "leitura" das *Tanzbeschreibungen*, as danças são "tiradas" – nos termos correntes no espaço –, procedimento que possibilita sua performance e execução. Tal procedimento tem como finalidade inculcar um *modus operandi* de praticar folclore; objetiva-se, assim, ensinar e transmitir não apenas a coreografia de um conjunto específico de danças, mas também os procedimentos para leitura e decodificação de fontes históricas que estruturam e embasam a execução coreográfica de todo o repertório da dança popular germânica.

O ponto auge e culminante dos cursos de dança da ACG é a gravação de um registro em vídeo do repertório das danças trabalhadas. O registro em vídeo serve à consulta posterior por parte dos folcloristas. Além disso, esse material é indispensável especialmente aos folcloristas que desconhecem o idioma alemão e, portanto, não conseguem realizar a leitura das *Tanzbeschreibungen*. Nesse caso, o trabalho de instrução das danças aos grupos folclóricos se baseará tão somente numa mimese do registro em vídeo. O material didático é enviado a todos os grupos folclóricos afiliados à ACG; desse modo, o repertório mais recente de danças populares germânicas circula amplamente no espaço do folclore.

Os registros em imagem em movimento possuem uma função extremamente didática, constituindo-se como o principal recurso e suporte para a difusão da prática do folclore alemão "autêntico" no espaço brasileiro. Entretanto, o registro em vídeo é considerado por alguns especialistas em folclore como um "mal necessário". O objetivo dos cursos de dança da ACG é formar as lideranças do espaço do folclore, inculcando um conjunto de competências e habilidades constitutivas e necessárias a um especialista em folclore. Sobre essa questão, o ex-diretor do Departamento de Danças da ACG, Beno Heumann, afirmou: "[...] a gente tem que criar, eu sou dessa opinião, nós temos que criar lideranças, e não meramente passadores de material". Nesse sentido, o registro em vídeo das danças é visto com receio por

alguns especialistas em folclore na medida em que torna dispensável a consulta à fonte histórica original, a descrição da dança (*Tanzbeschreibung*), tornando esse procedimento cada vez menos comum e habitual no espaço do folclore. Assim, os especialistas em folclore têm o receio de que a prática da dança folclórica possa acabar limitando-se a uma mimese dos movimentos registrados em um vídeo, dispensando o trabalho especializado de mediação cultural, que depende de um conjunto de competências e habilidades.

Outra instância importante de formação de especialistas em folclore são – no vocabulário interno do espaço – os “repasses”. Promovidos por regionais (ou ligas de folclore), tais eventos visam à multiplicação de espaços de formação e à disseminação do conhecimento e das informações necessárias à sustentação da prática do folclore “alemão” no Brasil. Um repasse é um encontro de coordenadores de grupos e alguns dançarinos mais experientes, em que os folcloristas participantes da edição mais recente do curso promovido pela ACG “repassam” conhecimentos e as danças sistematizadas no curso para os demais coordenadores de grupos de determinada região. Essa prática tem o claro objetivo de garantir a “autenticidade” das danças performadas pelos grupos folclóricos, bem como reproduzir uma concepção e uma prática de folclore gestadas e produzidas institucionalmente, garantindo os critérios de fidedignidade histórica certificados pela ACG.

No que tange aos grupos de dança folclórica – as entidades de atuação municipal ou local –, as suas principais atividades constituem-se nos “ensaios” de dança e nas “apresentações” públicas em eventos e festividades. Os ensaios – principal espaço de formação no contexto dos grupos folclóricos – constituem-se como atividades internas do grupo, ocorrendo normalmente uma vez por semana. Durante os ensaios, o coordenador transmite as danças e as coreografias ao conjunto mais amplo de dançarinos-folcloristas, visando garantir a reprodução exata e fidedigna

das performances, dos passos e das figuras da dança folclórica. Trata-se de danças trabalhadas nos cursos da ACG, repassadas eventualmente em âmbito regional pelas ligas de folclore e, finalmente, trabalhadas e performadas pelos grupos de dança em âmbito municipal e local.

Se os cursos de especialização em danças – notadamente os da ACG – e os repasses são os principais espaços de formação dos especialistas em folclore (isto é, de “coordenadores”), os ensaios são os principais espaços de formação do conjunto mais amplo de dançarinos-folcloristas (isto é, os “integrantes”). Além disso, os ensaios, conjuntamente aos repasses e às apresentações, constituem-se como os principais espaços de recrutamento de folcloristas para a realização de cursos de especialização e, de modo correlato, para – eventualmente – comporem a elite cultural folclorista.

Desse modo, os espaços de formação – ensaios, repasses e cursos – são simultaneamente espaços de recrutamento de dançarinos, que poderão ascender a posições dominantes em grupos folclóricos, associações culturais, ligas e/ou associações regionais e entidades de abrangência estadual e/ou nacional, trajetória que depende da incorporação e da reprodução do *modus operandi* de fazer folclore e da lógica dominante vigente no espaço do folclore por parte dos folcloristas. Dito de outro modo, as estratégias de formação – e a correlata incorporação do *modus operandi* de praticar folclore por parte de dançarinos – são condições necessárias à composição e à reprodução da elite cultural do folclore.

Pode-se argumentar, por fim, que no tocante à transmissão cultural da dança no espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil, podemos constatar a existência de estratégias bem-sucedidas de formação de folcloristas e de reprodução de danças certificadas e autenticadas, processo que, em última instância, garante a realização das estratégias de legitimação e de simbolização da elite cultural folclorista.

Mediação cultural e legitimação no espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil

As formulações clássicas sobre o problema da mediação desenvolveram-se no âmbito da antropologia política, em contexto anglófono, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960 (Silverman, 1967; Wolf, 1971 [1956]; Weingrod, 1968). Conforme argumenta Silverman (1967), com a reorientação da antropologia para o estudo das chamadas sociedades complexas, a mediação surge como um conceito essencial à compreensão da relação entre as partes (sistemas locais) e o todo (sistema nacional). Em tal enfoque relacional, os mediadores (ou *brokers*) são compreendidos como indivíduos localizados em posições intermediárias e estratégicas, operando a interligação entre sistemas locais e sociedade englobante, isto é, entre comunidades orientadas ao local e instituições e códigos orientados à nação.

As discussões clássicas sobre a mediação, que tomam por objeto empírico contextos nacionais de países do Mediterrâneo, como a Itália (Silverman, 1967), e da América Latina, como o México (Wolf, 1971), possuem afinidades temáticas com o estudo de comunidades rurais e do campesinato, na medida em que tais universos se configuram precisamente como os contextos e agentes que dependiam do trabalho de mediação para a sua interligação com os sistemas e códigos nacionais. Ademais, os estudos sobre mediação desdobraram-se em reflexões sobre o fenômeno da patronagem, forma clássica de mediação, constituída como uma relação assimétrica e personalista em que um “patrão” – inserido em redes de relações que extrapolam o contexto local – oferece favores e proteção a um “cliente” localmente orientado, em troca de lealdade (Weingrod, 1968; Silverman, 1967).

É interessante pontuar que, em algumas das formulações clássicas sobre o problema da mediação, subjaz a suposição de que com o crescente processo de industrialização, modernização e integração social das comunidades locais à nação, o fenômeno

da mediação e o papel do mediador paulatinamente tenderiam a desaparecer (Silverman, 1967, p. 292). Tal constatação não se comprovou historicamente, haja vista, por exemplo, o papel-chave de mediadores para a importação de modelos e códigos entre distintos contextos nacionais (Dezalay & Madsen, 2013), bem como a atuação de mediadores para o fluxo de recursos materiais e simbólicos entre as distintas esferas sociais cada vez mais autonomizadas.

Em estudo histórico acerca das elites intelectuais de Cabo Verde – agentes posicionados também em postos burocráticos e políticos –, Anjos (2003) analisa o trabalho de mediação política e cultural executado por tais agentes. De acordo com o autor, antes da independência do país, em 1975, as elites intelectuais, que dominavam os códigos culturais e o saber ocidental, operavam uma mediação entre o poder colonial e a sociedade local. Após a independência, as elites intelectuais cabo-verdianas continuam a exercer um papel determinante de mediação, desta vez entre o sistema internacional e a sociedade nacional. Na visão das elites autóctones, Cabo Verde seria dependente do auxílio e de subsídios estrangeiros para a sua sobrevivência; é nesse espaço que se realiza a mediação, que depende do domínio dos códigos ocidentais (Anjos, 2003).

No contexto brasileiro, além de ter sido amplamente utilizada para o estudo de elites políticas, isto é, para a análise dos mediadores (*brokers*) entre os recursos do Estado e as bases sociais e eleitorais – vide, por exemplo, os trabalhos clássicos de Coradini (2001) e Bezerra (1999) –, a noção de mediação tem servido também à análise de fenômenos da esfera da produção cultural.

Em estudo sobre elites intelectuais eclesiásticas vinculadas à Igreja Católica do Rio Grande do Sul, Seidl (2007) analisa agentes especialistas na “cultura” e na “história” da imigração e colonização alemã, mediadores culturais inseridos em diversas esferas sociais – como a religiosa, a acadêmica e a intelectual. Segundo o

autor, de modo semelhante ao que ocorre na mediação política, a mediação cultural contribui para o fluxo de recursos materiais e simbólicos entre os diversos espaços sociais.

O conceito de mediação possibilita a reflexão sobre a atuação e as relações estabelecidas entre os agentes do espaço do folclore. Os mediadores ocupam uma posição nevrálgica no espaço do folclore, atuando – para empregarmos as expressões de Wolf (1971, p. 65) –, como guardiões das “junções cruciais” e das “sinapses de relações” nesse espaço. Em certa medida, podemos conceber os especialistas em folclore formados pela ACG como *brokers* entre os recursos simbólicos provenientes da Europa e as “bases” compostas por folcloristas; além disso, tais agentes operam como mediadores culturais entre os grupos folclóricos e as instituições de legitimação do folclore “autêntico”. Do mesmo modo, instituições como a ACG realizam uma mediação cultural entre, de um lado, as fontes históricas para a prática do folclore e os especialistas provenientes da Europa e, de outro, os folcloristas brasileiros.

Ao reconstituirmos a estrutura do espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil, constatamos a existência de variadas instâncias de mediação cultural, que têm como finalidade última realizar uma mediação entre as fontes históricas que sustentam a prática do folclore germânico e o conjunto de folcloristas e dançarinos brasileiros. Dito de outra forma, por meio do trabalho de mediação cultural realizado pelas mais variadas instituições e agentes, realiza-se principalmente uma mediação entre as fontes históricas que dão sustentação à prática da dança popular de origem germânica e o espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil.

A ACG realiza um trabalho de mediação cultural entre, de um lado, especialistas europeus em folclore (que ministram os cursos promovidos pela entidade) e as fontes folclóricas históricas de origem germânica e, de outro, os coordenadores de grupos folclóricos no Brasil. Por meio da formação dos coordenadores dos grupos folclóricos, a ACG intermedeia as fontes que dão susten-

tação à prática das danças populares germânicas e os grupos de dança folclórica “alemã” no Brasil. Os coordenadores, por sua vez, intermedeiam a relação entre o conjunto mais amplo de dançarinos e de grupos de dança e as instituições promotoras e legitimadoras do folclore, intermediando, ao mesmo tempo, o acesso às fontes históricas que garantem a “autenticidade” e a legitimidade do folclore. Entre os grupos de dança e a ACG, verificamos ainda a existência de outras instâncias de mediação, as associações regionais (ou ligas de folclore), que realizam um trabalho de mediação cultural entre, de um lado, os grupos folclóricos com escopo de atuação municipal e, de outro, a principal entidade promotora do folclore “alemão” no Brasil, garantindo igualmente o acesso às referências históricas que embasam a execução e a performance das danças populares germânicas no contexto brasileiro.

Nesse sentido, podemos indicar um duplo caráter do fenômeno da mediação cultural, de natureza simbólica e política: a mediação cultural é o lugar político da dominação simbólica, isto é, o espaço da mediação é o lócus da dominação na esfera da cultura, em que se definem critérios de “autenticidade” e onde se inscrevem os atributos legítimos de determinada prática cultural.

Em análise sobre a cultura e o patrimônio no Maranhão, Reis (2010) define a mediação cultural como o processo de produção de conhecimento e de produção de normas, isto é, de decodificação do mundo (descrição) e de recodificação (prescrição). Desse modo, os mediadores circunscrevem as fronteiras de um lugar singular de inscrição, contribuindo para a afirmação do que lhe é específico. Os mediadores definem aquilo que deve ser preservado, aquilo que é “autêntico”.

No que tange à prática do folclore “alemão” no Brasil, podemos compreender a mediação cultural executada pela elite cultural folclorista como um trabalho que consiste na decodificação de fontes históricas sobre danças (*Tanzbeschreibungen*) e de registros visuais e iconográficos sobre trajes (*Trachten*) e, simultane-

amente, na prescrição de códigos e condutas que visam garantir a “autenticidade” do folclore, por meio da reprodução de fontes históricas do modo mais fiel e fidedigno possível. De tal modo, no espaço do folclore “alemão”, a mediação cultural depende de um trabalho especializado de leitura e de pesquisa histórica acerca de danças e trajes folclóricos, destinado à garantia dos padrões de “autenticidade” e de fidedignidade das práticas, através da reprodução de fontes históricas, o que garante o aspecto de tradicionalidade e de invariabilidade das danças e dos trajes.

Na concepção dóxica do espaço do folclore, uma dança folclórica alemã “autêntica” é aquela que reproduz, do modo mais fiel possível, uma *Tanzbeschreibung*. Uma *Tanzbeschreibung*, como o próprio termo sugere, é uma descrição textual que registra detalhadamente as “sequências” de uma dança (*Tanzfolgen*), bem como as “figuras” (*Tanzfiguren*) e os “passos” (*Tanzschritten*) que compõem uma dança popular de origem germânica. Com base nas *Tanzbeschreibungen*, que contêm descrições sistemáticas das figuras, dos movimentos e da execução das danças, os especialistas em folclore executam seu trabalho de mediação cultural, definindo e legitimando a “autenticidade” no folclore.

As *Tanzbeschreibungen* foram produzidas, em sua maioria, no século XIX e início do século XX, tomando como referência um período histórico anterior, que compreende os séculos XVI a XVIII, período em que (cf. Burke, 2010) verificou-se a “descoberta do povo” e da cultura popular na Europa, no início da Idade Moderna. Apesar dos registros folclóricos remontarem a períodos historicamente longínquos, tais fontes estão compiladas em obras com datação relativamente recente, quase todas publicadas a partir da segunda metade do século XX. Tais livros compõem acervos e coleções pessoais e institucionais de bibliotecas de folclore – o maior deles localizado na ACG. Para os especialistas em folclore, tais livros – obras folclóricas, compêndios da cultura e do conhecimento “populares” – servem, em última instância, como repositórios para pesquisa.

Nesse sentido, pode-se argumentar que a “autenticidade” se fundamenta na história, na antiguidade e na ancestralidade do folclore. Os registros de danças e trajes, levantados por meio de pesquisa histórica, constituem-se como as principais fontes de legitimidade para essa prática cultural. Desse modo, a legitimação do caráter tradicional do folclore se baseia na invariabilidade e na reprodução fidedigna de danças e de indumentárias, tomando a Alemanha e demais territórios germânicos como referências. Em outras palavras, a autenticidade do folclore se baseia em critérios simbólicos, de natureza eminentemente histórica.

Em suma, com base na pesquisa em um conjunto de referências históricas que representa e constitui o folclore alemão “autêntico”, os especialistas em folclore exercem seu papel de mediação cultural, interpretando e decodificando tais fontes históricas, o que possibilita que um conjunto amplo de dançarinos e grupos folclóricos execute no presente performances que reconstituam as danças populares praticadas na Alemanha e demais territórios germânicos, em períodos históricos delimitados. Assim, tais fontes históricas são mobilizadas para legitimar a prática do folclore “alemão” no Brasil, legitimando também uma concepção específica de folclore promovida pela elite cultural folclorista, orientada segundo os princípios da “autenticidade”, da antiguidade e do valor histórico.

Perfil, trajetórias e trunfos sociais da elite cultural do folclore “alemão”

O quadro de caracteres pertinentes⁷ a um conjunto de membros da elite cultural folclorista “alemã” no Brasil, apresentado

7 Para apontamentos teórico-metodológicos sobre essa ferramenta de pesquisa, ver Bourdieu (2010, p. 23-34); para uma aplicação empírica, consultar Miceli (1977, p. 18-19). A construção do quadro depende da realização de uma prosopografia (ou biografia coletiva). Para apontamentos sobre tal abordagem, ver Stone (2011); para estudos que empregam a prosopografia ver, p.ex., Love & Barickman (2006) e Canêdo (2013).

a seguir, congrega um conjunto de informações acerca do perfil social de alguns dos especialistas em folclore que entrevistei, tendo efeito demonstrativo da morfologia e da lógica do espaço do folclore, bem como dos principais caracteres de origem social, trajetória (cf. Bourdieu, 2006), trunfos sociais e posição ocupada no espaço por tais folcloristas, caracteres constitutivos e necessários à composição da elite cultural do folclore “alemão” no Brasil. Tal quadro serve à análise e à explicitação das principais constatações sociológicas acerca das estruturas sociais que constituem o espaço de práticas do folclore “alemão”, especialmente no que tange à trajetória social e aos recursos e capitais disponíveis e constitutivos dos agentes sociais que integram a elite do folclore.

Enquanto um agrupamento de agentes responsável pela execução de um trabalho cultural especializado, a elite cultural do folclore constitui-se como um corpo de especialistas dotado de trunfos sociais, de saberes e de uma expertise singulares, específicos e diferenciais, necessários ao seu trabalho de mediação cultural. Em outras palavras, os especialistas em folclore constituem-se como um grupo de agentes possuidor de um volume de capitais que possibilita a tomada de posições destacadas no espaço do folclore e, por consequência, a formação e a composição de uma elite cultural. Tendo por base o quadro de caracteres sociais pertinentes a um conjunto de membros da elite cultural folclorista, procedo a uma análise e síntese dos principais caracteres sociais relacionados aos especialistas em folclore, sua biografia social e os capitais disponíveis e adquiridos com a prática do folclore.

Os membros da elite cultural folclorista, via de regra, nasceram e têm uma biografia social desenvolvida em municípios da região Sul do Brasil, caracterizados pelo processo de colonização alemã ou de origem germânica. Ainda que as localidades de residência e de atuação cotidiana dos especialistas em folclore sejam bastante heterogêneas – considere-se, por exemplo, as di-

Quadro 1: Caracteres pertinentes a um conjunto de membros da elite cultural do folclore "alemão" no Brasil.

(1)*	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Batista, Ermandes	21/09/1971 Goiás (GO) Blumenau (SC)	Heptavó alemão	Pai operário. Mãe possuía envolvimento em atividades de música na igreja	Superior (turismo e lazer)	Sim	Morou na Alemanha por dois anos, a trabalho	Participou de vários cursos da ACG. Passou recentemente a organizar e coordenar cursos	Coordenador de grupo; presidente da Associação dos Grupos Folclóricos do Médio Vale do Itajaí (AFG) (SC)	Analista de comércio exterior. Sem relação com o folclore	Não
Böelling, Ingrid	31/05/1961 Trombudo Central (SC) Trombudo Central (SC)	Avós e tios imigrantes	Pai marceneiro, mãe do lar. Mãe possuía envolvimento em atividades da Igreja Luterana (IECLB)	Ensino médio. Diploma profissional (educação física)	Sim	Não	Participou de vários cursos da ACG. Organizou repasses de danças	Coordenadora de grupos; ex-presidente da Liga do Folclore do Alto Vale do Itajaí (SC); ex-membro da diretoria da ACG	Funcionária pública municipal, com cargo de instrutora de dança (foco em folclore "alemão")	Não
Folclorista*	Nascimento (1)	Antepassados (2)	Profissão dos pais (3)	Escolaridade	Domínio da língua alemã	Viagens (4)	Participação / coordenação (5)	Coordenação de grupos folclóricos (6)	Profissão / (7)	Produção escrita (8)
Correia, Cassio	06/08/1980 Jaraguá do Sul (SC) Joinville (SC)	Tataravós imigrantes	Pais comerciantes. Sem envolvimento com cultura ou folclore "alemão"	Superior (artes, bacharel em teatro)	Não. Domina parte do vocabulário alemão utilizado no folclore	Não	Participou de vários cursos da ACG. Ministrou oficinas sobre teatro em cursos da ACG	Ex-coordenador de grupos; ex-presidente da Liga de Grupos Folclóricos do Vale do Itapocu (SC)	Produtor cultural e ator. Atuação na esfera do teatro (presidente de entidades da classe artística). Atuação como professor de artes do Colégio Evangélico Jaraguá (SC), onde trabalhava com dança folclórica. Atualmente possui pouco envolvimento com grupos folclóricos	Não
Heumann, Beno	13/05/1944 Erechim (RS) Nova Petrópolis (RS)	Pai alemão	Pai missionário da IECLB, músico e promotor de atividades ligadas à cultura e folclore "alemão"	Superior (educação artística, ênfase em música)	Sim	Várias estadas no exterior. Morou na Alemanha, para realização de curso de formação relacionado à cultura alemã	Realizou curso de "folclore" na Alemanha. Organizador e coordenador de cursos	Organizador / fundador de grupos; fundador e ex-diretor do Departamento de Danças da ACG; ex-diretor-geral da ACG, por um breve período de tempo	Aposentado. Foi funcionário contratado da ACG (direção do Departamento de Danças)	Sim

(1) Folclorista (2) Nascimento / naturalidade / residência (3) Antepassados de origem germânica (4) Profissão dos pais/ Envolvimento da família com cultura ou folclore "alemão" (5) Escolaridade (6) Domínio da língua alemã (7) Viagens ou estadas na Alemanha / Europa (8) Participação / coordenação em cursos de especialização em folclore (9) Coordenação de grupos folclóricos/ Membro de instituição de folclore (presidência, diretoria) (10) Profissão / Profissionalização relacionada ao folclore (11) Produção escrita sobre folclore "alemão"

*Todos os sujeitos de pesquisa autorizaram a identificação dos seus nomes próprios.
(Fonte: entrevistas).

Quadro 1: Caracteres pertinentes a um conjunto de membros da elite cultural do folclore “alemão” no Brasil.

Continua

(1)*	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Heumann, Eredi (Frau)	24/04/1948 Gruá (RS) Nova Petrópolis (RS)	Avó imigrante	Pai artesão e dono de funerária. Mãe do lar. Pai foi presidente de comunidade luterana	Ensino médio	Sim	Várias estadas no exterior. Viagens relacionadas à sua atuação com folclore (ênfase em trajes folclóricos)	Atuação em cursos da ACG, com atividades voltadas à questão dos trajes folclóricos	Atuação conjuntamente a seu marido na direção-geral da ACG, por um breve período de tempo	Proprietária e diretora de “Pesquisa e Desenvolvimento” do maior ateliê de confecção de trajes folclóricos no Brasil (Trachtehaus)	Não
Kleine, Dieter	22/12/1975 Gramado (RS) Gramado (RS)	Pai alemão	Avó presidente da Federação 25 de Julho, fundador da ACG, professor ligado à IECLB. Pai diretor da ACG, professor ligado à IECLB. Mãe professora	Ensino médio	Sim	Estadas para formação relacionada à atuação com folclore	Organizador e coordenador de cursos	Ex-coordenador de grupos; diretor do Departamento de Danças da ACG; diretor-geral da ACG	Diretor-geral da ACG	Não
Kleine, Gerhard	13/03/1942 Alemanha Gramado (RS)	Não se aplica	Pai presidente da Federação 25 de Julho, fundador da ACG, professor ligado à IECLB. Mãe do lar, “secretária do marido	Ensino normal (habilitação como professor catequista)	Sim	Não se aplica	Organizador de cursos	Ex-diretor-geral da ACG, durante três décadas	Aposentado. Foi diretor-geral da ACG e professor	Sim
Simões, Denis	18/04/1981 Porto Alegre (RS) Porto Alegre (RS)	Bisavós imigrantes	Pai e mãe comerciantes. Sócios do Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre	Superior (bacharel em publicidade, licenciado em história). Pós-graduação (mestre em comunicação)	Sim	Viagens e estadas relacionadas à sua atuação com folclore	Participou de vários cursos da ACG	Coordenador de grupo; membro da diretoria da ACG; presidente do Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre	Professor universitário. Atuação profissional sem relação com o folclore	Sim

(1) Folclorista (2) Nascimento / naturalidade / residência (3) Antepassados de origem germânica (4) Profissão dos pais/ Envolvimento da família com cultura ou folclore “alemão” (5) Escolaridade (6) Domínio da língua alemã (7) Viagens ou estadas na Alemanha / Europa (8) **Participação / coordenação em cursos de especialização em folclore**(9)**Coordenação de grupos folclóricos**/ Membro de instituição de folclore (presidência, diretoria) (10) **Profissão** /Profissionalização relacionada ao folclore (11) **Produção escrita** sobre folclore “alemão”

*Todos os sujeitos de pesquisa autorizaram a identificação dos seus nomes próprios.
(Fonte: entrevistas).

ferenças evidentes de porte e em termos de intensidade de atividades culturais entre, de um lado, municípios extremamente pequenos, como Trombudo Central e Giruá e, de outro, grandes cidades como Joinville e Porto Alegre –, a inserção e as tomadas de posição no espaço do folclore constituem-se, de certo modo, como “caminhos que levam” a Gramado, local que opera como uma espécie de centro de poder do espaço do folclore, isto é, os especialistas em folclore dirigem-se até a cidade de Gramado para a realização de cursos de especialização, normalmente uma vez ao ano, acessando o repertório mais recente de danças folclóricas certificadas e autenticadas institucionalmente. Posteriormente, tais danças são repassadas pelos mediadores aos níveis regional (ligas de folclore) e local (grupos folclóricos), sendo performadas também em eventos cívicos e comunitários no próprio município de atuação do grupo folclórico, bem como em eventos folclóricos que reúnem grupos de diferentes cidades e regiões. Com a antiguidade no espaço do folclore e a aquisição de capital de relações sociais, coordenadores eventualmente ascendem a posições de diretoria de regionais de folclore – compreendidas como braços regionais da ACG – e até mesmo à diretoria colegiada da Casa da Juventude. Nesse processo, realizam-se as intermediações e a garantia de “autenticidade” das danças no espaço de relações do folclore “alemão” no Brasil.

Os especialistas em folclore possuem, geralmente, ascendência alemã – seja bastante próxima (uma ou duas gerações), seja mais longínqua (mais de quatro gerações). No que tange à origem familiar, a maior parte dos especialistas herdou uma experiência e familiaridade com práticas culturais desenvolvidas no contexto familiar – seja propriamente “folclóricas”, seja atividades culturais mais genéricas, notadamente aquelas desenvolvidas na esfera religiosa. O capital familiar mostra-se um recurso importante no espaço do folclore, especialmente se levarmos em conta a realidade constatada na principal instituição do espaço: a ACG, desde sua fundação, foi dirigida por três gerações da mesma família. Ademais, o capital de relações

familiares mostra-se importante para a inserção e a atuação no espaço do folclore.

Os especialistas em folclore, via de regra, possuem domínio do idioma alemão. A aprendizagem da língua alemã se deu, principalmente, no meio familiar, sendo incorporada normalmente durante a infância – constituindo-se como mais um dos trunfos sociais herdados por tais agentes. Outro elemento, relacionado ao capital linguístico, é a circulação internacional desses agentes – muitas vezes com relação direta à atuação no folclore –, direcionada especialmente a países de língua alemã. O capital linguístico é um recurso central à prática do folclore, necessário e indispensável à leitura em primeira mão das fontes históricas que dão sustentação ao folclore, produzidas e registradas no idioma alemão.

Muito embora, como foi argumentado, seja possível executar o folclore “alemão” com base em uma mimese de registros produzidos em imagem em movimento – o que dispensa o domínio linguístico –, os especialistas em folclore – isto é, os agentes que ocupam as principais posições no espaço e que compõem a elite cultural folclorista – têm domínio do idioma alemão, possuindo competência para a decodificação de registros históricos folclóricos em primeira mão, trabalho de mediação cultural que, ademais, está na base do procedimento de produção de registros em vídeo das danças.

Destaca-se, em termos de origem social e trajetória, o fato dos agentes que constituíram e estruturaram o espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil possuírem relações estreitas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Os principais agentes fundadores de instituições do folclore provêm do contexto religioso; ademais, boa parte dos agentes recrutados para atuação em tais entidades possuía vínculos com a religião de confissão luterana (cf. Voigt, 2019). Alguns agentes obtiveram inclusive possibilidades de formação escolar e circu-

lação internacional proporcionadas por entidades vinculadas à Igreja Luterana.

Nos dias atuais, com a perda da centralidade e quase exclusividade das instituições religiosas na promoção das atividades de cunho simbólico e cultural no contexto das comunidades de origem alemã no Sul do Brasil, verifica-se um processo de recrutamento em marcos "seculares", isto é, atualmente as ligações com a Igreja Luterana têm menor importância para o recrutamento de agentes para o espaço do folclore. Ademais, apesar de algumas entidades vinculadas à Igreja Luterana – tais como escolas e comunidades evangélicas municipais – manterem o investimento na promoção e no fomento da prática do folclore, pode-se afirmar que atualmente o folclore "alemão" no Brasil está relativamente autonomizado em relação à esfera religiosa, que perde centralidade no que tange à estruturação das práticas culturais – e dos valores subjacentes a tais práticas – desenvolvidas no espaço do folclore.

No que tange à formação escolar, os agentes usualmente possuem diploma superior – nas mais diversas áreas, seja nas "humanidades" e nas "artes", seja em áreas de formação sem relação mais próxima com o universo da cultura –, alguns chegando à pós-graduação. Do quadro apresentado – que toma por base alguns dos especialistas em folclore –, depreende-se que o ensino médio predomina entre as mulheres, realidade que não se verifica na totalidade do espaço, na medida em que há predominância do ensino superior entre os especialistas em folclore – especialmente se considerarmos as gerações mais jovens –, não havendo diferenças significativas entre homens e mulheres.

É nos agentes com diploma superior que predomina a produção escrita relacionada ao folclore, especialmente entre aqueles com diploma em história. Todavia, a produção escrita no espaço do folclore "alemão" no Brasil é, de modo geral, bastante restrita, assertiva que pode ser demonstrada no fato da produção escrita

sobre folclore “alemão” – tomando como referência os membros da elite cultural folclorista, isto é, os agentes com maior investimento em especialização e que ocupam posições diretivas no espaço –, não se configurar como uma prática difundida e predominante.

Deve-se ressaltar que os agentes com investimento no espaço do folclore se conhecem e inter-reconhecem, sendo o capital de relações sociais um elemento importante para o recrutamento e a participação em cursos de especialização – isto é, para a entrada no meio dos especialistas em folclore –, para o recebimento de convites para apresentações e encontros folclóricos, bem como para a inserção e ascensão na hierarquia das instituições promotoras de folclore. Assim, pode-se afirmar que os agentes que compõem a elite cultural do folclore “alemão” possuem boas redes de relações sociais, formadas no trabalho com o folclore e que amplificam as possibilidades e modalidades de atuação no espaço.

São elementos característicos das tomadas de posição de agentes que integram a elite cultural folclorista: a participação em cursos de especialização, a coordenação de grupos e a participação diretiva em instituições legitimadoras do folclore – de âmbito regional e nacional. Um especialista em folclore, via de regra, participou de vários cursos de especialização em danças folclóricas ou atuou na organização de tais cursos; tal formação possibilita a ascensão à posição de coordenador de grupos e, posteriormente, a participação na direção ou a própria presidência de instituições legitimadoras do folclore – como as associações regionais de folclore e a Casa da Juventude. Nesse sentido, integrar a elite cultural do folclore é um processo que demanda anos de investimento – normalmente décadas –, processo por meio do qual o agente passa a ser conhecido e reconhecido pelos pares, incorpora o *modus operandi* do folclore “alemão” no Brasil, amplia o conhecimento no que tange ao repertório de danças folclóricas e adquire experiência na prática folclórica.

É válido ponderarmos sobre o peso relativo dos distintos capitais, recursos e trunfos sociais para o acesso ao meio do folclore e para a composição da elite cultural folclorista. O sociólogo das elites deve estar atento às eventuais – e frequentes – relações entre grupos familiares, instituições e carreiras. No espaço do folclore, os laços familiares parecem constituir um recurso de primeira ordem para a gestação de disposições culturais nos agentes, para a ascensão a instituições e posições destacadas no espaço, bem como para o reconhecimento pelos pares. Tal assertiva se comprova no fato de três gerações da mesma família atuarem na direção da principal instituição do espaço e, igualmente, na constatação de que outro grupo familiar ocupa a principal posição na atividade de confecção de trajes folclóricos⁸.

Outros dois recursos da maior importância, que se configuram de modo inter-relacionado, são a antiguidade no folclore e o capital social, isto é, o capital social é um recurso crucial para as trajetórias dos agentes no espaço, sendo tanto maior quanto mais antiga é a inserção do agente no espaço, com a participação em cursos de formação, a coordenação de grupos folclóricos e a participação em eventos folclóricos. O capital linguístico se afigura como outro trunfo essencial, na medida em que é indispensável ao trabalho de decodificação em primeira mão dos registros históricos. Ademais, os folcloristas com domínio do alemão são chamados a auxiliarem o professor estrangeiro no repasse das danças durante os cursos; isso possibilita reconhecimento, além da aproximação e da possibilidade de diálogo direto e frequente com o professor, o que leva, em alguns casos, até mesmo à execução de uma função de mediação entre o professor estrangeiro convidado e os demais participantes de um curso.

A circulação internacional, por outro lado, pode ser compreendida mais como uma consequência ou fator relacionado à atua-

8 Para uma análise detalhada das relações entre grupos familiares e a prática do folclore "alemão" no Brasil, ver Voigt (2020).

ção com folclore do que como um trunfo de primeira ordem na composição da elite folclorista, isto é, mesmo nos casos em que a circulação internacional se direciona à realização de cursos em folclore – e não ao turismo ou aquisição de experiências culturais genéricas –, os cursos no exterior não diferem do formato adotado pelos cursos realizados no Brasil – a saber, reunião de dançarinos e repasse de danças com bases em registros textuais.

Por fim, no que tange ao fenômeno da profissionalização, deve-se salientar que se trata de uma possibilidade bastante restrita no espaço do folclore “alemão” no Brasil. Tem efeito comprobatório de tal assertiva o fato de, dentre os oito agentes elencados no quadro de membros da elite cultural folclorista, apenas cinco terem se profissionalizado em atividades ligadas à prática do folclore. Na medida em que os agentes elencados ocupam algumas das principais posições na hierarquia do espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil e, constatando que nem todos se profissionalizaram através do folclore, podemos vislumbrar as oportunidades limitadas de profissionalização para o conjunto mais amplo de agentes que integram o espaço do folclore “alemão” no Brasil⁹.

A única atividade em que a profissionalização se apresenta como regra diz respeito à confecção de trajes folclóricos, embora os agentes que investem em tal prática representem um contingente pouco expressivo, se considerarmos a totalidade de agentes que integram o espaço do folclore – foi possível obter menções a apenas cinco ateliês de confecção de trajes folclóricos no país. Desse modo, o folclore se constitui como uma atividade ocupacional paralela às ocupações profissionais dos agentes – sendo realizado no tempo vago, durante fins de semana ou em horários de folga. Na visão e no vocabulário internos do espaço, os agen-

9 Sugestivo, nesse contexto, é o caso de um entrevistado que acabou desengajando-se com o folclore, realizando a sua profissionalização na esfera da cultura através do engajamento com a prática do teatro.

tes justificam o investimento no folclore salientando o "amor" e a "paixão" pela cultura alemã, além de apontarem a importância do trabalho cultural realizado em termos de oferta cultural destinada a comunidades de descendentes de alemães, com ênfase à juventude.

Por esse caminho, em termos de retribuição ou gratificação à prática do folclore, podemos constatar um peso pouco importante à retribuição profissional e econômica – que se estende a um número limitado de agentes –, e um peso enorme em termos de retribuição simbólica – os especialistas em folclore seriam reconhecidos como representantes de uma etnicidade e constituiriam a autoridade de uma prática cultural, adquirindo visibilidade em suas respectivas comunidades por meio desse trabalho cultural – e de retribuição psicológica – considerando o papel do folclore para a construção da autoimagem identitária teuto-brasileira (cf. Voigt, 2008) por parte dos folcloristas. O capital de relações sociais adquirido com o investimento no folclore, bem como as viagens, os eventos e os espaços de sociabilidade e de lazer acessados por meio de folclore parecem, no mesmo sentido, retribuições não desprezíveis para o engajamento dos folcloristas.

Considerações finais: as estratégias de simbolização da elite folclorista

Deve-se salientar que o conjunto de especialistas em folclore pode ser caracterizado enquanto uma elite, quando consideramos a estrutura e a hierarquia interna do espaço do folclore – isto é, tais agentes ocupam uma posição estruturalmente dominante em tal microcosmo social. Desse modo, "elite folclorista" não pode ser compreendida no sentido de uma posição de classe. A confusão entre tais definições é o principal fator explicativo para a estranheza e a rejeição à própria noção de elite cultural no espaço do folclore – isto é, para o fato dos especialistas em

folclore não se conceberem enquanto uma “elite” ou “grupo dominante” (cf. Voigt, 2021).

O termo elite, no sentido empregado nesta pesquisa, não denota uma posição definida em função do volume de capital econômico disponível aos especialistas em folclore, mas define a posição estrutural ocupada por tais agentes no espaço do folclore: os especialistas em folclore ocupam as principais posições em entidades legitimadoras do folclore, possuem um conjunto de habilidades e competências culturais especializadas e diferenciadas e realizam – por meio da tomada de posições estruturalmente definidas e dominantes – o trabalho de mediação cultural – e, simultaneamente, de dominação simbólica – responsável pela legitimação de um folclore “alemão” no Brasil, garantindo sua “autenticidade” e fidedignidade histórica.

Na qualidade de uma elite cultural, isto é, enquanto um conjunto de agentes que ocupa uma posição estruturalmente dominante em um microcosmo social e que executa um trabalho de mediação cultural – que define o espaço da dominação no âmbito da cultura, isto é, que representa o lócus político da dominação simbólica –, os especialistas em folclore desenvolvem estratégias de simbolização para as suas práticas culturais, que são definidas estruturalmente.

No espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil, a simbolização levada a cabo pelos folcloristas pode ser descrita nos seguintes termos: (1) a execução de um folclore orientado segundo critérios de “autenticidade” e fidedignidade histórica depende da reprodução tanto mais fiel quanto possível de registros textuais e iconográficos de práticas da cultura germânica do passado; (2) desse modo, a prática da dança e a utilização de indumentárias típicas, historicamente embasadas, têm por objetivo a reprodução de práticas do passado; (3) tais práticas têm por finalidade última o estabelecimento de laços e vínculos entre grupos folclóricos brasileiros e a Alemanha, através da associação entre uma heran-

ça dos antepassados imigrantes, resgatada e cultivada, e as práticas folclóricas germânicas, retomadas e executadas no presente; (4) tal esforço de identificação e de construção de laços com a Alemanha depende de um trabalho especializado de pesquisa em fontes produzidas no contexto alemão e europeu, ainda que a narrativa dominante no espaço aponte que a prática do folclore esteja embasada em um trabalho de “resgate” cultural da herança dos antepassados imigrantes – a quem as práticas folclóricas só podem ser vinculadas *ex post facto*, se considerarmos que o folclore como é concebido atualmente não é uma herança direta do processo de imigração e de colonização; (5) tal constatação implica, inequivocamente, que a estratégia de simbolização do folclore é um processo permeado pelo que se compreende como “invenção das tradições”; (6) o trabalho cultural do folclore produz, em última instância, uma identificação e um esforço contemporâneo de inserção na cultura germânica e na história comum da Alemanha, estando as estratégias de simbolização diretamente imbricadas na construção da autoimagem e dos sentidos identitários¹⁰ dos descendentes de alemães folcloristas no Brasil (cf. Voigt, 2018b).

Assim, a estratégia de simbolização vigente e dominante no espaço do folclore encara as danças e os trajes folclóricos como símbolos da história do processo de imigração e de colonização alemã no Brasil, e como símbolos de pertencimento cultural e étnico à “germanidade”, experiência desenvolvida pelos grupos folclóricos nos marcos do que se convencionou chamar de teuto-brasilidade.

10 Para uma análise da construção da autoimagem identitária de descendentes de alemães, a partir da chave da memória, ver Voigt (2017).

Referências

- Anjos, José Carlos G. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, a. 25, n. 3, 2003, p. 579-606.
- Bezerra, Marcos O. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta M.; Amado, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- Bourdieu, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Bourdieu, Pierre. Estratégias de reprodução e modos de dominação. **Repocs**, São Luís, v. 17, n. 33, jan./jul. 2020, p. 21-35.
- Bourdieu, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: Nogueira, Maria A.; Catani, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 65-69.
- Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- Burke, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Canêdo, Letícia B. Herdeiros, militantes, cientistas políticos: socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). In: Canêdo, Letícia B.; Tomizaki, Kimi; Garcia Jr., Afrânio R. (Orgs.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 53-90.
- Coradini, Odaci L. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 125-144, 2003.
- Coradini, Odaci L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- Coradini, Odaci L. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 425-466, nov. 1996 / fev. 1997.
- Dezalay, Yves; Madsen, Mikael R. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais: estratégias cosmopolitas e reprodução das hierarquias

sociais. In: Canêdo, Letícia B.; Tomizaki, Kimi; Garcia Jr., Afrânio R. (Orgs.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 23-52.

Elias, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

Engelmann, Fabiano. Para uma sociologia política das instituições judiciais. In: Engelmann, Fabiano (Org). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. p. 17-38.

Fernandes, Dmitri C. **A inteligência da música popular**: a "autenticidade" no samba e no choro. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fernandes, Dmitri C. Anatomia do gosto da música popular brasileira. In: **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia: Anpocs, 2012.

Geraldo, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

Gertz, René E. A guerra que ainda não terminou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

Grill, Igor G. Por uma sociologia da institucionalização. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 14, n. 31, p. 300-308, set./dez. 2012.

Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Love, Joseph L.; Barickman, Bert J. Elites regionais. In: Heinz, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77-97.

Miceli, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-79, abr. 2003.

Miceli, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**: estudo clínico dos anatolianos. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Nedel, Letícia B. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 62, p. 193-215, dez. 2011.

Nedel, Letícia. B. **Um passado novo para uma história em crise**: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). 2005. 560 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

Petrarca, Fernanda R. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **Tomo**, São Cristóvão, n. 13, p. 169-200, jul./dez. 2008.

Reis, Eliana T. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 499-523, set./dez. 2010.

Saint Martin, Monique de. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 127-149, 2002.

Sapiro, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Repocs**, São Luís, v. 9, n. 17, p. 19-50, jan./jul. 2012.

Seidl, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, dez. 2007.

Seidl, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 263-290, jan./jun. 2009.

Seidl, Ernesto. Elites e instituições: pistas para investigação. In: Grill, Igor G.; Reis, Eliana T. (Orgs.). **Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 97-125.

Seidl, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: Seidl, Ernesto; Grill, Igor G. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 179-226.

Seyferth, Giralda. Imigração e Etnicidade no Vale do Itajaí (SC). In: **Anais Eletrônicos do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 14.043-14.058.

Silverman, Sydell F. The community-nation mediator in traditional Central-Italy. In: Potter, Jack M.; Diaz, May N.; Foster, George M. (Orgs.). **Peasant society: a reader**. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p. 279-293.

Stone, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

Vilhena, Luís R. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte / Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Voigt, André F. **A invenção do teuto-brasileiro**. 2008. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Voigt, Lucas. Entre o "povo" e a "elite": cultura popular e apropriação diferencial à luz da prática do folclore "alemão" no Brasil. **Repocs**, São Luís, v. 18, n. 1, p. 131-154, jan./abr. 2021.

Voigt, Lucas. Etnografando "casas" de folclore: relações entre configurações do espaço e os sentidos da prática do folclore "alemão" no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, p. 224-247, set./dez. 2020.

Voigt, Lucas. **O dever e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina**: Um esboço de sociologia da memória. Porto Alegre: Multifoco / Luminária Academia, 2017.

Voigt, Lucas. **O espaço de práticas do folclore "alemão" autêntico no Brasil**: Um estudo de sociologia da cultura e das elites. 2018a. 376 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Voigt, Lucas. O folclore "alemão" como prática identitária: O papel das danças e dos trajes folclóricos na construção de laços culturais e históricos com a Alemanha. In: Arendt, Isabel C.; Cunha, Jorge L.; Santos, Rodrigo L. (Orgs.). **Migrações**: perspectivas e avanços teórico-metodológicos. São Leopoldo: Oikos, 2018b. p. 924-940.

Voigt, Lucas. Trajetórias, modalidades de inserção religiosa e carreiras culturais: as imbricações entre o luteranismo e a prática do folclore "alemão" no Brasil. In: Rahmeier, Andrea H. P. et al. (Orgs.). **Migrações, educação e desenvolvimento**: Convergências e reflexões. Vol. 3. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 171-191.

Weingrod, Alex. Patrons, patronage, and political parties. **Comparative Studies in Society and History**, v. 10, n. 4, p. 377-400, jul. 1968.

Wolf, Eric R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: Shatin, Teodor (Org). **Peasants and peasant societies**: selected readings. Harmondsworth: Penguin Books, 1971. p. 50-68.

Recebido em 21/05/2020

Aceito em 30/04/2021

Avanços, Contradições e Desafios da Política de Cotas na Educação Básica: o Caso do Ensino Médio Profissionalizante do IFF Campus Campos Centro (2016-2018)*

*Marcos Abraão Fernandes Ribeiro***

*Luciana Machado da Costa****

*Sérgio Rangel Risso*****

Resumo

O presente artigo analisa a aplicação da política de cotas no Ensino Médio Integrado no *campus* Campos Centro do Instituto Federal Fluminense. A partir da análise dos dados, traçou-se um perfil dos alunos ingressantes em 2016 a partir de suas notas de ingresso e de seus desempenhos acadêmicos no período de 2016 a 2018. Os resultados apontaram que a implantação da política de cotas representou um avanço para a instituição, pois sem elas a maior parte dos estudantes cotistas não teria conseguido ingressar. Contudo, esses estudantes possuem uma taxa maior de evasão e de reprovação quando comparados aos alunos que ingressaram pela ampla concorrência. Essas contradições apontam a necessidade de se promover avanços nessa política pública e de se ampliar as pesquisas com foco na permanência e na política de cotas no Ensino Médio profissionalizante.

Palavras-chave: Ensino médio integrado. Política de cotas. Permanência. Sucesso Escolar.

* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no 43º Encontro Anual da ANPOCS (Ribeiro e Risso, 2019).

** Jornalista, sociólogo, mestre e doutor em Sociologia Política pela Uenf, Professor de Sociologia efetivo do IFFluminense, campus Campos Centro. E-mail: olamarcos@yahoo.com.br

*** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, licenciada em História, especialista em História e Cultura da África e Afro-Brasileira e mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. E-mail: lmachadoc75@gmail.com

**** Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), Pós-Graduação (Lato sensu) em História da África e do Negro no Brasil (2004) pela Universidade Cândido Mendes e Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006). Atualmente é professor EBTB (Sociologia) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). E-mail: sergio.risso@iff.edu.br

Advances, Contradictions and Challenges of the Quota Policy in Basic Education: the Case of Professional Education in High School At Iff Campus Campos Centro (2016-2018).

Abstract

This article analyzes the application of the quota policy in integrated high school on the Campos Centro campus of the Federal Fluminense Institute (FFI). From the data analysis, a profile of the students entering in 2016 was drawn up based on their admission grades and academic performance in the period from 2016 to 2018. The results showed that the implementation of the quota policy represented an advance for the institution, because without them most quota students would not have been able to enter. However, these students have a higher dropout and failure rate when compared to students who entered due to the wide competition. These contradictions point to the need to promote advances in this public policy and to expand research with a focus on permanence and quota policy in professional secondary education.

Keywords: Integrated high school. Quota policy. Permanence. School Success.

Avances, Contradicciones y Desafíos de la Política de Cuotas en Educación Básica: el Caso del Bachillerato Profesional en Iff Campus Campos Centro (2016-2018)

Resumen

Este artículo analiza la aplicación de la política de cuotas en el bachillerato integrado del *campus* Campos Centro del Instituto Federal Fluminense. A partir del análisis de los datos, se elaboró un perfil de los estudiantes que ingresaron en 2016 con base en sus calificaciones de admisión y desempeño académico en el período de 2016 a 2018. Los resultados mostraron que la implementación de la política de cuotas

representó un avance para la institución, porque sin ellos la mayoría de los estudiantes de cuota no hubiera podido ingresar. Sin embargo, esos estudiantes tienen una tasa de deserción y reprobación más alta en comparación con los estudiantes que ingresaron debido a la amplia competencia. Esas contradicciones apuntan a la necesidad de impulsar avances en esa política pública y de ampliar la investigación con enfoque en la política de permanencia y cuotas en la educación secundaria vocacional

Palabras clave: Bachillerato integrado. Política de cuotas. Permanencia. Éxito escolar.

Ações afirmativas têm ocupado um espaço significativo no debate intelectual e no senso comum do Brasil contemporâneo, pois além de seus impactos como política pública existe uma forte disputa sobre a narrativa mais adequada em relação às cotas raciais e a desigualdade. Precisamente, há uma contenda teórica e política sobre o significado do racismo na sociedade brasileira, sobre as desigualdades étnico-raciais e a necessidade ou não de ações específicas para combater seus efeitos. As políticas de ação afirmativa têm como objetivo promover algum tipo de reparação para grupos discriminados ou que sofrem exclusão socioeconômica (Feres Júnior, Daflon, 2015, p. 96) confrontando-se com os dilemas reconhecitivos e redistributivos, centrais no mundo moderno e globalizado (Fraser, 2013; Fraser, Honneth, 2006). Elas, portanto, procuram romper com os mecanismos seculares de exclusão que não são enfrentados pelas políticas públicas de caráter universal ou quando essas sequer existem (Feres Júnior, Daflon, 2015, p. 96; Jacoud, Beghin, 2002, p. 46). As produções sobre o tema realizadas por nossos principais intelectuais têm se concentrado nas instituições de ensino superior e na pós-graduação¹, com uma evidente ausência de pesquisas sobre a política de co-

1 Não temos o objetivo de esgotar a discussão, mas citamos alguns dos trabalhos mais relevantes sobre as ações afirmativas no Brasil: Paiva, 2010, 2013; Feres Júnior et al., 2018; Scherer-Warren, Ilse, Passos, 2016; Zoninsein, Feres Junior, 2010.

tas em outros níveis de ensino, particularmente no Ensino Médio. Uma possível explicação para essa situação pode ser encontrada na novidade da Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012a), regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (Brasil, 2012b), que fez com que as cotas estivessem presentes em todas as instituições da Rede Federal de Educação. O livro organizado por Frigotto (2018) sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT) confirma essa lacuna, pois não trouxe nenhum trabalho que apresentasse o Ensino Médio Integrado e a política de cotas como questões centrais, mesmo analisando instituições que têm profunda relação com essa modalidade de ensino.

O presente artigo pretende contribuir para diminuir essa lacuna, a partir da análise sobre a política de cotas no Ensino Médio Integrado do *campus* Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Para tanto, o trabalho é dividido em três partes: na primeira, apresenta-se uma breve discussão sobre o reconhecimento e a implantação das ações afirmativas pelo poder público no Brasil; na segunda, a história do IFF e da Rede Federal de Educação e a trajetória do Ensino Médio Integrado (EMI) é revisitada; na terceira, traçou-se um perfil dos alunos ingressantes em 2016 nos cinco cursos de EMI ofertados pelo *campus* Campos Centro a partir de suas notas de ingresso e de seus desempenhos acadêmicos no período de 2016 a 2018. Ao final, realiza-se uma síntese dos principais resultados para, a partir deles, defender a ampliação da agenda de pesquisa sobre as ações afirmativas no Brasil e a manutenção das cotas para o EMI.

1. As ações afirmativas e o Estado brasileiro

O tema das ações afirmativas ganhou destaque político e acadêmico no Brasil nas últimas duas décadas, impulsionado pelos movimentos sociais, especialmente pelo movimento negro,

e por sua inclusão na agenda governamental das políticas públicas. Identifica-se os primeiros avanços da discussão no âmbito do Governo Federal durante a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o primeiro chefe de Estado que admitiu oficialmente a existência da discriminação racial na sociedade brasileira (Feres Júnior, Campos, Daflon, 2013; Jacoud, Beghin, 2002). Foi também durante o governo Cardoso que o país enviou em 2001 à cidade de Durban na África do Sul uma delegação oficial para participar da Conferência Mundial Sobre o Racismo convocada pela ONU-UNESCO. Ao final da Conferência, o Brasil assinou a Declaração de Durban, em que se comprometia a criar políticas afirmativas para combater a discriminação racial e, pela primeira vez, reconheceu a responsabilidade histórica do Estado brasileiro com a escravidão e a manutenção das desigualdades econômicas e raciais por ela causadas, incluindo o racismo.

Nas administrações seguintes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foram adotadas medidas para a implementação de um conjunto de ações propositivas – formulação de programas de ampliação da oferta e do acesso ao Ensino Superior – como o PROUNI, FIES, REUNI – e busca pela igualdade racial – como a criação da SEPIR e as formulações da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) e do Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), que culminaram com a criação da Lei nº 12.711 de 2012 (Brasil, 2012).

Conhecida como Lei das Cotas, a Lei nº 12.711 de 2012 tem particular importância para este artigo porque foi a partir dela que se instituiu a reserva de 50% das vagas oferecidas em todos os cursos das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inclusive no técnico na etapa do Ensino Médio para os alunos egressos de escolas públicas, para os alunos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita* e para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Até a promulgação da Lei 12.711 em 2012, as ações afirmativas se restringiam ao Ensino Superior, embora não houvesse uma legislação específica que determinasse sua obrigatoriedade. Mesmo sem uma legislação federal, havia um importante contingente de universidades que já adotavam de forma autônoma as cotas: “Se computarmos as federais e estaduais, esse percentual subia para mais de 71% das universidades públicas brasileiras” (Feres Júnior, Campos, Daflon, 2013, p. 407). A Lei 12.711/2012, portanto, não só estabeleceu a obrigatoriedade e abrangência para as Universidades Federais, como também introduziu um avanço fundamental ao incluir os Institutos Federais com seus respectivos cursos técnicos de nível médio, inclusive o Ensino Médio Integrado.

A integração da etapa do Ensino Médio ao tema das ações afirmativas coloca novos desafios para as instituições e para a discussão acadêmica. Embora com algumas lacunas, o debate e a implementação das políticas de cotas nas universidades se encontram em estágio avançado, enquanto que nos Institutos Federais ainda estão em fase inicial, se assim podemos considerar. Além disso, é preciso destacar a complexidade do Ensino Médio em relação ao Superior no Brasil, no que se refere à faixa etária dos alunos, expectativas quanto ao mercado de trabalho, taxas de evasão e permanência. Estudos como os de Ribeiro (2011) reafirmam o papel estratégico da educação no combate às desigualdades ao longo das gerações, o que, por sua vez, coloca a política de cotas para o ensino médio profissionalizante no centro de um debate novo e fundamental para se pensar ensino, sucesso escolar e transformação social no Brasil.

Todas essas questões sinalizam para a pertinência de um estudo sobre como as cotas estão sendo implementadas e de seus efeitos a médio e longo prazos nos Institutos Federais de Educação, especialmente no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

2. A formação do IFF e as cotas no Ensino Médio Profissionalizante

Para uma compreensão sobre as características e singularidades do IFF é necessário que remontemos à fundação das Escolas de Aprendizes Artífices, instituições criadas em 1909, pelo então presidente da República Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro daquele ano². As escolas eram voltadas para as classes populares da nascente República, uma vez que ofereciam uma formação para o trabalho manual e simples (Frigotto, 2018).

O projeto tinha como objetivo criar escolas nas capitais dos estados com a finalidade de fornecer mão de obra para os ofícios existentes nas áreas urbanas. Com isso, a Escola inaugurada na cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte do atual estado do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1910, acabou sendo a única criada no interior, ofertando cursos para alunos do Ensino Primário. As Escolas de Aprendizes Artífices existiram até 1942, quando foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a oferecer cursos para alunos da fase secundária (atual segundo segmento do Ensino Fundamental). Nos anos 1960, acompanhando as mudanças na política educacional do país, surge a Escola Técnica Federal de Campos (ETFC), que passou a oferecer os cursos de Edificações, Eletrotécnica e Mecânica, que ainda são ofertados no IFF. Em 1970, a ETFC fecha as antigas oficinas criadas em 1910 e passa a oferecer apenas cursos técnicos. A Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou compulsória a educação profissionalizante no segundo grau, atual Ensino Médio, dando início aos cursos de Ensino Médio Integrados à formação profissional.

2 As informações sobre a história do IFF foram retiradas do site da instituição. Disponível em <http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-IFF/historico>. Acesso em 12 set. 2019.

A obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante foi revogada em 1982 (Lei 7.044/1982), e nos anos de 1990, quando as Escolas Técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o ensino técnico acabou separado do Ensino Médio pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Em 1999, o CEFET Campos e mais cinco unidades no Brasil são autorizadas a implementar cursos superiores, o que representou uma importante modificação na identidade institucional, uma vez que o ensino técnico deixava de ser o elemento exclusivo, o que se acentuou com a obtenção, em 2004, do status de Centro Universitário.

Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) passa por nova reformulação, quando são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), que absorveram a maioria dos CEFETs e as Escolas Técnicas remanescentes, fortalecendo a oferta de Ensino Superior, mas também resgatando o Ensino Médio Integrado ao Técnico. Com a mudança na legislação, o EMI foi reafirmado como prioritário, o que foi possível pela alteração, poucos meses antes, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), através da Lei 11.741, de 16 de julho de 2018, que o reintroduziu no ordenamento nacional.

O IFF atualmente é composto por oito *campi* e três *campi* avançados. Esta investigação se concentra no *campus* Campos Centro, o maior e mais antigo do Instituto que oferece cinco cursos do EMI: Automação Industrial, Edificações, Eletrotécnica, Informática e Mecânica; como apontado anteriormente, três desses cursos foram criados ainda na década de 1960 e, de lá para cá, apenas os cursos de Informática e Automação Industrial foram acrescidos, no início da década de 1990, entre as ofertas do EMI regular. Por outro lado, mesmo tendo recebido autorização apenas no final da década de 1990, o *campus* oferta atualmente cinco bacharelados, seis licenciaturas, quatro tecnólogos, cinco especializações (*lato sensu*) cinco mestrados (sendo um em parceria com outros

campi) e um doutorado. Isso indica que a expansão da RFEPECT a partir de 2008 e a criação dos IFECTs, que incluía a proposta de verticalização do ensino, ampliaram a oferta do ensino superior e na pós-graduação, ficando a prioridade do EMI apenas na letra da lei no que diz respeito ao *campus* objeto desta pesquisa. Dos 8.606 estudantes matriculados no IFF *campus* Centro em 2018, segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), apenas 1.242 são alunos do EMI. Quando desconsideramos os alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), chegamos a 1.122 estudantes matriculados no EMI regular, que são o objeto de estudo desta pesquisa.

No ano de 2015, quando foi lançado o edital do processo seletivo de 2016 (cujos candidatos selecionados são o alvo desta pesquisa), havia quatro tipos de cotas (Quadro 1), conforme previsto pela legislação. Todas elas tinham como critério determinante o fator socioeconômico, exigindo que o aluno fosse egresso de escola pública, imposição que ainda se mantém. Afirma-se que esse critério base é socioeconômico porque o ato de cursar uma escola pública, no Brasil, e especialmente na região mais pobre do estado do Rio de Janeiro (que responde pela maior parte do território abrangido pelo IFF), durante todo o Ensino Fundamental, pressupõe uma dada condição econômica. No sistema de cotas adotado pelo IFF as de números 1 e 3 possuem um recorte étnico-racial predominante, pois são reservadas para alunos pretos, pardos e indígenas. Já as cotas 2 e 4 condicionam as vagas ao critério de renda máxima familiar *per capita*. Mesmo que os alunos se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas, eles serão excluídos das cotas se não houverem cursado integralmente a etapa anterior do ensino em escola pública, ainda que tenham frequentado apenas um ano em escola privada, inclusive se o fizeram com bolsa integral. Se levarmos em consideração os fatores renda e educação pública como pré-requisitos, pode-se sustentar que o traço predominante das cotas do IFF é socioeconômico e não étnico-racial.

Quadro 1 - Tipos de cotas previstos nos processos seletivos para alunos ingressantes no EMI do IFF a partir do Processo Seletivo de 20133

COTA 1	COTA 2	COTA 3	COTA 4
Destinada a candidatos que cursaram todo o Ensino Fundamental em escola pública, que possuam comprovadamente renda <i>per capita</i> menor ou igual a 1,5 salário-mínimo e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas.	Destinada a candidatos que cursaram todo o Ensino Fundamental em escola pública e que possuam comprovadamente renda <i>per capita</i> menor ou igual a 1,5 salário-mínimo.	Destinada a candidatos que cursaram todo o Ensino Fundamental em escola pública e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda.	Destinada a candidatos que cursaram todo o Ensino Fundamental em escola pública, independentemente da renda.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

3. Análise do desempenho dos cotistas e não cotistas no processo seletivo (notas de ingresso) e em suas respectivas trajetórias acadêmicas

Analizamos aqui os dados de desempenho dos estudantes ingressantes pelas cotas e pela ampla concorrência em 2016, a partir da nota de ingresso obtida no processo seletivo e, na sequência, o desempenho acadêmico entre 2016 e 2018, ano em que, idealmente, todos poderiam ter concluído o curso. A prova, classificatória e eliminatória, para ingresso nos cursos do EMI do *campus* Campos Centro é constituída por 40 questões de múltipla escolha⁴ e adota uma nota global mínima de 12 pon-

3 A partir do processo seletivo de 2018, após a publicação da Lei nº 13.409, de 2016, que alterou a Lei de Cotas, foram acrescentadas mais quatro modalidades, agora voltadas para as pessoas com deficiência. Mesmo tendo como caráter específico a reserva de vagas para PCD, as novas modalidades de cotas seguem aquelas que foram instituídas desde o processo seletivo do IFF de 2013, uma vez que o pré-requisito para fazer jus a uma delas é ter cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

4 O Edital nº 104, de 28 de setembro de 2015, que regulamentou o processo seletivo 2016, distribuiu as 40 questões em três áreas do conhecimento e cinco componentes curriculares a serem avaliados: na área de Linguagens e Códigos, 10 questões de Língua Portuguesa; na área de Ciências da Natureza e Matemática, 10 questões de Matemática e 10 questões de Ciências Naturais; e na área de Ciências Humanas, cinco questões de História e cinco de Geografia.

tos⁵ (30% do máximo de acertos) para que o candidato possa ser considerado classificado, independentemente de ser inscrito pela ampla concorrência ou pelas cotas. A quantidade de vagas disponíveis para cada curso por tipo de ingresso está discriminada na Tabela 1, bem como o número de matrículas efetivadas após o processo seletivo de 2016, considerando as reclassificações.

Tabela 1- Vagas ofertadas versus alunos matriculados no 1º ano dos cursos do EMI do IFF *campus* Campos Centro, segundo o tipo de ingresso (Processo Seletivo 2016)

Curso	Ampla Concorrência		Cotistas		Total	
	Vagas	Matrículas	Vagas	Matrículas	Vagas	Matrículas
Automação Industrial	20	20	20	20	40	40
Edificações	40	44	40	39	80	83
Eletrotécnica	40	48	40	34	80	82
Informática	20	18	20	19	40	37
Mecânica	40	40	40	41	80	81
TOTAL	160	170	160	153	320	323

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para a presente análise, foi adotada uma classificação em cinco níveis a partir das notas obtidas pelos alunos no processo seletivo de 2016. Para essa classificação foram consideradas as notas de todos os alunos matriculados em 2016 (Tabela 1). As notas inferiores a 50% do valor da prova (entre 12 e 19 pontos) foram classificadas como sendo um desempenho “ruim”; entre 50 e 60% de acertos (20 a 24 pontos) como “regular”; acima de 60% e abaixo de 75% (25 a 29 pontos) como “bom”; de 75% a 85% (30 a 34 acertos), o desempenho foi considerado “ótimo”; e as demais notas dos alunos (35 a 40 pontos) foram classificadas como um desempenho “excelente”.

5 No processo seletivo de 2016 a nota mínima de 12 pontos (nota de corte) foi adotada para todos os *campi* do IFF, à exceção do *campus* Bom Jesus de Itabapoana (mínimo de oito pontos); e pelos *campi* avançados Cambuci e São João da Barra, cuja nota eliminatória é 0 (zero) pontos.

Na tabela abaixo é possível observarmos a classificação das notas de ingresso dos alunos matriculados pela ampla concorrência (AC) e na Tabela 3 a classificação das notas dos alunos cotistas:

Tabela 2 – Classificação das notas de entrada dos alunos ingressantes em 2016 pela ampla concorrência, matriculados nos cursos do EMI do campus Campos Centro do IFF

Curso	Matriculados	Excelente		Ótimo		Bom		Regular		Ruim	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Automação Industrial	20	-	-	9	45,0	11	55,0	-	-	-	-
Edificações	44	-	-	11	25,0	28	63,6	5	11,4	-	-
Eletrotécnica	48	-	-	-	-	18	37,5	30	62,5	-	-
Informática	18	-	-	5	27,8	13	72,2	-	-	-	-
Mecânica	40	-	-	2	5,0	21	52,5	17	42,5	-	-
TOTAL	170	-	-	27	15,9	91	53,5	52	30,6	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Observa-se, inicialmente, a concentração das notas obtidas pelos alunos ingressantes pela AC nas faixas “regular”, “bom” e “ótimo”, ou seja, todos os 170 matriculados acertaram, no mínimo, 50% da prova, ficando as 27 maiores notas entre 30 e 34 acertos (75% a 85% de aproveitamento). A maior concentração, entretanto, está na faixa de desempenho considerado “bom”, com 53,5%. O curso de Informática tem uma distribuição de notas próxima do curso de Automação Industrial: em ambos nenhum aluno teve nota classificada abaixo de “bom”. Informática e Automação Industrial, juntos, possuem 51,8% dos alunos ingressantes com desempenho “ótimo” e 26,4% dos alunos com desempenho “bom”. Isso, considerando que eles concorreram com apenas 22,4% das 170 matrículas dos estudantes que ingressaram pela AC em 2016.

O curso de Edificações se destaca com 40,7% de classificados com desempenho “ótimo”. Já o curso de Eletrotécnica foi aquele que mais concentrou as notas classificadas com o desempenho

“regular”, com 57,5% dos ingressantes pela AC. Ele é seguido pelo curso de Mecânica, com 42,5% de seus classificados com desempenho “regular”, correspondendo a 32,7%. Na Tabela 3 percebe-se que, assim como entre os alunos ingressantes pela ampla concorrência, também entre os cotistas nenhum ingressante obteve nota de ingresso suficiente para ter seu desempenho classificado como “excelente”.

Tabela 3 – Classificação das notas de entrada dos alunos ingressantes em 2016 pelas cotas, matriculados nos cursos do EMI do *campus* Campos Centro do IFF

Curso	Matriculados	Excelente		Ótimo		Bom		Regular		Ruim	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Automação Industrial	20	-	-	-	-	-	-	11	55,0	9	45,0
Edificações	39	-	-	-	-	-	-	21	53,8	18	46,2
Eletrotécnica	34	-	-	-	-	-	-	5	14,7	29	85,3
Informática	19	-	-	-	-	1	5,3	11	57,9	7	36,8
Mecânica	41	-	-	-	-	-	-	10	24,4	31	75,6
TOTAL	153	-	-	-	-	1	0,7	58	37,9	94	61,4

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Entre os candidatos cotistas para o curso de Informática, apenas um teve o desempenho de classificação na faixa “bom”. Nesse curso, 57,9% dos ingressantes cotistas obtiveram nota “regular”, sendo o curso de maior concentração nessa faixa de classificação, como observado na respectiva coluna da Tabela 3. Na faixa de desempenho “ruim” o destaque fica para o curso de Eletrotécnica, com 85,3% dos ingressantes, seguido por Mecânica com 75,6%. Os ingressantes cotistas matriculados nos cursos de Automação Industrial e Edificações distribuem-se razoavelmente entre os desempenhos “regular” e “ruim”. Juntos, assim como entre os ingressantes pela AC, os matriculados dos dois cursos compõem parte significativa dos ingressantes com as maiores notas: cerca de 55,2% de todos os cotistas que tiveram desempenho “regular”.

Na comparação entre os ingressantes por AC e por cotas no processo seletivo de 2016 a partir das Tabelas 2 e 3, constata-se que a maioria dos ingressantes por AC teve desempenho considerado “bom”, enquanto os cotistas, majoritariamente tiveram desempenho “ruim”. Pode-se afirmar que os candidatos ingressantes pelas cotas, em sua totalidade, tiveram um desempenho “pior”, com notas concentradas entre 12 e 24 acertos, ou seja, tendo um aproveitamento máximo de 60% da prova, ao contrário dos candidatos da ampla concorrência, que tiveram um desempenho mínimo de 50%. Contudo, nesta interseção de desempenho entre alunos da AC e alunos cotistas que ficaram na faixa “regular”, ou seja, com notas entre 50% e 60% da prova, temos um total de 110 alunos, sendo 58 deles cotistas e 52 ingressantes pela AC: os cotistas, nesse caso, tiveram melhor desempenho.

Dentre os ingressantes pela AC classificados com desempenho “regular”, foram os matriculados do curso de Eletrotécnica que demonstraram, na prova de ingresso, o menor domínio dos conhecimentos do Ensino Fundamental em comparação com os demais com o mesmo tipo de ingresso. Também entre os cotistas o curso de Eletrotécnica se destaca com o “pior” desempenho, acompanhado em seguida pelo curso de Mecânica, concentrando juntos a maior parte dos ingressantes com aproveitamento inferior a 50% na prova. Dos 94 alunos matriculados com nota de ingresso considerada “ruim”, 30,8% eram do curso de Eletrotécnica e 33% do curso de Mecânica. Ressalve-se que no ano de 2016, 15 candidatos cotistas tiveram nota para ingressar pelo sistema de AC, o que responde a 8,8% do total das matrículas na modalidade. Somando-os aos matriculados pelas cotas, pode-se afirmar que, dos 323 ingressantes em 2016 no EMI, 52% eram de perfil cotista, indicando que, pelo menos nesse ano, o mecanismo editalício que permite a matrícula de candidatos cotistas pela AC não teve impacto significativo no total de cotistas matriculados.

A partir dos dados pesquisados sobre o processo seletivo de 2016 e apresentados acima, é possível apontar a existência de

diferenças relevantes de desempenho entre os ingressantes pela ampla concorrência e os ingressantes pelas cotas, e mesmo entre os cotistas.

4. Desempenho acadêmico e resultado dos cotistas e não cotistas no ciclo 2016-2018

Os cinco cursos de Ensino Médio Integrado ao técnico do *campus* possuem três anos de duração. Os alunos que conseguiram concluir o curso durante o ciclo regular iniciaram seus estudos em 2016, quando ingressaram no 1º ano/série, e se formaram após a conclusão do ano letivo de 2018⁶. Esse é o ciclo “regular” 2016-2018 que será analisado. Para uma melhor compreensão dos dados que serão apresentados, é preciso esclarecer alguns termos utilizados. Será chamada de “situação” a conclusão do desempenho do estudante ao final de cada ano letivo, podendo ser classificada em sete grupos: “Aprovados”, “Aprovados com Dependência”, “Reprovados” e “Reprovados por Falta”; matrículas “Canceladas” ou “Trancadas”; e aluno “Evadido”. As matrículas canceladas ou trancadas e os alunos evadidos são considerados como “abandono” do curso.

O “abandono” do curso, denominado na maioria dos trabalhos como evasão escolar, é um indicador importante e muito pesquisado. Entretanto, neste trabalho, objetiva-se enfatizar, mais que o abandono, a “permanência”, entendida aqui não como a outra face da evasão, mas como o ato de persistir, de permanecer na escola objetivando a conclusão do curso (Carmo, 2016), mesmo que não o alcance no período regular de três anos. Chamou-se de “resultado” a posição do aluno ao final do ciclo regular de três anos do curso: “Matrícula Cancelada”, “Matrícula Trancada”, “Evadido”, “Formado” – classificação adotada para o aluno que teve a situação de “Aprovado” ao término da 3ª série do curso –;

6 O ano letivo de 2018 foi concluído em 29 de março de 2019.

e “Curso não Concluído” – classificação adotada para os alunos com situação de “Reprovado”, “Reprovado por Falta” e “Aprovado com Dependência” ou “Aprovado” na 1ª ou na 2ª série do curso no 3º ano letivo⁷. Começamos com a Tabela 4 que assinala a situação dos alunos matriculados pela ampla concorrência ao final de cada um dos três anos letivos do ciclo regular.

Tabela 4 – Alunos da ampla concorrência ingressantes em 2016: impacto das evasões, cancelamentos, trancamentos e reprovações no número de matrículas durante o ciclo regular do curso (2016-2018)

Curso	Matrículas em 2016	Matrículas em 2017			Matrículas em 2018			
	1º Ano	1º Ano	2º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Automação Industrial	20	1	18	19	- ^{1*}	3	14	17
Edificações	44	5	39	44	1	5	34	40
Eletrotécnica	48	11	36	47	5	3	35	43
Informática	18	3	15	18	-	3	12	15
Mecânica	40	7	33	40	2	3	32	37
Total	170	27	141	168	8	17	127	152

Fonte: Elaboração própria, 2020.

* O uso de “-” nas tabelas deste trabalho indicam dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento, conforme normas de apresentação tabular do IBGE.

Dos 20 alunos matriculados pela AC em 2016 no curso de Automação Industrial, 17 deles estavam matriculados no ano letivo de 2018; 14 deles, que nunca foram reprovados, estando matriculados na 3ª série no 3º ano letivo (2018). Outros três, repro-

7 Para a compreensão deste trabalho é preciso estar atento à distinção entre “série”, que se refere à série do curso de Ensino Médio na qual o estudante está matriculado, e “ano”, que se refere ao número ou ordem de anos letivos cursados pelo aluno. Assim, no 1º ano letivo todos os alunos ingressantes em 2016 estavam na 1ª série. No 2º ano letivo os alunos aprovados foram matriculados na 2ª série e os reprovados na 1ª série. Já no 3º ano letivo do curso (ano de 2018), é possível haver alunos matriculados ainda na 1ª série, na 2ª série ou na 3ª série, no caso daqueles que, até então, nunca foram reprovados. Somente esses últimos poderão se formar ao final do ciclo regular do curso, sendo todos de três anos.

vados em anos anteriores, encontravam-se matriculados ainda na 2ª série. Os três restantes abandonaram o curso. O curso de Informática, ao final do 3º ano letivo, teve o mesmo resultado do curso de Automação Industrial: três alunos abandonaram e três alunos foram reprovados nos anos anteriores. O curso de Edificações, proporcionalmente, considerando ter mais que o dobro de matrículas em relação aos cursos de Automação Industrial e Informática, teve menor índice de abandono e de repetência equivalente em números relativos, apresentando 34 alunos matriculados na 3ª série, no 3º ano letivo do curso. Os cursos de Eletrotécnica e Mecânica mantiveram o mesmo padrão, não cabendo aqui descrever o que está disposto na Tabela.

A observação dos dados feita até aqui permite uma conclusão, ainda que preliminar: é nítido, em todos os cursos, quando comparadas as colunas de Matrículas em 2016, Matrículas em 2017 e l de Matrículas em 2018 da Tabela 4, que o maior índice de abandono ocorre no 2º ano letivo, e não no 1º. O curso de Automação Industrial perdeu um aluno no 1º ano letivo (2016), perdendo o dobro em 2017. O curso de Edificações não perdeu alunos entre o 1º e 2º anos letivos, vindo a perder quatro entre o 2º e 3º anos (entre 2017 e 2018). Eletrotécnica perdeu um aluno ao longo do ano letivo de 2016, mas fica reduzido em quatro estudantes no ano seguinte. Informática, como Edificações, não perdeu estudantes no 1º ano, mas teve três abandonos entre os anos letivos de 2017 e 2018. O curso de Mecânica, idem: nenhum aluno abandonou o curso em 2016, mas em 2018 registrou três estudantes a menos. Entre os alunos ingressantes pelas cotas, conforme Tabela 5, a situação é um pouco diferente. Enquanto Automação Industrial e Eletrotécnica, entre os ingressantes pela AC, tiveram perda de alunos no 1º ano, entre os cotistas de todos os outros cursos, com exceção de Automação Industrial, apresentaram abandono.

Tabela 5 – Alunos cotistas ingressantes em 2016: impacto das evasões, cancelamentos, trancamentos e reprovações no número de matrículas durante o ciclo regular do curso (Ciclo 2016-2018)

Curso	Matrículas em 2016	Matrículas em 2017			Matrículas em 2018			
	1º Ano	1º Ano	2º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Automação Industrial	20	9	11	20	6	3	10	19
Edificações	39	9	24	33	-	6	19	25
Eletrotécnica	34	24	8	32	12	8	8	28
Informática	19	9	8	17	6	4	7	17
Mecânica	41	20	20	40	8	7	18	33
Total	153	71	71	142	32	28	62	122

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Quando se compara o 1º ano letivo com o 3º, observa-se na Tabela 5 a mesma tendência apresentada entre os alunos da AC, ou seja, o abandono dos estudantes é registrado em maior número entre o 2º e o 3º anos, e não no 1º ano, com exceção do curso de Informática. O curso de Automação Industrial, como dito, não perdeu alunos no 1º ano, mas entre os cotistas teve a perda de um estudante entre 2017 e 2018. No curso de Edificações o 1º ano foi encerrado com a perda de seis estudantes, mas entre o 2º e o 3º anos letivos, a perda foi de oito alunos. Em Eletrotécnica, dois estudantes abandonaram no ano de 2016 e quatro desistiram do curso nos anos seguintes. E no curso de Mecânica foi registrado um abandono ao final do 1º ano letivo e sete desistências ao longo de 2017. Dentre os alunos que não abandonaram o curso, a Tabela 6 apresenta a frequência comparada de aprovações entre alunos cotistas e de AC por ano letivo. Aqui não está sendo comparado o número de aprovações por série, mas quantos estudantes foram aprovados ao final do 1º ano letivo (1ª série), do 2º ano letivo (1ª e 2ª séries) e do 3º ano letivo (estando o aluno matriculado ainda na 1ª série, na 2ª ou, não tendo sido reprovado, na 3ª série).

Tabela 6 – Frequência de aprovações dos alunos ingressantes em 2016 nos cursos do EMI do IFF *campus* Campos Centro em relação aos matriculados em cada ano letivo do ciclo regular do curso (2016-2018)

Curso	Aprovações e Aprovações com dependência								
	Ampla Concorrência (%)			Cotistas (%)			Total (%)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Automação Industrial	85,0	73,7	94,1	55,0	60,0	52,6	70,0	66,7	72,2
Edificações	88,6	79,5	82,5	61,5	63,6	88,0	75,9	72,7	84,6
Eletrotécnica	75,0	78,7	81,4	23,5	50,0	32,1	53,7	67,1	62,0
Informática	83,3	72,2	86,7	42,1	58,8	58,8	62,2	65,7	71,9
Mecânica	82,5	85,0	78,4	48,8	57,5	69,7	65,4	71,3	74,3
Total	82,4	79,2	82,9	46,4	57,7	60,7	65,3	69,4	73,0

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Em termos de aprovação total ao final do 1º ano letivo, a diferença é brutal entre a ampla concorrência, com 82,4% de aprovações, e os estudantes cotistas, com menos da metade dos alunos aprovados: 46,4%. No 2º ano letivo a aprovação entre os alunos cotistas continua muito inferior em relação aos estudantes ingressantes pela AC: 57,7% e 79,2%, respectivamente. No 3º ano a aprovação dos cotistas continua abaixo dos ingressantes pela AC. Embora a diferença de aprovação entre alunos de AC e de cotas seja grande, é relevante notar dois fenômenos. O primeiro, que a diferença caiu entre os anos de 2016 e 2017: de 82,4% (AC) e 46,4% (cotistas) em 2016 para 79,2% (AC) e 57,7% (cotistas) em 2017, mantendo-se relativamente estável em 2018. O segundo, é que a frequência de aprovação dos alunos ingressantes pela AC manteve-se estável ao longo dos três anos letivos (82,4% em 2016, 79,2% em 2017 e 82,9% em 2018), mas a taxa de aprovação dos alunos cotistas subiu ao longo dos anos, com destaque para o crescimento de pouco mais de 10 pontos percentuais entre o 1º e o 2º anos letivos: 46,4% em 2016, 57,7% em 2017 e 60,7% em 2018.

Considerando os cursos individualmente, a melhor taxa de aprovação entre os alunos da AC no 1º ano letivo ficou com os estudantes de Edificações (88,6%), no 2º ano foi Mecânica quem

mais aprovou (85%), e no 3º o destaque ficou com Automação Industrial (94,1%). Entre os cotistas no 1º ano, o curso com maior taxa de aprovação também foi Edificações (61,5%), o único, junto com Automação Industrial (55%), que aprovou mais da metade dos alunos ingressantes em 2016. Em 2017 todos os cursos aprovaram, no mínimo, 50% dos estudantes, e novamente o curso de Edificações foi aquele com o melhor desempenho (63,6% de aprovação), o que também se repetiu em 2018 (88%). Na contramão da melhora progressiva dos alunos cotistas, os estudantes de Eletrotécnica tiveram baixíssima taxa de aprovação em 2018 (32,1%), só não sendo pior que a taxa de aprovação do próprio curso no 1º ano letivo, que foi de 23,5%. Ou seja, em Eletrotécnica menos de 1/4 dos alunos matriculados em 2016 conseguiram ser aprovados no 1º ano do curso.

Tabela 7 – Resultado dos alunos ingressantes em 2016 pela ampla concorrência nos cursos do EMI do IFF *campus* Campos Centro ao final do ciclo 2016-2018

Curso	Matri- culados em 2016	Formados		Curso não Concluído*		Matrículas Canceladas		Matrículas Trancadas		Evadidos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Automação Industrial	20	10	50,0	7	35,0	2	10,0	-	-	1	5,0
Edificações	44	28	63,6	10	22,7	2	4,5	1	2,3	3	6,8
Eletrotécnica	48	29	60,4	10	20,8	2	4,2	-	-	7	14,6
Informática	18	10	55,6	5	27,8	1	5,6	-	-	2	11,1
Mecânica	40	28	70,0	8	20,0	-	-	1	2,5	3	7,5
Total	170	105	61,8	40	23,5	7	4,1	2	1,2	16	9,4

Fonte: Elaboração própria, 2020.

*Matrícula renovada em 2019.

Tabela 8 – Resultado dos alunos ingressantes em 2016 pelas cotas nos cursos do EMI do IFF *campus* Campos Centro ao final do Ciclo 2016-2018

Curso	Matricu- lados em 2016	Formados		Curso não Concluído*		Matrículas Canceladas		Matrículas Trancadas		Evadidos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Automação Industrial	20	3	15,0	11	55,0	-	-	2	10,0	4	20,0
Edificações	39	19	48,7	6	15,4	9	23,1	-	-	5	12,8
Eletrotécnica	34	5	14,7	13	38,2	5	14,7	-	-	11	32,4
Informática	19	6	31,6	7	36,8	3	15,8	-	-	3	15,8
Mecânica	41	15	36,6	14	34,1	1	2,4	-	-	11	26,8
Total	153	48	31,4	51	33,3	18	11,8	2	1,3	34	22,2

Fonte: Elaboração própria, 2020.

*Matrícula renovada em 2019.

As Tabelas 7 e 8 mostram que todas as variáveis referentes ao abandono escolar, ou seja, “matrículas canceladas”, “matrículas trancadas” e “evadidos”, em todos os cinco cursos, apresentam taxas maiores entre os alunos cotistas. Já os alunos de AC apresentam uma taxa maior de conclusão do curso no tempo regular de três anos, formando-se ao final do ciclo 2016-2018. A evasão entre os cotistas foi, em média, maior que o dobro dos alunos da AC (22,2% e 9,4%, respectivamente), com um destaque negativo para Automação Industrial, com uma evasão quatro vezes maior (5% para os alunos da AC e 20% para os cotistas). Em números absolutos, Eletrotécnica foi o curso com a maior taxa de evasão, tanto entre os alunos de AC (14,6%) quanto os de cotas (32,4%). As evasões nos cursos de Automação Industrial, Eletrotécnica e Mecânica responderam pela maior parte do abandono escolar. Apenas no curso de Edificações os casos de cancelamento de matrículas foram superiores ao número de evasões.

No que tange à conclusão do curso no tempo regular de três anos, os alunos cotistas, de todos os cursos, apresentaram uma taxa inferior a 50%, ou seja, menos da metade dos alunos cotistas ingressantes em 2016 conseguiu se formar no período previsto para a conclusão do curso. Entre os alunos da AC, to-

dos os cursos apresentaram taxas de, no mínimo, 50%. A taxa de conclusão dos estudantes ingressantes pela AC foi três vezes maior no curso de Automação Industrial, quatro vezes no curso de Eletrotécnica e quase duas vezes maior no curso de Mecânica, denotando um fosso entre os desempenhos acadêmicos dos dois grupos estudados. Uma desigualdade que já se evidenciava nas notas de ingresso e que se manteve na trajetória acadêmica.

Tabela 9 – Abandono dos alunos ingressantes em 2016 nos cursos do EMI do IFF *campus* Campos Centro ao final do Ciclo 2016-2018

Curso	Ampla Concorrência			Cotistas			Total		
	Alunos 2016	Abandono		Alunos 2016	Abandono		Alunos 2016	Abandono	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Automação Industrial	20	3	15,0	20	6	30,0	40	9	22,5
Edificações	44	6	13,6	39	14	35,9	83	20	24,1
Eletrotécnica	48	9	18,8	34	16	47,1	82	25	30,5
Informática	18	3	16,7	19	6	31,6	37	9	24,3
Mecânica	40	4	10,0	41	12	29,3	81	16	19,8
TOTAL	170	25	14,7	153	54	35,3	323	79	24,5

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A Tabela 9 indica de forma consolidada quantos alunos abandonaram seus cursos durante o ciclo 2016-2018 e quanto isso representa, percentualmente, em relação aos alunos ingressantes em 2016. A menor média de abandono entre os cinco cursos é a de Mecânica, com um 1/5 dos alunos nessa situação (19,8%), e a maior é a de Eletrotécnica, com quase um 1/3 (30,5%). Esse destaque é observado tanto entre os cotistas quanto entre os alunos de AC, porém, nos dois cursos o número de cotistas que abandonaram é cerca de três vezes maior que os demais. Na média, os cotistas tiveram uma taxa de abandono de 35,3%, mais de 1/3 dos estudantes, enquanto os ingressantes pela AC tiveram uma taxa média de 14,7%. Entre os cotistas, os cursos de Automação Industrial (30%), Informática (31,6%) e Mecânica (29,3%) tiveram uma taxa de abandono menor do que a média

dentre os cotistas de todos os cursos (35,3%). Quanto aos alunos de AC, apenas os cursos de Edificações (13,6%) e Mecânica (14,7) apresentaram taxas de abandono menores que a média.

Tabela 10 – Permanência dos alunos ingressantes em 2016 nos cursos do EMI do IFF campus Campos Centro ao final do Ciclo 2016-2018

Curso	Ampla Concorrência			Cotistas			Total		
	Alunos 2016	Permanência*		Alunos 2016	Permanência		Alunos 2016	Permanência	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Automação Industrial	20	17	85,0	20	14	70,0	40	31	77,5
Edificações	44	38	86,4	39	25	64,1	83	63	75,9
Eletrotécnica	48	39	81,3	34	18	52,9	82	57	69,5
Informática	18	15	83,3	19	13	68,4	37	28	75,7
Mecânica	40	36	90,0	41	29	70,7	81	65	80,2
TOTAL	170	145	85,3	153	99	64,7	323	244	75,5

Fonte: Elaboração própria, 2020.

*Alunos formados ao final do Ciclo 2016-2018 ou alunos que não concluíram o curso e tiveram sua matrícula renovada para 2019⁸.

Para o cálculo do indicador de permanência, conforme proposição apresentada anteriormente, foi considerada a soma dos alunos que se formaram no tempo regular do curso com aqueles que, apesar de não terem conseguido o diploma no tempo mínimo previsto, persistiram em seus cursos no intuito de concluí-lo e renovaram suas matrículas em 2019. Nesse sentido, conforme a Tabela 10 acima, a maior permanência encontra-se entre os alunos do curso de Mecânica, com 80,2%. Na média, a permanência dos alunos ingressantes pela AC (85,3%) é maior que a dos ingressantes pelas cotas (64,7%).

Como já evidenciado, os estudantes do curso de Eletrotécnica no

8 Até o fechamento deste artigo ainda não haviam sido liberados os resultados acadêmicos do período letivo do ano de 2019 dos alunos do EMI do IFF campus Campos Centro. O calendário ainda encontra-se em ajuste devido a períodos anteriores de greve, tendo sido encerrado em 09/03/2020.

ciclo 2016-2018 tiveram um percurso escolar, aparentemente, com mais obstáculos, haja vista as notas de ingresso e o desempenho ao longo do EMI, um efeito potencializado sobre os alunos cotistas. Os cotistas de Eletrotécnica formam o único grupo entre os estudados para esse período que tiveram um indicador de permanência inferior a 60%. A Tabela 5 permite levantar um pouco do drama enfrentado por estes alunos: dos 34 matriculados em 2016, 24 foram reprovados no 1º ano; destes, 50% ainda estavam matriculados na 1ª série do curso em 2018, quando deveriam estar cursando o último ano do curso. Ainda, segundo a Tabela 5, até o início do ano letivo de 2018, seis alunos tinham abandonado o curso. Mas no final de 2018, eles eram 16, conforme a Tabela 9.

Apesar das altas taxas de evasão, cancelamento e trancamento de matrículas, bem como de reprovações entre os cotistas, ainda assim, a maior parte deles permanece nos cursos: em torno de 70% nos cursos de Mecânica, Informática e Automação Industrial, 64,1% em Edificações e 52,9% em Eletrotécnica. A Tabela 11, conforme os tipos de cotas, consolida a permanência e o abandono dos cotistas agrupados segundo os critérios econômicos (Art. 4º, parágrafo único da Lei 12.711/2012) e étnico-racial (Art. 5º) (Brasil, 2020). Observa-se que 50 alunos permaneceram pelas cotas cujo perfil étnico-racial era o critério preponderante, enquanto 56 permaneceram pelas cotas de caráter econômico prevalecente. Nesse caso, o argumento clássico dos opositores das cotas étnico-raciais, de que essas deveriam ser exclusivamente socioeconômicas devido às características históricas da sociedade brasileira, ao menos no caso do IFF *campus* Campos Centro, cai por terra se tomarmos o critério de permanência como um indício de sucesso escolar. Tanto os cotistas que entraram por cotas sociorraciais, 62,5%, quanto os que entraram por cotas socioeconômicas, 63,3%, tiveram resultados praticamente iguais quanto à permanência em suas trajetórias escolares.

Tabela 11 – Permanência dos alunos cotistas ingressantes em 2016 nos cursos do EMI do IFFluminense *campus* Campos Centro ao final do ciclo 2016-2018, por critérios econômicos e por critérios étnico-raciais, em relação ao total de alunos cotistas matriculados no início do curso

Tipo de Cota	Critério econômico				Tipo de Cota	Critério Étnico-Racial			
	Permanência		Abandono			Permanência		Abandono	
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%
Cota 1	56	63,3	26	31,7	Cota 1	50	62,5	30	37,5
Cota 2					Cota 3				
Cota 3	43	60,6	28	39,4	Cota 2	49	67,1	24	32,9
Cota 4					Cota 4				

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Considerações finais

Ao comparar os desempenhos na prova de ingresso aos cursos técnicos integrados do IFF *campus* Campos Centro, observa-se a existência de uma significativa desigualdade entre os alunos que cursaram todo o Ensino Fundamental na rede pública e os que passaram alguns anos ou todo o Fundamental nos bancos escolares das escolas privadas. Enquanto os cotistas tiveram um aproveitamento máximo de 60% do valor da prova de conhecimentos do Ensino Fundamental, todos os ingressantes pela AC tiveram um desempenho mínimo de 50%. Entre os alunos de AC, a maioria teve um desempenho no processo seletivo classificado como “bom” ou “ótimo” (69,4%), enquanto que, entre os cotistas, a maioria teve desempenho classificado como “ruim” (61,4%).

Os resultados do 1º ano do EMI dos alunos cotistas e não cotistas também denotam desempenhos bastante desiguais. Entre os alunos de AC, 82,4% foram aprovados para o 2º ano do EMI, enquanto os cotistas tiveram menos da metade de seus alunos aprovados: 46,4%. Além disso, as reprovações no 1º ano também deixam sequelas sobre o 2º ano: 78,6% dos alunos de AC reprovados em 2016 foram reprovados ou abandonaram o curso em 2017 e 71,8% dos cotistas tiveram o mesmo destino. Embora a taxa dos cotistas seja menor, está se falando de 51 estudantes

cotistas reprovados ou que abandonaram o curso no 2º ano letivo, em comparação com 22 alunos de AC. O índice de aprovação dos alunos de AC em relação aos cotistas continua mais elevado no 2º e 3º anos letivos, tendo como resultado maior taxa de conclusão de curso no período regular de três anos: 61,8% dos ingressantes pela AC se formaram ao final do ano letivo de 2018, mas menos de 1/3 dos cotistas (31,4%) obteve o mesmo sucesso.

Os resultados comparados dos alunos cotistas e de AC na prova de ingresso e no 1º ano do EMI evidenciam que esses são os dois momentos mais difíceis para os cotistas em sua trajetória escolar na instituição. Agora, quando analisados os dados de permanência, é possível demonstrar que a taxa dos cotistas no EMI foi significativa para o ciclo 2016-2018. Embora a média de abandono do EMI entre os cotistas tenha sido de 35,3%, enquanto que a dos alunos de AC foi de 14,7%, a taxa de permanência dos cotistas foi de 64,7%. Mesmo com uma diferença de 20,6 pontos percentuais em relação à AC, pode-se afirmar que a taxa de permanência é alta entre os cotistas, denotando a importância de se desenvolver uma pesquisa sobre as causas da permanência e não apenas sobre o abandono escolar, que é geralmente pesquisado. Também a permanência estratificada por cotas sinaliza uma relação próxima entre os alunos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (62,5%) e aqueles que entraram pelas duas cotas de caráter econômico (63,3%). Os desempenhos são praticamente iguais quanto à permanência no Ensino Médio profissionalizante do IFF *campus* Campos Centro.

Esta pesquisa evidencia os avanços que a implantação da política de cotas representa: sem elas, a maior parte dos estudantes que ingressou pelo sistema não teria a oportunidade de cursar o EMI do IFF se buscasse a vaga por AC. Por outro lado, há contradições nesse processo: a inclusão pelas cotas tem, na sua outra face, a exclusão pela alta taxa de abandono e reprovação. A Lei das Cotas proporcionou o acesso à educação profissionalizante de nível médio a alunos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental

em escolas da rede pública e que carregam a pesada herança da discriminação racial e de classe. Sem as cotas, portanto, a maior parte dos alunos cotistas não ingressaria no IFF, como demonstrado através da comparação com as notas de corte dos alunos que foram admitidos pelo sistema de ampla concorrência.

Os alunos cotistas enfrentam uma série de obstáculos desde o Ensino Fundamental, como pode ser visto no desempenho no processo seletivo e durante o Ensino Médio Integrado. Assim, tem-se como questão de pesquisa fundamental compreender os fatores que fazem com que esses alunos permaneçam, apesar de todos os obstáculos que se impõem a eles.

As cotas possuem papel crucial para oportunizar acesso às instituições federais de excelência e para as chances de ascensão social via sistema escolar para alunos oriundos das classes populares. Através das cotas é possível combater a desigualdade de oportunidade e a desigualdade de resultados que marcam a educação pública de nível básico quando comparada à educação oferecida pelas instituições privadas. A entrada no IFF traz a possibilidade de progredir para o Ensino Superior, pois os alunos das escolas federais têm, em média, 19 vezes mais chances de ingressarem na universidade quando comparados aos alunos de outras escolas públicas, um desempenho superior aos alunos egressos de escolas privadas que têm 15 vezes mais chances de entrar do que aqueles que estudaram em escolas públicas não federais (Ribeiro, 2011, p. 62).

Por causa da importância ímpar das cotas como instrumento de combate à abissal desigualdade social brasileira, é fundamental realizar investigações que tenham a permanência e o êxito como dimensões centrais, pois deixamos de culpabilizar a vítima pelo próprio fracasso e passamos a reproduzir uma perspectiva epistemológica e política que tem compromisso com a educação inclusiva (Carmo, 2016, p. 43). Para tanto, é necessário a defesa do investimento nas escolas públicas como os IFs, pois elas pos-

suem qualidade similar às escolas privadas e, juntamente com a melhora nas condições de vida das famílias, são responsáveis por dar condições efetivas para a redução da desigualdade social (Ribeiro, 2011, p. 79).

Mesmo com as possibilidades criadas pelo acesso ao IFF, existem grandes desafios que necessitam ser enfrentados, como reduzir as taxas de repetência e evasão, aumentar o número de concluintes nos cinco cursos ao final do ciclo de três anos do Ensino Médio Integrado e ampliar as pesquisas sobre a permanência e a política de cotas na educação básica, isto é, no Ensino Médio profissionalizante da Rede Federal.

Referências

Brasil. Lei 10.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, 2010.

Brasil. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012a.

Brasil. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Brasília, 2012b.

Brasil. Lei 10.369, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Brasília, 2003.

Carmo, Gerson (Org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

Feres Junior et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

Feres Junior, João; Daflon, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, nº. 40, 2015, p. 92- 123.

Feres Junior, João; Campos, Luiz Augusto; Daflon, Veronica Toste. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 2, 2013, p. 399-414.

Fraser, Nancy. Justiça anormal. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 108, 2013, p. 739-768.

Fraser, Nancy; Honneth, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Madrid: Ediciones Morata; Fundación Paideia Galiza, 2006.

Frigotto, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

Jaccoud, Luciana; Beghin, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

Ribeiro, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidade e resultados educacionais no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, 2011, p.41-87.

Paiva, Angela Randolpho (Org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC; Pallas, 2010.

Paiva, Angela Randolpho (Org.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Ribeiro, M. e Risso, S. A política e cotas no ensino médio profissionalizante: o desempenho escolar dos cotistas do campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense (2016-2018). **Anais do 43º Anual da ANPOCS**. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st36-2/11835-a-politica-de-cotas-no-ensino-medio-profissionalizante-o-desempenho-escolar-dos-cotistas-do-campus-campos-centro-do-instituto-federal-fluminense-2016-2018>. (Acessado em 23/06/2021).

Scherer-Warren, Ilse; Passos, Joana Célia. **Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos**. Florianópolis: UFSC, 2016.

Zoninsein, Jonas; Feres Junior, João (Orgs.). **Ação afirmativa no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Recebido em 23/09/2020

Aprovado em 30/04/2021

Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre Trajetórias dos Ministros e Crenças Econômicas Estatais Vigentes

*Maria Chaves Jardim**

*Tiago Rosa***

Resumo

Os governos Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) constituem momentos marcantes da história social, política e econômica contemporânea do Brasil. O artigo busca explorar o tema, a partir do estudo da biografia de 151 ministros que atuaram entre 1994 e 2010 nas pastas titulares. Após apresentar uma cartografia do perfil de todos os ministros, por meio de diversas variáveis, o artigo dá destaque para três delas: ocupação dos pais e avós dos ministros, universidade pelas quais passaram e a circulação internacional desses. Buscamos identificar se existe homologia entre a trajetória individual dos ministros e as crenças econômicas vigentes do período. Inspira-se na sociologia de P. Bourdieu e faz uso da Prosopografia. Os resultados indicam existir homologia entre as trajetórias individuais dos ministros e as crenças econômicas vigentes do período, expressa, sobretudo, a partir de crenças neoliberais ou desenvolvimentistas, divulgadas nas universidades pelas quais passaram, em formato de teoria econômica.

Palavras-chave: Governo Cardoso. Governo Lula. Ministros. *Habitus*. Trajetória.

* Professora Livre Docente em Sociologia Econômica do Departamento de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr. Orcid meu (Maria): <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430> E-mail: majardim@fclar.unesp.br

** Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara. Pesquisador do Núcleo de pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização, Emoção e Mercado (NESPOM). Email: tiagobor2013@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1982-4555>

Cardoso Government (1995-2002) and Lula Government (2003-2010): Homology Between Trajectories of Ministers and Current State Economic Beliefs

Abstract

The Cardoso (1995-2002) and Lula (2003-2010) governments are important moments in Brazil's contemporary social, political and economic history. The article seeks to explore the theme, based on the study of the biography of 151 ministers who worked between 1994 and 2010 in the head offices. We sought to identify the individual trajectory of the ministers of the periods by means of some variables, three of which gained prominence: the occupation of the ministers' parents and grandparents, the university held by the ministers and their international circulation. It is inspired by the sociology of P. Bourdieu and makes use of Prosopography. The results indicate that there is homology between the individual trajectories of the ministers and the economic beliefs of the governments in which they were involved.

Keywords: Cardoso's Government. Lula's Government. Ministers. *Habitus*. Trajectory.

Gobierno de Cardoso (1995-2002) y Gobierno de Lula (2003-2010): Homología Entre las Trayectorias de los Ministros y las Creencias Económicas Estatales Actuales

Resumen

Los gobiernos de Cardoso (1995-2002) y Lula (2003-2010) son momentos notables en la historia social, política y económica contemporánea de Brasil. El artículo busca explorar el tema, basado en el estudio de la biografía de 151 ministros que trabajaron entre 1994 y 2010 en las carteras titulares. Intentamos identificar la trayectoria individual de los ministros de los períodos a través de algunas variables, tres de las cuales ganaron prominencia: la ocupación de los padres y abuelos de los ministros, la universidad en poder de los ministros y su circula-

ción internacional. Está inspirado en la sociología de P. Bourdieu y hace uso de la Prosopografía. Los resultados indican que existe una homología entre las trayectorias individuales de los ministros y las creencias económicas de los gobiernos en los que estuvieron involucrados.

Palabras clave: Gobierno de Cardoso. Gobierno de Lula. Ministros. *Habitus*. Trayectoria.

Introdução

Os governos Cardoso e Lula constituem momentos marcantes da história social, política e econômica contemporânea do Brasil e, por isso, têm gerado disputas acadêmicas pela sua compreensão. As análises vão desde aqueles que consideram que não existem diferenças entre ambos os governos, pois esses foram igualmente neoliberalizantes (Boito, 2003; Antunes, 2004, Pinassi, 2012), até as correntes que colocam de um lado os governos Cardoso como neoliberais (Grün, 2007), e, do outro, o neodesenvolvimentismo estatal dos governos Lula (Bresser Pereira, 2007; Boschi, 2010; Jardim, 2013). Há, ainda, leituras que colocam ambos como liberais-desenvolvimentistas (Sallum e Goulart, 2016).

O artigo busca explorar o tema, a partir do estudo da biografia de 151 ministros que atuaram entre 1994 e 2010 nas pastas titulares. Após apresentar uma cartografia do perfil de todos os ministros, por meio de diversas variáveis, o artigo dá destaque para três delas: ocupação dos pais e avós dos ministros, universidade pelas quais passaram e a circulação internacional desses. Nossa expectativa é que, ao colocarmos em perspectiva comparada os dados recolhidos dos agentes, possamos identificar uma possível homologia entre as crenças individuais dos ministros e as crenças econômicas estatais vigentes em cada período.

O artigo contribui em uma literatura tratada apenas pela Ciência Política, sobre as trajetórias de ministros recrutados, já que

no âmbito da Sociologia não encontramos nenhuma iniciativa em estudos dessa natureza. Mesmo na Ciência Política o tema é considerado ainda pouco estudado. Como afirmam D'Araújo e Ribeiro (2018, p. 01), “sabemos pouco sobre as características desse grupo, sua distribuição pelas regiões da federação, sua composição socioeconômica e como suas experiências e saberes disciplinares são distribuídos entre as diferentes pastas”.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em quatro seções: na primeira, realizamos uma apresentação do referencial teórico-metodológico e na sequência apresentamos uma revisão bibliográfica dos governos Cardoso e Lula. Na terceira seção, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre ministros e apresentamos o banco de dados, cruzando variáveis e, finalmente, na quarta seção, realizamos algumas análises.

1. Referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu: habitus, trajetória, prosopografia e Estado

1.1. Habitus, trajetória e prosopografia

Nossa inspiração teórica é a Sociologia Relacional de Bourdieu, especialmente os conceitos de *habitus* e crença, assim como sua discussão sobre Estado. A coleta de dados foi realizada via prosopografia, considerando a discussão de Bourdieu sobre trajetória.

O conceito *habitus* foi desenvolvido por Pierre Bourdieu, a partir da necessidade que o autor sentiu em apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais. Para o autor (2003), a visão de mundo de um agente é fabricada socialmente. Portanto, a trajetória dos agentes ajuda a construir aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*, formado por pré-disposições construídas ao longo do

processo de socialização. São aquelas características que o agente carrega, herdadas de sua origem social e atualizadas a todo momento, mas que não são determinantes.

Para Bourdieu (2003), o *habitus* integra experiências passadas e atua como uma matriz de percepções, de ações, de gosto e de crenças. Essa “matriz”, ou conjunto de disposições, fornece esquemas necessários para a intervenção dos agentes sociais na vida diária, de forma não necessariamente consciente. “*Habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade fixa” (Bourdieu, 2003, p. 83), ou seja, são mutáveis e produtos da história dos agentes. Trata-se de um marcador simbólico que pode expressar distinção ou desclassificação (Bourdieu, 2003). Mostra distinção quando expressa a cultura dominante; expressa desclassificação quando apresenta a cultura dos dominados.

É uma noção que nos auxilia a pensar as características de uma identidade social dada, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação (ora consciente, ora inconsciente), mas também do coletivo. Para objetivar o *habitus* de um agente, é preciso localizá-lo em uma trajetória social, afinal, o *habitus* não existe nele mesmo; é fabricado durante uma trajetória determinada. Nesse sentido, a origem social é um holofote poderoso na elucidação das trajetórias, pois o *habitus* primário (instituição familiar) é uma primeira e profunda impressão social sobre o agente, que sofre sedimentações ao longo da vida.

Para o autor, a trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no espaço social. Essa objetivação resulta em uma trajetória, que diferente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do espaço social (Bourdieu, 2003). Na perspectiva de Bourdieu, o estudo de trajetória busca analisar o conjunto de posições ocupadas, transformando o conceito de trajetória individual em algo coletivo, e destacando posições em comuns, ao mesmo tempo em que analisa o

espaço comum dos agentes, criando, com isto, a prosopografia do grupo estudado. Na prosopografia, o conceito de *habitus* é fundamental, considerado como algo cultural e historicamente localizado.

O uso da prosopografia no estudo de trajetória visa fugir daquilo que Bourdieu (2003) chamou de “os perigos da ilusão biográfica”, ou seja, o estudo de indivíduos isolados do campo no qual estão inseridos: “Devemos precaver-nos contra a criação da ilusão biográfica, situando claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar [...] a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos” (1996, p. 55).

A metodologia foi utilizada por Bourdieu em “La Noblesse d’Etat: Grandes **écoles** et esprit de corps” (1989), quando, a partir da prosopografia, o autor demonstrou existir homologia entre a origem social, a escola frequentada e a carreira profissional e política dos agentes estudados. Da mesma forma, na investigação prosopográfica sobre o Episcopado Francês, Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin (1982) evidenciaram que a origem social é o princípio que determina a posição ocupada e as tomadas de decisão dos prelados, embora não determine a trajetória seguida. Ainda, dentre os herdeiros de Bourdieu, lembro a tese de doutoramento de Lebaron (2000), que, a partir da prosopografia de 176 dirigentes e diretores de banco centrais, concluiu que a passagem pela universidade impacta fortemente na visão de mundo dos presidentes dos bancos centrais. Ou seja, o autor demonstra que a visão *mainstream* de economia ensinada pelas escolas americanas seria expressa nas tomadas de posição dos presidentes dos bancos centrais. Lebaron coloca ênfase sobre a importância da socialização secundária na fabricação do *habitus*, inspirando este artigo.

A prosopografia foi usada por importantes referências das ciências sociais, por exemplo, Robert Merton (1938), que estudou o congresso americano, e Norbert Elias, que fez o estudo da pro-

sopografia em rede no livro “O Processo civilizador” (1994). No Brasil, temos algumas iniciativas, como a de Sérgio Miceli, que no livro “Intelectuais à Brasileira” (1991) afirma:

Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente com base em uma estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse *corpus* de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador (Miceli, 1991, p. 137).

Grün (2012) também operacionalizou a metodologia em pesquisa sobre o alto escalão dos governos Cardoso e Lula. Na ocasião, o autor concluiu, com base nos dados prosopográficos dos agentes, que o alto escalão do Governo Lula tem origem social popular. Da mesma forma, demonstrou que o alto escalão do governo Cardoso passou por escolas particulares e era oriundo de famílias consideradas de posse econômica e cultural. Nosso banco de dados confirma a hipótese de Grün.

Diante do referencial teórico, defendemos que a prosopografia é uma aliada para a objetivação das trajetórias dos ministros, visando a captar o perfil individual desses e, em seguida, buscar homologia entre essas trajetórias e as crenças econômicas vigentes no período.

No que se refere ao conceito de homologia, este aparece na obra de Bourdieu para abordar correspondências entre um campo e outro, entre um agente e outro, ou entre um agente e um campo. Para o autor, existe uma homologia estrutural nos campos, no sentido que existem propriedades homólogas (correspondentes) que regulam o funcionamento dos mais diversos campos. Neste artigo, buscamos identificar se existe homologia entre a trajetória dos ministros e as crenças econômicas defendidas pelos governos Cardoso e Lula.

1.2. Estado como produtor de crença em Bourdieu

Outra discussão presente na obra de Bourdieu, que inspira nossas análises, é a sua discussão sobre Estado (2014). Para além de um Estado abstrato, Bourdieu adota um conceito de Estado encarnado e objetivado em agentes sociais. Estado que influencia e sofre influência dos seus agentes, que por sua vez, são encarnadores do Estado. Para o autor, o Estado seria o resultado de categorias de pensamento dos agentes que nele atuam. Portanto, os agentes estatais influenciariam as crenças estatais em vigor.

Em Bourdieu (2014), o Estado é considerado como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder, assegurando uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Dizer que o Estado é legítimo em Bourdieu, é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como única forma de constrangimento o poder simbólico. Assim, a obediência não passa pela coerção em Bourdieu. O reconhecimento da legitimidade da obediência é um ato de conhecimento, que é um ato de submissão inconsciente à ordem social, ou seja, é um ato de crença, mais ainda, de crença coletiva.

Pierre Bourdieu (2003) entende crença como um tipo de consenso ou de senso comum vigente. Trata-se de uma verdade imposta a um grupo social, a qual de tão natural não se nota sua arbitrariedade. Como produtor de magia social, o Estado em Bourdieu não tem a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, “pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume, a submissão *dóxica* à ordem estabelecida” (Bourdieu, 2003, p. 119).

Bourdieu nos chama a atenção para o fato que pensamos o Estado a partir do próprio pensamento criado pelo Estado, pois o Estado é ele mesmo nosso próprio pensamento. Mais concre-

tamente, o pensamento do Estado não é somente um discurso. Este pensamento se inscreve no mundo social, já que o Estado seria o mundo social em forma de discurso e em sentido prático. Essas estruturas são tão naturalizadas que os agentes sociais nem se dão conta do processo de produção de crenças.

Dessa feita, o Estado instaura, através da ordem simbólica que impõe, duas formas de poder: a estrutura objetiva do Estado e a estrutura mental para pensar o Estado, que são homólogas. Assim, passa a existir na objetividade, nas estruturas materiais e na subjetividade dos agentes, ou seja, nas representações sobre a forma de visão de mundo.

A seguir, uma síntese dos governos Cardoso e Lula, momentos em que os ministros estudados estiveram à frente do poder. A ideia do item é identificar as principais crenças vigentes nos períodos, para depois cruzar com as trajetórias individuais dos ministros.

2. Governos Cardoso e Lula: crenças neoliberais e crenças desenvolvimentistas

2.1. Governo Cardoso

No final dos anos 1980, o cenário econômico mundial esteve enfraquecido pela crise fiscal que abateu os países latino-americanos. Tal condição foi resultante de uma onda ideológica neoliberal iniciada nos Estados Unidos na década de 1970 (Bresser-Pereira, 2007). Esta forma econômica de pensar, agir e sentir (Lebaron, 2012) se convencionou chamar de Consenso de Washington e foi o fio condutor do governo Cardoso (Tavares, 1999; Bresser-Pereira, 2007). Quando falamos em Consenso de Washington, buscamos apenas um marcador simbólico desse momento, pois, conforme nos mostram Dezalay e Garth (2002), os países não fizeram importação automática dos paradigmas

estabelecidos no Consenso de Washington. Ao contrário, houve tensão interna em cada país e negociação com os códigos econômicos, políticos e culturais existentes nesses.

Com as especificidades de cada país, uma parte deles – com clara exceção para os tigres asiáticos e China – abandonou suas estratégias de desenvolvimento nacional (Bresser-Pereira, 2007) e se adaptou a um projeto ligado à constituição de estruturas produtivas, independente da economia nacional. Foucarde-Guorinchas e Babb (2002) acrescentam que a globalização econômica e financeira desempenhou um papel crítico na promoção da transição para políticas neoliberais, mas que as condições institucionais locais foram decisivas para as economias desenvolvidas e que os padrões institucionalizados das relações Estado-sociedade determinaram a maneira pela qual as transições não liberais foram realizadas.

As autoras argumentam que enquanto no Chile e na Grã-Bretanha o conflito de distribuição mal mediado criou as condições ideológicas para uma revolução “monetarista”, no México e na França, o neoliberalismo era entendido principalmente como um passo necessário para adaptar o país à economia internacional.

Foi nesse contexto que o governo Cardoso teria aderido às crenças neoliberalizantes – já iniciadas durante o período Collor. Contudo, conforme Dezalay e Garth (2002), não podemos afirmar que houve uma importação uníssona dessas ideias.

Lebaron (2012) afirma que o paradigma neoliberal encontrou eco nas escolas de economia dos Estados Unidos, a partir de 1980, e tem formado os diretores e os presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo. No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) seria a representante dessa visão. Loureiro (1997) classifica a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a FGV como privatistas e próximas dos bancos, argumento retomado por Dutra (2012).

No nosso banco de dados, é no governo Cardoso que encontramos o maior número de ministros com formação na FGV ou PUC-RIO, os quais complementaram seus estudos em determinadas escolas americanas. Segundo Lebaron (2000), complementar os estudos em universidades americanas, tais como Cambridge, Harvard, Princeton, Berkeley, Columbia, Cornell University e Yale University, seria uma forma de cumprir todos os rituais de acesso às crenças liberalizantes produzidas pela economia neoclássica (Lebaron, 2000).

Foi nesse contexto que o governo Cardoso passou a defender que as finanças do Estado deveriam ser equilibradas e realizou forte estímulo às empresas privadas (Sallum e Goulart, 2016). O governo colocou em pé de igualdade as empresas de capital nacional e estrangeiro, através da aprovação de um conjunto de leis no Congresso Nacional. Essas Leis regulamentaram as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada e preservou o programa de privatizações e de concessões.

No âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — principal agente financeiro da industrialização do país — foi notável a diversificação setorial das empresas atendidas. Além da indústria, o BNDES passou a financiar atividades comerciais, turísticas e agrícolas, sendo que as empresas estatais deixaram de ser o ponto central.

Sobre o contexto, Grün (2007) afirma que os movimentos de fusões e privatizações das empresas estatais abriram espaço para as corporações internacionais atuarem no mercado brasileiro. Dessa forma, a lógica financeira do período começou a predominar na sociedade brasileira no meio organizacional e os princípios dominantes no capitalismo internacional passaram a ter algum eco junto ao Estado brasileiro. Lembramos que sempre houve uma tradição na economia brasileira de defesa do capital estrangeiro e das privatizações, sendo Roberto Campos o representante mais icônico desse pensamento.

No que se refere às crenças liberalizantes do período, podemos citar a consolidação das finanças públicas. Ou seja, a agenda governamental passou a incorrer pela cobrança da realização de “superávits estruturais” para atender a expectativa dos agentes investidores (Lopreato, 2013), dentro de um modelo econômico com forte predomínio dos mercados.

Buscando enquadrar-se nos critérios exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Cardoso passou a buscar o superávit primário que, juntamente com o controle da inflação e das contas públicas, tornaram-se o mantra daquele período. Em complemento, a mídia *mainstream* e parte do empresariado passaram a condenar o que chamariam de “excessos e ineficiência do Estado”, acompanhados da defesa de “menos Estado e mais mercado” (Jardim, 2013).

Segundo Lopreato (2013), o governo Cardoso concentrou suas atenções no ajuste das contas públicas, baseado na crença de que através do aprofundamento dos cortes de gastos, a resolução das questões existentes poderia ser atingida pela criação de espaços orçamentários (Lopreato, 2013, p. 02). No contexto, o governo foi favorável à estabilização macroeconômica com integração à globalização e à cooperação com investimento externo, no sentido afirmado por Sallum (1999): “Para a corrente neoliberal dominante a prioridade era a estabilização dos preços” (Sallum, 1999, p. 33).

No que se refere ao investimento na educação, o Governo priorizou apenas soluções via mercado, como o FIES. Falamos apenas porque o governo Lula também fez uso do mercado para pagar a educação superior, via PROUNI, mas fez, por outro lado, estímulos à universidade pública, via REUNI.

Consideramos para este artigo, que o neoliberalismo iniciado nos anos Collor teria assumido certo protagonismo como crença econômica dominante nos anos Cardoso.

2.2. Governo Lula

Assim como em relação ao governo Cardoso, não existe consenso na literatura sobre as tomadas de posições e crenças do governo Lula. Os analistas classificam o período Lula de formas diversas, que vão desde neoliberal, liberal-social à neodesenvolvimentista, keynesianista, novo desenvolvimentista, populista, intervencionista.

Por exemplo, Boschi (2010) afirma que nesse governo houve um novo tipo de intervencionismo estatal, que adquiriu particularidade em relação ao do passado, já que nesse haveria mais uma modalidade híbrida de coordenação econômica do que o retorno do Estado produtivo. O autor fala em “novo desenvolvimentismo”, pois o Estado passou a ser o regulador do social e da economia. Nessa crença estatal, o funcionamento dos mercados estaria submetido à lógica política.

Já para Bresser-Pereira (2007), o “neodesenvolvimentismo” presente no governo Lula diferiu do “nacional-desenvolvimentismo” que vigorou na década de 1970 e do neoliberalismo vigente no governo Cardoso e defende que a crença neoliberal tenha ficado nos anos Cardoso, pois os anos Lula colocou em destaque a crença intervencionista, que pressupõe o controle do mercado pelo Estado.

Esse argumento não é compartilhado por Boito (2003), Antunes (2004) e Pinassi (2012), para quem no governo Lula vigorou a submissão do Estado às finanças. Para esses autores, o governo só procurou recompor sua função de “alívio” social através da criação de empregos (quase sempre precários e temporários), políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda, enquanto a economia se renacionalizou por meio de financiamentos do BNDES. Os autores entendem que o governo Lula praticou o “social-liberalismo”, ou seja, a manutenção do modelo econômico neoliberal, combinado com crescimento econômico e políticas sociais compensatórias.

Grün (2007) defende que durante o Governo Lula as empresas nacionais passaram a incorporar crenças dominantes do capitalismo internacional, como a abertura de capital em bolsa de valores e a governança corporativa como ferramenta de gestão. Jardim (2009, 2013) e Silva (2013) apontam que esse governo passou a se apoiar nas poupanças dos fundos de pensão para o investimento nos projetos de infraestrutura do país, sobretudo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive para a aquisição de ações de empresas, estratégia que teria gerado emprego e renda (Silva, 2013). Na mesma direção, Mun-do Neto (2012) afirma que, no governo Lula, o Estado atuou de forma direta no mercado de capitais e adquiriu recursos de terceiros. Tal fenômeno teria acontecido através da BNDES-PAR, que é uma *holding* estatal gestora de capital de risco, subsidiada pelo BNDES. Teria havido uma mudança no modelo de atuação da BNDES-Par, que teve como crença central a participação no mercado financeiro.

Para Sallum e Goulart (2016), no governo Lula a crença neoliberal se manteve, já que esse governo buscou de várias maneiras compatibilizar a herança do período Cardoso, com o programa social do Partido dos Trabalhadores (PT). Posição diferente é a de Mesquita (2014), para quem, apesar de jamais ter abandonado o tripé macroeconômico estabelecido em 1999, o governo Lula teria apresentado desvios em relação ao antecessor. Assim, ao adotar uma visão “mais convencional e circunspecta sobre a política econômica se concentrou no Banco Central (BC), ao passo que o Ministério da Fazenda (MF) e outras partes do setor público, como o BNDES, adotaram uma visão mais heterodoxa” (Mesquita, 2014, p. 44).

Para Grün (2014), após o escândalo do mensalão, o governo Lula deu uma guinada na política macroeconômica. Para Jardim (2013), a crença em um Estado intervencionista foi iniciada a partir de 2006, quando houve mudanças na composição do governo, com a substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Mi-

nistério da Fazenda e de José Dirceu por Dilma Rousseff na Casa Civil. Essas mudanças teriam sido reforçadas durante o enfrentamento à crise de 2008, com investimento no mercado interno.

Jardim (2013) defende, também, que a política fiscal adotada pelo governo Lula a partir de 2008 foi pautada pelos estímulos ao mercado interno¹. A autora cita como crença desenvolvimentista do período o investimento dos recursos dos fundos de pensão no PAC, gerando emprego e renda, especialmente no setor da construção civil, que passou a empregar beneficiários do programa Bolsa Família (Jardim, 2009, 2013).

Nesse sentido, o governo teria ampliado a intervenção estatal através de mecanismos destinados a oferecer financiamentos produtivos em longo prazo e com juros baixos para as obras do PAC. Também buscou estimular as empresas estatais que não foram privatizadas no governo Cardoso (caso da Eletrobrás, por exemplo) e permitiu que elas se associassem às empresas privadas para aumentar os investimentos com recursos do Tesouro. Finalmente, o BNDES redirecionou suas prioridades para investimentos estruturais, sob a lógica do desenvolvimento de empresas nacionais. Por fim, buscou incentivar a competitividade das empresas brasileiras em relação às multinacionais que operavam no país (no setor das telecomunicações, por exemplo), além de incentivar as companhias nacionais a se expandirem para o exterior.

1 Dentre as estratégias de estímulo ao mercado interno, citamos as que incluem a redução da taxa de juros básica pelo Banco Central; medidas para estimular o crédito; postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas; redução de impostos para estimular o consumo; fortalecimento do PAC como indutor aos investimentos públicos no setor produtivo; ampliação das funções do BNDES, que antes emprestava dinheiro somente para as grandes empresas e nesse contexto passou a emprestar para as pequenas e médias empresas; ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN); e alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo. Da mesma forma, programas sociais (como o Programa Bolsa Família) foram mantidos e houve ampliação do número de beneficiários do programa, além de aumentos pontuais do salário mínimo durante o período.

O governo Lula trouxe proteção às empresas de capital nacional e melhorou a distribuição de renda e proteção aos trabalhadores pobres, por meio da ampliação do acesso à educação superior, com destaque para a Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Ademais, houve o aumento dos gastos com proteção social que produziu certo “crescimento através da distribuição” e que permitiu a monetarização de áreas pobres e a melhora de regiões atrasadas (Sallum e Goulart, 2016, p. 128). No seu conjunto, as estratégias econômicas do governo Lula agradaram o mercado, já que o governo manteve a estabilidade da economia, tal qual prometido na “Carta ao Povo Brasileiro” (Lula da Silva, 2002). Essas medidas teriam distanciado o governo Lula ainda mais das crenças neoliberais e o aproximando de um Estado com crenças reguladoras, ainda que com forte presença das finanças (Jardim, 2013).

Considerando o exposto, para fins deste artigo, consideramos que crenças desenvolvimentistas estiveram em holofote durante os anos Lula. Nas próximas seções conheceremos o perfil dos ministros de cada período, a partir de suas trajetórias. Antes, porém, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre ministros.

3. Ministros como *locus* de estudo

No âmbito da Sociologia são raras as iniciativas em estudos sobre ministros, tema que tem interessado, sobretudo, à Ciência Política, especialmente pesquisas sobre o processo de recrutamento e sobre as trajetórias de ministros.

Para Codato e Franz (2017), esses estudos levantam o perfil da elite ministerial de seus respectivos países, considerando variáveis como idade, sexo, herança familiar, formação escolar, trajetória profissional, orientação ideológica do partido, experiência em cargos legislativos e ocupação de posições no alto escalão

do Estado ou em firmas privadas. Os mesmos autores afirmam que, no presidencialismo brasileiro, os ministros cumprem uma dupla função: assegurar que a formulação e a implementação de políticas públicas estejam de acordo com as diretrizes do Presidente da República e do programa do seu partido; e garantir, através de transações políticas, o apoio partidário para que esses projetos tenham sustentação e chances de aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, a seleção de ministros e a formação de gabinetes teriam um papel estratégico político e para a boa condução do governo do Presidente da República.

Os mesmos autores afirmam que as pesquisas sobre gabinetes do regime semipresidencialista francês têm observado a ocupação de ministérios por indivíduos cada vez mais acostumados com as lógicas do campo político. François e Grossman (2012) têm percebido a presença de novos tipos profissionais, com a diminuição no número de tecnocratas, *experts* e ministros não partidários e o conseqüente incremento de quadros políticos com treinamento e carreiras cumpridas em entidades de representação, seja em cargos eletivos, seja na burocracia dos partidos políticos ou mesmo em movimentos sociais (François, Grossman, 2012).

No Brasil, D'Araújo (2009) fez uma radiografia do Executivo após a redemocratização e identificou que os “ministros são pessoas experientes na vida política, com forte enraizamento em atividades parlamentares e executivas em todos os níveis de governo” (D'Araújo, 2009, p. 25). De acordo com Costa e Codato (2013), isso seria um indicativo da existência de *expertise* política e administrativa como condição básica para nomeação ao ministério. Apesar de serem postos de nomeação, os ministérios também podem ser espaços de profissionalização política, a exemplo das Casas Legislativas.

Codato e Franz (2017) defendem que, no caso do Brasil, isso decorre da importância do critério partidário no recrutamento

ministerial. No presidencialismo multipartidário, o partido do presidente da República dificilmente consegue ser o partido majoritário no Congresso Nacional, forçando o chefe do governo a fazer alianças com outras legendas para conseguir apoio político e aprovar seus projetos de lei, emendas legislativas e medidas provisórias. Para garantir essa sustentação, o presidente precisa atrair os demais partidos para a base de apoio do governo, alocando-os nos ministérios ou nas burocracias a ele subordinadas. Essa barganha entre cargos políticos de alto escalão e apoio parlamentar nas duas Casas do Congresso Nacional impacta significativamente na composição dos ministérios (Abranches, 1988) e revela as estratégias perseguidas pelo recrutamento ministerial no Brasil. Vejamos, a seguir, nosso banco de dados sobre as trajetórias dos ministros nos governos Cardoso e Lula.

3.1. Banco de dados: governos Cardoso e Lula

3.1.1. Apresentação do banco de dados e processos metodológicos

O banco de dados da pesquisa geral é composto pelos dados prosopográficos de 393 ministros: 188 dos governos Fernando Henrique Cardoso, sendo 76 titulares e 112 interinos, e 205 dos governos Luiz Inácio Lula da Silva, sendo 75 titulares e 155 interinos. Para este artigo, consideramos apenas os ministros titulares da pasta, em um total de 151 ministros (76 do governo Cardoso e 75 do governo Lula). Lembramos que esses ministros se revezaram no primeiro e no segundo mandatos de cada governo, mas eles serão contados somente uma vez nesta pesquisa, pois nossa unidade de análise são os ministros, não os mandatos.

As fontes principais de pesquisa foram *websites* oficiais dos ministérios, *websites* de observadores das políticas públicas, matérias jornalísticas, além de consulta ao Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, do Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os dados coletados foram organizados pela equipe no *software* Excel a partir dos seguintes grupo de variáveis: idade, sexo, cor, local de nascimento (cidade, estado, ano); profissão; escolaridade (escola pública ou privada, universidade); formação superior (instituição, curso, data da formatura, natureza pública ou privada); pós-graduação (modalidade de pós-graduação, ano); circulação internacional (instituição, curso, natureza pública e privada, orientador); trajetória política (histórico sobre a iniciação política; exerceu cargo público? Qual esfera? Forma de admissão? Familiares na política? Amigos?); filiação partidária; ocupação dos pais e avós, escolaridade dos pais e avós; estado civil (profissão do cônjuge em caso de casado); religião; notoriedade ou reconhecimento (prêmios, livros escritos); principais iniciativas no governo em que foi ministro; e pertencimento associativo.

Devido a uma necessidade de estabelecermos limites metodológicos, para este artigo trabalhamos com apenas seis variáveis (profissão dos ministros, ocupação dos pais e avós dos ministros, escolaridade dos ministros, universidade realizada, pós-graduação e circulação internacional), sendo que três variáveis ganharam destaque: a ocupação dos pais e avós dos ministros, a universidade realizada pelos ministros e a circulação internacional desses. A centralidade que Pierre Bourdieu dá ao “capital de origem” justifica nosso interesse pela profissão dos pais e dos avós dos ministros. Como afirmou Bourdieu (1996), a origem social é um holofote poderoso na elucidação das trajetórias, pois o *habitus* primário (instituição familiar) é uma primeira e profunda impressão social sobre o agente, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. A tese de Lebaron (2000) sobre a influência do pensamento adquirido nas universidades, junto aos presidentes dos bancos centrais, nos inspira a dar destaque à instituição na qual os ministros realizaram a sua formação superior e a sua circulação internacional.

As variáveis foram construídas pela primeira autora deste texto, a partir do método de Bourdieu. O questionário aplicado por Pierre Bourdieu, no livro “A Distinção”, assim como a tese de Lebaron (2000) nos serviram de inspiração. Por fim, a estatística descritiva foi produzida por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Justificamos que não realizamos, para este artigo, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM), pois nosso objetivo é conhecer a trajetória dos ministros e não objetivar o espaço social no qual esses estiveram inseridos. O uso da ACM será feito em artigo posterior.

3.2. Primeiro contato com o banco de dados: titulares e interinos

Em termos macrossociológicos, os dados de frequência indicam que os ministros (titular e interino) durante os governos Cardoso e Lula foram, em sua maioria, homens (99% e 88,5%, respectivamente) e quase todos brancos, com uma idade média de 54 anos (Cardoso) e 55 anos (Lula). Se considerarmos titulares e interinos, 96% possuía curso superior nos governos Cardoso, contra 80% nos governos Lula. Esse dado anima D’Araújo e Leite (2018) a afirmarem que “ministros formam uma elite acadêmica em todos os governos” (2018, p. 02). Em nossa perspectiva, falamos em “elite altamente escolarizada”.

Se considerados todos os ministros (titular e interino), independentemente do governo, as profissões mais comuns são: advogado (18,8%), economista (14,8%), político (14,1%), professor (5,9%) e médico (3%). Quando realizamos distinção por governo, esses dados mostram diferenças consideráveis. Por exemplo, a presença de operário-sindicalista é significativa no governo Lula, especialmente no primeiro mandato, representando quase 50% dos titulares e interinos. Quando olhamos para a ocupação dos pais e avós dos ministros Cardoso, quase 50% desses ministros são filhos e/ou netos de fazendeiros. No que se refere aos minis-

tros Lula, 80% são filhos ou netos de faxineiro, manicure, operário, pedreiro, ou seja, ocupações técnicas e sem qualificação.

Para completar a cartografia acima, indicamos que mais da metade deles (56,3%) nasceu no Sudeste do país, seguido pelo Nordeste (21,5%) e pelo Sul (13,7%). Ao todo, foram 16 mandatos femininos, contra 92,8% de mandatos chefiados por homens, nisso incluso Interino e Titular. Se considerarmos apenas mandatos titulares, esse número se reduz para nove. Dessas mulheres, apenas uma serviu ao governo Cardoso. As demais ocuparam o gabinete durante os governos do PT e na pasta de Titular.

No que se refere à questão racial, encontramos apenas dois casos no governo Cardoso, sendo Edson Arantes, o famoso Pelé, na titularidade da recém-criada pasta dos Esportes, e Mauro Barbosa, na mesma pasta, como interino. No governo Cardoso, não encontramos mulheres pretas, nem na pasta Interina, nem na pasta Titular.

Por outro lado, no governo Lula houve uma maior visibilidade de pessoas pretas, já que quatro ministros pretos estiveram em pasta de Titularidade, sendo eles: Gilberto Gil (Pasta da Cultura), Benedita da Silva (Assistência Social), Marina da Silva (Meio Ambiente) e Orlando Silva De Jesus Júnior (Ministro do Esporte). Contudo, apesar de algum avanço, esse cenário está longe de expressar a realidade racial brasileira.

No que se refere à profissão dos ministros, no governo Cardoso, encontramos um grande número de ministros com formação e/ou atuação em Engenharia, Economia, Direito, Medicina e Administração. Esses cinco campos de atuação somados correspondem a 70% do total de ministros no tocante à profissão/formação dos titulares. Por outro lado, o banco de dados do governo Lula indica as seguintes ocupações: operário, jornalista, professor, sindicalista e profissionais ligados a movimentos sociais. No primeiro governo Lula, 26% dos ministros possuíam origem sindical.

Para esta pesquisa, mais importante do que esse dado, é a profissão dos pais e avós desses ministros, pois, segundo nosso referencial teórico, é a partir da objetivação da ocupação dos pais e avós que identificamos a origem social de um agente. Segundo Bourdieu e Passeron (2014, p. 28), “[...] a origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos agentes e primeiramente as condições de existência”.

3.3. Ocupação dos pais e avós dos ministros

No que se refere à ocupação dos pais e avós dos ministros, encontramos para o banco de dados do governo Cardoso quatro categorias profissionais que estão no topo da hierarquia social: **profissionais liberais** formados em escolas renomadas (advogados, médicos), **banqueiros e industriais, militares e servidores públicos de alto escalão** (desembargador e professor universitário). No conjunto, esses ministros formam 80% do todo. Por outro lado, o banco de dados do governo Lula indica uma predominância de ocupação de **nível técnico** (82%), como expresso a seguir:

Tabela 1: Profissão dos pais dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Profissão Governo	Porcentagem Cardoso	Porcentagem Lula
Liberal	71%	6.7%
Comerciante	5%	6.7%
Banqueiro/Industrial	7.8%	1.3%
Ocupação técnica	5%	78,6%
Militar	7,8%	0%
Servidor público de alto escalão (Desembargador e professor Universitário)	3.9	2.7%
Funcionário público de escalão técnico	0	4%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Para uma abordagem qualitativa, passamos a sublinhar alguns casos marcantes do banco de dados do governo Cardoso e, em seguida, do governo Lula. Trata-se apenas de uma ilustração, pois a discussão qualitativa não atinge os 151 ministros estudados.

Inicialmente, chamamos atenção para alguns agentes que estão no topo da hierarquia social: banqueiros e economistas, como José Eduardo de Andrade Vieira (filho do fundador do banco Bamerindus e que também foi presidente desse banco), Luiz Carlos Mendonça de Barros, Pêrsio Arida e Gustavo Franco; de clãs industriais, como Celso Lafer; e políticos oriundos de famílias tradicionais, a exemplo de Rafael Valdomiro Greca de Macedo, José Sarney Filho e Francisco Dornelles. Além disso, muitos ministros são filhos e netos de desembargadores, deputados e governadores. Identificamos, também, que pais e avós de seis ministros foram militares: Francisco Dornelles, Mauro César Rodrigues Pereira, Pedro Malan, Ronaldo Mota Sardenberg, Waldeck Vieira Ornélas e Walter Werner Brauer; todos são oriundos do Instituto Rio Branco, instituição de grande prestígio nacional. É igualmente importante notar que os avós e pais desses ministros foram políticos influentes no Brasil.

Chamamos atenção para uma categoria de nível intermediária encontrada no governo Cardoso, que é a ocupação comerciante. Ministros que se declararam filhos de comerciantes, são quatro: Renan Calheiros, que declarou em autobiografia que vem de família de classe média, sendo filho de comerciante; Ramez Tebet, cuja profissão dos pais também era comerciante. Não sabemos a natureza desse comércio, mas sua trajetória indica ser de origem média, já que o ministro Ramez Tebet estudou Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi prefeito e promotor da sua cidade natal no Mato Grosso do Sul. Também, o ministro Antonio Kandir se declarou filho de mascates no comércio popular. Por fim, citamos o caso de José Serra, que contou em sua biografia que seus pais eram comerciantes em uma

barraca de frutas no mercado municipal de São Paulo e seus avós eram analfabetos. Apesar de considerarmos em nossa avaliação que Serra é filho de comerciantes, essa informação não é consensual, a saber:

José Serra tem 70 anos, é paulista, filho único de italianos. Seu pai era um bem-sucedido comerciante no ramo de frutas. José Serra foi criado em uma ampla e confortável casa na Mooca, São Paulo. Quando Serra tinha 11 anos, sua família se mudou para uma luxuosa casa em São Paulo na Rua Antônio de Gouveia Giudice, no bairro nobre de Alto Pinheiros (Amorim, 2010, n.p.).

A biografia de Serra mostra que ele estudou primeiramente em escola pública e depois em colégio particular, portanto, podemos relativizar as informações dadas por Serra, em diálogo com o depoimento de Henrique Amorim.

Na base da hierarquia, os pais com menores anos de estudo, ou seja, oriundos de ocupação técnica, são três: um técnico de Raio X, um agricultor e um mecânico de automóvel. Os filhos de ministros cuja profissão ou ocupação são de origem menos prestigiada são: Sérgio Roberto Vieira da Motta, cujo pai era técnico de Raio X; Iris Rezende Machado, filho de agricultor e de dona de casa; e Élcio Álvares, filho de mecânico de automóvel, que por sua vez estudou Direito em faculdade particular no Espírito Santo. Por fim, o ministro Eliseu Padilha se declarou de classe popular, mas não informou a origem familiar. É possível que essa informação seja real, já que Padilha fez estudos técnicos. Inicialmente fez Técnico em Contabilidade e depois cursou Direito em faculdade particular.

Não encontramos dados sobre a família do ministro Odacir Klein, mas o ministro fez curso Técnico em Contabilidade e em seguida faculdade particular de Direito em Passo Fundo (Rio Grande do Sul). As suas opções de formação (sobretudo o curso Técnico em

Contabilidade) podem ser fortes marcadores simbólicos de sua classe de origem, a classe popular. Por isso, os pais do ministro foram encaixados na categoria ocupação técnica.

No conjunto, os dados prosopográficos dos ministros dos anos Cardoso indicam a reprodução no poder de uma elite econômica e cultural, que, em alguns casos, representa até quatro gerações de sobrenomes tradicionais na política brasileira. Os dados permitem afirmar que esses ministros são herdeiros de um patrimônio familiar que atravessa gerações. Lembramos que a família é uma categoria central na obra de Bourdieu. Em Bourdieu e Passeron (2014), é a família que transmite seu capital cultural a seus herdeiros, estimulando o acesso a bens ditos de “bom gosto” e “bom tom”, os quais estão associados às classes sociais mais altas. Uma outra consequência é que esse mesmo capital cultural é valorizado pela escola, promovendo as consagrações dos “mais dotados” e a desclassificação dos “fracassados”, em um ciclo de reprodução quase “mágica” das desigualdades sociais.

No que se refere ao banco de dados sobre a profissão dos pais e avós dos ministros Lula, encontramos ao menos cinco categorias de ocupação: técnica (59); comerciante (5); funcionário público de nível técnico (3); profissionais liberais, como advogado e médico (5); profissionais de nível superior, como professor universitário (1) e embaixador (1), e banqueiro (caso de Henrique Meirelles).

Sobre os ministros cujos pais têm profissão de prestígio e que estariam no topo da hierarquia social, encontramos oito: é o caso de Celso Amorim (pai embaixador), Ciro Gomes (pai e mãe eram professores), Eduardo Campos (pai escritor, mãe advogada e avós tinham nível superior), Geddel Vieira Lima (pai advogado), Gilberto Passos Moreira (pai médico, mãe professora primária), João Luiz Silva Ferreira (pai era engenheiro civil, sua mãe professora primária) e Marcio Thomaz Bastos (pai médico, mãe dona de casa). Destaque para a trajetória de Henrique Meirelles,

então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Seu pai era advogado, a mãe era estilista e o avô paterno era político de profissão. Estudou nos melhores colégios de Goiás, fez engenharia civil na Universidade de São Paulo (USP Poli) e teve passagem por Harvard. Trata-se de um típico filho das classes dominantes, no sentido estabelecido por Bourdieu (2002).

Também, identificamos cinco filhos de comerciantes no banco de dados Lula, que definimos como “classe média”. Caso de Dilma Rousseff, cujos avós e mãe eram professores primários e o pai era comerciante; Fernando Haddad, cuja mãe era professora do magistério e o pai comerciante; por fim, Guido Mantega, que declarou em biografia que os pais eram comerciantes, contudo, não informou que tipo de comércio possuíam. Mas sabemos que Guido estudou em “bons colégios” e que possuía origem social bastante privilegiada. O pai de José Campos Temporão possuía um restaurante e Humberto Lima declarou serem os pais comerciantes, mas não informou que tipo de comércio. Contudo, fez estudos em colégio particular e inclusive passou em segundo lugar no curso de Medicina em universidade pública. Trata-se de um marcador simbólico de classe média, o que o coloca junto com os demais ministros considerados por nós de classe média.

Um terceiro tipo encontrado é o servidor público de nível técnico, pois o banco de dados indica três filhos de funcionário público de escalão médio: Carlos Eduardo Gabas (pai era funcionário da Caixa Econômica Federal), Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira (pai era funcionário público em um hospital) e Luiz Paulo Barreto (pai era funcionário do Superior Tribunal Militar).

O que fica evidente nos dados, é que a maior parte dos ministros titulares (59/75) possuía uma origem social popular. Identificamos tratar-se de filhos e netos de artesã, tecelã, costureira, dona de casa, eletricista, operário da construção civil, manicure, caminhoneiro, mecânico, operário, trabalhador da roça (agricultor), faxineiro/a, seringueiro, tipógrafo, isto é, ocupações com baixo

investimento em capital cultural legítimo, ou melhor, ocupações que detêm capital cultural não valorizado no mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2002).

Em nossa pesquisa, agrupamos essas ocupações como Técnica e representam 78% do banco de dados do governo Lula. Se somarmos essa ocupação com aquela da rubrica “servidor público de nível técnico”, esse número chega a 82%. Como dado complementar, 32% desses ministros titulares possuíam filiação e militância partidária, especialmente ligadas ao PT.

Uma primeira conclusão é que a ascensão do governo Lula ao poder sinaliza para a chegada de um novo grupo político, rompendo com a reprodução identificada no banco de dados do governo Cardoso. Trata-se de um grupo de origem popular, sindical e do movimento social. A presença de sindicalistas no governo Lula foi sinalizada por Jardim (2009), em pesquisa que tratou da gestão de fundos de pensão por sindicalistas no governo Lula.

Ainda sobre a presença de sindicalistas no governo Lula, como nos lembra D’Araújo (2009), até a Carta de 1988 as centrais eram ilegais e a Constituição não as legalizou, mas também não as criminalizou. A legalização das centrais só viria a ocorrer em meados de 2008, no governo Lula. Nesse sentido, a participação de dirigentes de Centrais Sindicais nos Ministérios, pode-se dizer, é uma inovação do governo Lula, com presença mais acentuada em seu primeiro mandato.

3.4. Trajetória escolar e Circulação Internacional

Nos próximos itens abordaremos a trajetória escolar dos ministros, por meio das seguintes variáveis: tipo de escola onde estudaram, tipo de universidade, pós-graduação e circulação internacional.

Tabela 2: Tipo de escola dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Tipo de escola	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Escola/Colégio particular	98.7%	12%
Escola pública	1.3%	88%
Total	100%/	100%

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere ao governo Cardoso, quase cem por cento dos ministros realizaram seus estudos em colégio particular, sendo que os que mais aparecem no material coletado são: Santo Inácio (Rio de Janeiro), American Graded School (São Paulo), colégio Arnaldo (Minas Gerais, ministro José Vargas), colégio Dom Bosco (São Paulo, vários ministros paulistas), Colégio São Judas Tadeu (São Paulo, onde Serra estudou parte da sua vida), Grupo Escolar Princesa Isabel (São Paulo, local onde Luiz Carlos Bresser-Pereira estudou) e Colégio Santa Cruz (São Paulo, colégio de Luiz Mendonça de Barros).

No que se refere aos ministros do governo Lula, 88% deles realizaram seus estudos iniciais em escola pública. Identificamos que alguns deles fizeram curso técnico profissionalizante, em substituição ao ensino médio. Marina da Silva e Luiz Marinho foram alfabetizados em idade adulta, via supletivo.

Apesar dessas dificuldades de origem, um número elevado realizou universidade pública, tal qual os ministros Cardoso.

Tabela 3: Universidade frequentada pelos ministros nos governos Cardoso e Lula

Tipo de Universidade	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Universidade pública	72%	65%
Universidade privada	24%	24%
Não concluiu o ensino superior	4%	1/%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O banco de dados permite afirmar que o grupo Cardoso dá preferência por universidades públicas (55 deles), especialmente a USP (25 deles). As universidades privadas do conjunto de ministros são aquelas de prestígio, como a FGV, as universidades católicas, especialmente a PUC-RIO e a Mackenzie. Exceção para o ministro Pelé, que cursou Educação Física em uma universidade particular e desprestigiada, na cidade de Santos.

No que se refere aos ministros do governo Lula, identificamos que 49 deles estudaram em universidades públicas. Chamamos atenção para o fato de que a UNICAMP² e a UFRJ, juntas, são responsáveis pela formação de 40 desses ministros. Um dado parecido (54% da amostra) foi identificado por D'Áraujo e Leite (2018), que na ocasião sugeriram a necessidade de investigar a influência dessa formação no pensamento desses ministros, o que, em alguma medida, estamos realizando neste artigo.

Considerando que esses ministros são filhos das classes populares (conforme explicitado na tabela 1), podemos afirmar que eles constituem a primeira geração de uma determinada família que teve acesso ao ensino superior, mesmo que em alguns casos tardiamente, como é o caso dos ministros alfabetizados em idade adulta.

No próximo item abordaremos a pós-graduação dos ministros. Para fins de pesquisa, agrupamos em uma única categoria, a de “pós-graduação”, as formações em nível especialização, mestrado e doutorado. Por essa categorização, 90% dos ministros Cardoso realizaram pós-graduação, contra 58% do governo Lula.

2 Universidade Estadual de Campinas.

Tabela 4: Pós-Graduação dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Pós-Graduação Ministros	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Sim	90%	58%
Não	10%	42%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como na graduação, os ministros Cardoso realizaram estudos de pós-graduação em escolas de renomes, nas áreas de Direito, Economia e Administração, necessariamente nessa ordem. Dentre as universidades públicas, a USP é a instituição mais procurada. Dentre as privadas, destaque para instituições de renome, tal qual discussão apresentada na tabela 3. No que se refere à titulação de doutor, encontramos 40% de títulos de doutores no governo Cardoso, contra 20% para o governo Lula.

No que se refere à pós-graduação, os ministros do governo Lula também dão preferência às áreas mais tradicionais, como Economia, Direito e Administração. Contudo, identificamos um crescente interesse por Ciências Sociais, já que cinco ministros do governo Lula realizaram mestrado e/ou doutorado em Ciências Sociais.

Outra informação importante é que muitos ministros realizaram graduação, especialização, mestrado e/ou doutorado pela Unicamp. Unicamp e UFRJ aparecem como as escolas que mais concentram ministros do governo Lula. Os dados indicam que, pelo menos em algum momento da formação, os ministros passaram por essas instituições. Como existe relativo consenso no campo acadêmico de que a Unicamp e a UFRJ possuem uma orientação intelectual marcada pela crença desenvolvimentista, esse dado estaria em diálogo com nosso argumento, o de que haveria homologia entre trajetórias individuais dos ministros e crenças econômicas vigentes em cada governo, já que nessas universidades entrariam em contato com as crenças econômicas que defenderiam como ministros.

No que se refere à circulação internacional, os dados confirmam a presença de uma elite cultural no governo Cardoso, já que quase todos os ministros tiveram algum tipo de passagem pelo exterior, conforme tabela 5.

Tabela 5: Circulação Internacional dos ministros Cardoso e Lula

Circulação Internacional	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Circulação Internacional	96.1	28%
Não circula internacionalmente	3.9	72%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos chamou atenção a “naturalidade” com a qual os ministros do período Cardoso circularam durante e após a fase de formação acadêmica, em espaços de prestígio, especialmente nos Estados Unidos, como exemplo: Cambridge, Harvard, Princeton, Berkeley, Columbia, Cornell University, em Yale University, Universidade de Georgetown, em Washington e no Massachusetts Institute of Technology e Bradley University.

Se relacionarmos essa intensa circulação internacional com a origem social desses agentes (explicitada na tabela 1), podemos reforçar que os agentes partícipes da administração Cardoso possuíam um elevado capital social, econômico e cultural.

Em contrapartida, o banco de dados do governo Lula mostra menos casos de circulação internacional, ou seja, apenas 21 ministros estudaram no exterior. Citamos como exemplo passagens pela Sorbonne-França (Carlos Minc), Universidade Federal de Madri Alcalá de Henares - Espanha (Carlos Esteves Lima), London School of Economics and Political Science - Inglaterra (Celso Amorim), Harvard Law School - EUA (Ciro Gomes), École Practique des Hautes Études - França (Cristovam Buarque) e Universidade McGill -Canadá (Fernando Haddad). É possível que nesse grupo exista uma certa predileção pelas

universidades da Europa, hipótese que será explorada futuramente.

Se considerarmos que, para Bourdieu (1968), as aspirações escolares desdobram-se em objetividades referentes à realidade de cada agente social, ou seja, as escolhas escolares são delimitadas em função das trajetórias, dentro de um campo do possível, podemos considerar que esses ministros romperam com a estrutura social, pois, apesar de suas origens modestas e do fato de concorrerem em desvantagem no mercado de bens simbólicos, tornaram-se ministros de importantes pastas, por caminhos alternativos, como a militância política. Tradicionalmente, o campo político é ocupado por “herdeiros”, mas os ministros-sindicalistas do governo Lula quebraram essa *doxa* dominante.

4. Reprodução e ruptura: trajetória e crença dos ministros

Com inspiração em Pierre Bourdieu e seus colaboradores, adotamos como perspectiva para esta pesquisa que *habitus* são fabricados a partir das experiências individuais dos agentes, com destaque para as experiências familiares (origem social) e também a socialização secundária (escola, universidade e demais espaços sociais). Como informado por Bourdieu (2003), para objetivar o *habitus* é preciso localizá-lo em uma trajetória social. Nesse sentido, estudamos a trajetória de 151 ministros dos períodos Cardoso e Lula, buscando nos aproximar de suas crenças individuais. Em seguida, buscamos identificar possíveis homologias entre as crenças desses ministros e as crenças econômicas vigentes nos períodos estudados.

O exame das trajetórias dos ministros Cardoso sugere que suas ascendências são de origem de classe média alta (médicos, advogados, fazendeiros, diplomatas, professor universitário, empresários). No plano da socialização secundária, o acesso à escola e à universidade, damos atenção aos espaços onde estudaram,

sobretudo na fase adulta. Nesse momento, identificamos que esses ministros estudaram em escolas e universidades renomadas, com destaque para a USP (universidade pública), FGV, PUC-Rio e Mackenzie (universidades privadas) e algumas universidades americanas, como Harvard, Berkeley, Columbia, Cornell University e Yale, que promovem crenças neoliberais.

Em estudo sobre presidentes dos bancos centrais, Lebaron (2000) demonstra existir forte relação entre a trajetória dos presidentes dos bancos centrais e as universidades nas quais estudaram. Para o autor, o impacto na trajetória aconteceria não apenas em termos de titulação, mas sobretudo em termos simbólicos: além de ter acesso a um pensamento acadêmico determinado em sala de aula, os agentes passariam a maior parte do tempo em socialização com colegas, que também estariam expostos às mesmas crenças, reforçando essa aprendizagem; as relações de amizade e de afeto, adquiridas nesse espaço de socialização secundária, teriam a função simbólica de reforço da crença compartilhada pela universidade, em formato de teorias econômicas.

Nesse sentido, se considerarmos as variáveis destacadas na prosopografia – origens sociais, socialização secundária via escolas e universidades – os ministros do período Cardoso circularam em escolas e em universidades que tendem a reforçar a classe de origem, com destaque para as universidades onde realizaram seus estudos, uma vez que Loureiro (1997) já nos chamou atenção para uma orientação mais “privatista e de mercado” na formação em economia da FGV e PUC-Rio. Como complemento ao ritual de formação, os ministros passaram por universidades americanas, que por sua vez defendem crenças neoliberais, em forma de teoria econômica, cumprindo todos os rituais simbólicos de reforço da crença.

Por outro lado, o banco de dados dos ministros do governo Lula demonstra tratar-se majoritariamente da baixa classe média e

boa parte da classe popular, já que a ocupação dos pais dos ministros é de origem popular (agricultor, manicure, dona de casa, faxineira, costureira, mecânico). No que se refere à socialização secundária, identificamos que o conjunto dos ministros fez escola pública, sendo que em alguns casos o ensino médio foi substituído pelo curso técnico profissionalizante. Identificamos, ainda, uma acentuada participação em movimentos sociais, com destaque para o movimento sindical, o equivalente a 30%, confirmando uma assertiva de Sallum e Goulart (2016), qual seja, a grande maioria dos nomes do governo Lula exerceu atividade partidária e/ou sindical.

No que se refere à formação acadêmica, nos chamou atenção um fato que também recebeu destaque em D’Araujo e Leite (2018), a saber: uma concentração na formação dos ministros Lula na UNICAMP e UFRJ. Em nosso banco de dados, dos 49 ministros que realizaram ensino superior, 40 deles passaram por essas duas instituições, em algum momento da formação, seja na graduação e especialização, seja mestrado ou doutorado. Lembremos que essas instituições compartilham discursos desenvolvimentistas, igualmente em forma de teorias econômicas.

Se considerarmos as três variáveis encontradas na prosopografia — origens sociais populares, acentuada militância sindical e a passagem por universidade de cunho desenvolvimentista — temos uma especificidade na trajetória dos ministros Lula em relação aos ministros do período anterior. Da mesma forma, indica alguma homologia entre as trajetórias desses ministros — sobretudo a passagem por universidade de cunho desenvolvimentista — com as crenças econômicas vigentes do período.

Por fim, o artigo retira do conceito de Estado seu poder abstrato e transcendental. Na perspectiva que assumimos, o Estado é resultado das trajetórias dos agentes que o compõem, que, por sua vez, influenciam e são influenciados pelo pensamento do Estado. Dessa feita, o Estado, em diálogo com as trajetórias dos minis-

tros, “molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns e formas de pensar, contribuindo de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção de realidade social” (Bourdieu, 1996, p. 25). Neste artigo, consideramos que o Estado em cada período analisado impôs crenças econômicas, ora neoliberal, ora desenvolvimentista, as quais estavam em homologia com as trajetórias dos ministros, com destaque para as universidades onde estudaram.

Considerações finais

A pesquisa buscou relacionar crenças econômicas vigentes nos governos Cardoso e Lula com as trajetórias dos ministros que estiveram à frente do poder. A hipótese que nos motivou seria a de que a pré-disposição dos ministros para crenças neoliberalizantes ou desenvolvimentistas seriam fabricadas, sobretudo, a partir da socialização secundária, expressa neste texto pelas universidades pelas quais passaram e pelas passagens pelo exterior. No caso dos ministros do governo Lula, destacamos, também, as atividades de militância.

A revisão bibliográfica sobre o governo Cardoso permitiu afirmar que esse governo, em diálogo com a *doxa* internacional vigente, colocou em prática a crença neoliberal por meio da privatização das estatais e deu maior espaço para as empresas estrangeiras, em detrimento da política de valorização das empresas, dos bancos públicos e do mercado interno nacional. Ainda por meio da revisão bibliográfica, apontamos que o governo Lula promoveu a crença desenvolvimentista, por meio de um Estado forte, que coordenou os mercados e produziu bens e serviços através das empresas estatais e parcerias com o capital privado. Além disso, teria implantado projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – especialmente dos fundos de pensão – via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas.

Portanto, o Estado esteve presente nos dois períodos: em um, o Estado coordenou a liberdade aos mercados; em outro, negociou com o mercado. Mesmo que alguns aspectos do arcabouço teórico liberal tenham sido mantidos no governo Lula, a concepção estatal fora fortalecida através do reforço das instituições do executivo e dos agentes de seus ministérios. Ademais, o Estado foi redirecionado, em convergência com o mercado, para a proteção e a inclusão das camadas mais baixas da estrutura social, colocando em pauta o desenvolvimento social. Por sua vez, o governo Cardoso manteve uma política econômica em diálogo com o capital internacional. Para tanto, o Estado legislou todo o aspecto jurídico que possibilitou a efetivação da crença neoliberal. Nesse sentido, o Estado sempre esteve presente no governo Cardoso, mas cumprindo a tarefa de regulador da economia e autorizando, via marco jurídico, a sua autonomia.

No que se refere aos dados prosopográficos dos ministros, esses nos permitem afirmar que os ministros do governo Cardoso são oriundos de uma elite econômica e política do país, que circulou em escolas e em universidades que tenderiam a reforçar a sua classe de origem. Uma outra especificidade desses espaços de formação é que essas instituições estariam mais afinadas com a crença neoliberal, divulgada ao alunato, em forma de teoria econômica. No banco de dados do governo Lula, identificamos um grupo majoritariamente oriundo da classe popular, com filiação sindical, participação no movimento social e com formação em universidades mais sensíveis à crença desenvolvimentista, como UNICAMP e UFRJ. Igualmente, a passagem por essas universidades teria reforçado a homologia entre as crenças dos ministros e as crenças econômicas estatais do período.

Por fim, apoiados no estudo das trajetórias dos ministros, defendemos que as crenças estatais vigentes nos governos Cardoso (neoliberal) e Lula (desenvolvimentista) teriam alguma homologia com as trajetórias dos ministros, expressa especialmente a partir das universidades pelas quais passaram. Essa constatação

contribui em estudos que buscam entender o papel da universidade na formação do pensamento de ministros ou de outros agentes públicos.

Referências

- Abranches, A. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro. Vol. 31, N. 1, 1988, p. 5-34.
- Amorim, P. H. **Sobre José Serra**. Conversa Afiada. 2010, [05-01-2010]. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/cafiada>. Acesso em: 20 set. 2018.
- Antunes, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.
- Boito Jr, A. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, nº 17, vol. 02, 2003, p.24-44.
- Boschi, R. Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, vol.20, n. 2, 2010, p. 26-46.
- Bourdieu, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.
- Bourdieu, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Bourdieu, P; Passeron, J.C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Covilhã: LusoSofia, 2009.
- Bourdieu, P; Passeron, J.C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.
- Bourdieu, P; Saint Martin, M. La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 44-45, 1982, p. 2-53.
- Bresser-Pereira, L. C. **Macroeconomia da estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Ed 34, 2007.
- Codato, A; Franz, P. Recrutamento ministerial no Brasil: comparando as presidências de FHC e Lula. **E-legis**, Brasília, n. 22, 2017, p. 44-62.
- D'Araújo, M. C. S; Leite, G. R. Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República (1985-2014). **Revista Sociologia Política**, Florianópolis, vol. 26, no. 65, 2018, p. 39-61.

D'Araújo, M. C. Os ministros da Nova República. Notas para entender a democratização do Poder Executivo. **Paper** apresentado ao II Consad, Brasília, 2009

Dezalay, Y. Garth, B. **The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: Press, 2002.

Dutra, K. **As creanças transmitidas por escolas de negócios**: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista.

EliaS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (vol.1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Gourinchas, M; BaBB, S. L. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 108, n. 3, 2002, p. 533-579.

Grun, R. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 25, no., 2014, p. 179-21.

Grun, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.22, no. 65, 2007, p. 85-107.

Jardim. M. C. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 56, 4, 2013, p. 901-941.

Lebaron, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, vol. 4, n. 2, 2012, p. 06-26.

Lopreato, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

Lula da Silva, L. **Programa do PT**: Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social. PT. 2002, [20-10-2002]. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 20 set. 2018.

Marques, R; Mendes, A. Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em Tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 26, no. 1 (101), 2006, p. 58-74.

Merton, R. K. **Science, Technology, and Puritanism in Seventeenth Century England**. *Osiris*, Notre Dame (Illinois), v. 4, 1938, p. 360-632.

Mesquita, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: Centro de Debates de Políticas Públicas (Orgs.). **Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil**. São Paulo: IEPE / CdG, 2014, p.3-15.

Mundo Neto, M. **Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas**. 300 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Pinassi, M. O. (Neo)Desenvolvimentismo ou luta de classes? **Viomundo**. 2012, [10-01-2013]. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-orlanda-pinassineodesenvolvimentismo-ou-luta-de-classes.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

Sallum, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social, São Paulo, v.11, n. 02**, pp. 23-47. 1999.

Sallum, B; Goulart, J. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política**, Florianópolis, vol. 24, n. 60, 2016, p. 115-135.

Silva, M. R. **Novos Enquadramentos culturais na relação estado e mercado entre 2002-2012**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

Tavares, M. C. (Des)ajuste Global e Modernização Conservadora. In: Tavares, M.C; Fiori, J.L. (Org.). **(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 13-137.

Recebido em 20/02/2020

Aprovado em 28/04/2021

Conflitos Belicosos e seus Impactos sobre as Expectativas de Desenvolvimento Humano nos RDHS/Pnud/Onu: Uma Leitura a partir de Norbert Elias*

*Maria José de Rezende***

Resumo:

Buscar-se-á o significado social e político dos diagnósticos, postos nos Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano (RDHs), acerca da impossibilidade de alcançar melhorias (na renda, escolaridade, saúde, moradia adequada, nutrição e participação política) em favor das pessoas mais pobres, sem que sejam desarmados, mais e mais, os conflitos violentos oriundos tanto dos vários tipos de guerras quanto das crises sociais e ambientais. Ao longo de quase três décadas, os formuladores e encampadores desses documentos têm feito prescrições sobre a necessidade de os Estados nacionais e os organismos internacionais se empenharem em combater o acirramento dos conflitos bélicos, os quais possuem, nas suas bases, motivos diversos tais como: crises sociais, políticas e institucionais, crises ambientais e disputas bélicas, territoriais, étnico-raciais e religiosas.

Palavras-chave: Guerras. Conflitos. Desenvolvimento humano. Violência.

* Uma parte deste artigo foi apresentada oralmente e registrada nas memórias do Simpósio Internacional de Processos Civilizadores: Norbert Elias ocorrido na Universidade Estadual de Londrina entre os dias 16 e 19 de outubro de 2018.

** Doutora em Sociologia pela USP. Professora de Sociologia na UEL.
E-mail: mjderezende@gmail.com

Warlike Conflicts And Their Impacts On Human Development Expectations In The Hdrs/Undp/Un: A Reading From Norbert Elias

Abstract

It will be sought the social and political significance of the diagnoses set out in the Global Human Development Reports (GHDRs) about the impossibility of achieving improvements (in terms of income, schooling, health, adequate housing, nutrition and political participation), in favor of the poorest people, without having violent conflicts, originating from both the different types wars and social and environmental crises, being increasingly disarmed. For almost three decades, formulators and proponents of these documents have made prescriptions on whether national states and international organizations should strive to combat war-related conflicts, which have in their bases diverse motives, such as: social, political and institutional crises, environmental crises and warlike, territorial, ethnic-racial and religious disputes.

Keywords: Wars. Conflicts. Human development. Violence.

Conflictos Bélicos Y Su Impacto En Las Expectativas De Desarrollo Humano En Los Hdr/Pnud/Onu: Una Lectura De Norbert Elias

Resumen

Se buscará la importancia social y política de los diagnósticos, publicados en los Informes mundiales de desarrollo humano (HDR), sobre la imposibilidad de lograr mejoras (en ingresos, escolaridad, salud, vivienda adecuada, nutrición y participación política), a favor de las personas más pobres, sin estar desarmados, cada vez más, los violentos conflictos que surgen de ambos tipos de guerras y crisis sociales y ambientales. Durante casi tres décadas, los formuladores de estos documentos han prescrito la necesidad de que los estados nacionales y las organizaciones internacionales se esfuercen por combatir la intensificación de los conflictos bélicos, que tienen varias razones, tales

como: crisis sociales, políticas e institucionales, crisis ambientales y disputas militares, territoriales, étnico-raciales y religiosas.

Palabras clave: Guerras. Conflictos. Desarrollo humano. Violencia.

Introdução

Em “A condição humana”, Norbert Elias (1991) expõe, por ocasião do 40º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, os muitos motivos e razões que sustentam as tradições bélicas e militares, bem como os jogos de poder que tornam provável a ocorrência de novas tragédias. Essas, porém, podem ser cada vez mais violentas em razão das lutas armamentistas que nunca deixaram de existir. Ele alertava que a tarefa de combater a belicosidade, pelo bem da humanidade, era uma das tarefas mais difíceis e inglórias de que se tinha conhecimento ao longo da história.

A grande dificuldade, segundo Elias (1991), está no fato de que, para dissuadir [as nações da] belicosidade, tem-se de lidar com elementos racionais (cálculos sobre o quanto se poderia economizar, desistindo-se de guerras e armamentos e aplicando-se o montante economizado no bem-estar social da população mais pobre (cálculos, nesse caso, dos benefícios, para todos, econômicos e contábeis da paz social, entre outros) e irracionais (medos, temores infundados, desejos de provar condições de superioridade de grupos e povos, discriminações e preconceitos contra segmentos sociais e étnico-raciais diversos, sentimentos de ódios e vinganças, etc.).

Por esse caminho é possível entender os muitos percalços que se colocam às prescrições dos “Relatórios do Desenvolvimento Humano” (RDHs) para a diminuição das despesas militares¹, das

1 “As despesas militares [são calculadas] em percentagem do PIB” (PNUD/RDH, 2013, p. 41). Deve-se observar ainda que “os dados relativos às despesas militares referem-se, exclusivamente, às despesas estatais, deixando de fora as despesas dos atores não-estatais” (PNUD/RDH, 2013, p. 132).

guerras e dos conflitos bélicos generalizados, como condição essencial para a expansão do desenvolvimento humano (PNUD/RDH, 2014, 2010, 2005, 2002, 1997, 1991).

Não serão analisados, neste texto, os debates sobre se são eficientes ou não as prescrições acerca das políticas de desenvolvimento em geral ou do desenvolvimento humano em específico. Será discutido como os referidos documentos constroem uma narrativa acerca do modo como a guerra e os conflitos bélicos têm obstado, sempre mais, em várias partes do mundo, a possibilidade de construção de políticas que implementem o desenvolvimento humano como um direito de todos os povos, incluindo-se os que vivem em situação de pobreza extrema.

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs), publicados, anualmente, desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), chamam atenção para a necessidade de dissuadir os governantes, os segmentos que detêm o poder econômico e político e todos os demais grupos defensores da belicosidade de seguirem o caminho da guerra e da luta armamentista. Fazem isso com muitos argumentos, a maioria deles de caráter racional, baseados no que se ganha, com a diminuição das guerras e dos conflitos bélicos, e no que se perde com a ampliação da corrida armamentista e das despesas militares² no mundo³.

Esses relatórios são documentos que objetivam o diálogo com o poder público em suas diversas instâncias (locais e nacionais), com lideranças políticas, organismos internacionais, organiza-

2 O que são essas despesas? *“Gastos militares. Los gastos efectuados, ya sea por el Ministerio de Defensa u otras dependencias, en el mantenimiento de las fuerzas militares, incluyendo adquisición de provisiones y equipos militares, construcción, reclutamiento, entrenamiento y programas de asistencia militar”* (PNUD/RDH, 1991, p. 262).

3 O Instituto Sueco chamado SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) tem produzido muitos dados sobre as despesas militares no mundo atual. Ver: Sipri. Yearbook, 2015.

ções diversas da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, associações de classes e outras), para prescrever um conjunto de ações indicadoras de que estaria havendo esforço coletivo em prol do desenvolvimento humano. O que querem os encampadores e divulgadores (equipes do PNUD) desses documentos? Diagnosticar se os países membros das Nações Unidas cumprem, ou não, os acordos firmados para tornar efetivo o direito de todos os povos e segmentos sociais ao desenvolvimento, conforme pactos estabelecidos, entre outros, em: (Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 1986; Declaração do Milênio, 2000; Declaração ODS, 2015).

O PNUD encomenda, todos os anos, esses documentos a equipes de especialistas nas temáticas tratadas em cada ano. Os temas orientadores dos diagnósticos e das prescrições (participação política, educação, liberdade cultural, problemas ambientais, crise da água, migrações, trabalho decente, pobreza multidimensional, desigualdades, conflitos, democracia, direitos humanos, globalização dos mercados, entre outros) são diversos e são propostos, pelo que tudo indica, em razão de muitos embates políticos no interior desse organismo internacional.

O objeto de estudo deste artigo são as correlações que fazem, na forma de diagnósticos e prescrições, os elaboradores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano entre a difusão das guerras e dos generalizados conflitos armados e as indicações de que há dificuldades de se desenvolverem, em várias partes do mundo, políticas garantidoras da expansão do desenvolvimento e dos direitos humanos para os segmentos mais pobres, que são os mais atingidos por conflitos violentos e belicosos.

Em razão do objeto deste estudo, esclarece-se que os referidos relatórios são elaborados por equipes do PNUD, consultores, técnicos e colaboradores especialistas em algumas áreas tratadas em cada documento. O último relatório, o de 2019 por

exemplo, teve os seguintes “colaboradores externos do Capítulo 3 (por World Inequality Lab): Lucas Chancel, Denis Cogneau, Amory Gethin, Alix Myczkowski y Thomas Piketty” (PNUD/RDH, 2019, p. II). Todos eles são cientistas reconhecidos nos estudos e pesquisas sobre desigualdades.

Os referidos documentos são produzidos por diversas equipes de técnicos e estudiosos sobre os temas tratados a cada ano. [Eles estão, muitas vezes] amparados pela Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH) e centrados na tese de que a pobreza extrema deve ser combatida através da geração de capacidades econômicas, sociais e políticas (Rezende, 2017, p. 221).

Levantam-se, assim, os seguintes problemas sociológicos: De que argumentos os produtores dos RDHs lançam mão para atestar que há uma forte correlação entre a ampliação da violência bélica e a diminuição das possibilidades de efetivar o desenvolvimento humano? Sob que estratégias políticas eles constroem os diagnósticos assentados nessas correlações? Por que, ao chamar atenção para o fato de que as guerras e os conflitos bélicos anulam quaisquer possibilidades de desenvolvimento humano, os elaboradores dos relatórios creem estar formulando uma narrativa pacificadora que abriria caminho para as políticas de melhoria da vida das pessoas mais pobres?

No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa, “acredita-se que a compreensão histórico-hermenêutica possibilita decifrar o que as propostas, as análises, as sugestões, as leituras do mundo [contidas nos respectivos documentos] revelam e o que dissimulam” (Rezende, 2017, p. 222-3). Não é possível analisar as muitas prescrições e os diversos diagnósticos constantes nesses documentos. “Ganham primazia, nesta investigação, as condições sociais e históricas nas quais os textos são produzidos, lidos, divulgados, aceitos, recusados, criticados e interpretados” (Rezende, 2017, p. 222-3).

Deve-se esclarecer ainda, em relação aos procedimentos empregados nesta pesquisa documental, que a análise das narrativas não irá buscar somente o que está, supostamente, oculto nos textos referentes às construções dos diagnósticos acerca dos entraves às políticas de desenvolvimento humano e às prescrições (Rezende, 2015) que visam dissuadir governantes e lideranças políticas de ações voltadas para guerras e conflitos bélicos.

Os elaboradores e encampadores desses documentos, ao denunciarem as tragédias provocadas pelas guerras e conflitos belicosos, estão compondo um feixe de estratégias políticas que tem de ser analisadas não só em decorrência de uma investigação interna das narrativas⁴ (ou seja, em torno do que é dito e do modo como é dito, numa abordagem da sintaxe e da semântica) do texto (Bauer, 2002), mas também em decorrência, principalmente, das razões externas formadas pelos jogos configuracionais (entre Estados, governantes, organizações da sociedade civil, organismos internacionais, entre outros), jogos de poder (Elias, 1994) e as condições sociais, culturais, políticas e econômicas (Williams, 2015).

Os conflitos belicosos e a violência: processos que obstam a operacionalização do desenvolvimento humano

As guerras e os conflitos bélicos, de modo geral, constituem-se, segundo formuladores dos RDHs, obstáculos expressivos para as propostas de elevação dos índices do desenvolvimento humano⁵, que condicionam a expansão das melhorias sociais à diminuição significativa das guerras, das perseguições, das violências e das violações de direitos que atingem populações diversas ao redor do planeta.

4 Sobre os focos analíticos internalistas e externalistas, ver: Heloísa Pontes, 1996.

5 “Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno” (PNUD/RDH, 2010, p. 232).

Ensina Norbert Elias (1991) que as tentativas de diminuir, ainda que pouco, as hostilidades, os ódios, os sentimentos de superioridade, a corrida armamentista, as guerras e as violências têm sido, ao longo da história, um dos maiores desafios. Isso pode ser verificado por meio de dados empíricos trazidos pelos próprios relatórios. “Em 2009, as despesas militares globais aproximaram-se dos 3% do PIB mundial, enquanto alguns países gastaram muito mais, incluindo os Estados Unidos (4,7% do PIB) e a Federação Russa (4,3% do PIB)” (PNUD/RDH, 2011, p. 97)⁶. O relatório de 2013 reitera essa informação com os seguintes números:

Em todo o mundo, as despesas militares ultrapassaram 1,4 bilhão de dólares em 2010, mais do que [a soma do PIB] dos 50 países mais pobres do mundo. Mesmo nas situações em que a consolidação orçamentária é necessária, não é forçoso que [ela] exija cortes nos serviços sociais (PNUD/RDH, 2013, p. 22).

Assinale-se, então, que não há novidade alguma no fato de o planeta estar, ainda no século XXI, acometido por guerras e violências de grandes, médias e pequenas extensões. O que se observa é que, após a Segunda Guerra Mundial, surgem algumas organizações e vozes que se esforçam, com muito empenho, por dissuadir tais formas de conflitos. E, no caso dos RDHs, ganha relevo um conjunto de diagnósticos que associa as dificuldades de desenvolvimento humano, entre outros motivos, também ao aumento das guerras, das despesas militares, dos aparatos bélicos, da criminalidade, das disputas territoriais, das crises sociais e ambientais.

Segundo o Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI, organização que realiza pesquisas científicas

⁶ Dados sobre os gastos militares por continentes e países podem ser encontrados nas publicações feitas pelo Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI. Instituto especialista no mapeamento e divulgação desses números.

em questões sobre conflitos com sede em Estocolmo, em seu relatório anual aponta que o gasto militar mundial está estimado em US\$ 1.739 bilhões em 2017, o nível mais alto desde o final da guerra fria, equivalente a 2,2% do produto interno bruto (PIB) global ou US\$ 230 por pessoa. (...) O Brasil, apesar da crise econômica e política, teve uma expansão de investimentos na área militar acima da média mundial, aponta o relatório do SIPRI, registrando um aumento nos gastos militares acima da média mundial, saltando de 13^o em 2016 para 11^o em 2017 no ranking dos países que mais investem no setor (PIRES, 2019, p. 41).

Os elaboradores e encampadores desses documentos destacam que controlar a violência generalizada pode levar à expansão do desenvolvimento humano, entendido a partir da perspectiva de Amartya Sen (2006, 2008, 2010, 2011) e de Mahbub Ul Haq (1963, 1978, 1995), como a inserção dos indivíduos em condições adequadas de alimentação, de moradia, de saúde, de escolarização⁷, de participação política e de respeito aos seus direitos humanos e fundamentais.

A teoria de Sen de desenvolvimento como expansão das capacidades, é um ponto inicial para ADH [Abordagem do Desenvolvimento Humano]: a ideia de que o objetivo do desenvolvimento é melhorar as vidas humanas e que isso significa expandir as possibilidades de ser e fazer do indivíduo (funcionamentos e capacidades de funcionar, tais como ser saudável, e bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade) (Fukuda-Parr, 2002, p. 3).

Da dissuasão das violências e das guerras devem participar os Estados nacionais, os organismos internacionais e as organizações da sociedade civil. Ganham relevo, nos RDHs, aqueles primeiros como configurações que deveriam estar voltadas para o

7 “Índice de desenvolvimento humano – híbrido Um índice que usa a mesma forma funcional do IDH, mas que usa a alfabetização e as matrículas brutas para calcular o índice de educação e o PIB per capita para o indicador de rendimento” (PNUD/RDH 2010, p. 232).

combate à belicosidade e a todas as formas de violência. Os Estados, as instituições de maneira geral, os organismos internacionais e as organizações da sociedade civil formam configurações que podem ser simples ou complexas em vários níveis. Conforme ressalta Norbert Elias (2006), as relações de interdependência estão na base dessas configurações vistas como incumbidas de combater os processos que levam aos conflitos bélicos.

Sem desconsiderar os muitos problemas que obstam o desenvolvimento humano, os relacionados à pobreza extrema, às guerras, aos conflitos armados e às violências belicosas são os que mais ganham, nos RDHs de 2014, 2010, 2005, 2002, 1997 e 1991, um “forte sentido de urgência. (...), [ou seja], é preciso agir já (...). Propõem-se, assim, várias formas de atuação sobre tais problemas: é preciso agir já e aqui e é possível fazê-lo” (Carvalho, 2000, p. 151).

Tem obstado a efetivação do desenvolvimento como um direito humano de países e povos diversos, não somente as guerras, os conflitos e as violências bélicos, mas também as desigualdades e a pobreza extrema. Esclarece-se, no entanto, que este artigo estará mais voltado para refletir sobre os argumentos constantes nos RDHs sobre o modo como os eventos belicosos têm impedido a expansão do direito ao desenvolvimento, já que criam situações bloqueadoras de políticas voltadas para as populações mais pobres.

É evidente que “as guerras e os conflitos civis podem ter impactos perversos e duradouros sobre o desenvolvimento humano” (PNUD/RDH, 2014, p. 15). Tais impactos são de grande monta e atingem as pessoas em todas as esferas da vida. “Os conflitos armados [são] obstáculo[s] ao desenvolvimento humano, especialmente para os países com um baixo IDH. Em 2012, registraram-se, [em âmbito] a nível mundial, 37.941 mortes conflitos decorrentes de 41 conflitos” (RDH, 2014, p. 52). Consta no RDH de 2014:

Os conflitos prejudicam o funcionamento de serviços públicos essenciais, como os cuidados de saúde básicos e a educação, causando prejuízos permanentes às pessoas ao longo de toda a vida, nomeadamente problemas de saúde duradouros para gerações inteiras de crianças em zonas de conflito, frequentemente impedidas de concluir o ensino primário. Além disso, o conflito armado pode originar enormes distúrbios psicológicos (RDH, 2014, p. 52).

Verificar-se-á se as dificuldades aventadas pelos formuladores dos relatórios do PNUD estão relacionadas aos aspectos técnicos e aos modos de operacionalizar as políticas de desenvolvimento, uma vez que as guerras e os conflitos bélicos desfazem, muitas vezes, os pactos de cooperação, os acordos de parceria e de financiamento. Buscar-se-á compreender, também, se as posições constantes nos relatórios estão voltadas, mais enfaticamente, para ressaltar que as guerras e os conflitos bélicos bloqueiam o desenvolvimento humano porque agravam ainda mais aqueles cenários (países, regiões, continentes) em que o desenvolvimento, como direito humano, é difícil. Já, no segundo relatório, ou seja, o de 1991 – uma vez que essa série de documentos anuais teve sua primeira edição em 1990 – encontram-se os seguintes dados quantitativos:

Cerca de US\$50.000 millones anuales un 2% del PNB de los países en desarrollo podrían asignarse a propósitos más productivos. La mayor parte de esta suma podría obtenerse de la congelación de los gastos militares, que absorben el 5.5% del PNB del mundo en desarrollo. En algunos de los países más pobres, se gasta el doble en asuntos militares que en salud y educación, como es el caso de Angola, Chad, Pakistán, Perú, Siria, Uganda y Zaire (PNUD/RDH, 1991, p. 24).

São muitos os pesquisadores (Ferguson, 2012; Reinert, 2016; Viola, 2000) que vêm atestando, em suas pesquisas, que as políticas de desenvolvimento têm demonstrado ser ora uma “ma-

quinaria antipolítica”⁸, que não faz outra coisa senão despolitizar os processos sustentadores das desigualdades e da pobreza (Ferguson, 2012), ora um conjunto de medidas paliativas que beneficia sempre os países e segmentos mais ricos (Reinert, 2016). À luz desses estudos ficaria evidente que as políticas de operacionalização e efetivação do desenvolvimento humano fracassam sempre na constituição de melhorias para as populações mais pobres. São fracassos sucessivos e não ligados somente a situações de guerras e/ou a conflitos bélicos.

O desenvolvimento humano, consta nos relatórios analisados, é algo difícil de alcançar em situações de conflitos bélicos porque fica inviável atingir as metas mínimas de melhoria de renda, escolarização e saúde (nutrição, vacinas, medicamentos, saneamento) naquelas situações em que os conflitos são constantes e insolúveis. Para os elaboradores do RDH de 2014,

Os conflitos e as guerras infligem choques na sociedade e na segurança humana. Os surtos de violência local, os ataques de grupos terroristas, as batalhas entre gangues de rua e os protestos que se transformam em violência ameaçam fortemente as vidas e os meios de subsistência. A violência criminosa e doméstica aumenta a insegurança pessoal (PNUD/RDH, 2014, p. 21).

O pano de fundo das proposições desenvolvidas pelos formuladores dos relatórios é a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela resolução 41/128 de 1986. Esse documento está, a partir de 1990, na base da formulação dos RDHs e da Declaração do Milênio, de 2000, ambas adotadas em Assembleia Geral das Nações Unidas. São acordos estabelecidos entre

8 Não há como entrar a fundo nessa discussão no âmbito deste artigo; todavia, há cientistas que vão refutar essas perspectivas negativas quanto aos intentos das políticas de desenvolvimento. Sobre isso, ver: Moares, 2016.

os países membros da ONU, os quais visam ajustar condutas e procedimentos governamentais, administrativos e políticos para que os mais pobres – entendam-se aqui pessoas, povos e países – fossem contemplados em políticas de desenvolvimento econômico.

Não se deve pressupor que a existência dessa Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento tenha apaziguado os diversos países que, desde então, passaram a reconhecer tal direito para todas as nações e povos do mundo. Não tem sido assim. Os pesquisadores nigerianos E. S. Nwauche e J. C. Nwobike (2005) mostram o embate político que tal declaração provocou, no interior das Nações Unidas, entre os países do Hemisfério Norte e os do Sul⁹. Pode-se afirmar, por meio de uma análise ancorada em suas reflexões, que esse embate político evidencia que há impossibilidade de cumprir não só o que prescreve esse documento de 1986, mas também o que sugerem as Nações Unidas nos documentos: Nós, os povos (2000), Declaração do Milênio (2000) e na Agenda 2030 para os ODS (2015). Assinale-se que o objetivo número 8 da Declaração do Milênio indica que se estabeleça, nos próximos anos,

(...) uma parceria mundial para o desenvolvimento (metas: desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto com regras e mecanismos que garantam a previsibilidade e a não-discriminação das nações pobres, atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos para que exportem seus produtos sem sofrer perdas tarifárias, atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar, tornar as dívidas dos países em desenvolvimento sustentáveis a longo prazo, etc.) (UMA VISÃO a partir da América Latina e do Caribe apud Folha Informativa ODM, PNUD/CEPAL, 2005).

9 “[...] a controvérsia em torno do direito ao desenvolvimento provocou, e continua a provocar, divisões entre os governos do Norte e do Sul” (Nwauche e Nwobike, 2005, p. 2).

Como uma configuração complexa em múltiplos níveis, conforme ensina Norbert Elias (2006a; 2006b; 2006c), e como órgão prescritivo, as Nações Unidas podem, evidentemente, ajudar a desencadear processos cada vez mais complexos de luta política. A indicação da necessidade de que todos os povos e países, inclusive os mais pobres, tenham efetivamente o direito ao desenvolvimento aponta para o irrompimento de uma longa marcha de disputas diversas, entre países que compõem o sistema das Nações Unidas, acerca das desigualdades econômicas e políticas e dos desequilíbrios de poder entre nações e grupos sociais.

Como o direito ao desenvolvimento vai se materializando em pactos, acordos, tratados, convenções e protocolos diversos, vão ficando sempre mais evidentes os muitos conflitos de interesses que obstam, até mesmo, a dissuasão das muitas formas de guerras e de violências bélicas. E. S. Nwauche e J. C. Nwobike (2005) insistem que há, muitas vezes, descompassos entre os pactos de desenvolvimento firmados entre países e organismos internacionais e as abordagens do desenvolvimento como um direito humano. Analisando as posições de Arjun Sengupta, técnico graduado das Nações Unidas para a questão do desenvolvimento como direito humano, eles fazem a seguinte consideração:

As metas de desenvolvimento humano e social devem ser vistas como direitos que podem ser legitimamente reivindicados pelos indivíduos como detentores de direitos diante dos correspondentes detentores de deveres, tais como o Estado e a comunidade internacional (Nwauche e Nwobike, 2005, p.2).

Que problema tem vindo à tona quando são analisadas as prescrições dos organismos internacionais, que estão ancoradas na busca da observância dos direitos humanos fundamentais?

Essa posição contrasta nitidamente com as abordagens baseadas em direito adotadas pela maioria das agências de desenvolvimento, pelas instituições financeiras internacionais

e pelos doadores bilaterais. Estes defendem o que pode ser definido como uma visão instrumental dos direitos humanos (Nwauche e Nwobike, 2005, p. 2).

Considerações como essas podem tornar cada vez mais complexos os diagnósticos e as prescrições presentes nos RDHs em relação a todas as áreas abrangidas (renda, escolarização, moradia precária, saneamento, saúde, participação política) no atinente ao combate à pobreza extrema. A perspectiva dos direitos humanos – considerada como direcionamento para alcançar melhorias em prol daqueles indivíduos submetidos, cotidianamente, a toda forma de violência e de miserabilidade – tem sido concebida, por alguns estudiosos (Nwauche e Nwobike, 2005), como prevalentemente instrumental.

Assim, dentro dessa lógica, os direitos humanos ajudariam na consecução dos objetivos dos RDHs; eles são, portanto, princípios orientadores, mas suas prescrições encontrariam dificuldades para ir muito além disso. Existem grandes obstáculos, no entender dos cientistas nigerianos, para a elaboração de propostas que promovam, de fato, tais direitos, de modo contínuo e duradouro. Veja-se o que dizem os cientistas sociais nigerianos sobre isso:

A redução da pobreza é entendida como o objetivo principal do desenvolvimento, e os direitos humanos são percebidos como meios para atingir tais objetivos ou como princípios a serem seguidos, sem constituírem, por si mesmos, o objetivo do desenvolvimento. Dito de maneira simplificada, o objetivo da assistência ao desenvolvimento é erradicar a pobreza, e não respeitar e promover direitos humanos (Nwauche e Nwobike, 2005, p. 2).

Por que tal discussão – sobre o fato de o direito ao desenvolvimento poder assumir, em algumas situações e circunstâncias, uma feição instrumental e não se constituir o fim último do desenvolvimento – é relevante para esta análise sobre a maneira como

as guerras e os conflitos bélicos são vistos, nos RDHs, isto é, como grandes empecilhos para as melhorias na vida dos mais pobres?

Em primeiro lugar, deve-se dizer que tais situações de violência são tidas como capazes de minar as estruturas sociais, as interações comunitárias, as possibilidades de subsistência material e a própria vida que, de um modo ou de outro, é ceifada. Nesses casos, ainda que instrumental, a perspectiva dos direitos humanos inserida nas prescrições de desenvolvimento humano tem um valor pragmático relevante.

Em alguns conflitos, os civis são visados e mutilados como estratégia deliberada para desmoralizar as comunidades e destruir as suas estruturas sociais. As violações são muitas vezes expressão de poder e brutalidade contra as comunidades (PNUD/RDH 2014, p. 21).

Ainda que não seja possível adentrar no debate sociológico sobre as ações racionais referentes a fins e sobre aquelas relacionadas a valores que, em qualquer caso, dizem respeito a essa discussão, pode-se argumentar que as prescrições formadoras dos Relatórios do Desenvolvimento Humano enquadram-se nos dois tipos de ação racional (valores e fins). Os diagnósticos e as recomendações possuem um fim: erradicar a pobreza. Porém, somente os meios consentâneos com as políticas de observância dos direitos humanos podem ser tolerados e incentivados.

Deriva daí a necessidade, assinalada pelos formuladores desses relatórios, de estabelecimento de estratégias, por parte do Estado, dos governantes, das lideranças políticas, das organizações da sociedade civil e dos organismos internacionais, que enquadrem todas as ações e procedimentos no âmbito de uma perspectiva de direitos.

Os cientistas sociais Nwauche e Nwobike (2005) estão alertando sobre a insuficiência e a fragilidade dessas sugestões, que po-

dem fazer dos direitos humanos somente um instrumento paliativo e passageiro, no interior das práticas sociais. Nesse caso, o desenvolvimento poderia alcançar algumas melhorias, mas não ser, de fato, promotor dos direitos humanos.

No caso da diminuição das guerras e dos conflitos bélicos como condição essencial para alcançar o direito ao desenvolvimento, como um direito humano, tem-se uma narrativa acerca destes últimos, ora como um conjunto de ações de caráter instrumental, ora como um conjunto de ações de caráter substantivo. O objetivo primeiro do desenvolvimento é erradicar a pobreza, mas é também dar acesso à escolarização, à moradia, ao saneamento e aos serviços de saúde.

Isso, porque tais serviços são direitos de todos, incluindo-se aí os indivíduos mais pobres, que quase sempre têm tais direitos, persistentemente, negados. Há um caráter substantivo nesses procedimentos, já que, em sendo melhoradas a renda, a escolaridade, a saúde, a nutrição e as condições de moradia das pessoas, essas podem ser capacitadas (objetiva e subjetivamente) a realizar uma leitura de mundo que as ajude a situar suas demandas no campo da ampliação dos direitos fundamentais e humanos.

Todavia, as possibilidades de mudanças substantivas que decorreriam de um processo de ampliação dos direitos humanos e fundamentais, a partir das demandas dos próprios indivíduos mais pobres, aparecem atravessadas por muitos fatores impeditivos como, por exemplo, governos nacionais irresponsáveis, instituições sociais frágeis, falta de coesão social, sociedades divididas, de modo belicoso, por guerras civis (grupos raciais, étnicos, religiosos, entre outros), violências e criminalidades.

Cabe aos governos nacionais a principal responsabilidade na ajuda aos mais vulneráveis, especialmente quando outras instituições não conseguem fazê-lo, porém o desempenho dessa responsabilidade varia consideravelmente. (...)

Em sociedades divididas, as instituições sociais conseguem prestar um apoio substancial no seio de determinado grupo, porém, não tanto de forma transversal aos diferentes grupos (PNUD/RDH, 2014, p. 25).

Os elaboradores dos relatórios ressaltam que muitas vezes, em sociedades divididas por guerras civis e todo tipo de conflitos belicosos, as verbas de cooperação internacional, que deveriam ser aplicadas em melhorias sociais para os mais pobres, são direcionadas para gastos armamentistas e nunca para aquelas áreas que incrementariam políticas de desenvolvimento humano.

Observe-se que a narrativa do relatório, acima mencionado, situa a discussão no campo de “ajudas aos mais vulneráveis”, o que suscita desconfianças acerca das políticas sugeridas, uma vez que há uma distância enorme entre a condição de ajuda e a de desenvolvimento humano. É interessante destacar que essa ambiguidade entre ajuda internacional e desenvolvimento humano ocorre em vários momentos dos relatórios, os quais fazem que as suas prescrições pareçam, muitas vezes, esvaziadas de substancialidade, verdadeiramente, modificadora da vida dos indivíduos.

Na realidade, as ajudas internacionais (em caso de guerras, catástrofes climáticas, conflitos bélicos) raramente são convertidas em políticas de desenvolvimento humano. Isso, os próprios formuladores dos relatórios têm demonstrado ao dizerem que muitas ações de cooperação internacional se converteram em um meio de expandir, em vários países, os gastos militares, que alimentam os conflitos bélicos. Veja-se o que está registrado no RDH de 1991:

(...) Si los donantes ejercieran presión para que se adoptara este tipo de reforma [nos gastos militares, por ejemplo], probablemente descubrirían a muchos aliados en los países en desarrollo y lograrían cambios muchos más grandes que los mejoramientos marginales con los cuales suelen contentarse (PNUD/RDH, 1991, p. 33).

Os formuladores do relatório de 2014 – feito sob o impacto do conjunto de movimentos de protestos, no mundo árabe, conhecidos como Primavera Árabe – chamavam atenção para o fato de que tais “agitações civis” teriam emergido da percepção popular de que as políticas e os recursos (internos e externos) não estavam voltados para atender, minimamente, as pessoas mais empobrecidas.

Num contexto em que suas vozes não eram ouvidas, nem contempladas suas necessidades, explodiram os muitos descontentamentos que não seriam resolvidos por meio de confrontos belicosos e guerras civis, mas, sim, por meio de estratégias de governação, entendida como “uma maior responsabilização e capacidade de resposta por parte dos governos às preocupações dos seus cidadãos” (PNUD/RDH, 2014, p. 52).

A governação é concebida como a geração de “margem de manobra política [capaz] de permitir [que] a agência humana” (PNUD/RDH, 2014, p. 52) produza “transformações profundas” (PNUD/RDH, 2014, p. 52), visando diminuir os conflitos oriundos tanto dos processos de geração e gestão das diversas formas de demandas quanto dos muitos interesses envolvidos na efetivação de todas e quaisquer mudanças sociais e políticas.

Ao tratar do modo como os conflitos armados e as guerras destroem as possibilidades de desenvolvimento humano, os produtores do relatório de 2014 enfatizam os muitos motivos que estão na base de tais disputas bélicas. “Os [o deficit] déficits em termos de desenvolvimento, os ressentimentos não resolvidos (incluindo[-se] conflitos do passado) e os lucros obtidos com os recursos naturais são pontos em comum na maioria dos conflitos armados” (PNUD/RDH, 2014, p. 52).

O deficit no desenvolvimento social aparece, de modo geral, como impulsionador de guerras e disputas armadas. Nesse caso, a impressão que fica é a de que os formuladores dos relatórios querem fazer crer que o desenvolvimento é um antídoto contra

tais situações. Em meio a essas afirmações, vê-se a prevalência de uma posição muito em voga, em meados do século XX, a de que o desenvolvimento, sinônimo de progresso e modernização, seria capaz de resolver muitos problemas que acometiam os países do Hemisfério Sul.

Em passagens como essas, os argumentos parecem acoplados ao que Celso Furtado denominou de “o mito do desenvolvimento econômico” (1974). Não há dúvida de que essa noção de desenvolvimento compõe os diagnósticos e prescrições feitos, desde a década de 1950, pelos organismos internacionais. Não obstante, não há dúvida que esse mito, Celso Furtado, ainda que não intencionalmente, em uma fase de sua atuação, ajudou a propagar.

Em *Dialética do desenvolvimento*, ele dizia que o desenvolvimento é “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (Furtado, 1964, p. 64). Alguns anos depois, já desvencilhado do mito, ele asseverava: “Utilizo a palavra transformação para significar desenvolvimento global, o que inclui mudanças ao nível das estruturas” (Furtado, 1977, p. 126).

A caracterização do desenvolvimento, como desenvolvimento humano, faz parte do esforço de levar as pessoas, dirigentes políticos e governos a se desvencilharem de crenças infundadas que difundem ser o desenvolvimento tão somente sinônimo de progresso econômico. Esse último pode potencializar – e isso tem ocorrido com muita frequência em várias partes do mundo – a riqueza e a pobreza em escalas descomuns.

Todavia parece, em alguns momentos, que o PNUD não consegue se desembaraçar, inteiramente, de uma perspectiva de desenvolvimento que já estava presente na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) em meados de 1950.

Ao afirmarem, no RDH de 2014, que a exploração dos recursos naturais, em busca de lucros, estava na base dos conflitos armados que destruíam as possibilidades de expansão de políticas de desenvolvimento humano, os feitores e divulgadores dos RDHs tocam de leve em algo que teria de ser mais bem explorado. Ou seja, o modo como se processa a busca incessante por recursos naturais, destruindo-se regiões, países e comunidades inteiras. O modelo econômico, fundado na necessidade de recursos naturais esgotáveis, estaria, ele mesmo, na base de conflitos sangrentos e belicosos, que impossibilitam a implementação de políticas de desenvolvimento humano nos países mais pobres.

No entanto, os produtores do RDH de 2014 não vão muito longe nessa discussão, fazem apenas menção a ela. Mergulhar um pouco mais fundo nessa questão exigiria o enfrentamento de questões sobre como, por exemplo, países com os maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo são partícipes, em várias partes do globo, em processos altamente fomentadores de guerras e conflitos armados que obstam, inteiramente, o desenvolvimento humano. Zygmunt Bauman (2008, p. 144) demonstrou, com dados de Maurice Druon (2004), em *Medo líquido*, como a guerra no Iraque, iniciada em 2003, levou não só “ao fracasso no fornecimento de serviços sociais básicos” essenciais, como também fez expandir o não-acesso ao trabalho, lançando, assim, inúmeros civis ao crescente processo de empobrecimento.

Para muitas pessoas, não há sequer como esperar algum tipo de melhoria; milhares delas são expulsas de seus países por ganância daqueles que promovem conflitos e guerras por recursos naturais.

Os conflitos forçam igualmente as pessoas a fugir das suas casas e a abandonar os seus meios de subsistência. As mulheres e crianças representam 80 por cento dos refugiados e das pessoas deslocadas [em âmbito] mundial (PNUD/RDH, 2014, p. 52).

A situação é de calamidade tamanha que “entre 2012 e 2013 mais de um milhão de pessoas fugiram dos seus países de origem devido a conflitos e a perseguição” (PNUD/RDH, 2014, p. 52). Devem-se observar ainda os seguintes dados: “Em 2013, 232 milhões de pessoas viviam fora de seu país natal (...). O número de pessoas deslocadas devido a conflitos tem aumentado nos últimos anos, tendo atingido o valor mais elevado em quase duas décadas” (PNUD/RDH, 2014, p. 116).

Ao longo das exposições feitas nos relatórios, é perceptível que as guerras e os conflitos armados parecem de difícil solução ou até mesmo insolúveis. Tem-se, então, a seguinte linha argumentativa: trava-se uma batalha pela organização de estratégias capazes de dissuadir governantes e países de alimentarem situações belicosas diversas.

Porém, os formuladores dos relatórios, que trabalham com muitos dados empíricos, ao constatarem que seria muito difícil alcançar tais metas, passam, em suas narrativas, ao seguinte raciocínio: com ou sem guerra, com ou sem conflito armado, os diversos países membros das Nações Unidas teriam de investir nas políticas de seguridade humana (educação, saúde, moradia, saneamento).

Os produtores dos relatórios estão retomando uma discussão que ficou conhecida como “*guns and butter trade-off*” (Dikić, 2015; Hartley e Sandler, 1995; 2007; Ram, 1995; Braddon, 1995; Deger e Sen, 1995).

Neste caso, o custo envolvido na tomada de decisão deixa de ser avaliado em termos puramente financeiros (...). O custo de um avião de combate (...) deixa de ser medido apenas em milhões de dólares para ser medido, também, em termos daquilo que deixa de ser oferecido à nação, por exemplo, ensino fundamental ou saúde básica (Almeida, 2013, p. 431).

A instabilidade política, provocada por qualquer causa que seja, não deveria minar as possibilidades de cumprir os compromissos firmados nos acordos e tratados internacionais. Assim como não desobrigava os organismos internacionais, os governos nacionais e os Estados da “Responsabilidade de Proteger” os mais vulneráveis.

A doutrina da Responsabilidade de Proteger, também conhecida pela sigla inglesa R2P¹⁰, é um instrumento essencial da responsabilização da comunidade internacional e de cada um dos países pelas pessoas vulneráveis. Trata-se de um instrumento crucial, embora pouco desenvolvido, para fazer face a um conjunto específico de vulnerabilidades — responsabilizar os Estados pelo genocídio, pelos crimes de guerra, pela limpeza étnica e pelos crimes contra a humanidade (PNUD/RDH, 2014, p. 122).

Nesse caso, os formuladores dos RDHs propõem ampliar-se, de tal modo, a noção da responsabilidade de proteger, por parte dos Estados Nacionais, dos governantes, que nela se inclua “a responsabilidade dos Estados [pela] proteção de grupos vulneráveis, incluindo [-se] mulheres, crianças e jovens, idosos e imigrantes” (PNUD/RDH, 2014, p. 122).

A situação de conflitos armados, de guerras internas, deveria mobilizar, em se tratando da responsabilidade de proteger,

o principal princípio que lhe está subjacente — que a soberania não constitui um privilégio, mas sim uma responsabilidade — não deveria ficar limitado às atrocidades de larga escala, como o genocídio, tendo em conta a miríade de outras vulnerabilidades persistentes que as populações enfrentam desde as crises financeiras às catástrofes relacionadas com o clima (PNUD/RDH, 2014, p. 122).

10 “Sobre a condição complementar, ou não, da R2P (Responsabilidade de Proteger) e da RwP (Responsabilidade ao Proteger), ver: Rocha e Baccarini, 2017.

Não há dúvida de que, ao invocar o alargamento da responsabilidade de proteger, os produtores do relatório de 2014 – que iniciam seus diagnósticos e prescrições indicando ser possível dissuadir as muitas configurações e interações sociais geradoras de conflitos violentos e bélicos – vão constatando o quanto seria difícil essa tarefa.

Em razão de tais dificuldades, eles parecem convictos de que a única saída é invocar a Doutrina da Responsabilidade de Proteger, ampliando-a para alcançar a proteção das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade ocasionada por situações de guerras ou por outras causas. Os obstáculos ao direito de desenvolvimento dos povos e países pobres parecem, então, cada vez mais intransponíveis.

Estão os formuladores dos RDHs envidando esforços, ou não, na quebra da tradição armamentista bélica e violenta?

Não há dúvida de que os relatórios têm construído uma forma de persuasão, que se configura tanto como uma estratégia política quanto como uma ideologia e acaba confundindo a realidade (na qual prevalecem as guerras e os conflitos bélicos) sugerindo que seria possível dissuadir de suas práticas belicosas os governantes das várias partes do mundo, para que haja, assim, maiores investimentos em políticas de desenvolvimento humano. Confunde-se, como assinala Elias (1994, 1994a, 2001), um ideal com o supostamente realizável.

Conforme ensina Raymond Williams (2015, p. 286), é necessário analisar as propostas, apresentadas nos respectivos relatórios, de ação política em alguns movimentos, ou seja, “ao mesmo tempo [como] uma estratégia e uma ideologia” e de modo separado, preponderantemente, como uma estratégia política ou, prioritariamente, como um conjunto de valores ideológicos.

Os relatórios também estão compostos de valores ideológicos, porquanto seus formuladores operam aproximando, desmedidamente, a realidade e os ideais de desenvolvimento humano e com isso tornando-os, quase sempre, inalcançáveis. A inatingibilidade do ideal de melhoria social aparece embaralhado em muitos momentos.

De forma direta, pode-se dizer que os formuladores dos RDHs não enfrentam, em suas narrativas, os muitos desequilíbrios de poder, no mundo atual, que tornam possível sustentar e potencializar a tradição bélica e armamentista. Por isso, seus investimentos, na quebra dessa tradição, são fagulhas de luz num universo dominado por relações de poder sustentadas pela expansão dos aparatos bélicos¹¹. Os argumentos mostram ambiguidades e ambivalências.

É ambíguo porque, conquanto defendam a diminuição das guerras e conflitos armados, eles não estão se situando fora da tradição bélica e armamentista. E é ambivalente pelo fato de apontar para dois caminhos opostos: ou há a diminuição das guerras e dos conflitos bélicos, como forma de ampliar o desenvolvimento humano, ou prevalecerá a expansão daqueles primeiros e a diminuição das chances deste último.

Os formuladores do relatório de 2014 argumentam que a falta de trabalho, a pobreza extrema, a falta de expectativas têm sido estopim de guerras civis e de revoltas, que culminam em belicosidades extremas. Falando sobre a Síria, eles dizem:

Essas privações, combinadas com a falta de postos de trabalho, uma resposta inadequada da parte do Estado e da comunidade internacional, contribuíram para a rápida acumulação da insatisfação e uma grande conscientização da

11 O RDH de 2005 contém uma discussão sobre a expressão “guerra contra a pobreza”. Ela seria uma metáfora militar. De todas as guerras essa seria a que deveria prevalecer.

desigualdade de grupo, terreno fértil para a guerra civil, que começou em 2011 (PNUD/RDH, 2014, p. 130).

O RDH de 2005 possui um capítulo intitulado Conflito violento – pôr em evidência a verdadeira ameaça, no qual são destacadas as guerras civis (Serra Leoa, Angola, Moçambique) e as guerras entre países (Libéria vérsus Serra Leoa e as da região dos Bálcãs, antiga Iugoslávia) que têm penalizado, demasiadamente, as pessoas mais pobres. Sobre seus ombros recai o peso maior das guerras, sejam elas civis ou não. Isso, porque os custos das guerras, as despesas militares e armamentistas fazem que sejam canalizados muitos recursos para atividades belicosas.

Todavia, não há como supor que os formuladores e encampadores dos relatórios estejam elaborando argumentos inteiramente pacificadores. É uma narrativa que visa dissuadir conflitos internos, mas que o faz ao mesmo tempo que clama pelas forças armadas como capazes de resolver diversas situações relacionadas à segurança no mundo atual. Suas prescrições mantêm-se no âmbito de uma tradição bélica. Veja-se o texto abaixo:

A estrutura dominante das forças armadas — assente num modelo de despesa militar estatal e de Guerra entre Estados-nação que tem estado em declínio ao longo do último meio século — permanece mal equipada para ter resultados em regiões onde a necessidade de segurança se impõe hoje com maior urgência. A resolução de crises e a reconstrução pós-crise exigem a cooperação e a colaboração entre forças armadas e comunidade internacional, sendo essencial atentar nas causas dos conflitos internos (PNUD/RDH, 2014, p. 118).

Os elaboradores e encampadores dos referidos documentos têm muitos cuidados argumentativos ao associar a diminuição das guerras e conflitos bélicos e o aumento das políticas de desenvolvimento humano. Essa associação não visa, pelo que se observa, dismantelar a relação positiva que eles estabelecem entre

segurança e forças armadas, as quais teriam, no entanto, “o compromisso de defesa dos direitos dos cidadãos ao abrigo de uma série de tratados” (PNUD/RDH, 2014, p. 118).

Os produtores dos relatórios fazem questão de exaltar esse compromisso, demonstrando que não havia qualquer apoio às ações autoritárias que se davam em total desacordo com os Atos Internacionais (AIs). A Responsabilidade de Proteger (*R2P*), com a qual haviam concordado os diversos países que compõem o sistema das Nações Unidas, teria de ser o marco de todas as ações dos Estados, incluídas aí as ações de suas Forças Armadas. “Mas o consenso em adotar este princípio [RP] foi quebrado por desavenças graves quanto à sua implementação” (PNUD/RDH, 2014, p. 118).

Nota-se que os produtores e difusores dos RDHs fazem questão de situar suas narrativas reafirmando: “o *Conselho de Segurança* [CSNU] continua a ser o órgão essencial de defesa da segurança humana” (PNUD/RDH, 2014, p. 118). Ao fazerem isso, eles reafirmam uma tradição belicosa combinada com preocupações humanitárias.

Os diagnósticos e as prescrições, presentes nos relatórios, não são propugnadores da quebra de uma tradição armamentista que tem prevalecido há alguns séculos. São construídos diálogos e pontes com as agendas temáticas da CSNU voltadas para as populações vulneráveis (Oliveira e Rebelo, 2017). Sem indicar a necessidade de quebrar a tradição bélica fica difícil, para os elaboradores dos relatórios, sustentar que é possível fazer avançar o desenvolvimento humano desde que sejam diminuídas as guerras.

Conflito, nomeadamente as guerras civis, parece estar associado ao mau desempenho em termos do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (progresso significativamente abaixo do que se poderia esperar dadas as condições iniciais), visto que 60 por cento dos países que vivem este tipo

de conflito (28 de 46 países incluídos na amostragem) apresentaram resultados insuficientes neste domínio (PNUD/RDH 2014, p. 140).

De um modo ou de outro, os argumentos postos nos relatórios podem ser tomados como tentativas de indicar que haveria avanços nas políticas de desenvolvimento humano, se as guerras fossem evitadas mediante acordos arbitrados por órgãos como as Nações Unidas. Norbert Elias (1991) afirmava que, para alcançar isso, a humanidade teria de passar, ainda, por processos pacificadores muito árduos.

A diminuição da desconfiança entre os Estados não é realizável de hoje para amanhã. Ela exige o esforço conjunto e paciente de muitos homens, que lutem nos seus países para que cresça a disponibilidade para resolver os conflitos entre os Estados, seja por meio de compromissos não violentos, seja por via da arbitragem exercida por órgãos supraestatais (Elias, 1991, p. 101).

Os elaboradores do RDH de 2010 demonstram o quanto é difícil frutificarem ações pacificadoras naqueles países e regiões tomados pela pobreza multidimensional, pelas doenças como HIV e Malária, pelas desigualdades abissais e pelas guerras civis ainda que de baixa intensidade¹².

A noção de pobreza multidimensional, bem como o seu cálculo, deriva das discussões de Amartya Sen. Ele diz:

[O] que quero enfatizar [é] que, quando se gera mais educação, mais saúde, isso em si é uma eliminação da pobreza, pois pobreza não é apenas baixa renda, [é], também anal-

12 “Guerra civil, intensidade: Pontuação que indica o nível de intensidade de um conflito de guerra civil. Uma pontuação de “0” indica ausência de conflito; “1” é sinal de guerra civil menor na qual o número de mortes por ano é inferior a 1.000 pessoas; “2” indica uma guerra civil de grande escala na qual o número de mortes por ano é de, pelo menos, 1.000 pessoas” (PNUD/RDH, 2014, p. 232).

fabetismo, [é], também não ter tratamento médico quando necessário (Sen, 2010, p. 12).

O cálculo da pobreza multidimensional contém um embate teórico e técnico com o cálculo da pobreza absoluta. A primeira resulta não só da ausência e/ou precariedade de renda, mas também da falta de acesso à educação, à moradia adequada, a saneamento, à saúde e à participação política. Sobre o conceito e cálculos da pobreza multidimensional (PNUD/RDH, 1997).

Esses fatores juntos têm-se revelado bastante explosivos. Veja-se o que consta no RDH de 2010:

A Zâmbia registrou declínios na esperança de vida, taxas brutas de matrícula e rendimento por diversos motivos. O colapso dos preços do cobre em 1980 despoletou uma longa depressão que contraiu a economia em um terço. O país também se ressentiu das vagas de refugiados em fuga das respectivas guerras civis em Angola e Moçambique, seus vizinhos, e da epidemia de VIH, que fez com que o país apresentasse a quinta taxa mais elevada de prevalência de VIH no mundo (PNUD/RDH, 2010, p. 32).

Fica evidenciado, no relatório de 2010, que a explicação para as dificuldades de expansão das políticas de desenvolvimento humano não está relacionada somente à vigência das guerras civis ou entre países. Essas têm um peso enorme, que muitas vezes se somam a outros fatores.

A junção das guerras (de diversas intensidades) com epidemias, fomes e desastres ambientais compõe um cenário capaz de minar toda e qualquer possibilidade de combate à pobreza multidimensional. Todos esses fatores impactam negativamente o desenvolvimento humano, conforme consta no RDH de 2010.

Norbert Elias (1991) afirma que tentar indicar posições contrárias à tradição belicosa é uma tarefa difícilíssima. Essa é uma das

empreitadas mais complexas que já se conheceu. Por isso, não se deve supor que os respectivos relatórios, em poucos anos e sozinhos, sejam capazes de grandes avanços rumo a uma tomada de posição, de fato, contrária à tradição bélica.

Norbert Elias (1991), em *A condição humana*, afirma que quebrar essa tradição belicosa poderia vir a ser o maior desafio das Nações Unidas. Isso fica evidenciado em muitos trechos dos relatórios. “O déficit de governação (...) limita a capacidade de governação internacional, com vista à solução dos problemas de segurança urgentes, passando o ônus para as populações em zonas de conflito” (RDH, 2014, p. 118).

Governança, segundo os elaboradores do RDH de 2010, é a combinação da responsabilização democrática – dos diversos agentes que participam do processo decisório para que haja uma melhor distribuição do poder – com a experimentação institucional, a qual é o processo de abertura de espaços para que os múltiplos atores (governamentais e não-governamentais) possam construir estratégias de participação na construção do desenvolvimento (PNUD/RDH, 2010, p. 114).

Situar os argumentos pressupondo-se que a segurança humana depende das Forças Armadas e de seu poderio bélico é contraditório, pois não se chegará a qualquer segurança por esse meio (Elias, 1991, p. 100). Em *A condição humana*, Norbert Elias faz, por ocasião do aniversário de 50 anos do final da Segunda Guerra Mundial, uma ampla reflexão sobre o quanto tem sido difícil desmontar a ideia de que os aparatos bélicos são as formas possíveis de garantir a paz.

Não há dúvida de que a associação entre a diminuição das possibilidades do desenvolvimento humano e o aumento dos enfrentamentos e conflitos bélicos revela algo de grande monta: a aposta numa “restrição bélica voluntária” (Elias, 1991, p. 100).

É claro que se isso ocorresse, como afirma Elias (1991), seria um salto civilizacional, posto que se estaria testando a capacidade de autorregulação, autocontenção e autocontrole dos países, governos e dirigentes. As narrativas postas nos relatórios tentam construir estratégias indicadoras de uma pacificação em meio a disputas que negam, inteiramente, esse direcionamento. No entanto, a pacificação só seria alcançada se fossem estabelecidas políticas permanentes de melhorias sociais. O que se mostra, no final da segunda década do século XXI, bastante distante. Observem-se estes dados das Nações Unidas de 2017:

Em 2017, mais de US\$ 1,7 trilhão foram investidos em armas e no subsídio a exércitos, os maiores índices desde a queda do Muro de Berlim, 80 vezes mais que o financiamento humanitário básico em todo o planeta (Nações Unidas. Gastos militares são 80 vezes maiores que os humanitários, 2018, p. 1).

Um dos maiores problemas que se coloca aos aconselhamentos feitos pelos elaboradores dos relatórios aos Estados e aos organismos internacionais é o fato de que as decisões – de diminuir as guerras, as belicosidades e as violências, para assim tornar menos difícil o desenrolar de políticas de desenvolvimento humano – não obedecem a lógicas somente racionais. Conforme demonstra Norbert Elias (1991), há muitos mitos sociais (superioridade dos povos, valorização ou desvalorização de traços étnico-raciais) e irracionalidades (sentimentos de ódios, temores infundados, desejos de destruição do outro) que se interpõem negativamente nas estratégias de controle da violência.

Considerações finais

Embora critiquem a expansão das despesas militares, o aumento dos conflitos bélicos e o potencial destrutivo das guerras no concernente aos avanços do desenvolvimento humano, os formula-

dores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano têm dificuldade de advogar contra a ideia de que não é possível a segurança sem que haja um poder armamentista e bélico em pleno funcionamento. Ou seja, a segurança e a paz, conforme dizem, não podem ser mantidas somente pelas Forças Armadas, mas elas continuam, segundo os produtores do RDH de 2005 e 2014, essenciais.

Tem-se a impressão de que eles desejam assinalar que a paz e a segurança são garantidas por dois processos simultâneos: 1) o combate à pobreza extrema e a expansão do desenvolvimento humano e 2) a atuação das Forças Armadas dentro dos parâmetros acordados pelos Atos Internacionais. Já as guerras contra o terrorismo, por exemplo, poderiam camuflar violações dos direitos humanos (PNUD/RDH, 2005).

Ao discutir os emperamentos trazidos pelas guerras e conflitos bélicos, os produtores dos relatórios fazem um esforço intenso para não deixarem transparecer que os obstáculos e bloqueios, que essas situações impõem ao desenvolvimento humano, são intransponíveis. Para evitar que tais impedimentos sejam colocados em primeiro plano, eles direcionam a discussão para os impactos negativos e positivos que tais condições de violência produzem na vida econômica, política e social dos países e regiões¹³.

Se as guerras afetam a vida cotidiana como um todo, tem-se aí o aprofundamento da inacessibilidade à escolarização e aos bens e serviços relacionados à saúde e a todos os demais serviços que podem ser convertidos em avanços sociais cada vez mais amplos.

São organizadas estratégias narrativas que amenizam, significativamente, os processos obstrutivos de políticas de amplas

13 “Contudo, impactos negativos imprevistos, tais como guerras, epidemias ou calamidades ambientais, comprometeriam o desenvolvimento humano futuro. Impactos positivos, como a cura para a malária e o VIH/SIDA e o cessar de conflitos, impeliriam avanços” (PNUD/RDH, 2010, p. 106).

melhorias sociais. Ao fazerem isso, as estratégias políticas vão se convertendo em estratégias ideológicas, que mantêm as perspectivas de alcançar o desenvolvimento humano, mesmo diante de uma realidade que o nega peremptoriamente.

Não há dúvida de que, de todas as recomendações postas nos relatórios, aquelas que dizem respeito à necessidade de diminuir os aparatos bélicos, as guerras e as violências são as mais difíceis de serem implantadas. E qual é, então, a questão central abordada? Os formuladores dos relatórios parecem pressupor que dariam algum tipo de resultado positivo, se bem que ambíguas e ambivalentes, as estratégias de convencer aqueles que estão à frente dos Estados de que os recursos direcionados às guerras e aos conflitos poderiam ser utilizados na expansão do desenvolvimento humano.

Destacou-se que os formuladores dos relatórios tentaram construir, por meio de diagnósticos e prescrições, estratégias dissuasoras da violência e isso eles o fizeram em duas frentes: numa insistem no desperdício de recursos, que deveriam ser direcionados a políticas de melhoria da vida da população; na outra demonstram que, quando estão submetidas a guerras e conflitos violentos, a pessoa tem a vida destroçada. Quanto mais pobres, mais a violência mina as suas possibilidades de acesso à saúde, à educação, à justiça e à renda¹⁴.

As estratégias políticas anunciadas nos respectivos documentos vão ficando mais e mais tortuosas, visto que os seus formuladores não veem como exequíveis, no mundo atual, mudanças políticas substantivas em relação aos conflitos bélicos. Evidenciam-se, então, as impossibilidades de desfazer as convicções, nas relações internacionais, de que o enfrentamento e a guerra devem ordenar a vida social e política.

14 Sobre isso, ver: Ballesteros, 2014.

Referências

- Almeida, Carlos W. L. de. Evolução do orçamento de Defesa no Brasil. In: Alves Do Carmo, Corival [et al.] (Orgs.). **Relações internacionais: olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013. p. 415-451.
- Ballesteros, Jesús. Segurança humana, direitos e políticas públicas. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v.40, n.1, jun. 2014, p. 30-38.
- Bauer, Martin. Análise de conteúdo clássica. In: Gaskell, G e Bauer, M. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.
- Bauman, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- Braddon, Derek. The regional impact of defense expenditure. In Hartley, Keith; Sandler, Todd (eds). **Handbook of Defense Economics**. Amsterdam: Elsevier Science, 1995, p. 491-521.
- Carvalho, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. **Cadernos do Noroeste**, Minho (Portugal), Vol. 14, n.1-2, 2000, p. 143-156.
- Deger, Saadet; Sen, Somnath. Military expenditure and developing countries. In: Hartley, Keith; Sandler, Todd (eds). **Handbook of Defense Economics**. Amsterdam: Elsevier Science, 1995, p. 275-307.
- Dikici, Emre. Guns versus Butter Tradeoff: the theory of defense – Quality factor. **Journal of Economics, Business and Management**, Singapura, v.3. n.7, jul. 2015, p.1-6.
- Druon, Maurice. Les stratégies aveugles. In: **L'Figaro**, 18 nov 2004.
- Elias, Norbert. **A condição humana**. Lisboa: DIFEL, 1991.
- Elias, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- Elias, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- Elias, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In: Neiburg, Frederic. E Waisbord, Leopoldo. (orgs.). **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 21-33.
- Elias, Norbert. Tecnização e civilização. In: Neiburg, F. E Waisbord, L. (orgs.) **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a, p. 35-67.

Elias, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: Neiburg, Frederic. E Waisbord, Leopoldo. (orgs.). **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b, p. 153-165.

Elias, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: Neiburg, Frederic. E Waisbord, Leopoldo. (orgs.). **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006c, p. 197-231.

Ferguson, James. La maquinaria antipolítica, desarrollo, despolitización y poder burocrático en Lesoto. In: Galán, Beatriz (ed.). **Antropología y desarrollo**. Madrid: Editorial Catarata, 2012.

Folha Informativa. Uma Visão a partir da América Latina ODM/PNUD/CEPAL, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/ODM/cepal>. Acesso em: 18 abr. 2020

Furtado, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

Furtado, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Furtado, Celso. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Fukuda-Parr, Sakiko. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos – o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano**. 2002. Disponível em: http://www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=108&Itemid=206. Acesso em: 07 abr. 2020.

Hartley, Keith; Sandler, Todd (eds.). **Handbook of defense Economics**. Amsterdam: Elsevier Science, 1995. V.1

Hartley, Keith; Sandler, Todd (eds.). **Handbook of defense Economics**. Amsterdam: Elsevier Science, 2007. V.2.

Nações Unidas. **Gastos militares são 80 vezes maiores que os humanitários**. 29 maio 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/gastos-militares-sao-80-vezes-maiores-que-os-humanitarios-onu-lanca-plano-de-desarramento/>, Acesso em: 11 ago. 2020.

Nações Unidas. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. 1986. Nações Unidas. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3-16>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Nações Unidas. **Declaração do Milênio**. 2000. Nações Unidas. Disponível em: www.undp.org/hdr2001. Acesso em: 20 fev. 2020.

Nações Unidas. **Nós, os povos. O papel das Nações Unidas no século XXI.** (2000). Nova York, Nations Unies. Disponível em: [HTTPS://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/nosospovos.pdf](https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/nosospovos.pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

Nações Unidas. **Declaração ODS -Agenda 2030: Declaração dos Objetivos do Desenvolvimento sustentável.** 2015. Disponível em: <https://naçõesunidas.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Nwauche, Enyinna e Nwobike, Justice C. Implementação do direito ao desenvolvimento. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos.** São Paulo, V.2, n.2, 2005, p. 1-10.

Oliveira, Ana P. L. e Rebelo, Tamyá. O Brasil e as agendas temáticas do CSNU. In: Schmitz, Guilherme. O. e Rocha, Rafael. A. (orgs.). **Brasil e o sistema das Nações Unidas.** Brasília: IPEA, 2017, p. 175-213.

Pires, Henrique E. **Orçamento em defesa no Brasil: uma visão história até os dias atuais. 2019.** 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia da Defesa) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília.

Pontes, Heloísa. **Círculos de intelectuais e experiência social.** 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34. Acesso em: 06 abr. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano.** PNUD/ONU, 1991. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza.** PNUD/ONU. 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado.** PNUD/ONU, 2002. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Cooperação internacional numa encruzilhada.** PNUD/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2005/download/pt>. Acesso em: 08 abr. 2020

PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano.** PNUD/ONU. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>. Acesso em: 11 abr. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos.** PNUD/ONU, 2011. Disponível em:

<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2011>. Acesso em: 01 ago. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado**. PNUD/ONU. 2013. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 08 ago. 2020.

PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Sustentar o progresso humano - reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. PNUD/ONU. 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acesso em: 22 fev. 2020.

PNUD/RDH. **Informe sobre Desarrollo Humano 2019: Más allá del ingreso, más allá de los promedios, más allá del presente: Desigualdades del desarrollo humano en el siglo XXI**. PNUD/ONU. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf. Acesso em: 09 ago. 2020.

Ram, Rati. Defense expenditure and economic growth. In: Hartley, Keith; Sandler, Todd (eds). **Handbook of Defense Economics**. Amsterdam: Elsevier Science, 1995, p. 251-274.

Reinert, Erik S. A economia paliativa: por que os Objetivos do Milênio são má ideia. In: **Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016, p. 309-344.

Rezende, Maria J. de. Uma abordagem histórico-hermenêutica dos Relatórios do Desenvolvimento Humano. **E@Latina**, Buenos Aires, v.13, n.51, abr.-jun.2015, p.31-51. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/index>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Rezende, Maria J. de. As análises dos Relatórios do Desenvolvimento Humano e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n.2, 2017, p. 220-255. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso>. Acesso em: 19 abr. 2020.

Rocha, Rafael A. e Baccarini, Mariana, P. O. A Responsabilidade de Proteger e a fórmula Arria: a participação de novos atores por aproximação entre norma e método. In: Schmitz, Guilherme. O. e Rocha, Rafael. A. (orgs.) **Brasil e o sistema das Nações Unidas**. Brasília: IPEA, 2017, p. 147-175.

Sen, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Sen, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Sen, Amartya. **El valor de la democracia**. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

Sen, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Sipri Yearbook. **Military Expenditure**. Stockholm: SIPRI, 2015. Disponível em: [HTTPS://www.sipri.org/yearbook/2015/09](https://www.sipri.org/yearbook/2015/09). Acesso em: 05 abr. 2020.

Ul Haq, Mahbub. **The strategy of Economic Planning**. Nova York: Oxford University Press, 1963.

Ul Haq, Mahbub. **A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo**. São Paulo: Nacional, 1978.

Ul Haq, Mahbub. **Reflections on Human Development**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

Viola, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: Viola, Andreu (comp.). **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona, Paidós, 2000.

Williams, Raymond. A política do desarmamento nuclear. In: **Recursos da esperança**. São Paulo, Unesp, 2015, p. 275-305.

Recebido em 28/04/2020

Aprovado em 15/04/2021

Sucessos Escolares Improváveis e Teorias Disposicionalistas da Ação: Trabalhando Com Pierre Bourdieu e Bernard Lahire*

*Francisco Érick de Oliveira***

*Carlos Henrique Lopes Pinheiro****

Resumo

Neste artigo, exploramos elementos que potencializam o sucesso escolar nos meios populares por meio da teoria de Pierre Bourdieu e seus estudos sobre educação e reprodução social das desigualdades e a análise dos sucessos escolares pela Sociologia em escala individual de Bernard Lahire. Os dados empíricos foram coletados por sete questionários socioeconômicos e culturais e seis entrevistas individuais em profundidade. Analisamos as trajetórias de escolarização de estudantes negros cotistas e das camadas populares de uma Universidade do interior do Ceará e apontamos a racionalização das rotinas, geridas pela moral familiar que privilegia a formação escolar e a autoridade dos pais e mães; apetência pela leitura e escrita; socialização em atividades artístico-culturais e esportivas; políticas públicas de educação e ações afirmativas; interiorização do ensino superior público; redes afetivas e de incentivo engajado, entre outros.

Palavras-chave: Sucesso escolar. Camadas populares. Teorias disposicionalistas da ação. Ingresso no ensino superior público.

* Fomento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 2018/2019.

** Doutorando em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Integrante do Grupo de estudos e pesquisas em Sociologia e relações raciais (HUN/UFPB). E-mail: erick.oliveira2@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1691-3889>.

*** Professor Adjunto do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Bacharelado e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Pós-doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, 2013. E-mail: carlos.henrique@unilab.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1192-8800>.

Unlikely School Successes and Dispositionalists Theories of Action: Working With Pierre Bourdieu and Bernard Lahire

Abstract

In this article, we explore elements that enhance school success in the popular classes through Pierre Bourdieu's theory and his studies on education and social reproduction of inequalities and Bernard Lahire's analysis of school successes on an individual scale. Empirical data were collected through seven socioeconomic and cultural questionnaires and six in-depth individual interviews. We analyzed the schooling trajectories of black and quota students from popular classes of an inland University in Ceará and pointed out the rationalization of routines, managed by family morality that privileges school education and the authority of fathers and mothers; reading and writing skills; socialization in artistic-cultural and sports activities; public education policies and affirmative actions; internalization of public higher education; affective and engaged incentive networks, among others.

Keywords: School success. Popular classes. Dispositionalists action theories. Access to public higher education.

Éxitos Escolares Improbables y Teorías Disposicionales de la Acción: Trabajando Con Pierre Bourdieu y Bernard Lahire

Resumen

En este artículo exploramos elementos que potencian el éxito escolar en las clases populares a través de la teoría de Pierre Bourdieu y sus estudios sobre educación y reproducción social de las desigualdades y el análisis de Bernard Lahire sobre los éxitos escolares a escala individual. Los datos empíricos se recolectaron a través de siete cuestionarios socioeconómicos y culturales y seis entrevistas individuales en profundidad. Analizamos las trayectorias escolares de los estudiantes negros y de cuota de las clases populares de una Universidad del interior de Ceará y señalamos la racionalización de las rutinas, gestionadas

por la moral familiar que privilegia la educación escolar y la autoridad de padres y madres; habilidades de lectura y escritura; socialización en actividades artístico-culturales y deportivas; políticas públicas de educación y acciones afirmativas; internalización de la educación superior pública; redes de incentivos afectivos y comprometidos, entre otros.

Palabras clave: Éxito escolar. Clases populares. Teorías disposicionales de la acción. Ingreso a la educación superior pública.

Considerações iniciais

O objetivo deste trabalho é explorar a problemática dos sucessos escolares “improváveis” nas camadas populares com base nas Sociologias de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Partimos da questão: sob quais condições e experiências se constroem disposições sociais de sucesso escolar nas camadas populares?

Iniciamos a exposição situando teoricamente nosso problema e orientando nossas posições metodológicas a partir de um dos trabalhos de Pierre Bourdieu sobre educação. O autor tem reconhecida participação na investigação sociológica das condições objetivas de sucesso e fracasso escolares nas classes e frações de classe social, pois sua contribuição, apesar de situada no contexto de democratização e reformas do sistema de ensino francês, ainda exerce influência na gramática e metodologias com as quais a Sociologia explora o problema. Esse legado será retomado por meio da obra “Os herdeiros” (Bourdieu e Passeron, 2014). Simultaneamente, reconstruímos os princípios do sistema teórico que o autor desenvolve ao longo da vida, sobretudo as noções de *habitus* e capitais, a fim de indicar suas potencialidades e limites para os nossos propósitos (Bourdieu, 2012a, 2012b, 2013a, 2017).

No segundo tópico, explicitamos o percurso metodológico da pesquisa e os dados iniciais coletados, esclarecendo como efetuamos recortes empíricos e quais tipos de questionários e en-

trevistas nos foram úteis. Com o questionário, mapeamos condições objetivas familiares como renda, escolarização, ocupação, moradia e acesso a bens e mecanismos culturais e mídias diversas, conceituando “camadas populares”, no intuito de indicar propriedades comuns entre esse universo, posicionando-o de forma relacional no espaço social.

A partir disso, requalificamos nosso problema para, no terceiro tópico, dialogarmos com a abordagem lahireana e um de seus trabalhos sobre educação – “Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável” (Lahire, 1997). Dentre outras opções, escolhemos esse autor porque ele entra em frestas elementares da investigação bourdieusiana e se debruça sobre os casos individuais daqueles que sucedem na escola apesar das condições objetivas de possibilidade. Como na primeira seção, ultrapassamos essa obra a fim de explorar a sua abordagem em escala individual (Lahire, 1997, 2002, 2004, 2018).

Com esse movimento teórico e empírico entre ambas as abordagens e que, na nossa concepção, não se encerram como opostas, pelo menos nesta atividade prática teoricamente orientada, finalizamos com uma seção em que apuramos nossas lentes de análise para **ver outras dimensões do social** através da investigação de narrativas biográficas (entrevistas individuais e em profundidade) e do recorte de trajetórias. Para apresentação nesse formato, sintetizamos variáveis que se manifestam na maioria dos casos, buscando não desarticular as dobras sociais de cada individualidade, mas demonstrar como essas dobras são processadas em cada configuração, ao passo que também são recorrentes em outras. Destacamos redes afetivas, de apoio insistente e resistente no processo de construção, atualização e transferência de disposições sociais; elementos da moral familiar; contextos e campos de contradição ou complementaridade disposicional; políticas públicas e ações afirmativas; e “estratégias” de mobilidade social. Por fim, tecemos considerações finais e indicamos a bibliografia pertinente.

Pierre Bourdieu e o passado feito corpo e práticas

Escolhemos dialogar com “Os herdeiros” de Bourdieu e Passeron (2014) porque, nessa obra, o problema das desigualdades escolares é tratado pela perspectiva das condições de existência sobre as trajetórias. Esse trabalho é considerado como um dos marcos da Sociologia da Educação por ter sido escrito em um contexto de reformas e democratização do sistema educacional francês das décadas de 1960 e 1970 e colocado em xeque os ideais republicanos de igualdade de oportunidades e de justiça meritocrática. O livro “A reprodução” (Bourdieu e Passeron, 1982) também é de fundamental importância para compreender o raciocínio dos autores de forma mais ampla, com a problemática do poder simbólico e dos mecanismos práticos de legitimação da reprodução das desigualdades, mas compreendemos que, para indicar a trilha que percorremos, a primeira referência é suficiente.

O impacto de “Os herdeiros” se situa tanto no âmbito das Ciências Sociais quanto do debate público da época. No primeiro, predominava um otimismo funcionalista, como o inferido por Durkheim (2011), de que a educação teria a capacidade de sustentar os laços que mantinham a sociedade coesa e reproduzir as funções sociais que permitiam a existência desse organismo. Esperava-se superar os atrasos econômicos, o autoritarismo, privilégios “(...) e construir uma nova sociedade justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e ciência) e democrática (autonomia individual)” (Nogueira e Nogueira, 2012, p. 16). No debate público, a obra causou desconforto por revelar a realidade “oculta” do ideal de igualdade e justiça por méritos, expondo sua fragilidade por conta das disparidades sociais e culturais entre estudantes.

Embasados por anos de pesquisa empírica (entrevistas, estatísticas, enquetes e outros métodos), Bourdieu e Passeron (2014) têm por objetivo reiterar como a origem social é determinante

nas trajetórias escolares. As novidades do trabalho correspondem ao esforço de construção de uma gramática propriamente sociológica, pela ênfase na influência familiar em termos de socialização primária e proximidade com a Sociologia da Cultura. A prevalência de métodos quantitativos relacionava-se com a legitimidade que o campo da Economia conquistara. Com a Sociologia da Cultura, entretanto, eles puderam expor a interpretação por meio de uma analítica que não resumia o mundo à compreensão economicista, mas por processos de produção de desigualdades simbólicas e culturais (Bourdieu, 2013a).

Ao conceber que os estudantes possuem bagagens culturais que adquiriram antes da escola, eles antecipam boa parte dos elementos que serão fundamentais em obras posteriores, principalmente, no sistema teórico bourdieusiano. Essas bagagens culturais tomarão, aos poucos, o corpo conceitual de capital cultural, representando as diferenças de origem que se tornam mais ou menos rentáveis no mercado escolar. Um capital representa uma energia social fruto de trabalho passado acumulado e é instrumento de poder. A noção de origem social, empregada para representar condições socioeconômicas e culturais objetivas de uma classe, fração de classe e por determinações de gênero (nessa obra, pelo menos), propõe oposição direta à concepção vigente de que os bons estudantes possuíam dons intrínsecos. O conceito de capital cultural condensa experiências como viagens, cursos, visitas a teatros e museus, diplomas, conhecimento sobre o funcionamento do sistema escolar, das hierarquias entre instituições, cursos e profissões, etc. Dessa forma, pode se apresentar de forma objetivada, institucionalizada ou incorporada (Bourdieu, 2016b).

As outras formas de capitais fundamentam a missão que os autores empreenderam de alargar a problemática da educação para além da economia, mesmo que só sejam integralmente exploradas ao longo do tempo. O capital econômico, então, é concebido como diferentes formas de produção e bens (terras, trabalho, máquinas, dinheiro e outros bens materiais). O capital social seria aquele representado

pela participação em redes de relações sociais que abrem caminhos para o acesso a bens e recursos no presente ou em potencial. Essas redes se sustentariam e se reproduziriam por reconhecimento mútuo e o volume desse capital estaria relacionado à possível extensão delas e seus recursos. Haveria ainda o capital simbólico, concebido como aquele com lógicas diferentes por operar pelo “fazer crer”. Associa-se ao prestígio exercido sobre um campo e pode se converter em outros tipos de capitais (Busseto, 2006).

O volume do capital corresponde, de fato, ao que é mensurável. A conversão implica na capacidade que o capital carrega, pela sua espécie e volume, de produzir ou se transformar em outro. O capital cultural, por exemplo, pode ser fruto dos investimentos de capital econômico ou até mesmo ser a sua matriz generativa, mas isso não necessariamente implica conversão, e sim, subsídio. Os capitais social e simbólico possuem a capacidade de se converterem em outros, seja pela rede dos contatos influentes, seja pelo prestígio/carisma (Bourdieu, 2017). Por fim, o campo é compreendido como um espaço multidimensional de posições relacionais no qual se confrontam e se criam disputas por capitais e poder. Os campos são compostos por princípios de diferenciação, distribuição de capitais e forças. Cada tipo possui certa autonomia em seus princípios de hierarquização e organização e, ainda que possam se tocar, os campos têm seus limites e delimitam a ação (Bourdieu, 2012a). Na nossa investigação, nos valem da compreensão dos capitais e posições valorizadas no campo da educação escolar formal.

Os “herdeiros” seriam aqueles que vivem a experiência escolar de forma “natural”, porque naturalizada, encontrando condições de trafegarem pelo sistema sem estranhamento e apoiando-se na bagagem cultural de suas famílias, mais ou menos próxima da cultura legitimada socialmente, culta, reificada pela escola. O capital cultural aparece nesses como saberes-fazer e saberes-dizer próprios ou correspondentes à cultura escolar. Suas possibilidades de sucesso se multiplicam se comparadas com os “não-herdeiros”, ou desfavorecidos, aos quais a cultura escolar

se apresentaria como cultura estrangeira, vivendo uma constante experiência de aculturação, achando-se fracos e incapacitados de acompanhar a aprendizagem, de apresentar as capacidades tomadas como intrínsecas e, mesmo após formarem-se, não encontrarem o retorno dos diplomas¹. Os herdeiros não são apenas os escolhidos, mas também aqueles que podem reiterar pela escola a sua capacidade de escolher.

Nesse ponto, podemos visualizar os primeiros indícios analíticos do conceito de *habitus*. Ele condensa a compreensão que Bourdieu (2012a, 2013a) desenvolveu e aplicou empiricamente desde o princípio de sua aparição no campo sociológico, influenciado, dentre outros, pelo polo da fenomenologia (interacionismo, etno-metodologia), que concebia maior liberdade de ação e consciência dos atores, e o polo do objetivismo, pela hermenêutica estruturalista que concebia as práticas como estruturadas objetivamente, promovendo um rompimento com o conhecimento imediato da realidade. Aplicamos a metáfora dos polos no sentido de Alexander (1987) e o movimento de pêndulo na problemática enfrentada pelas teorias sintéticas. A síntese tenciona uma das mais clássicas questões da Sociologia: a relação indivíduo e sociedade. Para Ortiz (1983), Bourdieu faz uma dupla translação teórica para propor uma teoria praxiológica que não se encerre em nenhum dos polos, mas que seja capaz de apreender a dialética entre eles. As práticas, em seu sistema teórico, são condicionadas pelas estruturas sociais e condicionantes dessas, pois é por meio da incorporação que os agentes fazem do mundo social que as estruturas se reproduzem e se atualizam. É na articulação dos conceitos de campo e *habitus* que ele encontra a possibilidade de não encerrar a interpretação da realidade social, pois é contínua a relação dialética entre a objetividade e subjetividade (*modus operandi* e não *modus operatum*).

1 Bourdieu (2017) trata em um dos últimos tópicos do capítulo 2 de “A distinção” sobre essa questão, recuperando a problemática dos resultados prometidos e não alcançados pela democratização da educação escolar. As frações de classes e gerações vivenciam um sentimento de engano por seus investimentos não terem encontrado retorno.

As conclusões viabilizadas pela obra “Os herdeiros” indicam que a escola das oportunidades iguais trata de modo semelhante patrimônios sociais diferentes, e o resultado gerou crises e pessimismo, pois além de multiplicar as desigualdades sociais, o sistema, pelo reconhecimento que lhe era concedido, acabava por legitimar as coisas como elas eram. Sucesso ou fracasso dava-se por mérito e responsabilidade de cada um. O passado incorporado como sistema de capitais e disposições que compõem um *habitus* familiar e de classe rege as práticas dos estudantes em sua relação com a escola. Diferentes *habitus* e volumes de capitais reagem de formas diferentes a estímulos supostamente iguais e neutros. Como matriz determinada pelas condições objetivas de existência e pela trajetória até o presente, o *habitus* condensa analiticamente a compreensão de um agente que tem todas as dimensões da vida e das suas práticas (ver, sentir, pensar, valores, representações, etc.) regidas pelo passado incorporado, que se transmite na socialização familiar de forma duradoura e se faz corpo (comportamentos, posturas), atualizando-se no presente quase sempre em total consonância com a matriz.

Na seção seguinte, nos apropriamos dessas elaborações teóricas a fim de posicionar nossos interlocutores no espaço social e visualizar formas de transitarmos entre a problemática da reprodução social e dos casos “excepcionais”, esclarecemos alguns dos procedimentos metodológicos.

Metodologia e dados iniciais

O universo empírico foi definido em quatro momentos. Solicitamos à Coordenação de Políticas de Acesso e Seleção de Estudantes (CASE), vinculada à Pró-reitoria de Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), dados referentes às vagas na edição 2018.1 do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e um painel com a concorrência por curso. Em

seguida, acessamos as listas de aprovação da primeira edição do SISU, disponíveis no sítio eletrônico do MEC-SISU (SISU, 2018) e entramos em contato novamente com a CASE portando duas listas referentes aos indicadores L2 e L6²: candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de escolas públicas, tendo ou não renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo – escolhemos não fazer essa diferenciação de renda.

Formamos um universo de 42 inscritos, sendo 21 pessoas por lista. Dessa vez, tínhamos o objetivo de listar as matrículas efetivadas. Com o retorno, tomamos ciência de que apenas 17 matrículas foram efetuadas (10 para a categoria L2; 7 para a L6). Menos da metade dos aprovados chegaram à Universidade. Por fim, entramos em contato com os 17 matriculados (10 homens e 7 mulheres) via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas apresentando a pesquisa e solicitando a participação no preenchimento de um questionário socioeconômico e cultural online, bem como antecipando as possibilidades de contato posterior para as entrevistas em profundidade (na perspectiva experimentada por Lahire (2004)).

O questionário socioeconômico e cultural foi constituído por 36 perguntas, objetivas e subjetivas, visando mapear propriedades que posicionassem de forma relacional os indivíduos no espaço social (Bourdieu, 2012b). Compreendemos como socioeconômicas as características relacionadas à renda média familiar, ocupação das/os responsáveis, condições de moradia e área de residência, a forma de manutenção financeira durante a graduação, a existência de vínculo empregatício atual ou anterior e as motivações para o trabalho. A perspectiva cultural investigou a escolaridade da família, hábitos de leitura, frequência e/ou o acesso a atividades culturais diversas, principais fontes de informação

2 Esses indicadores são mecanismos para a distribuição de vagas representados por legendas. Além desses dois, outros indicadores adotados pela UNILAB são de a) ampla concorrência (A0), b) bonificação por ter cursado o ensino médio no sistema público (B730), c) indicadores para candidatos com deficiência (L9, L10, L13, L14) ou d) com renda inferior a 1,5 salário mínimo (L1), etc.

e frequência na utilização das redes sociais. Também antecipamos informações individuais: idade, gênero, raça/cor/etnia, cidade de origem, estado civil, a possibilidade de possuir filhos/as, o ano de conclusão do ensino médio, se houve ingresso anterior no ensino superior, se permaneceriam ou e se concluiriam o curso escolhido, se houve mudança de cidade de residência e se haviam frequentado cursinho de preparação para o vestibular.

O roteiro das entrevistas foi semiestruturado de forma que o interlocutor fosse estimulado a falar sobre sua experiência escolar e as configurações de sua família, revelando, aos poucos, outras das diversas dimensões de sua vida, que também seriam exploradas, sem dissociá-las do objetivo que elencamos e o recorte de trajetórias. Mapeamos sentidos referentes à educação, eventos e pessoas marcantes em suas trajetórias escolares; depois, efetuamos o mesmo movimento com relação à família, buscando compreender como se configurava aquele ambiente e como ele era percebido e traduzido. Esses dois momentos eram aos poucos vinculados pela própria narrativa do/a interlocutor/a, demonstrando a profunda interdependência dessas dimensões. Outros ambientes foram explorados, como os das atividades culturais, artísticas, esportivas; as experiências religiosas, políticas; percepções de si e dos outros nas redes de interdependência, questões de raça/etnia, sexualidade, gênero, alimentação, roupas, entretenimento, etc.

As entrevistas foram todas realizadas em ambientes da UNILAB, previamente agendadas, entre agosto e dezembro de 2018. Como dependíamos integralmente da disponibilidade de cada um, fomos somando todas as oportunidades que tivemos, seja de trechos de 20 minutos, seja conversas mais prolongadas de 1 hora. Retornamos até que o roteiro se esgotasse com cada um dos seis interlocutores que aceitaram prosseguir com as entrevistas, pois, dentre as sete pessoas, uma participou apenas dos questionários, não prosseguindo para a fase de entrevistas. Gravamos todos esses momentos e os transcrevemos. Após as transcrições, codificamos os elementos mais evidentes nas falas referentes às traje-

tórias de escolarização e das configurações familiares, e também buscamos interpretar a influência de elementos mais dispersos, mas, ainda sim, significativos de alguma forma.

Os sete estudantes³ com os quais estabelecemos interlocução na etapa dos questionários (Andressa, Bárbara, Cristina, Débora, Fábria, Mariana e José – todos nomes fictícios), pela perspectiva bourdieusiana, devido às suas condições objetivas de origem e existência socioeconômica e cultural, seriam melhor concebidos como a exceção à regra. Bourdieu nos ajuda a posicioná-los no espaço social em certa escala de análise e estabelecer níveis de semelhança geral e distinções interindividuais, além de nos conduzir às perguntas que virão em seguida: o que faz a exceção? Essa é uma questão apenas de metodologia?

A concepção de sucesso escolar que empregamos aqui, vale ressaltar, se refere à longevidade escolar (Viana, 1998) dessas trajetórias de escolarização que extrapolam a própria história familiar, sendo essas e esse os primeiros a acessarem o ensino superior. Não desconsideramos, portanto, as implicações dessas condições objetivas sobre a “escolha” dos cursos; as condições de permanência e conclusão; e as chances de sucesso no mercado dos diplomas. Apesar de haver muitas semelhanças, como as que exploraremos a seguir, há níveis diferentes de escolarização dos pais e mães, expectativas de permanência e aspirações de trabalho, assim como níveis variados de confiança e autoestima.

O grupo tinha entre 18 e 20 anos, formado por seis pessoas do sexo feminino e um do sexo masculino; todos solteiros, sem fi-

3 Nós não havíamos estabelecido critério de gênero para o recorte do universo porque nos interessava mais, primeiramente, conseguir acessar os estudantes e conhecer sua disponibilidade para a pesquisa, considerando a característica das entrevistas que lidavam com dados biográficos. Portanto, o fato de que apenas um homem, dentre seis mulheres, tenha se disposto a nos ceder informações é um dado consequente do processo de pesquisa e que, até certo ponto, não interfere “diretamente” na pergunta de partida. No desenvolvimento do problema, contudo, questões referentes a gênero são discutidas.

lhos, sem ingresso anterior no ensino superior e oriundos de diferentes cidades do norte cearense. Dentre esses, cinco pessoas declararam-se pardas, uma preta e uma quilombola⁴. Andressa, Bárbara, Débora, Fábila e Mariana concluíram o Ensino Médio com 17 anos e ingressaram no ano seguinte no ensino superior. José e Cristina concluíram o ensino médio com 18 anos. José concluiu o ensino médio em 2017 e já ingressou no ensino superior. Cristina concluiu em 2016 e esperou um ano para ingressar na graduação. Apesar disso, mesmo considerando a configuração de camada popular, a maioria ingressou no ensino superior em idade adequada, fortalecendo a hipótese de que essas camadas desfavorecidas, apesar dos baixos capitais econômicos e culturais, desenvolvem “estratégias”, modos de socialização e integração em oportunidades de longevidade que desafiam o que em sentido macrossocial é inconcebível.

Nenhum dos grupos familiares costuma acessar os recursos culturais, artísticos e/ou de entretenimento listados no questionário. Andressa, Bárbara, Débora e Fábila residiam na Zona Rural; Cristina, José e Mariana na Zona Urbana. Todos moravam em casa/apartamento próprio, com exceção de Mariana que estava em casa/apartamento ainda em financiamento. O número de residentes em cada família estava entre quatro e seis pessoas. Os pais de Andressa e Mariana são os únicos com Ensino Médio completo (tosador de cães; vigilante); os demais possuem ensino fundamental incompleto (dois agricultores e um operador de máquina); o pai de Bárbara não tem escolarização for-

4 Mantivemos a autodeclaração como critério final, devido tanto à seleção pela Política de Cotas, autodeclaração nos questionários e discussão sobre cor/raça nas entrevistas. Cor está associada à raça no sentido proposto por Guimarães (2009, p. 46-47), como um mecanismo de falseamento que, apesar de tentar substituir a noção de raça, apoia-se em ideologias raciais preexistentes. Também é importante distinguir cor de identidade étnica e/ou racial. A primeira pode vir, sim, sem qualquer tipo de conotação político-identitária **aparente**, o que não exclui os fatores estruturais que potencialmente incidam sobre ela. Identidades étnicas e/ou raciais concebem maior valor à construção de um “nós” coletivo, do sentimento de pertença a um grupo social de referência, tais como as identidades negras e quilombolas (Gomes, 2005).

mal (agricultor). Além da mãe de Débora, que tem Ensino Médio completo e que trabalhou como professora (aposentada), e da mãe de Mariana que não concluiu o Ensino Médio (dona de casa), as demais possuem ensino fundamental incompleto (três agricultoras e uma costureira); a mãe de Bárbara não tem escolarização formal (agricultora). As famílias de Andressa, Débora e José mantinham-se com até um salário mínimo (R\$ 954,00). As famílias de Bárbara e Cristina tinham rendas provindas de Programas Sociais e as famílias de Fábria e Mariana com até dois salários mínimos. Organizamos essas informações na tabela abaixo para visualizar o sentido que atribuímos à “camada popular”:

De todos, Bárbara foi a única que ponderou a possibilidade de permanecer no curso e concluí-lo. Ela também era a única que trabalhava, cuidando de uma criança pelas manhãs (com exceção também de José que estagiou durante o ensino médio), e relacionava suas dificuldades de estudo diretamente com a impossibilidade de conciliação das atividades. Segundo ela, foi sua a escolha de trabalhar, mas tinha como horizonte ajudar na renda da família. Ainda assim, é importante notar que, apesar dos orçamentos familiares apertados, os estudantes não declaram ter tido introdução anterior em oportunidades de trabalho. Bárbara e Mariana não mudaram de cidade: Bárbara por conta do trabalho e das responsabilidades em casa; Mariana por facilidade de trânsito entre a cidade de residência e a Universidade. Todos dependeriam de auxílio estudantil para se manter na Universidade. À época, alguns ainda não tinham conseguido e sofriam com o pouco que recebiam da família para os altos custos com aluguel, alimentação, transporte, eletrodomésticos, móveis, artigos de casa, entretenimento, materiais e equipamentos de estudo, saúde, roupas, etc. Com exceção de Mariana, que fez cursinho online, nenhum deles frequentou pré-vestibular. Direcionamos, então, nossa atenção para outras possibilidades de formação para o ENEM e demais experiências de incentivo, talvez protagonizadas pelas escolas.

Tabela 1: Perfil básico individual e familiar

Nome	Raça/cor/ etnia	Vínculo empregatício atual ou anterior	Manutenção financeira na faculdade	Residência	Escolarização e ocupação do pai	Escolarização e ocupação da mãe	Renda
Andressa	Quilombola	Não	Auxílio estu- dantil	Zona Rural. Casa própria	Ens. Méd. comp. Tosador de cães	Ens. Fund. Inc. agricultora	Até 1 salário mínimo
Bárbara	Parda	Sim (atual)	Não respon- deu	ZR. Casa própria	Sem esc. For- mal. Agricultor	Sem esc. formal Agricultora	Progs. sociais
Cristina	Preta	Não	Auxílio estu- dantil	Zona Urbana. Casa própria	Ens. Fund. Inc. Agricultor	Ens. Fund. Inc. Agricultora	Progs. sociais
Débora	Parda	Não	Auxílio estu- dantil	ZR. Casa própria	Ens. Fund. Inc. Sem ocupação	Ens. Méd. comp. Professora aposentada	Até 1 salário mínimo
Fábia	Parda	Não	Com ajuda da família	ZR. Casa própria	Ens. Fund. Inc. Agricultor	Ens. Fund. Inc. Agricultora	Até 2 salários mín.
José	Pardo	Sim (anterior)	Auxílio estu- dantil	ZU. Casa própria	Ens. Fund. Inc. Operador de máquina	Ens. Fund. Inc. Costureira	Até 1 salário mínimo
Mariana	Parda	Não	Não respon- deu	ZU. Apto. financ.	Ens. Méd. comp. Vigi- lante	Ens. Méd. inc. Dona de casa	Até 2 salários mín.

Fonte: com base no questionário socioeconômico e cultural online e elaborado pelos autores.

Na sequência, construímos um debate com a perspectiva lahireana a fim de reconduzir nosso objeto de estudo. Propomos uma mudança de escala de investigação, de métodos, do conjunto de ferramentas analíticas e de possibilidades de exposição dos dados, mas também seguimos tomando, quando úteis, as ferramentas de Bourdieu.

Bernard Lahire e a Sociologia disposicional e contextualista

Bernard Lahire entra em cena na Sociologia contemporânea como um dos maiores críticos de Bourdieu, ao passo que permanece seu seguidor. Sua agenda de pesquisa propõe uma Sociologia em escala individual, levando em conta as variações interindividuais e intraindividuais, consonâncias e dissonâncias, a sincronia e a diacronia das disposições, competências, comportamentos e trajetórias. Lahire tem lidado com a realidade social pelos detalhes. Sua posição não é só uma crítica às tendências de totalidade, mas uma posição epistemológica essencialmente diferente.

Os detalhes podem revelar o quanto o social está incorporado em todas as dimensões da vida e, talvez principalmente, o quanto a Sociologia precisa explorar para conhecer as suas dobras – uma metáfora bastante utilizada para representar como o social se singulariza na pluralidade (ou se pluraliza na singularidade) de um indivíduo. Levando o pensamento disposicional semelhante ao de Bourdieu aos lugares mais profundos que o desafio da biografia sociológica o permite, o autor tem, inclusive, encarado de frente territórios pouco explorados no campo, como o dos sonhos (Lahire, 2018). Descortinando fronteiras classicamente polêmicas na Sociologia, ele compreende que mesmo o inconsciente mobiliza o social incorporado na forma de esquemas disposicionais para se manifestar, pois os sonhos são uma continuidade das formas de expressão humana, ainda que em sua especificidade.

No âmbito da sua Sociologia da Educação, Lahire (1997), já acumulando experiências na construção de sua própria teoria disposicional e contextualista, propõe que precisaríamos redefinir nosso conhecimento sobre como se dá a socialização antes de pressupor macrossociologicamente que, pela compreensão das condições objetivas de possibilidade, se inscrevem trajetórias. Exploraremos uma de suas obras fazendo conexões com a perspectiva teórica que ele publica na sequência (Lahire, 2002) e nos ateremos a três problemáticas especificamente: a noção de “princípio gerador”, as concepções de “transponibilidade” e “transferibilidade” e uma posição contextualista sobre as práticas.

Apesar da sistematicidade da teoria bourdieusiana e do impacto que ela causa sobre as condições da agentividade, Bourdieu assumia as possibilidades de variações nas trajetórias. Ele concentrava essas potencialidades no próprio conceito de *habitus* como matriz generativa e não de encerramento das práticas. O modo como ele opera não seria mecânico, mas propriamente criativo. Em “Os herdeiros” (Bourdieu e Passeron, 2014), os autores levantam o caso dos destinos excepcionais e a necessidade de se estudar as causas envolvidas nesses “desvios”, por essa razão, ele também nos segue em campo. Ainda assim, a posição de Lahire (2002) não se conforma em conceber as falhas ou até mesmo as tomadas de posição da teoria bourdieusiana – afinal, o autor investigava aquilo que se reproduz e como a reprodução opera – como um redirecionamento de objetivos ou de escalas de investigação. Isso seria apenas o começo. Os problemas seriam também analíticos. A questão não seria de se investigar casos excepcionais, tratando os demais como adequados à grade objetiva da realidade social, mas tomar um outro modelo de inteligibilidade teórica e metodológica. Todos os casos são singulares quando os contextos são precisamente compreendidos, não apenas os excepcionais.

Na pesquisa sobre o “Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável” (Lahire, 1997), ele investiga os casos de 26 famílias

residentes da periferia de Lyon, na França. Ele conversa com crianças de aproximadamente oito anos e seus responsáveis, professores e diretores, tomando notas etnográficas sobre cada contexto de entrevista, seja nas residências, seja nas escolas. Para imergir no campo, antecipadamente, ele definiu que investigaria a cultura escrita de cada configuração familiar, as condições econômicas e disposições consequentes, moral familiar, as formas de investimento pedagógico e a autoridade familiar. Mais do que buscar traços influentes positiva ou negativamente, Lahire compreendia seu campo empírico como ele se apresentava, mesmo em sua ambiguidade.

O autor constrói a sua proposta considerando que as sociedades se encontram imersas em relações mais complexas e diferenciadas, nas quais os indivíduos têm se socializado em uma maior diversidade de contextos, fazendo com que, por exemplo, a família tenha “perdido” o monopólio da educação legítima. Para tanto, nessa pesquisa dos sucessos improváveis, Lahire investe atenção especial no peso das socializações secundárias tanto quanto das primárias, uma posição que já o afasta um pouco da teoria bourdieusiana e tenciona a noção de *habitus* como “um” princípio gerador e homogeneizador das práticas. Se os contextos de socialização e condições de existência se tornaram mais heterogêneos, logo, as práticas podem não se apresentar com tanta coerência quanto pela leitura anterior. No lugar de considerar um “sistema” (inferindo coerência, circularidade), Lahire opta por utilizar a noção de patrimônios individuais de disposições. Além disso, ele não trata os diferentes momentos da socialização de forma separada. Seu principal aliado na pesquisa é o conceito de configuração social de Elias (2014), que propõe conceber a realidade social como formada por cadeias de redes de indivíduos interdependentes. Ao investigar biografias individuais e familiares relacionando-as com a esfera educacional, o autor não divide as influências. Cada variável é tomada de acordo com o peso relacional que tem e exerce quanto às outras.

Ele também põe em xeque a concepção de que a mobilização pedagógica familiar é fator primordial de êxito escolar. De acordo

com seus casos, quando os esforços existem, nem sempre aparecem como condição de êxito ou como fator automático; e quando não existe mobilização, ela, em si mesma, não é tão determinante. Há uma potencialidade de questionamento dos princípios de “transponibilidade” e “transferibilidade” aqui, pois com a investigação, é possível inferir que mesmo pais ou mães com algum nível de escolarização não conseguem transferir com facilidade e automaticamente seus capitais e disposições à prole ou transpor esquemas de outros campos e contextos para o campo educacional; outros com menor bagagem cultural o fazem de forma mais bem articulada. Isso exige um extenso e cansativo trabalho de acompanhamento e dedicação, além de esquemas disposicionais propriamente relacionados com as competências de transferência de saberes. Além, obviamente, de contextos que potencializem a troca de disposições, como um ambiente afetivo, de comunicação, formas de autoridade, ou algo mais amplo como a estabilidade financeira da família, que não significa “riqueza”, necessariamente, mas possibilidades de planejamento longo prazo de metas.

Dessa forma, Lahire questiona o poder de determinação do passado, no sentido de que seria fundamental saber antes as condições de sua inculcação e, assim, invocá-lo para compreender as práticas e os contextos. É preciso investigar as condições de transmissão e transposição, os graus de força e fixação das disposições e as possibilidades de atualização, além de tencionar a coerência e/ou pluralidade dos princípios geradores e confrontá-los com as trajetórias e a aquisição de novas disposições. O ator é, portanto, multissocializado e multideterminado, e uma das formas mais coerentes de investigar suas disposições sociais seria por meio de longas entrevistas biográficas, buscando dar conta de diversas esferas e jogos nos quais o indivíduo esteja posicionado, ou interpelando-o em vários momentos de sua vida, reconhecida como uma trajetória; a etapa seguinte se daria pela composição de retratos sociológicos, “sintetizando” as articulações possíveis entre as informações coletadas.

A ideia de patrimônio encontra-se com a problematização da coerência dos contextos. O ator possuiria, então, um repertório variado (ainda que não completamente fora das condições objetivas teorizadas em Bourdieu) de disposições sociais e estas seriam ativadas de acordo com o contexto em que fossem requeridas. Os patrimônios de disposições não seguem o indivíduo de forma integral por onde ele passa, como uma grande bagagem de inclinações, mas são requeridos na ação e no contexto da ação. É no contexto que as formas adequadas são ativadas, ou, ainda, tornadas contraditórias, enfraquecidas, atualizadas, fortalecidas, adormecidas, entre outras formas de processamento. O contexto é, portanto, o que permite falar de um passado incorporado, apto a acionar as disposições sociais. Há também o desenvolvimento de concepções sobre a influência articulada das competências (saber-fazer, habilidade) e apetências (paixão, vontade, interesse) que, sendo diferentes de algo possivelmente mais profundo como as disposições sociais, atuam como gatilhos.

Como se formam as disposições de sucesso escolar nas classes populares?

Nesta última seção, por conta da profundidade de cada caso, faremos algumas generalizações acerca das condições e experiências mais evidentes em cada trajetória que nos permitam indicar quais as variáveis influentes na longevidade da educação formal desses estudantes. É fundamental compreender que, no interior de uma trajetória específica, há um conjunto muito mais amplo e articulado de elementos que se relacionam. A maneira como cada arranjo se efetiva é profundamente diferente, pela pluralidade de como o social se individualiza e como cada experiência suscita e atualiza influências disposicionais (intraindividual). Ao dissertarmos sobre os elementos comuns, estamos apontando variáveis individualizadas, mas que, de certa forma, com alguma semelhança, são interindividuais. Em alguma medida, seguimos uma lógica temporal, iniciando com elementos essenciais das primeiras experiências e condições,

e avançamos com contextos estruturais de oportunidades e orientação, mas não os desarticulamos no argumento, apenas na escrita.

Uma das variáveis mais fortes em todos os casos se trata de uma “postura de profunda crença” e investimento na escola como oportunidade de mudança de vida. Sentidos semelhantes foram observados por Viana (1998, 2005, 2009, 2011, 2012). Sendo os pais e mães pouco escolarizados e tendo eles conhecido a realidade pela ótica da ausência de “diplomas”, em sentido geral, a escola representa tanto um campo de salto para um futuro diferente como uma das únicas promessas disponíveis. Portes (1993) e Viana (2005, 2012) pensaram esses significados pelo seu valor simbólico; uma forma de ultrapassar os pais e suas condições. Pelo viés geracional, cada geração realiza-se nas coisas que autoriza nas seguintes.

Os incentivos tomam vários sentidos, seja “pra não ser dependente de marido”, como nas falas de Andressa, aconselhada pela mãe e pela avó; de Bárbara, constantemente instigada pela experiência da sua mãe: “eu não quero que o que aconteceu comigo aconteça com você”, e às vezes com um apelo mais profundo, de interdependência: “Ela sempre fala ‘Bárbara, vai estudar. Me ajuda’. Que é pra poder ajudar ela, né? ‘Se ajuda também, que se tu ficar (sic) parada no canto, tu não vai conseguir nada’”; de Fábria, orientada pelas concepções que sua mãe tecia sobre a educação como um meio de proporcionar “uma qualidade de vida. (...) o estudo leva você a ter melhores condições de vida, a alcançar um bom trabalho e ter uma boa condição financeira”; ou no caso de Débora que, por ter mãe professora, viveu a imersão no campo escolar e suas possibilidades de modo quase integral: “Ela [a mãe] levava a gente pra escola. Até porque tinha, é... Mais Educação⁵. Então, a gente

5 O Programa Mais Educação foi criado pelo Ministério da Educação, em 2007. Tem o objetivo de melhorar o acompanhamento pedagógico e a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Também incentiva o desenvolvimento de atividades de artes, cultura, lazer e esporte.

passava o dia na escola. De um jeito ou de outro, desde sempre, eu passei o dia na escola”. Com a mãe professora, interpretando com Bourdieu e Passeron (2014) e Lahire (2005), apesar de não possuir tanto capital econômico, Débora pôde experimentar em seu patrimônio disposicional forças que a diferenciavam dos outros em sua fração de classe, aculturando-a com mais facilidade.

Essa variável é basilar e, talvez, se repita em todos os casos porque outro elemento muito importante está interligado: a moral familiar, uma estrutura que sustenta os atos dela decorrentes, que articula agência e passado incorporado ou experimentado em alguma medida – aqui Lahire (1997) também é essencial. Nos referimos às rotinas e valores cultivados na vida desses estudantes no espaço familiar. Em José, isso aparece de forma mais sistematizada, sintetizando tanto o efeito de trajetória (passado e presente) quanto de rotinização da vida (passado feito presente e orientação de futuro).

A minha mãe é de um interior do [cidade de origem] chamado [nome da localidade], e o meu pai de [cidade de origem do pai]. Ambos os dois (sic) só foram até o quarto... quarto ano, né, do ensino fundamental. É... sempre teve aquela história, né, de que passaram dificuldades, no começo, tanto por não ter escolaridade, não conseguir um bom emprego, mas formaram a família e quiseram colocar isso nos filhos, né. (...) Mas isso foi desde pequenininho, sempre no intento “ah, vai estud... vai ter que estudar”, “pra fazer isso, vai ter que estudar”, “pra sair com tais pessoas, você primeiro vai ter que fazer o caderno de caligrafia”, essas coisas. Aí, sempre foi, desde pequeno, é... essa influência. Sempre, sempre, sempre. Era a igreja católica, não sou... eu era... não sou católico, mas... mas... pequeno, era catecismo; catecismo, casa; era lição. Se não fizesse lição, não tinha brincadeira na rua. Então, isso era (pancada na mesa) colocado mesmo, em casa.

Em Mariana, há semelhança em dois sentidos. A primeira segue a mesma questão de a geração dos pais não ter tido oportunidades hoje disponíveis. Assim, eles organizam a vida familiar em função

da vida escolar da prole. A principal frase da sua mãe é: “você só estuda, então, faça isso bem”. A educação era o objeto central da sua casa, inclusive financeiramente. Mariana estudou em escola privada até o oitavo ano do ensino fundamental. Lahire (1997, p. 233), por exemplo, conceituou tais práticas como a criação de “ilhas de luxo”; com Bourdieu e Passeron (2014), mais uma vez, pensamos na potência distintiva de conhecer as regras do campo escolar. Seus pais, com certa estabilidade de renda, a mantiveram no ensino privado já almejando os benefícios para que ela concorresse a uma vaga no ensino médio profissionalizante. O segundo elemento que gostaríamos de considerar refere-se à presença de um pai leitor e constante estímulo pela compra de livros, conversas ou mesmo pelo exemplo e postura para com a cultura escrita.

No caso de Débora, para além da imersão quase integral na vida escolar, em sua narrativa, as disposições de escolarização se expressam quando ela considera a experiência da irmã: “(...) ela é obrigada a estudar. Ela tem consciência pesada se ela não tiver (sic) estudando”. A consciência pesada transparece o efeito de rotinização das disposições sociais que, quando confrontadas, causam esse mal estar; ameaçam as estimativas de futuro nos empreendimentos possíveis do presente; é o passado feito corpo e práticas no presente (Bourdieu, 2013a) que estaria sofrendo provocações com relação à sua matriz. Além do mais, Débora tem incorporado sentidos práticos que a permitem emitir julgamento sobre alguém que recebeu incentivos semelhantes, além de julgar a si mesma. Na narrativa de Fábria, algo semelhante reaparece como julgamento de valor dela sobre si mesma e quanto aos colegas: “Na minha sala, era pessoas muito dispersa (sic). (...) tanto é que só passou (sic) duas pessoas pra universidade. Eu e outro menino. (...) O resto não queria saber de estudar, não. Ia só pra ganhar presença; comer a merenda”. E isso se estende até a sua irmã: “Ela não faz nada mesmo, não (risos). Só parada. Não faz nada”.

A sua opinião quanto ao destino dos colegas e da irmã, por não “moverem-se”, não agirem para conquistar algo, estarem disper-

sos, mostra-nos um pouco de como ela vem incorporando disposições inclinadas à escolarização como necessidade de ação, construção de uma herança que ela não recebeu diretamente da família. Os seus julgamentos sobre o conformismo dos outros se assemelham ao caso de André, analisado por Viana (2009), quando o mesmo reconhece que seus colegas e ele não possuem herança, logo, não teriam nada para construir. Porém, André não assume uma posição conformista, acreditando ser necessário (e possível, inclusive) construir a própria herança.

Em todos os casos, ainda que com intensidades diferentes, as disposições de escolarização são construídas em uma relação quase que totalmente “ascética” com o mundo, no sentido de que nada importa ou interrompe os projetos, pois, se a educação é a saída para a situação social em que os filhos se encontram, então, ela deve ser o centro da vida. Percebemos também que, mesmo sendo de camadas populares, com pouco capital econômico (Busseto, 2006) disponível para a manutenção da vida, os filhos não foram vistos como potencial força de trabalho, e sim, como estudantes, integralmente (Nogueira, 2006). O fato de nenhum deles possuir filho(s) também é fator explicativo dessas estruturas, como sugere Lahire (1997). Os grupos familiares não são, de certa forma, populosos, tendo no máximo entre quatro e seis pessoas. Bárbara, Cristina e Fábila são oriundas de lares com essa composição. Andressa, Débora, José e Mariana, por sua vez, são oriundas de lares que contêm entre três ou quatro residentes.

A autoridade familiar e a criação de rotinas para cada atividade são percebidas por Lahire (1997) como possibilidades de estruturação de uma ordem cognitiva para organizar e gerir pensamentos, disposições, horários e percepções sobre as regras nas diversas esferas da vida. Essa autoridade controla os contatos externos, as companhias, os espaços frequentados, criando, além da seletividade de relações de socialização, disposições ascéticas, que valorizam apenas certas atividades em função de outras. Configurações semelhantes foram importantes para os

trabalhos de Viana (2012, p. 435), que denominou como um fenômeno no qual a “família [estava] fechada nela mesma”; e de Cunha (2005), pela regulação dos deveres de casa.

Esses investimentos por meio da autoridade familiar e da regulação das rotinas incentivam a criação de disposições de autonomia, bastante valorizadas pela escola e pelos/as professores/as. Porém, existem ressalvas quanto às formas de emprego da autoridade, que podem surtir um efeito contrário, de dependência da vigilância constantemente próxima e não de autonomia (Lahire, 1997; Nogueira, 2006; Viana, 2009, 2012).

Para pensarmos o sentido de moral familiar de Andressa, precisamos considerar o significado de família no contexto das Comunidades Quilombolas. Há uma relação de solidariedade que extravasa os limites da família nuclear (tipo mais disseminado e concebido pelas características de união estável, econômica e socialmente legitimada/sancionada, com possível longa duração), pois todos do grupo comunitário se tornam parentes. As disposições de Andressa foram tipificadas como de resistência – disposições para crer, sentir e agir (Lahire, 2002) com esperança e garra. Nos demais casos, também encontramos essa noção, mas em Andressa a resistência tem ancestralidade (o vínculo com o território, com a história da comunidade, com a identidade negra e quilombola, etc.). Nessa conjuntura, o sentido que o grupo atribui à educação tem também peso político e de retorno coletivo.

A - (...) a faculdade representa um futuro diferente, (...) por exemplo: a minha mãe, hoje, ela não... não conseguiu terminar os estudos. Então, ela... é muito dependente do marido dela. Então, eu acho, a minha mãe fala muito da questão de... de estudar, pra ir trabalhar, pra ter um futuro melhor, pra não ser dependente de marido (...). Eu acho que eles veem no estudar o ter um futuro melhor, conseguir um emprego melhor e como conseguir se manter (...). E eu também vejo a universidade como uma possibilidade pro futuro. E... não só, também, no mercado de trabalho. Mas eu acho que a uni-

versidade, em si, ela mesmo me faz crescer também como pessoa. Perceber coisas que eu não percebia antes. Perceber que eu não tenho que levar na brincadeira coisas que são sérias. Que eu tenho que ser mais crítica em relação a algumas coisas. (...) Então, hoje, fazendo [curso no qual está matriculada], conhecendo políticas públicas, futuramente, poder me especializar e conhecer políticas públicas voltadas pra comunidades tradicionais, eu acho muito importante. Acho muito importante saber que as... as comunidades tradicionais, elas têm o direito de ter uma educação diferenciada, educação que eu não tive, que teria sido muito importante. Eu acho que eu seria uma pessoa melhor. Uma pessoa melhor em me conhecer, o meu território. Eu acho que essa educação me faz conhecer essas políticas e talvez me façam voltar pra minha comunidade e desenvolver nela... um potencial que pessoas de fora não veem e que eu vou ver.

Com Lahire (1997) também consideramos importantes as questões em torno da leitura, pois a experiência familiar de relação com a língua escrita pode favorecer ou facilitar a socialização escolar, que se pauta, basicamente, sobre essa forma – e, nesse sentido, mobiliza também diretamente a interpretação de Bourdieu e Passeron (2014) sobre quem pode ser eleito. O caso de Mariana é o mais evidente pela influência do pai. Mas, além de os demais já terem desenvolvido empatia com a leitura e a escrita, enfatizando esse rompimento com o patrimônio disposicional familiar, Bárbara, Fábria e José indicaram que seu(s) irmão(s) têm acesso às redes sociais, o que, de certa forma, requer o hábito de leitura e escrita. Andressa se posiciona pela associação entre dificuldade e estímulo familiar: “(...) eu tive dificuldade de aprender a ler, aí depois que eu aprendi a ler, eu... comecei a ler muito. (...) Minha mãe, minha vó e meu padrasto... eles sempre falaram que eu era muito inteligente, que eu devia estudar (...), pra ser diferente (...)”. Outros espaços também são invocados como estímulo prático à leitura – para que a disposição se faça corpo (Bourdieu, 2013a). A mãe de Débora, por exemplo, a incentiva: “Se você tá estudando, você tem que ler”. “Então, você vai ler na igreja”.

Esses espaços de socialização secundária, pela perspectiva lahi-reana (2002), têm tanto peso quanto os de socialização primária. Estamos falando de forma expressa da **aquisição** de capitais culturais e sociais, não só da expectativa de **transferência** familiar. Em Andressa, eles são exemplificados como experiências intraescolares de leitura e escrita, apresentação oral sobre os livros, de iniciação à docência, apresentações artísticas, teatrais e, como no caso de Bárbara, mesmo que em menor intensidade, de dança (“A caravana da cultura”). Fábía direciona mais para as feiras de ciências, projetos diversos e de muito interesse pela biblioteca escolar e pelo laboratório como fontes de pesquisa. Esses espaços preencheram a ausência de tecnologias da informação em casa. De forma insistente, ela voltava para esse ponto quando tecia críticas sobre a estrutura das escolas por onde passou. Fábía também teve oportunidade de socialização na esfera religiosa católica, por meio do catecismo, trabalho pastoral, envolvimento com grupos de jovens, assumindo lugar de liderança, inclusive, e com a experiência na renovação carismática, por meio da Comunidade Católica Shalom. Nessa ela pôde viajar e acessar mecanismos culturais, como shows musicais e redes de influência. Nessas experiências, nas quais o irmão e a mãe também estavam presentes, ela relata ter recebido orientações muito importantes da catequista e dos coordenadores das outras pastorais. Reconhecer aprendizados sociais também indica traços disposicionais em maturação. As orientações recebidas são processadas em um ambiente minimamente preparado para que os pensamentos articulem noções e direções a serem tomadas.

Débora, além de estar imersa no ambiente escolar e ter experienciado muitas dessas oportunidades, convivia constantemente com os profissionais que fazem a educação formal. Isso significa que a sua familiaridade com as regras do jogo (Bourdieu e Passeron, 2014) e seus atores era muito mais intensa e extensa. Ela se vê como boa “jogadora”: “assim... no todo, era boa; pra excelente”. Seu senso prático (por efeito do capital cultural em

estado incorporado – Bourdieu, 2016b) está tão minimamente alinhado com esse contexto que ela não apenas age de acordo com as regras correspondentes a esse campo, ela também se faz saber que está bem posicionada. Além disso, como já destacamos, ela fazia parte do grupo de liturgia da sua Igreja, fez balé, teatro, artesanato de biscuit e aprendeu a tocar em grupos de flauta.

No caso de Mariana, além de experiências de canto na igreja, as formas de incentivo “secundário” vieram das pessoas que lhe deram suporte durante as dificuldades. Ela considera que, por ter estudado em escola privada, se sentia muito pressionada por aumentar o seu “nível”. Por ter muita dificuldade de “acompanhar” as turmas por onde passou, sua autoestima esteve constantemente abalada. No entanto, seus amigos e amigas foram grandes incentivadores, inclusive, na universidade. Isso nos revela redes de influência complementares ao que ela já recebia em casa. Além disso, há outros elementos importantes que ampliaram as suas noções e as noções da sua família sobre a relação entre escola e “sucesso”. Trata-se da proximidade com familiares que já tinham conquistado o ensino superior e os informavam sobre as condições de possibilidade (Bourdieu, 2013a) do “mundo com diplomas” – o capital cultural em estado institucionalizado (Bourdieu, 2016b). O mesmo dado se repete em Flávia, que teve a quem recorrer para conseguir informações sobre a universidade e o potencial de cada curso ofertado; Débora, que tem uma madrinha enfermeira; e José que relembra o caso de um primo.

Nesse sentido, um “mundo prático” torna-se visível, “como sistema de estruturas cognitivas e motivadoras”, em relação e aliança ao conjunto de disposições de escolarização que eles experimentaram, do *habitus* escolar, situando “probabilidades objetivas” (Bourdieu, 2013a, p. 88). Os desejos podem encontrar terreno para serem gestados através do conhecimento da existência do que antes era desconhecido. As condições iniciais são muito influentes, temos visto isso abundantemente, mas elas não são ir-

reduzivelmente determinantes. As experiências se transformam, as relações são acrescidas de elementos que antes não existiam (Pereira, 2016).

José, além da esfera religiosa apresentada, dá ênfase à sua imersão na socialização esportiva, jogando futebol, o que lhe ajudou a garantir uma bolsa no ensino privado. Segundo ele, essa oportunidade foi fundamental para, na sequência, conquistar uma vaga no ensino médio profissionalizante:

(...) no último... no nono ano, no ensino fundamental, eu ganhei uma bolsa e fui pro colégio particular. No último ano mesmo! Aí, teve a seleção da... da escola profissional, aí, no ensino médio, fui pra profissional. (...) Porque eu jogava bola, aí eu ganhei uma bolsa pra integrar esse time.

As Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizante (EEEPs) também são interessantes de visualizarmos como um campo novo dos possíveis. Cinco dos nossos interlocutores passaram por elas, e todos dão ênfase à rotina de exigências ou à imersão prolongada de tempo escolar; à influência do curso na relação de satisfação com o ensino médio; ao desenvolvimento da oralidade na apresentação de seminários; desenvolvimento da escrita; pelo foco exacerbado no ENEM; e pelo lugar fundamental do professor diretor de turma, que assume um trabalho diretamente relacionado com as orientações e relações familiares – tanto com Bourdieu (2013a, 2017) quanto com Lahire (2002, 2005) podemos interpretar que esses estímulos criam e sustentam disposições e capitais mais coerentes com a experiência escolar. Para além de assumirmos que há, de fato, uma suposta qualidade superior de ensino nessas escolas, ou até mesmo dos casos em escolas privadas, também nos atemos às percepções que os interlocutores constroem sobre esses espaços, dos sentimentos de diferenciação ao conforto com a infraestrutura das escolas. Essas percepções atuam como gatilhos para a formação, consolidação ou ativação de disposições coerentes com o sistema es-

colar, além de estabilizarem afetos e esperanças, competências e apetências (Lahire, 1997; 2002; Charlot, 2000; Nogueira, 2006).

As EEEPs foram criadas para integrar formação profissional para o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que se habilita os estudantes para concorrer a uma vaga na Universidade (SEDUC, 2018). O Programa foi iniciado com 25 escolas, em 25 municípios e com a oferta de apenas quatro cursos técnicos. Passados dez anos de sua implantação e ampliação, o Ceará contava com 119 escolas, em 95 municípios e com 52 ofertas de cursos técnicos, totalizando 52.571 estudantes matriculados, 12% do ensino médio em geral.

O Professor Diretor de Turma é um projeto que se baseia na proposta educacional portuguesa, tendo o objetivo de intensificar o acompanhamento dos discentes em suas esferas individuais, da carreira, da relação com os professores e com os pais. Os professores são selecionados no corpo docente da escola a fim de assumir a responsabilidade de acompanhamento e formação para a cidadania, da parte administrativa e perfil profissional de uma turma específica, além de atuar na base comum. Considerando os relatos do nosso interlocutor e interlocutoras, tal iniciativa desempenha um efeito perceptível nas trajetórias, pois possibilita a aproximação dos pais e mães com a escola e vice-versa, por meio da centralidade das questões em um único profissional. Nos pareceu, em certos momentos, que ao invés de seguir alimentando o mito da não participação familiar na escola (LAHIRE, 1997), já que percebemos por meio desta investigação que outras formas de participação são possíveis, as EEEPs assumem um compromisso centrado em um professor mediador, seja por necessidade de garantir a relação, seja como estratégia propriamente administrativa, político-pedagógica.

O lugar docente na mediação da relação positiva com a escola e o saber não nos foi descrito apenas por meio do professor diretor de turma, mas de outros professores, seja pela proximidade

por vínculos de amizade ou “familiaridade” com os pais e mães dos nossos interlocutores; pela admiração que eles desenvolveram pela pessoa ou profissional; pelas áreas de atuação; seja por atitudes construtoras de percepções e sentidos de confiança e afeto. De modo geral, no plano das experiências, relações de respeito, atenção, proximidade e/ou autoridade profissional se apresentam como fatores na socialização de disposições e capitais. Esse acompanhamento não se encerra durante o tempo escolar. Bárbara nos revela que, até depois de ter entrado na Universidade, ao se encontrarem pelas ruas, suas professoras mantiveram o discurso incentivador (reforço ao senso prático; Bourdieu, 2013a) e a esperança de que o caminho trilhado trará benefícios.

Esse “outro” aparece nas trajetórias como um suporte. Quase sempre é um professor, mas vimos que ele reaparece em vários papéis ou até mesmo instituições. Contextos semelhantes foram observados por Viana (1998) que nos apresenta, por exemplo, o caso de Helena, uma aluna que estudou em uma instituição pública municipal considerada como de boa qualidade por influência do tio, que era porteiro da instituição; por fim, conseguiu ingressar em Medicina, na Universidade Federal de Minas Gerais. Viana (2012) também investigou, em 2006, o caso de Regina, no qual a sua mãe, que trabalhou a maior parte do tempo fora de casa, acabou conseguindo que ela estudasse em um Colégio Militar de Belo Horizonte, do quinto ano do ensino fundamental ao ensino médio. Regina foi a única filha que conseguiu, dentre os quatro irmãos, fazer um curso superior.

Seguindo em dimensões mais estruturais das variáveis, também devemos considerar a influência da expansão interiorizada do ensino superior público federal, por meio da UNILAB, e da reserva de vagas, pela Lei de Cotas. A chegada da UNILAB na macrorregião do Maciço de Baturité, interior do Ceará, tem representado um conjunto de oportunidades geradas que antes não se consolidavam menos pela ausência de público capacitado com

capitais para ingresso e mais pela distância e o número reduzido de vagas, distribuídas entre mais duas Universidades Públicas, como a Federal e a Estadual do Ceará. A expansão interiorizada do ensino superior público no Ceará (e no Brasil), obviamente, não pode ser romantizada se considerarmos a precariedade dos investimentos e da consolidação dos projetos, mas, neste caso, a UNILAB aparece de modo muito aleatório – para Pereira (2016), seriam pontos de virada – na realidade desses estudantes que, muito possivelmente, não conseguiriam ingressar e/ou permanecer em outro lugar.

Os recursos empenhados pela UNILAB em Assistência Estudantil, portanto, assumem lugar central, pois no questionário já conseguíamos visualizar que a maioria contava com essa assistência, visto que as famílias não teriam condições de mantê-los estudando. Quanto à Política de Cotas, mesmo que Fábria considere que entraria pela ampla concorrência⁶ e Débora não atribua nenhum significado à sua declaração de cor⁷, a política pode ter sido fundamental para os demais; além do impacto que ela tem gerado em escalas maiores, em nível nacional (IBGE, 2019).

Em todos os casos também observamos o fundamental protagonismo das mães. Essas mulheres, independentemente dos arranjos familiares, assumem centralidade na organização doméstica, gerência das rotinas dos filhos, acompanhamento das atividades escolares e extraescolares, estruturação da autoridade

6 “Acho que não influenciou muita coisa, não [ter se matriculado pela política de cotas]. Porque... se eu colocasse na ampla concorrência, né, pela minha nota, eu vi que eu tinha passado também, mas... eu coloquei pela cota mesmo só pra (risos)... só porque eu era parda, né. Mas questão de influenciar...”

7 “É mais pelo registro. Eu não... Eu me considero todas [as cores]. Porque até... desde a nossa origem, a gente é uma mistura de todos os povos. Até eu fiquei muito em dúvida quando eu fui fazer a inscrição. Eu... “meu deus do céu, vou colocar o quê?”. Eu quase que coloco “não identificado”. Que tinha lá a opção. Por causa que na... na minha percepção, eu não me encaixo num grupo, porque eu sou a mistura de todos. Por que que eu vou dizer que sou só uma (sic)? Mas, pelo registro, tem escrito que é pardo”.

de familiar e dos laços de confiança, diálogo e afetividade. É um dado interessante de ser percebido porque não encontramos apenas famílias nucleares, consideradas como ambientes mais propícios à criação de filhos bem-sucedidos na escola. Também lidamos com realidades geridas por mães solo e configurações recompostas.

Considerações finais

Tratamos neste trabalho simultaneamente de um conjunto de questões teóricas e metodológicas na perspectiva das teorias de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire e de uma problemática do campo da Sociologia da Educação que, como outros/as pesquisadores/as, provocamos como sucessos escolares improváveis. Trajetórias sociais ascendentes em educação nos contextos desfavoráveis não representam apenas um problema de escala de análise, mas mobilizam todo um esforço adicional de rearticulação de conceitos e metodologias. Nesse ponto, a nosso ver, Lahire e Bourdieu tiveram pesos semelhantes. Ainda que a problemática dos sucessos escolares improváveis seja explorada pelo primeiro, sua gramática e metodologias estão intimamente ligadas ao segundo, por isso o retomamos constantemente na seção anterior. Acreditamos que foi pela apropriação máxima das orientações de cada um que a pesquisa se tornou possível.

Outra coisa que pode mantê-los atrelados tem relação com a temática da dominação. Embora em Lahire o tema não seja explorado amplamente, por meio de sua perspectiva metodológica e ferramentas conceituais podemos visualizar como as camadas populares incorporam os sentidos práticos referentes à educação e à escola e os desejos de ascensão social. Nesse ponto, Bourdieu ainda tem força crítica e analítica, pois o jogo de reprodução das desigualdades não se encerra com trajetórias improváveis em ascensão, visto que a lógica escolar sofreu, sim, algumas transformações, mas sem grandes rupturas; ela apenas tem

sido incorporada por outras camadas dentre as classes sociais. Pensar nessa direção não elimina a capacidade de agência dos atores sociais. Pelo contrário, viabiliza conceber empiricamente como o espaço social se transforma e/ou se mantém por meio dos elementos mobilizados e disputados pelos agentes em cada um dos campos e suas forças, dando, em maior ou menor grau, dinâmica às posições relativas que se disputam.

Vimos que muitos elementos têm potencial de mobilização de disposições de escolaridade longevas. Identificamos configurações de moral familiar que mobilizam incentivos em forma de manutenção financeira e sacrifícios nos orçamentos, manifestações de orgulho, troca de afetos, transferência de uma história familiar, racionalização de rotinas, atividades, imposição de regras, as idas até a escola e arguição de professores/as sobre comportamentos e notas, as cobranças mais rígidas em casa, proibições, etc.

Também identificamos que há a interferência de um conjunto de políticas públicas educacionais e ações afirmativas que complementa e torna ainda mais coerentes e possíveis as trajetórias gestadas nas configurações familiares que apresentamos em primeiro plano. Visualizamos tais elementos pela consideração sobre as Escolas de Ensino Médio Profissionalizante no contexto do Ceará, a instalação de uma Universidade Federal no interior e suas políticas de assistência estudantil, programas e atividades extraescolares, e, por fim, a reserva de vagas por marcadores étnico-raciais. A interdependência entre esses “dois” momentos que expomos de forma separada pela didática escrita reanima o problema quando abstraímos as trajetórias e tentamos pensar em cenários com outras combinações. Ainda assim, o debate entre Bourdieu e Lahire é fértil e encontra vários campos de realização teórica e crítica constante, tal como propomos.

Referências

- Alexander, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 2, nº. 4, 1987.
- Bourdieu, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012a, p. 59-73.
- Bourdieu, Pierre. Estruturas, *habitus*, práticas. In: Bourdieu, Pierre. **O senso prático**. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a, p. 86-107.
- Bourdieu, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012b, p. 17-58.
- Bourdieu, Pierre. O espaço social e suas transformações. In: Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª. Ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017, p. 95-159.
- Bourdieu, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: Bourdieu, Pierre. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016b, p. 71-79.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª. ed. RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- Busseto, Áureo. A sociologia de Pierre Bourdieu e sua análise sobre a escola. In: Carvalho, Alonso Bezerra de; Silva, Wilton Carlos Lima (Orgs.). **Sociologia e Educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006, p. 113-133.
- Charlot, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- Cunha, Maria Amália de Almeida. Trajetórias de sucesso escolar nos meios populares: quando o investimento familiar subverte a lógica do “estatisticamente improvável”. **Revista Alpha**, (6), 2005, p. 32-42.
- Durkheim, Émille. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- Elias, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Gomes, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005, p. 39-62.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas – informação demográfica e socioeconômica**, nº. 41, 2019.

Lahire, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Lahire, Bernard. **L'interprétation sociologique des rêves**. Paris: La Découverte, 2018.

Lahire, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 49, 2005, p. 11-42.

Lahire, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Lahire, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.

Nogueira, Cláudio Marques Martins; Nogueira, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº. 78, abril/2012.

Nogueira, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**. 31(2), jul./dez., 2006, p. 155-170.

Ortiz, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Coleção Grandes Pensadores Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

Pereira, Ricardo Bernardes. Variações nos percursos de vida de jovens de mesma origem social: sequências, eventos e pontos de virada. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 04, nº. 07, jan. jun., 2016.

Portes, Écio Antônio. **Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

SEDUC. **Educação Profissional**. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=213. Acesso em: 18 mai. 2018.

SISU. **Sistema de Seleção Unificada**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br>> Acesso em: 04 jul. 2018.

Viana Maria José Braga. As práticas socializadoras familiares como *locus* de constituição de disposições facilitadoras de longevidade escolar em meios populares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, nº. 90, Jan./Abr. 2005, p. 107-125.

Viana, Maria José Braga. Disposições temporais de futuro e longevidade escolar em famílias populares. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n.º. 1, jan./jun. 2009, p. 195-215.

Viana, Maria José Braga. **Longevidade escolar em famílias de camadas populares**: algumas condições de possibilidade. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

Viana, Maria José Braga. O bom desempenho escolar nos meios populares: elementos para uma definição e alguns dados de pesquisa. **Sociologia da Educação, Revista Luso-Brasileira**, ano 2, n.º. 3, março, 2011.

Viana, Maria José Braga. Práticas socializadoras em famílias populares e a longevidade escolar dos filhos. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 28, n.º. 01, mar. 2012, p. 421-440.

Recebido em 09/12/2020

Aceito em 20/05/2021

“Guerra às Drogas” e Populismo Autoritário no Sul Global

*Ygor Diego Delgado Alves**

*Pedro Paulo Gomes Pereira***

Resumo

Com este artigo espera-se compreender parte do cenário de fortalecimento das práticas autoritárias e populismo autoritário, no Sul global, decorrente da instrumentalização política da guerra às drogas. Para tanto iremos nos valer de artigos de periódicos científicos, teses, capítulos de livros e documentos que versem sobre os temas da pesquisa. Pudemos verificar a afinidade entre guerra às drogas e autoritarismo; as relações entre tráfico de drogas, violência e milícias no Brasil. Estabelecemos paralelos com os casos filipino e mexicano; e verificamos como a implementação de reformas neoliberais aumentou o tamanho da indústria de narcóticos e serviu para reprimir a oposição popular. Concluimos que a guerra às drogas contribui para a universalização do neoliberalismo, de práticas autoritárias e discursos populistas reacionários.

Palavras-chave: Guerra às drogas. Política de drogas. Neoliberalismo. Populismo autoritário. Tráfico de drogas.

* Antropólogo graduado e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorando em Saúde Coletiva pela UNIFESP. E-mail: antropologiaygor@yahoo.com.br

** Livre Docente pela Universidade Federal de São Paulo. Professor Associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: pedropaulopereira@hotmail.com

"War on Drugs" and Authoritarian Populism in the Global South

Abstract

With this article we hope to understand part of the scenario of strengthening authoritarian practices and authoritarian populism in the global South, resulting from the political instrumentalization of the war on drugs. To this end, we will use articles from scientific journals, theses, book chapters and documents dealing with the research topics. We were able to verify the affinity between the war on drugs and authoritarianism, and the relationship between drug trafficking, violence and militias in Brazil. We draw parallels with the Filipino and Mexican cases; and we see how the implementation of neoliberal reforms has increased the size of the narcotics industry and served to repress popular opposition. We conclude that the war on drugs contributes to the universalization of neoliberalism, authoritarian practices and reactionary populist discourses.

Keywords: War on drugs. Drug policy. Neoliberalism. Authoritarian populism. Drug trafficking.

"Guerra Contra las Drogas" y Populismo Autoritario en El Sur Global

Resumen

Con este artículo esperamos comprender parte del escenario de fortalecimiento de prácticas autoritarias y populismo autoritario en el Sur global, resultado de la instrumentalización política de la guerra contra las drogas. Para ello, utilizaremos artículos de revistas científicas, tesis, capítulos de libros y documentos que abordan los temas de investigación. Pudimos verificar la afinidad entre la guerra contra las drogas y el autoritarismo, y la relación entre el narcotráfico, la violencia y las milicias en Brasil. Trazamos paralelismos con los casos filipino y mexicano; y vemos cómo la implementación de reformas neoliberales ha aumentado el tamaño de la industria de los estupefacientes y ha servi-

do para reprimir la oposición popular. Concluimos que la guerra contra las drogas contribuye a la universalización del neoliberalismo, las prácticas autoritarias y los discursos populistas reaccionarios.

Palabras clave: Guerra contra las drogas. Política de drogas. Neoliberalismo. Populismo autoritario. El tráfico de drogas.

Introdução

Consideramos existir uma lacuna nos estudos sobre o proibicionismo e seu corolário, a economia ilícita, que os relacione com o encarceramento, as milícias e o populismo autoritário, dentro de uma perspectiva do Sul global. Ao tratarmos de autoritarismo, consideraremos a gradação proposta por Szmolka Vida (2010), feita a partir de pontos quantitativos que caracterizariam um regime como mais próximo à democracia ou ao autoritarismo. Em termos metodológicos a autora pensou em três dimensões de análise: 1) pluralismo e competência política na obtenção do poder e no desenvolvimento dos processos políticos; 2) funcionamento do governo; e 3) direitos e liberdades públicas. Por outro lado, o conceito de populismo autoritário com que vamos trabalhar foi cunhado por Hall (1978), também presente em Hall e Jacques (1983), e serviu aos autores para dar conta da forma como o governo de Margaret Thatcher adquiria legitimidade, em amplos setores populares, para uma série de políticas autoritárias e de reformas econômicas recorrendo a uma variedade de preconceitos e temores. O termo vem sendo usado novamente para explicar a emergência de governos como o de Donald Trump que usa o racismo, o nacionalismo, a xenofobia e a discriminação para mobilizar apoio popular (Kellner, 2016). O proibicionismo, como poderemos observar, terá consequências deletérias à democracia no Sul global, onde se articulará com o chamado populismo penal – conjunto de técnicas empregadas pelo poder político e pela mídia que visa criar ou ampliar a sensação de insegurança para alcançar maior apoio à expansão do poder punitivo (Bianchini et al., 2017).

Maxwell (2019) observa como a manipulação de informações é importante para fazer avançar fins políticos autoritários e nos dá como exemplo o caso do presidente filipino Rodrigo Duterte. Manipulação que Santos (2018) mostra ter sido fundamental para a eleição de Bolsonaro e que, voltando ao caso Filipino, fez com que usuários de drogas fossem tratados como sub-humanos e assassinados com a concordância da população (Breininger, 2018). No Brasil, o encarceramento tem recaído sobre a classe trabalhadora (Valois, 2016), motivado, em grande medida, pela repressão discricionária promovida pela guerra às drogas, que reproduz injustiças, diferenças sociais e cria bodes expiatórios como elementos de coesão. O aumento do aprisionamento é concomitante com a produção pelo tráfico de uma economia localmente gerenciada, em que o capital flui do Norte global para a América Latina, porém, com imenso custo em termos de corrupção e paramilitarização, em que nações inteiras são transformadas em narco-Estados (Bourgois, 2018).

Mercille (2011) demonstrou em "Violent Narco-Cartels or US Hegemony? The political economy of the 'war on drugs'" como os narcocartéis dirigem países produtores e outros, que servem de rotas para o tráfico internacional de drogas, sob os auspícios dos EUA, que compartilham grande responsabilidade pela expansão do comércio ilícito de drogas. O autor responsabiliza esse país pelo apoio prestado a alguns dos principais protagonistas do comércio de drogas, como o governo e as forças armadas. Além disso, por ter forçado a implementação de reformas neoliberais por toda América Latina que, pelo aumento do número de desempregados e desregulamentação da economia financeira, teriam aumentado o tamanho da indústria de narcóticos. O incremento do tráfico intensifica a guerra às drogas, que tem sido usada repetidamente para reprimir a dissidência e a oposição popular a essas mesmas políticas neoliberais. Por fim, ainda com Mercille (2011), vemos que os bancos americanos aumentaram seus lucros lavando dinheiro do tráfico de drogas.

Para ponderarmos as reformas neoliberais no contexto da guerra às drogas iremos nos valer do conceito de neoliberalismo vindo da economia política marxista, que para Flew (2014) proporciona sua definição mais forte, com autores como Harvey (2005), Duménil e Lévy (2011), Overbeek e Van Apeldoorn (2012) e outros. Neoliberalismo seria, portanto, o projeto ideológico de uma ressurgente direita política, que ganhou ascensão nos Estados Unidos sob Ronald Reagan e na Grã-Bretanha sob Margaret Thatcher nos anos 1980, após as crises do final da era keynesiana nos anos 1970. O termo “neoliberalismo”, em si, foi popularizado pelo economista John Williamson, em seu aconselhamento político a instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional sobre as condicionantes para o apoio financeiro à reestruturação econômica dos países em desenvolvimento. As políticas neoliberais seriam marcadas pela mescla de fortes direitos de propriedade com liberdade para os mercados internos e para o comércio exterior (Harvey, 2005).

Marcy (2010) observa que ao produzir crescentes fileiras de migrantes em massa, divorciados de seus meios de subsistência no campo e sujeitos à dependência do mercado, o neoliberalismo contribuiu para o recente aumento dos cartéis de drogas e a guerra interna que se seguiu no México e nos países produtores andinos. A autora enfatiza a interação entre a guerra às drogas e a guerra fria em termos de ideologia; e assinala que o governo dos EUA usou a conexão ideológica entre guerrilheiros e narcóticos para atacar grupos subversivos sob o guarda-chuva da guerra às drogas. A guerra às drogas e ao terrorismo na Colômbia seria de fato uma guerra pelo controle do comércio de cocaína em um sistema imperial de dominação, por meio do terrorismo patrocinado pelo Estado. Para Oliver Villar e Drew Cottle (2011), porém, grande parte dos ganhos advindos do tráfico fica com o mercado de capitais dos EUA, que receberia 90% dos lucros do comércio de drogas. Portanto, o Plano Colômbia apoiaria a narcoburguesia local e o capital dos EUA às custas da classe trabalhadora do país.

Entendemos por narcoburguesia, juntamente com Oliver Villar e Drew Cottle (2011), a fração da classe dominante colombiana que se aproveitou da longa tradição existente naquele país de se contrabandear bens, que data do colonialismo espanhol, para promover o cultivo, a industrialização e o tráfico da coca em larga escala. Os recursos financeiros advindos dessa atividade criminosa, uma vez lavados, puderam ser investidos por essa mesma fração de classe (os cartéis, militares de alta patente e líderes paramilitares), em múltiplos negócios legítimos como mineração e transporte, além da aquisição de milhões de hectares de terra para o cultivo de coca.

Com este artigo espera-se compreender, assim, parte do cenário de fortalecimento das práticas autoritárias e populismo autoritário, em configurações políticas presentes em certos países e regiões do Sul global, decorrente da instrumentalização política da guerra às drogas. Decidimos estruturar o artigo em quatro seções que apresentamos a seguir. 1) Na primeira seção trataremos do caso brasileiro nos valendo de autores nacionais que abordam assuntos como o racismo exacerbado da classe média (Souza, 2019); a afinidade entre guerra às drogas e autoritarismo no Brasil (Del Rio et al., 2018); e as relações entre tráfico de drogas, violência e milícias (Zaluar e Barcellos, 2013; Picanço e Lopes, 2016; Arias, 2013). 2) Na seção seguinte pretende-se descrever e estabelecer paralelos com as Filipinas, onde o populismo autoritário teve, na guerra às drogas, importante contribuição para sua expansão. 3) Na terceira seção pretendemos verificar como nos casos mexicano, colombiano e, brevemente, pelos demais países produtores e que servem de rota ao tráfico, a implementação de reformas neoliberais aumentou o tamanho da indústria de narcóticos e serviu, em alguns casos, para reprimir a dissidência e a oposição popular a essas mesmas políticas. 4) Na última seção, antes da conclusão do artigo, buscaremos, então, analisar a instrumentalização política da guerra às drogas que teria por base material a expansão das políticas neoliberais e do proibicionismo, ambos impulsionadores de uma economia

ilícita excepcionalmente lucrativa no Sul global; e pensar, finalmente, como isso contribui para políticas de universalização de práticas autoritárias e discursos populistas reacionários. Muitas vezes com apoio explícito dos EUA a verdadeiras narcoburguesias, que dirigem países produtores e outros que servem de rotas para o tráfico internacional de drogas.

A ascensão ao poder de um político vinculado às milícias

Após aumentar nos anos 1990, período marcado por governos neoliberais, a desigualdade de renda declinou na América Latina, durante os anos 2010, em que partidos de esquerda estiveram à frente de governos progressistas, enquanto aumentava em outras partes do mundo (Lustig et al., 2016). A desigualdade social pode ser vista como pano de fundo da atual crise no sistema prisional brasileiro, marcada por um alto índice de reincidência que transforma o preso em eterno excluído (De Andrade, 2016). Não estranhamente, muitos frequentadores da região conhecida como Cracolândia, na cidade de São Paulo, uma imensa cena aberta de uso de crack que chegou a reunir milhares de pessoas, são egressos do sistema prisional (Adorno et al., 2013). Sistema esse composto, no início dos anos 2000, por cerca de 513 mil presos, dentre os quais estima-se que 106 mil respondam por crimes relacionados às drogas (Fiore, 2012). Mendonça et al. (2003) busca inserir a variável desigualdade de renda diretamente como um determinante da criminalidade. A principal inovação desse modelo é introduzir na clássica estrutura de escolha racional a variável “renda de referência”, a qual condiciona as expectativas de consumo dos indivíduos. A impossibilidade de atingir essa renda no mercado de trabalho formal gera incentivos para que os indivíduos recorram ao crime, como o tráfico de drogas, em busca de renda adicional. Esse modelo capta, de alguma forma, o conceito de frustração ou privação relativa do agente, o qual é proporcional à diferença entre a renda de referência e a renda factível no

mercado de trabalho. Uma maior desigualdade de rendimentos aumenta essa diferença e, por consequência, amplia a frustração e o incentivo a ingressar no tráfico.

A criminalização das drogas, segundo Bokany (2015, p. 8), "oculta os processos de exclusão social e reproduz a dinâmica das discriminações de classe e raciais que estruturam as relações de poder no Brasil". Faria (2011) observa que a desigualdade social, vivenciada no país, leva a uma grande distância entre as classes sociais detentoras de condições globais de competitividade daquelas excluídas das vantagens econômicas. Por meio do tráfico, abre-se para parcela da população a oportunidade de ser incluída no sistema que a excluiu economicamente, negando-lhe condições mínimas de sobrevivência, e/ou não lhe oferecendo possibilidades de fazer frente ao apelo consumista estimulado pelas políticas neoliberais.

Para além do consumismo, nas favelas da cidade do Rio de Janeiro se pode perceber uma espécie de inversão da lógica do mundo, face à ordem legítima. Picanço & Lopes (2016) observam que na construção antagonista feita pelo tráfico, a subalternidade e o tratamento impessoal, experimentados nas relações de trabalho regulares legais, incomodam os meninos envolvidos com o crime, diferente da subalternidade pessoal vivenciada na organização hierárquica do tráfico, em que o patrão trata os subalternos com proximidade, constituindo-se em modelo que os fascinam, com quem se identificam e em quem se podem projetar. "Existe uma continuidade entre a pessoa do patrão do tráfico e o seu soldado, para os soldados de um patrão "famoso", resvala um pouco do prestígio desse patrão" (p. 108). Mais do que isso, ofende-os serem vistos como mera força de trabalho explorada. Como trabalhadores do tráfico, embora alguns se percebam na condição de explorados – queixando-se de que ganham pouco em comparação com os lucros auferidos pelos superiores – ou que têm uma jornada longa, que estão submetidos a códigos e hierarquias rígidas e experimentam rituais e situações de hu-

milhação, ainda assim sentem-se distantes da exploração que sofrem os “trabalhadores otários” (Zaluar, 1999).

As organizações criminosas que empregam trabalhadores no tráfico de drogas, frequentemente, colaboram com uma variedade de atores do Estado para criar sistemas variados de ordem localizada, que perpetuam o poder criminal e prejudicam a maioria dos esforços políticos para controlar a criminalidade e a violência. Arias (2013) mostra como a proximidade dessas organizações com funcionários do Estado provoca sérias consequências para: 1) o desenvolvimento local, 2) a dinâmica da política eleitoral, 3) a formulação de políticas públicas, 4) a vida associativa, 5) a violência e 6) a segurança nos bairros ocupados pela classe trabalhadora.

Em decorrência da insegurança que se estabeleceu nas vizinhanças controladas por traficantes e policiais corruptos, que provocaram, em algumas cidades do estado do Rio de Janeiro, a desconfiança na instituição policial; em que formas de segurança ilegal se espalharam, e ainda se espalham, para proteger os que podem pagar ou que são obrigados a pagar, como acontece quando a segurança é extralegal. São aspectos que caracterizam as “milícias”, antes chamadas de grupos de extermínio, que, de acordo com Zaluar e Barcellos (2013), são dirigidas por ou mantêm estreita conexão com militares e ex-militares. Nas áreas pobres, pela falta de acesso à justiça e a clandestinidade do empreendimento do tráfico, os agentes da segurança miliciana tornam-se mais facilmente tiranos. Impõem decisões extralegais ou ilegais aos moradores por conta do poder que advém das armas, responsável por afastar assaltantes e traficantes dos locais em que exercem vigilância.

A simpatia histórica do clã Bolsonaro pelas milícias passaria, em Manso (2020), pela condecoração de milicianos envolvidos em crimes e pela contratação de parentes deles nos gabinetes da família. Jair Bolsonaro, um ex-militar e político carioca, estaria,

segundo o sociólogo Jessé de Souza (2019), intimamente implicado com as milícias que dominam áreas importantes do Estado do Rio de Janeiro. Ao entrevistar pessoas no interior de São Paulo, descendentes de italianos como Bolsonaro e no mesmo lugar onde o presidente nasceu, para seu livro "A classe média no espelho", Jessé de Souza notou algumas características de um racismo vinculado à condição de classe. Para pessoas de origem semelhante à de Bolsonaro, filho da baixa classe média de imigrantes para os quais a carreira no exército ou na polícia era a promessa de ascensão segura, ainda que limitada, não se casar com um negro ou com uma negra é a regra familiar mais importante. Aqui, o preconceito puro, o orgulho da cor da pele e da origem seriam as únicas distinções sociais ao alcance. Se a elite e a classe média exploram economicamente, além de humilhar os negros, entre essa baixa classe média só é possível humilhar. Enfatizar uma distância social quase inexistente do ponto de vista econômico exigiria, portanto, um racismo exacerbado.

Para pessoas de origem semelhante à de Bolsonaro, filho da baixa classe média de imigrantes para os quais a carreira no exército ou na polícia era a promessa de ascensão segura, ainda que limitada, não se casar com um negro ou com uma negra é a regra familiar mais importante. Aqui, o preconceito puro e o orgulho da cor da pele e da origem seriam as únicas distinções sociais ao alcance. Se a elite e a classe média exploram economicamente, além de humilhar, para os negros, entre essa baixa classe média, só é possível humilhar. Enfatizar uma distância social quase inexistente do ponto de vista econômico exigiria, portanto, um racismo exacerbado.

Ainda para Jessé de Souza (2019), esse comportamento também se compararia ao do lixo branco norte-americano que ajudou a eleger Donald Trump. Matt Wray (2004), ao tratar do lugar do branco pobre no universo das relações de poder norte-americanas, nos apresenta uma representação social e cultural desse grupo racial, que também é marcada por signi-

ficados de identidade de classe. Para o autor, a “[...] ralé branca (*white trash*) seria um grupo racialmente marcado pela brancura, porém socialmente fadado ao insucesso. Esses seriam sujeitos cômicos e detentores de uma cultura hierarquicamente inferior à da elite branca [...]” (p. 350). Del Rio et al. (2018) observam como a campanha de Bolsonaro promoveu a criação de zonas de identidade com setores populares regadas às simbologias e hábitos do “brasileiro comum”. Os brancos do Sul dos EUA, inferiores social e economicamente aos brancos do Norte, seriam, segundo Souza (2019), os racistas mais ferozes como uma espécie de compensação da riqueza inexistente. Esse seria também o caso de Bolsonaro e da parcela mais fiel de seus seguidores no Brasil.

Jessé de Souza (2019) se pergunta o que constituiria a milícia carioca com a qual Bolsonaro e seus filhos estão envolvidos até o pescoço e que existe para explorar e matar negros e pobres, os hipotéticos bandidos das favelas. Embora a elite e a classe média real também tenham votado nele, sua autêntica base de apoio seria o lixo branco brasileiro, próximo do negro e, por conta disso, ávido por criminalizá-lo, estigmatizá-lo como bandido e assassiná-lo impunemente. O que estaria por trás de Bolsonaro é racismo expresso de modo aberto.

De outro ponto de vista, a ascensão do ex-capitão pode ser creditada a perda de legitimidade dos maiores partidos nacionais, por conta de escândalos de corrupção, da paralisia decisória e da crise econômica, que levaram a uma disseminação do discurso anticorrupção, antipolítico e anti-Estado, manejado pela candidatura do deputado Jair Bolsonaro à presidência da República. Bernardes e Barros (2019) observam que esse parlamentar, reconhecido desde o final dos anos 1990 por seu extremismo e capacidade de criar polêmicas, articula um uso estratégico das redes sociais, com a proliferação de notícias falsas como o “Kit Gay” (Santos, 2018). Lembremos quanto, para Szmolka Vida (2010), o desenvolvimento dos processos políticos é importante

na caracterização de um regime como mais próximo à democracia ou ao autoritarismo.

As notícias falsas serviram para dar vazão a valores de extrema-direita como militarismo, conservadorismo moral e ultraliberalismo econômico, acompanhados pelo fortalecimento de novos atores políticos no cenário nacional: 1) as corporações do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal; 2) atores sociais de extrema-direita, como os movimentos "Brasil Livre" (MBL), "Vem Pra Rua" e "Escola sem Partido", que conseguiram até com partidos de esquerda como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mobilizar extensas parcelas da classe média para as manifestações anti-Copa do Mundo em 2014, nos protestos conhecidos pela palavra de ordem "Não Vai Ter Copa" (Macedo, 2014); e 3) grupos evangélicos, setores ligados aos órgãos policiais e militares e lideranças expressivas nas redes sociais.

Del Rio et al. (2018) observam como as torturas, execuções e desaparecimentos, praticados durante a ditadura militar de 1964, sobreviveram no sistema policial sustentados na invisibilização e desumanização das vítimas, em sua maioria jovens negros e pardos de favelas e periferias urbanas. A apologia de torturadores e da execução sumária feita por Bolsonaro e seu vice Mourão talvez remeta mais, dentro do imaginário popular, à figura da ação policial na guerra às drogas do que aos remotos porões da ditadura militar. Lembremos, com Huggins (2000), que houve anistia para aqueles que estiveram nas violentas forças de segurança durante a ditadura, em uma barganha que visava promover a estabilização política, o que se efetivou, pelo menos por um tempo, mas sempre sob o risco de desmoralizar as vítimas que nunca viram seus algozes punidos. A guerra às drogas, retomando Del Rio et al. (2018), seria uma espécie de continuidade das práticas repressivas do período autoritário em tempos democráticos. A retórica autoritária se vale do argumento do combate ao domínio territorial dos traficantes de drogas; e permite

a implantação de medidas de exceção como são as intervenções federais na cidade do Rio de Janeiro.

Jair Bolsonaro deu demonstrações de apoio à guerra às drogas quando deputado federal sucessivamente eleito pelo estado do Rio de Janeiro. Em março de 2005, Bolsonaro (2005) envia um Requerimento de Inserção nos Anais da Câmara dos Deputados em que solicita um “voto de louvor ao Presidente da Indonésia, o Senhor Susilo Bambang Yudhoyono, em razão da condenação à pena de morte determinada pela justiça de seu país para o traficante de drogas brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira”. Em outro momento, ao ressaltar os vínculos internacionais do PT com movimentos de esquerda da América Latina, o deputado, em contestação ao pronunciamento da deputada Maria do Rosário sobre as comemorações no Brasil do Dia Internacional dos Direitos Humanos, afirma que representantes do governo de Dilma Rousseff teriam estado “agora na UNASUL se reunindo com a escória da América Latina, tratando, entre outras coisas, da abertura do espaço aéreo para os países da UNASUL. Cuba não faz parte deles, mas está no bolo. Além de tráfico de drogas, há tráfico de armas e munições” (Brasil, 2014). Alguns anos depois, em entrevista concedida ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, durante sua vitoriosa campanha presidencial, Bolsonaro observou sobre qual tratamento deveria ser dispensado aos traficantes de drogas, que policiais “não podem continuar morrendo na mão desses caras [os traficantes]”, dizendo que “esse tipo de gente você não pode tratar como um ser humano normal, que é uma vítima da sociedade” (Bolsonaro, 2018); e se posicionando a favor do excludente de licitude, que isentaria de acusações policiais que matassem em serviço. A adesão de Bolsonaro ao chamado populismo penal ou punitivo (Gaio, 2011) pode estar ligada à capacidade do populismo punitivo¹

1 Para Bianchini et al. (2017), o populismo punitivo consiste em um conjunto de técnicas, empregadas pelo poder político e pela mídia, que visam criar ou ampliar a sensação de insegurança para se alcançar maior apoio à expansão do poder punitivo.

de, segundo Bianchini et al. (2017), instrumentalizar a vontade popular pelo populismo autoritário para o atendimento de interesses que transcendem a política criminal. Assim, ao alimentar a insegurança e o medo "o populismo penal se conjuga com o populismo político" (Ferrajoli, 2013, p. 18).

Além de pedir maiores penas para traficantes, Bolsonaro chegou a defender uma "lei para legalização das milícias." (Del Rio et. al., 2018, p. 57) Organizações criminosas que tiveram muitos de seus membros homenageados pelo seu filho, Flávio Bolsonaro, quando deputado estadual, e que se transformaram, rapidamente, de grupos que se declaravam de combate ao tráfico de drogas em agenciadores desse mesmo tráfico. Del Rio et. al. (2018) veem certa semelhança disso com o regime autoritário filipino sob Rodrigo Duterte, que reprime as classes populares sob o pretexto da guerra às drogas.

Na próxima seção iremos tratar do presidente filipino Rodrigo Duterte, de como politizou a vida atacando ativamente e buscando a erradicação das pessoas envolvidas com drogas ilegais. Veremos detalhes de sua política de guerra às drogas e dos apoios que pôde construir a partir do rompimento com certas características da política recente do país.

O caso do presidente Rodrigo Duterte

O presidente Duterte, das Filipinas, implementou uma "guerra" aberta contra as drogas baseada em alegações sobre a proliferação excessiva de substâncias ilegais no país. Apesar das mortes sumárias de usuários suspeitos e traficantes, Duterte desfruta de apoio popular entre os filipinos. Maxwell (2019) observa como a manipulação de informações é importante para fazer avançar fins políticos autoritários baseados na confiança na lei e nos agentes de sua execução. Assim, o presidente pôde desencadear uma larga ofensiva policial com vastos recursos do Esta-

do em sua guerra contra as drogas. Em Espenido (2018) vemos como, há mais de um ano de sua implementação, a guerra contra as drogas criou um caos na vida do povo filipino. Além disso, promoveu uma cultura de impunidade e o medo tomou conta da nação, agravando a situação dos direitos humanos.

Segundo Walden Bello, acadêmico e assistente social filipino, em entrevista à Schaffar (2018), muitos filipinos sentem que a oligarquia sempre controlou o país e que a solução para isso é um homem forte para quebrar esse controle, bem como para apri-sionar os políticos corruptos. Assim, as estruturas que mantêm as Filipinas marginalizadas na economia global são ignoradas. Mulheres filipinas, que estão no exterior e deixaram suas famílias para trás, têm sido particularmente permeáveis aos apelos de guerra de Duterte contra as drogas. Essa ideia de que tudo o que elas têm conquistado será tomado por viciados em drogas que irão corromper seus filhos é um mecanismo eleitoral muito eficaz, e Duterte foi capaz de utilizá-lo. Ele polariza a sociedade encontrando bodes expiatórios – como pessoas que usam drogas – responsabilizados pela pobreza e criminalidade no país. Tratados como sub-humanos, lhes devem ser negados quaisquer direitos. Esses argumentos infundados parecem moldar o “senso comum” do *mainstream*, fazendo que, como observa Breininger (2018), até o assassinato de supostos viciados em drogas seja celebrado como um sucesso.

Sob o governo Duterte os criminosos são humilhados e mortos em um espetáculo de violência que politiza suas vidas e envia uma mensagem que intimida os outros. Reyes (2016) aponta como, nesse processo, os cidadãos cumpridores da lei são levados a se sentirem um pouco mais seguros, o que é visto como mais um motivo para o aumento da popularidade do, então, recém-eleito presidente e de seu poder como chefe do executivo. Duterte, assim, politizou a vida, não apenas colocando os criminosos fora do benefício da proteção do Estado, mas também os atacando ativamente. Duterte é o primeiro presidente a ter

criminosos ativamente como alvo e, ao fazê-lo, podemos afirmar que: 1) incentivou outros políticos a seguirem seu exemplo; e 2) colocou direitos e liberdades públicas em questão se aproximando do autoritarismo (Szmolka Vida, 2010). A politização dos corpos dos criminosos seria, ainda em Reyes (2016), distintiva na forma de violência assumida por Duterte. Desde que o recém-eleito presidente filipino assumiu o cargo em junho de 2016, mais de 7.000 mortes foram relacionadas à sua "guerra às drogas" até meados de 2018. Apesar da condenação internacional por assassinatos extrajudiciais e cometidos por vigilantes, as estatísticas não mostram sinais de desaceleração e a administração permanece firme na erradicação de pessoas envolvidas com drogas ilegais.

De modo similar ao Brasil pré-Bolsonaro, a presidência de Duterte foi precedida por seis anos de estabilidade política e alto crescimento econômico sob a administração relativamente liberal e supostamente reformista do presidente Benigno S. Aquino, III. O que os eleitores acharam tão atraente em Duterte, considerando que as drogas e a criminalidade não eram uma grande preocupação nacional até que ele lançou sua candidatura? Ao contrário dos políticos populistas anteriores nas Filipinas, vemos em Reyes (2016) que o maior apoio de Duterte não veio dos eleitores mais pobres, mas da elite e da classe média que mais temiam por sua segurança pessoal. Embora Aquino fosse amplamente considerado pessoalmente honesto, seu governo havia se tornado vulnerável à substituição pelo iliberalismo violento, porque sua narrativa de "boa governança" havia sido minada, seus aliados estratégicos enfraquecidos e as instituições liberais desacreditadas.

Nos parece importante salientar que o controverso 16º presidente das Filipinas fez o que nenhum outro presidente do país havia feito antes – anunciar uma separação dos interesses geopolíticos de sua antiga metrópole, os Estados Unidos da América. Reflexo de um sentimento mais profundo de queixa histórica

que está enraizada na geração de Duterte, foi uma importante reviravolta contra o “imperialismo dos EUA”, o que o separa muito de Bolsonaro e sua subserviência unilateral aos interesses do governo norte-americano sob Trump (Brites, Chaves e Nogara, 2019). Teehankee (2016) observa que ao reviver o nacionalismo antiamericano de sua juventude, Duterte repudia a narrativa reformista liberal, embora elitista, do regime de Aquino. Seu alinhamento com a China também é uma reversão dramática da forte posição anti-China e da política externa raivosamente pró-americana de seus antecessores. As críticas de violação dos direitos humanos feitas por entidades ocidentais caem perfeitamente no *script* previamente traçado pelo presidente filipino e reforçam sua guerra às drogas.

Kusaka (2017) argumenta que a legitimidade de Rodrigo Duterte está ancorada em uma espécie de moral social do bandido, que é caracterizada pela coexistência de compaixão e violência sob um chefe patriarcal que mantém a justiça fora da lei. Lendas urbanas o construíram como um líder social bandido, no entanto, o nós moral que apoia a disciplina de Duterte para salvar a nação foi edificado à custa da exclusão violenta de outros imorais criminalizados. Programas contra a pobreza que visam moldar os pobres em uma cidadania moral também excluem os que não aderem à moralidade cívica, como os usuários de drogas, por serem considerados indignos de resgate. Nesse contexto, a maioria dos pobres aceita a guerra às drogas, acreditando que foram salvos por serem bons cidadãos, enquanto aqueles que foram vítimas eram outros imorais que precisavam ser punidos.

As comparações entre os governos de Duterte e Bolsonaro abrangem um espectro considerável de temas, mesmo com o brasileiro tendo assumido o governo faz apenas dois anos. A crise econômica mundial de 2008 marca o contexto das duas primeiras décadas do século XX em que Bernardes e Barros (2019) inserem os governos de Duterte e Bolsonaro. Beinard (2019) observa que tanto Bolsonaro quanto Duterte acusaram os go-

vernos anteriores de tolerarem níveis inaceitáveis de criminalidade. Ambos prometeram restaurar a lei e a ordem que seus países supostamente desfrutaram durante o passado autocrático e ameaçaram mulheres com cargos no poder legislativo de violência. Bolsonaro declarou que não iria estuprar uma deputada por ela não merecer (Da Cunha, 2018) e o governante filipino deteve por tráfico, sem provas, uma senadora, que havia criticado sua guerra às drogas. Hunter e Power (2019) observam que dados os desafios que Bolsonaro irá encontrar para reverter o declínio econômico brasileiro, o combate à criminalidade, que segundo os autores proporcionou tanta popularidade a Rodrigo Duterte, poderá ser recrudescido por novas intervenções militares como a realizada no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. Essa busca por aprovação poderá levar consigo, tal como nas Filipinas, os direitos humanos e a legalidade, por um político que Chagas-Bastos (2019) considera a versão latino-americana do presidente filipino Rodrigo Duterte. Na próxima seção, países da América Latina, particularmente México e Colômbia, serão analisados em busca das possíveis vinculações das reformas neoliberais com a guerra às drogas e os interesses estadunidenses.

Narcocartéis para narcoburguesias na América Central e do Sul

Mercille (2011) ressalta que nada seria mais inverossímil que apresentar os narcocartéis como fontes do problema e os EUA como ator bem-intencionado, ajudando a conduzir uma guerra às drogas por preocupação com vícios, crimes e violência. O caso mexicano, juntamente com a Colômbia, é dos mais dramáticos. Na verdade, além de alimentar a indústria de narcóticos no México, graças ao seu grande consumo de drogas e às regulamentações frouxas de armas de fogo, os EUA compartilham grande responsabilidade pela expansão do tráfico. Seriam responsáveis devido ao seu recorde de apoio a alguns dos principais atores do comércio de drogas: o governo e as forças armadas do México.

Também por terem forçado a implementação de reformas neoliberais que, ao atingirem um amplo espectro de instituições, teriam, segundo Mortom (2012), aumentado o tamanho da indústria de narcóticos. O mesmo autor mostra como soldados mexicanos com baixos salários pagos pelas forças armadas são tentados pela generosidade dispensada pelos traficantes. Além disso, para Mercille (2011), a guerra às drogas serviu de pretexto para intervir nos assuntos mexicanos e para proteger projetos hegemônicos dos EUA e não como um ataque genuíno aos problemas das drogas. Em particular, a guerra às drogas tem sido usada repetidamente para reprimir a dissidência e a oposição popular às políticas neoliberais no México. Por fim, os bancos americanos aumentaram seus lucros lavando dinheiro do tráfico de drogas do México e de outros lugares; o fracasso na implementação de regulamentações bancárias mais rígidas atesta o poder da comunidade financeira nos EUA. Na verdade, essa oposição tem sido a regra por décadas dado o poder da comunidade financeira dos EUA de tomar parte em atividades ilegais para maximizar lucros enquanto se mantém a salvo de punição. “Foi estimado que os bancos lavam ao todo de 500 bilhões a 1 trilhão de dólares de atividades criminais anualmente, metade iria para bancos norte-americanos²” (Mercille, 2011, p. 1648).

O neoliberalismo produziu crescentes fileiras de migrantes em massa divorciados de seus meios de subsistência no campo e sujeitos a dependência do mercado. Mortom (2012) observa como o desenraizamento das pessoas contribuiu para o recente aumento dos cartéis de drogas no México e com a guerra interna que se seguiu. Juntamente com a adesão do México ao NAFTA e a globalização localmente baseada em *maquiladoras*, que teve como consequência o aumento dos níveis de lavagem de dinheiro e formas de financeirização ligadas ao comércio de entorpecentes. Algo compreensível se pensarmos com Lewis (2001)

2 “It has been estimated that globally banks launder from \$500 billion to \$1 trillion every year from criminal activities, half of which goes through US banks.”

que os mercados de drogas se globalizaram, influenciados por mudanças nas comunicações, finanças e nos mercados de commodities e de trabalho.

O narcotráfico não influencia apenas a sociedade mexicana. Para que a droga ali produzida chegue aos EUA, uma série de nações no caminho se especializou como países-ponte, com o desenvolvimento de grupos de traficantes locais que interagiram com os cartéis mexicanos e colombianos (Bunck e Fowler, 2012). São países como: Panamá, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Belize. Mesmo que alguns deles sejam produtores de drogas – Guatemala produz ópio, Belize e Panamá, maconha – acima de tudo são pontes para o mercado norte-americano. Não por qualquer fraqueza ou debilidade institucional, a Costa Rica possui instituições governamentais fortes e estáveis e, no entanto, desenvolveu intensas redes de tráfico de drogas, mas por causa de sua localização geográfica e das conexões dos traficantes colombianos com grupos comerciais e empresariais que tinham experiência anterior no contrabando de cigarros, café, esmeraldas e têxteis. Esses países-pontes, infelizmente, não sofrem menos que os países produtores latino-americanos em termos de violência e encarceramento.

A guerra às drogas apenas exacerbou o problema do tráfico em países da América Latina como a Colômbia. Pelo menos é a conclusão de William L. Marcy, que, em "The Politics of Cocaine", aborda o papel dos Estados Unidos no incentivo do cultivo e no tráfico de cocaína. Marcy ressalta que a guerra às drogas se dirigia aos grupos subversivos visados durante a Guerra Fria, mas acabou por levar organizações como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) a buscar nas drogas os lucros a fim de manter sua guerra contra o Estado. De certa forma, ressalta o fracasso da Estratégia Andina e do Plano Colômbia, que levaram os produtores de coca para os braços dos guerrilheiros. Um de seus pontos mais importantes é que os Estados Unidos concentraram tanta atenção na militarização do controle de dro-

gas e na eliminação da produção que negligenciaram a principal causa do desenvolvimento dessa indústria ilegal, a falta de desenvolvimento econômico nessas áreas, principalmente rurais.

Para Marcy (2010), o tráfico de drogas é um sintoma de um problema mais profundo. O autor enfatiza a interação entre a guerra às drogas e a guerra fria em termos de ideologia, retórica e o uso das drogas como fonte de financiamento para a guerra de baixa intensidade. Assinala que o governo dos EUA usou a conexão ideológica entre guerrilheiros e narcóticos para atacar grupos subversivos sob o guarda-chuva da guerra às drogas. Ainda relata a pesquisa realizada pelo senador John Kerry sobre o escândalo de guerra contra a Nicarágua, que mostrou que a CIA secretamente usava dinheiro e apoio direto de narcotraficantes (aeronaves, logística, forças paramilitares etc.) para financiar a luta contra o governo revolucionário sandinista, sem o apoio do Congresso dos EUA ou do povo americano. Posteriormente, Washington continuou a argumentar que a Nicarágua tinha laços econômicos com traficantes de drogas. Ainda segundo Marcy (2010), a Estratégia Andina gerou uma série de problemas em três países-chave: Colômbia, Peru e Bolívia. Desestabilizou os governos desses países e a militarização do campo alienou os camponeses de suas terras. Na Bolívia, promoveu o surgimento de grupos insurgentes ligados ao narcotráfico, e na Colômbia e no Peru produziu uma guerra triangular entre guerrilheiros, exército e paramilitares pelo controle das áreas de cultivo. Embora o grupo revolucionário peruano Sendero Luminoso tenha sido finalmente vencido, a produção de coca continuou e a corrupção militar aumentou ao longo do tempo.

Oliver Villar e Drew Cottle (2011) argumentam que a guerra às drogas e ao terrorismo na Colômbia seria de fato uma guerra pelo controle do comércio de cocaína, em um sistema imperial de dominação por meio do terrorismo patrocinado pelo Estado. A narcoburguesia colombiana (uma rede de empresários, políticos e elites locais), ao entrar em conflito com as FARC no

desenvolvimento de seus negócios multimilionários, foi levada a uma luta paramilitar para destruir os grupos guerrilheiros e seu apoio no campo. Ainda segundo os autores, o comércio de drogas ajudou a financiar a guerra de guerrilha contra o colonialismo dos EUA e os narcotraficantes. Porém, grande parte dos lucros advindos do tráfico fica com o mercado de capitais dos EUA, que recebe 90% dos lucros do comércio de drogas (a Colômbia recebe cerca de 10% redistribuído pela economia). Portanto, o Plano Colômbia apoia a narcoburguesia e o capital dos EUA às custas das classes trabalhadoras colombianas. Sempre com apoio da mídia local, especialmente em relação à propaganda anti-FARC.

Na próxima seção, procuramos explicitar os interesses imperialistas norte-americanos imbricados na guerra às drogas e sua vinculação com as narcoburguesias dos países produtores. Voltaremos a Rodrigo Duterte que, juntamente com outro caso de uso do chamado populismo penal, o governo de Thaksin Shinawatra na Tailândia, se vale da demanda popular por combate à criminalidade para promover a guerra às drogas.

Guerra às drogas, imperialismo e acumulação primitiva no Sul global

Como no Brasil são os policiais que decidem na prática a tipificação do crime de tráfico, eles podem enquadrar uma pessoa abordada em qualquer esquina do país, com alguma quantidade de substância de porte ilícito, quase que arbitrariamente como traficante ou usuário. Assim, havendo uma disparidade enorme entre as penas atribuídas ao crime de tráfico e as impostas ao usuário de drogas, o policial acaba sendo portador de imenso poder discricionário. Como afirma Valois (2016, p. 29): "Se o comércio ilegal de drogas movimenta bilhões, ou o Brasil não tem tráfico, o que é improvável, ou a atividade policial está realmente direcionada para a repressão da pobreza, vez que no sistema pe-

nitenciário só encontramos traficantes pobres”. Dessa forma, o encarceramento tem recaído sobre a classe trabalhadora e, mesmo nos textos mais liberacionistas sobre o assunto, permanece a visão do usuário como vítima e o traficante como vilão.

Se pensarmos, ainda com Valois (2016), que o traficante exerce uma atividade comercial, poderemos passar a vê-lo como produto da sociedade capitalista. Uma criminologia crítica deveria estar atenta para a ficção da neutralidade do direito, desnudada pela repressão arbitrária promovida pela guerra às drogas. O término dessa guerra seria o fim de um dos instrumentos do sistema econômico que reproduz injustiças e diferenças sociais; que cria bodes expiatórios como elementos de coesão, a quem se atribuem seletivamente as falhas e distúrbios do sistema, transformando a sociedade em refém da ação repressiva do Estado. Para lembrarmos o caso filipino, a política de guerra às drogas levada à frente por Rodrigo Duterte vem, por enquanto, obtendo sucesso em desviar as atenções dos problemas do país, direcionando a responsabilidade pela pobreza e criminalidade para as pessoas que usam drogas.

Philippe Bourgois (2018, p. 386) observa como, desde os inícios do capitalismo comercial, o tráfico de substâncias que proporcionam prazer tem causado estragos. Os períodos de maior consumo em certas localidades ou regiões têm servido de alarme que podem nos ajudar a expor as violentas contradições entre “poder, desigualdade social, vulnerabilidade e resistência tanto dentro de comunidades locais quanto através de formações sociais de larga escala”. O poder imperial é exercido via proibicionismo, e esses momentos de pânico moral em torno do consumo de drogas “previsivelmente mobilizam o nacionalismo xenófobo e discursos do racismo sociobiológico e messiânicos [...]”³ (Op. cit, p. 387). Não por acaso, os Estados

3 “power, social inequality, vulnerability and resistance both within local communities and across large-scale social formations”.

Unidos têm liderado a política proibicionista de drogas no último século, até com intervenções diretas nos assuntos internos de países como México e Colômbia, só para ficarmos nos casos mais gritantes na América Latina.

Como também verificamos no Brasil, particularmente na Cracolândia paulistana (Alves, 2019), a produção industrial de substâncias psicoativas tornadas ilícitas rompe o processo normal com que as sociedades lidavam com o consumo de drogas, principalmente entre o lumpesinato mais vulnerável. Ainda segundo Bourgois (2018, p. 388), uma revisão da literatura sobre o hiperlucrativo tráfico de drogas sugere sua importância histórica para o que Karl Marx chamou de acumulação primitiva de capital. Assim, o desafio colocado aos pesquisadores seria buscar “questões ainda mais ambiciosamente críticas em torno do que novas perspectivas sobre drogas psicoativas ilegais no Sul Global podem revelar sobre nosso momento histórico⁴” (Bourgois, 2018, p. 389). Não se trata de dizer que o neoliberalismo leve automaticamente ao aumento do mercado de drogas ilegais, mas de observar a existência de uma economia ilícita, hiperlucrativa e predatória, em que a ilegalidade permite o desenvolvimento de uma indústria de acumulação primitiva com laboratórios clandestinos de cocaína e heroína, por exemplo, para exportação; o que ocorre em meio a políticas ultraneoliberais que produzem imensos reservatórios de uma população lumpenizada, que passa a estar disponível como cliente ou força de trabalho para ser explorada no processo produtivo ilegal de narcóticos. Fórmula que se vale da financeirização da economia global para lavar e transferir seu dinheiro; e das técnicas modernas de plataformas flexíveis de exportação para distribuir a droga.

A vinculação entre imperialismo, produção e tráfico de drogas não diz respeito apenas aos Estados Unidos da América. O império ja-

4 “even more ambitious critical questions around what new perspectives on illegal psychoactive drugs in the Global South can reveal about our moment in history”.

ponês foi acusado de promover o comércio e consumo de ópio na China ocupada, no início do século XX. Jennings (1997) enxerga o envolvimento crescente do imperialismo japonês com o comércio de ópio, de 1895 a 1945, não apenas como uma arma capaz de submeter os povos daquela região da Ásia, mas como uma metáfora para as mudanças pelas quais passou o imperialismo japonês durante meio século em que resistiu às pressões internacionais pelo controle de drogas. É certo que atividades de controle de drogas são usadas para defender interesses estratégicos globais e imperativos de política externa (Lewis, 2001) e, como no caso japonês, geralmente têm precedência sobre a política de drogas.

A política de guerra às drogas pode estar intimamente ligada a atividades econômicas. Oliver Villar e Drew Cottle (2011) observam que no intuito de resguardar seus investimentos na Colômbia, o imperialismo norte-americano precisa proteger seus agentes econômicos naquele país: os paramilitares e as forças de segurança estatais conectadas com as campanhas de contra insurgência. Além disso, para assegurar o tráfico de cocaína para os mercados norte-americanos, a narcoburguesia local precisa se apoiar em largas somas de capital americano para os esforços de contrainsurgência dedicados à guerra às drogas, terrorismo ou qualquer outro pretexto para justificar os interesses das classes dominantes dos EUA na Colômbia.

Durante a primeira década do século XXI, a administração do presidente George W. Bush continuou, segundo Grandin (2006), defendendo como única saída para todas as economias da América Latina o neoliberalismo econômico, a desregulamentação e a ortodoxia de livre mercado. Houve também uma concepção de segurança ou mesmo de combate ao terrorismo colocada em questões controversas, como tráfico de drogas e imigração. A militarização das relações norte-americanas com a região, as intervenções políticas e os esforços para impor sua versão preferida de capitalismo de livre mercado foram descritos por Grandin (2006) como uma espécie de novo imperialismo.

As preocupações com o terrorismo, porém, não impediram o volumoso e ilegal tráfico de armas dos EUA para o México. Parakilas (2013) observa que rifles de assalto com alto poder destrutivo são os preferidos pelos traficantes de drogas. Arsenal que faz com que a violência no México não seja uma guerra somente entre traficantes, mas que vitime também policiais, ativistas pela paz, jornalistas e qualquer um que seja confundido ou que esteja no lugar errado e na hora errada. Monzó, McLaren e Rodriguez (2017) argumentam que a indústria de armas, como parte do complexo industrial militar mais amplo, atende a uma específica função de produzir e garantir interesses do capital e do imperialismo dos EUA, com quem trabalha junto para apoiar a acumulação de capital da classe capitalista transnacional.

O comércio internacional de armas direcionadas ao tráfico só se tornou possível como negócio rentável a partir da guerra às drogas, que mesmo vista apenas como metáfora traz sérias consequências. A principal delas pode ser, como nos aponta Steinert (2003), a perda da distinção entre regular as consequências das drogas e combater um inimigo. A universalização da experiência da guerra, em que as drogas desempenhariam um papel central, seria útil, ainda em Steinert (2003), ao apelo populista orientado por valores como a família patriarcal e a comunidade. Em meados dos anos 2000, esses valores, juntamente com a guerra às drogas, foram fundamentais para a vitória eleitoral de Thaksin Shinawatra, primeiro governante reeleito na história da Tailândia.

De modo similar ao que viria a ser feito posteriormente por Duterte e mais à frente por Bolsonaro, Thaksin conseguiu reabilitar parcialmente a elite militar, afastada do poder no início da década de 1990, e lhes atribuiu um novo papel, especialmente na guerra às drogas. Phongpaichit e Baker (2005) apontam como o combate anunciado pelo governo tailandês de então, contra os traficantes, foi feito de modo a propugnar a violência dos militares que, em três meses, assassinaram mais de 2500 pretensos traficantes. Pesquisas apontaram que 80 por cento dos entrevis-

tados apoiavam a morte daquelas pessoas, mesmo sem qualquer investigação. Para entender a política tailandesa na era de Thaksin, Phongpaichit e Baker (2005) acreditam que seja crucial entender que seu governo representou uma coalizão de interesses de grandes empresas; e que adotou uma espécie de “populismo sob demanda” – o que significa que Thaksin respondeu a uma demanda popular por certos tipos de políticas, como a guerra às drogas.

Não podemos afirmar se o populismo do presidente filipino Rodrigo Duterte foi sob demanda ou não. No caso de Duterte, para Curato (2016), a dicotomia populista é entre cidadãos virtuosos e criminosos indignos – a escória da sociedade que, para Duterte, está além da redenção. Populismo penal é um termo que pode capturar esse fenômeno (Pratt, 2007), originalmente usado para descrever a retórica política que apoia a postura punitiva do público, resulta em mecanismos mais severos de controle social para atender à demanda desse público de ser “duro com o crime”. Isso ocorre em contraste com o “elitismo penal”, que privilegia a autoridade de especialistas e profissionais na formação do sistema de justiça criminal.

Weyland (2003) mostra, através da análise de diversos países da América Latina, como o populismo autoritário e o liberalismo econômico tiveram afinidades inesperadas na região. O neopopulismo neoliberal teria oferecido uma receita politicamente promissora para enfrentar rapidamente as crises econômicas agudas e provar o carisma dos líderes populistas. Poderíamos pensar, como hipótese, que a conquista imperial, mais que expandir mercados para o capitalismo industrial, como demonstrou a crítica de Rosa Luxemburgo (1970) a essa modalidade do sistema capitalista, serviria, atualmente, para expandir as políticas neoliberais e o proibicionismo que possibilitam uma economia ilícita excepcionalmente lucrativa no Sul global: a produção e tráfico de narcóticos. Além dessas duas imposições, o neoliberalismo e o proibicionismo, em nível local, demandariam, com

relação ao tráfico de drogas, que o Estado garanta “que esses produtos permaneçam ilegais; de outro modo, seus lucros despencariam aos níveis de commodities de exportação como café, açúcar, chá e tabaco⁵” (Op. cit., p. 391). Hiperlucratividade em uma economia localmente gerenciada mais pela violência que pelas forças de mercado, em que o capital flui do Norte global para a América Latina, porém, com imenso custo em termos de corrupção e paramilitarização; em que nações inteiras, ou grandes regiões, são transformadas em narco-Estados.

Conclusão

O tráfico de drogas não poucas vezes é controlado de dentro dos presídios. Emprega centenas de milhares de brasileiros e submete regiões inteiras das grandes e médias cidades às suas regras. A sensação de insegurança gerada pela ilegalidade do comércio de drogas acabou por promover o apoio de largas parcelas da população ao domínio das milícias que, originalmente, propunham acabar com o tráfico. Compostas por policiais e militares, tanto da ativa quanto expulsos de suas corporações, essas organizações criminosas dedicam-se ao tráfico de drogas, assim como a exploração de diversos serviços, além da cobrança por segurança. Segundo Souza (2019), o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é intimamente vinculado às milícias ativas no estado do Rio de Janeiro, onde exercem também o poder político. Seu discurso e defesa de práticas autoritárias, como a tortura, podem ser mais bem compreendidos, assim como a defesa do porte de armas, quando ligado à violência possibilitada pela guerra às drogas. Uma guerra sem fim que gerou o tráfico, justificou as milícias e catapultou o discurso populista de ódio, das entranhas do aparelho repressor do Estado para a presidência da república.

5 “The only subsidy they require from the state is that these products remain illegal; otherwise their profits would plummet to the levels of coffee, sugar, tea and tobacco commodity exports”.

O presidente Duterte, das Filipinas, também ascendeu ao governo embalado pelo discurso de ódio e, em seu caso, ainda mais especificamente voltado aos traficantes e mesmo usuários de drogas. Apresentando-se como um homem forte capaz de derrotar as oligarquias corruptas, encontrou nas drogas seu bode expiatório capaz de incorporar os males advindos da adoção da agenda econômica neoliberal imposta pelo Norte global.

O término da guerra às drogas seria o fim de um dos instrumentos do sistema econômico que reproduz injustiças e diferenças sociais. A batalha contra a criminalização de uma relação de consumo pode ser parte da luta contra governos que criam bodes expiatórios como elementos de coesão, a quem atribuem seletivamente as falhas e distúrbios do sistema, transformando a sociedade em refém da ação repressiva do Estado.

Os EUA têm grande responsabilidade pela expansão do tráfico devido ao seu recorde de apoio a alguns dos principais atores do comércio de drogas e por terem forçado a implementação de reformas neoliberais que aumentaram o tamanho da indústria de narcóticos. Além disso, a guerra às drogas tem sido usada repetidamente para reprimir a dissidência e a oposição popular às políticas neoliberais, responsáveis por crescentes fileiras de migrantes que são incorporados como consumidores, traficantes e produtores de drogas. Para que a droga produzida localmente chegue aos EUA, uma série de nações no caminho se especializou como países-ponte, com o desenvolvimento de grupos de traficantes locais.

Na repressão da dissidência houve uma interação entre a guerra às drogas e a guerra fria em termos de ideologia e retórica. O governo dos EUA usou a conexão ideológica entre guerrilheiros e narcóticos para atacar grupos subversivos sob o guarda-chuva da guerra às drogas. A guerra às drogas e ao terrorismo seria de fato uma guerra pelo controle do comércio de cocaína em um sistema imperial de dominação por meio do terrorismo patrocinado pelo Estado. Os lucros advindos do tráfico ficam, em

grande parte, com o mercado de capitais dos EUA, que apoiam a narcoburguesia local e o capital financeiro norte-americano às custas das classes trabalhadoras das regiões produtoras.

O tráfico de drogas remonta aos inícios do capitalismo comercial e o poder imperial passa a ser exercido via proibicionismo. Países são objeto de intervenções em seus assuntos internos em nome da guerra às drogas, que possibilita a existência de uma economia ilícita altamente lucrativa e predatória. O tráfico, coadunado com as políticas ultraneoliberais e seu processo implícito de geração de uma população lumpenizada, se vale dessas pessoas como força de trabalho a ser explorada no processo de produção e venda ilegal. Os lucros imensos provenientes da venda ao Norte global são acompanhados de imenso custo em termos de corrupção e paramilitarização de nações inteiras transformadas em narco-Estados. Uma possibilidade visível no horizonte próximo do Brasil.

Referências

Adorno, R. C. F., T. Rui, S. Lima da Silva, P. A. Malvasi, M. da Penha Vasconcellos, B. R. Gomes e T. C. Godoi. Etnografia da cracklândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano [Ethnography of Crackland: notes about a research in urban territory]. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, 4(2), 2013, p. 4-13.

Arias, E.D. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, Brazil. **Studies in Comparative International Development**, Volume 48, Issue 3, September 2013, p. 263-284. DOI: 10.1007/s12116-013-9137-8

Bernardes, C. B. e C. C. C. Barros. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT1 - Comunicação e democracia do **VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA)**, realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT1/gt1_Bernardes_Barros.pdf

Bianchini, A. et al. **Saberes monográficos-populismo penal midiático**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

Bokany, V. **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Bolsonaro, J. Requerimento de Inserção nos Anais. Brasília: Câmara dos Deputados, 23 março 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=279375>

Bolsonaro, J. Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional. Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 28 ago. 2018. (32 min.). Disponível em: <https://globo-play.globo.com/v/6980200/>

Bourgois, P. Decolonising drug studies in an era of predatory accumulation, **Third World Quarterly**, 39:2, 2018, p. 385-398. DOI: 10.1080/01436597.2017.1411187.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, Sessão: 284.4.54.0, 9 dez. 2014, p. 20.963-21.765. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21MAI2009.pdf#page=279>. Acesso em: fev. 2013. Discurso do deputado Jair Bolsonaro.

Breining, L. Dutertismo - Aufstieg des populistischen Autoritarismus - Teil II. **Blickwechsel**, Stiftung Asienhaus, April 2018. DOI: <https://doi.org/10.11588/xarep.00004117>

Brites, Pedro, Júlia Chaves e Tiago S. Nogara. As relações Brasil-EUA no contexto de ascensão do conservadorismo: implicações econômicas e diplomáticas do governo Trump e perspectivas para o novo governo brasileiro. **Bol. Conj. Nerint**, Porto Alegre, v.3 n. 10, jan - mar. 2019, p. 1-53.

Bunck, Julie Marie e Michael Ross Fowler. **Bribes, Bullets, and Intimidation: Drug Trafficking and the Law in Central America.** University Park: Pennsylvania State University Press, 2012.

Chagas-Bastos, F. H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Revista de Estudios Sociales**, no. 69: 2019, p. 92-100. DOI: <https://doi.org/10.7440/res69.2019.08>

Curato, N. Politics of anxiety, politics of hope: Penal populism and Duterte's rise to power. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, 35(3), 2016, p. 91-109.

Da Cunha, Marco Aurélio Rodrigues, Robison Tramontina, and Grazieli Ana Paula Schmitz. "Maria do Rosário vs. Jair Bolsonaro: uma leitura (anti) democrática do Inquérito Penal n. 3.932." **Espaço Jurídico: Journal of Law** 19.2, 2018, p. 553-580.

De Andrade, U. S. e F. F. Ferreira. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 4 (1), 2016.

Del Rio, A., A. Rodrigues, L. C. D. R. Monteiro e C. K. D. S. Leite. Eleições no Brasil: a violência ao poder. **Revista Política Hoje** - Volume 27, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/240546>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

Duménil G.; Lévy D. **The Crisis of Neoliberalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

Espenido, G. J. Philippines' War on Drugs: Its Implications to Human Rights in Social Work Practice. **Hum. Rights Soc. Work**, 3: 138, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41134-018-0071-6>

Faria, A. A. C. e V. de Andrade Barros. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & sociedade**, 23(3), 2011, p. 536-544.

Ferrajoli, L. O garantismo e a esquerda. In: Vianna, túlio; Machado, Felipe (Coord.) **Garantismo penal no Brasil: estudos em homenagem a Luigi Ferrajoli**. Belo Horizonte: Fórum. 2013, p. 15-25.

Fiore, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos CEBRAP**, (92), 2012, p. 9-21. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100002>

Flew, T. Six theories of neoliberalism. **Thesis eleven**, 122(1), 2014, p. 49-71.

Gaio, Andre Moyses. O populismo punitivo no Brasil. **COnline-Revista Electronica de Ciencias Sociais**, n. 12, 2011.

Grandin, G. **Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism**, New York: Metropolitan Books, 2006.

Hall, S. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**, Londres, Palgrave Macmillan, 1978.

Hall, S., Jacques, M. **The politics of Thatcherism**, Londres, Lawrence and Wishart, 1983.

Harvey D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Huggins, M. K. Legacies of authoritarianism: Brazilian torturers' and murderers' reformulation of memory. **Latin American Perspectives**, 27(2), 2000, p. 57-78.

Hunter, W., & Power, T. J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, 30(1), 2019, p. 68-82.

Jennings, J. M. **The opium empire: Japanese imperialism and drug trafficking in Asia**, 1895-1945. Greenwood Publishing Group, 1997.

Kellner, D. **American Nightmare: Donald Trump, Media Spectacle, and Authoritarian Populism**, Rotterdam/Boston/Taipei, Sense Publishers, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/978-94-6300-788-7>.

Kusaka, W. Bandit Grabbed the State: Duterte's Moral Politics. **Philippine Sociological Review**, 2017, p. 49-75. DOI: <https://www.jstor.org/stable/45014309>

Lewis, R. Opium past, opioid futures: imperialism, insurgency and pacification in a global commodity market. **International Journal of Drug Policy**, 12(1), 2001, p. 107-112.

Lustig N., L.F. Lopez-Calva, E. Ortiz-Juarez, C. Monga. Deconstructing the Decline in Inequality in Latin America. In: Basu K., Stiglitz J.E. (eds) **Inequality and Growth: Patterns and Policy**. International Economics Association. Palgrave Macmillan, London, 2016.

Luxemburgo, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Macedo, R. "Não Vai Ter Copa" e "Vem Pra Rua": uma análise dos enunciados e seus possíveis estatutos de fórmula. **Anais do V SAPPIL-Estudos de Linguagem**, 1(1), 2014, p. 407-421. DOI: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VSAPPIL-Ling/article/view/165>

Manso, B. P. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro**. Todavia, 2020.

Marcy, W. L. **The politics of cocaine: How US foreign policy has created a thriving drug industry in Central and South America**. Chicago Review Press, 2010.

Maxwell, Sheila Royo. Perceived threat of crime, authoritarianism, and the rise of a populist president in the Philippines. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, 43:3, 2019, p. 207-218. DOI: 10.1080/01924036.2018.1558084

Mendonça, M.; Loureiro, P.; Sachsida, A. Criminalidade e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA - **Texto para Discussão nº 967**, 2003.

Mercille, Julien. Violent Narco-Cartels or US Hegemony? The political economy of the 'war on drugs' in Mexico. **Third World Quarterly**, 32:9, 2011, p. 1637-1653. DOI: 10.1080/01436597.2011.619881

Monzó, L. D., McLaren, P., & Rodriguez, A. Deploying Guns to Expendable Communities: Bloodshed in Mexico, US Imperialism, and Transnational Capital: A Call for Revolutionary Critical Pedagogy. **Cultural Studies - Critical Methodologies**, 17(2), 2017, p. 91-100.

Overbeek, H.; Van Apeldoorn, B. **Neoliberalism in Crisis**. Basingstoke: Palgrave, 2012.

Parakilas, J. **A trade in iron and blood: The impact of American guns on armed violence in Mexico**, 2013. Disponível em: <http://aoav.org.uk/2013/impact-of-american-guns-onarmed-violence-in-mexico/>

Phongpaichit, P., & Baker, C. Challenge and Change in East Asia: "Business Populism" in Thailand. **Journal of Democracy**, 16(2), 2005, p. 58-72.

Picanço, Felícia Silva e Natânia P. de Oliveira Lopes. Forms of drug trafficking: notes of research on Rio de Janeiro. **Análise Social**, (218), 2016, p. 96-120. Recuperado em 08 de julho de 2019, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000100004&lng=pt&tlng=en

Pratt, J. **Penal populism**. Routledge, 2007.

Reyes, D. A. The Spectacle of Violence in Duterte's "War on Drugs". **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, 35(3), 2016, p. 111-137. DOI: <https://doi.org/10.1177/186810341603500306>

Santos, K. A. dos. **Fake news na política: o uso da narrativa do "kit gay" na construção da imagem de Jair Bolsonaro**. 2018. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018. Disponível: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18872>

Schaffar, W. "Trust Me, I am the One Who Will Drain the Swamp": An Interview With Walden Bello on Fascism in the Global South. **Austrian Journal of South-East Asian Studies**, 11(1), 2018, p. 149-155.

Souza, J. Bolsonaro é o racista-chefe da Ku Klux Klan e do *lixo branco* brasileiro. **Sens Public**. Montréal, QC, 17 June 2019.

Steinert, H. The Indispensable Metaphor of War: on populist politics and the contradictions of the state's monopoly of force. **Theoretical Criminology**, 7(3), 2003, p. 265–291. DOI:10.1177/13624806030073002

Teehankee, J. C. Duterte's Resurgent Nationalism in the Philippines: A Discursive Institutional Analysis. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, 35(3), 2016, p. 69–89. DOI: <https://doi.org/10.1177/186810341603500304>

Wray, Matt. Pondo "a ralé branca" no centro: implicações para as pesquisas futuras. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 339-361.

Valois, L. C. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: D'Placido Editora, 2016.

Vida, I. S. Los regímenes políticos híbridos: democracias y autoritarismos con adjetivos. Su conceptualización, categorización y operacionalización dentro de la tipología de regímenes políticos. **Revista de Estudios Políticos**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 147, 2010, p. 103-135.

Villar, Oliver e Drew Cottle. **Cocaine Death Squads and the War on Terror: U.S. Imperialism and Class Struggle in Colombia**. New York: Monthly Review Press, 2011.

Weyland, K. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity? **Third World Quarterly**, 2003, p. 1095-1115.

Zaluar, A. **A Máquina e a Revolta: as Organizações Populares e o Significado da Pobreza**, São Paulo, Brasiliense, 1999.

Zaluar, A. e C. Barcellos. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28(81), 2013, p. 17-31.

Recebido em 08/09/2020

Aceito em 10/05/2021

